

Resenha

de Política Exterior do Brasil
número 104, 1º semestre de 2009

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 104, 1º semestre de 2009 - Ano 29, ISSN 0101 2428

© 2010 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Embaixador Hélio Vitor Ramos Filho

Coordenação-Geral de Documentação Diplomática
Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia
Secretário Eduardo Albuquerque de Barros Braga

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação : Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

348p.

ISSN 01012428

Semestral.

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 32(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS 27

CONFLITO NA FAIXA DE GAZA

DISCURSO SOBRE O CONFLITO NA FAIXA DE GAZA, PROFERIDO
NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, PELA
REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL, EMBAIXADORA
MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI. NOVA YORK, EUA, 07/01/2009 27

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA APÓS ASSINATURA DE ATOS ENTRE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, E O PRESIDENTE DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA APÓS ASSINATURA DE
ATOS ENTRE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA, E O PRESIDENTE DA VENEZUELA, HUGO
CHÁVEZ. MARACAIBO, VENEZUELA, 16/01/2009 31

DIA INTERNACIONAL EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, DURANTE SOLENIDADE DO DIA INTERNACIONAL EM
MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO. SÃO PAULO, SP, 27/01/2009 39

ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA NAMÍBIA, HIFIKEPUNYE POHAMBÁ

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA NAMÍBIA, HIFIKEPUNYE POHAMBÁ. BRASÍLIA, DF , 11/02/2009 43

VISITA DO PRESIDENTE DA COLÔMBIA, ÁLVARO URIBE

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, APÓS ASSINATURA DE ATOS, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DA COLÔMBIA, ÁLVARO URIBE. BRASÍLIA, DF , 17/02/2009 47

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL EM APOIO À ECONOMIA PALESTINA PARA A RECONSTRUÇÃO DE GAZA

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL EM APOIO À ECONOMIA PALESTINA PARA A RECONSTRUÇÃO DE GAZA. SHARM EL-SHEIKH, EGITO , 02/03/2009 53

VISITA DO PRESIDENTE DO URUGUAI, TABARÉ VÁZQUEZ

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DO URUGUAI, TABARÉ VÁZQUEZ. BRASÍLIA, DF , 10/03/2009 55

SEMINÁRIO “BRASIL: PARCEIRO GLOBAL EM UMA NOVA ECONOMIA; ESTRATÉGIAS SÓLIDAS PARA MOMENTOS DESAFIADORES”

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ABERTURA DO SEMINÁRIO “BRASIL: PARCEIRO GLOBAL EM UMA NOVA ECONOMIA; ESTRATÉGIAS SÓLIDAS PARA MOMENTOS DESAFIADORES”. NOVA YORK, EUA , 16/03/2009 59

SEMINÁRIO ORGANIZADO PELOS JORNAIS “VALOR ECONÔMICO” E “THE WALL STREET JOURNAL”

PALESTRA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, EM SEMINÁRIO ORGANIZADO PELOS JORNAIS “VALOR ECONÔMICO” E “THE WALL STREET JOURNAL”. NOVA IORQUE, EUA, 16/03/2009

67

CÚPULA DE LÍDERES PROGRESSISTAS - VIÑA DEL MAR - CHILE

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE A PRIMEIRA SESSÃO DA CÚPULA DE LÍDERES PROGRESSISTAS. VIÑA DEL MAR, CHILE, 28/03/2009

73

2ª CÚPULA AMÉRICA DO SUL-PAÍSES ÁRABES - DOHA, CATAR

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA SESSÃO DE ABERTURA DA 2ª CÚPULA AMÉRICA DO SUL-PAÍSES ÁRABES. DOHA, CATAR, 31/03/2009

77

II FÓRUM MUNDIAL DA ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES - ISTAMBUL, TURQUIA

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NO II FÓRUM MUNDIAL DA ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES. ISTAMBUL, TURQUIA, 06/04/2009

81

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL - AMÉRICA LATINA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA PLENÁRIA DE ABERTURA DO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL - AMÉRICA LATINA. RIO DE JANEIRO, RJ, 15/04/2009

83

PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA DA 5ª CÚPULA DAS AMÉRICAS - PORT OF SPAIN – TRINIDAD E TOBAGO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA DA 5ª CÚPULA DAS AMÉRICAS. PORT OF SPAIN, TRINIDAD E TOBAGO, 18/04/2009 91

SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA DA 5ª CÚPULA DAS AMÉRICAS - PORT OF SPAIN – TRINIDAD E TOBAGO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA DA 5ª CÚPULA DAS AMÉRICAS. PORT OF SPAIN, TRINIDAD E TOBAGO, 18/04/2009 93

DIA DO DIPLOMATA I

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO DIPLOMATA. BRASÍLIA, DF, 07/05/2009 99

DIA DO DIPLOMATA II

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, DURANTE A CERIMÔNIA EM HOMENAGEM AO DIA DO DIPLOMATA. BRASÍLIA, DF, 07/05/2009 103

DIA DO DIPLOMATA III

DISCURSO PROFERIDO PELO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES, PROFERIDO DURANTE A CERIMÔNIA EM HOMENAGEM AO DIA DO DIPLOMATA - BRASÍLIA , 07/05/2009 107

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, À ARÁBIA SAUDITA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DE ALMOÇO NA CÂMARA DE COMÉRCIO NA ARÁBIA SAUDITA. RIADE, ARÁBIA SAUDITA, 17/05/2009 111

SEMINÁRIO BRASIL-CHINA: NOVAS OPORTUNIDADES PARA A PARCERIA ESTRATÉGICA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO BRASIL-CHINA: NOVAS OPORTUNIDADES PARA A PARCERIA ESTRATÉGICA. PEQUIM, CHINA, 19/05/2009 115

INAUGURAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS BRASILEIROS EM PEQUIM, NA CHINA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS BRASILEIROS. PEQUIM, CHINA, 19/05/2009 121

VIAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, À TURQUIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA TURQUIA, ABDULLAH GÜL. ANCARA, TURQUIA, 22/05/2009 125

SESSÃO DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE SESSÃO DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU. GENEBRA, SUÍÇA, 15/06/2009 129

PRÊMIO MUNDIAL DAS TELECOMUNICAÇÕES E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE VISITA À SEDE DA UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (UIT), ONDE FOI AGRACIADO COM O PRÊMIO MUNDIAL DAS TELECOMUNICAÇÕES E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. GENEBRA, SUÍÇA, 15/06/2009 135

APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA RIO 2016

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA RIO 2016. LAUSANNE, SUÍÇA, 17/06/2009 137

VIAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, AO CAZAQUISTÃO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ALMOÇO OFERECIDO PELO PRESIDENTE DO CAZAQUISTÃO, NURSULTAN NAZARBAYEV. ASTANA, CAZAQUISTÃO, 17/06/2009 139

VISITA DA PRESIDENTE DAS FILIPINAS, GLORIA MACAPAGAL, AO BRASIL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA DA PRESIDENTE DAS FILIPINAS, GLORIA MACAPAGAL-ARROYO. BRASÍLIA, DF, 24/06/2009 141

REUNIÃO MINISTERIAL DA ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE)

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, POR OCASIÃO DA REUNIÃO MINISTERIAL DA ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE), NO PAINEL INTITULADO “KEEPING MARKETS OPEN FOR TRADE AND INVESTMENT “. PARIS, FRANÇA, 25/06/2009 145

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A CRISE FINANCEIRA E ECONÔMICA MUNDIAL E SEU IMPACTO SOBRE O DESENVOLVIMENTO

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NA CONFERÊNCIA
DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A CRISE FINANCEIRA
E ECONÔMICA MUNDIAL E SEU IMPACTO SOBRE O
DESENVOLVIMENTO. NOVA YORK, EUA, 26/06/2009 147

ATOS INTERNACIONAIS 151

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES 157

OFENSIVA TERRESTRE ISRAELENSE EM GAZA (03/01/2009) 157

ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS NA FAIXA DE GAZA (05/01/2009) 157

ENVIO DE AJUDA HUMANITÁRIA À FAIXA DE GAZA (08/01/2009) 157

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AO
ORIENTE MÉDIO (08/01/2009) 158

RETORNO AO EQUADOR DO EMBAIXADOR
DO BRASIL EM QUITO (10/01/2009) 158

SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA FAIXA DE GAZA (12/01/2009) 159

MENSAGENS DE SOLIDARIEDADE DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA E DO MINISTRO CELSO AMORIM
AO GOVERNO DA COSTA RICA (13/01/2009) 159

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À BOLÍVIA - 15 DE JANEIRO DE 2009 (14/01/2009)	159
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À VENEZUELA - MARACAIBO, 15 E 16 DE JANEIRO DE 2009 (14/01/2009)	160
ATAQUE A INSTALAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS EM GAZA (15/01/2009)	160
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À BOLÍVIA - 15 DE JANEIRO DE 2009 - DECLARAÇÃO CONJUNTA (15/01/2009)	160
SITUAÇÃO EM GAZA - NOVOS CONTATOS DO MINISTRO CELSO AMORIM (16/01/2009)	164
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA - BRASÍLIA, 18 A 20 DE JANEIRO DE 2009 (16/01/2009)	164
CESSAR-FOGO UNILATERAL EM GAZA (17/01/2009)	164
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À VENEZUELA - 16 DE JANEIRO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO (19/01/2009)	165
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, YANG JIECHI - BRASÍLIA, 18 A 20 DE JANEIRO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO (19/01/2009)	170
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, CARLOS TINY - BRASÍLIA, 20 DE JANEIRO DE 2009 (19/01/2009)	170

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE CHIPRE, MARKOS KYPRIANOU - BRASÍLIA, 21 DE JANEIRO DE 2009 (20/01/2009)	171
MENSAGEM DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS, BARACK OBAMA (21/01/2009)	171
RETENÇÃO DE CARGA, NO PORTO DE ROTERDÃ, DO GENÉRICO LOSARTAN, ORIGINÁRIO DA ÍNDIA E DESTINADO À INDÚSTRIA FARMACÊUTICA BRASILEIRA (21/01/2009)	173
MENSAGEM DO MINISTRO CELSO AMORIM À SECRETÁRIA DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, HILLARY CLINTON (22/01/2009)	173
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA BÓSNIA E HERZEGÓVINA, SVEN ALKALAJ - BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO, 22 A 25 DE JANEIRO DE 2009 (22/01/2009)	174
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA BÓSNIA E HERZEGÓVINA, SVEN ALKALAJ - BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO, 22 A 25 DE JANEIRO DE 2009 - DECLARAÇÃO CONJUNTA (23/01/2009)	174
DOAÇÃO HUMANITÁRIA À PALESTINA (23/01/2009)	175
CHAMADA PARA CONSULTAS DO EMBAIXADOR DA ITÁLIA NO BRASIL (27/01/2009)	175
REUNIÃO ANUAL DO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL - DAVOS, 28 DE JANEIRO A 1º DE FEVEREIRO DE 2009 - PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO CELSO AMORIM (29/01/2009)	176

REUNIÃO ANUAL DO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL - ENCONTRO DO MINISTRO CELSO AMORIM COM O MINISTRO DO COMÉRCIO DA ÍNDIA, KAMAL NATH - DAVOS, 30 DE JANEIRO DE 2009 (30/01/2009)	176
VIOLÊNCIA NA FAIXA DE GAZA (02/02/2009)	177
SITUAÇÃO NO ZIMBÁBUE (02/02/2009)	177
COMBATE A PRAGA NA LIBÉRIA (02/02/2009)	177
LIBERTAÇÃO DE REFÊNS EM PODER DAS FARC (05/02/2009)	178
ASSINATURA DE AJUSTE COMPLEMENTAR ENTRE A AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC) E O INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO EM AGRICULTURA (IICA) (06/02/2009)	178
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA A CUBA, HAITI E HONDURAS (06/02/2009)	179
PACOTE DE ESTÍMULO ECONÔMICO NORTE-AMERICANO - DISPOSITIVO “BUY AMERICAN” (06/02/2009)	179
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA NAMÍBIA, HIFIKEPUNYE POHAMBÁ - 9 A 12 DE FEVEREIRO DE 2009 (10/02/2009)	179
VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO URUGUAI, GONZALO FERNÁNDEZ - BRASÍLIA, 12 DE FEVEREIRO DE 2009 (11/02/2009)	180

VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO CANADÁ, LAWRENCE CANNON -15 A 18 DE FEVEREIRO DE 2009 (13/02/2009)	180
POSSE DO NOVO GOVERNO DE UNIÃO NACIONAL NO ZIMBÁBUE (13/02/2009)	181
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA COLÔMBIA, ÁLVARO URIBE - 16 E 17 DE FEVEREIRO DE 2009 (16/02/2009)	181
REUNIÃO MINISTERIAL BRASIL-ARGENTINA - 17 DE FEVEREIRO DE 2009 (17/02/2009)	182
VISITA DE ESTADO AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA, ÁLVARO URIBE VÉLEZ - BRASÍLIA 17 DE FEVEREIRO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO - “BRASIL-COLÔMBIA: FORTALECENDO UMA RELAÇÃO ESPECIAL” (18/02/2009)	182
SITUAÇÃO DA CIDADÃ BRASILEIRA PAULA OLIVEIRA NA SUÍÇA (18/02/2009)	186
VISITA AO BRASIL DO VICE-PRIMEIRO-MINISTRO DA LÍBIA, IMBAREK ASHAMIKH - 16 A 20 DE FEVEREIRO (18/02/2009)	187
VISITA DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, XI JINPING - BRASÍLIA E MANAUS, 18 A 20 DE FEVEREIRO DE 2009 (18/02/2009)	187
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, XI JINPING - 18 A 20 DE FEVEREIRO DE 2009 (19/02/2009)	188

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AOS ESTADOS UNIDOS - 25 DE FEVEREIRO DE 2009 (20/02/2009)	190
REUNIÃO DO PRESIDENTE LULA COM EMBAIXADORES BRASILEIROS NA ÁFRICA (20/02/2009)	190
INAUGURAÇÃO DE ARMAZÉM HUMANITÁRIO DO GOVERNO BRASILEIRO NO AEROPORTO INTERNACIONAL ANTÔNIO CARLOS JOBIM - 2 DE MARÇO DE 2009 (25/02/2009)	191
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À FRANÇA - 26 A 28 DE FEVEREIRO DE 2009 (25/02/2009)	191
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DOS PAÍSES BAIXOS, JAN PETER BALKENENDE - 2 A 4 DE MARÇO DE 2009 (27/02/2009)	192
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AO EGITO - 2 A 4 DE MARÇO DE 2009 (27/02/2009)	192
ASSASSINATO DO PRESIDENTE JOÃO BERNARDO NINO VIEIRA, DA GUINÉ-BISSAU (02/03/2009)	193
CONTENCIOSO BRASIL-ESTADOS UNIDOS SOBRE SUBSÍDIOS AO ALGODÃO - AUDIÊNCIA SOBRE A FORMA E O MONTANTE DA RETALIAÇÃO (03/03/2009)	194
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO URUGUAI, TABARÉ VÁZQUEZ - BRASÍLIA, 10 DE MARÇO DE 2009 (09/03/2009)	194
VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO-GERAL DA OEA, JOSÉ MIGUEL INSULZA - BRASÍLIA, 10 E 11 DE MARÇO (09/03/2009)	195

VISITA AO BRASIL DO DIRETOR-GERAL DA FAO, JACQUES DIOUF - BRASÍLIA, 9 E 10 DE MARÇO DE 2009 (09/03/2009)	195
ELEIÇÃO DO EMBAIXADOR JOÃO CLEMENTE BAENA SOARES PARA A COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA (09/03/2009)	196
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO URUGUAI, TABARÉ VÁZQUEZ - BRASÍLIA, 9 E 10 DE MARÇO DE 2009 - DECLARAÇÃO CONJUNTA (10/03/2009)	196
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, RAFAEL BRANCO - 9 A 13 DE MARÇO DE 2009 (10/03/2009)	202
VISITA AO BRASIL DO PRÍNCIPE DE GALES - 11 A 15 DE MARÇO DE 2009 (10/03/2009)	203
REVISÃO DA POLÍTICA COMERCIAL DO BRASIL NA OMC (11/03/2009)	203
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTOS DA BOLÍVIA, DAVID CHOQUEHUANCA - BRASÍLIA, 12 DE MARÇO DE 2009 (11/03/2009)	204
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTOS DA BOLÍVIA, DAVID CHOQUEHUANCA - BRASÍLIA, 12 DE MARÇO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO (12/03/2009)	205
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AOS ESTADOS UNIDOS - 14 A 16 DE MARÇO DE 2009 (13/03/2009)	207
ENCONTRO DO PRIMEIRO-MINISTRO DE TRINIDAD E TOBAGO, PATRICK MANNING, COM O PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - BRASÍLIA, 19 DE MARÇO DE 2009 (18/03/2009)	207

VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTE DA ARGENTINA, CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER - SÃO PAULO, 20 DE MARÇO DE 2009 (19/03/2009)	207
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À BÉLGICA, AOS PAÍSES BAIXOS E A CABO VERDE - 21 A 25 DE MARÇO DE 2009 (20/03/2009)	208
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DO REINO UNIDO, GORDON BROWN - BRASÍLIA E SÃO PAULO - 26 DE MARÇO DE 2009 (24/03/2009)	209
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ, MANOUCHEHR MOTTAKI (25/03/2009)	209
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DO REINO UNIDO, GORDON BROWN - BRASÍLIA E SÃO PAULO - 26 DE MARÇO DE 2009 - DECLARAÇÃO CONJUNTA (27/03/2009)	210
II CÚPULA AMÉRICA DO SUL-PAÍSES ÁRABES - DOHA, CATAR, 31 DE MARÇO DE 2009 (28/03/2009)	217
II CÚPULA AMÉRICA DO SUL-PAÍSES ÁRABES - DOHA, CATAR, 31 DE MARÇO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO MERCOSUL-CCG (28/03/2009)	218
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A PARIS - 1º DE ABRIL DE 2009 (31/03/2009)	219
FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA ARGENTINA, RAÚL ALFONSÍN (01/04/2009)	219
CÚPULA DE LÍDERES DO G-20 SOBRE ESTABILIDADE, CRESCIMENTO E EMPREGO - LONDRES, 2 DE ABRIL DE 2009 (01/04/2009)	219

TRABALHADORES BRASILEIROS NO JAPÃO (01/04/2009)	220
VIAGEM DO MINISTRO CELSO AMORIM À GRÉCIA - 3 DE ABRIL DE 2009 (02/04/2009)	221
II FÓRUM MUNDIAL DA ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES - ISTAMBUL, 6 E 7 DE ABRIL DE 2009 (03/04/2009)	221
ACORDO DE COMÉRCIO PREFERENCIAL MERCOSUL-SACU (06/04/2009)	221
TERREMOTO NA ITÁLIA (06/04/2009)	222
LANÇAMENTO DE FOGUETE PELA CORÉIA DO NORTE (07/04/2009)	222
NOVO COMANDANTE DA MISSÃO DE PAZ NO HAITI (08/04/2009)	222
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE CABO VERDE, JOSÉ BRITO - BRASÍLIA, 14 E 15 DE ABRIL DE 2009 (13/04/2009)	223
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DA SÉRVIA, VUK JEREMIC (15/04/2009)	223
LANÇAMENTO DE FOGUETE PELA COREIA DO NORTE (15/04/2009)	223
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO PERU, JOSÉ ANTONIO GARCÍA BELAÚNDE - RIO DE JANEIRO, 16 DE ABRIL DE 2009 (15/04/2009)	224
V CÚPULA DAS AMÉRICAS - TRINIDAD E TOBAGO, 17 A 19 DE ABRIL DE 2009 (16/04/2009)	224

CONFERÊNCIA DE REVISÃO DE DURBAN SOBRE RACISMO (21/04/2009)	224
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À ARGENTINA - BUENOS AIRES, 23 DE ABRIL DE 2009 (22/04/2009)	225
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À ARGENTINA - BUENOS AIRES, 22 E 23 DE ABRIL DE 2009 - DECLARAÇÃO CONJUNTA (23/04/2009)	225
ADOÇÃO PELA REPÚBLICA DO PERU DO SISTEMA DE TV DIGITAL ISDB-T (23/04/2009)	237
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À VENEZUELA (25/04/2009)	238
SEMINÁRIO INTERNACIONAL “A PROPRIEDADE INTELECTUAL COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA INDUSTRIAL” - BRASÍLIA, 29 E 30 DE ABRIL DE 2009 (27/04/2009)	238
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS - 27 A 29 DE ABRIL DE 2009 (28/04/2009)	239
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO PERU, ALAN GARCÍA - RIO BRANCO, 28 DE ABRIL DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO (28/04/2009)	239
REUNIÃO DO GRUPO DIRETOR DO PLANO DE AÇÃO BRASIL-EUA PARA A ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA E RACIAL E PROMOÇÃO DA IGUALDADE - WASHINGTON, EUA, 29 E 30 DE ABRIL (29/04/2009)	243

REELEIÇÃO DE PASCAL LAMY AO CARGO DE DIRETOR-GERAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC) (30/04/2009)	244
VISITA AO BRASIL DO CHANCELER DO NEPAL, UPENDRA YADAV - 4 A 6 DE MAIO DE 2009 (30/04/2009)	244
VISITA AO BRASIL DO EX-PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS, JIMMY CARTER - 3 A 5 DE MAIO DE 2009 (30/04/2009)	244
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO CHILE, MARIANO FERNÁNDEZ - BRASÍLIA, 4 DE MAIO DE 2009 (02/05/2009)	245
ADIAMENTO DA VISITA DO PRESIDENTE DO IRÃ AO BRASIL (04/05/2009)	245
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE BOTSUANA, PHANDU SKELEMANI - 4 A 7 DE MAIO DE 2009 (04/05/2009)	245
ACORDO PARA PUBLICAÇÃO DA SÉRIE “COMO EXPORTAR” (05/05/2009)	246
VISITA DE ESTADO AO BRASIL DO PRESIDENTE DO PARAGUAI, FERNANDO ARMINDO LUGO MÉNDEZ - 7 E 8 DE MAIO DE 2009 (06/05/2009)	246
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA CORÉIA DO NORTE - 10 E 11 DE MAIO DE 2009 (08/05/2009)	246
VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE HONDURAS, PATRÍCIA ISABEL RODAS - 11 A 13 MAIO DE 2009 (08/05/2009)	247

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À ARÁBIA SAUDITA - RIADE, 16 E 17 DE MAIO DE 2009 (15/05/2009)	247
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À CHINA - PEQUIM, 18 A 20 DE MAIO DE 2009 (17/05/2009)	247
CONCESSÃO DO PRÊMIO MUNDIAL DE TELECOMUNICAÇÕES E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO AO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (18/05/2009)	248
MENSAGEM DE CONGRATULAÇÕES DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO PRIMEIRO-MINISTRO DA ÍNDIA, MANMOHAN SINGH (18/05/2009)	248
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À TURQUIA - ISTAMBUL E ANCARA, 20 A 22 DE MAIO DE 2009 (19/05/2009)	249
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À CHINA - PEQUIM, 18 A 20 DE MAIO DE 2009 - DECLARAÇÃO CONJUNTA (19/05/2009)	249
SUBSÍDIOS À PRODUÇÃO DE LICOR NEGRO NOS EUA (21/05/2009)	253
DECLARAÇÃO CONJUNTA - VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À REPÚBLICA DA TURQUIA - 21 A 22 DE MAIO DE 2009 (22/05/2009)	254
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO SENEGAL, ABDOULAYE WADE - 24 A 27 DE MAIO DE 2009 (22/05/2009)	256
TESTE NUCLEAR NORTE-COREANO (25/05/2009)	256
ÓRGÃO DE APELAÇÃO DA OMC - DECISÃO DO COMITÊ DE SELEÇÃO (25/05/2009)	257

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ - SALVADOR, 26 DE MAIO DE 2009 (25/05/2009)	257
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ - SALVADOR, 26 DE MAIO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO (26/05/2009)	258
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO UZBEQUISTÃO, ISLAM KARIMOV - 27 A 29 DE MAIO DE 2009 (27/05/2009)	262
TRATADO SOBRE EXCEÇÕES E LIMITAÇÕES A DIREITOS DE AUTOR PARA DEFICIENTES VISUAIS (27/05/2009)	262
ATENTADO NO PAQUISTÃO (27/05/2009)	263
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO UZBEQUISTÃO, ISLAM KARIMOV - BRASÍLIA, 28 DE MAIO DE 2009 - DECLARAÇÃO CONJUNTA (28/05/2009)	263
NOVO PROCESSO JUDICIAL CONTRA A SENHORA AUNG SAN SUU KYI, EM MIANMAR (29/05/2009)	264
RETOMADA DOS TRABALHOS DA CONFERÊNCIA DO DESARMAMENTO (29/05/2009)	264
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A EL SALVADOR - SÃO SALVADOR, 1º DE JUNHO DE 2009 (29/05/2009)	265
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À GUATEMALA - CIDADE DA GUATEMALA, 1º E 2 DE JUNHO DE 2009 (29/05/2009)	265

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À COSTA RICA - SÃO JOSÉ, 2 E 3 DE JUNHO DE 2009 (29/05/2009)	265
XXXIX ASSEMBLÉIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - SÃO PEDRO SULA, 2 E 3 DE JUNHO DE 2009 (29/05/2009)	266
ACORDO DE COMÉRCIO PREFERENCIAL MERCOSUL – ÍNDIA (01/06/2009)	266
REUNIÃO DE MINISTROS DA AGRICULTURA DA CPLP (02/06/2009)	266
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À GUATEMALA - CIDADE DA GUATEMALA, 1º E 2 DE JUNHO DE 2009 - DECLARAÇÃO CONJUNTA (02/06/2009)	267
ATENTADO EM ZAHEDAN, IRÃ (03/06/2009)	270
SITUAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU (05/06/2009)	271
EVENTOS DE PROMOÇÃO COMERCIAL E DE COOPERAÇÃO NA ÁFRICA (05/06/2009)	271
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À COLÔMBIA - CARTAGENA E BOGOTÁ, 7 E 8 DE JUNHO DE 2009 (05/06/2009)	271
VISITA AO BRASIL DO VICE-PRIMEIRO-MINISTRO E CHANCELER DA JAMAICA, KENNETH BAUGH - BRASÍLIA, 8 A 11 DE JUNHO DE 2009 (08/06/2009)	272
PORTAL “BRASILEIROS NO MUNDO” (09/06/2009)	273

ATENTADOS NO PAQUISTÃO (09/06/2009)	273
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À FRANÇA - PARIS, 11 E 12 DE JUNHO DE 2009 (10/06/2009)	273
CÚPULA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DOS BRICS - ECATERIMBURGO, 16 DE JUNHO DE 2009 (15/06/2009)	274
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO CAZAQUISTÃO - ASTANA, 17 DE JUNHO DE 2009 (15/06/2009)	274
CÚPULA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DOS BRICS - ECATERIMBURGO, 16 DE JUNHO DE 2009 - DECLARAÇÃO CONJUNTA (17/06/2009)	274
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO CAZAQUISTÃO - ASTANA, 17 DE JUNHO DE 2009 - DECLARAÇÃO CONJUNTA (17/06/2009)	278
ELEIÇÃO PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA OIT (19/06/2009)	280
VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTE DAS FILIPINAS, GLORIA MACAPAGAL ARROYO, 22 A 25 DE JUNHO DE 2009 (23/06/2009)	280
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM A PARIS E NOVA YORK, 23 A 26 DE JUNHO DE 2009 (23/06/2009)	281
VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTE DAS FILIPINAS, GLORIA MACAPAGAL-ARROYO - BRASÍLIA, 24 DE JUNHO DE 2009 - DECLARAÇÃO CONJUNTA (24/06/2009)	281
REUNIÃO MINISTERIAL INFORMAL DO IBAS - PARIS, 25 DE JUNHO DE 2009 - DECLARAÇÃO CONJUNTA (25/06/2009)	284

SITUAÇÃO EM HONDURAS (28/06/2009)	285
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À LÍBIA PARA PARTICIPAR DA CÚPULA DA UNIÃO AFRICANA - SIRTE, 1º DE JULHO DE 2009 (29/06/2009)	286
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA GUINÉ-BISSAU (29/06/2009)	287
ARTIGOS	289
ARTIGO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, PUBLICADO NA EDIÇÃO ESPECIAL 527-A DA REVISTA “CARTA CAPITAL”, INTITULADO “INVESTINDO NO B DO BRIC”. 03/01/2009	289
ARTIGO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, E DO MINISTRO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, SERGIO REZENDE, INTITULADO “A COOPERAÇÃO BRASIL-CHINA NA ÁREA ESPACIAL”, PUBLICADO NO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO”. 19/02/2009	291
ARTIGO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, PARA O JORNAL “LE MONDE”, INTITULADO “A CRISE VISTA DO SUL”. 30/03/2009	293
ARTIGO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, INTITULADO “O BRASIL E A OIT”, PUBLICADO NO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO”. 14/06/2009	295

ARTIGO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
CELSO AMORIM, INTITULADO “EM ECATERIMBURGO,
OS BRIC ATINGEM SUA MAIORIDADE”, PUBLICADO
NO DIÁRIO “VALOR ECONÔMICO”. 16/06/2009 297

ENTREVISTAS 299

ENTREVISTA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO AMORIM, À REVISTA “CAROS
AMIGOS” - EDIÇÃO DE FEVEREIRO/2009. 01/02/2009 299

ENTREVISTA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO
PROGRAMA DE RÁDIO “CAFÉ COM O PRESIDENTE”. 06/4/2009 307

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DO BRASIL, EMBAIXADOR CELSO AMORIM,
AO JORNAL “CORREIO BRAZILIENSE”. 03/05/2009 309

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DO BRASIL, EMBAIXADOR CELSO
AMORIM, À REVISTA “ISTO É DINHEIRO”. 04/05/2009 313

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DO BRASIL, EMBAIXADOR CELSO
AMORIM, À REVISTA “CARTA CAPITAL”. 11/05/2009 317

ENTREVISTA EXCLUSIVA CONCEDIDA POR ESCRITO PELO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
À AGÊNCIA DE NOTÍCIAS XINHUA, DA CHINA. 16/05/2009 323

ENTREVISTA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO
PROGRAMA DE RÁDIO “CAFÉ COM O PRESIDENTE”. 25/5/2009 327

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, CELSO AMORIM, AO JORNAL “O GLOBO” - “POLÍTICA INTERNACIONAL É JOGO DE GENTE GRANDE”. 05/06/2009	331
ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, AO JORNAL O “GLOBO” - “OLD KIDS ON THE BLOCK”. 16/06/2009	335
ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO CELSO AMORIM À REVISTA “RUSSKI NEWSWEEK” - “NENHUM DE NÓS QUER ENFRAQUECER O DÓLAR” - ECATERIMBURGO , 22/06/2009	337
ÍNDICE REMISSIVO	339

DISCURSOS

CONFLITO NA FAIXA DE GAZA

DISCURSO SOBRE O CONFLITO NA FAIXA DE GAZA, PROFERIDO NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, PELA REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL, EMBAIXADORA MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI. NOVA YORK, EUA, 07/01/2009

“Senhor Presidente,

O Brasil está profundamente preocupado com a magnitude e a gravidade dos desdobramentos do conflito israelo-palestino nos últimos dias.

Por meio de comunicados à imprensa divulgados desde o início da operação israelense em Gaza, o Brasil tornou amplamente conhecida a sua visão. Condenamos o recurso à violência pelas partes e deploramos a resposta militar desproporcional de Israel aos ataques ilegais por foguetes contra seu território, que devem igualmente cessar. O novo ciclo de violência inflige grande sofrimento e angústia à população civil. Instamos a um imediato cessar-fogo e à abertura dos postos de fronteira em Gaza, de maneira a permitir o acesso à ajuda humanitária e a aliviar a insustentável situação humanitária na região. O cessar-fogo é ainda mais necessário à luz do grande aumento no número de mortes de civis e da situação desesperadora dos residentes em Gaza, onde observadores imparciais e

idôneos, inclusive da ONU, concordam sobre a iminência de uma catástrofe humanitária. A perda de vidas inocentes em Israel também é lamentável e deve cessar.

Associamo-nos aos membros do Conselho de Segurança na busca de uma solução negociada. A paz duradoura só pode ser alcançada com a criação de um Estado Palestino independente, vivendo pacificamente lado a lado com Israel, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas e em pleno respeito às resoluções do Conselho de Segurança.

Hoje, a opinião pública internacional espera ação efetiva por parte dos membros das Nações Unidas. Nesse esforço, o Conselho de Segurança tem um papel-chave, embora não exclusivo, a desempenhar. Todos compartilhamos um interesse sistêmico em um Conselho respeitado e ativo. Sua legitimidade e sua efetividade podem ser erodidas se o órgão for percebido como hesitante ao cumprir com suas obrigações legais e políticas

de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Recentemente, o Presidente Lula renovou nossa disposição de cooperar mais intensamente com a comunidade internacional de maneira a neutralizar a crise atual e realmente progredir na causa da paz. Este seria o principal objetivo da Conferência ampliada proposta recentemente pelo próprio Presidente Lula. Tal iniciativa poderia facilitar o trabalho do Conselho. O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, visitará em breve a região, quando discutirá formas eficazes de encaminhar soluções para a crise atual e ajudar israelenses e palestinos a alcançar a paz. Sentimo-nos encorajados pelas iniciativas do Presidente Hosni Mubarak e Nicolas Sarkozy, anunciadas ontem. Também acolhemos com satisfação a visita do Secretário-Geral à região. Uma sessão especial do Conselho de Direitos Humanos, atualmente sob consideração, poderá igualmente fortalecer nossos esforços coletivos. Também é imperativo melhorar a prestação de assistência humanitária. A pedido da Autoridade Nacional Palestina, o Brasil está enviando quatorze toneladas de alimentos e remédios a Gaza.

Tais esforços, contudo, não isentam este órgão de sua responsabilidade mais urgente de exigir de todas as partes que cessem imediatamente a violência. Um cessar-fogo solicitado pelo Conselho de Segurança deve ser plenamente implementado por todas as partes. Depois de tantas décadas, ninguém pode alimentar ilusões sobre uma solução militar para o conflito ou sobre a possibilidade de obter ganhos políticos duradouros com o uso da força. Tampouco se pode consentir no emprego da força como ferramenta política. Um mecanismo internacional para monitorar a cessação sustentada das hostilidades poderia ser estabelecido, para o qual o Brasil

estaria disposto a contribuir, se as partes o considerarem útil.

Da mesma forma, o Conselho precisa assegurar que todas as partes atendam plenamente as necessidades econômicas e humanitárias da Faixa de Gaza. Todas as partes – e, em razão de seu maior poderio relativo, principalmente Israel – precisam respeitar em todos os casos e em todos os momentos o Direito Internacional Humanitário e os direitos humanos. Nós recebemos com satisfação o anúncio ontem de que Israel abrirá corredores humanitários em Gaza. Este é um primeiro passo que deve ser imediatamente complementado por outras medidas. Ao mesmo tempo, reiteramos que é inaceitável que a população civil seja alvo tanto de ataques de foguetes quanto de ações militares com probabilidade de atingir inocentes, especialmente mulheres e crianças. A recente morte de civis causada por ações militares de Israel na vizinhança de escolas da ONU em Gaza constitui trágica ilustração dos perigos intoleráveis da situação atual.

Suspender a violência é essencial para permitir que o processo de paz seja retomado com seriedade e tão prontamente quanto possível. As negociações entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina, assim como a necessária composição interna entre palestinos, não podem progredir enquanto Gaza estiver ardendo e enquanto seus moradores e aqueles no Sul de Israel temerem por suas vidas. Da mesma forma, o processo de negociação não terá qualquer chance enquanto todas as partes não forem lembradas de forma clara e inequívoca de que a comunidade internacional considera que um acordo justo e abrangente é a única forma realística e aceitável de avançar. Somente o Conselho de Segurança pode transmitir essa mensagem de forma convincente.

Uma vez cessadas as hostilidades, o Conselho deverá tratar de forma mais decidida do processo de paz, sem prejuízo da atuação individual de Estados-membros, grupos de Estados-membros e de outras organizações. A cada momento, o Conselho deve determinar a forma mais apropriada e o melhor caminho a seguir para uma solução pacífica para o conflito. Agora é o momento de agir, inclusive por meio da implementação da Resolução 1850 (2008), em que o Conselho estabelece para a comunidade internacional uma série de objetivos a serem cumpridos. Entre eles estão a irreversibilidade das negociações; o cumprimento das obrigações assumidas sob o mapa do caminho do Quarteto, conforme definidas no Entendimento Conjunto de Annapolis; a obrigação de evitar quaisquer atos que possam prejudicar a confiança ou prejudicar os resultados das negociações; e a intensificação de esforços para o reconhecimento mútuo e a coexistência pacífica de todos os Estados da região. Todos esses objetivos estão ameaçados pelos eventos recentes e suas trágicas implicações. Como mencionaram várias delegações durante a sessão de 18 de dezembro, a Resolução 1850 (2008) impõe ao Conselho uma difícil prova. O órgão precisa ser bem-sucedido.

Obrigada.”

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA APÓS ASSINATURA DE ATOS ENTRE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, E O PRESIDENTE DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA APÓS ASSINATURA DE ATOS ENTRE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, E O PRESIDENTE DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ. MARACAIBO, VENEZUELA, 16/01/2009

Meu caro amigo Presidente da Venezuela, Hugo Chávez,

Companheiros ministros venezuelanos,
Companheiros ministros brasileiros,
Empresários da Venezuela e empresários do Brasil,

Companheiros da imprensa brasileira e da imprensa venezuelana,

Quando, algum tempo atrás, eu e o Presidente Chávez combinamos fazer pelo menos quatro reuniões por ano, possivelmente algumas pessoas pensaram que o Chávez ia ter overdose de Lula e Lula iria ter overdose de Chávez. Alguns não compreendiam porque eram necessárias tantas reuniões.

Ontem, Chávez, eu assumi o compromisso com o Evo de que também vou fazer quatro reuniões por ano com ele em cidades fronteiriças, para que a gente possa resolver mais rapidamente os nossos problemas. Eu queria aproveitar esta oportunidade de assinatura de acordos e de visita a um projeto de irrigação, combinado com o extraordinário projeto habitacional, para dizer a vocês todos e sobretudo à imprensa que essa quantidade de reuniões que Chávez e eu temos feito, e que pretendo fazer com outros presidentes da

América do Sul, é para tornarmos mais ágeis os acordos que firmamos.

Não quero mais fazer críticas à burocracia, nem brasileira e nem venezuelana, até porque os burocratas são extremamente necessários. Mas, às vezes, um acordo que firmamos por “n” problemas demora seis meses, um ano, um ano e meio para acontecer. E essas reuniões têm permitido que consigamos avançar a cada reunião que fazemos. O momento que estamos vivendo no mundo hoje e as decisões que estamos tomando para unificar a América do Sul exigem que tenhamos mais competência, mais ousadia e, eu diria, mais rapidez.

O processo de integração da América do Sul, que aos olhos de alguns parecia impossível, está acontecendo. A América do Sul vive, possivelmente, desde a descoberta espanhola e portuguesa, desde a independência dos países de língua espanhola e da independência do Brasil, possivelmente esteja vivendo o seu melhor momento de governantes progressistas. Nas eleições que têm acontecido na América do Sul, fica cada vez mais demonstrado ao mundo que o povo um pouco que se cansou da mesmice do século XX. E o povo resolveu então escolher outros governantes.

Parece ironia do destino, mas pessoas que estavam quase predestinadas a nunca chegar à Presidência da República chegaram. A começar pelo Presidente Chávez, que conheci em 1992, se não me falha a memória em Cuba, que me parece tinha acabado de sair da prisão porque tinha tentado dar um golpe na Venezuela. E eu pensava: eu acho que esse golpista nunca mais chegará a ser Presidente da República da Venezuela. Pouco tempo depois, Chávez era eleito democraticamente, para Presidente da República da Venezuela. Depois vieram as minhas eleições no Brasil.

Eu particularmente já estava cansado de perder eleições. Eu perdi em 82, para governador do Estado de São Paulo, perdi em 89, perdi em 94 e perdi em 98. Havia companheiros meus que ficavam torcendo para que eu desistisse. E eu tinha a convicção de que era apenas uma questão de tempo, que eu ia ganhar as eleições. Uma vez, em 1982, eu fui candidato a governador do Estado de São Paulo. Tive 1,2 milhão de votos. Eu me senti, Chávez, o mais frustrado dos seres humanos. Eu pensei em desistir da política. Porque nós fazíamos comícios muito grandes, o que eu dava de autógrafos daria para me eleger. E o último comício que eu fiz, no centro de São Paulo, me convenceu de que eu iria ganhar as eleições. Ao terminar as eleições, eu tinha obtido somente 10% dos votos.

Ou seja, frustração que eu pensei que não iria superá-la. Logo em seguida eu fui a Cuba e tive uma conversa com o Fidel. E estava comentando com o Fidel que eu estava pensando em nunca mais ser candidato, porque eu tinha me convencido de que trabalhador não votava em trabalhador. Não era tão simples assim: um dirigente sindical ser candidato a alguma coisa e achar que todos os trabalhadores votariam nele somente pelo fato de ele ser trabalhador.

E no momento de maior desânimo, Fidel me fez a seguinte pergunta: “Lula, você conhece algum lugar do mundo no qual um trabalhador, um operário, já tenha obtido 1,2 milhão de votos? É só pegar a história das eleições no mundo que você vai perceber que o que aconteceu em São Paulo com você foi um feito histórico, ou seja, um operário ter 1,2 milhão de votos na primeira eleição que disputou”. Aquilo me animou. Embora o Fidel nunca tivesse participado de uma eleição, eu falei: esse conselho é um conselho bom. E voltei com disposição de continuar fazendo política. Depois de três derrotas, eu cheguei à Presidência da República do Brasil. Nas primeiras conversas que tivemos Chávez e eu, começamos a sonhar com uma perspectiva de integração da América do Sul.

Logo em seguida veio a eleição do companheiro Kirchner; depois a eleição mais tarde do companheiro Tabaré; já tínhamos Lagos no Chile e depois Michelle; depois a eleição de Evo Morales; mais tarde a eleição de Rafael Corrêa, e mais recentemente a eleição do Lugo. Se um historiador resolver escrever um livro sobre as mudanças na América do Sul, ele vai constatar que é um momento ideológico sem precedentes na América do Sul. Agora aumenta nossa responsabilidade. Por quê? Porque precisamos provar que a esquerda, ao chegar ao governo, tem competência para governar.

A vida inteira, Chávez, sofremos as acusações de que nós éramos bons para discursar mas não tínhamos competência para governar. Aqui, Chávez, tem muitos empresários brasileiros, que hoje são meus amigos, e que durante muito tempo tiveram muita desconfiança se era possível ganharmos as eleições e fazermos a coisa acontecer. Aqui na Venezuela eu tenho certeza de que aconteceu a mesma coisa, com o Evo Morales

aconteceu a mesma coisa. E o que nós temos percebido? É que os indicadores econômicos e os indicadores sociais têm demonstrado que o avanço da América do Sul é o maior de muitas e muitas décadas. Aos poucos, os pobres vão sendo menos pobres.

Aos poucos, as pessoas vão tendo direito àquilo que lhes foi negado durante praticamente todo o século XX. Muitos governantes estavam convencidos de que o pobre era pobre e que portanto, era preciso governar para uma parcela da sociedade que tinha poder de pressão. E para o povo pobre... ele não tinha capacidade de organização, não tinha capacidade de pressão, “vamos fazendo o que é possível”.

Eu, ontem, estava em um comício inaugurando uma obra com o Evo Morales e eu dizia ao ministro que estava ao meu lado: olha a cara do povo indígena da Bolívia, olha o sofrimento a que essas pessoas foram submetidas, votando em pessoas que não falavam nem espanhol, votando em gente que tinha os olhos verdes, em gente que freqüentava mais Miami do que seu próprio país. A vitória do Evo foi quase a consagração de um povo oprimido, na América Latina, tanto no Brasil como na América espanhola, desde que os espanhóis e os portugueses chegaram aqui. Eu dizia para o meu companheiro: essa gente, ao votar em Evo Morales, deu o grande grito de independência que esteve sufocando a população indígena durante cinco séculos. E eu sei de todos os preconceitos de que o Evo foi vítima, mas sou parte viva da história a testemunhar que nunca aquele povo foi tratado com o carinho, com o respeito e com a determinação com que o companheiro Evo tem tratado os índios da Bolívia.

Eu acompanhei o começo do teu governo aqui na Venezuela, acompanhei aquele golpe que te deram aqui e acompanhava muito de

perto o que algumas pessoas falavam de você. Eu te disse um dia que eu nunca pensei na vida em ser vítima de alguns setores de comunicação no Brasil, como você foi aqui na Venezuela. E o que aconteceu no Brasil não foi diferente do que aconteceu aqui, do que acontece na Bolívia e do que acontece em muitos países do mundo quando as pessoas que não fazem parte da elite dirigente chegam ao poder.

Aí começam a se incomodar com as coisas boas que nós fazemos. Os empresários brasileiros, Chávez, sabem do carinho que o meu governo tem dado à Venezuela e sabem o quanto eu tenho incentivado eles a visitarem a Venezuela. Alguns falavam assim para mim: “Mas nós vamos para a Venezuela fazer uma fábrica e depois o Chávez vai tomar a fábrica?” Quantos falaram... Quantas vezes eu conversei com o Emílio... Estou vendo o Emílio escondido atrás das câmeras aí. Por que eu tenho incentivado os empresários brasileiros a virem aqui? Porque também eu tenho consciência de que é muito bom para o Brasil que a Venezuela esteja desenvolvida.

É muito importante para que a gente possa construir uma balança comercial equilibrada, e as empresas brasileiras se instalando aqui na Venezuela e produzindo aqui, não vão apenas atender ao mercado venezuelano. Vão exportar parte da produção para outros países e para o Brasil também, para que a gente não tenha uma balança comercial muito vantajosa para o Brasil, como nós temos hoje.

A relação comercial é muito importante quando há um equilíbrio, e a Venezuela não tinha muita opção se não houvesse essa determinação do governo de industrializar a Venezuela, porque ou compra do Brasil ou compra dos Estados Unidos. Ideologicamente é mais correto comprar do Brasil. Ou compra da Europa ou compra do Japão... Mas nós que

fazemos parte do governo brasileiro, e foi essa a idéia da construção da Refinaria Abreu e Lima, é para que a gente possa importar coisas da Venezuela, para que a gente possa equilibrar as nossas relações, e para que a Venezuela não fique a vida inteira dependendo apenas do petróleo. Eu me lembro de uma conversa que eu tive com o presidente Chávez, quando ele me levou a uma base militar para me mostrar, orgulhosamente, os Sukhoi que ele tinha comprado.

Ao mesmo tempo, tinha uma crise alimentar, faltavam muitos produtos no mercado da Venezuela. Eu me lembro que eu falei com o Chávez que no hotel em que a gente estava não tinha leite. E eu dizia para o companheiro Chávez: Chávez, o Brasil pode ajudar a Venezuela a fazer uma revolução (incompreensível). Para nós, seria mais interessante continuar vendendo produtos, mas para nós, também, qualquer país, seja ele pobre ou rico, tem que ter na segurança alimentar condição, eu diria, de prioridade para defender a sua soberania nacional, para defender os interesses estratégicos do Estado.

E aqui fizemos um acordo, e veio para cá a Embrapa, um instituto de pesquisas no Brasil, na verdade uma empresa brasileira de pesquisas que é motivo de orgulho para o Brasil e motivo de orgulho para o mundo, porque é a empresa que detém a mais importante tecnologia na agricultura tropical do mundo. Aqui na Venezuela tem tudo o que Deus quer que tenha um país para produzir alimentos. Tem terra, tem água, tem sol. O que precisa apenas é plantar, e para plantar precisa o quê? Tecnologia, e é isso o que está acontecendo. E eu saio daqui, Chávez, muito orgulhoso com esse projeto que estamos visitando. Segundo, a questão industrial. Instalamos também em Caracas, em um acordo que fizemos, a ABDI, uma instituição brasileira com experiência em

elaboração de projetos industriais, para ajudar com conhecimento e com experiência para que a Venezuela possa montar o seu parque industrial.

Com o petróleo que tem, com auto-suficiência na agricultura e com um bom parque industrial a Venezuela, certamente, sofrerá nos próximos anos uma transformação que deixará muita gente com inveja do que o teu governo conseguiu fazer na Venezuela. Por isso estamos aqui, com ministros, com empresários, consolidando a nossa relação política, a nossa relação comercial e também a nossa relação cultural. Eu estou convencido, Presidente Chávez, que o que nós conquistamos até agora será irreversível. Muito mais difícil foi quando Pérez Alfonso, pela primeira vez ministro do petróleo aqui neste país, tentou dizer que os americanos precisariam pagar um pouco mais pelo petróleo, porque pulou de US\$ 2 para US\$ 10, de 10 para 40, de 40 para a Opep, e hoje a Venezuela pode dizer de forma categórica que ela é definitivamente “dona do seu nariz” e dona do seu petróleo.

Não há valor mais importante para um governante e para uma nação, do que levantar de manhã e perceber que somos um pouco mais independentes, que somos um pouco mais donos de nossas coisas e que podemos fazer um pouco mais pelas pessoas que são a razão da nossa existência no governo. Mas tudo, Rafael, estava maravilhoso... meu caro Gabrielli, quando o petróleo estava US\$ 150 o barril. Hoje eu vi pela manhã na televisão, o Brent está a US\$ 47. Ou seja, em poucos meses subiu de 30 para 150, sem nenhuma explicação, e em pouco tempo desceu de 150 para 30, também sem nenhuma explicação. Toda vez que eu perguntava ao Gabrielli, ele me dizia: “É o consumo chinês”. Quando na verdade, os chineses continuam consumindo, significa que não eram os chineses, significa que era

a especulação com o petróleo no mercado futuro. Como também foi a especulação com a soja e commodities no mercado futuro que elevou os preços de forma absurda, gerando uma especulação, que gerou uma bolha que explodiu. E aí nós percebemos: é a primeira vez na história que a crise não acontece em um país pobre, nem no Brasil, nem na Venezuela, muito menos na Bolívia ou no Haiti.

A crise acontece no coração do mundo desenvolvido, que tinha solução para todos os problemas dos nossos países, mas que agora não tem solução para os seus próprios problemas. Aliás, não tem conhecimento ainda, do conjunto do prejuízo que a crise financeira está trazendo neste momento para o mundo. O que me preocupa, Presidente Chávez é que não sejamos nós, os países em desenvolvimento, que estávamos crescendo 7, 5, 6, a 4% ao ano. A 9, 12, como a China, e que estávamos permitindo que no século XXI que o povo pobre pudesse ter acesso aos bens essenciais à vida humana, a ter acesso à água potável, a ter acesso à comida, seja a vítima dessa crise da qual nós não temos culpa.

Por isso precisamos chamar o mundo desenvolvido à responsabilidade de encontrar uma solução rápida antes que essa crise possa, novamente, fazer o mundo em desenvolvimento ter o seu desenvolvimento bloqueado, como tivemos nos anos 80 pela dívida externa. Ou seja, o meu País passou 20 anos sem crescer. Outros países, a Argentina, por exemplo, que era um país rico, empobreceu com os 20 anos de dívida externa.

Quando nos libertamos de tudo isso, vem essa crise financeira. E eu espero que o Presidente Obama, que vai tomar posse hoje ou amanhã? Segunda-feira? Ah, Lunes? Que vai tomar posse... eu espero que Deus coloque a mão na cabeça dele e que lhe dê inteligência e sensibilidade para que ele perceba que tem

que resolver essa crise logo, que não pode permitir que os países pequenos da América Latina, do Caribe, que dependem quase que exclusivamente das exportações para os Estados Unidos, sofram por uma crise que não pagaram.

Que o Presidente Obama possa olhar para a América Latina com um olhar democrático, com um olhar de simpatia, não vendo aqui nada do que eles viram nos anos 60. Que veja aqui uma região que aprendeu a conviver na democracia, que aprendeu a se desenvolver, que aprendeu a cuidar dos pobres, e que por isso os Estados Unidos precisariam olhar para a América Latina com um olhar de desenvolvimento, com um olhar de investimento, com um olhar... um olhar de chefe de Estado sem preconceito. Que olhe para Cuba. E Cuba não precisa de nenhum favor. Cuba não precisa fazer nenhum gesto, é só colocar fim a um bloqueio perverso que proibiu que a Revolução Cubana seguisse a sua trajetória normal. Eu fico imaginando um país com uma formação acadêmica que Cuba tem, com a qualidade da escola em Cuba, se não tivesse o bloqueio, que país extraordinário e desenvolvido seria Cuba.

E portanto, não existe mais explicação, não existe nenhuma explicação - nem política, nem sociológica, nem ideológica, nem científica - para que o bloqueio continue, é apenas uma questão de gesto. Até porque o presidente Obama ganhou as eleições junto aos cubanos que moram em Miami. Eu diria, Chávez, que a Venezuela tem uma importância extraordinária nesse momento que foi marcado por divergências entre o teu governo e o governo Bush. Eu penso que em algum momento, você e Obama vão se encontrar.

Acho que Evo e Obama vão ter que se encontrar. Porque eu não vejo o Obama como um presidente normal para os Estados Unidos.

Eu vejo o fato do povo americano ter feito com que um negro fosse eleito Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, é um gesto extraordinário, e eu penso que o Obama tem que transformar esse gesto do povo americano em um gesto de transcendência da política americana para a América Latina, respeitando a nossa soberania, as nossas democracias e uma convivência igualitária entre nós.

Certamente nós vamos ter chance de conversar com o Presidente Obama. E certamente temos que conversar antes que o aparelho de Estado tome conta, porque você sabe que a máquina é poderosa e que se a gente não lutar contra ela, ela come a gente em pouco tempo e nós não fazemos aquilo que queríamos fazer. A máquina é capaz de fazer de nós uma coisa diferente daquilo que a gente pensava ser quando chegasse à Presidência da República. Pois bem, meu amigo e companheiro, eu estou dizendo essas palavras porque para mim o significado de termos chegado até onde chegamos é uma marca histórica que a nossa geração conseguiu produzir na América do Sul.

Espero que outros melhores venham e que a América do Sul nunca mais retroceda, que ela avance cada vez mais e que o povo pobre da América do Sul possa conseguir, no século XXI, conhecer a qualidade de vida e a dignidade que muitas vezes não foram permitidas a ele no século XX. Saio daqui, Chávez, com a convicção de que a partir dos acordos firmados aqui e outros acordos firmados em outro momento, vão permitir que a Venezuela se transforme numa grande nação capaz de garantir que cada prato de comida do povo venezuelano possa ser plantado pelas mãos do povo venezuelano.

Eu vi o orgulho daquelas mulheres que estavam plantando tomate; eu vi com orgulho o processo de irrigação que está acontecendo

aqui; vi com orgulho o canal que vai ser a base do desenvolvimento disto aqui. Agora, junto com este projeto tem que ter um processo de transformação, um processo de industrialização para que a gente possa baratear o preço do tomate. Eu perguntei para o Chávez quanto custava o quilo de tomate, e ele me disse que no mercado, fora, está por volta de US\$ 5 e que aqui dentro é mais barato para a comunidade. Ele mesmo me disse: “Só tem uma explicação para isso: a demanda é maior do que a capacidade de oferta. No dia em que a gente estiver plantando tomate para todo mundo, o preço vai cair e vai cair substancialmente”.

Assim vale para o frango, assim vale para a carne bovina, assim vale para o milho, para o arroz, para a soja, e eu estou convencido, Chávez, de que nos próximos dez anos, quem vier à Venezuela vai ver uma mudança extraordinária na economia venezuelana. Não vai ver aquela economia de um país rico em petróleo, vendendo apenas para um outro país e depois gastando o dinheiro do petróleo comprando o que comer de um país importador de petróleo. Eu acho que você escolheu o caminho certo.

O petróleo é muito importante (falha na gravação) ajudar a transformar a economia da Venezuela, sobretudo para aqueles que não se utilizam do petróleo, para aqueles que não trabalham nas empresas de petróleo. Mas para aqueles que estavam aqui no território da Venezuela sonhando durante séculos: quando é que o dinheiro do petróleo vai chegar até nós? E o que vocês estão fazendo é fazer com que esse dinheiro chegue em forma de oportunidades, de empregos, de distribuição de renda e de melhoria da qualidade de vida do povo da Venezuela. Por isso, meu companheiro, tenha certeza de que o Brasil, em qualquer momento, será sempre um parceiro da Venezuela. Quero, Chávez, terminar dizendo a você que tenha a

nossa solidariedade e que a nossa equipe de acompanhamento, acompanhe com muito carinho os acordos que foram firmados aqui. Que os nossos embaixadores acompanhem, para que a gente possa na próxima reunião, que será no Brasil, perceber que houve avanços nos acordos que fizemos hoje. Quero desejar aos companheiros da Venezuela toda a sorte do mundo e que a Venezuela conquiste o espaço a que ela tem direito na América do Sul e no mundo. Boa sorte.

DIA INTERNACIONAL EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE SOLENIDADE DO DIA INTERNACIONAL EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO. SÃO PAULO, SP, 27/01/2009

Meu caro presidente Fernando Henrique Cardoso,

Meu caro governador do estado, José Serra,

Meu caro governador Jaques Wagner, governador da Bahia,

Meu caro prefeito Gilberto Kassab,

Dom Odilo Scherer, arcebispo metropolitano de São Paulo,

Senhor Giora Becher, embaixador de Israel no Brasil,

Senhora Dilma Rousseff, ministra-chefe da Casa Civil,

Paulo Vannuchi, secretário especial dos Direitos Humanos,

Alberto Goldman, vice-governador de São Paulo,

Deputado Vaz de Lima, presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo,

Deputados federais,

Senadores,

Senhor Joseph Safra, presidente da Congregação e Beneficência Sefardi Paulista,

Senhor Cláudio Lottenberg, presidente da Confederação Israelita do Brasil,

Senhor Boris Ber, presidente da Federação Israelita do estado de São Paulo,

Senhores rabinos e representantes das associações judaicas,

Meus amigos e minhas amigas,

Agradeço o convite para participar, pelo quarto ano consecutivo, do Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto. Eu posso dizer que me sinto pessoalmente envolvido com a instituição desta data.

Em agosto de 2004, recebi de uma comitiva do Congresso Judaico Mundial e de líderes comunitários brasileiros - certamente alguns deles estão aqui presentes - uma petição à ONU solicitando medidas mais concretas na luta contra o anti-semitismo. Assinei de imediato o documento, afinal o Estado brasileiro foi co-patrocinador de diversas resoluções da ONU afirmando a importância de rememorar aquela tragédia.

Mais tarde, eu soube que o Brasil foi o primeiro país a subscrever aquela petição. Soube também que ela serviu de base para consagrar 27 de janeiro como o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto. Hoje, como em todos os dias, devemos nos empenhar na luta da memória contra o esquecimento. É preciso manter viva a lembrança, para que nunca mais se repita o assassinato em massa, o genocídio como ideologia e a limpeza étnica como razão de Estado.

O regime nazista promoveu a mutilação espiritual, a humilhação moral, a ruína material e a eliminação física de milhões de homens, mulheres e crianças. Vitimou judeus, comunistas, homossexuais, negros, ciganos, testemunhas de Jeová e todos que considerou inferiores na raça, no credo e na cor.

O Holocausto marcou o auge da crueldade humana e configurou o maior episódio de violência e covardia de nossa história, um episódio que não deveria ter ocorrido e que não pode nunca mais voltar a ocorrer.

É certo que a intolerância e a xenofobia ainda não foram totalmente extintas. No entanto, em todo o mundo a sociedade vem dando importantes passos na superação dos preconceitos.

Um grande exemplo acaba de se concretizar nos Estados Unidos. Lá, há poucas décadas, negros e brancos não tinham os mesmos direitos. E hoje, pela primeira vez, um negro é Presidente dos Estados Unidos.

O combate ao ódio e à discriminação já não é um grito isolado, mas integra o ideário das sociedades dos mais diferentes países.

Minhas amigas e meus amigos,

Ao participar deste evento, ano após ano, busco demonstrar o profundo respeito que eu e todo o governo nutrimos pelas comunidades que compõem a grande nação brasileira.

Eu me orgulho de ser presidente de um país marcado pela diversidade, onde a tolerância

garante o respeito mútuo a todos. Temos uma legislação clara e rigorosa no que se refere a todas as formas de intolerância. Somos uma das poucas democracias do mundo, talvez a única, em que a Constituição garante que para crime de racismo não deve existir nem fiança, nem prescrição.

O Brasil não aceita discriminação. Judeus e árabes, sejam religiosos ou não, convivem pacífica e harmoniosamente em nossas cidades, dividem espaços e compartilham a construção e o desenvolvimento do Brasil. Por isso, o conflito entre Israel e Palestina, no Oriente Médio, atinge os corações e as mentes de todos, e nos obriga a evitar que o ódio contamine o nosso país. Mais do que tudo, o Brasil pode se valer dessa convivência pacífica para colaborar para a construção da paz.

Minhas amigas e meus amigos,

A diplomacia brasileira tem uma larga tradição de atuar de forma conciliatória na solução de conflitos, e no que se refere aos povos israelense e palestino, nosso Estado vem ao longo de seis décadas ratificando as resoluções internacionais que têm por objetivo garantir a coexistência pacífica e segura de dois Estados soberanos. Esse tem sido o sentido de todas as nossas manifestações, pois só assim alcançaremos a paz naquela região.

Eu tenho me esforçado pessoalmente para impedir que o ódio mútuo, acumulado

ao longo de décadas, acabe sufocando ainda mais as alternativas de paz. Como vocês sabem, recentemente determinei ao chanceler Celso Amorim que viajasse à região com o objetivo de apoiar os esforços para o cessar-fogo, o alívio da situação humanitária e o estabelecimento de uma paz reguladora.

Na ocasião, a diplomacia brasileira reiterou às autoridades sírias, israelenses, palestinas, jordanianas e egípcias, a necessidade de se evitar mais mortes e sofrimento na população civil de ambos os lados. Lembramos às partes envolvidas que há outros atores interessados em agir a favor de um entendimento, e a paz só tem a ganhar com a participação de países como o Brasil.

Todos sabem que o Brasil não está interessado nos resultados políticos e nos dividendos econômicos que podem ser obtidos na região. Nosso interesse exclusivo é o de contribuir para a paz duradoura e definitiva na região.

O Brasil tem condições e credenciais para participar, junto com outros países, de iniciativas que conduzam a um consenso para superar a violência e a irracionalidade. Por isso mesmo, apoiamos a realização de uma conferência internacional em seguimento à reunião de Annapolis, ocorrida em novembro de 2007, como um passo importante para o restabelecimento da paz na região, com base no reconhecimento do direito de constituição do Estado palestino viável, e da existência de Israel

em condições de segurança e de soberania.

O Brasil não aceita a escalada da violência como solução para os conflitos. Lamentamos profundamente a morte de civis, mulheres e crianças. Conclamamos o pronto estabelecimento das condições que permitam a plena retomada da assistência humanitária à população de Gaza e a tranquilidade para a população de Israel.

Guardo uma profunda esperança na construção do diálogo e continuarei empenhado para que, o mais rápido possível, aquela região viva uma trégua consistente que seja prenúncio de uma paz duradoura.

Minhas amigas e meus amigos,

Que este Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto ajude todos os homens e mulheres a se recordarem das iniquidades que tanto macularam a trajetória da Humanidade. Que ele fale à consciência coletiva sobre a necessidade de se reparar os danos sofridos no passado, de se interromper as injustiças do presente e de se evitar tragédias no futuro.

Espero, sobretudo, que este dia nos convide a olhar para as novas gerações, que não podem ser hostilizadas pelos erros cometidos por seus antepassados. Devemos garantir que as crianças e os jovens se desenvolvam em um ambiente onde a desconfiança mútua seja substituída pelo preceito bíblico, quando diz: “Ama teu próximo como a ti mesmo”.

Shalom. Muito obrigado.

ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA NAMÍBIA, HIFIKEPUNYE POHAMBÁ

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA NAMÍBIA, HIFIKEPUNYE POHAMBÁ. BRASÍLIA, DF , 11/02/2009

Excelentíssimo senhor Pohamba, Presidente da República da Namíbia e sua senhora,

Minha querida companheira Marisa,

Meu caro Ministro das Relações Exteriores da República da Namíbia,

Demais integrantes da delegação da Namíbia,

Ministro Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores,

Demais ministros brasileiros que estão participando desta recepção,

Senadores,

Deputados,

Empresários,

Convidados,

É com grande alegria que recebo hoje o Presidente Pohamba. Vossa Excelência está dando seguimento ao trabalho do companheiro Sam Nujoma na consolidação de uma democracia próspera e vibrante, que inspira a luta por paz e justiça em toda a África.

Sua visita, amigo Pohamba, confirma a vitalidade do diálogo entre Namíbia e Brasil e nossa determinação em transformar, cada vez mais, o Oceano Atlântico em nossa fronteira comum, uma ponte entre nossos povos. É o que estamos fazendo por meio da missão naval

que a Marinha do Brasil mantém na Namíbia. Desde 1998, quase 500 oficiais namibianos receberam treinamento no Brasil, e atualmente outros 162 integrantes da Marinha da Namíbia estudam em nosso país. Graças a esses laços, podemos ouvir português com sotaque brasileiro nos meios militares desse querido país africano.

Quando estive na Namíbia, em 2003, uma embarcação brasileira foi incorporada às Forças de Defesa, e no mês passado entregamos à Marinha da Namíbia um navio-patrolha construído no Brasil. A partir do segundo semestre deste ano, chegarão quatro lanchas-patrolha também produzidas no Brasil. A Namíbia estará dando, então, passo decisivo para exercer plenamente sua soberania sobre seus recursos marítimos. Os excelentes resultados dessa cooperação nos encorajam a levar nossa parceria para outros setores prioritários.

O empenho que o governo do Presidente Pohamba dedica às políticas sociais abre extraordinárias possibilidades de colaboração no combate à fome, à pobreza e à exclusão social. Assim como o Brasil, a Namíbia reconhece no atendimento das necessidades dos segmentos mais carentes instrumento

fundamental de resgate de nossa dívida social.

Com a abertura de escritórios da Embrapa e da Fiocruz no continente africano, ficou mais fácil compartilhar avanços nas áreas da agricultura e da saúde. Estão criadas as condições para juntarmos esforços para realizar o potencial da agricultura familiar como fonte de empregos e segurança alimentar para nossas populações mais vulneráveis.

Sei que podemos contar com o indispensável engajamento do setor privado para realizar as possibilidades da parceria entre nossos países. O comércio bilateral aumentou mais de seis vezes desde 2002. Somente no último ano cresceu 40%. Mas precisamos ampliar e equilibrar nossas trocas, com o Brasil importando mais produtos da Namíbia. Por isso, missão empresarial brasileira irá à Namíbia, em julho deste ano, em busca de novas possibilidades de negócios.

No setor energético, as empresas brasileiras já saíram na frente. Há forte interesse em participar no projeto do aproveitamento hidrelétrico do rio Cunene, na fronteira com Angola. Outra área promissora é a área de biocombustíveis. O Presidente Pohamba visitará amanhã a sede da Petrobras para conhecer a revolução que o Brasil está realizando em matéria de fontes alternativas de energia. Uma revolução que combina energia limpa e renovável com segurança alimentar para todos.

Caro amigo Pohamba,

Meu governo elegeu a África como prioridade. Visitei 20 países, em nove viagens ao continente. Abrimos ou reativamos 16 novas embaixadas. Na reunião de nossos embaixadores na África, que convoquei para a próxima semana, vamos analisar iniciativas e projetos que tornarão sustentável e duradoura a parceria com um continente mais autoconfiante e determinado a tomar seu destino em suas próprias mãos. O Brasil deseja

que essa aliança seja ainda mais ambiciosa, que aproxime os dois continentes.

Esta é a mensagem que vamos levar para a II Cúpula África-América do Sul, que se realizará em Caracas, em agosto próximo. No momento em que os países em desenvolvimento são as principais vítimas de uma crise financeira que não criaram, temos a oportunidade e o desafio de buscar ações genuinamente coletivas e solidárias.

Ao longo de vários anos, países em desenvolvimento como a Namíbia e o Brasil se dedicaram à árdua tarefa de estabilizar suas economias e promover políticas de inclusão social e de combate à pobreza. Mas não podemos atuar sozinhos contra os efeitos de uma turbulência que golpeia, sobretudo, as mais fortes economias do Planeta.

O comércio é, certamente, parte da solução. O protecionismo, em contrapartida, só servirá para agravar a crise econômica. Um acordo na Rodada de Doha, da OMC, enviará uma poderosa mensagem para os mercados e dará novo fôlego à economia global.

Os países em desenvolvimento vêm apontando o caminho. O aumento do comércio e dos investimentos Sul-Sul tem atenuado o impacto perverso da recessão que se alastra mundialmente. Por meio do Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira Sul-Africana estamos na vanguarda desse esforço.

Mas não basta reformar as regras do comércio internacional. Precisamos buscar um sistema de governança global mais democrático. Os processos decisórios não podem continuar concentrados nas mãos de poucos, ignorando-se as aspirações dos países em desenvolvimento e das grandes economias emergentes.

Por isso, reitero meu reconhecimento pelo apoio do governo da Namíbia à aspiração brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Entendemos esse gesto

como voto de confiança na capacidade de o Brasil contribuir para a construção dessa nova ordem mais legítima e, sobretudo, mais justa.

Meus amigos, minhas amigas,

É com esse espírito de confiança que convido todos os presentes a brindar o destino comum de brasileiros e namibianos. Faço a Vossa Excelência votos de continuado êxito na liderança dessa querida nação africana, bem como de saúde e felicidade pessoal.

VISITA DO PRESIDENTE DA COLÔMBIA, ÁLVARO URIBE

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, APÓS ASSINATURA DE ATOS, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DA COLÔMBIA, ÁLVARO URIBE. BRASÍLIA, DF , 17/02/2009

Excelentíssimo Senhor Álvaro Uribe,
Presidente da Colômbia,

Senhor Jaime Bermúdez, Ministro das
Relações Exteriores da Colômbia,

Embaixador Celso Amorim, Ministro das
Relações Exteriores,

Luis Guillermo Plata, Ministro do
Comércio, da Indústria e Turismo da
Colômbia,

Miguel Jorge, Ministro do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior,

Amigos da delegação colombiana,

Companheiros brasileiros,

Amigos da imprensa,

Com grande alegria recebemos o Presidente Álvaro Uribe em sua primeira visita de Estado ao Brasil. Este é um momento especial de nossas relações. Momento marcado pela cooperação e solidariedade.

O governo colombiano e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha comemoram a libertação de seis reféns no início deste mês. Abriram-se esperanças para os que ainda permanecem sequestrados e há novas perspectivas para a paz e conciliação dos colombianos. O Brasil colaborou para o

retorno dessas pessoas ao convívio de seus familiares. Seguimos à disposição para ajudar no que for preciso, sempre e quando solicitados.

O excelente nível de nossas relações se expressou na criação da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia, que nos vai permitir realizar uma agenda ambiciosa de cooperação nas áreas de desenvolvimento sustentável na Amazônia, ciência e tecnologia, agroindústria, educação e cultura.

Nos últimos quatro anos, nosso comércio aumentou 150%. Em 2008, as trocas alcançaram a cifra recorde de US\$ 3 bilhões, sendo que as exportações colombianas para o Brasil subiram 94%. A Comissão de Monitoramento do Comércio, que decidimos instituir, permitirá aumentar e equilibrar nosso intercâmbio nesse contexto de crise em que vivemos.

Os investimentos brasileiros na Colômbia somam US\$ 1,5 bilhão. Nossas empresas levam empregos, tecnologia e competitividade aos principais setores da economia colombiana, como energia, infraestrutura, siderurgia e automobilística. O encontro empresarial de

que Vossa Excelência participou ontem na Fiesp estimulará novos investimentos nos dois sentidos.

Nossos países podem unir esforços na área dos biocombustíveis. Colômbia e Brasil trabalham conjuntamente para preservar e proteger a diversidade biológica e o patrimônio hídrico da Amazônia. Temos de garantir o desenvolvimento sustentável de uma região onde vivem mais de 25 milhões de pessoas.

A Comissão de Vizinhança vai aprofundar nossa cooperação em benefício de nossas populações fronteiriças, sobretudo na região de Leticia e Tabatinga.

Estamos avançando igualmente no plano tecnológico. Assinamos o Acordo de Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais. Com ele, vamos impulsionar nosso intercâmbio científico no campo da tecnologia espacial.

Caro amigo Presidente Uribe,

O mundo está testemunhando uma crise de crédito gerada nos centros financeiros que contaminou a economia internacional. Aumenta a responsabilidade dos governos. Os impasses econômicos exigem soluções políticas.

Este é momento de adotar políticas públicas consequentes e solidárias para corrigir a desordem econômica global e mitigar seus efeitos negativos. Sei que seu governo está fazendo importantes esforços e acaba de anunciar vultosos investimentos, sobretudo em projetos de infraestrutura, energia, educação e saneamento básico.

No Brasil, combinamos políticas macroeconômicas responsáveis com medidas anticíclicas que estimulam a geração de empregos e o aumento da produção. Nosso Programa de Aceleração do Crescimento investirá R\$ 646 bilhões, até 2010, em infraestrutura logística, energética e social.

A ampla rede de proteção social que implantamos no Brasil serve de anteparo para

os efeitos mais nefastos da crise. Incorporamos cerca de 10 milhões de brasileiros ao mercado de trabalho. Mais de 20 milhões deixaram a situação de pobreza extrema. A classe média é agora maioria no Brasil: 53% da população. Não podemos deixar que esses ganhos sociais, duramente conquistados, sejam revertidos.

No plano externo, necessitamos atuar juntos. O multilateralismo deve ser fortalecido. A recuperação da economia internacional depende, mais do que nunca, dos países em desenvolvimento. Devemos combater práticas protecionistas dos países desenvolvidos. O protecionismo só aprofunda a crise. Precisamos atuar de forma coordenada nos foros de negociação internacionais.

Estamos preparados, na América do Sul, para enfrentar esses desafios. Percorremos um longo caminho até a formação da Unasul. Ela já demonstrou sua enorme utilidade como fator de estabilidade institucional e democrática na América do Sul. Registro o apoio decisivo da Colômbia para a criação do Conselho de Defesa da Unasul. A integração promove oportunidades de desenvolvimento e bem-estar na região. Podemos e vamos fazer muito mais. A Colômbia tem despertado o interesse de investidores brasileiros em vários setores. Neste momento, empresas brasileiras desejam participar no projeto de construção da Ferrovia do Carare, empreendimento com potencial para gerar quatro mil empregos diretos.

Presidente,

O Brasil teve o privilégio de sediar a primeira Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, na Bahia, em dezembro. Em 200 anos de vida independente, nunca os países latino-americanos e caribenhos haviam se reunido sem a intermediação de outros interlocutores.

Temos a responsabilidade de dar seguimento à agenda definida na Declaração de Salvador e aprofundar uma perspectiva regional própria.

Por isso, nós queremos convidá-lo também para continuarmos a somar forças pelo avanço da integração latino-americana e caribenha num ambiente de pluralismo e diversidade, com respeito mútuo e com base na cooperação e no diálogo.

Meu caro companheiro Uribe,

Eu penso que você e eu, que chegamos a Presidentes da Colômbia e do Brasil no mesmo ano - eu cheguei a partir de outubro de 2002 e você chegou no começo do ano - a Colômbia, que tem eleições em maio do próximo ano, e o Brasil, que tem eleições em outubro do próximo ano, [vão] exigir que nesse pouco mais de um ano que [temos] como Presidente da Colômbia e do Brasil, possamos fazer um pouco mais do que fizemos nesses seis anos, e poderemos fazer um pouco mais do que aquilo que foi feito praticamente durante todo o século XX.

A verdade é que, embora nunca quiséssemos admitir publicamente, os nossos países sempre se colocaram mais de costas um para o outro, e sempre olhamos os nossos irmãos ricos da América do Norte e da Europa. Essa crise econômica, que para alguns parece um pesadelo sem fim, para nós precisa ser encarada como uma oportunidade extraordinária de fazermos aquilo que certamente saberemos fazer, mas que nunca ousamos fazer porque sempre recebíamos o prato pronto dos chamados países desenvolvidos. Algumas coisas, que eu penso que nós precisamos mudar de comportamento e mudar as ações do governo.

Na minha vida pessoal, Uribe, muitas vezes eu vejo pessoas que se separam, pessoas que ficam viúvas, e as pessoas pensam que o mundo acaba quando morre alguém. Normalmente, a pessoa fica na beira de um caixão, achando que o mundo acabou, porque não sabe o que vai fazer no dia seguinte. Normalmente, você encontra as pessoas um ano depois, elas estão felizes e estão fazendo coisas que elas jamais

imaginaram fazer na vida, porque elas nunca tinham tido a oportunidade de tomar decisões por conta própria. Sempre havia alguém que se considerava mais preparado para dizer o que [deveriam fazer].

Vamos imaginar a crise que aconteceu nos anos 90, no mundo inteiro. Vamos imaginar o que aconteceu com a crise asiática, com a crise mexicana, elas não totalizaram US\$ 200 bilhões de prejuízo. Por ocasião daquelas crises, quase todos os países da América do Sul quebraram, quase todos os países emergentes tiveram problemas muito sérios. Naquela época, eu me lembro porque, em uma parte eu era oposição e na outra eu virei governo, quanto os países ricos sabiam encontrar soluções para nós. Quantos palpites o FMI dava de como deveríamos fazer o ajuste fiscal, de como deveríamos controlar gastos, de como deveríamos conter investimentos. O Banco Mundial, ou seja, todo mundo se achava no direito de dizer o que nós deveríamos fazer. Às vezes você recebia um empresário, às vezes você recebia um Ministro de outro país, e ele começava a conversa dizendo o que a gente tinha que fazer no Brasil para as coisas darem certo.

Eu também aprendi, na minha vida pessoal, que quando a gente mora em um bairro que um vizinho tem um problema, nós temos todas as soluções para os problemas dos nossos vizinhos, mas quando o problema é dentro da nossa casa, os problemas ficam muito mais difíceis. Eu estou vendo agora os países ricos sem muita solução para os seus problemas internos. Eu já não vejo mais o Banco Mundial, o FMI e outras instituições darem tanto conselho aos Estados Unidos, à Europa, como davam a nós. Possivelmente, porque agora a dor do calo seja no pé deles e não no nosso pé.

Por que eu estou dizendo isso, Uribe? Primeiro, porque eu sou um torcedor fanático

da Seleção brasileira, do meu time no Brasil, que é o Corinthians, do crescimento da América do Sul e do acerto que tiveram a Europa e os Estados Unidos. Eu digo todo dia: eu rezo para o Obama aquilo que eu não rezei para mim, porque eu sei da importância dos Estados Unidos para o comércio mundial, eu sei da importância dos Estados Unidos para a América Latina, e eu sei que se os Estados Unidos se recuperarem logo, melhor para todo mundo. Se eles não se recuperam logo, pior para todo mundo. Eu rezo também para que a Europa se recupere. Que aqueles homens que sabiam tudo sobre a Colômbia, sobre o Brasil, sobre a Argentina, saibam um pouco sobre eles e que tomem as decisões que precisarem tomar para estancar essa crise.

Nesta semana as revistas publicam que o PIB de quase todos os países europeus caiu. Eu sei que não vai retomar um crescimento rápido, mas que pelo menos pare de cair. E é preciso tomar as medidas urgentes que têm que ser tomadas. Eu espero que no dia 2 de abril, quando o G-20 estiver reunido em Londres, a gente tenha a sabedoria de tomar as decisões corretas para que o mundo volte à normalidade, para que o sistema financeiro internacional seja controlado e para que as pessoas não façam da atuação do sistema financeiro uma verdadeira jogatina irresponsável, como foi feita nos últimos anos.

Pois bem, o que nós poderemos fazer aqui na América do Sul. Primeiro, eu quero te dizer que no Brasil, certamente, nós não cresceremos o tanto que nós crescemos em 2008, mas certamente o Brasil vai ter uma desaceleração, e não uma recessão econômica. Segundo, nós estamos mantendo todos os investimentos públicos do governo federal e estamos aumentando os investimentos. Terceiro, nós estamos pedindo para que os Ministros de infraestrutura façam contratos, nas obras de infraestrutura em nosso país, em

dois turnos ou em três turnos, para que a gente possa suprir a demanda por empregos no Brasil. Terceiro, nós colocamos mais R\$ 100 bilhões no nosso Banco de Desenvolvimento, para que ele tenha recursos para financiar o projeto das empresas brasileiras aqui no Brasil e também das empresas brasileiras em outros países. Eu estou sabendo que empresas brasileiras que tinham grandes investimentos na Colômbia, por alguma razão, desativaram os seus investimentos. O meu compromisso público contigo é fazer com que nós tenhamos, aqui no Brasil, uma conversa com essas empresas, e que o BNDES possa trabalhar para que a gente possa manter o financiamento do investimento, porque nós temos uma relação muito próspera com a Colômbia, temos uma vantagem na balança comercial, e nós queremos que essa balança comercial seja mais equilibrada. Portanto, é importante que empresas brasileiras produzam na Colômbia, gerem empregos na Colômbia, e gerem também equilíbrio na balança comercial.

Uma coisa que nós precisamos nos provocar, apenas para você e eu pensarmos: por que a nossa balança comercial não é feita nas nossas moedas? Por que nós temos que comprar dólar para tratar das exportações colombianas para o Brasil e das brasileiras para a Colômbia? O que nós precisamos é colocar os nossos Ministros da Fazenda, os nossos Presidentes de Banco Central para se sentarem em torno de uma mesa e criar regras para que a gente não precise ficar dependente do dólar, que está cada vez mais escasso e cada vez mais problemático. Por isso é que eu rezo todo dia pelo Presidente Obama, para ele fazer as coisas certas e trazer vantagens para nós.

Eu quero terminar, Uribe, dizendo para você que a relação que o Brasil está construindo com a Colômbia é uma relação, possivelmente, mais forte do que em qualquer outro momento da nossa história. O Brasil tem que assumir

a responsabilidade pela quantidade de fronteiras secas que temos em toda a América do Sul, o Brasil não pode se dar ao luxo de esquecer que tem países na América do Sul com mais carência econômica do que o Brasil, com menos possibilidade de conhecimento científico-tecnológico que o Brasil. E o Brasil, pelas suas características - sem nenhuma visão de hegemonia, como alguns já quiseram ter em outros momentos - nós queremos construir uma parceria sólida, em que a gente possa se tratar com mais confiança, com mais respeito e com mais companheirismo. Ou seja, nós estamos cercados por dois grandes oceanos, e se fosse um barco e afundasse, não escapavam nem colombianos e nem brasileiros. Portanto, é hora de nós aproveitarmos a crise e construir, com a inteligência das nossas assessorias, as coisas que nós ainda não conseguimos fazer.

Eu sei que para a Colômbia ter um crédito do Brasil para comprar máquinas do Brasil, muitas vezes é mais caro do que pegar dinheiro em outro lugar. Eu sei também que as garantias, muitas vezes, têm problema de país para país, de Banco Central para Banco Central, de Ministro da Fazenda para Ministro da Fazenda.

Se nós conseguirmos determinar uma lógica na Unasul, em que a gente possa estabelecer, definitivamente, uma troca comercial em moedas próprias, nós já estaremos nos livrando de um grande problema, que é o nosso pequeno empresário precisando procurar dólar para poder financiar as suas exportações. Nós vamos ter que trabalhar como nós, aqui no Brasil, poderemos contribuir para financiar essas nossas exportações.

Eu, Uribe, vejo nesta crise uma grande oportunidade para a gente ter um pouco mais de ousadia, um pouco mais de coragem e fazer o que, em tempo de normalidade, nós achávamos que não podíamos fazer porque Basiléia não concordava, porque o Banco

Mundial não achava bom, porque o FMI não aceitava, porque, quem sabe, os Estados Unidos não vissem com bons olhos, quem sabe a União Européia não entendesse bem.

Eu acho que agora, meu caro companheiro Uribe, nós precisamos fazer com muito mais ousadia e muito mais coragem aquilo que nós, em outros momentos tivemos, eu diria, inibição de fazer, tivemos, eu diria, até preocupação em fazer porque não sabíamos qual seria a [reação] dos chamados países desenvolvidos. Na hora da crise, o que fica provado é que o nosso povo depende das nossas ações; na hora da crise, o que fica provado é que nós é que temos que resolver os nossos problemas, porque quem anda nas ruas de Bogotá é você, quem anda nas ruas de Brasília sou eu. O nosso povo não vai se queixar na ONU, o nosso povo não vai se queixar para nenhum Presidente de outro país. Eles vão cobrar é de nós, da Argentina ao Suriname.

Nós vamos ter que encontrar uma solução diferente para agir enquanto continente, com muita responsabilidade, porque nós poderemos sair dessa crise mais fortalecidos do que entramos nela. Eu acredito nisso, trabalho para isso, e quanto mais as pessoas falam em crise no meu ouvido ou mais eu leio [sobre] crise na imprensa, mais eu tomo decisão de fazer investimentos neste país.

Recentemente, nós fizemos uma discussão, a Petrobras tinha investimentos de US\$ 112 bilhões até 2010. Nós aumentamos para 174 bilhões até 2013. Agora decidimos, Uribe, e na próxima semana certamente estarei anunciando 1 milhão de casas populares. Nós queremos fazer com que os setores que possam gerar empregos com mais facilidade supram o desemprego que possa haver em algum setor de ponta que depende de produtos importados. Nós pretendemos fazer outras medidas. Eu sou contra fazer pacote amplo econômico, mas, pontualmente, nós vamos fazer todas as

medidas para que o povo brasileiro saia dessa crise muito mais fortalecido, que o Brasil saia mais fortalecido. Eu torço para que, se nós trabalharmos com muita firmeza, se nós trabalharmos com muita convicção política, a América do Sul, ao terminar esta crise, esteja muito mais preparada para subir de patamar na economia mundial do que nós estávamos quando esta crise começou.

Eu acho extraordinário, e vou dizer para terminar: quando o Muro de Berlim caiu, muita gente ficou com uma certa bronca de mim porque eu disse que, finalmente, a esquerda mundial estava livre para refazer os seus pensamentos, criar novas doutrinas, pensar novas coisas. Alguns não gostaram, mas eu continuo convencido de que nada melhor do que a gente criar as condições de a nossa intelectualidade pensar e repensar, a cada dia, alguma coisa nova para ser colocada em prática.

O mesmo eu digo da crise econômica. Essa dívida nasceu, e todo mundo já sabe, de algumas décadas de irresponsabilidade - e a palavra correta é irresponsabilidade - de um sistema financeiro que não se preocupou com o setor produtivo, mas apenas [em] ganhar, e muitas vezes ganhando na especulação.

Quando ele quebra, nós não temos o direito de fazer com que os trabalhadores que vivem do seu salário, os pobres que ainda estão esperando a oportunidade de ganhar cidadania, a classe média dos nossos países, os nossos intelectuais, os nossos professores, os nossos trabalhadores rurais, sejam vítimas de uma crise que eles nem sabiam que existia.

Eu queria dizer essas palavras, Uribe, para dizer a você que acho que Brasil e Colômbia, mais os outros países da América do Sul [poderão] construir novas fórmulas de negociação, de balança comercial, de garantia de importação ou de exportação, de financiamento das nossas indústrias, sem ficar dependendo daquilo que nós dependemos durante todo o século XX, que era a boa vontade dos países ricos em fazer concessões aos países pobres.

Eu acho que agora chegou a hora de a gente dizer que nós, juntos, poderemos encontrar as soluções que cinco anos atrás ou seis meses atrás, pareciam impossíveis. Agora, não só é possível, como é necessário, porque afinal de contas, eu disse na ONU e vou repetir agora: o momento é de pensar politicamente e não pensar apenas economicamente.

Muito obrigado.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL EM APOIO À ECONOMIA PALESTINA PARA A RECONSTRUÇÃO DE GAZA

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL
EM APOIO À ECONOMIA PALESTINA PARA A RECONSTRUÇÃO
DE GAZA. SHARM EL-SHEIKH, EGITO , 02/03/2009

Senhor Presidente, Senhora Presidente,

Esta Conferência é, acima de tudo, uma demonstração de solidariedade ao povo palestino por parte da comunidade internacional e de compaixão com o seu sofrimento. Espero sinceramente que ela seja percebida e entendida por todos os envolvidos.

Mas esta Conferência também deve renovar a nossa resolução de estabelecer um Estado Palestino viável, em uma etapa inicial, convivendo lado a lado e em paz com Israel.

A falta de confiança dá poder aos radicais e tira daqueles que optaram pela moderação o apoio do seu próprio povo.

Concordo com aqueles que disseram que é importante apoiar a Autoridade Palestina. Eu mesmo já estive três vezes na Cisjordânia. Sou testemunha do progresso material alcançado na região.

Mas também gostaria de fazer eco às palavras de Bernard Kouchner, que dizia que está principalmente nas mãos de Israel garantir que a Autoridade Palestina possa cumprir as promessas do processo de paz.

É fundamental trazer melhorias ao dia-a-dia dos cidadãos comuns na Palestina e, para tanto, a dignidade moral é tão importante quanto as condições materiais.

É hora de paz, e não de processo de paz.

Senhor Presidente, Senhora Presidente,

É indispensável que a Resolução 1860 seja plenamente implementada. A ajuda humanitária e o comércio normal e legítimo devem circular livremente em Gaza. Pré-condições para o cumprimento de uma decisão do Conselho de Segurança não são aceitáveis.

O Brasil recebe com satisfação a disposição das forças políticas palestinas em formar um governo de reconciliação. Reconhecemos o papel do Egito na consecução desses desenvolvimentos.

Exortamos o novo Governo de Israel a engajar-se inteiramente no processo de paz.

Devem ser imediatamente interrompidos os graves obstáculos à solução da coexistência dos dois Estados, de que são exemplos a expansão dos assentamentos por Israel e o freqüente uso da força.

Mais do que nunca, a persuasão por parte da comunidade internacional é um ingrediente essencial para atingir a paz.

O Brasil acredita que todos os atores relevantes na região que estejam preparados para agir de forma construtiva devem ter uma chance de participar do processo.

Incorporar às discussões países em desenvolvimento de fora da região também daria mais legitimidade e traria novas idéias às conversações de paz. O Brasil encoraja a convocação de uma conferência em seguimento à reunião de Annapolis.

Senhor Presidente, Senhora Presidente,

Na minha visita à região durante o conflito, entreguei, em nome do povo brasileiro, 14 toneladas de alimentos e remédios para aliviar a situação humanitária em Gaza.

Esse não foi um evento isolado.

Nas conferências de doadores de Estocolmo e Paris, o Brasil contribuiu com um total de US\$10,5 milhões. A nossa colaboração em Paris foi a maior já feita pelo Brasil e uma das mais altas realizadas por países em desenvolvimento não-islâmicos.

Meu colega indiano fará menção à nossa contribuição com o IBAS, que inclui o Brasil, a Índia e a África do Sul.

Hoje tenho a honra de anunciar que o Governo brasileiro decidiu doar mais US\$10 milhões para a reconstrução de Gaza.

Com esse propósito, o Presidente Lula pediu ao Congresso que autorizasse essa doação com urgência.

Estamos convencidos de que a harmonia e a segurança irão certamente prevalecer sobre a discórdia e a agressão.

Obrigado.

VISITA DO PRESIDENTE DO URUGUAI, TABARÉ VÁZQUEZ

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DO
URUGUAI, TABARÉ VÁZQUEZ. BRASÍLIA, DF , 10/03/2009

Meu caro companheiro e amigo Tabaré Vázquez, Presidente da República Oriental do Uruguai,

Meu caro companheiro José Sarney, Presidente do Senado Federal,

Senhor Gonzalo Fernández, ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, e demais membros da delegação do Uruguai,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, por meio de quem cumprimento os demais ministros brasileiros aqui presentes,

Senhores parlamentares,

Amigos e amigas,

A satisfação com que recebo o Presidente Tabaré Vázquez, aqui em Brasília, não é apenas por sua condição de chefe de Estado de um país irmão. Estou, hoje, reencontrando um amigo, um companheiro. Há muitos anos, como líderes da oposição em nossos países, tivemos a oportunidade de compartilhar sonhos e esperanças.

Passados alguns anos, vimos que esses sonhos eram possíveis de serem realizados. Que nossas esperanças não eram meras utopias. Falta muito o que fazer, por certo.

Mas boa parte de nossos anseios se tornou realidade.

Sob sua liderança, amigo Presidente, a parceria privilegiada entre Uruguai e Brasil vem se reafirmando em resposta a uma realidade internacional que exige de nós clareza de propósito, coesão e solidariedade.

É significativo que sua visita ocorra quando comemoramos os 100 anos do Tratado da Lagoa Mirim, de 1909. Nele estabeleceu-se mais do que o condomínio entre nossos países sobre aquela lagoa. Forjou-se a aliança entre dois povos determinados a compartilhar um futuro de prosperidade e solidariedade. A implantação do projeto da hidrovía da Lagoa Mirim consolidará uma convivência verdadeiramente sem limites.

É por isso que estamos empenhados em levar adiante projetos de construção de pontes, portos e hidrovias. A nova ponte sobre o rio Jaguarão e a reforma da atual melhorarão nossas comunicações e nosso comércio.

A abertura do escritório do BNDES em Montevidéu é outro passo importante para consolidar nosso projeto de integração. Vai contribuir não apenas para que os investimentos brasileiros no Uruguai continuem a crescer.

Ajudará a diversificá-los para setores com grande potencial de integração de cadeias, como o aeronáutico, o farmacêutico, o naval, o de autopeças e o de informática.

Essa perspectiva levou a Petrobrás a decidir investir US\$ 100 milhões em melhorias na distribuição de gás e de combustíveis no Uruguai. A Petrobras também já sinalizou seu interesse na prospecção e exploração de petróleo e gás na plataforma continental uruguaia.

Para levar adiante projetos dessa escala, precisamos superar gargalos.

A linha de transmissão elétrica entre San Carlos, no Uruguai, e Candiota, no Rio Grande do Sul, dará maior segurança e eficiência aos nossos sistemas elétricos. Mas nossa integração energética regional não dispensa solidariedade, como aquela que leva nossos países a intercambiar energia em momentos de carência.

Meu caro companheiro Tabaré,

Nossa parceria é crucial para aprofundar o Mercosul. Temos de agilizar as negociações para eliminar a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum.

Decidi fortalecer o Focem, como instrumento fundamental na superação das assimetrias. Reitero aqui o compromisso, anunciado em Sauípe, de dobrar a contribuição brasileira ao Fundo. Assim garantiremos a todos os países os benefícios plenos de nosso projeto compartilhado.

Sua visita se realiza em momento de profunda transformação e incerteza do quadro internacional. Nossos países vivem os reflexos de uma crise que não criamos e que ameaça nossas conquistas no campo social e econômico. Os preços de nossos principais produtos de exportação vêm sofrendo forte volatilidade, reduzindo os recursos para nossos projetos de crescimento. Esse cenário

só confirma o acerto de nossa visão de fazer da América do Sul um pólo de desenvolvimento. Por isso, nossa região tem sido menos afetada pelas turbulências financeiras.

Para aprofundar a integração, precisamos encontrar formas inovadoras para superar a escassez de crédito. Devemos, portanto, acelerar a discussão do uso de moedas locais no nosso comércio bilateral e regional.

Mas a crise econômica nos impõe também o desafio de construir uma nova arquitetura financeira global. Precisamos de mecanismos regulatórios transparentes e eficazes contra a especulação desenfreada, que tantos prejuízos têm causado, sobretudo aos mais vulneráveis. Devemos rechaçar com veemência a adoção de medidas protecionistas.

Devemos resistir à tentação de novos adiamentos na conclusão das negociações de Doha, sob pena de postergar a retomada do comércio e agravar a crise. É imperativo ampliar a participação dos países em desenvolvimento nas decisões das instituições multilaterais que afetam a todos.

Uruguai e Brasil estão determinados a assumir suas responsabilidades. São essas perspectivas que estarei levando à reunião do G-20, em Londres.

Amigas e amigos,

Estou absolutamente convencido de que Uruguai e Brasil estão predestinados a crescer juntos e a construir em parceria sua prosperidade.

Estamos enfrentando juntos também as adversidades do quadro mundial. Noto com alegria que o recente balanço de seu governo é muito semelhante àquele que fazemos do nosso no Brasil.

Respeitadas nossas diferenças nacionais, apostamos em políticas sociais, que atacaram a exclusão social. Expandimos o emprego e o rendimento dos trabalhadores. Investimos

na educação, na saúde, na expansão de nossa infraestrutura. Desenvolvemos políticas macroeconômicas responsáveis. Reduzimos nossa vulnerabilidade externa. Compartilhamos uma visão e muitos interesses comuns, que nos permitem vislumbrar com otimismo o futuro de nossa cooperação e integração.

Com essa certeza, quero propor um brinde em homenagem a você, meu companheiro Tabaré, e à fraternidade entre o povo uruguaio e o povo brasileiro.

Muito obrigado.

SEMINÁRIO “BRASIL: PARCEIRO GLOBAL EM UMA NOVA ECONOMIA; ESTRATÉGIAS SÓLIDAS PARA MOMENTOS DESAFIADORES”

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ABERTURA DO SEMINÁRIO “BRASIL: PARCEIRO GLOBAL EM UMA NOVA ECONOMIA; ESTRATÉGIAS SÓLIDAS PARA MOMENTOS DESAFIADORES”. NOVA YORK, EUA , 16/03/2009

Quero cumprimentar os meus Ministros, Embaixador Celso Amorim, Senhora Dilma Rousseff, Senhor Guido Mantega, Henrique Meirelles,

Quero cumprimentar o Robert Thompson, editor-chefe do Wall Street Journal,

Quero cumprimentar o Antônio Aguiar Patriota, Embaixador brasileiro,

Quero cumprimentar o Luciano Coutinho, Presidente do BNDES,

O nosso Antônio Lima Neto, Presidente do Banco do Brasil,

O José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras,

Quero cumprimentar nosso querido Alessandro Teixeira, Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos,

Quero cumprimentar os diretores do “Valor”, os empresários brasileiros, americanos,

Quero dizer para vocês da grata alegria de estar mais uma vez aqui em Nova Iorque, conversando com amigos do Brasil e brasileiros amigos dos Estados Unidos.

Esta vai ser a parte chata de toda a Conferência, porque quando o Celso Amorim falou de fome, vocês não estavam vendo pratos, talheres e, portanto, a fome vai aumentar na medida em que eu for falando. Por favor, não atirem nenhuma faca e, muito menos, um sapato.

Minhas amigas e meus amigos,

O mundo vive hoje a mais grave crise desde 1929, uma crise muito diferente das ocorridas nas últimas décadas. Uma crise que não surgiu em um país emergente ou na periferia do sistema. Uma crise que, nasceu e explodiu no coração do mundo desenvolvido. Provocada, em grande medida, pela falta de controle do sistema financeiro nos países mais ricos.

Os bancos, em vez de cumprirem seu papel de financiador do setor produtivo, descolaram-se da realidade e dedicaram-se à especulação. Transformaram-se num grande cassino. Muitas instituições financeiras quebraram, um grande número de empresas entrou em dificuldade e milhões de trabalhadores perderam suas casas, seus empregos, sua proteção social. Em pouco tempo, a ganância de alguns deu lugar

ao pânico de muitos. Uma gravíssima crise de confiança abateu-se sobre a economia dos países mais ricos.

No Brasil não tivemos este tipo de crise. Nossos bancos - privados ou públicos - não foram contaminados pelas aventuras dos especuladores internacionais. Um sólido sistema de bancos públicos, hoje responsável por mais de 40% do crédito no Brasil, atenuou os efeitos da crise internacional.

Quando a crise veio à tona, com a quebra do Lehman Brothers, nossa economia estava arrumada. Crescíamos a taxas robustas, as maiores dos últimos 30 anos.

Nos últimos seis anos, o Brasil criou mais de 11 milhões de novos empregos formais e promoveu uma sensível expansão da renda dos trabalhadores. O mercado de bens de consumo ampliou-se consideravelmente, resultado de nossas políticas de transferência de renda, em especial o Bolsa Família. Os aumentos reais de salários, a reforma agrária com fortalecimento da agricultura familiar e a expansão sem precedentes do crédito popular consolidaram o mercado interno. Mais de 20 milhões de pessoas, antes situadas abaixo da linha da pobreza, ingressaram na classe média.

Contrariando preconceitos e prognósticos, mostramos que era possível expandir o mercado interno e, ao mesmo tempo, aumentar nossas exportações. Nossas exportações cresceram quase quatro vezes nos últimos seis anos. Diversificaram-se geograficamente. Não ficamos atrelados a nenhum mercado em particular. Aumentamos nossas vendas de produtos com maior valor agregado. A inflação foi domada. A vulnerabilidade externa reduzida. O Brasil passou à condição de credor líquido internacional. E acumulamos mais de US\$ 200 bilhões de reservas. Graças a um forte ajuste fiscal, a dívida pública interna que, em 2003, equivalia a 56% do Produto

Interno Bruto, hoje representa apenas 35% do PIB, uma das menores taxas do mundo.

No início do meu segundo mandato, lançamos o Plano de Aceleração do Crescimento, com o objetivo de expandir a infraestrutura energética, de transportes, urbana e social. Inicialmente, esse Plano previa um investimento da ordem de US\$ 250 bilhões, em valores da época. Agora, com a crise, acrescentamos US\$ 30 bilhões em investimentos adicionais para atender a expansão da Petrobras na exploração das grandes reservas do pré-sal, no litoral brasileiro.

Graças a todas essas mudanças, o Brasil começou a respirar um novo clima. A roda da economia passou a girar mais forte. Abriu-se um círculo virtuoso no nosso país. Mais consumo, mais produção, novos investimentos, mais Brasil para mais brasileiros.

Em 2008, os investimentos diretos estrangeiros atingiram US\$ 45 bilhões, 2,8%, ou seja, do PIB. Nos dois primeiros meses deste ano, na contramão da tendência mundial, observa-se um ingresso significativo de capitais no nosso país.

Meus amigos e minhas amigas,

A crise internacional nos está obrigando a enfrentar turbulências que não criamos. Mas, como havíamos organizado e dinamizado nossa economia antes, estamos em condições de sair dela mais cedo do que se esperava.

Nas crises do México, da Rússia e dos países asiáticos, menos graves que a atual, o Brasil quebrou em poucos dias. Foi obrigado a pedir socorro ao FMI. Desta vez, o Brasil não quebrou, nem vai quebrar. Estamos enfrentando as dificuldades com todos os instrumentos à nossa disposição.

Enquanto a maioria dos países ricos mergulha na recessão, o Brasil vai continuar crescendo. Cresceremos em 2009 menos do

que gostaríamos, menos do que poderíamos, se não fosse essa crise externa. Mas estejam certos de que vamos crescer.

Meus amigos e minhas amigas,

A sociedade brasileira realizou um enorme esforço nos últimos anos. As decisões de política econômica de meu governo apenas interpretaram um sentimento forte que dominava a esmagadora maioria dos brasileiros. Era preciso pôr fim a trinta anos de estancamento ou crescimento econômico medíocre. Era necessário enfrentar, simultaneamente, o secular problema da pobreza, da desigualdade e da exclusão de dezenas de milhões de brasileiros.

A história do meu país mostra que o crescimento econômico, por si só, não resolve o problema da miséria. Ao me eleger Presidente da República, o Brasil deixou claro que havia decidido trilhar um novo caminho. Um caminho em que a distribuição de renda é fator decisivo de um novo tipo de desenvolvimento, mais inclusivo, mais humano, mais sustentado e duradouro.

Durante décadas, ou talvez séculos, nossos dirigentes governaram com os olhos voltados para um terço ou um quarto da população brasileira. Passavam a idéia de que dezenas de milhões de homens e mulheres, velhos e crianças, nunca teriam espaço na nação brasileira. Era como se eles fossem um peso ou um estorvo para o crescimento do país, e não um imenso patrimônio, um ativo de valor incomensurável.

O Brasil superou essa concepção egoísta, mesquinha e absurda. Hoje está claro para todos que era possível construir um Brasil para todos os brasileiros. Mais ainda, que o Brasil é mais forte e tem mais futuro quando trabalha para incluir todos os brasileiros.

Essas opções cruciais foram feitas em um clima de aprofundamento da democracia, de

amplo e fecundo debate público. Em nosso país, mais de 130 milhões de brasileiros vão às urnas a cada dois anos, para eleger seus representantes e governantes. Nossas instituições, a começar pelo Congresso Nacional e pelo Poder Judiciário, são vigorosas e independentes. A liberdade de imprensa é respeitada como um valor fundamental. E os sindicatos, os partidos, as associações profissionais funcionam, graças a Deus, livremente.

Somos uma democracia de dimensões continentais. Com uma população de múltiplas origens, com uma cultura rica e diversificada, mas com forte identidade nacional. Não apenas somos misturados, como gostamos de ser misturados. Vivemos em paz conosco e com nossos vizinhos. E não abrimos mão disso.

O Brasil dispõe de imensos recursos: terra, água, sol, energia e população. Graças aos avanços de nossas pesquisas em agricultura tropical, somos um grande celeiro do mundo.

Mas somos também um país com indústrias de ponta, na biotecnologia e no setor aeroespacial, entre outros. Temos importantes universidades e centros de pesquisa científica e tecnológica, cada vez mais integrados à atividade produtiva. Avançamos no desenvolvimento de energias renováveis, na extração de petróleo e gás em águas profundas.

Aqui, meus amigos e minhas amigas, um parêntese para falar um pouco das energias renováveis. Há 30 anos, o Brasil domina a tecnologia do biocombustível. Há 30 anos, estamos tentando convencer o mundo de que para enfrentar o aquecimento global é preciso que tenhamos a coragem de definirmos, definitivamente, uma outra matriz energética para o mundo.

No Brasil, já temos utilizado 25% de etanol na gasolina há muitas décadas e isso tem funcionado de forma extraordinária.

No Brasil, estamos produzindo... 90% dos carros novos são flex-fuel, são carros que podem utilizar gasolina, álcool, em qualquer percentual que nós quisermos colocar.

Uma coisa que me deixa, eu diria, perplexo, é que o mesmo mundo desenvolvido que briga para que a gente faça políticas ambientalistas capazes de evitar o desaquecimento [aquecimento] global, muitos ainda não assinaram o Protocolo de Quioto, muitos ainda não cobram nenhuma tarifa dos combustíveis poluentes, e muitos ainda impõem taxas absurdas ao etanol.

Eu não consigo entender. Eu posso até avaliar do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista da construção de uma nova matriz energética... O Brasil tem desafiado, tanto aqui, nos Estados Unidos, quanto na União Européia, os empresários, os governos a construir parceria para que a gente possa apresentar ao mundo, definitivamente, uma verdadeira mudança na matriz energética.

Eu poderia não estar falando isso agora porque, afinal de contas, acabamos de descobrir petróleo na camada pré-sal brasileira. E no dia 1º de maio, se a Petrobras não falhar comigo - o José Sérgio está aqui - nós vamos tirar o primeiro barril de petróleo a mais de 6 mil metros de profundidade.

Então, por que eu estou falando em biocombustível? Eu estou falando em biocombustível porque é uma oportunidade não apenas de limpar a matriz energética, mas é uma oportunidade extraordinária de nós darmos resposta ao desenvolvimento dos países mais pobres, sobretudo ao continente africano.

Muita gente, na discussão sobre a matriz energética, já culpou o etanol brasileiro pelo encarecimento do alimento em junho do ano passado. E nós dizíamos claramente que não só não era verdade, como era, possivelmente,

uma campanha engendrada pelas empresas que vendem petróleo contra a perspectiva de a gente produzir petróleo com um trabalhador rural analfabeto, na África. Porque para extrair petróleo, todo mundo sabe o que custa uma plataforma, o que custa um engenheiro, o que custa uma sonda, o que custa uma pesquisa. Para produzir um litro de biodiesel, a gente pode cavar alguns buracos, plantar muda de cana e, daqui a algum tempo, nós estaremos produzindo combustível limpo, que gera empregos e que vai contribuir para o desaquecimento global.

Eu, às vezes, fico frustrado. Tentei falar tantas vezes com o Presidente Bush, certamente vou falar muitas vezes com o Presidente Obama, mas é preciso a ajuda de vocês, porque eu sei que não é fácil um país mudar a sua matriz energética. E tampouco queremos brigar com os produtores de milho dos Estados Unidos. Não queremos.

O que nós queremos é criar mais frango para comprar o milho dos produtores de milho dos Estados Unidos, para que a gente possa, em contrapartida, vender o etanol produzido de cana-de-açúcar, seja nos países da América Central, seja nos países da África, ou seja em parcerias de empresários americanos com empresários brasileiros.

Eu tenho dito aos empresários europeus que eu não quero mexer na coisa toda arrumada, na Europa. Não quero mexer na agricultura alemã, não quero mexer na agricultura sueca, não quero mexer na agricultura da Suíça, está tudo arrumadinho, tudo pronto. O que eu quero é que eles façam parceria para produzir o biocombustível de que eles precisam, não de beterraba, mas de alguma coisa que possa gerar emprego e desenvolvimento no continente africano, que daqui a 20 anos estará com 700 milhões de habitantes, gente que precisa comer, precisa estudar e precisa trabalhar. E

isso é responsabilidade nossa: transferir para eles e compartilhar com eles aquilo que nós aprendemos a fazer.

Parece absurdo o que eu estou falando, mas vocês estão acompanhando a violência contra os imigrantes na Europa. Vocês sabem que em tempo de crise as principais vítimas são aqueles imigrantes que tanto ajudaram a construir outro país.

Os Estados Unidos não têm como brigar com os hispânicos. Afinal de contas, são 40 milhões que aqui ajudaram a construir esta nação, que aqui ajudaram a construir esta imensa nação, a maior do mundo, a mais rica do mundo.

Só tem um jeito de nós evitarmos que haja qualquer problema: é trabalharmos juntos para que os pobres sejam menos pobres e que os ricos, sem ficar mais pobres, fiquem um pouco menos ricos, para que a distribuição da riqueza no mundo seja mais justa e garanta a nossa paz.

Eu, se fosse o Presidente da Petrobras, ou se fosse o diretor das empresas de produção de etanol no Brasil, colocaria nos aeroportos brasileiros carros flex-fuel. Quando qualquer empresário americano ou europeu chegar ao Brasil, ele vai ter que andar em um carro flex-fuel, para ele perceber que o cheiro do combustível é mais gostoso e faz menos mal à saúde do que o combustível que nós estamos habituados a usar.

Minhas amigas e meus amigos,

Desde o primeiro instante, nosso governo procurou mobilizar o país para enfrentar os efeitos da crise. Seria longo demais citar todas as medidas que tomamos e que continuaremos a tomar.

Possibilitamos a utilização de parte das reservas para financiar as exportações. Reduzimos o compulsório dos bancos para aumentar a capacidade de crédito. Com o

mesmo objetivo, promovemos a compra de alguns bancos privados, ou de governos locais, por bancos do governo federal. Criamos estímulos fiscais à indústria automobilística, que permitiram revitalizar esse setor. E vamos financiar a construção de 1 milhão de casas nos próximos dois anos.

Não vacilaremos em lançar mão de todos os instrumentos ao alcance do Estado para minorar os efeitos da crise. Deste mesmo Estado que alguns queriam “mínimo” e inoperante, e em cuja porta tantos batem hoje pedindo ajuda. O demônio de ontem transformou-se no salvador de hoje.

O Estado brasileiro - um Estado democrático de Direito - não fugirá de suas responsabilidades. Não deixará de exercer seu papel regulador. E, sempre que necessário, intervirá para que a anarquia dos mercados não resulte em caos econômico e social. Não vamos nos apequenar diante da crise. Não cortei nem cortarei um centavo do gasto social, nem das obras de infraestrutura. Vamos continuar estimulando de forma responsável o consumo dos brasileiros. Garantiremos, assim, a rápida recuperação da produção e, com ela, a preservação e ampliação do emprego no nosso país.

Mas sei que nosso esforço isolado não bastará. A crise é global e sistêmica. Sua resolução final exige, portanto, soluções globais e sistêmicas também. Ainda que nossas exportações representem apenas 14% de nosso Produto Interno Bruto, necessitamos estimular nossas vendas ao exterior como resposta à crise.

Por isso, tenho me empenhado na conclusão da Rodada de Doha da OMC. O protecionismo é uma droga que pode propiciar um alívio momentâneo, mas que, a longo prazo, conduz a crises maiores. É o que nos ensina a história do século XX.

É fundamental que os organismos multilaterais contribuam para o restabelecimento do crédito necessário para alimentar o comércio mundial, especialmente dos países em desenvolvimento.

Sei que é importante salvar bancos, seguradoras e financeiras, na medida em que delas dependem poupanças, moradias e a previdência social de dezenas de milhões de homens e mulheres. Mas também é importante, seguramente mais importante, salvar empregos. Sei, por experiência própria, o que é estar desempregado. O desempregado perde mais do que o seu ganha-pão. Ele se vê privado de horizonte, de dignidade e de esperança, sobretudo quando a crise assume dimensões tão amplas como a atual.

É claro que cada país terá que enfrentar a crise à sua maneira, levando em conta suas especificidades. Mas não é menos claro que há um quadro internacional que exige respostas coordenadas. Por essa razão, além das medidas nacionais, devemos buscar soluções globais para enfrentar a crise.

A conjuntura em que vivemos mostra o colapso dos mecanismos de governança mundial, aí incluindo os organismos multilaterais econômicos e financeiros, o FMI e o Banco Mundial em especial.

Não por acaso foi necessário dar relevo e substância política ao G-20. É importante que este G-20 renovado seja duradouro, até porque ele é integrado por países em desenvolvimento, que não são responsáveis pela crise, mas que certamente contribuirão para que seja superada.

O Brasil levará propostas concretas à Cúpula de Londres. Muitas delas dizem respeito à democratização do FMI. Outras estarão relacionadas ao aumento de sua capacidade para ajudar no restabelecimento dos fluxos interbancários e do crédito ao comércio. É importante que o Fundo exerça

sobre as economias desenvolvidas a mesma vigilância que exerceu sobre os países pobres e em desenvolvimento. Poderá até dispensar a arrogância que muitas vezes demonstrou no passado.

Nossas propostas - que estamos discutindo com outros países amigos, e que debati com o Presidente Obama anteontem - também incluirão o fim dos paraísos fiscais. Eles representam o aliado fundamental do crime organizado internacional, do narcotráfico, da corrupção e do terrorismo. Não é possível combater eficazmente essas manifestações perversas sem atacar a retaguarda financeira que nunca lhes faltou.

Minhas amigas e meus amigos

Meu otimismo não é irresponsável. Conheço os brasileiros. Vamos sair desta crise mais cedo do que muitos. Queremos sair dela juntos com nossos irmãos sul-americanos e de toda a América Latina. Mas, ainda que possamos, em um prazo médio, eliminar os efeitos mais perversos da crise, haverá conseqüências que perdurarão por muito tempo.

A crise atual não é só econômica e financeira. Ela é uma crise de civilização. Denuncia modelos absurdos de produção e consumo que destroem a natureza, comprometendo já não o futuro da humanidade, mas seu presente. Põe em evidência a irracionalidade de concepções econômicas, que se pretendiam definitivas e que favoreceram aventuras especulativas. Tem, assim, uma dimensão ética e moral.

A crise ameaça o próprio cerne da democracia, pois demonstra que os destinos da humanidade escaparam ao controle do ser humano. A saída definitiva da crise exige a construção de novos paradigmas: para a organização da produção, do trabalho; para a preservação do ambiente; para o estabelecimento de uma cultura de paz que inspire uma nova e democrática governança

mundial; para o restabelecimento da política como atividade superior, pela qual homens e mulheres constroem e redefinem livremente novos contratos sociais.

Como disse, aqui mesmo em Nova Iorque, durante a última Assembléia Geral da ONU: é chegada a hora da política.

A mensagem que quero levar à reunião do G-20, em Londres, é esta. Temos complexos problemas econômicos a enfrentar. Há technicalidades que não podemos desconsiderar, mas não teremos efetivas soluções se não houver respostas políticas e vontade política.

Não é apenas a economia que está ameaçada em muitos países. A ameaça maior é a da desagregação social e do caos político que daí possam vir. Portanto, as decisões econômicas que viermos a tomar têm de ser comandadas por definições políticas muito precisas e corajosas. Isto é o que se espera dos líderes. Para isso fomos eleitos. Temos de honrar os mandatos que recebemos.

O exercício da vontade política em momentos graves da história não se confunde com o voluntarismo infantil que desconhece a realidade. Quando a irracionalidade econômica prevalece, o Estado Democrático de Direito assume, com mais força, aquela função que nunca deveria ter perdido: a função de indutor e regulador da atividade econômica, de promotor da igualdade social, de garantia da liberdade e de agente da solidariedade.

Nós, que estamos transitoriamente à frente destes Estados, temos responsabilidades que vão além da atual conjuntura. De nossa ação, ou de nossa omissão, dependerá o futuro da humanidade.

Meus amigos e minhas amigas,

Eu estive, no último sábado, com o Presidente Obama. Vocês ouviram os meus amigos falarem da nossa relação aqui na América Latina. Esta crise, ela é uma oportunidade para pessoas como o Presidente

Obama, para pessoas como eu, que já estou com seis anos de mandato, que poderia estar cansado. Esta crise veio me provocar, esta crise veio me desafiar. E ela vai me dar mais motivação para fazer mais do que fizemos até agora.

Ontem, em El Salvador, acabou de ser eleito um novo Presidente, um grande companheiro que conheço há muitos anos. A América Latina e a América do Sul estão passando por renovações políticas como jamais vistas na história deste continente. Acabou o tempo da Guerra Fria, acabou o tempo da luta armada. É tempo de democracia. E a democracia exercida na sua plenitude, ela, muitas vezes, parece confusa, muitas vezes tem muitas distorções e, muitas vezes, ela leva a divergências.

Os Estados Unidos da América do Norte têm a obrigação e uma chance extraordinária de restabelecer uma nova relação com a América Latina. Não a Aliança pelo Progresso, da década de 60, nem muito a política de ingerência, também na década de 60, mas estabelecer uma relação de parceria, de ajudar os países mais pobres a se desenvolverem, de se apresentarem como amigos e construir aquilo que falta ser construído.

Eu conheço hoje a América Latina como a palma da mão. Tenho o prazer de ser amigo de quase todos os Presidentes da República, de Michelle Bachelet até o companheiro Calderón, no México. Com nuances diferentes, todos eles têm interesse em trabalhar em parceria com os Estados Unidos, todos eles têm expectativa de que os Estados Unidos estabeleçam uma nova relação, uma relação construtiva, não uma relação de interferência política, de divergência política sistemática.

Eu conversei muito com o Evo Morales, conversei com o Chávez, conversei com o Rafael Correa, conversei com o Uribe, conversei com Cristina, conversei com Michelle Bachelet. Todos, sem distinção, têm

intenção de restabelecer uma nova política com os Estados Unidos.

Oxalá Deus ilumine o Presidente Obama, já que vamos nos encontrar daqui a pouco, lá em Trinidad e Tobago, na primeira reunião de que o Presidente Obama vai participar com todos os Presidentes da América Latina. E ali, quem sabe, seja o cenário ideal para que a gente restabeleça uma política de convivência democrática, uma política de convivência pacífica, uma política de convivência produtiva, desenvolvimentista, em que todos saibam que falamos diferente, que temos muitas vezes propostas específicas no nosso país, mas que somente com essa unidade é que nós estaremos capazes de construir a paz.

E uma última palavra - que me perdoem os companheiros que estão com fome. Cuba: eu nem sei o que os cubanos querem, porque os cubanos não me pediram para falar isso. Mas não existe mais, do ponto de vista político, do

ponto de vista sociológico, do ponto de vista da racionalidade humana, nada mais que impeça o restabelecimento das relações entre Estados Unidos e Cuba. Não é possível que a gente continue fazendo, no século XXI, políticas com o olhar do que aconteceu no século XX. Vamos fazer política pensando no século XXII, e deixar o que aconteceu no século XX ou no século XIX como experiência histórica para que a gente aperfeiçoe os acertos e não cometa os mesmos erros.

Por isso, ao me retirar hoje dos Estados Unidos, eu me retiro com a convicção de que a eleição do Presidente Obama possivelmente seja uma oportunidade de os Estados Unidos fazerem coisas diferentes das que fez no século passado. Mais e melhor, porque a melhor forma de combater o terrorismo, a melhor forma de manter paz é nós sermos mais amigos e menos inimigos.

Bom almoço e muito obrigado.

SEMINÁRIO ORGANIZADO PELOS JORNAIS “VALOR ECONÔMICO” E “THE WALL STREET JOURNAL”

PALESTRA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, EM SEMINÁRIO ORGANIZADO PELOS JORNAIS “VALOR ECONÔMICO” E “THE WALL STREET JOURNAL”. NOVA IORQUE, EUA, 16/03/2009

Presidente Lula, minha colega, ministra Dilma, demais ministros, membros do Governo, empresários, representantes dos jornais “Valor Econômico” e “Wall Street Journal”, é uma honra estar aqui.

A primeira observação que eu queria fazer em relação à política externa brasileira do presidente Lula é que ela se tornou efetivamente global. Tínhamos, antes, uma globalização, mas a política externa não era global. Hoje, a política externa é global. Isso traz várias implicações, no plano político, cultural, etc., mas, como, hoje, estamos vivendo uma crise financeira, gostaria de destacar que a globalização da política externa brasileira, com a conseqüente diversificação de parceiros que acompanhou esse processo, tem nos ajudado a enfrentar a crise. O fato de dispormos de um leque muito maior de parceiros em todas as partes do mundo faz com que o impacto da crise seja menor.

Não vou passar em revista a todas as regiões do mundo, mas ressalto que a América do Sul e a América Latina e o Caribe constituem uma prioridade da política externa brasileira. Isso tem um lado econômico,

mas tem, também, um lado político, que nós do Brasil, os empresários, e a classe média brasileira, durante muito tempo, talvez não compreendêssemos, por acreditar que a paz é um bem que se tem de graça. Aqui, nos Estados Unidos, como em muitos outros países, se percebe que a paz tem um preço. Você tem que pagar por ela. O ideal é pagar por ela não com armas, mas por meio de programas de desenvolvimento comum, de integração, que ajudem os vizinhos.

Muitas vezes, uma negociação reconhece a assimetria entre as partes. Eu me lembro que, quando o Mercosul negociou com os países do Pacto Andino, houve dificuldades. Tivemos que fazer concessões que, no fundo, nos beneficiam, já que o seu custo é menor do que o de uma política de permanente confrontação.

A integração na América do Sul ajuda a consolidar a democracia na região. Aqui nos Estados Unidos, há uma visão de que certos países podem ter seguido determinados caminhos, que podem ter tomado decisões intempestivas, mas a própria integração desses países no contexto sul-americano ajuda a

moderar certos ímpetos radicais. Eu não diria que esse é o objetivo central, mas o resultado de uma política externa que visa à integração da América do Sul.

Trabalhamos para que tivéssemos arranjos de livre-comércio entre praticamente todos os países da América do Sul. Com exceção da Guiana e do Suriname, que são países em que o arranjo é diferente, todos os países da América do Sul estão ligados por acordos de livre comércio. Constituímos uma grande área de livre comércio na América Latina.

É importante que os investidores saibam que eles dispõem desse mercado ampliado. Quase um século e meio depois dos Estados Unidos, estamos unindo, na América do Sul, o Atlântico ao Pacífico. Não vou listar todos os projetos, mas há pelo menos duas vias inter-oceânicas importantes em construção: uma que vai do Acre para o Peru, e outra que passa mais ao sul, atingindo a Bolívia e o Chile, em um processo de integração que vai nos preparar, também, para uma participação ainda maior, inclusive nos mercados asiáticos, quando a atual crise econômica for superada.

O Mercosul tem sido motor da integração sul-americana, representando seu processo mais avançado. Apesar de imperfeita, como foi a da União Européia durante muito tempo, há uma tarifa externa comum e já se conseguiu até mesmo criar um fundo para compensar as assimetrias entre os países.

Creio que se trata do primeiro processo de integração entre países em desenvolvimento no qual se dispõe de um fundo como o da União Européia. Claro que não com os mesmos montantes, mas o Presidente Lula acabou de anunciar que a contribuição brasileira dobrará, levando em consideração que o Uruguai e o Paraguai são países menores e precisam de uma compensação.

Com a criação da UNASUL, passamos a ter uma base econômico-comercial que conta

não apenas com toda essa infraestrutura, mas também com a possibilidade de uma ação política conjunta. Há alguns meses, a crise política na Bolívia esteve muito grave e foi justamente a UNASUL que pôde agir. Talvez fosse mais difícil para a OEA, talvez fosse difícil para uma ação de fora da América do Sul, mas a UNASUL pôde fazer isso.

O crescimento do comércio do Brasil com a América do Sul e com a América Latina e o Caribe foi espetacular. Atualmente, o total das exportações brasileiras para América Latina e Caribe é praticamente o dobro das exportações do país para os Estados Unidos, que, por sinal, estão em nível recorde. Ou seja, o comércio com os EUA não caiu. Nós é que aumentamos tanto o comércio com a América Latina e o Caribe, que representa hoje o dobro das exportações destinadas aos Estados Unidos.

Talvez há seis ou sete anos, as exportações para a América Latina representassem pouco mais da metade das exportações para os EUA. Esse aumento se deve em grande parte à ação dos empresários, mas, também, a uma articulação política como essa que eu mencionei da UNASUL e o fato de, por exemplo, o Presidente ter realizado, há poucos meses, na Bahia, a primeira reunião entre países da América Latina e Caribe em toda a história dos 200 anos de independência da região.

Também gostaria de mencionar dois temas importantes para o Brasil. Um deles diz respeito ao Haiti. O Brasil está presente no Haiti e procura ajudar no processo de recuperação desse país. Até hoje, todas as vezes em que, seja a OEA, seja a ONU, agiram no Haiti, a ação ocorria de maneira exclusivamente voltada para a questão da estabilidade e a segurança. Pela primeira vez, o Brasil lidera uma ação de paz que também é voltada para o desenvolvimento. Temos, em conjunto com os Estados Unidos, um projeto que será emblemático para o próprio

desenvolvimento do setor produtivo no Haiti, envolvendo a área de indústria têxtil e muitas outras atividades na área dos biocombustíveis.

O nosso horizonte não se limitou, entretanto, somente à América Latina e Caribe. O Presidente Lula, pela primeira vez, transformou em realidade o anseio brasileiro de ter uma verdadeira política para a África. O Brasil está presente em vinte países africanos. Alguns afirmavam no Brasil que a busca do aprofundamento da parceria com a África era “um pouco poética”, “um pouco lírica”, e que não encontraria substrato na realidade. Não obstante, o comércio do Brasil com a África aumentou de US\$ 5 bilhões, em 2002, para US\$ 26 bilhões em 2008. Se tomássemos a África como um país individual, ela seria hoje nosso 4º maior parceiro comercial, atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Argentina, e na frente, por exemplo, da Alemanha e da Itália. A ação dos investidores brasileiros, cada vez mais ousada, vem acompanhada de ações de cooperação técnica, na área agrícola, na área da saúde, de combate à AIDS, etc.

Para reforçar esses processos, o Brasil tomou a iniciativa de propor a criação de novos fóruns, como, por exemplo, o Fórum Índia-Brasil-África do Sul. Pela primeira vez, os três países, três grandes democracias, países multiétnicos e multiculturais, criam um fórum para discutir diversas questões com importância pra a paz. Estamos agindo conjuntamente na Guiné-Bissau, na Palestina e no Haiti. Além disso, tais ações também têm interesse do ponto de vista econômico. A maior unidade de produção de ônibus do mundo hoje, por exemplo, é uma “joint venture” constituída na Índia entre uma empresa brasileira e uma empresa indiana. Continuamos, também, investindo, na África do Sul e em outros países.

Com os países árabes, por exemplo, o comércio brasileiro aumentou de US\$ 6 para

US\$ 20 bilhões em um período de cinco a seis anos. Vendemos alimentos, vendemos aviões em grande quantidade.

A China foi mencionada neste seminário como país que apresenta “desafios e oportunidades”. Claro que há empresários preocupados com a “invasão” de produtos excessivamente baratos da RPC. Ao mesmo tempo, a China representa uma oportunidade, com sua enorme necessidade por recursos naturais, por alimentos (que, atualmente, são sofisticados, já que embutem valor agregado e tecnologia - não é a idéia de vender só produto primário), e por aviões, produto que também vendemos para a China.

Todos esses exemplos representam um processo que se vai consolidando. Tivemos o prazer de ver a primeira declaração ministerial de ministros da fazenda dos BRICS sobre a próxima Reunião dos líderes do G-20, em Londres em 2 de abril. Trata-se de uma declaração importante. Os BRICS começam a ser uma realidade. Foram inventados pelos jornalistas econômicos daqui de Nova Iorque, mas hoje estão se institucionalizando e vamos ter a primeira cúpula dos BRICS dentro de alguns meses.

O Brasil está atento a essas realidades, o que não quer dizer que tenhamos deixado de lado o relacionamento com os países desenvolvidos. Temos uma parceria estratégica com a União Européia, que é algo que apenas uma meia dúzia de países possui, em um relacionamento que não é apenas retórico, mas, ao contrário, envolve diversos projetos nas áreas de energia, de educação, industrial, e cooperação com países mais fortes.

Com os EUA, creio que estamos vivendo um momento de novas oportunidades. O encontro do Presidente Lula com o Presidente Obama foi excelente. Já tínhamos uma boa relação com a administração anterior. O fluxo comercial do Brasil com os EUA

também duplicou nos últimos cinco ou seis anos. As pessoas comentam muito, com toda essa discussão sobre a ALCA, que o Brasil estava deixando os EUA de lado. Bem, vejam os senhores, o comércio do Brasil com os EUA, sobretudo exportações do Brasil para os EUA, cresceu mais do que o de qualquer outro país que tenha acordo de livre comércio com os EUA. Eu acho que esse é um dado fantástico, e com uma grande vantagem: os nossos déficits não cresceram, ao contrário do que ocorreu com vários dos países que têm acordo de livre comércio com os EUA. São estatísticas fáceis de comprovar e eu não preciso me estender sobre isso. Criamos o fórum de 'CEOs', temos várias outras iniciativas na área de biocombustíveis, mas também temos uma coisa importante: a cooperação em terceiros países, na África, na América Central e no Caribe, e aí eu volto ao ponto. Há um lado econômico importante, há um lado de fomentar o desenvolvimento de outros países porque isso também é do nosso interesse, porque assegurará a paz no mundo. Creio que tudo o que aconteceu na reunião do Presidente Lula e do Presidente Obama indica que seguimos numa direção muito positiva.

Muitas pessoas têm dúvidas e apresentam ceticismo sobre a rodada Doha da OMC. Eu também vejo as dificuldades, mas destaco que vivemos o seguinte paradoxo: o momento em que o acordo é mais difícil é, também, o momento em que ele é mais necessário, já que todos sairemos perdendo se nos deixarmos levar pelo protecionismo. Repetirei uma imagem que ouvi de Larry Summers: "o comércio é como uma bicicleta. Ou andamos para frente ou caímos". E é preciso destacar que a Rodada de Doha não é um acordo de livre comércio; não vai levar a tarifa zero para todos os produtos. É apenas um acordo que visa eliminar as maiores distorções que existem no comércio internacional, que

são, entre outras, os subsídios aos produtos agrícolas. A redução substancial desses subsídios será benéfica também para as medidas anticíclicas dos países ricos, porque dinheiro que está indo hoje para uma camada muito pequena da população (1% ou 2% da mão-de-obra que está na agricultura), poderá ser empregado em obras de construção, de saneamento, de meio ambiente, que empregam muitas pessoas. Então não vejo absolutamente uma contradição entre a necessidade de criar emprego, a necessidade de proteger emprego e também a eliminação de subsídios. É duro, é difícil, porque evidentemente o instinto natural num momento de dificuldade é de se retrair.

A meu ver, os três maiores benefícios da Rodada de Doha são: a eliminação de subsídios (agrícolas, principalmente, como já mencionei); a possibilidade de criação de um sistema de acesso livre de tarifas e livre de cotas para países mais pobres (o presidente Lula sempre insiste que esse é um aspecto fundamental - ajudar os países mais pobres); e, por último, o reforço do sistema multilateral. Pode parecer "coisa de diplomata", mas o reforço do sistema multilateral é muito importante, porque está intimamente ligado à paz. Eu não vou dizer que, se nós tivéssemos a OMC, não teria havido a Segunda Guerra Mundial, seria uma coisa absolutamente absurda pensar uma coisa dessas, mas, evidentemente, você ter um fórum onde você tem a sua disputa, que é julgada e discutida e que não é objeto de uma guerra comercial, também ajuda na manutenção da estabilidade.

Então, meus amigos, eu só queria dizer que o mundo está mudando e que temos a necessidade de uma nova governança global. Na OMC, essa nova governança já está ocorrendo, embora não tenhamos chegado a uma conclusão sobre o conteúdo. Eu já fui embaixador no GATT, na OMC, e depois tive a honra de ser Ministro de Estado e assinar o

Acordo de Marrakesh. Há quinze anos, todas as decisões eram tomadas pelo chamado “o Quadro”, representado pelos Estados Unidos, União Européia, Canadá, e Japão. Hoje se falamos de Quadro, as pessoas vão dizer Estados Unidos, União Européia, Brasil e Índia. É uma mudança extraordinária no processo de decisões. Esperamos, naturalmente, que dê resultados. Até agora não deu, eu concordo, é algo que tem que vir. As mudanças no setor financeiro, eu não preciso falar porque já estão ocorrendo. Naturalmente elas terão que vir acompanhadas também de mudanças mais amplas, nas áreas que dizem respeito a aquecimento global, segurança, e isso envolve também adaptações da ONU, inclusive do Conselho de Segurança.

Gostaria de destacar, para terminar, um aspecto da governança global que tem que mudar, que diz respeito ao esporte. Já foi falado aqui da Copa do Mundo, mas nós devemos fazer também Olimpíada num país em desenvolvimento, e 2016 é uma bela oportunidade para fazer uma Olimpíada no Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

CÚPULA DE LÍDERES PROGRESSISTAS - VIÑA DEL MAR - CHILE

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE A PRIMEIRA SESSÃO DA CÚPULA DE LÍDERES PROGRESSISTAS. VIÑA DEL MAR, CHILE, 28/03/2009

Querida companheira Michelle Bachelet,
Querida companheira Cristina,
Querido companheiro Tabaré,
Querido companheiro Zapatero,
Querido companheiro Jens Stoltenberg,
Primeiro-Ministro do Reino da Noruega,
Querido amigo Gordon Brown,
Companheiro Joe Biden, Vice-Presidente dos Estados Unidos,
Meu caro Miguel Insulza,
Minha cara Alicia Bárcena,
Companheiros membros das delegações aqui presentes.

Eu queria dizer que é muito gostoso participar de uma reunião onde não precisamos chamar de Vossa Excelência, ou Excelência, e nos tratarmos como companheiros, respeitando as nossas diferenças.

Eu me preparei, Michelle, para seis minutos. Seis minutos porque eu sempre tenho medo dos meus improvisos porque, muitas vezes, a paixão e a emoção... falo muito mais do que o tempo necessário. Aqui na América Latina nós temos esse hábito, ou seja, a palavra é o nosso dom. Então, eu vou ser comedido, muito comedido aqui nas minhas palavras. Eu tenho até gente da minha delegação com relógio, ali, anotando. Só não podem gritar aqui.

Primeiro, esta é uma reunião que se realiza em um momento sem precedentes nas últimas décadas. O mundo todo está pagando o preço do fracasso de uma aventura irresponsável daqueles que transformaram a economia mundial em um gigantesco cassino.

Entraram em crise paradigmas defendidos de forma arrogante por muitos daqueles que agora estão sendo levados pela tempestade especulativa que eles mesmos semearam. Faliu não só um modelo econômico. Entrou em crise a idéia de que a política era uma atividade menor, limitada por supostas leis econômicas que se impunham sem nenhuma discussão.

Os políticos, supostamente, estavam obrigados a seguir um roteiro que não havia sido escrito pela sociedade. Neste momento, nosso desafio maior é não nos deixar paralisar pela perplexidade, pela incerteza e pelo temor de ousar.

Precisamos ter coragem de pôr em prática nossas convicções. Os olhos do mundo estão sobre nós. Afinal, nós rejeitamos a fé cega nos mercados, o desprezo do Estado, o lucro como bússola moral.

Há 20 anos a queda do Muro de Berlim dava início ao fim do socialismo

burocrático, marcado por regimes ineficientes economicamente. Na época, fui muito criticado por dizer que a queda do Muro de Berlim era a oportunidade para os partidos de esquerda pensarem projetos diferentes de sociedade, a oportunidade para nos livrarmos de dogmatismos. O movimento sindical brasileiro e o meu partido surgiram dessa brecha aberta com a queda do Muro. Tínhamos de mudar, mas sem mudar de lado.

O momento que agora vivemos exige de nós, membros da Governança Progressista, uma atitude coerente. Precisamos entender o que ocorreu, aprofundar o debate sobre a crise e propor alternativas.

Meus amigos,

Estamos a poucos dias da Cúpula do G-20 em Londres. A comunidade internacional aguarda propostas que revertam a brutal retração da economia e a destruição em massa de milhões de empregos. O mundo espera, sobretudo, demonstrações de liderança e coragem daqueles que apostam numa visão de futuro comum.

É, portanto, chegada a hora da política, como tenho afirmado incessantemente. A globalização não admite respostas isoladas ou a volta dos nacionalismos estreitos. Exige mecanismos de governança global. Sem renunciar à nossa soberania, temos de construir articulações mais amplas e sistêmicas.

Não podemos correr o risco de postergar soluções profundas e estruturais. Caso contrário, a crise porá a perder os avanços que os países em desenvolvimento alcançaram com tanto esforço e sacrifício no combate à pobreza e à exclusão.

Agora que a globalização mostra sua face oculta, não devemos recuar para as trincheiras do protecionismo ou da autarquia. Nem é hora de abandonar compromissos com tecnologias verdes, nem deixar de apostar na revolução das fontes renováveis de energia.

Conclamamos os países que têm mais responsabilidade na atual turbulência financeira, no aquecimento global e no protecionismo a assumir suas responsabilidades.

Precisamos reafirmar, com todo vigor, nossa convicção de que só a solidariedade é capaz de estruturar um sólido eixo para nossa ação coletiva global.

Desemprego, pobreza, migração, desequilíbrios demográficos e ambientais são problemas que requerem respostas economicamente coerentes mas, sobretudo, socialmente responsáveis.

Isto não é possível sem um Estado forte, um Estado indutor de políticas públicas voltadas para a garantia de direitos fundamentais e do bem-estar coletivo. Só a ação estratégica de um Estado democrático, socialmente controlado e eficiente na prestação de serviços, é capaz de realizar essa tarefa.

Companheiros e companheiras,

A realização da primeira Cúpula do movimento na América do Sul tem um significado especial. No momento em que o mundo busca alternativas para um modelo esgotado, nossa região oferece uma perspectiva renovadora.

A América do Sul vive uma vigorosa onda de democracia popular, encabeçada por segmentos historicamente deserdados e marginalizados, que hoje encontram seu lugar e sua voz numa sociedade muito mais solidária. Muitos desses países precisaram ser praticamente refundados do ponto de vista institucional, mediante a aprovação de novas Constituições.

Não é mera coincidência que hoje predominem governos de esquerda na América Latina. A recente eleição de presidentes progressistas na Guatemala, no Paraguai e em El Salvador é prova de que nossa mensagem de esperança e renovação encontra solo

fértil mesmo em tradicionais redutos do conservadorismo. Estamos derrubando os mitos. Mostramos que é possível preservar equilíbrio macroeconômico com forte distribuição de renda e inclusão social.

No caso do Brasil, uma forte política de transferência de renda tirou mais de 20 milhões de brasileiros da indigência, incorporando-os à produção, ao mercado e à cidadania.

Os investimentos em infraestrutura que o País já vinha fazendo antes mesmo da crise nos dão a confiança de que sairemos dela mais rápido e mais preparados para enfrentar o novo mundo de amanhã.

O fortalecimento do Estado, sobretudo para equacionar os desafios estratégicos de nosso desenvolvimento, não acarretou indevida intervenção no mercado.

Não podemos ficar prisioneiros dos paradigmas que ruíram. Um mundo mais democrático na tomada de decisões que afetam a todos é a melhor garantia de nossa segurança coletiva, dos direitos dos mais vulneráveis e da preservação da saúde do Planeta. Isso só será possível com a reforma das principais instituições multilaterais.

Estamos renovando as melhores tradições humanistas da esquerda, fazendo de nossos ideais uma agenda progressista e factível.

Nosso debate oferece uma plataforma de grande visibilidade para impulsionar novas perspectivas de paz social, estabilidade econômica e segurança coletiva para este continente e para todo nosso Planeta. É uma oportunidade que não devemos desperdiçar.

E, para terminar, meu caro Gordon Brown, e anotar na sua agenda, um recado para o G-20: não podemos deixar de discutir uma solução para os mercados futuros. Não podemos deixar, com pena de voltarmos à crise do petróleo e à crise das commodities agrícolas na Bolsa de Futuro, no mundo inteiro.

Obrigado.

2ª CÚPULA AMÉRICA DO SUL-PAÍSES ÁRABES - DOHA, CATAR

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA SESSÃO DE ABERTURA DA 2ª CÚPULA AMÉRICA DO SUL-PAÍSES ÁRABES. DOHA, CATAR, 31/03/2009

Sua Majestade xeque Hamad Bin Khalifa Al-Thani, emir do estado do Catar

Excelentíssimos senhores chefes de Estado e de Governo

Excelentíssima senhora Michelle Bachelet, presidente da República do Chile e presidente da União de Nações Sul-Americanas (Unasul)

Excelentíssimos chefes de Estado e de Governo sul-americanos

Senhor Amr Moussa, secretário-geral da Liga dos Estados Árabes

Senhoras e senhores participantes da 2ª Cúpula América do Sul - Países Árabes

Senhoras e senhores integrantes da imprensa

Meus amigos e minhas amigas

Com especial satisfação estamos hoje em Doha para retomar o diálogo pioneiro que iniciamos há quatro anos em Brasília.

Temos agora o desafio de aprofundar o ambicioso compromisso que assumimos naquela ocasião. Queremos dar passos concretos e duradouros para consolidar a cooperação entre o Mundo Árabe e a América do Sul.

Estamos reduzindo distâncias físicas, aproximando visões de mundo e integrando povos e culturas. Para isso, fortalecemos o intercâmbio econômico e comercial,

estabelecemos ligações aéreas, lançamos projetos de cooperação técnica no combate à desertificação e vamos construir a Biblioteca Aspa, em Argel. Paralelamente, teremos em Tanger um centro de pesquisas sul-americano.

Vamos aproveitar a complementaridade entre nossos países para explorar as possibilidades de uma economia que cada vez mais se internacionaliza. O crescimento acelerado do intercâmbio birregional confirmou o que já sabíamos: o enorme potencial do comércio Sul-Sul. Entre a América do Sul e os países árabes, as trocas saltaram de US\$ 11 bilhões em 2004, para US\$ 30 bilhões no ano passado, um aumento de 170% em somente quatro anos.

No momento em que o protecionismo ameaça ressurgir, queremos construir espaços econômicos que assegurem uma prosperidade compartilhada. Em 2004 anunciávamos a emergência de uma nova geografia econômica e comercial no mundo. O que era uma incipiente realidade naquele momento, hoje, com a crise mundial, se transforma em imperiosa necessidade. Por isso, o Mercosul está negociando acordos de livre comércio com o Conselho de Cooperação do Golfo, o Egito, a Jordânia e acordo de preferências tarifárias com o Marrocos.

A América do Sul está reagindo à crise mundial com confiança e ousadia. Estamos multiplicando os projetos de investimento, na certeza de sairemos da crise mais fortes.

Os empresários reunidos aqui em Doha saberão aproveitar as grandes possibilidades de negócios exploradas no II Foro Empresarial da Aspa.

Senhores e senhoras,

A crise global que vivemos lançou o mundo em um período de profundas transformações e de quebra de paradigmas. Os países em desenvolvimento não podem dividir-se. Têm de organizar-se em defesa de seus interesses comuns.

Na América do Sul estamos avançando em projetos de integração regional que vão além da criação de um espaço econômico continental. Queremos que a articulação de nossa diversidade seja um fator de multiplicação de nossa força.

Queremos realizar todo o potencial de uma região com enormes reservas energéticas, agrícolas e minerais. Para isso devemos prosseguir no esforço que estamos fazendo para reduzir as assimetrias sociais e regionais.

O Mundo Árabe também ganhou consciência de que é imperativo realizar o potencial de uma região unida por língua, história, e que ocupa importante localização estratégica no mundo. Suas riquezas têm de ser um fator de prosperidade, nunca um pretexto para ingerência e dissensão.

Senhores e senhoras,

Em poucos dias, a Cúpula do G-20 se reúne, em Londres, para enfrentar uma crise

econômica sem precedentes, em muitas décadas. O mundo estará atento para saber se a América do Sul e os Países Árabes serão capazes de propor medidas que evitem que uma crise financeira se transforme em terremoto social e político. Essa crise impacta mais duramente os países pobres e as populações carentes, os mais vulneráveis à crise e os menos responsáveis por ela.

Temos uma extraordinária oportunidade de apresentar propostas consistentes para a reforma da governabilidade global. Representados pela Arábia Saudita, Argentina e Brasil, nossas regiões devem levar daqui uma mensagem forte e clara.

Defendemos o papel estratégico do Estado no caminho do desenvolvimento e do bem-estar coletivo. A regulação e transparência das transações financeiras devem servir de bússola para os novos tempos. É preciso que os organismos multilaterais sejam capazes de irrigar a economia mundial com os créditos necessários para dinamizar o comércio mundial e reativar os investimentos.

Nenhum país conseguirá superar a crise com ações isoladas. Sem solidariedade e espírito de cooperação, não colocaremos em prática ações coletivas e coordenadas indispensáveis.

Medidas de estímulo das economias não devem redundar em práticas protecionistas, que somente agravarão a turbulência, exercendo um efeito dominó difícil de reverter.

Por isso, defendemos a conclusão da Rodada Doha, de forma a garantir para os países agrícolas pobres a possibilidade

de fazer do comércio um motor de desenvolvimento. Nada mais apropriado do que defender a conclusão da Rodada nesta cidade, onde foi lançada com tantas esperanças há quase oito anos.

Não construiremos uma arquitetura global mais justa sem a reforma dos organismos internacionais. Somente assim os países que mais contribuíram para a crise financeira, para a degradação ambiental, para os desequilíbrios no comércio e para a insegurança coletiva assumirão suas responsabilidades. Somente assim os países em desenvolvimento terão voz e representação adequadas.

Meus amigos, minhas amigas,

A necessidade de reordenar o sistema de tomada de decisões é especialmente urgente no Oriente Médio. Não podemos permanecer insensíveis ao sofrimento do povo palestino. Não é possível que depois de tantos anos de negociações, freqüentemente interrompidas por ações militares, não tenhamos ainda um Estado palestino coeso e economicamente viável. É importante que o novo governo de Israel se engaje firmemente no processo de paz, com base nos acordos anteriormente alcançados e no plano árabe de paz. Por essa razão continuarei a defender, como fiz na Assembléia Geral das Nações Unidas de 2006, a convocação de uma conferência de paz com ampla representação, que inclua países em desenvolvimento.

Aplaudimos também os esforços para a reconciliação interpalestina. Não haverá solução para os graves problemas do Oriente Médio sem a participação de todos os atores

relevantes. A reunião de Annapolis foi um primeiro passo na direção de um debate transparente e democrático sobre os rumos da paz na região. Precisamos lograr soluções que permitam reunir todas as partes envolvidas nos conflitos que sacodem o Oriente Médio, respeitadas as resoluções das Nações Unidas e o Direito internacional.

Mas há também um grande trabalho de combate a teses e mitos que procuram envenenar a atmosfera mundial. Depois dos atentados do 11 de setembro de 2002 não faltaram aqueles que imaginaram a existência de uma incompatibilidade entre o Islã e os valores da democracia. Postularam um choque de civilizações que ignorava a contribuição incalculável da tradição de tolerância árabe para a preservação da cultura clássica, ao longo de séculos.

A Aspa, que reconhece o valor da cultura árabe para o mundo, nos ajudará a fazer renascer essa verdadeira aliança de civilizações. Esse é o ambicioso propósito que nos trouxe aqui hoje. O Catar está de parabéns por patrocinar essa empreitada, ao sediar esta Cúpula.

Esses gestos confirmam que não nos deixamos vencer nem pela distância nem pelo ceticismo daqueles que duvidavam de nossa capacidade de trabalhar juntos. Prevaleceu a determinação de romper padrões e paradigmas para aperfeiçoar um diálogo pioneiro entre duas regiões que desejam construir um mundo à imagem de suas melhores tradições de entendimento e de solidariedade.

Muito obrigado.

II FÓRUM MUNDIAL DA ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES - ISTAMBUL, TURQUIA

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NO II FÓRUM MUNDIAL DA
ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES. ISTAMBUL, TURQUIA, 06/04/2009

Em nome do Presidente Lula, expresso a sincera gratidão do Governo brasileiro ao Primeiro-Ministro Recep Erdogan e ao povo da Turquia pela hospitalidade. Poucas outras cidades no mundo simbolizam tão perfeitamente quanto Istambul o encontro de civilizações.

Externo o apreço mais cordial ao nosso anfitrião do ano passado, ao Presidente de Governo espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero; ao Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, e ao Alto Representante Jorge Sampaio, por seu incansável trabalho.

Em nome do Presidente Lula e do Governo brasileiro, tenho a honra de confirmar que o Brasil sediará o III Fórum da Aliança de Civilizações, em 2010.

A tolerância, a cultura da paz, a democracia e os direitos humanos têm sido essenciais para o nosso desenvolvimento recente.

Com o objetivo de implementar as recomendações do Grupo de Alto Nível, o Brasil já preparou o seu Plano Nacional para a Aliança de Civilizações, que está sendo entregue hoje ao Presidente Jorge Sampaio.

O Presidente Lula tem-se empenhado por traduzir em políticas públicas os valores da diversidade e da tolerância, tanto no plano

interno quanto no plano internacional.

No âmbito do Fórum de Diálogo IBAS, a Índia, o Brasil e a África do Sul - três democracias multiculturais, uma em cada parte do mundo em desenvolvimento - trabalham conjuntamente em uma variedade de assuntos, desde a coordenação política à cooperação Sul-Sul em benefício das nações mais pobres.

Acabo de acompanhar o Presidente Lula à segunda Cúpula América do Sul-Países Árabes, em Doha. Quatro anos após a Cúpula de Brasília, foi realmente encorajador ver mais uma vez em ação a idéia essencial da Aliança de Civilizações - diálogo, intercâmbio e cooperação interculturais.

Há muitos desafios a serem enfrentados para promover a causa da nossa Aliança. Uma solução justa e duradoura para a Palestina, de forma a permitir o estabelecimento da paz na região, seria um exemplo eloqüente para todos.

A atual crise econômica porá à prova nossa capacidade de diálogo.

A insegurança econômica pode conduzir, facilmente, ao racismo, à xenofobia e ao fanatismo. O desemprego, a desigualdade e a fome alimentam o extremismo.

Será necessária uma cooperação internacional ampla e incluyente. A Cúpula

do G-20 em Londres, na semana passada, foi apenas o primeiro passo, ainda que promissor.

Este Fórum também pode contribuir para a nossa resposta comum à crise econômica ao aumentar a consciência da sociedade civil sobre a importância do comércio livre e justo para o desenvolvimento e para a luta contra a pobreza. O desarmamento, especialmente nuclear, deve ser prioritário em nossas agendas.

Estou seguro de que as discussões de hoje ajudarão a consolidar nossos compromissos com aqueles objetivos e a enriquecer a agenda para o próximo Fórum.

Espero acolhê-los todos no Brasil no próximo ano.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL - AMÉRICA LATINA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA PLENÁRIA DE ABERTURA DO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL - AMÉRICA LATINA. RIO DE JANEIRO, RJ, 15/04/2009

Caríssimo amigo e companheiro, presidente Álvaro Uribe, da República da Colômbia,

Meu caro companheiro Sérgio Cabral, governador do estado do Rio de Janeiro. Quando o Klaus falou aqui nesta tribuna que o Rio de Janeiro poderia ser a sede das Olimpíadas de 2016, vocês que estão atrás do Sérgio não viram o sorriso do Sérgio, de alegria, sabendo que aqui tem empresários dos países que concorrem com você. E eu, modestamente, digo: que vença o melhor.

Meu caro prefeito da cidade do Rio de Janeiro,

Meu caro Luiz Fernando de Souza Pezão, vice-governador do estado do Rio de Janeiro,

Meu caro Klaus Schwab, presidente do Fórum Econômico Mundial,

Companheiros do governo,

Empresários brasileiros,

Empresários convidados,

Meu caro Alessandro, da Apex,

Meus amigos e minhas amigas,

Gostaria, primeiramente, de felicitar o Fórum Econômico Mundial, na pessoa de Klaus Schwab, pela iniciativa de organizar este encontro aqui na cidade do Rio de Janeiro,

e também o nosso querido governador Sérgio Cabral, que tanto tem se empenhado em demonstrar à comunidade empresarial do Brasil e do mundo a pujança e o potencial do estado do Rio de Janeiro.

É auspicioso que este evento esteja ocorrendo na sequência da Cúpula do G-20, em Londres, e a poucos dias da Cúpula das Américas, quando a Humanidade busca respostas comuns para um desafio sem precedentes.

Os momentos de crise devem ser utilizados para saltos de qualidade das relações globais e regionais. O Brasil tem a vocação de construir consenso, aproximar pontos de vista, desenhar soluções voltadas para a solidariedade e a adversidade. Por isso recebemos mais uma vez, em janeiro último, o Fórum Social Mundial, para discutir com a sociedade civil o impacto da crise sobre a vida das pessoas.

No encontro de hoje e de amanhã com a comunidade empresarial, essas preocupações devem estar no centro de nossos debates. A iniciativa privada é parceira fundamental para desenhar um novo modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Meus amigos e minhas amigas.

A comunidade internacional precisa responder de forma coordenada a uma crise verdadeiramente sistêmica. A atividade econômica se retraiu, o comércio mundial despencou 9%. Só neste ano, 50 milhões de pessoas poderão perder os seus empregos.

Surgida, como se sabe, no coração do mundo desenvolvido, a crise hoje ameaça fazer suas principais vítimas nos países mais pobres, em desenvolvimento.

A acelerada repatriação de capitais e a diminuição dos investimentos estrangeiros golpearam as economias emergentes, responsáveis por grande parte do crescimento do mundo nas últimas décadas.

Precisamos responder à enorme expectativa com que o mundo nos olha. Ele espera respostas consistentes e respostas coerentes. A cúpula de Londres deu um importante primeiro passo ao reconhecer que não há solução sem participação efetiva dos países em desenvolvimento. Não criamos um problema, mas somos parte fundamental da solução do problema.

Ações de governos para estimular a economia já representam o equivalente a 2% do PIB mundial. Mas ainda é muito pouco, diante do ritmo da recessão que já atinge um grande número de países. É preciso fazer a economia global voltar a funcionar.

Em Londres, como vocês acompanharam, concordamos em injetar US\$ 1,1 trilhão no FMI e no Banco Mundial. São US\$ 850 bilhões para sustentar políticas anticíclicas em países em desenvolvimento. Esses recursos vão estimular a demanda, conter a contração da atividade econômica e ajudar a manter o equilíbrio das contas externas. Vão, sobretudo, preservar os empregos. Outros US\$ 250 bilhões financiarão o comércio mundial. Esses recursos devem destinar-se, prioritariamente, aos países mais vulneráveis, que perderam

mercados e acesso ao financiamento externo. Foram estabelecidas linhas de crédito flexíveis, para uso imediato, sem condicionalidade. Essa foi a grande novidade, ou seja, a partir de agora, com esse fundo, o FMI não vai mais ter nenhuma delegação descendo no aeroporto de nenhum país para fiscalizar a contabilidade do país. Essa é uma conquista, dos países emergentes e dos países em desenvolvimento, muito grande. Esse mecanismo funcionará de forma preventiva, fortalecendo os países antes que a crise se instale.

Aqui é importante lembrar uma coisa. Eu, por exemplo, fui um homem traumatizado durante quase duas décadas, e sobretudo na década de 90, quando o Brasil mais precisou do FMI e quando aqui, a cada 30, 40, 50 dias, desciam técnicos do FMI para dizer o que a gente tinha que fazer, onde tinha que conter gastos, que estradas iríamos fazer, se podíamos fazer escolas ou não, porque era tudo por conta do ajuste fiscal. Até agora não houve nenhuma delegação do FMI visitando a Alemanha, visitando a França, visitando os Estados Unidos, visitando o Japão. Parecia que o FMI tinha sido criado apenas para fiscalizar países pobres. Na medida em que os seus criadores têm problemas, o FMI então, obrigatoriamente - e essa é uma outra conquista do G-20 - tem que mudar de comportamento. Tem que ser uma instituição multilateral de financiamento com regras democráticas de participação dos países. Ninguém é mais do que ninguém porque coloca US\$ 1 a mais na conta do financiamento.

É preciso, no entanto, ir além de mudanças emergenciais, transformando os paradigmas que levaram a economia mundial à beira do precipício. Não podemos postergar soluções profundas e estruturais. O crédito e o comércio só retornarão se recuperarmos a confiança em um sistema financeiro robusto e transparente. A reforma dos organismos internacionais

deve adequar-se ao novo papel dos países em desenvolvimento, como atores indispensáveis em um mundo cada vez mais interdependente.

O primeiro passo foi dado com a decisão de revisar a distribuição de cotas e votos no FMI e no Banco Mundial. Não faria nenhum sentido maior aporte de recursos de nossos países se eles continuassem marginalizados na tomada das principais decisões. Crises já não são mais privilégio de países em desenvolvimento. É imperativo criar mecanismos preventivos em todos os países, inclusive nos desenvolvidos. Isso só será possível se instâncias multilaterais de regulação supervisionarem as instituições financeiras de alcance global. Mas não só as financeiras. A crise também evidenciou o que havia de nebuloso na explosão dos preços internacionais em 2008: à especulação irresponsável com as commodities somou-se a bolha do subprime. Estamos falando de deslocamento abrupto num universo de grandeza de US\$ 16 trilhões movimentados sem qualquer controle, conforme estimativas da Unctad. Essa engrenagem contagiou o preço dos alimentos, dos metais e do petróleo, levou maior instabilidade ao livre comércio e, sobretudo, gerou consequências perversas para a vida das populações mais pobres do Planeta.

Minhas senhoras e meus senhores,

A reativação do comércio é fundamental para a retomada do desenvolvimento. Tenho dito que o protecionismo é como uma droga que oferece alívio imediato, mas que logo lança sua vítima numa prolongada depressão. A rápida conclusão da Rodada de Doha seria a demonstração extraordinária de nossa determinação de reverter o protecionismo. Ao mesmo tempo, estaríamos sendo solidários com os países agrícolas pobres que vêm no comércio o caminho para a sua prosperidade.

É necessário salvar bancos e seguradoras para proteger depósitos e a previdência social. Mais importante, contudo, é proteger empregos

e estimular a produção. Não há exemplo mais eficaz de medida anticíclica. Por isso, a estatização dos bancos em dificuldade, mesmo temporária, não deve ser descartada por mero preconceito ideológico. Não podemos ficar prisioneiros dos paradigmas que ruíram nos últimos meses.

Amigos e amigas,

América Latina e Caribe têm todas as credenciais para propor um sistema financeiro internacional que não seja sinônimo de especulação desenfreada, lucro fácil e socialização de perdas. Com esforço e políticas adequadas conseguimos, nos últimos anos, estabilizar nossas economias e criar condições propícias para o crescimento sustentável. Estamos resgatando, a duras penas, uma pesada dívida social. É imprescindível encontrar soluções economicamente consistentes para os problemas de crescimento, integração e desenvolvimento. Essas respostas devem, ao mesmo tempo, ser socialmente justas de forma a combater a pobreza e o desemprego.

É verdade que a nossa região enfrenta desafios e deficiências enormes, mas o potencial para superá-los é extraordinário. Reagimos à crise e a encaramos como oportunidade. O Mercosul une sua voz para afirmar que o momento é de superação e de inovação. Vamos nos integrar cada vez mais para vencer as dificuldades.

Consolidando um espaço econômico integrado, estaremos também somando forças para enfrentar, na nossa região, o impacto da desaceleração econômica mundial. A recente ampliação do capital do BID em US\$ 180 bilhões sublinha o importante papel dos mecanismos regionais de financiamento no fomento à atividade produtiva. O fortalecimento da CAF e o lançamento definitivo do Banco do Sul também contribuirão para a retomada do crescimento e geração de empregos.

O Brasil vem fazendo a sua parte. Estamos enfrentando melhor a crise porque adotamos políticas econômicas e financeiras responsáveis e consistentes, mas também porque nunca sucumbimos aos dogmas do Estado mínimo, nem deixamos de adotar ações vigorosas de cunho social e de fomento à produção. O governo tomou medidas para manter a liquidez no sistema financeiro, adotou providências para que as empresas continuem tendo acesso ao crédito e está estimulando o consumo pelas vias da desoneração tributária. Acabamos de lançar um programa extraordinário de habitação, que vai construir um milhão de moradias para combater o déficit habitacional, principalmente das famílias mais pobres, e gerar centenas de milhares de empregos.

Já tínhamos o PAC - o nosso Programa de Aceleração do Crescimento - com investimentos de R\$ 646 bilhões até 2010, que expressa a parceria entre o Estado, com a visão estratégica, e a iniciativa privada, com a sensibilidade social. Ele agora nos ajudará a sair mais rápido da crise, e nessa tarefa o empresariado também tem um papel insubstituível.

Minhas senhoras e meus senhores

Somos chamados a renovar um compromisso coletivo, com regras e práticas de governança global que moldem uma ordem mundial mais justa e humana. Queremos uma globalização com ética, em que as pessoas estejam no centro de nossas preocupações e ações. O mundo espera muito de nós. Nosso pior erro seria não agir com audácia e visão transformadora.

Meu caro Klaus, meus amigos e minhas amigas,

Eu tenho o hábito de fazer meu discurso em dois tempos. Um tempo prestigiando os meus assessores que carinhosamente produzem para mim este manancial de palavras, e o outro é o que eu acabei de sentir agora, olhando a cara de vocês. Eu penso que está

chegando a hora da verdade. Está chegando a hora de todos nós - governantes, empresários produtivos, empresários do sistema financeiro, jornalistas, professores - todos, humildemente, confessarmos que o mundo contemporâneo em que nós vivemos errou na dose da economia virtual. Que não era honesto, que não era justo, sobretudo com a parte mais pobre da Humanidade, que alguém pudesse ganhar bilhões e bilhões de dólares sem produzir um microfone, sem produzir um sapato, sem produzir uma camisa, sem produzir um carro, sem produzir absolutamente nada, apenas trocando papéis por papéis, e por mais papéis.

Não é possível que uma parte do mundo, tão sabida, que dava tanto palpite sobre a economia dos países emergentes não percebesse, durante anos, que os trilhões de dólares e que muita gente que aparecia na lista da Forbes como os homens mais ricos do mundo, não estava apresentando o crescimento das suas fortunas com o crescimento do PIB de cada país e com o crescimento da melhoria de vida da Humanidade.

Eu fui agora ao G-20 e, meu caro Uribe e meu caro Klaus... foi a primeira reunião de que eu participei, com todos os países ricos, em que a humildade pairava no ar. Ninguém sabia de nada, ninguém era mais esperto do que o outro. Todo mundo sabia que o paciente não tinha feito check-up no tempo certo e estava com uma doença grave. E a junta médica, representada pelo G-20, não tinha o remédio total e necessário para enfrentar aquele diagnóstico da doença.

Eu tenho duas alegrias na vida e uma tristeza. A tristeza é porque eu perdi muitas eleições aqui no Brasil, e a alegria é porque ganhei uma. Mas não é isso, não. É porque eu passei 20 anos da minha vida carregando uma faixa e gritando na rua, nas portas de fábrica, nos palanques: "Fora FMI". E nesses dias chamei o meu Ministro da Fazenda e disse

para ele: Nós vamos emprestar dinheiro para o FMI. Nós agora não somos mais devedores, nós agora queremos ser credores e queremos emprestar dinheiro para o FMI, sob a condição de que esse dinheiro emprestado possa servir para ajudar a economia dos países mais pobres e dos países em desenvolvimento.

Em segundo lugar, eu passei metade da minha vida dizendo que era preciso construir uma nova ordem econômica mundial. E agora eu vi com os meus olhos e ouvi com os meus ouvidos, pessoas que eu pensei que nunca ia chegar perto delas dizendo que era preciso uma nova ordem econômica mundial, que era preciso acabar com uma coisa que é quase um escárnio, chamada “paraíso fiscal”. É preciso acabar com a falta de regulação no sistema financeiro mundial.

Não é possível que um presidente da República, que um empresário do setor produtivo, que um agricultor que trabalha de sol a sol, seja fiscalizado todo santo dia, e que um cidadão que especula não seja investigado e tenha um certo controle. Aqui no Brasil a alavancagem permitida não ultrapassava mais de dez vezes o patrimônio líquido de um banco. Em um país rico, ela chegava a 35 vezes. As pessoas estavam emprestando o que não tinham.

Eu nunca, meu caro Uribe, nunca... há dois anos que ninguém conseguiu me explicar por que o preço do petróleo saltou de US\$ 29 o barril para US\$ 150 o barril. Ninguém nunca conseguiu me explicar a explosão do preço dos alimentos em maio do ano passado. Era muito fácil dizer: os chineses estão comendo mais. E eu dizia isso... Era mais fácil dizer “os pobres do mundo estão comendo mais”, ou “a Europa comeu o mercado regulador”, o estoque regulador diminuiu em quase 178 milhões de toneladas. Mas o dado concreto é que parte do dinheiro do subprime, alguns espertos que criaram o subprime já estavam

tirando o seu dinheiro do subprime e aplicando no mercado futuro do petróleo e aplicando no mercado futuro dos alimentos.

Eu propus no G-20... Eu não quero acabar com o mercado futuro. Pelo amor de Deus, não tenham essa imagem de mim, porque tudo o que eu quero é pensar no futuro. Mas é preciso que quando alguém [quiser] aplicar em alguma coisa no mercado futuro, que essa pessoa deposite em cash uma parte daquilo em que está apostando, para que a gente tenha a convicção de que não é apenas especulação. Se não tem regulação, as pessoas perdem o limite da responsabilidade. Quantas coisas sérias aconteceram com empresas importantes nessa coisa chamada derivativos! Eu sei que até instituições multilaterais de financiamento perderam dinheiro em derivativos. As pessoas já não se contentam, já não existe mais limite, falta o bom senso de a gente perceber que tem que ter um certo controle. Eu não quero um Estado empresário, eu não quero um Estado gerenciador. Eu quero um Estado indutor, e eu quero um Estado fiscalizador. Um Estado que faça valer os interesses da maioria do povo e não apenas os interesses de uma minoria.

E aí, Uribe, uma coisa que eu particularmente sinto: é que durante um período, nessas últimas duas décadas, houve uma ausência de dirigentes que assumissem o papel de dirigentes de um Estado que tenha responsabilidade com o povo, e parecia que o mercado iria resolver tudo. E aí, dois erros graves: nem o Estado pode resolver tudo, e nem o mercado pode resolver tudo. Uma boa relação entre Estado, sociedade e mercado pode resolver os problemas. Mas achar que o governo não vale nada, que ninguém precisa de governo... E foi essa quase toda a moda política do século XX, de que o Estado não vale nada, não precisa do Estado, o Estado só atrapalha. Na hora em que os criadores dessa tese vêm o seu calo apertar, quem é que pode salvá-los? Exatamente o Estado, que não valia nada.

Por isso é que eu disse na ONU que essa crise precisa de soluções políticas, e muitas soluções políticas. O FMI não pode continuar sendo o que era, o Banco Mundial não pode continuar sendo o que era, o sistema financeiro não pode continuar sem estar umbilicalmente ligado ao setor produtivo, que é o que gera riqueza no país.

Aqui no Brasil - e é importante dizer para vocês, para não falar apenas de coisas boas - tudo vinha muito bem, até o Lehman Brothers quebrar nos Estados Unidos. Como num passe de mágica, os trilhões de dólares que estavam sobrevoando os oceanos desapareceram. Aqui no Brasil, o nosso sistema público de bancos representa quase 50% de todo o crédito nacional e, de repente, o crédito desapareceu. O dólar desapareceu do Planeta, acabou o crédito de empresas importantes, que tomavam empréstimo em dólar - talvez na Colômbia tenha acontecido o mesmo - e todas essas pessoas se voltaram para o mercado interno. O que fez o nosso sistema financeiro, inclusive alguns bancos públicos? Tornaram-se mais seletivos. “Tinha dez clientes precisando de dinheiro, apareceram 50, então agora eu vou ser mais seletivo. Aquele meu cliente para quem eu emprestava dinheiro, que era bom, mas apareceu outro melhor, aquele já não vai ter mais dinheiro. E já que tem muita gente querendo e pouca gente com dinheiro para emprestar, eu vou aumentar a taxa de spread aqui”. De repente, tudo ficou mais caro, de repente, tudo ficou mais difícil. E olhem que o governo tomou medidas imediatas. Nós colocamos mais de 100 bilhões do compulsório na economia. Nós compramos, em associação com bancos públicos, bancos importantes para financiar a produção. Nós colocamos linhas para capital de giro. E tudo isso demorou para funcionar, porque as pessoas estavam com medo de

emprestar, porque tinha pouco dinheiro... Até uma empresa como a Petrobras, meu caro Furlan, que é uma empresa que ninguém pode ter dúvidas - se tivesse alguma dúvida, depois do pré-sal acabou a dúvida - não conseguia mais captar dólares no exterior, porque desapareceram.

Então, eu disse na reunião do G-20 e vou dizer aqui: essa crise é verdadeira, é real, começou pelo sistema financeiro e já chegou à indústria, começou nos Estados Unidos, mas já chegou a todos os países. O que nós precisamos é estancá-la, se a gente começar a pensar em voltar a crescer.

Certamente o Brasil, que entrou por último na crise, vai sair primeiro dessa crise e vai sair mais fortalecido dessa crise. É por isso que eu tenho avisado aos empresários: não desativem os seus projetos de investimento, porque o BNDES tem dinheiro para ajudar a fazer esses projetos. Na hora em que essa crise acabar, nós vamos sair mais fortes.

Mas essa crise que começou lá, no sistema financeiro, chegou à produção, chegou à agricultura e, sobretudo, chegou ao comércio exterior. Hoje não só está escasso o crédito, como está escasso o seguro. Não existe mais seguro para as exportações. E vejam que todos nós continuamos falando contra o protecionismo, mas tem muitos países ricos achando que o protecionismo vai ajudá-los, o que eu acho um desastre para a Humanidade e para o desenvolvimento econômico do mundo.

Então eu queria terminar, meu caro Klaus, dizendo a vocês que essa crise de desconfiança passa pelo comportamento dos meios de comunicação, passa pelo comportamento político dos políticos mesmos, passa pelo comportamento dos empresários, passa pelo comportamento dos trabalhadores. A verdade nua e crua é que entrou água no navio. E nesse momento, não adianta a gente estar dizendo

que estava na primeira classe, na segunda classe, ou na terceira ou na quarta classe. Vocês viram que quando o Titanic afundou, não teve essa de escapar quem estava na terceira classe ou quem estava na primeira, ou seja, quem estava no barco pagou o preço.

E esse barco... O que me assustou é que eu imaginava que bancos fossem muito fortes, e o Lehman Brothers quebrou do dia para a noite. Aquela empresa de seguros, a AIG, o que eu achei grave é que ao pegar dinheiro do governo americano para resolver o problema dos seus clientes, distribuiu bônus. O bônus é uma coisa que a gente dá por mérito de ganho, mas lá o mérito foi por prejuízo. Talvez ela tivesse uma seguradora mais forte do que ela para pagá-la.

Então, chega de brincadeira. Aqui no Brasil - está cheio de empresários brasileiros aqui e vocês podem conversar quando eu virar as costas - nós estamos fazendo, eu acho, mais do que muitos imaginavam, para que a economia não pegue o nosso país como pegou outros países. E temos mais coisas para fazer. E fiquem certos de que nós faremos qualquer coisa para evitar que este país volte à estagnação da década de 80, à estagnação da década de 90, de anos em que se pediu para esse povo pobre ficar esperando o bolo crescer para distribuir, e o bolo crescia e só alguns comiam. Nós agora queremos dizer: Vocês vão comer junto conosco. A cada vez que esse bolo crescer um pouquinho, vocês vão participar na mesa conosco. Porque uma coisa que eu tenho provado a mim mesmo é de que só tem possibilidade de a gente acabar com a miséria do mundo se a distribuição de renda for concomitante com o crescimento.

Aqui no Brasil nós fizemos antes. Aqui no Brasil, quando nós criamos o Bolsa Família, nós criamos antes de a economia começar a crescer, em 2003, com o projeto Fome Zero.

E quando os pobres começaram a ter dinheiro no bolso, eles começaram a comprar feijão, arroz, sapatos. Tinha gente que escrevia artigo: “Como é que o Lula quer dar dinheiro para os pobres? Eles estão comprando dentadura, eles estão comprando carne, eles estão comprando geladeira, chinelo...” Não vou dizer o nome da marca. “Eles estão comprando chinelo com o Bolsa Família.” Eu quero que eles comprem o que eles puderem comprar. É muito pouco. Para um rico, R\$ 80 não valem nada, se dá de gorjeta quando se toma uísque em um bar. Mas para uma mulher pobre, que tem dois ou três filhos, R\$ 80 na mão dela é a possibilidade de ela dar comida para a sua família durante, pelo menos, 15 dias no ano [mês]. Desse modelo nós não abriremos mão, e os empresários brasileiros já aprenderam que é bom que seja assim. Os empresários brasileiros já perceberam que o pobre ganhar um pouco é melhor. Os pobres estão abrindo conta bancária, os pobres estão abrindo conta bancária neste país.

Então, eu penso que o modelo do Brasil não serve para todo mundo, e não quero que ninguém copie o modelo do Brasil. Mas eu conheço países no mundo que crescem há dez anos a 7%, e a pobreza continua igual, como estava antes, porque a gente repete a velha lógica: quem é rico fica mais rico, quem é pobre fica mais pobre. E nós estamos provando que quem é rico fica igual estava ou um pouco menos rico, e o pobre, que era mais pobre, fica menos pobre e vai ascendendo à classe média. Quem é que ganha? Ganha o empresário do comércio, ganha o empresário da indústria, ganha o banco. Muito dinheiro na mão de poucos é concentração de riqueza; pouco dinheiro na mão de muitos é distribuição de riqueza. E é assim que a gente quer construir essa nova ordem econômica mundial.

Muito obrigado.

PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA DA 5ª CÚPULA DAS AMÉRICAS - PORT OF SPAIN – TRINIDAD E TOBAGO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA DA 5ª CÚPULA DAS AMÉRICAS. PORT OF SPAIN, TRINIDAD E TOBAGO, 18/04/2009

Obrigado, Primeiro-Ministro.

Na última reunião em que eu fui convidado para participar do G-8, no Japão, eu disse na reunião - e o secretário-geral Ban Ki-moon estava presente - que essa crise econômica deveria ser debatida nas Nações Unidas. As Nações Unidas têm um instrumento chamado Ecosoc, que poderia transformar o debate em um debate que envolvesse todos os países de todos os continentes, e não se restringisse apenas ao G-8. Isso não foi possível por “n” razões, que depois o Secretário-Geral das Nações Unidas pode falar.

É importante lembrar que, até poucos dias atrás, as decisões sobre a economia mundial eram tomadas, primeiro pelo G-7, depois pelo G-8, depois pelo G-8+5, e agora já são G-20, que não são 20, são 22. O que nós estamos percebendo? Que há uma evolução na participação dos países para decidir sobre uma crise que eu considero profunda, e uma crise que nasceu da irresponsabilidade do gerenciamento, pelos Estados, do sistema financeiro internacional.

A reunião do G-20... e eu queria retratar isso aqui com muita fidelidade, sem ter

procuração. Eu penso que quando eu, Cristina, Calderón, estamos no G-20, nós estamos falando em nome dos nossos companheiros da América Latina. A reunião do G-20 foi um avanço muito grande. Eu acho que foi um avanço que nem os melhores especialistas do mundo acreditavam que a gente pudesse chegar ao que nós chegamos. O fato de as pessoas aceitarem discutir a democratização do FMI, o fato de todo mundo concordar em injetar US\$ 1 trilhão no FMI e o FMI emprestar o dinheiro sem condicionalidades é um avanço extraordinário. É um avanço... Eu, que durante 20 anos via descer no meu país uma delegação do FMI para dizer que política fiscal deveríamos fazer, que investimentos deveríamos fazer, onde tínhamos que cortar dinheiro, foi um ganho extraordinário o fato de nós estabelecermos que não há mais condicionalidades nos empréstimos do FMI.

Segundo, é preciso... a decisão de fortalecer o Banco Mundial também foi extremamente importante. Fortalecer com o compromisso de que o Banco Mundial cuide de emprestar recursos para os países mais pobres fazerem a sua economia voltar a girar. Obviamente,

outra vez a responsabilidade recai numa escala de valores de quem pode mais, até chegar em quem pode menos. Os países que estavam lá, todos se colocaram de acordo. Até o Brasil, que durante 20 anos era um país que vivia tomando dinheiro emprestado do FMI, decidiu que vamos emprestar dinheiro ao FMI. Obviamente, sob a condição de que esse dinheiro seja emprestado para os países mais necessitados.

Acho que a reunião teve um avanço excepcional porque todo mundo está mais humilde. Já não há mais aquela arrogância do chamado mundo desenvolvido, dizendo o que nós tínhamos que fazer, porque a crise é de tal magnitude que ninguém sabe o que fazer. Ninguém tem mais a certeza absoluta. O FMI já não tem mais certeza absoluta, o Banco Mundial já não tem mais certeza absoluta. Nenhum governante tem mais certeza absoluta, porque a crise pegou todos nós.

No caso do Brasil, preocupados com as conquistas que nós tivemos nos últimos tempos, nós temos tomado medidas que têm mostrado algum efeito positivo. A primeira coisa que nós fizemos foi [tomar] medida para não permitir que a indústria automobilística brasileira entrasse em crise, porque a indústria automobilística brasileira representa 24,5% do PIB industrial, tem

uma cadeia muito grande. Ontem nós decidimos a mesma política de isenção de impostos e capital de giro para atender à cadeia produtiva na área de alimentos, que também é muito grande. Quando um grande frigorífico quebra, atrás daquele grande frigorífico tem milhares de pequenos produtores, de pequenos criadores de gado, que são vítimas e não têm financiamento. Então, nós tomamos duas decisões: emprestar recursos às grandes empresas que estão com problemas financeiros muito sérios e, ao mesmo tempo, emprestar capital de giro para que as empresas pequenas possam voltar a funcionar.

Só um último dado aqui, que eu acho importante. Anunciamos um programa de habitação de construção de 1 milhão de casas próprias para reativar a construção civil. Eu acho que para a gente não permitir que haja uma degradação nas conquistas que nós tivemos nos últimos dez anos, é importante que todos nós façamos aquilo que não podíamos fazer em tempo de normalidade. Eu diria, fazer mais investimento público, o máximo que pudermos fazer, para a gente poder tentar reativar o nosso mercado interno e, conseqüentemente, minimizar o sofrimento dos trabalhadores.

Obrigado, Primeiro-Ministro.

SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA DA 5ª CÚPULA DAS AMÉRICAS - PORT OF SPAIN – TRINIDAD E TOBAGO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA DA 5ª CÚPULA DAS AMÉRICAS. PORT OF SPAIN, TRINIDAD E TOBAGO, 18/04/2009

Primeiro, quero cumprimentar e agradecer ao Primeiro-Ministro Manning, pelo tratamento carinhoso do povo de Trinidad e Tobago.

Segundo, eu estava pleiteando aqui, nada mais nada menos do que o mesmo tempo que o Daniel Ortega teve para falar... Parece que não é possível. Vou falar o mesmo tanto que falou Cristina, Obama e o Primeiro-Ministro de Belize.

Primeiro, eu quero agradecer ao nosso anfitrião, o Primeiro-Ministro Manning, ao seu governo e ao povo de Trinidad e Tobago pela hospitalidade com que estão nos recebendo.

A agenda original desta reunião foi definida bem antes da inclusão da grave crise econômica e financeira que hoje afeta toda a Humanidade. Uma crise que teve sua origem no mundo desenvolvido, mas se espalhou por todos os continentes.

A América Latina e o Caribe sofrem, hoje, a queda das exportações, a escassez do crédito internacional, a diminuição dos investimentos, a retração do turismo e das remessas.

Nos anos 80 e 90 do século passado, o pensamento conservador, que foi incapaz

de prever e prevenir os efeitos das recentes aventuras especulativas do capital financeiro, nos impôs ajustes econômicos retrógrados, discriminatórios e vazios de preocupação social. Aquelas políticas foram ditadas por supostos especialistas que não conheciam nossa região, mas que agiam com o acordo submisso de parte de nossas elites dirigentes. O modelo hegemônico separava o econômico do social, opunha estabilidade ao crescimento, desqualificava a política e a ação do Estado, ridicularizava a noção de soberania nacional.

O legado desse período foi doloroso, mas reagimos de forma madura. Nossas sociedades buscaram saídas institucionais para atender a aspirações, há tantos anos frustradas. Por meio de eleições democráticas e participativas, fomos forjando projetos alternativos de desenvolvimento. A região vem consolidando avanços sociais e econômicos. Políticas de combate à fome, à pobreza e à exclusão social são, hoje, prioridades.

Mostramos que só há desenvolvimento quando se combina crescimento com distribuição de renda. A região amadureceu coletivamente. Nossas políticas se guiam pelo

respeito à diversidade, e estamos corrigindo assimetrias que prejudicam os parceiros menores.

Sica, Caricom e Unasul, da mesma forma que o Mercosul, são exemplos de uma nova concepção de integração. Representam reais opções de governança regional que contribuem para a construção de um mundo multipolar, regido pelos princípios do multilateralismo.

Esta cúpula demonstra que nossa região não admite fórmulas rígidas, pensamento único e imposições unilaterais. A integração das Américas supõe diálogo político e cooperação para o desenvolvimento. O exemplo do Haiti mostra que a segurança coletiva tem que se combinar com o respeito à soberania nacional e com a redução das desigualdades.

Não hesitamos em enfrentar a violência e a criminalidade transnacional. O Conselho de Defesa da Unasul e o Conselho de Combate às Drogas buscarão soluções regionais para essas ameaças.

Amigos e amigas,

A recente cúpula do G-20 foi demonstração de engajamento coletivo para enfrentar uma crise sistêmica. Adotamos decisões, em Londres, que agora precisam ser colocadas em prática. Essas decisões têm, também, as marcas dos países em desenvolvimento, e delas participamos. Era, e é, urgente reformar a arquitetura financeira mundial e os seus organismos. Precisávamos aumentar os recursos do FMI e do Banco Mundial para ajudar, sem condições, países pobres e em desenvolvimento. Era, e é, necessário criar linhas de crédito mais flexíveis. Sei que, por si só, essas e outras medidas não resolverão a crise, mas o papel dos líderes políticos não é só o de denunciar, mas também de propor e construir alternativas viáveis.

Quero aqui reiterar meu apoio à próxima reunião da Ecosoc, das Nações Unidas, quando serão discutidas e propostas alternativas

para a crise atual. Na América Latina e no Caribe estamos fazendo nossa parte para vencer a crise, acelerando o ritmo de nossa integração em infraestrutura e fortalecendo as cooperações em políticas sociais.

O comércio deve ser poderoso indutor de desenvolvimento, funcionando como medida anticíclica na conjuntura atual. Para tanto, ele deve ser justo e equilibrado, preservando a capacidade dos Estados nacionais de formular políticas voltadas para o crescimento e a geração de empregos. A conclusão da Rodada de Doha é, assim, fundamental. Mas é fundamental também restaurar o financiamento para as economias em desenvolvimento, especialmente para os países mais pobres. O aumento do capital do BID, o fortalecimento da CAF e o lançamento definitivo do Banco do Sul ajudarão na retomada do crescimento e na geração de empregos.

Amigos e amigas,

A crise não deve servir de desculpa para retroceder nos compromissos com tecnologias ambientalmente sustentáveis ou abrir mão das fontes renováveis de energia. A sociedade quer e exige combustíveis renováveis limpos e baratos.

A região reúne condições climáticas e de solo para exportar energia sem descuidar de nossa demanda interna, menos ainda de nossa segurança alimentar. Seríamos os primeiros a condenar os biocombustíveis se ameaçassem a oferta de alimentos ou a preservação de nossas florestas. A produção de etanol à base de cana-de-açúcar, respeitada a realidade de cada país, aumenta a segurança energética e alimentar e gera divisas. Os biocombustíveis são arma eficaz na luta contra o aquecimento global.

O Brasil está pronto a compartilhar as tecnologias que desenvolveu por mais de 30 anos, e a ampliar e fortalecer iniciativas de cooperação triangular. Assumimos compromisso de redução das emissões de

carbono, que vão além do estabelecido pelo Protocolo de Quioto. Estamos reduzindo o desmatamento na Floresta Amazônica, e garantindo a preservação dos ecossistemas e o uso sustentável da floresta por seus habitantes.

Amigas e amigos,

Nosso esforço integrador nas Américas será sempre incompleto enquanto persistir, em nossas reuniões, a anômala exclusão de um dos países do continente, que é Cuba. Tive o privilégio de acolher na Bahia, em dezembro do ano passado, a Cúpula da América Latina e do Caribe sobre integração e desenvolvimento. Lá, todos os países latino-americanos e caribenhos declararam, de forma inequívoca, seu apoio ao fim do bloqueio econômico, comercial e financeiro que ainda vigora contra Cuba.

As relações com Cuba serão um sinal importante da disposição nossa e dos Estados Unidos em relacionar-se com a região. As medidas tomadas até agora pelo Presidente Obama vão em boa direção, mas todos nós concordamos que é apenas um começo. É importante que sejam ampliadas e venham sem pré-condições, afinal, quem mais sofreu e ainda sofre com as restrições do bloqueio é o povo de Cuba. O diálogo direto entre os dois governos pode abrir o caminho para superar essa situação, com a qual as Américas não querem mais conviver.

Meus amigos e minhas amigas,

Não poderia concluir minhas palavras, sem perguntar-lhes: para que servem reuniões como esta? Elas são um espaço democrático de confronto de ideias e concepções que refletem, na sua diversidade, as distintas situações históricas de nossos países. Essa diversidade é positiva e não devemos temê-la. Mas este é também um espaço em que devemos buscar construir alternativas, se possível, alternativas comuns. Essa construção não pede que esqueçamos o passado, mas ela

deve privilegiar o futuro.

O êxito desta cúpula depende do engajamento pleno de todos os países da região nessa empreitada. Nossos atos e gestos concretos demonstrarão que não há mais lugar em nosso continente para políticas de isolamento. Por meio da solidariedade, da inclusão e do respeito às diferenças poderemos estabelecer as bases para uma nova fase do desenvolvimento das Américas. Vamos tornar realidade o sonho de assegurar a todos os países acesso às oportunidades de crescimento econômico, à educação, à saúde, à segurança e à paz.

Muito obrigado pela paciência.

Visita do Presidente da República à Argentina

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido pela Presidente da Argentina, Cristina Kirchner. Buenos Aires, Argentina, 23/04/2009

[Quero cumprimentar] minha amiga, companheira e Presidenta da Argentina, Cristina Kirchner,

Quero cumprimentar os dois ministros que têm contribuído de forma extraordinária para que nossas relações sejam sempre melhores: o ministro Jorge Enrique Taiana, ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, e o companheiro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil. E, em nome dos dois, quero cumprimentar todos os demais ministros brasileiros, ministros e ministras argentinos.

[Quero] cumprimentar os empresários.

Não se preocupe, Cristina, que eu não vou ler discurso. Apenas para lembrar aos companheiros argentinos que esta é a minha 14ª visita à Argentina, em seis anos.

Quando tomei posse, ou melhor, quando ganhei as eleições, em 2002, eu anunciei que o primeiro país que eu iria visitar seria

a Argentina, e cumpri o prometido: visitei a Argentina. A partir daquele momento, estreitamos as nossas relações, e hoje eu posso dizer que não conheço outro momento histórico da Argentina e do Brasil em que as duas nações estiveram tão próximas, se entendendo tão bem, sem abrir mão da diversidade que existe entre nós.

A Argentina é um país de uma burocracia forte e competente, o Brasil é um país de uma burocracia forte e competente. Duas burocracias que funcionam de forma extraordinária, para facilitar e para dificultar, e que nós, aos poucos, estamos quebrando essa divergência de visão, com muita discussão política.

Eu confesso a vocês, companheiros argentinos, que nós estaremos cada vez mais próximos. Eu não vejo como Argentina e Brasil não compreenderem que do nosso comportamento, das nossas relações, vai depender muito o sucesso do Mercosul, da Unasul e da integração da nossa tão querida América Latina.

Acabou o tempo em que Argentina e Brasil disputavam quem era mais querido pelos Estados Unidos ou pela União Européia. Nós descobrimos, nesses últimos seis anos, que muito mais bonito é fazermos o esforço que for necessário fazer para, a partir da nossa integração e da complementaridade da nossa competência científica, tecnológica, política, cultural, construirmos nos nossos países tudo aquilo que nós precisamos para melhorar a vida do nosso povo.

Eu acho que nós ainda temos que construir muito. De vez em quando eu fico inquieto pela demora dos acordos, de vez em quando a Cristina fica inquieta, na América do Sul, de vez em quando, Chávez fica inquieto, o Evo fica inquieto, o Uribe fica inquieto, o Alan García, todo mundo, porque as coisas demoram mais do que a gente esperava.

Entretanto, se nós imaginarmos o avanço

político da nossa integração nesses últimos seis anos, vamos perceber que andamos uma caminhada muito grande para chegar aonde chegamos. Primeiro, tornar os países da América do Sul amigos e um confiar no outro não era uma tarefa fácil. Conseguimos. Segundo, recuperar o prestígio e a importância comercial do Mercosul. Conseguimos. Terceiro, criamos a Unasul. Muita gente cobra de nós porque a Unasul demora tanto para se fortalecer. As pessoas se esquecem de que a União Européia levou 50 anos para ser o que é hoje, e eu acho que nós já andamos de forma extraordinária.

Além do quê, o progresso político e ideológico da América Latina. Não precisa ninguém fazer um grande esforço intelectual para saber o que era o nosso continente há dez anos. Olhem agora e vejam a mudança extraordinária nos atores sociais e nos segmentos sociais que foram ocupando os cargos de presidente em todo o continente latino-americano. E, com essa mudança, houve a mudança de visão do papel do Estado. Aquela história que se vendeu durante muitos anos, que só era possível melhorar a vida das pessoas se a economia crescesse, e que ela tinha que crescer muito para depois distribuir, nós provamos que as duas coisas podem acontecer concomitantemente: você pode crescer distribuindo renda e pode distribuir renda para crescer.

Inegavelmente, a Argentina vivia um momento de ouro antes dessa crise. Inegavelmente, o Brasil vivia um momento excepcional antes dessa crise. Aliás, acho que é a primeira crise no mundo que pega os países emergentes, e sobretudo os da América Latina, melhores do que os países europeus e do que os próprios Estados Unidos da América do Norte, é a primeira.

Obviamente, eu e Cristina torcemos para que a Europa se recupere logo, e os Estados

Unidos, porque eles são grandes países, têm muito conhecimento científico e tecnológico, compram muito os nossos produtos, e nós queremos comercializar com eles. Mas é importante registrar para a história que as pessoas não podem mais tratar a América do Sul, a Argentina e o Brasil como tratavam na década de 80, ou na década de 90, em que qualquer um que viesse do Norte podia chegar aqui dando palpite na nossa vida, dizendo o que a gente tinha que fazer, o que a gente tinha que produzir e qual a política fiscal que nós íamos elaborar. Quantas e quantas vezes as ingerências dos que causaram a crise... Se fossem tão fiscalizadores das finanças mundiais, como foram da Argentina e do Brasil, nós saberíamos da crise três anos antes, dois anos antes. Agora já começam a dizer quando a Argentina vai crescer, o que a Argentina merece, quando o Brasil vai crescer.

Eu não quero ser desrespeitoso com ninguém, mas eu quero dizer em alto e bom som que o Brasil só deu certo quando ele foi dono do seu nariz, quando não aceitava que pessoas de fora dissessem o que a gente tinha que fazer.

Eu acho, Cristina, que uma coisa importante que está acontecendo, que de vez em quando alguns companheiros não valorizam... Mas vamos ser francos, Taiana, Celso Amorim - vocês que são duas pessoas experientes - não é motivo de orgulho para vocês, saber que Argentina e Brasil estão participando do G-20? Quando é que a gente imaginava um país da América do Sul participar do G-20? Muita gente acha isso pouco. Mas era importante, como disse o Obama... Um dia o Obama disse: "Governar o mundo era fácil, há 60 anos. Churchill e Roosevelt se reuniam, cada um fumando o seu charuto, tomavam as decisões e o mundo acatava". Eram dois homens que tomavam atitudes... Depois entrou o Stalin, já para repartir. Mas onde nós

éramos chamados para alguma coisa? Onde é que nós éramos ouvidos?

Hoje, não. Hoje, a democracia é exercida com um pouco mais de maturidade, porque o sucesso da reunião do G-20 - que eu acho que foi muito importante, muito mais do que eu esperava quando saí do Brasil - se deveu ao fato de que ninguém sabia a solução do problema, de que os Estados Unidos estavam muito humildes, de que a Alemanha estava muito humilde, de que o Reino Unido estava muito humilde. Então, estava todo mundo à espera de que alguém soubesse o que fazer. Todo mundo estava à espera. Também, ninguém sabia o que fazer, cada um sabia cuidar do seu, cada um sabia cuidar do seu país. Mesmo assim, eu nunca vi tanta humildade, simplicidade, e é assim que tem que ser, é assim que precisa ser.

O Celso se lembra, uma vez eu fui convidado para o G-8. Cheguei no G-8... era para tomar [participar de] um almoço, quase que eu chego na hora da sobremesa. Viajar até Berlim para tomar um café! Muito caro esse café. Cheguei lá, levei um documento totalmente contrário ao documento apresentado pelo G-8, um documento feito pela China, Índia, Brasil e África do Sul. Aí, a primeira-ministra Angela Merkel pegou o documento da minha mão e falou: "Eu concordo com o documento". Eu falei: Angela, não é verdade. O teu documento é antagônico ao meu, então, como é que você pode adotar os dois? Então, eu disse ao Celso: eu não vou mais ao G-8, não me convide que eu não vou mais. Pode ser chique para alguém, para mim, participar de café. É muito caro o café.

Bem, no Japão eles já mudaram, e agora vão mudar. Agora o G-8 já vale muito pouco diante do G-20, e daqui a pouco o G-20 estará pequeno, na hora em que a ONU assumir a discussão da crise mundial e todos os partidos [países] participarem.

Agora, eu penso - e queria fazer um apelo aos companheiros aqui - que nós precisamos

parar de falar em crise. Eu acho que nós precisamos pensar o pós-crise.

Eu tenho consciência de que os Estados Unidos estão numa situação - hoje, falando em crise - pior do que qualquer país menor. Tenho consciência disso. Obviamente que eles, que produzem dólares, têm a vantagem da maquininha de fabricar dólar, e têm a vantagem de ser um país de um PIB de US\$ 17 trilhões, não é pouca coisa. Mas eles estão numa situação complicada, porque têm déficit público muito grande, porque têm déficit comercial muito grande, porque tem a China, que os Estados Unidos têm que responder, a América Latina, que os Estados Unidos têm que responder, sobretudo para os países do Caribe e os países do Caricom.

Mas por que eu acho que a gente não tem que falar em crise? Eu não passo otimismo exagerado. Não me peçam para passar otimismo exagerado. Eu sempre disse que essa crise, metade dela era pânico, e a outra metade era crise real.

No dia 22 de dezembro do ano passado, Cristina, eu fui para a televisão fazer apologia do consumo, para que o povo brasileiro comprasse, para fazer a roda da economia girar. Hoje eu estou convencido de que os Estados Unidos têm que fazer isso, estou convencido de que a Europa tem que fazer isso, e estou convencido de que eles só vão fazer quando restabelecerem o crédito e a normalidade do crédito. Eu estou convencido.

Tenho a convicção - e quero terminar, Cristina, dizendo a você - de que nós precisamos fazer todo o esforço que for necessário, [para]

que não tenha assunto tabu entre nós, [para] que não tenha assunto difícil, [para] que não seja o empresário que pensa que está perdendo um pedaço de mercado, um argentino ou um brasileiro, que demova o governo argentino e o governo brasileiro de firmarem a convicção, cada vez mais, de que a integração é a melhor, a maior e a mais eficaz oportunidade de Brasil e Argentina saírem dessa crise infinitamente mais forte do que entraram.

Os meus adversários políticos, de vez em quando, parece que torcem para a crise ser forte no Brasil, para que eu tome prejuízo. Eu digo sempre, Cristina: eu nunca tive medo de crise. Nunca tive medo de crise. Eu sou de uma região do Brasil tão miserável, que se o menino que for nascer tiver medo de crise, ele já nem nasce. [Não] nasce, porque a mortalidade é muito grande, a mortalidade, antes do primeiro ano de vida, é muito grande.

Eu acho que essa crise é a oportunidade fantástica para a gente fazer, de forma ousada, tudo aquilo que nós não fazíamos antes, porque tinha norma de Basiléia, tinha norma do FMI, tinha norma do Banco Mundial. Essas normas foram boas para um momento. Para alguns países significou quebrar os países. Agora, eu acho que nós temos que criar as nossas normas, porque foi para isso que nós fomos eleitos, e essa crise é uma oportunidade extraordinária.

Por isso, eu quero desejar à minha amiga Cristina e aos companheiros argentinos que estejam certos de que essa crise, nós a venceremos juntos.

Um abraço.

DIA DO DIPLOMATA I

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO DIPLOMATA. BRASÍLIA, DF, 07/05/2009

Minha querida companheira Marisa,
Meu querido companheiro Celso Amorim,
ministro das Relações Exteriores,
Embaixatriz Ana Maria Amorim,

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães,
nosso querido secretário-geral das Relações Exteriores e paraninfo da turma Villa-Lobos,

Embaixador Fernando Reis, diretor-geral do Instituto Rio Branco,

Secretário Marcos Vinícius Moreira Marinho, na pessoa de quem cumprimento os formandos da turma Heitor Villa-Lobos,

Senhoras e senhores familiares dos formandos,

Senhoras e senhores diplomatas,

Amigos e amigas,

Antes de ler o meu discurso, uma resposta ao Celso. É o seguinte: ele nem acabou de preencher as 400 vagas e já reivindicou mais. O dado concreto, Celso, é que eu penso que depois dos anos que o nosso país passou sem crescer economicamente, sem crescer socialmente, depois que o nosso país durante tanto tempo cedeu ao discurso do Estado mínimo e do mercado máximo, e que as coisas foram se deteriorando neste país, e depois que a gente começou a recuperar o papel do Estado - de o país voltar a crescer, de fazer políticas sociais, de ter mais altivez nas nossas

relações internacionais -, eu não tenho dúvida de que duas coisas vão acontecer.

Primeiro, eu mesmo tive uma lição importante, que foi a lição de garantir - pelo menos no meu governo nós não mandamos nenhum projeto de lei - que não é possível que a gente não leve em conta o tempo de carreira do embaixador. Às vezes, para chegar ao cargo máximo leva 40 anos, 38 anos, as pessoas passam esperando a vida inteira para ter um cargo importante e, quando entra um novo governo, coloca um político derrotado no lugar do embaixador. Isso parece fácil, mas eu acho que não tem nada mais importante para valorizar e motivar a carreira do que a gente garantir a fluidez do tempo que as pessoas têm que ocupar os seus cargos. Essa foi uma lição que eu tive, do primeiro para o segundo mandato.

A outra coisa é que eu não tenho dúvida nenhuma de que quem vier, a partir de 2010, com a dinâmica da política internacional brasileira, as pessoas saberão que é preciso contratar mais gente. Não precisamos chegar aos 14 mil dos Estados Unidos, até porque nós não queremos ter tanta ingerência, nós queremos apenas fazer diplomacia.

Como já está muito adiantado o horário e eu criei o projeto Fome Zero, não vou ficar aqui fazendo discurso porque... público é que

nem passarinho novo, a primeira imagem que fica é daquele que deu a primeira comida para ele. Se eu fico aqui falando muito tempo, a imagem que vocês vão ter do governo não [será] a melhor possível.

Eu queria dizer para vocês algumas coisas. Eu não vou ler o meu discurso porque ele está um pouco... o Celso já falou. Acho que a mesma pessoa que escreveu o teu, escreveu o meu. Outras coisas o Samuel já falou de improviso. Eu queria dizer, sobretudo, a vocês jovens que estão se formando hoje. Certamente, vocês terão no futuro muito mais trabalho do que os nossos diplomatas têm no presente e do que muitos tiveram no passado, eu diria, mais recente também.

Em política tem uma coisa que o Brasil fez [durante] muito tempo, depois o Brasil desaprendeu, e o Brasil está aprendendo: é que não é possível nenhum interlocutor ser respeitado, se ele não se respeita. O tempo em que um diplomata brasileiro achava que o Brasil não poderia participar de nada, porque o Brasil era pequeno, porque o Brasil não tinha inserção na economia, isso acabou. A gente não tem importância pela quantidade de dinheiro que a gente tem, a gente não tem importância pela quantidade de bombas atômicas que a gente tem, a gente não tem importância apenas pela quantidade de conhecimento tecnológico que nós temos. A gente tem importância pelo nosso comportamento e, sobretudo, pelos nossos objetivos.

Se nós traçamos um objetivo, na nossa vida e na vida de um país, de conquistar espaços políticos, nós sabemos que é preciso trabalhar, abrir espaços, porque em política ninguém dá espaço de graça para ninguém. Não esperem benevolência, não esperem que alguém vá ter reconhecimento sobre vocês, se vocês não fizerem por merecer.

E eu acho que é esse o momento que o Brasil vive. Eu posso dizer a vocês que

quanto mais o Brasil tiver importância no cenário político mundial, mais humildade vocês precisam ter. A arrogância estará falida na diplomacia de um país como o Brasil, até porque não faz parte da nossa índole, não faz parte das características do povo brasileiro a arrogância - se bem que temos - nós também não somos imunes.

Mas o grande trabalho que vocês terão pela frente é o trabalho de consolidar o que nós começamos a fazer. Não pensem que foi fácil recuperar o Mercosul, não pensem que foi fácil a gente derrotar a idéia da Área de Livre Comércio, a Alca, que os Estados Unidos queriam impor ao Brasil na década de 90. Não pensem que foi fácil construir a Unasul, não pensem que foi fácil a gente fazer muitas das coisas que nós queríamos fazer.

Eu vou contar um dado para vocês, sem nenhuma arrogância, [sobre] o G-8 do ano passado. Eu fui a Berlim no ano retrasado. Quando nós tivemos uma reunião do G-5 (China, Índia, Brasil, [México] e África do Sul) nós aprovamos um documento. Chegamos em Berlim, nós fomos para a mesa e eu fui o orador do G-5. Entreguei o documento para a Angela Merkel e ela concordou com o meu documento: "Não, o G-8 aceita o seu documento". Eu disse: minha querida, o teu documento é antagônico ao meu, como é que você aceita o meu assim? Ou seja, eles não falam a mesma língua. [Eu disse]: vocês estão dizendo uma coisa e nós estamos dizendo outra. Aí eu comuniquei que eu não iria mais ao G-8. É um cafezinho muito caro. Pegar um avião daqui para Berlim para fazer aquela reunião que a gente fazia... Sempre é importante, porque tem uma relação de conhecimento, você sempre conversa com alguém. Mas o dado importante é que eu disse que não ia mais, comuniquei ao Celso que não ia mais, que não dava para fazer uma reunião, digo, uma viagem de 12 horas para chegar lá,

ficar 10 minutos em uma reunião [em que] eles já tinham decidido tudo, já tinham elaborado tudo. Eles podem continuar fazendo a reunião deles, mas eu não sou obrigado a ir.

Bem, a partir desse momento - tínhamos combinado isso com a Índia, que também disse que não iria mais; com a China, que também disse que não iria mais - a partir daí, o G-8 começou a mudar, e já começou a se fazer o discurso de que não tinha mais nenhuma razão de ter G-8, era preciso ter G-13 ou G-14. De vez em quando eles arrumam um país a mais para colocar, e como nós somos como coração de mãe, quanto mais arrumar, mais a gente aceita, vai colocando... Nós não temos preconceito de entrarem mais países. O dado concreto é que o G-8 já não é mais G-8, o G-13 não é mais G-13, o G-14 não é mais G-14.

O dado concreto, depois da reunião de Londres, do G-20, é que o que ficou configurado de articulação política mundial que pode decidir, em momentos de crise, é exatamente o G-20. Vejam que nós demos um passo extremamente importante. Eu ouvi um discurso do Obama, Celso, que me chamou a atenção, lá, em uma das reuniões. Ele disse o seguinte: “antigamente era fácil tomar decisões em políticas internacionais. Por exemplo, Roosevelt e Churchill se sentavam em torno de uma mesa, tomando uma bebida quente, e tomavam decisões para o mundo inteiro”. Hoje, não é mais assim. Hoje nós temos que saber a diversidade de países importantes que tem, a diversidade de países que têm importância econômica, tecnológica, militar, diplomática. O mundo está muito mais complicado do que naquele tempo. Portanto, é preciso mais paciência, mais perseverança e mais vontade de fazer as coisas para que elas aconteçam.

Eu me lembro que quando nós entramos aqui, nós tínhamos muito mais animosidade histórica com a Argentina, do que animosidade

na prática. Era muito preconceito contra algumas coisas. Contra a América do Sul, contra a América Latina, contra países pequenos, muito preconceito contra a África. A nossa cabeça raciocina onde os nossos pés pisam. Se um de vocês, recém-formado, for trabalhar em Moçambique, daqui a oito meses quando vocês vierem fazer a primeira visita ao Itamaraty, vocês estarão falando exatamente a linguagem do povo de Moçambique, aquilo que eles pensam. Vocês estarão vendo o mundo, mais ou menos, de onde eles vêm o mundo. Mas se vocês forem para Paris vocês estarão vendo também, de lá, o restante do mundo. Essa compreensão de que a cabeça pensa onde os nossos pés pisam não pode valer para a diplomacia brasileira. A nossa cabeça tem que ser mais ampla, mais arejada, e saber que poucos países do mundo têm a inserção que nós poderemos ter, pela simpatia que tem. E vamos reconhecer aqui: uma coisa é pela competência do Itamaraty, uma coisa é pelo centro de excelência que é o Itamaraty. Mas as pessoas já vêm o Brasil com simpatia pelo futebol. Cada jogador desses, famoso no mundo, virou um representante do Brasil em parte do mundo. Nós somos conhecidos pelo samba, os nossos mulatos e as nossas mulatas já são um pouco da cara da gente. As pessoas vêm a gente com essa leveza que não vêm um americano, que não vêm um russo, que não vêm um chinês. Essa é uma vantagem comparativa do Brasil, no meu modo de ver. Juntando tudo isso à competência do [Instituto] Rio Branco, nós então viramos esse centro de excelência que nós somos hoje no mundo.

Eu, como leigo, posso dizer para vocês que poucas vezes eu vi diplomacia tão respeitada e admirada quanto a brasileira, elogiada em qualquer país do mundo. E não falo isso agora porque sou presidente, não. Eu e o Marco Aurélio viajamos muito, e essa é a vantagem de quem perde muitas eleições para

presidente, e eu perdi três. Eu viajava muito o mundo e em cada lugar que nós chegávamos o Brasil era elogiado pela excelência da nossa diplomacia. Se a gente juntar essa excelência de conhecimento teórico da nossa diplomacia com o forte conteúdo político - eu não vou contar aqui a pergunta que se fazia para alguns alunos, não. Eu vou... se tem pistolão? Não vou contar isso aqui porque tem jornalista aí.

Eu acho que nós vivemos um momento de ouro. Obviamente que todos nós ficamos lisonjeados com a quantidade de elogios. Eu acho que o Brasil, nesses últimos 45 dias, teve mais artigos escritos favoravelmente ao Brasil no mundo inteiro, do que nos últimos 100 anos. Como eu não leio em inglês... mas eu já não aguento mais receber a Newsweek, já não aguento mais... Agora, prestem atenção: se algum diplomata brasileiro achar que porque o El País, o Le Monde, o New York Times e tantas outras “times” por aí estão falando bem da gente, [isso] é motivo de a gente ficar presunçoso, tome cuidado porque a gente quebra a cara. A gente também não pode trabalhar com a ilusão dos elogios. Por conta de elogios, um homem levou um império à decadência total, que foi o nosso amigo Gorbachev, que saía todo dia na imprensa brasileira, na primeira página. Eu já conhecia mais a mancha da testa dele do que o Marco Aurélio Garcia, porque era Folha, era Estadão, era Globo, era em todo jornal do mundo. [Quando] você começa a acreditar muito nisso e para de olhar o teu chão, você começa a fazer política a partir dos elogios e esquece a realidade. Aí é o caminho do fracasso.

Então, eu queria dizer para vocês, para terminar, que vocês estão começando, possivelmente, uma das carreiras mais brilhantes que um ser humano quer trilhar. Ou seja, a carreira de um homem, de uma mulher,

que aceita a responsabilidade de morar nem sempre em lugar confortável, nem sempre em países que têm todas as condições do mundo. Eu conheço o nosso pessoal de países africanos, e eu sei que a situação é muito delicada, sei. Mas esse é um aprendizado também, e uma coisa extraordinária que ajuda na formação do caráter e da qualidade do diplomata brasileiro. Se todo mundo quiser ir só para Paris, só para Londres, só para... aí, não tem espaço para todo mundo.

É preciso que haja essa compreensão de que nós vamos abrir mais embaixadas, de que nós vamos ter mais funcionários, de que nós vamos ter mais inserção no mundo, e muito disso vai depender do trabalho de vocês. Eu não tenho dúvida nenhuma de que eu tenho hoje, depois de conhecer esta Casa um pouco mais, depois de conviver com tanta gente extraordinária, eu não tenho dúvida de dizer para vocês que vocês entraram em uma das carreiras mais brilhantes que este país tem, e entraram em uma Casa que é um centro de excelência, não apenas de competência profissional, mas, sobretudo, de responsabilidade em defesa da soberania do nosso país.

Por isso, eu quero desejar a todos vocês toda a sorte do mundo. Aos familiares, que tenham paciência, porque muitas vezes vão ficar meses sem ver o filho, meses sem ver a filha. Eles vão logo, logo, se engajar, porque agora acabou aquela moleza do cidadão se formar e ficar aqui o tempo inteiro porque não tinha para onde ir. Porque se não tinha embaixada, você ia mandar para onde? A nossa idéia é de abrir mais embaixadas para que a carreira de vocês possa fluir com muito mais rapidez e para que a gente possa ganhar, enquanto nação, cada vez mais respeitabilidade no mundo.

Que Deus abençoe todos vocês.

Um abraço.

DIA DO DIPLOMATA II

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, DURANTE A CERIMÔNIA EM HOMENAGEM AO DIA DO DIPLOMATA. BRASÍLIA, DF, 07/05/2009

“Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva

Nossa querida Primeira-Dama, Marisa Letícia,

Ana, minha mulher,

Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores e Paraninfo, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães,

Senhor Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, Embaixador Fernando Guimarães Reis,

Embaixadoras,

Embaixadores,

Jovens colegas,

Familiares dos formandos da Turma Villa-Lobos,

Senhoras e senhores,

Quero iniciar minhas palavras juntando-me à homenagem dos formandos ao Secretário-Geral do Itamaraty, escolhido como Paraninfo desta turma. O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães é um dedicado diplomata - dos mais talentosos e criativos, e também um grande professor, como demonstrou hoje de maneira sintética e objetiva. É um amigo com quem trabalhei em muitas ocasiões. Enfrentamos algumas lutas juntos desde a tentativa pioneira

de planejamento político no Itamaraty, então sob a batuta de um grande diplomata, Paulo Nogueira Batista, até a batalha pela dignidade cultural do País e pela liberdade de expressão na Embrafilme, em pleno governo militar. Como Secretário-Geral, tem sido protagonista de inúmeras das mudanças na Casa. A indicação de Samuel, meu querido amigo, como paraninfo da Turma 2006-2008 do Instituto Rio Branco - uma turma histórica - não poderia ser mais feliz.

A escolha do imortal Maestro Heitor Villa-Lobos como patrono faz jus a um dos nomes mais importantes da nossa cultura. O gênio de Villa-Lobos sintetiza muito do que aspiramos: a valorização da brasilidade aliada à universalidade do ser humano.

Não pretendo me estender, mas gostaria de fazer uma breve referência ao excepcional momento por que passa a inserção internacional do Brasil. Não me recordo nesses meus 46 anos de atividade diplomática - na realidade não eram 44, como disse outro dia um jornal ao dizer falsamente que eu iria pra a Agência Internacional de Energia Atômica -, não me recordo de outro momento em que o Brasil desfrutasse de tanto prestígio e estivesse tão

presente nas grandes decisões internacionais.

Essa nova realidade tem muitas causas. Uma delas tem origem nas próprias mudanças por que passa o sistema internacional. Outra, e mais importante, tem a ver com a intensa atividade diplomática colocada em marcha pelo Governo do Presidente Lula. Tem a ver também, e muito, com o carisma pessoal do Presidente.

Este não é o momento de fazer balanços e avaliações. O seu Governo, Presidente Lula, o nosso governo, ainda está destinado a importantes realizações no ano e meio, ou pouco mais, que ainda tem pela frente.

Mas é impossível olhar para trás e não ver o muito que foi feito: a integração sul-americana que culminou no Tratado da UNASUL; sua expansão para toda América Latina e Caribe, com a Cúpula de Sauípe e a criação da CALC; a aproximação com o continente africano, com os países árabes, com a Ásia, com todo o mundo em desenvolvimento; a liderança na operação de paz da ONU no Haiti; a formação do Fórum IBAS (Índia-Brasil-África do Sul); a criação e coordenação do G-20 na OMC; o aproveitamento de oportunidades como a dos BRICS.

Todas são iniciativas diplomáticas que contribuíram para elevar o Brasil à condição de país de influência reconhecida - e mesmo buscada - no concerto das nações. Algumas destas iniciativas foram tomadas depois de detalhada e minuciosa reflexão, outras o foram necessariamente no calor dos embates e das negociações (como o do G-20 da OMC), mas sempre com a mesma inspiração de busca de um mundo mais justo e de afirmação do nosso país. Ao debruçar-me sobre elas, recordo-me

do verso de uma canção que se tornou um hino de liberdade: “quem sabe faz a hora não espera acontecer”. O seu Governo, Presidente Lula, em matéria de política externa, com em outras tantas, não espera acontecer.

O mundo está mudando. O mundo quer mudar. E o Brasil é partícipe e agente dessa mudança.

A redistribuição do poder nas relações internacionais já está em curso. Países em desenvolvimento querem construir uma ordem mais justa, democrática e conducente ao progresso econômico-social.

Com a crise financeira internacional, muito bem lembrada aqui pelo Embaixador Samuel, dogmas caíram, falsas certezas desmoronaram. O oligopólio de países ricos e/ou nuclearmente armados já não é sustentável. Hoje, o Presidente Lula é “o cara” e o Brasil é “o país”.

As instituições globais precisam refletir a realidade contemporânea. No campo financeiro, o G-20 já está consolidado como fórum privilegiado de discussões sobre a regulamentação do sistema financeiro internacional. No plano político, a reforma das Nações Unidas com o objetivo de tornar as tomadas de decisão, principalmente no Conselho de Segurança, mais legítimas e eficazes, é um processo longo, difícil, mas inexorável.

Senhoras e Senhores,

O Dia do Diplomata deste ano coincide com a formatura da primeira turma decorrente da ampliação dos quadros do serviço exterior. No dia de sua posse, esta era a maior turma que o Instituto Rio

Branco jamais formara. Trouxe para a Casa exatamente cem novos diplomatas.

Com a orientação do Presidente Lula de criar 400 novas vagas, ampliamos nosso serviço diplomático em 40%. Eram cerca de 1.000 diplomatas brasileiros em 2005. Neste ano, seremos 1.400. O acréscimo foi mais que oportuno: foi necessário. Na realidade, foi pouco.

Se nós formos olhar em volta de nós e pensarmos o que fazem outros países, não para termos como modelo, mas como referência, o que às vezes é útil, o Governo do Presidente Obama acaba de tomar uma decisão semelhante, em termos proporcionais idêntica, de aumentar em 40% o quadro de diplomatas. Só que no caso deles, eles passam de 10.000 para 14.000.

A ampliação da malha diplomática, com novas Embaixadas na África e no Caribe e Consulados para atender as comunidades brasileiras tem que ser acompanhada, nos próximos anos, por um aumento expressivo e contínuo nos quadros diplomáticos. Temos que ter um serviço exterior equipado em qualidade e quantidade para lidar com os desafios da realidade internacional contemporânea. Não basta que nossos argumentos sejam justos. É preciso termos porta-vozes de nossa mensagem, com qualidade e em número suficiente. Por isso, a reforma e a ampliação dos quadros do Itamaraty devem continuar.

No Dia do Diplomata, a Chefia da Casa recebe oficialmente, com a presença honrosa do Sr. Presidente da República, a geração de jovens que se ocupará da lide diária da política externa.

A cerimônia de formatura é um rito de passagem. Representa simbolicamente a incorporação plena dos funcionários ao serviço público federal e à Casa de Rio Branco.

Quando a minha geração - que é também a geração do Embaixador Samuel e do Embaixador Fernando Reis - ingressou no Itamaraty, vivíamos dias de esperança. O Brasil ensaiava os primeiros passos no sentido de romper uma inserção internacional tímida, atrelada a uma visão do mundo e de nós próprios, que nos deixava em posição de consentida subordinação. A Política Externa Independente de Afonso Arinos e San Tiago Dantas, impulsionada por Jânio Quadros e por João Goulart, buscava superar um complexo de inferioridade, proveniente do passado colonial, institucionalmente já distante, mas que se fazia sentir nos planos econômico, cultural e político.

O Brasil de hoje que vocês estão herdando é muito diferente. A geração de vocês deixou para trás as sombras da ditadura militar e as cadeias da desigualdade. É uma geração que pode orgulhar-se do país. Um país que enfrenta com determinação e sem pruridos ou falsas vergonhas suas mazelas e dificuldades internas e age com desassombro nos fóruns internacionais.

O Itamaraty, a Casa de Rio Branco, a nossa Casa, a sua Casa, está muito feliz em poder acolher cem novos colegas aptos e dispostos a defender os interesses e valores brasileiros no mundo.

Muito obrigado”

DIA DO DIPLOMATA III

DISCURSO PROFERIDO PELO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES, PROFERIDO DURANTE A CERIMÔNIA EM HOMENAGEM AO DIA DO DIPLOMATA - BRASÍLIA , 07/05/2009

Bom dia a todas as senhoras e senhores.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Dona Marisa Letícia,

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado, Celso Amorim, e Sra. Ana Maria Amorim.

Queria cumprimentar, em primeiro lugar, todos os familiares dos formandos; os colegas Embaixadores; todos os demais colegas; a turma do Instituto Rio Branco e o seu Diretor, Embaixador Fernando Reis.

Agradeço a escolha como Paraninfo dessa turma do Rio Branco, a primeira da reforma, que representa um novo tempo. Essa não é uma homenagem feita a mim, mas à política externa conduzida pelo Senhor Presidente da República, assessorado pelo Senhor Ministro de Estado. Esta é uma turma de diplomatas do Século XXI. O século XXI será, para nós, brasileiros, e para esta turma, um século muito diferente. Estamos diante de um processo de reconstrução do sistema mundial.

Há alguns anos, o Senhor Presidente da República mencionou a idéia de uma nova geografia econômica e política no mundo. Na realidade, hoje a situação de crise leva a uma nova geografia, a uma nova distribuição do poder em nível mundial.

Em primeiro lugar, estamos diante de uma grave crise econômica, que decorreu de um processo de globalização e de desregulamentação acelerada e irresponsável; de uma idéia de Estado mínimo, de que o Estado deveria se retirar da economia, e de preferência, desaparecer. Era a idéia do fim das fronteiras, o fim dos Estados nacionais.

Em segundo lugar, estamos diante de uma crise ideológica. A crise ideológica decorre do fato de que, durante muitos anos, a maioria dos Estados se convenceu de que o neoliberalismo era a teoria correta para a explicação do mundo econômico e do mundo político. Hoje, o mesmo Estado que iniciou esse processo de liberalização, de transformação da economia mundial, o Reino Unido, foi o primeiro a estatizar seus bancos. Estamos, portanto, diante de uma crise ideológica, que requer uma redefinição do capitalismo - talvez o “capitalismo do século XXI”.

Em terceiro lugar, vivemos uma gravíssima crise ambiental, talvez a mais séria de todas as crises- já que a crise econômica talvez ser superada em breve. A crise ambiental requer uma mudança do próprio modo de ser do sistema capitalista: a idéia do individualismo,

a idéia da liberdade total dos indivíduos de escolher o que produzir e o modo de produzir. Esta é uma crise extremamente difícil de ser enfrentada e que tem conseqüências em todas as partes do mundo, inclusive no nosso território, sem que possamos enfrentá-la sozinhos. Temos de enfrentá-la em coordenação e em cooperação com os demais países, tanto desenvolvidos, quanto em desenvolvimento. A crise energética, vinculada à crise ambiental e ao modo tradicional de utilização da energia, é igualmente profunda.

Finalmente, há o uma crise política, gerada pela emergência da China como grande potência internacional e pelo desafio de acomodá-la no sistema internacional. Isso inclui também a emergência de outros países, os BRICs, entre eles, o Brasil, que vem de ser reconhecido pelo prêmio Nobel de Economia, Edmund Phelps, como a economia mais bem preparada para enfrentar a crise econômica.

Pode-se chamar isso de crise política para os países que dominaram o sistema internacional, do ponto de vista político, militar e econômico, durante décadas e talvez até séculos (alguns desses mesmos países já estavam no Congresso de Viena, em 1815). De modo que este é um processo de reconstrução do sistema mundial.

Estamos diante de um processo de construção nacional, de enfrentamento de grandes desafios internos. O primeiro deles é a realização do potencial brasileiro. Se fizermos uma lista dos dez maiores países do mundo em território, população e produto interno bruto, somente três países estariam nessas três listas simultaneamente: os Estados Unidos, a China e o Brasil. O potencial brasileiro está muito longe de ser plenamente utilizado. Esta é uma tarefa de construção nacional extraordinária, a construção da infra-estrutura, tanto no seu aspecto físico, mas também da infra-estrutura

humana: transformar e qualificar a massa da população brasileira, a enorme massa da população brasileira excluída, e o sistema empresarial brasileiro.

O segundo desafio é a superação das vulnerabilidades externas. Do ponto de vista político, até hoje não fazemos parte - apesar de estarmos nos aproximando - dos principais mecanismos de decisão política do sistema internacional. Temos ainda certa vulnerabilidade militar e uma vulnerabilidade relativa no campo econômico-tecnológico, devido à insuficiência de produção tecnológica. Aliás, no campo científico tivemos ontem a notícia de que o Brasil passou de 15º para 13º lugar dentre os países de maior produção científica, o que foi um feito extraordinário. Isso infelizmente não ocorre no campo das patentes, que se refere à transformação do conhecimento científico em conhecimento tecnológico.

O terceiro desafio refere-se à superação das disparidades. Não vou entrar em detalhes sobre isso, porque, diante do Presidente Lula, seria inadequado. Todos sabem que a grande luta da sociedade brasileira é contra as disparidades sociais, a começar pelas disparidades regionais, as disparidades entre o campo e a cidade, as de natureza de gênero, de origem étnica, as disparidades de renda e, mais do que de renda, de propriedade. As disparidades de propriedade são muito mais agudas do que as disparidades de renda, muito mais agudas.

Finalmente, há a construção da democracia, uma democracia em que a participação do povo seja mais efetiva, mais ampla, que é um desafio muito grande para a sociedade brasileira.

A política externa se define diante desses desafios internos e também de desafios externos. Vivemos uma época de grande

expansão dos interesses nacionais no exterior, a começar pelo comércio. Houve uma extraordinária diversificação comercial em direção à África, aos países árabes, como fruto da política externa, das numerosas viagens do Presidente da República, do Ministro de Estado e de outros ministros ao continente africano, também aos países árabes, aos países da Ásia.

Há uma enorme diversificação das exportações brasileiras, além de um enorme crescimento em termos absolutos no total do comércio. Essa diversificação é extremamente importante porque reduz a nossa vulnerabilidade econômica. Ao mesmo tempo, uma extraordinária e desafiante expansão dos investimentos brasileiros, na América do Sul, mas também em outras regiões, na Europa, em alguns países árabes, na Ásia.

Um desafio recente são as migrações, o fato de que hoje existem cerca de quatro milhões de brasileiros no exterior. Isso cria uma questão também política e econômica, além do aspecto humano e social. A participação das remessas desses brasileiros é extremamente importante para o equilíbrio do balanço de pagamentos do Brasil.

Outra questão importante para a política externa são as assimetrias regionais, a assimetria crescente entre o Brasil e os países vizinhos. Este é um fato gerado pelas próprias dimensões territoriais e econômicas do Brasil, pela diversidade do seu parque produtivo. É um desafio que se revela nos desequilíbrios comerciais, no fato de haver muito mais investimentos brasileiros nos outros países do que desses países sul-americanos no Brasil.

Essa preocupação está na base da política que vem sendo executada: o reconhecimento dessas assimetrias, que antes não eram reconhecidas, e o tratamento generoso, fruto da responsabilidade que o Brasil tem em

relação aos países vizinhos, como o Presidente costuma dizer.

Somos o país com o maior número de vizinhos no mundo - depois da China e da Rússia, que tem, cada uma, 14 países vizinhos; o Brasil tem 10. Esse fato traz grande complexidade para a política externa que os senhores, formandos do Instituto Rio Branco, terão de conduzir no futuro. Será um desafio maior do que o de hoje.

Há, ainda, o desafio de luta pela desconcentração de poder. O sistema internacional se caracteriza por uma extraordinária concentração de poder, tanto político, quanto econômico, tecnológico e militar. Essa luta se manifesta, por exemplo, na candidatura brasileira ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, na participação do Brasil como parte do G-5 junto ao G-8, na criação do Foro IBAS de coordenação com a Índia e com a África do Sul, para, justamente, articular alianças com os grandes Estados da periferia na sua ação de desconcentração de poder.

Essa luta pela desconcentração de poder também se verifica no campo econômico, como foi a atuação G-20 comercial, na Rodada de Doha da OMC. Pela primeira vez, os países em desenvolvimento conseguiram se articular para enfrentar aquilo que, normalmente, era uma decisão tomada pelos chamados “grandes países comerciantes”, que negociavam entre si e nos apresentavam uma solução fechada. Os países em desenvolvimento não tinham outra opção, senão aceitar aquela solução. A criação do G-20 e o próprio fato de a rodada não ter terminado - poderia ter terminado, se o Brasil e os demais países em desenvolvimento tivessem aceito as propostas feitas pelos países desenvolvidos - mostram essa mudança.

O G-20 financeiro é outro exemplo: pela primeira vez na história, os países em

desenvolvimento estão tendo participação destacada na reorganização do sistema financeiro internacional.

Finalmente, um grande desafio da política externa - que tem relação com os outros que mencionei - é a questão da normatização das relações internacionais, a criação de normas internacionais. Essas normas podem ser mais ou menos favoráveis ao Brasil, nos diversos campos de negociação.

A política externa luta para que haja uma normatização favorável ao desenvolvimento econômico brasileiro. Isso se reflete nas negociações ambientais, por exemplo, e nas outras negociações que mencionei. As normas devem ser favoráveis ao desenvolvimento da sociedade brasileira e à superação dos seus desafios internos.

Em resumo, esses são os grandes desafios que os senhores têm pela frente nos próximos 40 anos de sua carreira.

Gostaria, finalmente, de agradecer mais uma vez esta homenagem - como disse, considero que é uma homenagem à política externa conduzida pelo Presidente da República e pelo Ministro Celso Amorim - e dizer que é, para mim, uma satisfação muito grande estar aqui com os senhores, com todos os colegas, com o Presidente da República, e lembrar que recebi meu diploma do Instituto Rio Branco das mãos do Presidente João Goulart, na presença do Embaixador Araújo Castro, que era Ministro de Estado na época, e do paraninfo da minha turma, que era San Tiago Dantas - San Tiago Dantas estaria feliz aqui.

Muito obrigado.

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, À ARÁBIA SAUDITA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DE ALMOÇO NA CÂMARA DE COMÉRCIO NA ARÁBIA SAUDITA. RIADE, ARÁBIA SAUDITA, 17/05/2009

Senhor Muhammad ibn Jameel Mulla, Ministro das Comunicações e Tecnologia da Informação da Arábia Súdita,

Senhor Abdul Rahman al Attiya, Presidente da Câmara de Comércio da Indústria de Riade,

Companheiros Ministros que me acompanham nesta viagem, Celso Amorim, das Relações Exteriores, Miguel Jorge, da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior e Franklin Martins, da Secretaria de Comunicação Social,

Senhores empresários brasileiros, empresários da Arábia Saudita,

Meus amigos e minha amigas,

Minha visita à Arábia Saudita - a primeira de um Presidente brasileiro - busca dar continuidade a nosso esforço de construir um relacionamento profundo com os países do Oriente Médio.

O lançamento da Cúpula América do Sul - Países Árabes, nossas novas Embaixadas na região, a designação de um Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio e a participação brasileira nos esforços de paz na Palestina são demonstrações concretas de nossas intenções.

As relações com a Arábia Saudita ocupam papel de destaque nessa estratégia. Maior

exportador mundial de petróleo, com um PIB de US\$ 470 bilhões e um mercado de 27 milhões de pessoas, o país ocupa lugar destacado na economia regional e mundial. Desperta justificado interesse para o nosso país.

A Arábia Saudita é nosso maior parceiro comercial. Nos últimos seis anos houve um crescimento de 450 por cento no fluxo de Balança Comercial entre os dois países. O potencial de nosso relacionamento é muito maior, no entanto. Para alcançar metas mais ambiciosas, Governo e empresários têm de avançar na identificação e aproveitamento de novas oportunidades.

Demonstração viva dessa disposição é a expressiva comitiva de empresários que me acompanha. Temos que diversificar nosso comércio ainda concentrado em poucos produtos. Podemos aumentar nossos investimentos de parte a parte. Sei do interesse saudita em atrair outras empresas brasileiras nos setores de petróleo, gás, mineração, aviação, engenharia e construção. Nessas áreas, temos experiência e competência internacional.

Podemos iniciar uma relação de novo tipo, que inclua a efetiva transferência tecnológica para a modernização da indústria local. A firma brasileira Biom realizará investimentos na

Arábia Saudita para a implantação de fábrica de insulina humana, para atender a Arábia Saudita e todo o Oriente Médio. Temos grande expectativa de receber investimentos sauditas no setor do agronegócio. O Brasil já é um importante fornecedor de alimentos e matérias-primas para a Arábia Saudita, mas pode se tornar também um parceiro estratégico para a segurança alimentar deste país.

Senhoras e senhores empresários,

Em momentos de rápidas transformações, como o que vivemos, não há tempo a perder. Temos de fortalecer nossas relações com um número cada vez maior de países, em todas as regiões do globo.

Um bem sucedido acordo entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo dará novo impulso ao nosso comércio bilateral. O Brasil e o Mercosul estão empenhados na rápida retomada das negociações. As dificuldades existentes podem ser resolvidas com a adoção de soluções criativas, que permitirão um acordo equilibrado que trará benefícios mútuos.

Senhoras e senhores,

Brasil e Arábia Saudita também podem trabalhar juntos no âmbito multilateral, para fazer do comércio um fator de desenvolvimento. Desde que a Arábia Saudita se tornou membro da OMC, contamos com um novo aliado para uma conclusão equilibrada da Rodada de Doha. Esse é um tema fundamental para nossos países, especialmente num momento em que ressurgem pressões protecionistas que tendem a penalizar os países mais pobres.

Ampliar as transações comerciais será, neste momento de crise, uma importante medida anticíclica. Nossos países foram menos afetados pela crise em razão da solidez dos programas de governo e das políticas públicas que adotamos. A Arábia Saudita, assim como o Brasil, empreende amplo programa de obras de infra-estrutura. No Brasil, vamos construir

um milhão de moradias, com o objetivo de combater o déficit habitacional e gerar centenas de milhares de empregos. Nosso Programa de Aceleração do Crescimento - um investimento de mais de 300 bilhões de dólares - está ajudando a retomar o desenvolvimento com maior rapidez. Nessa tarefa, o empresariado tem papel fundamental.

Parceiros no G20 financeiro, Brasil e Arábia Saudita já deram mostras de que podem contribuir para construir uma nova governança econômica global que atenda os interesses dos países em desenvolvimento.

Caros amigos, empresários sauditas e brasileiros,

Para aqueles que têm receio das distâncias, ou do desconhecido, é bom lembrar o exemplo dos imigrantes árabes que vieram tentar a sorte no Brasil e lá foram acolhidos calorosamente. A comunidade árabe conquistou merecido espaço em todos os segmentos da sociedade brasileira.

Apesar dos problemas históricos distintos, estou convencido de que o Brasil e a Arábia Saudita são países que devem aproveitar suas complementaridades. Temos metas semelhantes e podemos trabalhar juntos em benefício de nossos povos.

Meus amigos da Arábia Saudita e meus amigos brasileiros,

Eu não poderia deixar de dizer algumas palavras que não estão escritas aqui, para ressaltar esse encontro que estamos fazendo aqui na Arábia Saudita.

Parecia muito difícil um Presidente da República vir à Arábia Saudita. Desde 2004 eu tenho insistido com o Ministro Celso Amorim para que nós pudéssemos, em uma dessas viagens, passar na Arábia Saudita, mas sempre houve problemas com a agenda, ou de um lado ou de outro. Até que na última reunião do G20, em Londres, eu encontrei com o Rei e eu disse a ele que tinha algum

problema que eu não conseguia uma agenda para vir à Arábia Saudita. Ou seja, passados poucos meses, eu estou aqui e é a primeira vez que um Presidente da República brasileiro vem à Arábia Saudita. Eu sei que muita gente da Arábia Saudita, empresários, ministros, o próprio Rei Abdullah foi ao Brasil quando era príncipe herdeiro, em 2000, outros príncipes foram ao Brasil. Mas eu penso que agora muda a qualidade das nossas visitas. Eu acho que isso é resultado um pouco da crise econômica por que passa o mundo.

A Arábia Saudita e o Brasil resolveram tomar uma decisão de que em tempo de crise não adianta a gente ficar chorando ou se lamentando, o que é importante é que tomemos iniciativas para superarmos a crise e sairmos da crise mais fortalecidos do que nós éramos antes da crise econômica. E é isso que estamos fazendo aqui.

A Arábia Saudita tem um grande programa de investimento em infra-estrutura e certamente o Brasil tem interesse de participar. O Brasil tem um grande programa de infra-estrutura e certamente a Arábia Saudita terá interesse de participar. Mas, para que isso aconteça, é importante que os dirigentes políticos estejam com a cabeça aberta, para conhecer novos espaços, para conhecer novas oportunidades e para que a gente possa encontrar novos parceiros, para que a gente possa crescer um pouco mais, desenvolvendo os nossos países, e melhorar a qualidade de vida do nosso povo. É importante descobrir o que a Arábia Saudita tem a oferecer, o que o Brasil tem a oferecer.

Não é apenas uma relação de quem pode comprar ou de quem pode vender, mas é uma relação de construir algo novo que ainda não existe entre a Arábia Saudita e o Brasil. As parcerias entre os nossos empresários, começando pela área de petróleo e passando pela indústria petroquímica, entrando na indústria do agronegócio, entrando na

discussão dos combustíveis renováveis, na questão energética, na questão da ciência e tecnologia, na questão da educação, ou seja, nós temos um trabalho extraordinário para que a gente possa construir. A nossa indústria farmacêutica pode trabalhar tranquilamente em parceria com uma indústria da Arábia Saudita. Agora, para isso, e ontem eu tive oportunidade de falar com o rei Abdullah, e vou repetir aqui, para isso é necessário que haja a determinação, e quero dizer aos companheiros árabes que durante mais de um século a cabeça brasileira esteve voltada apenas para os Estados Unidos e para a Europa, e que a gente não enxergava o Oriente Médio como oportunidade.

Aliás, a gente não enxergava a América do Sul como oportunidade, a gente não enxergava a África como oportunidade, era tudo os Estados Unidos e a União Européia. Mas exatamente pelo fato de esses países serem muito desenvolvidos e todo mundo querer ter relações com eles, fica cada vez mais difícil que um país como a Arábia Saudita ou como o Brasil coloque seus produtos industrializados neste país, porque eles são mais competitivos do que nós, porque eles detêm mais conhecimento tecnológico do que nós. E nós não queremos mais ser exportadores apenas de matéria-prima, de commodities. Nós queremos dinamizar o desenvolvimento tecnológico dos nossos países através do fortalecimento da nossa indústria e é por isso que eu estou aqui, é porque nós precisamos encontrar novos parceiros, estabelecer as similaridades entre nós, o que nós poderemos oferecer e o que nós poderemos receber, o que a Arábia Saudita pode nos oferecer para que a gente construa juntos uma ação conjunta, até para participar do comércio mundial com mais força.

É importante lembrar que quando nós convidamos o primeiro encontro Países Árabes

e América do Sul, no Brasil, muita gente não acreditava que ele pudesse acontecer, e aconteceu. E foi um sucesso. Naquele tempo, os Estados Unidos pensavam que o encontro era contra os Estados Unidos. Israel pensava que o encontro era contra Israel. E a gente não queria fazer o encontro contra ninguém. O encontro era favorável a nós, era um encontro para discutir os nossos problemas. E fizemos o segundo [encontro] na cidade de Doha, no Catar, com muito mais participação árabe e muito mais participação da América do Sul.

É importante lembrar que quase todos os presidentes da América do Sul estiveram presentes em Doha. E que aqueles que não foram, foram representados pelos vice-presidentes, numa demonstração de que as pessoas estão descobrindo que é preciso procurar novas parcerias no mundo globalizado, onde poucos países detêm o monopólio da negociação, o monopólio da produção e o monopólio da tecnologia.

Nós estamos apenas dizendo ao mundo que a Arábia Saudita não quer mais apenas vender petróleo, ela quer investir em conhecimento, ela quer investir em ciência e tecnologia, porque ela também quer exportar produto de valor agregado tão competitivo quanto o dos países modernos. E o Brasil quer a mesma coisa. O Brasil já exporta avião, o Brasil já exporta produtos importantes de valor agregado, mas ainda é pouco diante do que nós poderemos produzir e essa junção de dois países com vontade de crescer, com vontade de se desenvolver, pode criar um novo paradigma na relação Mundo Árabe-Brasil, América do Sul e Mundo Árabe.

Por isso eu estou aqui muito satisfeito. Acho que daqui para frente, muitos empresários brasileiros terão que vir à Arábia Saudita, e também muitos empresários da Arábia Saudita terão que ir ao Brasil. É importante que essas viagens se dêem com uma delegação grande

de empresários, de especialistas, de cientistas, para que a gente possa se conhecer, porque tem muita gente que vê pela televisão vocês, árabes, vestidos desse jeito, e pensam que vocês são muito estranhos ao Brasil. E vocês não são estranhos ao Brasil. Primeiro, porque no Brasil tem mais árabes do que em muitos países árabes; segundo, porque os árabes fazem parte da cultura mundial, ou seja, muitas palavras utilizadas no dicionário brasileiro têm origem árabe. Portanto há uma identificação perfeita entre o mundo árabe e o Brasil, entre a Arábia Saudita e o Brasil, entre o desejo de desenvolvimento da Arábia Saudita e o desejo de desenvolvimento do Brasil.

Portanto, meus senhores, eu quero terminar as minhas palavras esperando que neste ano já recebamos uma delegação da Arábia Saudita no Brasil. E que ainda este ano, outra de empresários brasileiros venha ao Brasil [Arábia Saudita] e que ainda no decorrer do ano a gente comece a trocar essas experiências, porque o mundo não protegerá quem não tiver coragem de ousar. E ao invés de nós ficarmos colocando nossas reservas depositadas em títulos americanos - o Brasil tem pouco, tem apenas 200 bilhões de dólares em reservas, mas a Arábia Saudita tem muito, a China tem muito -, ou seja, ao invés de a gente ficar com o dinheiro paralisado recebendo rendimento dos títulos americanos, se nós construirmos fábricas, se nós investirmos em ciência e tecnologia, se nós fizermos universidades, se nós investirmos nas indústrias de produção de alimento, certamente daqui a 20 ou 30 anos a Arábia Saudita e o Brasil serão infinitamente melhores do que são hoje.

Por isso eu quero dar os parabéns aos empresários brasileiros que vieram aqui, aos empresários da Arábia Saudita e dizer que uma nova era começou na relação entre a Arábia Saudita e o Brasil.

Muito obrigado.

SEMINÁRIO BRASIL-CHINA: NOVAS OPORTUNIDADES PARA A PARCERIA ESTRATÉGICA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DO
SEMINÁRIO BRASIL-CHINA: NOVAS OPORTUNIDADES PARA
A PARCERIA ESTRATÉGICA. PEQUIM, CHINA, 19/05/2009

Ministros que me acompanham, Franklin Martins, da Secretaria de Comunicação Social; Pedro Brito, da Secretaria Especial de Esportes,

Senhor Governador do Banco de Desenvolvimento da China,

Senhor Presidente do Banco de Desenvolvimento da China,

Senhor Embaixador da República Popular da China no Brasil,

Senhores e senhoras empresários do Brasil e da China,

Amigos e amigas,

Este é um momento especial das relações entre a China e o Brasil. Comemoramos 35 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre nossos países e reforçamos nossa parceria estratégica. Intensificou-se o comércio bilateral. Está cada dia mais claro o potencial de expansão dos investimentos entre os dois países. Nossos governos têm trabalhado intensamente para fortalecer nossa parceria.

Mas é necessário uma participação mais ativa dos meios empresariais. Por isso fiz questão de viajar acompanhado por expressiva delegação de homens de negócios.

Senhoras e senhores,

Desde o início desta década, o comércio entre a China e o Brasil cresceu a uma taxa anual média de mais de 40% ao ano. No último ano, chegou a 55%.

A China passou a ser, em 2009, o maior parceiro comercial brasileiro. Nossas trocas continuaram crescendo - mesmo durante a crise - a despeito da recessão que se abateu sobre o mundo.

As exportações brasileiras para a China estão concentradas em produtos como soja, minério de ferro, petróleo e celulose. São produtos importantes. Queremos incrementar essas exportações. Mas é necessário diversificá-las para garantir a expansão do fluxo de comércio bilateral no longo prazo.

Temos de agregar valor a estes produtos. Isso depende da ação conjugada dos governos, removendo barreiras, e dos empresários, exercendo sua criatividade. Assim reduziremos o risco que a volatilidade dos preços das commodities poderá ter na economia e no emprego.

Avançar na cooperação entre autoridades sanitárias dos dois países é fundamental para esse objetivo. Isso dará impulso à venda de outros produtos como a carne, por exemplo.

A diversificação também envolve produtos de maior sofisticação tecnológica. É o caso dos aviões da Embraer, que apesar de estarem entre os principais produtos de exportação brasileira, ainda são pouco conhecidos na China.

Merecem destaque a experiência da Petrobras na perfuração de petróleo em águas profundas e nossa pujante indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, de motores e de compressores.

A experiência brasileira com biocombustíveis oferece alternativa eficiente e limpa para a circulação de automóveis, e a co-geração de energia. Aí também a aplicação de tecnologia a produtos básicos valorizará nosso comércio.

No setor de serviços há grande potencial de cooperação, sobretudo na informatização de grandes sistemas.

No Brasil, o governo e o setor privado trabalham ativamente na “Agenda China”, que prevê ações positivas na área de comércio e de investimentos.

A instalação em Beijing de escritório da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos se somará ao Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty no fomento e apoio a novas parcerias entre empresários brasileiros e chineses.

Até o final de 2009, estará funcionando o Consulado do Brasil em Cantão, sede de uma das maiores feiras de negócio do mundo e pioneira do processo que transformou o país em potência comercial.

Os acordos que serão assinados hoje entre o Banco de Desenvolvimento da China, o Banco do Brasil e o Banco Itaú complementam a moldura para a expansão do comércio.

Senhoras e senhores,

Nos últimos anos, o Brasil cresceu de forma sustentável com estabilidade macroeconômica. Estamos mostrando ao mundo que temos condições de superar a crise

econômica global e retomar rapidamente o caminho do crescimento.

Os programas sociais do governo - a começar pelo Bolsa Família - asseguraram o nível de renda da parcela mais pobre da população, com impacto positivo na demanda e no consumo.

Em 2007, lançamos o Programa de Aceleração do Crescimento, que investirá US\$ 306 bilhões até 2010 e mais US\$ 240 bilhões após 2010, em obras de logística, energia, infraestrutura e melhorias urbanas e sociais.

Reduzimos impostos, de forma a estimular o consumo interno e aumentar a competitividade de nossas empresas.

Em 2008, a Petrobras anunciou a descoberta de grande reserva de petróleo de alta qualidade no litoral, que colocará o Brasil entre os maiores produtores e exportadores de petróleo e de derivados.

Assinei, recentemente, decreto que regulamenta o estabelecimento de Zonas de Processamento de Exportações, criando grandes oportunidades para a instalação de indústrias chinesas no Brasil, voltadas para o comércio internacional.

Podemos ampliar muito nossa Parceria Estratégica mediante a ampliação dos investimentos diretos.

Os acordos firmados entre o Banco de Desenvolvimento da China e instituições brasileiras como a Petrobras e o BNDES permitirão a participação chinesa em importantes projetos no Brasil.

Também gostaríamos de ver mais presença chinesa no mercado de capitais. Por isso, convido os bancos e os investidores a olhar mais para o mercado e para as empresas brasileiras.

O mercado de títulos da dívida brasileira é totalmente aberto para os investidores estrangeiros. Há também crescente mercado para investimentos em títulos privados e ações. O governo brasileiro trabalhará com os

setores competentes do governo chinês para viabilizar esses investimentos.

Senhoras e senhores,

Em jantar na noite de ontem com o Presidente Hu Jintao, constatamos mais uma vez a grande coincidência de posições entre o Brasil e a China nos foros internacionais na área econômica, comercial e financeira e também o potencial para ampliação da já extensa cooperação bilateral.

Para essa cooperação, estamos elaborando o Plano de Ação Conjunta com vistas a orientar nossas ações nos próximos cinco anos. Será amplo programa de cooperação, construído com base em amplas consultas entre os governos e os diversos setores da sociedade civil dos dois países.

Convido a todos os nossos amigos empresários a participarem desse esforço e tenho certeza de que desse seminário sairão muitas contribuições.

Meus amigos e minhas amigas,

Eu queria, primeiro, abusar da paciência do intérprete, que terá que ter muita paciência, para dizer duas coisas a mais. China e Brasil estão trabalhando para que essa crise econômica não permita que voltemos ao que éramos há 10, 15 ou 20 anos. China e Brasil estão demonstrando um potencial tão extraordinário nas suas relações políticas, cultural, comercial, que serve de reflexão para os empresários brasileiros, para o governo brasileiro, para os empresários chineses e para o governo chinês.

Imaginem que apenas há 35 anos estabelecemos a nossa relação diplomática. E em 35 anos, China e Brasil já têm um fluxo de balança comercial próximo dos US\$ 40 bilhões. A China e o Brasil já se transformaram nos maiores parceiros comerciais. Países com quem mantemos relações há séculos, países ricos, as nossas exportações são infinitamente menores. E eu diria: não menor do que a China, menores

do que países com a Colômbia, países com a Venezuela, países como a Argentina. Em uma demonstração de que dois países que têm as mesmas necessidades, dois países que estão em franca expansão, e dois países que têm muitas similaridades, garantem a possibilidade da nossa balança comercial ser quase que infinita, na medida em que levarmos em conta o tamanho da China e o tamanho do Brasil. Na medida em que levarmos em conta as necessidades da China e as necessidades do Brasil.

E aí, é importante que tenhamos em conta que neste mundo globalizado nós não temos o direito de ficar esperando a sorte passar na nossa frente. Nós temos que ir ao encontro da sorte.

A primeira decisão do meu governo, de construir uma parceria estratégica com a China se deu em uma reunião em que nós decidimos garantir que os chineses pudessem construir o Gasene. Foi a única decisão do meu governo que eu coloquei em votação - a única. Porque tinha gente que defendia a parceria com o Japão, e nós defendíamos a parceria com a China. E o gasoduto está sendo construído. O José Sergio Gabrielli participou daquela reunião e até teve direito a voto.

O dado concreto é que nem o Brasil deve ter medo da China e nem a China pode ter medo do Brasil. O dado concreto é que nós temos que conversar cada vez mais, como duas grandes nações, como duas grandes economias, com um potencial de complementaridade que não existe entre o Brasil e nenhum outro país, e que não existe entre a China e nenhum outro país.

É com essa dimensão que nós precisamos nos relacionar, sem criar bloqueios, mas criar instrumentos para que a nossa relação se dê de forma cada vez mais justa, mais igualitária e mais produtiva para os dois países.

China e Brasil, hoje, são mais importantes do que alguns possam pensar. Aliás, não é possível qualquer decisão econômica, ou qualquer discussão econômica entre os países

ricos do mundo, sem levar em conta a existência da China, sem levar em conta a existência do Brasil, sem levar em conta a existência da Índia, sem levar em conta a existência da Rússia, e sem levar em conta a existência de outros países importantes, inclusive países africanos, como a África do Sul.

Por que eu estou dizendo isso? É porque, nesse mundo globalizado, em que os ricos já não têm tanta certeza como tinham no século XX, não são tão perfeitos como eram no século XX, e países como a China e o Brasil se apresentam como alternativas concretas de países que têm estabilidade econômica, de países que souberam cuidar da macroeconomia, de países que souberam fazer reservas, e de países que, em vez de terem medo da crise, estão apostando que a crise é uma oportunidade para que a gente saia muito mais forte do que nós entramos, para que a gente possa ser mais criativo, mais inventivo, e para que a gente possa ter coragem de fazer aquilo que nós até então não tínhamos coragem de fazer. Em vez de medo, em vez de preocupação, mais coragem e mais ousadia.

E, aí, o desafio para os empresários brasileiros: é de que as oportunidades não apareçam na porta da nossa casa, batendo. Nós temos que percorrer o mundo procurando essas oportunidades, nós temos que descobrir os nossos parceiros.

Por exemplo, a China e o Brasil têm muita preocupação com a questão do clima. Aliás, eu acho que toda a humanidade hoje tem preocupação com a questão do clima, porque nós estamos vendo lugares em que não chovia

chovendo demais, lugares em que chovia demais chovendo de menos. Nós estamos vendo acontecer muitas coisas que parecem fora do normal.

E nós temos que ter duas sabedorias. A primeira, é que nós somos culpados; a segunda, é que nós temos alternativas. E o Brasil quer partilhar com a China o nosso conhecimento tecnológico na produção de energia alternativa, sobretudo de combustíveis limpos, de etanol, de biodiesel. E não queremos que a gente tenha nenhuma competição com a produção de alimentos. Nós queremos que a China continue produzindo os alimentos para o seu povo, o Brasil continue produzindo os alimentos para o seu povo.

Mas tem continentes, como o africano, que [com] uma parceria China-Brasil, na produção de biocombustíveis nesses países, nós poderíamos estar dando a países africanos que passaram todo o século XX, o século XIX, o século XVIII, sem esperança, a esperança e a certeza de que no século XXI eles poderiam ter a chance que não tiveram no século passado.

Eu ainda vou ter mais reuniões com o Presidente Hu Jintao. Hoje, depois vou encontrar com o Presidente Hu Jintao na Itália, depois vou encontrar com o Presidente Hu Jintao no G-20 financeiro. E certamente ainda este ano deverei receber o presente Hu Jintao, para que eu possa pagar o jantar que ele me ofereceu ontem.

E cada reunião dessa é a oportunidade de nós tirarmos as nossas diferenças, de descobrirmos novas oportunidades, novas

parcerias para que China e Brasil possam, juntos, consolidar a mudança na geografia comercial que nós já começamos a fazer.

Quero dar os parabéns ao governo chinês, aos empresários chineses, aos empresários brasileiros, pelos acordos que nós vamos assinar hoje. Tenho certeza de que vocês estão dando uma contribuição inestimável para que a gente possa construir, neste século XXI, uma outra história da Humanidade. A história em que China e Brasil nunca mais serão esquecidos na roda de conversa dos países ricos, ou porque seremos tão ricos quanto eles, ou porque eles dependerão de muitas coisas que nós saberemos produzir.

E vocês não imaginam o prazer, a satisfação de nós começarmos a sentir que nós somos grandes, que nós temos importância, e que ninguém nunca mais vai sentar à mesa de negociação dizendo: “Não precisamos convidar China e Brasil, porque eles são pobres”.

Nós estamos aprendendo a gostar de sermos ricos. Nós estamos aprendendo a gostar de levar benefícios para a parte mais pobre da nossa população. E nós sabemos, China e Brasil - e os dois governos sabem - que ainda temos que fazer muito para consolidar um padrão de vida adequado para o nosso povo.

Uma coisa o mundo tem que ter certeza: não há volta. Nós queremos nos transformar em duas grandes economias. E para que isso aconteça, nós precisamos ter coragem de, a cada dia, renovar e fortalecer a nossa parceria.

Muito obrigado.

INAUGURAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS BRASILEIROS EM PEQUIM, NA CHINA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DO CENTRO
DE ESTUDOS BRASILEIROS. PEQUIM, CHINA, 19/05/2009

Senhor Presidente da Academia de Ciências
Sociais da China,

Ministros brasileiros que me acompanham
nesta delegação, Celso Amorim, das Relações
Exteriores; Franklin Martins, da Secretaria de
Comunicação Social,

Senhor secretário-geral do Centro de
Estudos Brasileiros da Academia de Ciências
Sociais da China,

Senhoras e senhores da comunidade
acadêmica chinesa,

Amigos da imprensa,

Meus amigos e minhas amigas brasileiras,
chineses,

Embaixadores convidados de outros países,

É uma honra visitar uma das mais
reconhecidas instituições acadêmicas da
China e de toda a Ásia, cuja excelência é
reconhecida em todas as áreas de pesquisa a
que se dedica.

Manifesto minha satisfação de estar
presente na abertura do Centro de Estudos
Brasileiros da Academia de Ciências Sociais
da China. Esta é uma ocasião propícia para
compartilhar com os senhores algumas
reflexões sobre a parceria estratégica entre a
China e o Brasil, analisando os desafios que

enfrentamos nesses tempos de transformações
no plano internacional.

Há 35 anos, a China e o Brasil
estabeleceram relações diplomáticas,
iniciando uma cooperação que se fortaleceu,
sobretudo nos últimos anos. Com base na
amizade e no respeito mútuo, aperfeiçoamos
continuamente nossos canais de diálogo e
avancamos lado a lado no desenvolvimento
de importantes projetos.

Somos economias dinâmicas e
complementares. Por essa razão temos podido
intensificar a cooperação em diversas frentes,
como nas áreas de energia, de aviação e de
exploração de recursos minerais. Temos
uma bem sucedida cooperação em ciência e
tecnologia, com o emblemático programa de
satélites, cujos benefícios estendemos a outros
países em desenvolvimento.

O comércio bilateral vem alcançando
números recordes a cada ano e nos mantemos
empenhados em ampliar e diversificar nosso
intercâmbio. Em 2009 a China passou a ser o
principal parceiro comercial do Brasil.

Temos, ainda, o desafio de explorar
reciprocamente o imenso potencial de
investimentos que nossas economias oferecem.

O dinamismo da relação entre China e Brasil pode ser aferido de várias maneiras. Num contexto marcado por forte ênfase na diplomacia presidencial, a interação entre Chefes de Estado é um indicador importante das prioridades. Dou-lhes um exemplo: de julho de 2008 ao final de 2009 o Presidente Hu Jintao e eu teremos nos reunido em nove ocasiões.

Nesses encontros e agora nesta visita que faço a Pequim, renovamos a determinação de seguir aprofundando a parceria entre China e Brasil. Prova desse firme propósito é a decisão que tomamos de elaborar um Plano de Ação Conjunta que, de forma concreta, lançará novas bases para uma ampla cooperação no período 2010-2014.

Senhoras e senhores,

Ao longo desses 35 anos de amadurecida convivência, China e Brasil vêm mostrando ampla convergência de interesses e prioridades na busca de um desenvolvimento sustentado e na construção de uma ordem internacional mais justa.

O sistema internacional passa hoje por grandes transformações. Os países em desenvolvimento têm conseguido desempenhar um papel cada vez mais ativo nas instituições internacionais e nas discussões sobre a reforma da governança global.

Como duas grandes nações em desenvolvimento, participamos de mecanismos como os Brics, o G-5, o G-20 comercial e o G-20 financeiro, o que nos permite intensificar o diálogo sobre grandes temas da agenda internacional.

Já foi o tempo em que apenas reagíamos aos acontecimentos. O mundo multipolar que emerge no século XXI vai nos encontrar atuando no centro do processo decisório global com uma perspectiva multilateral.

Senhoras e senhores,

No atual contexto de crise econômica, nossos governos têm interagido de maneira construtiva na busca de uma nova arquitetura financeira internacional. Podemos fazê-lo porque soubemos dar respostas à crise que não criamos e que ameaçava fazer retroceder conquistas duramente obtidas por nossos povos.

Embora o epicentro da crise esteja nos países desenvolvidos, a Cúpula de Londres evidenciou que não há meio de superá-la sem o envolvimento direto dos países em desenvolvimento. Isso deve se refletir, por exemplo, na maior participação de países como a China e o Brasil no processo decisório de instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

A adequação das normas internacionais à realidade não deve se limitar, contudo, à reforma das organizações econômicas. Também é preciso adaptar as instituições políticas às profundas mudanças ocorridas no mundo nas últimas décadas.

É inadiável a democratização das instituições dedicadas às questões de segurança internacional, como o Conselho de Segurança da ONU. Para preservar sua credibilidade, é preciso torná-lo mais representativo, equilibrado e eficaz. Isto será alcançado com a maior participação de países em desenvolvimento, inclusive como membros permanentes.

Se retardarmos excessivamente estas mudanças, estaremos debilitando as próprias Nações Unidas.

Senhoras e senhores,

Muitos são os desafios internos que China e Brasil enfrentam. Vivemos a condição de pertencer ao mundo industrializado e ao

mundo em desenvolvimento. Como países em desenvolvimento, compartilhamos o objetivo de garantir um crescimento econômico sustentável, com benefícios concretos para todos os segmentos de nossas sociedades.

A troca de experiências sobre nossas realidades representa fator de enriquecimento dessas duas grandes nações. Precisamos promover o intercâmbio, o diálogo, a interação entre empresários, cientistas, estudantes, turistas, enfim, entre cidadãos brasileiros e cidadãos chineses. Precisamos comparar nossas políticas de desenvolvimento, nossos programas de combate à pobreza.

Queremos conhecer melhor a cultura milenar da China e gostaríamos que os chineses soubessem mais sobre a arte e a literatura brasileira.

Os esforços do Instituto de Estudos Latino-Americanos desta Academia e de seu diretor, Zhen Bingwen, são fundamentais para essa aproximação. O Centro de Estudos Brasileiros que hoje se inaugura prestará enorme contribuição para o nosso conhecimento mútuo. Servirá, igualmente, de ponte entre as instituições acadêmicas brasileiras e as chinesas.

Estou certo de que o Centro desenvolverá, com padrão de excelência, pesquisas sobre o Brasil, promoverá estudos da língua portuguesa e será importante elemento difusor da nossa cultura na China.

A China e o Brasil são dois gigantes unidos pelo desejo permanente de melhorar as condições de vida de nossas populações. Pelos nossos interesses e dimensões estamos destinados a nos encontrar, unidos, em diversos tabuleiros da cena internacional e em diversas coalizões.

Muito obrigado.

VIAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, À TURQUIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA TURQUIA, ABDULLAH GÜL. ANCARA, TURQUIA, 22/05/2009

Excelentíssimo senhor Presidente,
Abdullah Gül, da República da Turquia,
Senhora Hayrünissa,
Minha mulher, Marisa Letícia,
Altas autoridades da Turquia,
Ministros que me acompanham nesta
viagem, Celso Amorim, Miguel Jorge,
Franklin Martins,

Senhoras e senhores integrantes do corpo
diplomático,

Senhoras e senhores,

Completamos hoje três dias desta que é a primeira viagem de um presidente brasileiro à Turquia. Depois de visitar Istambul, cidade de grande beleza natural e fascínio histórico, tivemos hoje em Ancara um dia de intenso trabalho. Pude constatar como é que a capital reúne a marca das civilizações da Antiguidade e o selo da Turquia moderna. Revitalizada por Mustafa Kemal Atatürk, Ancara constitui a síntese deste país, elo por excelência entre o Ocidente e o Oriente.

O Brasil, já como nação independente, no século XIX, foi atraído por esta civilização. Em 1875, o Imperador Dom Pedro II visitou Istambul. O Império Otomano e a monarquia

brasileira haviam firmado, em 1858, o primeiro tratado bilateral regulando comércio e navegação.

Em 1927, estabelecemos relações diplomáticas e, em 1931, o Brasil abriu Legação em Ancara, após a instalação da Legação turca no Rio de Janeiro, em 1928. Os laços entre os dois países são antigos e vêm-se fortalecendo ao longo dos anos. Ganham agora maior intensidade.

Em 2004, o ministro Celso Amorim realizou a primeira visita oficial de um chanceler brasileiro à Turquia. A visita de Vossa Excelência a Brasília em 2006, quando estabelecemos a Comissão Bilateral de Alto Nível, muito contribuiu para a aproximação entre nossos países.

Senhor Presidente,

Durante nossas conversações - e as que mantive com o Primeiro-Ministro Erdogan -, pudemos passar em revista as relações entre nossos países e avaliar conjuntamente as promissoras perspectivas que se abrem. A cooperação econômica avança. Nosso comércio bilateral superou pela primeira vez a marca de US\$ 1 bilhão em 2008. Importante

delegação de empresários brasileiros me acompanha à Turquia e participou em Istambul de exitoso Seminário Empresarial. Além dos investimentos diretos, avançamos no campo da energia, como demonstram os contratos celebrados entre a Petrobras e a TPAO. Nossas duas empresas exploram promissoras jazidas de petróleo na costa de Sinop e de gás natural em Kirklareli.

O Brasil está pronto a cooperar com a Turquia para a diversificação de sua matriz energética. Na área dos biocombustíveis, detemos avançada tecnologia, sobretudo para a produção do etanol. A produção de biocombustíveis, a partir da biomassa, tem grande potencial na Turquia, país que possui solos férteis e grande incidência solar.

O início das operações regulares da Turkish Airlines, ligando Istambul a São Paulo, aproximará ainda mais nossos países. Essa iniciativa estimulará o turismo e será favorecida pela instalação de Consulados-Gerais de nossos países em Istambul e em São Paulo.

Senhor Presidente,

A Turquia promoveu recentemente, em Istambul, memorável reunião da Aliança das Civilizações, projeto nascido de iniciativa conjunta de seu governo e da Espanha, à qual o Brasil se associou desde a primeira hora.

A repercussão internacional desse evento, organizado com competência pelo governo turco, foi extraordinária.

O Brasil sediará a próxima edição da Conferência no Rio de Janeiro, em 2010. Agradeço, desde já, a generosa oferta de poder compartilhar a valiosa experiência da Turquia em sua organização.

Senhor Presidente,

Nosso diálogo está rodeado de valores e percepções comuns sobre questões da

atualidade: a democracia, o respeito aos direitos humanos, a promoção da justiça social, o fortalecimento do multilateralismo.

Compartilhamos a necessidade de encontrar uma saída negociada para o Oriente Médio. Pautamos nossa atuação pelo engajamento da promoção da paz. Favorecemos iniciativas que possam levar israelenses e palestinos a um acordo definitivo, baseado no reconhecimento de um Estado Palestino digno (incompreensível) com Israel. A Turquia tem credenciais para desempenhar papel central nesse conflito, inclusive no que tange à reconciliação em lugares interpalestinos.

Turquia e Brasil são igualmente importantes economias e possuem peso e influência crescentes na cena internacional.

Participamos do G20 e de outros foros internacionais. Na recente Cúpula de Londres, reafirmamos a disposição de trabalhar conjuntamente pela retomada do crescimento econômico, com sustentabilidade financeira. Para tanto, temos de democratizar o FMI e o Banco Mundial. Somente por meio do diálogo entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento, poderemos alcançar soluções abrangentes e duradouras, que apontem para uma nova ordem internacional mais justa e democrática. O combate à fome e à pobreza deve constituir a prioridade na construção dessa nova ordem. A eliminação das distorções no comércio internacional e a rápida conclusão das negociações da Rodada de Doha da OMC são essenciais, em especial para os países mais pobres.

O Brasil também defende a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que reflita a atual realidade internacional, com a adequada participação dos países em desenvolvimento, inclusive entre os membros permanentes. Somente assim o Conselho

assegurar a legitimidade e a eficácia necessárias.

Senhor Presidente,

Retorno hoje ao Brasil profundamente enriquecido por esses dias que passei neste país amigo. Não posso deixar de expressar minha gratidão pela generosa assistência que o povo e o governo da Turquia demonstraram quando tivemos que retirar grande número de brasileiros ameaçados pela Guerra (incompreensível). Levo a lembrança dos contatos proveitosos que pude ter com Vossa Excelência, com o Primeiro-Ministro Erdogan e com o grande número de interlocutores que pude encontrar.

Levo também a recordação de uma grande nação, que preza os valores da democracia, e de um povo muito parecido com o povo brasileiro na sua alegria e generosidade. Quero pedir a todos os convidados que levantemos um brinde ao presidente Abudullah.

SESSÃO DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, DURANTE SESSÃO DO CONSELHO DE DIREITOS
HUMANOS DA ONU. GENEBRA, SUÍÇA, 15/06/2009

Senhoras e senhores,

É com grande satisfação que me dirijo ao Conselho de Direitos Humanos.

Gostaria de cumprimentar a Alta Comissária, Navanethem Pillay. O histórico da vida de Pillay é a maior prova de seu comprometimento com a causa dos direitos humanos. Em abril último, sua contribuição foi fundamental para o sucesso da Conferência de Revisão de Durban.

Senhor Presidente, tive a grande satisfação de recebê-lo em recente visita ao Brasil durante a assinatura, em Manaus, do compromisso “Mais Amazônia pela Cidadania”. Permita-me expressar a satisfação do governo brasileiro com o sucesso da primeira presidência africana do Conselho de Direitos Humanos sob sua sábia liderança. Ao longo de seu mandato, este Conselho fortaleceu-se em sua vocação para o diálogo, em seu compromisso com a universalidade de seus temas.

Senhor Presidente,

De certo modo, a luta pelos direitos humanos se confunde com a minha trajetória pessoal e política. (incompreensível)

Em sua curta e marcante gestão, Vieira de Mello defendeu um enfoque abrangente e equilibrado, que leva em consideração os

princípios de universalidade, interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos.

A figura de Sérgio Vieira de Mello estará para sempre associada aos mais altos valores defendidos pelas Nações Unidas.

Senhor Presidente,

Sabemos que o tratamento dos direitos humanos é um dos principais desafios do sistema multilateral. A criação deste Conselho, para a qual o Brasil tanto contribuiu, representou avanço importante. Reflete a necessidade de substituir a dinâmica contraproducente de tempos passados por um ambiente de cooperação e convencimento.

Um de seus instrumentos inovadores é o Mecanismo de Revisão Periódica Universal. Ao garantir avaliação abrangente e transparente da situação de direitos humanos em todos os membros da ONU, o Mecanismo tornou o sistema mais racional e mais equilibrado.

O Brasil se orgulha de ter sido um dos primeiros países a apresentar seu relatório nesse novo modelo. O Conselho está mais apto a responder prontamente a situações que merecem atenção especial e urgente da comunidade internacional.

Estou certo de que a maior ênfase na cooperação produzirá resultados tangíveis.

Uma agenda positiva é mais eficaz para melhorar as condições de vida da população afetada e prevenir novas e sistêmicas violações de direitos humanos.

Agradeço a forte aprovação deste Conselho à proposta brasileira sobre Metas Voluntárias em Direitos Humanos, como parte das comemorações dos 60 anos da Declaração Universal de 1948. Este documento é importante para a conjugação entre igualdade e liberdade em cada país, indispensável à conquista da paz entre os povos.

É fundamental estender a mão a governos nacionais e atraí-los para colaborar com a comunidade internacional de forma aberta e receptiva. Governos acuados tendem ao isolamento e ao radicalismo. Não interessa a ninguém um ambiente que incentiva o rancor e alimenta a intransigência. Este Conselho deve buscar no diálogo, e não na imposição, o caminho para fazer avançar a causa dos direitos humanos.

O Brasil trabalha para que este Conselho se afirme como uma instância universal, objetiva e cooperativa, à qual todos - governos, sociedade civil, indivíduos - possam recorrer para garantir que os direitos humanos sejam plenamente respeitados em todos os países.

A universalidade só tem consistência quando incorpora a diversidade e a pluralidade, respeitando diferentes costumes, tradições, visões científicas, racionalidades, crenças e pensamentos.

Senhor Presidente,

A realização dos direitos econômicos, sociais e culturais não é apenas essencial para garantir um padrão de vida digno a todos. Ela é, sobretudo, importante para preservar direitos civis e políticos, para consolidar o Estado de Direito e para construir sociedades democráticas justas e prósperas.

Acredito que o exemplo é a melhor forma de persuasão. É preciso passar das palavras

às ações concretas. O Brasil investe na cooperação Sul-Sul como forma de promover os direitos humanos.

Em diversas regiões do continente africano, prestamos cooperação técnica na área de pesquisa agrícola com vistas a promover o direito à alimentação. Na área da saúde, estamos participando dos esforços para ampliar o acesso a medicamentos para Aids, por meio da construção de fábrica de antirretrovirais em Moçambique.

No Haiti, emprestamos um novo significado às operações de paz da ONU ao demonstrar que, para se obter a verdadeira paz, não basta combater a violência pela força das armas: deve-se, ao contrário, promover o desenvolvimento econômico e, com ele, a inclusão e justiça social. Na Palestina, além de importante contribuição financeira, estamos implementando, juntamente com a África do Sul e com a Índia, projeto de inclusão social em Ramalá.

Quero fazer um apelo à paz. Junto-me a outras vozes que vêm proclamando mudanças no Oriente Médio. Não podemos desperdiçar os novos ventos de mudanças.

Senhor Presidente,

Em momento de crise econômica mundial como o que vivemos precisamos, mais do que nunca, unir esforços. A atenção aos direitos humanos é parte indispensável de qualquer estratégia para superar os efeitos da crise mundial que eclodiu em setembro de 2008. Foi esse o espírito que animou o Brasil, juntamente com os companheiros africanos e com a Rússia, Índia e China, a promover Sessão Especial do Conselho sobre a dimensão humana da atual crise econômica e financeira.

No Brasil, a consolidação da democracia e a consagração dos direitos humanos avançam com o esforço do governo e a determinação da nossa sociedade. Desde 2003 definimos uma moldura institucional para tratar do

tema dentro do governo. Conferimos status ministerial à Secretaria de Direitos Humanos e à Secretaria da Promoção da Igualdade Racial e à Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Adotamos políticas econômicas e financeiras responsáveis, sem comprometer os investimentos na área social. O programa Fome Zero, por meio do Bolsa Família, assegura alimentação regular e adequada e já atinge 11 milhões de famílias pobres no Brasil. Ao longo dos últimos seis anos e meio, nos esforçamos para garantir emprego e renda para as pessoas. Reduzimos a desigualdade, diminuindo pela metade a pobreza extrema. Dez milhões de brasileiros saíram da miséria, 20 milhões migraram para a classe média. O salário mínimo real cresceu 65%. Criamos mais de 10 milhões de empregos formais. Foram medidas importantes e essenciais, mas ainda insuficientes para saldar o legado de desigualdades no meu país. Temos muito caminho pela frente.

Assinarei, em breve, um decreto presidencial instituindo o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, que o Brasil introduziu já em 1996, atendendo às recomendações da Conferência de Viena, de 1993. A terceira edição do Programa se baseia nas resoluções de uma ampla conferência nacional concluída em Brasília, em dezembro passado, envolvendo a participação direta de milhares de cidadãos. Incorpora, também, propostas aprovadas em 50 conferências nacionais que meu governo promoveu desde 2003, somando 4 milhões de pessoas num debate democrático sobre as políticas públicas que concretizam direitos humanos: da saúde à educação profissional, da diversidade sexual à segurança alimentar, do desenvolvimento agrário à proteção do meio ambiente.

Senhor Presidente,

Como governante de um país em desenvolvimento, espero que dessa crise

possa emergir uma ordem internacional que recompense a produção e não a especulação, que respeite padrões ambientalmente viáveis, que faça do comércio internacional um instrumento do desenvolvimento, que apoie os esforços para combater a pobreza e os desequilíbrios que maculam o mundo hoje.

A crise financeira, que nasceu da desregulação das economias mais ricas, não será pretexto para incentivar o descumprimento das obrigações de cada Estado com a promoção e proteção dos direitos humanos. Tampouco deve conduzir a que sejam descumpridos compromissos com os mais necessitados.

O Congresso brasileiro acaba de aprovar, por iniciativa do Executivo, legislação que regulariza a situação de centenas de milhares de migrantes no País. O Brasil foi e continuará a ser um país aberto e solidário aos trabalhadores migrantes e suas famílias.

Apesar do empenho da comunidade internacional em eliminar todas as formas de intolerância, nossas sociedades continuam a testemunhar os flagelos causados pela discriminação.

Há menos de dois meses, na Conferência de Revisão de Durban, reafirmamos nosso compromisso coletivo de combater o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas correlatas de intolerância. Agora é preciso zelar pelo cumprimento dessas promessas. Não pode haver respeito integral aos direitos humanos em um mundo onde é crescente a desigualdade entre pessoas e entre nações. A reforma das instituições internacionais, com maior participação dos países em desenvolvimento em suas decisões, é essencial para assegurar uma governança mais justa e eficaz.

O mais importante é garantir que a dignidade dos seres humanos esteja sempre no centro das atenções e preocupações da comunidade internacional. Tenho certeza de

que, com esse enfoque, será muito mais fácil promover uma cultura de respeito aos direitos humanos em todo o mundo.

Garantir e promover a paz é a razão de existir das Nações Unidas. Não haverá paz no mundo enquanto persistirem injustiças, desigualdades e intolerância. A tolerância está na base da verdadeira paz e concórdia, é a base para a efetiva realização de todos os direitos humanos.

Uma das maiores conquistas dos direitos humanos é a democracia, é a convivência democrática na diversidade. Ninguém precisa falar a mesma língua, ninguém precisa ter a mesma cor. Não precisam ter as mesmas idéias ou credos. Precisamos, sim, é de ter a grandeza de sentar em torno de uma mesa, discutir nossas propostas e fazer avançar nossas ideias.

Senhor Presidente,
Amigos e amigos aqui presentes,
Alta Comissária,

Eu queria dizer a vocês que é exatamente no lugar em que se discute direitos humanos que nós precisaríamos fazer uma discussão sobre a crise econômica mundial, suas causas e seus (incompreensível).

O que nós estamos percebendo é que, em vez de os países pobres ficarem reclamando dos efeitos da crise, nós temos a oportunidade, pela primeira vez de, junto com os países ricos, debatermos a crise com profundidade, as suas causas, os seus efeitos e as soluções para que a crise não repercuta mais fortemente na parte mais pobre da humanidade.

Essa crise traz um efeito perverso, sobretudo quando os imigrantes - sobretudo os pobres africanos, latino-americanos, asiáticos - que transitam pelo mundo à procura de oportunidade de trabalho, começam a ser enxergados como responsáveis por ocupar um lugar das pessoas filhas dos países. Como disse em meu documento, no Brasil nós

acabamos de legalizar centenas de milhares de imigrantes que viviam ilegalmente no País, para dar uma resposta, para dar um sinal aos preconceituosos, àqueles que imediatamente querem encontrar os responsáveis pela sua própria desgraça, pelo seu desemprego. E não são os imigrantes os responsáveis pela crise, não são os pobres do mundo [os] responsáveis pela crise. Os responsáveis pela crise são os mesmos que durante séculos sabiam como ensinar a administrar os Estados. Sabiam ter ingerência nos Estados pobres da América Latina e da África. E esses mesmos senhores, que sabiam de tudo há algum tempo, hoje não sabem mais nada. Não conseguem explicar como davam tantos palpites sobre as políticas dos países pobres e que não têm sequer uma palavra para analisar a crise dos países ricos.

Este é um momento em que os países pobres precisam fazer valer a soberania dos seus Estados. Os países não são respeitados porque são ricos. Os países não são respeitados porque têm alta tecnologia. Os países não são respeitados apenas porque têm um grande sistema de defesa. Os países são respeitados quando seus dirigentes se respeitam. Os países são respeitados quando seus dirigentes falarem [falam] exatamente aquilo que o povo deseja que eles falem. Não existe, na história da humanidade, nenhum interlocutor que respeite outro interlocutor que não se respeita.

A discussão econômica, neste momento, embora eu faça parte do G-20, exige a participação de todos os países do mundo. Disse ao secretário Ban Ki-Moon que a ONU deveria trazer para dentro das Nações Unidas o debate sobre as questões econômicas, para que pudéssemos ouvir o presidente Obama, para que pudéssemos ouvir o presidente Hu Jintao, mas que também pudéssemos ouvir os países menores do mundo. Porque, de forma direta ou indireta, todos estão sofrendo a consequência da irresponsabilidade de um

sistema financeiro desregulado e que durante tanto tempo viveu da especulação e não da produção.

Nós não temos um momento mais importante do que este. Falo a vocês com a convicção de um país que foi o último a entrar na crise e será o primeiro a entrar [sair] na [da] crise, mas que estava vivendo um momento excepcional, como todos os países. A África está consolidando a sua democracia, na América Latina estamos consolidando a nossa democracia. E nós temos clareza de que os princípios elementares dos direitos humanos são o direito de a pessoa [se] levantar de [pela] manhã e tomar um café, almoçar, jantar, ter acesso à cultura, ter acesso à educação. Não é mais aquele tempo em que direitos humanos era apenas o direito de nós gritarmos que queríamos (incompreensível).

Hoje, nós não queremos gritar. Nós queremos comer, queremos estudar, e queremos que o bolo da riqueza produzida no mundo seja distribuído de forma mais justa, mais solidária, para que a gente possa concretizar, definitivamente, os direitos humanos no planeta Terra.

Muito obrigado

PRÊMIO MUNDIAL DAS TELECOMUNICAÇÕES E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE VISITA À SEDE DA UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (UIT), ONDE FOI AGRACIADO COM O PRÊMIO MUNDIAL DAS TELECOMUNICAÇÕES E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. GENEBRA, SUÍÇA, 15/06/2009

Meu caro secretário-geral, meu amigo Touré,

Companheiros ministros brasileiros que me acompanham nesta viagem,

Senhores e senhoras conselheiros da UIT,
Jornalistas,

Amigos e amigas

O Brasil se orgulha de ser membro da União Internacional de Telecomunicações a partir de 1877. Desde que a UIT foi criada, para padronizar o telégrafo, muita coisa mudou. O telefone, o rádio, a televisão e a internet estão hoje em todas as partes; dominam as comunicações. O mundo ficou menor e as pessoas ficaram mais próximas.

Cerca de um mês atrás, em 18 de maio, comemoramos o Dia Mundial das Telecomunicações e da Sociedade da Informação. A ocasião nos fez lembrar da importância de combater a exclusão digital, que é hoje uma das maiores limitações na busca do desenvolvimento.

Para reduzir as desigualdades, precisamos aumentar o acesso às tecnologias modernas de comunicação. Elas devem chegar a um maior

número de pessoas, a fim de que possam exercer sua cidadania. O acesso às tecnologias deve extrapolar a dimensão de infraestrutura de comunicações. Os cidadãos devem estar capacitados a utilizar essas tecnologias de maneira interativa e crítica. É assim que vamos promover a cidadania e a diversidade cultural na sociedade do conhecimento.

Estamos determinados a resolver o problema da inclusão digital no nosso país. Estamos equipando todas as escolas públicas urbanas brasileiras com internet banda larga. Estamos distribuindo, experimentalmente, milhares de computadores portáteis para alunos e professores da rede pública de educação básica. Já distribuimos um kit com dez computadores e outros itens a mais de 5.500 municípios brasileiros para a implantação de telecentros comunitários, que são espaços de convivência, aprendizado e lazer. Reduzimos o imposto sobre as soluções de informática e criamos linhas de financiamento para a rede varejista, o que contribuiu para aumentar a venda de computadores no Brasil. Hoje, há quase 30 milhões de computadores pessoais

no país. Em 2003, eram apenas 15 milhões.

Os programas brasileiros de inclusão digital e de governo eletrônico utilizam o software aberto e livre. Essa opção reduz custos e permite a construção de ambiente digital seguro e favorável à troca de experiências e conhecimentos. Além disso, o software de código aberto e livre é essencial para a construção de uma sociedade da informação inclusiva, centrada na pessoa e voltada para o desenvolvimento.

A capacidade das telecomunicações de ultrapassar fronteiras também pode ser usada para atividades ilícitas. A Cúpula Mundial de Sociedade da Informação deu à UIT mandato para aumentar a segurança na internet. Gostaria de felicitar o secretário-geral Touré pelo lançamento da Agenda Global de Cibersegurança.

Para garantir a segurança na internet, precisamos unir nossos esforços de cooperação. A UIT, como agência especializada da ONU, é o lugar certo para coordenar esse esforço. No combate à pedofilia, a UIT poderia definir padrões a serem adotados por todos os países. No combate ao crime cibernético em geral,

precisamos de um instrumento multilateral que estimule uma efetiva cooperação internacional.

O desafio dos crimes cibernéticos demonstra a importância do debate sobre a governança da internet. A Cúpula Mundial da Sociedade da Informação concluiu que essa governança deve ser transparente e democrática, com a participação de governos e sociedade civil. A UIT deve fazer parte desse esforço, inclusive no Fórum de Governança da Internet das Nações Unidas.

Agradeço mais uma vez ao Secretário-Geral da UIT pela honra de receber o Prêmio Mundial das Telecomunicações e Sociedade da Informação. Vejo esse prêmio, Secretário, como resultado do esforço do governo brasileiro para promover a inclusão digital e um espaço virtual democrático e seguro, sobretudo para nossas crianças e adolescentes.

Com esse prêmio, o governo brasileiro se sente ainda mais estimulado a continuar trabalhando, ao lado da UIT e dos demais parceiros, para construir uma sociedade da informação democrática e que promova cada vez mais o desenvolvimento.

Muito obrigado.

APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA RIO 2016

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA RIO 2016. LAUSANNE, SUÍÇA, 17/06/2009

Senhor Presidente,
Senhores membros do Comitê Olímpico Internacional,

Eu gostaria de reiterar meu integral compromisso com a candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Assumo este compromisso porque entendo o extraordinário poder que o esporte tem, de transformar nações e a vida das pessoas, especialmente das mais jovens e das mais humildes. Ninguém fez mais para reforçar este poder do esporte do que vocês do movimento olímpico.

Para o Brasil, sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016 será não apenas uma grande honra, será também uma forma maravilhosa de catalisar as transformações sociais em curso no nosso país e na América do Sul.

Por essa razão o meu governo tem sido tão enfático e determinado em apoiar a

candidatura do Rio de Janeiro. O governo federal ofereceu todas as garantias possíveis e assumiu todos os compromissos necessários. Por isso aprovamos o financiamento integral do projeto. E também é esta a razão pela qual os três níveis de governo e todo o País estão unidos em apoio à candidatura do Rio 2016.

Estive recentemente em Londres e Pequim para ver o que é necessário para sediarmos os jogos e para aprender mais sobre o poder e sobre os valores do movimento olímpico. Tive a honra de encontrar-me com muitos de vocês. Esses contatos ajudaram a entender melhor a maneira pela qual os líderes políticos podem trabalhar com os líderes esportivos para obter resultados que beneficiem as próximas gerações.

O Rio está pronto e o Brasil está pronto. Estamos à espera de vocês no Rio, em 2016. Muito obrigado e boa sorte.

VIAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, AO CAZAQUISTÃO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ALMOÇO OFERECIDO PELO PRESIDENTE DO CAZAQUISTÃO, NURSULTAN NAZARBAYEV. ASTANA, CAZAQUISTÃO, 17/06/2009

Presidente,

É uma honra visitar o Cazaquistão e ter a oportunidade de consolidar um diálogo lançado pela visita pioneira que o presidente Nazarbayev fez ao Brasil em 2007. Queremos realizar o potencial de uma relação que data de 1991. O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a independência cazaque.

A abertura de nossa Embaixada residente em Astana, em 2006, e a troca de visitas presidenciais dão impulso ao relacionamento bilateral. Estamos reduzindo as distâncias e ampliando oportunidades de cooperação. É o que estão fazendo os 26 jovens cazaques que participam de um programa de intercâmbio esportivo e educacional, em Ribeirão Preto. O projeto do Centro Cultural do Cazaquistão, concebido pelo arquiteto Oscar Niemeyer, fará da simpática e agradável Astana uma cidade ainda mais familiar para os brasileiros.

Na esfera comercial, os avanços são palpáveis. O intercâmbio entre os dois países quintuplicou nos últimos cinco anos, mas ainda está muito aquém do seu potencial. Precisamos trabalhar em conjunto com nossos

empresários para expandir e diversificar ainda mais essas trocas e atrair investimentos recíprocos. Com esse propósito, determinei ao Vice-Ministro de Indústria e Comércio Exterior que venha ao Cazaquistão em setembro deste ano, acompanhado de missão empresarial.

A forte vocação agrícola de nossas economias abre amplo leque de opções. A visita que Vossa Excelência fez à Embrapa criou condições para que nossas empresas de pesquisa agropecuária participem dessa cooperação. Podemos trabalhar juntos no aperfeiçoamento da produção de carne, trigo e de cultivos agrícolas em regiões semi-áridas.

O Cazaquistão é uma potência energética empenhada em diversificar sua matriz. Como o Brasil, apresenta condições de liderar a revolução dos biocombustíveis.

Confio em que novas oportunidades se abrirão para a Embraer comprovar a competitividade dos seus aviões na Ásia Central. A abertura de escritório da Vale, no ano passado, em Almaty, ajudará o Cazaquistão a realizar o seu vasto potencial mineral.

Ao tornar-se em breve o primeiro produtor mundial de urânio, o país demonstra o papel estratégico que está chamado a desempenhar para a economia mundial.

Senhor Presidente,

Em tempos de crise internacional, nossos países têm mantido políticas econômicas sólidas e iniciativas audazes. Estamos preservando empregos e protegendo conquistas sociais. O Cazaquistão é o país que cresce mais rapidamente na Ásia Central. Transformou-se em um ator cada vez mais influente.

Queremos construir uma agenda que contribua para reduzir as assimetrias de poder e democratizar as instâncias decisórias internacionais. Compartilhamos a idéia de um mundo multipolar e a importância de revigorar as instituições internacionais.

Continuaremos a defender a reforma das Nações Unidas e a necessidade, em particular, de ampliação do número de membros permanentes no Conselho de Segurança. Agradeço o valioso apoio do Cazaquistão ao pleito brasileiro.

Primeiro país a abrir mão de seu arsenal nuclear, o Cazaquistão tem sólidas credenciais na área de desarmamento e segurança. A Ásia Central e a América Latina e Caribe são zonas livres de armas nucleares. Esse é um fator de particular transcendência no momento em que se agravam as tensões decorrentes de novos testes nucleares.

Sei do empenho do Presidente Nazarbayev pela paz e a estabilidade no Afeganistão. O Brasil tem participado de conferências em prol da recuperação do país. Nossa experiência no Haiti indica que não basta combater a violência com ações de dissuasão militar.

Uma paz duradoura só virá com a promoção do desenvolvimento econômico, a inclusão e justiça social.

O Cazaquistão dará contribuição ainda mais relevante no cenário internacional quando assumir as presidências da Organização para a Cooperação e Segurança na Europa, em 2010, e da Organização da Conferência Islâmica, em 2011.

Meus amigos, minhas amigas,

A Ásia Central e a América do Sul têm experiências a compartilhar em matéria de integração regional. A experiência na consolidação do Mercosul e da Unasul pode ser útil para o desenvolvimento institucional dos foros regionais integração da Ásia Central.

Cazaquistão e Brasil são países multiétnicos e multiculturais. Aprendemos ao longo de nossa história os valores da tolerância e do respeito à diversidade. O Brasil sediará a III Reunião da Aliança de Civilizações no Rio de Janeiro em 2010. Essa iniciativa busca ajudar a superar preconceitos e polarizações entre culturas e comunidades diferentes. Ficaria muito honrado em poder contar com a participação de nossos amigos cazaques e especialmente do presidente Nazarbayev, nesse evento.

Caro Presidente, meus amigos,

Ao agradecer ao governo e ao povo cazaques a maneira calorosa e fraterna pela qual eu e minha delegação fomos acolhidos em Astana, quero expressar minha convicção de que, com minha visita ao Cazaquistão, em retribuição à visita do presidente Nazarbayev ao Brasil, as condições estão dadas para que nossas relações ganhem maior dinamismo.

Por isso, quero propor um brinde...

VISITA DA PRESIDENTE DAS FILIPINAS, GLORIA MACAPAGAL, AO BRASIL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA
SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA DA PRESIDENTE DAS FILIPINAS,
GLORIA MACAPAGAL-ARROYO. BRASÍLIA, DF, 24/06/2009

Excelentíssima senhora Gloria Arroyo,
Presidente da República das Filipinas e o
senhor Jose Miguel Arroyo,

Minha companheira Marisa Letícia Lula da
Silva,

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães,
ministro interino das Relações Exteriores,

Senhor Alberto Rômulo, ministro das
Relações Exteriores da República das
Filipinas, em nome de quem cumprimento os
demais integrantes da delegação filipina,

Ministros Reinhold Stephanes, da
Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
Miguel Jorge, do Desenvolvimento, Indústria
e Comércio,

Parlamentares aqui presentes,

Senadores,

Deputados,

Senhores integrantes do corpo diplomático,

Amigos, amigas,

Jornalistas das Filipinas e do Brasil,

É com grande satisfação que recebo
a presidente Gloria Arroyo em Brasília,
nesta que é a primeira visita de um chefe de
Estado filipino ao Brasil. Vossa Excelência
dá continuidade aos esforços de aproximação
iniciados pelo seu pai, Diosdado Macapagal,

que nos deu a honra de visitar o Brasil em
1960, ano da inauguração de Brasília.

Seu país se destaca numa das regiões de maior
dinamismo no mundo atual, graças ao caráter
empreendedor de seu povo e suas lideranças.

Apesar da distância geográfica, estamos
unidos por traços históricos comuns. Filipinos
e brasileiros compartilham o legado de povos
multiculturais, forjados na diversidade e no
desejo do desenvolvimento. Representamos
dois grandes países, com democracias
consolidadas, economias diversificadas e
extenso patrimônio ambiental. Temos também
os desafios próprios das sociedades em
desenvolvimento.

A luta contra a pobreza e as desigualdades
é um objetivo comum. Nossos programas de
inclusão social constituem importante elo
de aproximação: o Pantawid Pamilyang e o
Bolsa Família conferem a milhões de filipinos
e brasileiros lugar e voz em nossas sociedades.
Isso significa expandir a cidadania e fortalecer
a democracia.

Esse ambiente de mudanças cria condições
efetivas para intensificar nossas relações.
Claro indicador dessas potencialidades é o
comércio bilateral crescente. Entre 2004 e

2008, o intercâmbio passou de 400 milhões a mais de 1 bilhão de dólares. Mas há um espaço significativo para aumentar e diversificar nossas trocas em bases equilibradas.

A aproximação entre a Câmara de Comércio das Filipinas e a Confederação Nacional de Indústrias do Brasil será de grande valia na busca de novas oportunidades de negócios e no aproveitamento de nossas complementaridades.

Sei que Vossa Excelência esteve em Pernambuco para a inauguração do terminal de contêineres do Porto de Suape. Esperamos que outros sigam os passos da Tecon Suape e ampliem investimentos em infraestrutura no Brasil. Nossas empresas também estão descobrindo nas Filipinas uma sólida plataforma para atividades no Sudeste da Ásia. A abertura do escritório da Vale do Rio Doce em Manila é um passo importante nessa direção.

Com a assinatura de instrumentos bilaterais nas áreas de agricultura e pesquisa agropecuária, podemos aumentar significativamente as possibilidades de produção de alimentos e de matéria-prima. Os entendimentos entre a Embrapa e a PADCC serão fundamentais para o intercâmbio de experiências em tecnologia na agricultura tropical.

O acordo sobre cooperação em bioenergia abre caminho para que compartilhem nosso conhecimento na produção de etanol. É muito auspiciosa a aprovação de lei filipina que introduz os biocombustíveis na matriz energética do país. Podemos avançar muito na utilização de combustíveis renováveis.

Como membros fundadores do Mercosul e da Asean, estamos conscientes da importância

da integração regional. Após a primeira reunião ministerial entre os dois blocos, realizada em Brasília, estou certo de que os próximos encontros em Kuala Lumpur e em Nova Iorque, à margem da próxima Assembléia Geral da ONU, darão novo impulso a essa aproximação.

Cara Presidente,

O momento que vivemos exige de nós, líderes de países em desenvolvimento, uma atitude firme e coerente no enfrentamento da crise. Em recentes pronunciamentos que fiz na OIT e no Conselho de Direitos Humanos em Genebra condenei a onda de xenofobia que acompanha a retração das economias dos países mais ricos.

A crise atual resulta de um ciclo de quase três décadas de equívocos cometidos em nome do neoliberalismo. Foram as teses do Estado mínimo, as privatizações desenfreadas de empresas públicas e a crítica à forte presença reguladora do Estado que conduziram a economia global à beira do abismo. Parte do mundo em desenvolvimento enfrenta severa redução da demanda externa por seus bens e serviços. As remessas dos trabalhadores migrantes diminuíram, comprometendo uma importante fonte de recursos de vários governos.

Mas a crise é também uma oportunidade para a construção de uma nova ordem e governança internacionais. Ela nos mostra que o mundo não pode ser regido por um clube de sete ou oito países ricos, sem levar em conta mais da metade da humanidade.

As organizações políticas e econômicas multilaterais não podem mais prescindir do peso e da legitimidade conferida pelos países em desenvolvimento. É impensável que o

Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial continuem sendo um condomínio de europeus e norte-americanos.

As Nações Unidas também carecem de reforma para oferecer respostas eficazes aos desafios cada vez mais complexos do cenário internacional. A esse respeito, desejo manifestar meu profundo reconhecimento à decisão do governo filipino de apoiar o pleito brasileiro a ocupar assento permanente em um futuro Conselho de Segurança ampliado.

Nossa aliada de primeira hora na OMC, as Filipinas têm atuado lado a lado com o Brasil no G-20 em prol de um resultado equilibrado da Rodada de Doha. Nosso desejo comum é de acabar com as anomalias que caracterizam, em especial, o comércio agrícola.

Na agenda ambiental, estamos comprometidos com um resultado ambicioso, na Cúpula de Copenhague, sobre mudança do clima. Todos somos responsáveis por conciliar crescimento e proteção ambiental. Mas essas responsabilidades são diferenciadas. Os países ricos não podem ignorar seus compromissos mandatórios de redução de emissões.

Querida amiga Gloria Arroyo,

As decisões que tomamos durante sua histórica visita lançam as bases para que consolidemos cada vez mais essa parceria. No seu retorno a Manila, peço que leve a mensagem de estima e amizade do povo brasileiro pelos filipinos e nossa admiração pela sua luta em busca de um futuro melhor.

É com esse espírito de confiança e otimismo que proponho um brinde à saúde e à felicidade pessoal de Vossa Excelência, ao seu esposo e ao bem-estar do povo-irmão das Filipinas.

REUNIÃO MINISTERIAL DA ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE)

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, POR OCASIÃO DA REUNIÃO MINISTERIAL DA ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE), NO PAINEL INTITULADO “KEEPING MARKETS OPEN FOR TRADE AND INVESTMENT “. PARIS, FRANÇA, 25/06/2009

(versão em português)

A redução no comércio mundial tem sido mais aguda do que nos estágios iniciais da Grande Depressão. A causa principal é a queda na demanda e na produção.

A OIT estima que até 60 milhões de empregos podem ter sido perdidos entre 2007 e 2009. Isso acarretará maior demanda por medidas protecionistas.

Não há até o momento muitas elevações de tarifas. A maior parte dos países desenvolvidos não possui margem entre as tarifas máximas e as aplicadas. Os pacotes multibilionários de “resgate” e de “estímulo”, no entanto, invariavelmente causam impacto no comércio e no investimento.

No passado, um dos argumentos comumente apresentados por alguns países desenvolvidos para justificar direitos de compensação sobre indústrias privatizadas era de que elas não existiriam não fosse o apoio governamental. O mesmo raciocínio pode ser válido agora a propósito das indústrias automotivas e financeiras, entre outras, em alguns países desenvolvidos.

Assunto que causa grave preocupação é a renovada tendência de países desenvolvidos a recorrer a formas de subsídios que mais distorcem a agricultura: subsídios de exportação.

Ademais, os chamados subsídios anti-cíclicos incrementam os preços e a produção no plano doméstico às custas de produtores estrangeiros. Nos mercados internacionais, em momentos como o atual, isso tem o efeito de deprimir ainda mais os preços.

Tais subsídios causam grave impacto nas economias dos países mais pobres. Para alguns deles, isso significa o adiamento, por anos ou décadas, da realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O protecionismo tem grande efeito exemplar. Uma vez que um Governo protege sua indústria, outros Governos são levados a “ajustar as regras”. Os países pobres não podem dar-se ao luxo de recorrer a seus Tesouros como forma de reação a esse tipo de competição artificial. Confrontado com tais pacotes, os países em desenvolvimento serão tentados a utilizar as amplas margem à sua disposição de acordo com as atuais normas.

O protecionismo é uma doença perversamente contagiosa. É transmitida dos ricos para os pobres. Seria ingênuo esperar que clamores ou declarações políticas poderão contê-lo, quanto mais erradicá-lo.

A conclusão da Rodada de Doha favoreceria significativamente as possibilidades de aumento do protecionismo.

Porém, se quisermos concluir a Rodada agora, não devemos emendar o pacote que temos sobre a mesa, o qual demandou sacrifícios de todas as partes. Estamos convencidos de que um diálogo intenso ajudará a esclarecer ainda mais o valor das concessões que já foram feitas.

Acima de tudo, não nos esqueçamos de que, se os benefícios devem estender-se a todos, esta é a Rodada de Desenvolvimento cujo propósito central é o de criar novas oportunidades para os países desenvolvidos, especialmente os mais pobres.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A CRISE FINANCEIRA E ECONÔMICA MUNDIAL E SEU IMPACTO SOBRE O DESENVOLVIMENTO

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR
CELSO AMORIM, NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE
A CRISE FINANCEIRA E ECONÔMICA MUNDIAL E SEU IMPACTO
SOBRE O DESENVOLVIMENTO. NOVA YORK, EUA, 26/06/2009

Senhor Presidente da Assembleia Geral,
Senhores Chefes de Estado e de Governo,
Senhores Ministros,
Senhoras e Senhores,

As perdas ocasionadas pela atual crise econômica afetam economias e sociedades em todo o globo. O Brasil tem apoiado entusiasticamente uma participação mais intensa das Nações Unidas no debate sobre a crise financeira e econômica.

O Presidente Lula está pessoalmente empenhado em alcançar este objetivo. Em sua intervenção no Debate Geral da 63a. Sessão da Assembleia Geral, apresentou propostas concretas para a resposta das Nações Unidas à crise. Desde então, o Presidente Lula tem levantado sistematicamente o assunto em diferentes foros, como o G-20 e a cúpula dos BRICs, e em contatos com outros líderes.

Nas Nações Unidas, países sem voz nas atuais estruturas de gestão financeira podem expressar suas opiniões. Alguns deles estão entre os mais pobres do mundo e foram os mais severamente afetados pela recessão global. Eles não têm qualquer responsabilidade pela

atual crise. Devemos dar ouvidos a suas preocupações. Devemos levar em conta seus interesses, ao empreender nossas ações coletivas em prol da recuperação.

Em Doha, em dezembro último, confrontávamo-nos todos com a temível possibilidade de um colapso financeiro nos principais países desenvolvidos. A profundidade e o escopo da turbulência eram ainda essencialmente desconhecidos. Provou-se oportuna nossa decisão de estabelecer, então, um mandato para a realização desta conferência. Estabelecemos um processo multilateral para discutir a crise financeira baseada na legitimidade e no caráter inclusivo das Nações Unidas.

Seis meses depois, a despeito de alguns sinais positivos, o cenário global ainda está sombrio, particularmente para os países mais pobres. Muitos dos ganhos duramente conquistados nos últimos anos em termos de crescimento econômico, redução da pobreza e desenvolvimento social foram perdidos ou seriamente comprometidos. A possibilidade de atingir os Objetivos de Desenvolvimento

do Milênio foi seriamente comprometida.

A contração da demanda e a escassez de financiamento do comércio dos países pobres reduzem as perspectivas de recuperação. O acesso a mercados podem abrir caminho para que os países em desenvolvimento erradiquem a pobreza e a fome. Nunca é demais insistir na importância da conclusão bem-sucedida da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio. O êxito nessa área enviaria mensagem poderosa contra o protecionismo, inclusive os efeitos potencialmente negativos dos pacotes de estímulo lançados pelos países desenvolvidos.

A maioria dos países em desenvolvimento depende de exportações agrícolas. A eliminação, por parte dos países ricos, de subsídios agrícolas à exportação e de medidas de apoio interno que distorcem o comércio teria impacto importante na capacidade dos países pobres de sair da recessão por meio do comércio. Também daria contribuição eficaz para a segurança alimentar dessas nações.

São urgentemente necessários esforços adicionais dos países desenvolvidos no sentido de cumprir e ampliar seus compromissos de ajuda oficial ao desenvolvimento. Transferências de renda equivalentes a 0.7% do PIB dos países ricos representam percentual relativamente modesto para aqueles que as oferecem. Na verdade, isto é menos do que o montante pago pelos países da OCDE a seus agricultores ineficientes. Porém, essas transferências fazem a diferença entre a vida e a morte no caso de alguns de seus beneficiários.

Sozinha, a ajuda oficial ao desenvolvimento não será suficiente. São necessárias novas medidas, nos âmbitos multilateral e regional, para garantir a liquidez e o financiamento do comércio entre os países do Sul.

Os recursos do FMI e do Banco Mundial devem ser aumentados. Os bancos regionais de desenvolvimento devem ser fortalecidos de modo a que possam ajudar a reconstruir economias fragilizadas. Os países de menor desenvolvimento relativo devem, naturalmente, receber atenção prioritária. O Brasil já anunciou sua contribuição ao FMI e expressou seu apoio à recapitalização dos BMDs. Apoiamos nova alocação de Direitos Especiais de Saque. A distribuição desses recursos deve considerar as necessidades dos países em desenvolvimento, especialmente os mais pobres.

O regime de condicionalidades restritivas impostas aos países em desenvolvimento deve ser inteiramente reformado. Políticas anti-cíclicas com foco em proteção social, programas de transferência de renda, saúde e educação, recuperação financeira de empresas e setores econômicos, infra-estrutura e emprego não devem ser consideradas artigos de luxo para consumo exclusivo dos ricos. Na verdade, são os países em desenvolvimento os que mais delas necessitam, inclusive aqueles que não estão em condições de financiar tais medidas por seus próprios meios.

As instituições internacionais de crédito devem adaptar seus paradigmas para apoiar medidas de estímulo nos países em desenvolvimento. É imperativo que a latitude normativa (“policy space”) de tais países e seu controle nacional sobre suas políticas e programas sejam plenamente respeitados.

A crença na auto-regulação dos mercados foi uma das causas da crise. Saudamos os esforços feitos até o momento de expandir e reforçar a regulação das atividades econômicas e financeiras. Porém, tais medidas têm-se limitado à esfera nacional. Elas devem ser coordenadas em nível global. Os países em desenvolvimento e economias emergentes

devem continuar a buscar meios criativos de proteger-se a si mesmos das flutuações das principais moedas.

Senhor Presidente,

O caminho para a plena recuperação da economia mundial poderá ser longo e tortuoso. Devemos olhar para além do curto prazo e definir uma nova moldura para o desenvolvimento e as finanças que sobreviva à atual crise e impeça outras. Deve-se reavaliar o papel do Estado, juntamente com o setor privado, na regulação e promoção do desenvolvimento. A crise relegou a teoria do Estado mínimo ao museu dos equívocos ideológicos. Tomemos o caso do Brasil. Como sabem todos, o Brasil foi afetado pela crise. Mas foi poupado de seus piores efeitos. Em grande medida, isto deveu-se ao fato de que diversificamos nossos parceiros comerciais, investimos no mercado interno por meio da redistribuição de renda e promovemos a expansão da infraestrutura. Em todas as três dimensões, o papel do Estado foi crucial.

Nossos desafios clamam por reformas da governança global. As estruturas decisórias de certos órgãos da própria ONU e das instituições de Bretton Woods - adotadas há mais de 60 anos - estão ultrapassadas. Não mais refletem a atual realidade econômica e política. As estruturas atuais são deficientes

em termos tanto de legitimidade como de eficácia.

Quotas e direitos de voto nas instituições financeiras internacionais devem ser atualizados. Estamos confiantes em que se poderá aprovar uma reforma abrangente até abril de 2010/ janeiro de 2011. As instituições de Bretton Woods devem abrir-se à cooperação com a Assembleia Geral e o ECOSOC. É essencial assegurar maior transparência e prestação de contas no debate sobre a política econômica mundial.

Senhor Presidente,

Esta Conferência é uma oportunidade histórica de mudança. Estreitou os laços entre os Estados-membros com vistas a fortalecer, melhorar e reformar a governança econômica global. O fato de que tenhamos podido acordar documento final equilibrado e ambicioso demonstra a vitalidade das Nações Unidas. Provou que os cétricos estão equivocados. Devemos muito do êxito dessa empreitada à hábil liderança de Vossa Excelência. Esta conferência não deve ser o ponto de chegada. Nem deve ser um fim em si mesmo. Cabe a nós, Estados-membros, assegurar que seja o início de um processo pelo qual toda a humanidade, e não apenas alguns, decida o seu próprio destino.

Obrigado.

ATOS INTERNACIONAIS

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Timor-Leste para Implementação do Projeto “Formação de Professores em Exercício nas Escola Primária do Timor-Leste – Segunda Etapa”. 09/01/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Timor-Leste para Implementação do Programa Estratégico de Cooperação Técnica 2009-2011 na Área de Segurança Alimentar em Timor-Leste. 09/01/2009

Encontro de Fronteira dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Evo Morales Ayma – Declaração Conjunta de 15 de janeiro de 2009. 15/01/2009

Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica no Setor Elétrico com a Venezuela. 16/01/2009

Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica nas Áreas Agrícola e Industrial com a Venezuela. 16/01/2009

Memorando de Entendimento entre o Brasil e São Tomé e Príncipe sobre Cooperação em Assuntos Aquícolas e de Pesca. 20/01/2009

Programa Executivo ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e São Tomé e Príncipe para Implementação do Projeto “Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe – Fase V”. 20/01/2009

Acordo entre o Brasil e o Conselho de Ministros da Bósnia e Herzegovina sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomático, Oficiais ou de Serviço. 23/01/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala para Implementação do Projeto “Apoio à Execução do Programa Escolas Abertas na Guatemala”. 30/01/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala para Implementação do Projeto “Capacitação em Sistemas de Produção de Frutas Temperadas para a Guatemala”. 30/01/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil

e o Governo da República da Guatemala para Implementação do Projeto “Formação de Técnicos em Alfabetização de Jovens e Adultos”. 30/01/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico sobre Privilégios e Imunidades e Relações Institucionais celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), para a Implementação de Parceria Triangular de Cooperação Sul-Sul. 05/02/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria para o Estabelecimento de Consultas entre seus Ministérios das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros. 09/02/2009

Ajuste Complementar de Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais entre o Brasil e a Colômbia. 17/02/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Colômbia para Implementação do Projeto “Cooperação para o Fortalecimento do Sistema e do Processo de Proteção da Propriedade Industrial na Colômbia”. 17/02/2009

Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Colômbia para o Estabelecimento da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia. 17/02/2009

Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Energia e Mineração. 19/02/2009

Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Líbia para a Promoção do Comércio, do Investimento e da Infraestrutura. 19/02/2009

Memorando de Entendimento entre o Brasil a Líbia para o Estabelecimento de Consultas Políticas. 19/02/2009

Memorando de Entendimento entre o Brasil a Líbia sobre Cooperação no Domínio da Educação Superior. 19/02/2009

Protocolo de Intenções entre o Brasil a Líbia sobre Cooperação Técnica na Área da Saúde. 19/02/2009

Programa Executivo Relativo ao Acordo Marco para o Estabelecimento de um Programa de Cooperação Internacional entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) para Promover a Alimentação Escolar no Âmbito da Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome. 09/03/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e o Uruguai para Implementação do Projeto “Capacitação em Português como Língua Estrangeira Instrumental para Agentes do Governo Uruguaio – Polícia Rodoviária”. 10/03/2009

Programa Executivo ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e São Tomé e Príncipe para Implementação do Projeto “Implantação do Programa Nacional de Extensão Rural (PRONER) em São Tomé e Príncipe”. 11/03/2009

Programa Executivo ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil

e o São Tomé e Príncipe para Implementação do Projeto “Centro de Formação Profissional Brasil – São Tomé e Príncipe”. 11/03/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Brasil e a Bolívia para Implementação do Projeto “Apoio à Implementação do Banco de Leite Materno”. 12/03/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Brasil e a Bolívia para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Capacidade Institucional do Ministério de Saúde e Esportes da Bolívia em Sistemas de Vigilância em Saúde Ambiental”. 12/03/2009

Memorando de Entendimento Para a Constituição de Mecanismo de Coordenação e Cooperação Brasil-Bolívia. 12/03/2009

Acordo, por Troca de Notas, entre o Brasil e a Bolívia sobre o Regulamento da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana para Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Mamoré. 12/03/2009

Ata da I Comissão Mista de Cooperação Brasil-Benin. 13/03/2009

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin para Implementação do Projeto “Bolsa Família - Fase Piloto”. 13/03/2009

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo

da República do Benin para Implementação do “Projeto Piloto em Doença Falciforme”. 13/03/2009

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin para Implementação do Projeto “Gestão de Patrimônio Material e Imaterial no Benin”. 13/03/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Togolesa Relativo ao Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas. 17/03/2009

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Togolesa para Implementação do Projeto “Apoio Institucional ao ITRA”. 17/03/2009

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Togolesa para Implementação do Projeto “Gestão de Patrimônio Material e Imaterial no Togo”. 17/03/2009

Ajuste Complementar ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) para Cooperação Técnica com outros Países da América Latina e Países da África para a Implementação do Programa de Parceria OIT/BRASIL para a Promoção da Cooperação Sul-Sul. 22/03/2009

Memorando de Entendimento entre o Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda

do Norte sobre Cooperação em Assuntos Migratórios. 24/03/2009

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Helênica sobre o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas. 03/04/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para o Incentivo à Formação Científica de Estudantes Caboverdianos. 14/04/2009

Declaração Conjunta - Visita de Trabalho à República Argentina do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. 23/04/2009

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Centro de Tecnologia e Qualidade do Ministério da Indústria Sidero-Mecânica de Cuba”. 04/05/2009

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para implementação do Projeto “Modelo Conceitual de Estrutura do Banco de Dados Geológicos da República de Cuba”. 04/05/2009

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para implementação do Projeto “Capacitação

na Utilização de Derivados de Crédito como Instrumentos Financeiros de Controle de Risco Creditício”. 04/05/2009

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana para Implementação do Projeto “Fortalecimento do Plano Nacional Estratégico para Hiv/Aids 2003-2009”. 05/05/2009

Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana. 05/05/2009

Programa Executivo do Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para o Projeto “Apoio ao Desenvolvimento Gerencial Estratégico do Governo de Moçambique”. 06/05/2009

Programa Executivo do Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique e para o Projeto “Apoio à Implementação do Sistema Nacional de Arquivos de Estado”. 08/05/2009

Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino da Arábia Saudita. 16/05/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da China sobre Petróleo, Equipamento e Financiamento. 19/05/2009

Comunicado Conjunto entre a República do Brasil e a República Popular da China

sobre o Contínuo Fortalecimento da Parceria Estratégica. 19/05/2009

Ajuste Complementar ao Acordo de Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal para implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento da Rizicultura no Senegal”. 25/05/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados do Uruguai”. 25/05/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Fortalecimento do Ensino Técnico na Área do Meio Ambiente”. 25/05/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Políticas de Enfrentamento à Epidemia de DST/AIDS no Uruguai”. 25/05/2009

Carta de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Financiamento de Projetos Binacionais Venezuelano-Brasileiros. 26/05/2009

Programa de Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em

Matéria de Assistência Técnica na Área de Agricultura Familiar. 26/05/2009

Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República do Uzbequistão. 28/05/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão para a Cooperação na Área de Turismo. 28/05/2009

Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão. 28/05/2009

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos. 28/05/2009

Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Ministério de Relações Econômicas Exteriores, Investimentos e Comércio da República do Uzbequistão para a Promoção do Comércio e do Investimento. 28/05/2009

Acordo de Cooperação na Área de Esporte entre o Ministério do Esporte do Brasil e o Ministério dos Assuntos Culturais e Esportivos da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão. 28/05/2009

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Comitê Estatal de Geologia e Recursos Minerais da República do Uzbequistão sobre Cooperação na Área de Recursos Minerais. 28/05/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala para a Implementação do Projeto “Centro de Formação Profissional Brasil-Guatemala”. 01/06/2009

Visita de Estado à República da Guatemala do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva-Declaração Conjunta. 01/06/2009

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Fortalecimento dos Processos de Operação, Manutenção e Controle de Estações de Tratamento de Águas Residuárias em Pequenas Coletividades Urbanas e Sistemas Lacunares”. 03/06/2009

Declaração Conjunta do Presidente da República Federativa do Brasil e do Diretor Geral da Organização Internacional do Trabalho – OIT. 15/06/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para o Desenvolvimento do Turismo. 16/06/2009

Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis, entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Departamento de Energia da República das Filipinas. 24/06/2009

Protocolo de Cooperação entre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o Governo da República Federativa do Brasil para a Implementação do Projeto “Conferência Internacional Infante-Juvenil: uma Contribuição ao Programa de Educação Ambiental da CPLP”. 30/06/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Organização de Aviação Civil Internacional, a Organização Mundial da Saúde, a União Internacional de Telecomunicações, a Organização Meteorológica Mundial, a Agência Internacional de Energia Atômica e a União Postal Universal, para a Operação no Brasil da Unidade Temática do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre Redução da Pobreza. 30/06/2009

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

OFENSIVA TERRESTRE ISRAELENSE
EM GAZA
03/01/2009

O Governo brasileiro deplora a incursão militar terrestre israelense na Faixa de Gaza, que tende a agravar ainda mais o conflito israelo-palestino.

Reiterando declarações anteriores em que conclama ambas as partes a se absterem de atos de violência, o Governo brasileiro apóia os esforços, inclusive no Conselho de Segurança da ONU, por um cessar-fogo imediato, de modo a permitir a pronta retomada do processo de paz.

A realização de uma conferência internacional em seguimento à reunião de Annapolis, conforme proposta feita pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, constituiria passo importante para o restabelecimento da paz na região, com base no reconhecimento do direito de constituição do Estado palestino e da existência de Israel em condições de segurança.

Com este objetivo, o Ministro Celso Amorim manteve contatos nos últimos dias com lideranças políticas européias, norteamericanas e árabes, bem como com o Secretário-Geral da ONU. O Ministro Celso Amorim encontra-se no momento em Lisboa, onde manterá conversações com autoridades portuguesas, inclusive sobre o processo de paz na Palestina.

ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS NA
FAIXA DE GAZA
05/01/2009

O Governo brasileiro está acompanhando com atenção os acontecimentos na Faixa de Gaza. A Embaixada do Brasil em Tel Aviv e o Escritório de Representação em Ramallah têm, desde o início da crise, mantido contato com a comunidade brasileira residente no local de modo a prestar-lhe a assistência necessária.

O Ministério das Relações Exteriores permanecerá atento à situação, com vistas a assegurar toda a proteção consular aos brasileiros eventualmente afetados pelo conflito.

ENVIO DE AJUDA HUMANITÁRIA À
FAIXA DE GAZA
08/01/2009

Em atenção a pedido formulado pela Delegação da Autoridade Nacional Palestina em Brasília, o Governo brasileiro enviará, nesta sexta-feira, dia 9 de janeiro, aeronave Hércules C-130 da Força Aérea Brasileira com 14 toneladas de medicamentos e alimentos para doação às pessoas afetadas pelo conflito na Faixa de Gaza. A referida aeronave aterrissará, no dia 11 de janeiro, em Amã, na Jordânia. Dali, os donativos serão imediatamente transportados à Faixa de Gaza,

com o apoio da Organização Jordaniana Hachemita de Caridade.

A carga de 6 toneladas de medicamentos a serem doados está composta de: hidrocortizol (anti-hipertensivo), sais de reidratação oral, fator 9 (hemoderivado), tiopental sódico (anestésico), glibenclamida (antidiabético), mebendazol (antiparasitário), iodo aquoso (anti-séptico), cloridrato de alfentanila (anestésico), sulfato de morfina (anestésico), diazepam (ansiolítico) e citrato de fentanila (analgésico). Além disso, o Governo brasileiro doará 8 toneladas de alimentos de alto valor calórico e protéico, em 350 caixas de produtos prontos para consumo, que incluem: sardinha em lata, fiambre bovino em lata, leite em pó, biscoito de água e sal, biscoito de maisena, macarrão instantâneo, farinha de milho em flocos e açúcar cristal.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AO ORIENTE MÉDIO 08/01/2009

Entre 11 e 13 de janeiro, o Ministro Celso Amorim fará visitas a Israel, Palestina, Síria e Jordânia, para tratar do conflito na Faixa de Gaza. No dia 11, em Damasco, será recebido pelo Presidente Bachar Al-Assad e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Wallid Muallem. No mesmo dia, segue para Jerusalém, onde manterá encontro com a Ministra dos Negócios Estrangeiros de Israel, Tzipi Livni. No dia seguinte, em Ramalá, o Ministro Amorim terá reuniões de trabalho com o Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, com o Primeiro-Ministro Salam Fayaad, e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Riad Malki. Em 13 de janeiro, cumpre programação em Amã, onde estão previstos encontros com o Rei Abdullah

II e com o Ministro do Exterior Salah Bashir.

Também em Amã, no dia 13, o Ministro participará de cerimônia de entrega da doação, pelo Governo brasileiro, de 6 toneladas de medicamentos e 8 toneladas de alimentos aos palestinos afetados pelo conflito em Gaza.

O objetivo da visita é apoiar os esforços para um cessar-fogo imediato, o alívio da situação humanitária e o estabelecimento de uma paz duradoura na região. A visita ocorre na sequência de contatos mantidos pelo Ministro Amorim com alguns dos principais líderes políticos envolvidos na busca de uma solução para o conflito - o Secretário-Geral da ONU, o Presidente palestino, o Secretário-Geral da Liga Árabe, o Presidente da Comissão da União Européia, a Secretária de Estado dos Estados Unidos e os Ministros dos Negócios Estrangeiros de Israel, França, Egito, Turquia, Espanha, Suíça e Síria.

RETORNO AO EQUADOR DO EMBAIXADOR DO BRASIL EM QUITO 10/01/2009

No dia 8 de janeiro de 2009, o Governo brasileiro recebeu do Equador, no âmbito do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR) da ALADI, o valor referente às parcelas vencidas em dezembro do financiamento do BNDES para a construção da Hidrelétrica de San Francisco.

O Embaixador do Brasil em Quito, Antonino Marques Porto, chamado pelo Ministro Celso Amorim para consultas, em 21 de novembro de 2008, deverá retornar ao Equador no início da próxima semana.

O Governo brasileiro continuará a acompanhar com atenção a evolução de suas relações econômicas e financeiras com o Equador.

SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
NA FAIXA DE GAZA
12/01/2009

O Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas aprovou hoje, 12 de janeiro, a Resolução A/HRC/S-9/1 intitulada “As Graves Violações de Direitos Humanos no Território Palestino Ocupado, particularmente devido aos Recentes Ataques Militares Israelenses contra a Faixa de Gaza Ocupada”. O documento, adotado por ampla maioria, pede o fim imediato das hostilidades na região.

O Brasil subscreveu o pedido de realização de Sessão Especial do Conselho sobre a situação dos direitos humanos na Faixa de Gaza e, em conformidade com as posições defendidas pelo País nas anteriores sessões relativas ao assunto, votou favoravelmente à resolução aprovada hoje.

MENSAGENS DE SOLIDARIEDADE
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E
DO MINISTRO CELSO AMORIM AO
GOVERNO DA COSTA RICA
13/01/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou hoje, 13 de janeiro, a seguinte mensagem de solidariedade ao Presidente da Costa Rica, Oscar Arias:

“Senhor Presidente,

Tomei conhecimento, com profundo pesar, da ocorrência do terremoto que atingiu a Costa Rica, na região do vulcão Poás.

Consternado com a devastação causada, quero expressar a solidariedade do Governo e do povo brasileiros diante da perda de vidas humanas, dos feridos e danos materiais, e transmitir minhas sentidas condolências às famílias das vítimas.”

O Ministro Celso Amorim enviou também mensagem ao Ministro das Relações Exteriores da Costa Rica, Bruno Stagno, nos seguintes termos:

“Prezado Ministro,

Recebi com profunda tristeza a notícia do terremoto que atingiu a Costa Rica, no dia 8 de janeiro.

Queira receber a expressão de minha mais sincera solidariedade diante dessa tragédia, bem como minhas condolências às famílias que perderam seus entes queridos.”

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À BOLÍVIA - 15 DE
JANEIRO DE 2009
14/01/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva viajará, no dia 15 de janeiro, às cidades de Puerto Suárez, na Bolívia, e Ladário (MS), onde manterá encontros com o Presidente da Bolívia, Evo Morales.

Em Puerto Suárez, o Presidente Lula participará da cerimônia de entrega dos trechos rodoviários Arroyo Concepción - El Carmen e El Carmen - Roboré. As obras integram o Corredor Interoceânico lançado pelos Presidentes do Brasil, da Bolívia e do Chile em dezembro de 2007.

Em Ladário, o Presidente Lula manterá reunião de trabalho com o Presidente Evo Morales, em que serão tratados temas como financiamento à infra-estrutura, comércio bilateral e combate ao narcotráfico.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Bolívia. Em 2008, a corrente de comércio bilateral atingiu US\$ 3,9 bilhões, o que representou aumento de mais de 60% em relação a 2007.

VISITA DO PRESIDENTE
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À
VENEZUELA - MARACAIBO,
15 E 16 DE JANEIRO DE 2009
14/01/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva viajará a Maracaibo, nos dias 15 e 16 de janeiro, para conversações com o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, no quadro do mecanismo de encontros presidenciais trimestrais iniciado em 2007.

Os Presidentes deverão tratar de iniciativas para impulsionar a cooperação bilateral em andamento nas áreas habitacional, bancária, agrícola e industrial, além da parceria no setor energético e de integração fronteiriça. Também deverão examinar temas regionais e internacionais.

Em 2008, o intercâmbio comercial entre Brasil e Venezuela totalizou US\$ 5,69 bilhões. As exportações brasileiras para a Venezuela somaram, no período, US\$ 5,15 bilhões, e as importações brasileiras da Venezuela, US\$ 538,55 milhões.

ATAQUE A INSTALAÇÕES DAS NAÇÕES
UNIDAS EM GAZA
15/01/2009

O Governo brasileiro recebeu com choque a notícia do ataque israelense que atingiu as instalações das Nações Unidas em Gaza (UNWRA) e provocou incêndio e destruição de alimentos e remédios doados pela comunidade internacional às vítimas do conflito. Nesse sentido, junta-se às manifestações de protesto e indignação feitas pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon.

O Brasil lamenta a continuada perda de vidas em função da sequência do conflito. Enviado

à região pelo Presidente Lula, o Ministro Celso Amorim reiterou a autoridades sírias, israelenses, palestinas, jordanianas e egípcias a necessidade de imediato cumprimento da Resolução 1860 (2009) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que impõe a cessação imediata das hostilidades, único meio de se evitar mais mortes e sofrimento entre a população civil de ambos os lados.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À BOLÍVIA - 15 DE
JANEIRO DE 2009 -
DECLARAÇÃO CONJUNTA
15/01/2009

Encontro de fronteira dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Evo Morales Ayma

Em 15 de janeiro de 2009, os Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República da Bolívia, Evo Morales Ayma, se reuniram na fronteira comum, na região de Ladário - Puerto Suárez, oportunidade em que se realizou entrega dos trechos rodoviários Arroyo Concepción - El Carmen e El Carmen - Roboré, que unem por via terrestre ambos os países.

Ademais, realizaram uma revisão do amplo espectro de temas da agenda bilateral, com vistas a seguir aprofundando as relações entre os dois países, as quais, coincidem, passam por um excelente momento, para assim consolidar as bases de uma futura Associação Estratégica,

Nesse sentido, e tomando em consideração as Declarações de dezembro de 2007 e julho de 2008, bem como os diversos encontros bilaterais que mantiveram, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Evo Morales Ayma:

1. Reiteraram seu firme compromisso com o necessário aperfeiçoamento, fortalecimento e defesa da democracia, expressando sua convicção de que o respeito ao Estado de Direito, à sua integridade e unidade e à vontade popular constituem fatores de progresso, prosperidade e paz social.

2. Destacaram a importância de aprofundar a democracia e o diálogo como meio para resolver diferenças de opinião e conflitos. Nesse contexto, o Presidente do Brasil expressou seu reconhecimento pelo acordo político alcançado na Bolívia que permitirá a realização do Referendo Aprobatorio da nova Constituição Política do Estado no próximo dia 25 de janeiro, o qual contará novamente com a participação de observadores internacionais.

3. Expressaram sua firme determinação com a promoção e proteção dos direitos humanos e reiteraram o compromisso de seus Governos e povos com a defesa dos princípios de universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, reiterando particular reconhecimento do efetivo e objetivo trabalho da Comissão da UNASUL para o esclarecimento dos lamentáveis acontecimentos ocorridos no Pando, em conformidade com a Declaração de la Moneda, de 15 de setembro de 2008, e nos termos da Declaração do Conselho de Chefes e Chefes de Estado da UNASUL emitida em 16 de dezembro de 2008, na Costa do Sauípe.

4. Reiteraram que a não intervenção e o respeito ao Direito Internacional são princípios fundamentais das relações internacionais e que a estrita observância desses princípios é essencial para a paz e a convivência harmônica entre Estados soberanos, para o fortalecimento do multilateralismo e para a construção de uma ordem internacional mais estável e democrática. Nesse sentido, o Presidente Lula agradeceu ao Presidente

Morales pela reiteração do apoio da Bolívia para que o Brasil se torne membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

5. Manifestaram, igualmente, sua preocupação com os efeitos da crise financeira internacional, e enfatizaram a necessidade de ampliar as perspectivas para uma ação coordenada mediante a adoção de medidas regulatórias que previnam e mitiguem possíveis efeitos negativos causados por uma crise originada fora da região.

6. Renovaram seu firme compromisso com o fortalecimento e aprofundamento dos processos de integração regional, em especial do Mercosul, assim como da UNASUL, cuja consolidação é um objetivo comum.

7. Ratificaram seu firme compromisso de aprofundar o trabalho bilateral em uma agenda que reflita a importância que atribuem ao desenvolvimento social e econômico de seus povos, em um contexto de paz, solidariedade, complementariedade, democracia, justiça social e respeito ao meio ambiente, como um aporte à integração sul-americana.

8. Reafirmaram a importância de ampliar a cooperação bilateral para aprofundar a integração social, a integração energética, a integração física, o desenvolvimento fronteiriço, a complementação econômica, o intercâmbio comercial e de experiências e conhecimentos e a utilização sustentável dos recursos naturais, em contexto de respeito à harmonia entre o homem e a natureza.

Nesse contexto, ressaltaram a recente reunião de Comissões Ministeriais de ambos países em Brasília, em 9 de janeiro corrente, que mostra a firme determinação política de aprofundar a associação energética entre Brasil e Bolívia.

9. Em relação aos projetos bilaterais em curso, e como uma demonstração de sua firme disposição de avançar com rapidez na integração bilateral,

A. Em matéria de financiamento para a integração em infra-estrutura física

1. Reiteraram sua compreensão de que a integração física e a cooperação financeira entre os dois países são elementos centrais para construir a Associação Estratégica e são peça-chave da articulação de uma visão comum para o desenvolvimento de nossas áreas fronteiriças e de nossas nações.

2. Acordaram que o financiamento brasileiro para projetos de infra-estrutura rodoviária na Bolívia se realizará com a garantia que a Bolívia dará mediante os mecanismos do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da ALADI. Nesse sentido, coincidiram na importância do CCR como instrumento de aprofundamento da cooperação e da integração na região.

3. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou a disposição brasileira de financiar projetos de infra-estrutura prioritários do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bolívia, além daqueles já acordados no âmbito do Projeto “Hacia el Norte”. Nesse contexto, ressaltaram os avanços realizados para a próxima assinatura do financiamento do projeto Villa Tunari - San Ignacio de Moxos.

4. Destacaram a realização da primeira reunião e o estabelecimento da Comissão Mista para a Construção da Ponte Guajará-Mirim - Guayamerín, que contribuirá para a consolidação da integração regional.

5. Expressaram sua satisfação pelos avanços que realizam para permitir a próxima aprovação, por parte dos Congressos Nacionais, do Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Igarapé Rapirã pelo Governo do Brasil, respondendo ao anseio das populações fronteiriças de Plácido de Castro (Brasil) e Montevideu (Bolívia) de contar com uma via de interconexão que garanta segurança e funcionalidade para o trânsito de pessoas e veículos.

6. Coincidiram em continuar trabalhando para concretizar as ações necessárias que possibilitem uma melhora na navegabilidade e na utilização do Canal Tamengo para o transporte de carga, mediante uma cooperação bilateral, nos termos acordados conjuntamente.

B. Em matéria de cooperação fronteiriça, migrações e luta contra os ilícitos na área de fronteira

1. Instruíram suas Chancelarias a adotarem as medidas necessárias para que durante o primeiro semestre de 2009 se realizem as reuniões dos Comitês de Fronteira, para incorporar à agenda bilateral a resposta aos anseios de nossas populações fronteiriças, com o objetivo de que o resultado destas contribua para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Fronteiriço que atenda às principais demandas sociais das comunidades residentes na zona de fronteira e em suas áreas de influência.

2. Destacaram a assinatura do Instrumento Executivo entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Bolívia e o Escritório Regional para o Cone Sul da Organização Internacional de Migrações (OIM), em 14 de outubro passado, que permite avançar na resolução conjunta e acordada, em contexto de pleno respeito à legislação vigente na Bolívia e em atenção à situação de vulnerabilidade das famílias brasileiras assentadas na zona de fronteira do Departamento do Pando.

Sublinharam ainda a contribuição positiva das comunidades migratórias de cada um dos países no outro.

3. Expressaram sua satisfação com a entrada em vigor do “Acordo para a Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços”, aprovado pelos Congressos Nacionais de ambos os países, o qual permitirá que os cidadãos residentes nas zonas fronteiriças possam exercer seus direitos

educacionais, trabalhistas e de residência em situação de plena legalidade.

4. Congratularam-se, da mesma forma, pelo recente anúncio do Governo do Paraguai sobre a entrada em vigor do Acordo sobre Regularização Migratória de Cidadãos do Mercosul, da Bolívia e do Chile e do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte, da Bolívia e do Chile, fato que permitirá dar resposta efetiva à regularização de cidadãos brasileiros e bolivianos, assim como continuar trabalhando no âmbito do Acordo bilateral.

5. Destacaram a determinação de ambos os Governos para fortalecer a prevenção e o combate ao narcotráfico e ao crime organizado transnacional, observando os compromissos estipulados nos Convênios de 1977 e 1988, assim como de promover a cooperação regional na matéria. Para tanto, decidiram adotar as medidas necessárias para operacionalizar os termos da Declaração Bilateral emitida em 17 de dezembro de 2008, na Costa do Sauípe. Nesse sentido, expressaram seu beneplácito com a próxima realização da VI COMISTA de Drogas e Temas Conexos, em Brasília, nos dias 29 e 30 de janeiro de 2009.

Da mesma forma, o Presidente da Bolívia agradeceu ao Presidente brasileiro a disposição de contribuir, com a brevidade possível, com a facilitação de helicópteros para que possam apoiar os esforços bolivianos na luta contra o narcotráfico.

6. Instruíram implementar um plano integral, complementar ao de luta contra o narcotráfico, para enfrentar os delitos conexos, como o tráfico de armas, pessoas e a lavagem de dinheiro, assim como o contrabando de madeira e outros e o roubo de veículos em zonas de fronteira. Para concretizar esse fim, determinaram a realização da I Reunião do Grupo de Trabalho Binacional encarregado de elaborar o mencionado plano,

preferencialmente no decorrer do primeiro semestre de 2009, em Brasília.

Nesse contexto, instruíram suas Chancelarias a realizar os estudos necessários para a assinatura de acordo em matéria de luta contra o contrabando de madeira, com a brevidade possível.

C. Em matéria de comércio e investimentos

1. O Presidente da Bolívia expressou seu reconhecimento pelo compromisso do Governo do Presidente Lula em fortalecer o desenvolvimento do comércio bilateral. Esse apoio permitiu a aprovação da Declaração dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul sobre Medidas de Apoio e Solidariedade com a Bolívia, em 16 de dezembro de 2008, na Costa do Sauípe, diante das dificuldades econômicas e sociais e da perda de acesso a mercados em razão da recente supressão unilateral de preferências tarifárias extra-regionais. A Declaração habilita a adoção de medidas de emergência concretas, como a flexibilização dos requisitos específicos de origem (REO), permitindo absorver, no ano de 2009, montante de até 30 milhões de dólares em exportações bolivianas.

2. Destacaram o resultado da IV Comissão de Monitoramento do Comércio Brasil - Bolívia, realizada em La Paz, em 3 de novembro de 2008, que contou com importante participação de autoridades de ambos os Governos, o que permitirá seguir na consecução dos objetivos propostos para incrementar e diversificar o comércio entre os dois países, avançando em entendimentos e em cooperação sobre normas de origem, medidas sanitárias e fitossanitárias, normas técnicas, promoção comercial, assuntos aduaneiros e setor produtivo, entre outros.

Nesse contexto, determinaram que a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Ministério de Produção e Microempresas da Bolívia desenvolvam

um Programa Bilateral de Cooperação para atender às principais demandas bolivianas.

Ressaltaram a realização, em 24 de março de 2009, na cidade de São Paulo, da I Rodada de Negócios Brasil-Bolívia, no âmbito do Programa de Substituição Competitiva de Importações da Chancelaria brasileira, com o apoio da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do “Promueve Bolívia”.

Ambos mandatários expressaram seu agradecimento pela hospitalidade dos povos do Brasil e da Bolívia, especialmente pela grata e calorosa recepção que lhes brindaram as populações de Ladário e Puerto Suárez.

SITUAÇÃO EM GAZA -
NOVOS CONTATOS DO
MINISTRO CELSO AMORIM
16/01/2009

Hoje, 16 de janeiro, dando continuidade às conversações sobre a situação em Gaza, o Ministro Celso Amorim manteve contato telefônico com o Alto Representante da União Européia para Política Externa, Javier Solana; o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, Ali Babacan; o Ministro das Relações Exteriores do Chile, Alejandro Foxley; o Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Bernard Kouchner; e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega, Jonas Støre.

As conversas visaram ao intercâmbio de impressões e avaliações sobre as perspectivas de um cessar-fogo em Gaza. A todos os interlocutores, o Ministro Celso Amorim reiterou a necessidade do cumprimento imediato da resolução 1860 (2009) do Conselho de Segurança, que pede o fim das hostilidades, e a preocupação brasileira com a degradação da situação humanitária na Faixa de Gaza.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
REPÚBLICA POPULAR DA CHINA -
BRASÍLIA, 18 A 20 DE JANEIRO DE 2009
16/01/2009

A convite do Ministro Celso Amorim, visitará o Brasil, no período de 18 a 20 de janeiro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, Yang Jiechi.

Em Brasília, no dia 19, o Chanceler Yang Jiechi será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e manterá encontros de trabalho com o Ministro Celso Amorim. Na oportunidade, serão analisados os avanços registrados no relacionamento bilateral em todas as áreas, bem como propostas de ações que possam expandir a cooperação em áreas estratégicas, como a de alta tecnologia, energia, agricultura e espaço. Serão também discutidos meios de intensificar e diversificar o intercâmbio bilateral na área de comércio e investimentos.

Serão ainda tratados os principais temas da agenda internacional e as formas de aprofundar a coordenação de posições comuns dos dois países, especialmente nas discussões relativas à nova arquitetura política, econômica e financeira mundial.

CESSAR-FOGO UNILATERAL EM GAZA
17/01/2009

O Brasil acolhe positivamente o cessar-fogo unilateral decretado pelas autoridades israelenses na Faixa de Gaza. O Governo brasileiro espera que a medida, conforme requerido pela Resolução 1860 (2009) do Conselho de Segurança, leve à retirada das forças de Israel daquele território e à imediata

abertura das fronteiras, de modo a permitir o acesso irrestrito de assistência humanitária.

O Governo brasileiro conclama as partes a evitar qualquer ato que coloque em risco o objetivo de uma trégua sustentável, que permita a imediata retomada das negociações com vistas a uma paz duradoura na região.

O Brasil reitera sua disposição de continuar a participar dos esforços internacionais que conduzam à criação de um Estado palestino viável, em coexistência pacífica com o Estado de Israel.

O Governo brasileiro sublinha ser fundamental o pleno cumprimento de todas as resoluções do Conselho de Segurança a respeito da situação na Palestina, em particular, neste momento, a Resolução 1860 (2009).

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À VENEZUELA - 16
DE JANEIRO DE 2009 - COMUNICADO
CONJUNTO
19/01/2009

COMUNICADO CONJUNTO DOS
PRESIDENTES HUGO CHÁVEZ FRÍAS
E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
POR OCASIÃO DO ENCONTRO
PRESIDENCIAL REALIZADO NO
PROJETO AGRÁRIO SOCIALISTA
PLANÍCIE DE MARACAIBO, ESTADO
ZULIA, VENEZUELA, EM 16 DE
JANEIRO DE 2009

Os Presidentes Hugo Rafael Chávez Frías e Luiz Inácio Lula da Silva se reuniram na sede do Projeto Agrário Socialista Planície de Maracaibo, em 16 de janeiro de 2009, dando continuidade às reuniões presidenciais trimestrais iniciadas em dezembro de 2007.

O encontro, inspirado nos laços de irmandade de nossos povos e na aliança estratégica existente entre ambos países, permitiu revisar os ganhos do ano de 2008 e delinear as ações bilaterais para o ano de 2009.

1.- COOPERAÇÃO NAS ÁREAS DE
UNIVERSALIZAÇÃO DE SERVIÇOS
BANCÁRIOS E DESENVOLVIMENTO
URBANO E HABITACIONAL

Com o objetivo de implementar o memorando de entendimento assinado em 30 de setembro de 2008, em Manaus, os Presidentes instruíram seus respectivos órgãos competentes - Caixa Econômica Federal brasileira e o Ministério do Poder Popular para Habitação, por meio do Banco Nacional de Habitação (BANAVIH) venezuelano - para aprofundar os trabalhos de cooperação na área habitacional e de desenvolvimento urbano. Para tanto, deverão intensificar o intercâmbio de conhecimentos com o objetivo de:

1) promover a urbanização de favelas de maneira integrada a ações sociais sustentáveis, mediante a participação comunitária, a capacitação profissional e a geração de emprego e renda;

2) aperfeiçoar a cooperação nas áreas de capacitação, assistência técnica e desenvolvimento de fundos para financiamento habitacional e de infra-estrutura;

Ficou registrado o interesse da Caixa em conhecer as experiências venezuelanas de gestão do MERCAL e PDVAL, do Fundo de Garantia de Fianças e as experiências venezuelanas na integração de uma perspectiva de gênero nas atividades de financiamento público.

Nesse sentido, serão realizados encontros técnicos no Brasil e na Venezuela, no primeiro bimestre de 2009, para tratar dos seguintes temas: urbanização de favelas, registro social/bancário, assistência técnica e capacitação, administração de fundos, modalidades

de financiamento e sistemas de gestão da informação.

Os Presidentes decidiram ampliar o escopo da cooperação relativa ao acesso a serviços bancários, ao designar o Ministério do Poder Popular para a Economia e Finanças, pelo lado venezuelano, e a Caixa, pelo lado brasileiro, para assinar instrumentos específicos, tendo em conta a necessidade de ampliar e priorizar a cobertura, em escala nacional, da rede bancária pública, constituindo:

1) redes de atenção à população que necessita acesso a serviços bancários e programas sociais;

2) soluções tecnológicas de apoio à universalização do acesso a serviços bancários e programas sociais.

Acordaram igualmente que a Caixa abrirá escritório na Venezuela para dar apoio e ampliar os termos acordados na cooperação.

Ficou acordada entre os Presidentes uma agenda de encontros técnicos entre a Caixa e o Ministério de Finanças, no decorrer do primeiro trimestre de 2009, que fundamentarão o futuro acordo de cooperação entre ambas instituições, a ser assinado no próximo encontro presidencial.

2- COOPERAÇÃO ENERGÉTICA

Os Presidentes manifestaram satisfação com os progressos alcançados até o momento nos projetos que ambos países desenvolveram de maneira conjunta em matéria energética, orientados ao aprofundamento do processo de integração regional, fundamentado nos princípios da complementaridade, cooperação e solidariedade.

Igualmente manifestaram sua satisfação com a futura abertura de escritório da empresa BARIVEN no Brasil.

Saudaram os trabalhos em curso com vistas à conformação da empresa mista para a construção da Refinaria Abreu e Lima.

Expressaram, ainda, sua satisfação com a conclusão das negociações para a aquisição de nafta e coque venezuelanos por parte do Brasil; de equipamentos de fabricação brasileira por parte da indústria petroleira venezuelana, bem como com a crescente participação de empresas brasileiras no setor energético venezuelano. Da mesma forma, congratularam-se pela assinatura de memorando de entendimento entre a PDVSA Industrial e a ABIMAQ, que estimulará um maior intercâmbio comercial entre ambos países.

Saudaram a assinatura do acordo complementar ao Convênio Básico de Cooperação no Setor Elétrico entre os Governos dos dois países, que facilitará a transferência de tecnologia e a aquisição de bens para a geração e distribuição de energia elétrica.

Reiteraram seu compromisso em continuar impulsando iniciativas no campo energético, orientadas à segurança energética regional, em um contexto mundial caracterizado por uma profunda crise econômica.

3.-COOPERAÇÃO AGROPECUÁRIA

Ambos mandatários expressaram sua disposição em continuar promovendo a cooperação nas áreas pecuária e agroindustrial, por meio da assinatura de um acordo complementar ao Convênio Básico de Cooperação nos seguintes aspectos:

1. intercâmbio de informações, de conhecimentos e de programas específicos para o desenvolvimento de atividades de cooperação científica e tecnológica;

2. desenvolvimento conjunto de programas e projetos integrais de pesquisa científica, tecnologia e inovação, com intercâmbio de materiais de pesquisa e equipamentos, conforme necessário;

3. compra e venda de máquinas, veículos, caminhões, peças de reposição e acessórios

agrícolas, adquiridos por meio de empresas públicas e privadas da República Federativa do Brasil;

4. intercâmbio de técnicos, cientistas e peritos em matéria agropecuária e agroindustrial, que prestarão serviços de consultoria e assessoramento no estudo, preparação e execução de programas e projetos específicos em matéria agrícola, florestal, aquícola, desenvolvimento rural e sanidade agropecuária;

5. respaldar o Acordo de Cooperação em matéria Agrícola entre a EMBRAPA e o INIA, por meio da inclusão de cooperação técnica e transferência de tecnologia nas áreas de produção de cítricos, mandioca e café, no marco do projeto de agricultura familiar em execução entre as duas instituições.

4.-COOPERAÇÃO INDUSTRIAL

Acolheram com satisfação a culminação da Fase I dos 7 pré-projetos industriais desenvolvidos entre o Ministério do Poder Popular para as Indústrias Leves e Comércio (MILCO) e a ABDI, com o apoio da Fundação CERTI, nas seguintes áreas: 1) equipamentos para processar alimentos; 2) equipamentos de refrigeração industrial; 3) envases e tapas de metal; 4) envases de vidro; 5) fundições; 6) cartões de circuitos impressos; e 7) tubos de PVC.

Reiteraram seu compromisso em seguir trabalhando em conjunto com o objetivo de avançar nas Fases II (engenharia de detalhe) e III (implantação), com vistas à consecução de alianças estratégicas entre a Venezuela e Brasil, para a execução dos projetos mencionados.

Os Presidentes indicaram que o acordo alcançado hoje para a abertura de um escritório da ABIMAQ na sede da PDVSA Industrial, em Caracas, e a abertura recíproca de um escritório da PDVSA Industrial na sede da ABIMAQ, em São Paulo, contribuirá em

grande medida para aprofundar a cooperação industrial, sobretudo no setor energético, entre os dois países.

5.-SEGURANÇA ALIMENTAR

Os Presidentes felicitaram-se pelos esforços empreendidos pelas equipes de ambos países na busca da segurança alimentar.

O Presidente Hugo Chávez recordou que esses esforços permitem que seu país avance no “Plano Estratégico Nacional Socialista de Agricultura Familiar”, que contribuirá para elevar a produção agrícola na Venezuela.

Manifestaram sua satisfação como assinatura da Carta de Intenção entre a Venezuela e o Brasil para a construção de dois frigoríficos de alta capacidade de processamento e armazenamento de carnes, nos Estados Lara e Anzoátegui, cujos projetos prevêem também transferência de conhecimentos brasileiros sobre administração de frigoríficos.

6.-COOPERAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL

Os Presidentes congratularam-se com a convocatória para os dias 9 e 10 de março de 2009 da Comissão Mista Cultural estabelecida pelo “Convênio de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela”, com o objetivo de impulsionar os mecanismos de cooperação e intercâmbio em matéria educacional e cultural.

Reconheceram a importância dos avanços na execução binacional do projeto “Escolas de Fronteira”, que forma parte do MERCOSUL Educativo, e apoiaram as atividades que neste marco se desenvolvam para consolidar a integração educacional a partir da irmandade das escolas em nossas fronteiras.

7.-ECONOMIA COMUNITÁRIA

Os Presidentes constataram com agrado o avanço das relações entre ambos países em matéria de economia comunitária, com

o objetivo de criar oportunidades para o desenvolvimento conjunto da economia social, por meio do intercâmbio de experiências sobre banco comunal e economia solidária.

Expressaram sua complacência com o avanço das relações entre o Ministério do Poder Popular para a Economia Comunal da República Bolivariana da Venezuela e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) da República Federativa do Brasil, as quais se traduzem na formação, assessoria, acompanhamento técnico e encadeamento produtivo das micro e pequenas indústrias venezuelanas e outros atores da economia comunal, para o fortalecimento da indústria venezuelana socialista.

8.- TELECOMUNICAÇÕES

Ambos mandatários manifestaram satisfação com os avanços alcançados entre a empresa venezuelana CANTV e as empresas brasileiras para promover a interconexão por fibra ótica dos Estados do Norte do Brasil à rede da CANTV ao sul da Venezuela. Celebraram a reunião de esforços para finalizar a primeira fase do projeto, em que se espera a conectividade do Norte do Brasil para a exploração de serviços de telecomunicações, no primeiro trimestre de 2009, e que permitirá a continuação dos trabalhos para a conclusão da segunda fase, com a interconexão entre as cidades de Boa Vista e Manaus, e dessa infra-estrutura à rede de fibra ótica do Estado venezuelano.

Com a conclusão da segunda fase do projeto, os Presidentes de ambos países esperam favorecer as comunicações das populações do Norte do Brasil, o que, por sua vez, impulsionará um maior desenvolvimento e intercâmbio na zona de fronteira, e poderá permitir o estabelecimento de possíveis acordos entre os operadores de telecomunicações CANTV e TELEMAR

(OI) na área fronteiriça, para a utilização de chamadas internacionais entre ambos países.

9.- TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Os Presidentes ressaltaram a oportunidade que os dois países têm de impulsionar o uso do “software” livre e de padrões abertos; sublinharam que ambos países já se aproximaram e identificaram temas de interesse e que devem continuar os esforços de fomento da pesquisa e desenvolvimento de soluções de tecnologia da informação em “software” livre, adaptadas às necessidades de nossos países, e com isso fortalecer a soberania e independência tecnológica de ambas nações. Por sua vez, a cooperação bilateral favorecerá países irmãos no acesso ao uso e apropriação de tecnologia da informação como alternativa de adoção para o uso de ferramentas úteis adaptadas a suas necessidades reais, bem como o fortalecimento das capacidades tecnológicas dessas nações.

10.- INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA

Os Presidentes sublinharam a necessidade de fortalecer a integração por meio da facilitação dos intercâmbios fronteiriços.

Conscientes da importância do transporte terrestre de passageiros e de carga no intercâmbio comercial, e tendo como objetivo o desenvolvimento integral, ambos mandatários exortaram os organismos nacionais competentes a continuar trabalhando de maneira conjunta e coordenada, com base nos princípios de reciprocidade e equidade, utilizando instrumentos que se adaptem às necessidades tecnológicas atuais e permitam aprofundar os acordos bilaterais existentes, para garantir a eficiência no serviço de transporte terrestre internacional como ferramenta essencial para avançar no processo de integração, a fim de melhorar a qualidade de vida de seus habitantes.

Saudaram a convocatória da VIII reunião em matéria de transporte terrestre no mês de fevereiro de 2009, no Brasil.

Ambos mandatários reiteraram o compromisso de realizar na Venezuela, no mês de março de 2009, a IX reunião do Grupo de Trabalho sobre desenvolvimento fronteiriço.

11.- TURISMO

Os Presidentes manifestaram sua satisfação com o desenvolvimento turístico do eixo Manaus-Margarita e com a incorporação da Bahia aos fluxos turísticos entre os dois países.

Instruíram os ministros da área para que convoquem, durante o primeiro semestre de 2009, o Grupo de Turismo estabelecido na Comissão Binacional de Alto-Nível, com o objetivo de dinamizar as estratégias neste setor.

12.- INTEGRAÇÃO REGIONAL

Saudaram o avanço do processo de integração latino-americano e caribenho, que se evidenciou na convocatória e nos resultados da reunião de Salvador da Bahia, bem como os compromissos para dar continuidade a esse processo nas próximas reuniões no México, em 2010, e na Venezuela, em 2011, o que reflete a determinação dos povos e governos de nosso Continente para avançar com autonomia o caminho da união e da solidariedade.

Nesse processo se destaca a recente incorporação de Cuba ao Grupo do Rio, bem como a conformação do Conselho de Defesa e do Conselho de Saúde da UNASUL, iniciativas que ambos presidentes se comprometeram a impulsionar e fortalecer.

13.- SITUAÇÃO NA PALESTINA

Ressaltaram a evolução e o amadurecimento da América do Sul também em relação à solução de controvérsias entre os países da região, que alcançaram soluções pacíficas para suas diferenças, evitando sempre recorrer às armas. Deploraram, portanto, o recrudescimento da

violência na Faixa de Gaza e exortaram uma vez mais os atores envolvidos a reconhecer que a única saída para o conflito israelense-palestino é a solução negociada.

Manifestaram consternação por essa escalada de violência injustificada na Faixa de Gaza. Ambos Presidentes ratificaram a urgência do imediato cumprimento da Resolução 1860 do Conselho de Segurança das Nações Unidas para um cessar fogo que leve à retirada das tropas israelenses e ao imediato alívio da situação humanitária na Faixa de Gaza.

Rechaçaram de maneira contundente os ataques por parte do exército israelense à sede da Organização das Nações Unidas em Gaza e deploraram a morte de civis inocentes, sobretudo mulheres e crianças.

14.- CRISE FINANCEIRA

Saudaram os esforços dos países da região em buscar alternativas permanentes que dêem resposta à profunda crise do sistema econômico internacional.

Manifestaram sua satisfação com os excelentes resultados que, para benefício de ambos os países, produzem as reuniões periódicas bilaterais dos Presidentes, e se comprometeram a acelerar a conclusão de acordos em matéria de energia, produção de alimentos, indústria e programas sociais, com vistas à consolidação no presente da proeza emancipadora de 200 anos.

Os Presidentes acordaram realizar a próxima reunião bilateral no Brasil, em maio de 2009.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
PRESIDENTE DA LA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL.

HUGO RAFAEL CHÁVEZ FRÍAS
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
BOLIVARIANA DA VENEZUELA.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
REPÚBLICA POPULAR DA CHINA,
YANG JIECHI - BRASÍLIA,
18 A 20 DE JANEIRO DE 2009 -
COMUNICADO CONJUNTO
19/01/2009

A convite do Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Celso Amorim, visitou o Brasil, no período de 18 a 20 de janeiro, o Ministro de Negócios Estrangeiros da República Popular da China, Yang Jiechi.

O Ministro Yang Jiechi foi recebido em audiência pelo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil. O Presidente Lula confirmou sua intenção de visitar a China proximamente, reiterou convite para que o Presidente Hu Jintao visite o Brasil e manifestou ainda as boas-vindas à visita ao Brasil do Vice-Presidente da RPC, Xi Jinping, prevista para o ano em curso.

Em reunião de trabalho, os dois Chanceleres avaliaram positivamente o significativo desenvolvimento da relação bilateral. Ressaltaram a importância que o estreito intercâmbio e as trocas de visitas de alto nível têm na promoção do desenvolvimento de ambos os países e no aprofundamento da Parceria Estratégica Brasil-China. Os Ministros reiteraram o entendimento de que a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Coordenação (COSBAN) realizará sua II Reunião, em Brasília, no ano em curso. As duas Partes manifestaram a intenção de promover o desenvolvimento equilibrado e dinâmico em suas relações econômico-comerciais, para expandir e diversificar o comércio bilateral, para estimular e promover os investimentos recíprocos, para ampliar substancialmente a cooperação e para revigorar, de forma

constante, o relacionamento bilateral. As duas Partes acordaram iniciar a discussão de um Programa de Trabalho de Longo Prazo Brasil-China, com vistas a fortalecer a cooperação em todos os setores do relacionamento, em benefício mútuo.

Os dois Chanceleres entendem que os dois países compartilham amplo consenso em torno de temas importantes das agendas regionais e internacional. As duas Partes manifestaram a intenção de aprofundar o diálogo estratégico e manter estreita coordenação e colaboração a respeito da crise financeira internacional, a reforma do sistema financeiro internacional, a reforma das Nações Unidas, a revitalização da Rodada Doha e a cooperação entre países em desenvolvimento, entre outros.

Brasil e China acolheram positivamente o anúncio do cessar-fogo decretado pelas partes envolvidas no conflito na Faixa de Gaza. Brasil e China sublinham ser fundamental o pleno cumprimento de todas as resoluções do Conselho de Segurança a respeito da situação na Palestina, em particular, neste momento, a Resolução 1860 (2009).

O Chanceler Yang Jiechi convidou o Chanceler Celso Amorim a visitar a China, no mais breve prazo no ano em curso, convite que foi aceito, com satisfação, pelo Ministro Celso Amorim.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE SÃO
TOMÉ E PRÍNCIPE, CARLOS TINY -
BRASÍLIA, 20 DE JANEIRO DE 2009
19/01/2009

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe, Carlos Tiny, visita o Brasil no período de 12 a 21 de janeiro. Em Brasília, última etapa de sua visita, será recebido pelo Ministro Celso Amorim. O

roteiro do Chanceler santomense incluiu, também, Salvador (12 e 13 de janeiro) e Rio de Janeiro (de 14 a 17 de Janeiro)

Em Salvador, o Ministro Carlos Tiny manteve reunião com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA) e a Federação das Indústrias Baianas. No Rio de Janeiro, teve encontros na FIRJAN, na ANP e na Petrobras.

Em Brasília, além do encontro no Itamaraty, será recebido no Ministério da Educação, no Ministério do Desenvolvimento Agrário e na EMBRAPA.

A visita do Chanceler de São Tomé e Príncipe é retribuição da visita do Ministro Celso Amorim àquele país, em maio de 2008.

Entre as iniciativas mais importantes do relacionamento bilateral, destacam-se as ações de cooperação em gestão pública, governo eletrônico, saúde, educação e segurança alimentar. Durante o encontro do Ministro Carlos Tiny com o Ministro Celso Amorim, serão assinados acordos para cooperação em pesca e para a implementação do programa Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE
CHIPRE, MARKOS KYPRIANOU -
BRASÍLIA, 21 DE JANEIRO DE 2009
20/01/2009

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Chipre, Markos Kyprianou, realizará visita oficial ao Brasil, no dia 21 de janeiro, acompanhado do Representante Permanente de Chipre nas Nações Unidas, Minas Hadjimichael, novo Embaixador não-residente, designado, para o Brasil. O Ministro Kyprianou será recebido pelo Ministro Celso Amorim e manterá encontro com o Presidente da Câmara

dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia.

Os dois Ministros tratarão da cooperação no setor energético, do intercâmbio comercial e da negociação de acordo para supressão de vistos. Avaliarão, também, os cenários regionais à luz da II Reunião de Cúpula da Parceria Estratégica Brasil-União Européia, realizada em 22 de dezembro último, no Rio de Janeiro, e das negociações Mercosul-União Européia.

No plano multilateral, os dois Chanceleres pretendem aprofundar o diálogo sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU e a Força das Nações Unidas de Manutenção da Paz em Chipre (UNFICYP). Abordarão, ainda, entre outros assuntos, a crise financeira mundial, a Rodada de Doha e a situação no Oriente Médio.

Após o ingresso na União Européia em 2004, Chipre vem aprofundando sua modernização e ampliando sua atividade econômica, sobretudo nos setores de serviços marítimos e financeiros. O ingresso de Chipre na zona do euro, em janeiro de 2008, abriu novas oportunidades econômicas para o incremento das relações com o Brasil.

MENSAGEM DO PRESIDENTE
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO
PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS,
BARACK OBAMA
21/01/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou hoje, 21 de janeiro, a seguinte mensagem de felicitações ao Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Hussein Obama:

“Senhor Presidente,

É com prazer que me dirijo a Vossa Excelência para cumprimentá-lo por sua posse como Presidente dos Estados Unidos da América.

Como sociedades multiétnicas, democráticas e de grande diversidade cultural, Estados Unidos e Brasil têm muitas semelhanças e propósitos comuns. Compartilho sua intenção de buscar soluções políticas para os grandes problemas que ameaçam a segurança coletiva no mundo de hoje desde uma perspectiva multilateral.

Compartilho, igualmente, suas preocupações em encontrar soluções urgentes e profundas para enfrentar a grave crise financeira e econômica que, originada no mundo desenvolvido, ameaça os países em desenvolvimento. O Brasil e os demais países da América Latina souberam reconstruir nos últimos anos suas economias com inegáveis ganhos sociais e políticos. Esse esforço de dezenas de milhões de homens e mulheres não pode ser frustrado.

Na expectativa de poder, num futuro próximo, dar início pessoalmente a um diálogo fluido e proveitoso, faço votos de que Vossa Excelência tenha muito êxito nas suas novas funções e de que sejamos os instrumentos de uma renovada amizade entre nossos dois povos.

Cordialmente,
(Luiz Inácio Lula da Silva)”

RETENÇÃO DE CARGA, NO PORTO DE
ROTTERDÃ, DO GENÉRICO LOSARTAN,
ORIGINÁRIO DA ÍNDIA E
DESTINADO À INDÚSTRIA
FARMACÊUTICA BRASILEIRA
21/01/2009

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES
MINISTÉRIO DA SAÚDE

Com grande preocupação, o Governo brasileiro tomou conhecimento da retenção, no

porto de Roterdã, pelas autoridades holandesas, de uma carga do genérico LOSARTAN, produzido na Índia e destinado ao Brasil. O insumo foi vendido pelo fabricante indiano Dr. Reddy's à empresa brasileira EMS, que o comercializaria no mercado brasileiro sob a forma de medicamento para o controle da hipertensão arterial. No Brasil, a hipertensão é uma das principais causas de doença e morte, e a maioria dos pacientes depende do Sistema Único de Saúde para se tratar.

A fabricação do LOSARTAN na Índia dá-se ao abrigo dos dispositivos legais internacionais que protegem a propriedade intelectual no setor de medicamentos, em particular aqueles previstos no Acordo TRIPS (“Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio”, da Organização Mundial do Comércio). No Brasil, como na Índia, o produto não é protegido por patente e pode ser importado livremente, respeitada a legislação sanitária aplicável. Há, hoje em dia, no mercado brasileiro, inúmeros produtos genéricos produzidos a partir desse princípio ativo.

A decisão de reter a carga em trânsito, que não foi em nenhum momento internada no território holandês, foi desencadeada por pedido administrativo de terceira empresa (sem, portanto, sequer recorrer ao sistema judiciário local) que alegadamente seria a detentora dos direitos de propriedade intelectual do LOSARTAN naquele país. Tal procedimento impõe ao vendedor o ônus da prova da legalidade do comércio do genérico e não ao demandante da intervenção, o que inverte conceito jurídico universalmente aceito de que a prova cabe à parte acusatória.

Independentemente dos valores ou volumes envolvidos, ou o fato de que a carga foi devolvida ao país de origem, a Índia, o Governo brasileiro estima que a decisão das autoridades holandesas de reter um insumo

estratégico para a Saúde Pública de um país em desenvolvimento, exportado em conformidade com as normas internacionais vigentes, assinala um grave retrocesso no trato da questão do acesso universal aos medicamentos. Trata-se de uso distorcido do sistema de propriedade intelectual internacional, supostamente apoiado em legislação da União Européia - mas decididamente contrário ao espírito e à letra da “Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e a Saúde Pública”, adotada pela IV Conferência Ministerial da OMC. A medida não é apoiada, ademais, pelo organismo multilateral mundial no campo da saúde, a Organização Mundial da Saúde, por se dar em detrimento do interesse maior da saúde da população afetada.

O caso deve ser visto ainda à luz dos rumos que tem tomado a iniciativa IMPACT (“Força Tarefa Internacional contra os Produtos Médicos Falsificados”) quando, a pretexto de combater os medicamentos falsificados, tenta impor a revisão da definição da Organização Mundial da Saúde na matéria, de modo a inibir o comércio legítimo de medicamentos genéricos, de qualidade e preços competitivos.

Diante da gravidade do caso, que é o primeiro do gênero a afetar diretamente as importações brasileiras para o setor de saúde, o Governo brasileiro está determinado a levantar o assunto no Conselho Executivo da OMS, ora reunido em Genebra, e do qual Brasil é membro. O Governo deixará claro, perante a comunidade sanitária mundial, seu descontentamento com a ação no porto de Roterdã, que põe em dúvida o compromisso dos países europeus com o acesso das populações de países em desenvolvimento aos medicamentos. Outras opções de resposta serão analisadas conforme requerido pelo andamento do assunto, inclusive no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). O Brasil defende a primazia da saúde sobre

o comércio, como prevêem as próprias regras da OMC. A Declaração de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública deixa claro que a proteção dos direitos de propriedade intelectual não pode e não deve impedir a adoção de medidas para proteger a saúde pública. A Declaração também afirma o direito de os países usarem plenamente as flexibilidades do Acordo TRIPS para garantir o acesso universal aos medicamentos.

MENSAGEM DO MINISTRO CELSO
AMORIM À SECRETÁRIA DE ESTADO
DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA,
HILLARY CLINTON

22/01/2009

O Ministro Celso Amorim enviou, ontem, 21 de janeiro, a seguinte mensagem de congratulações à Secretária de Estado dos Estados Unidos da América, Hillary Clinton:

“A Sua Excelência a Senhora

Hillary Clinton

Secretária de Estado dos Estados Unidos da América

Tenho a satisfação de cumprimentá-la por sua posse como Secretária de Estado e oferecer-lhe meus calorosos votos de êxito, num momento em que as profundas transformações do sistema internacional tornam a diplomacia e o diálogo ainda mais indispensáveis.

Compartilho a reiterada confiança que Vossa Excelência tem demonstrado no fortalecimento do multilateralismo e na construção de consensos, instrumentos essenciais para alcançarmos o objetivo de estabelecer uma ordem internacional mais equilibrada, inclusiva e justa.

Sua posse ocorre em momento particularmente auspicioso do relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos. Estou certo

de que trabalharemos para desenvolver novas oportunidades de parceria bilateral e para reforçar a amizade que une nossos dois povos.

Reitero o desejo de, em breve, felicitá-la pessoalmente e de iniciar nosso trabalho conjunto em data conveniente para ambos.

Cordialmente,

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores”

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA BÓSNIA
E HERZEGÓVINA, SVEN ALKALAJ -
BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO, 22 A 25
DE JANEIRO DE 2009
22/01/2009

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bósnia e Herzegovina, Sven Alkalaj, visita o Brasil de 22 a 25 de janeiro. Trata-se da primeira visita de uma alta autoridade bósnia ao Brasil.

Em Brasília, o Ministro Alkalaj será recebido pelo Ministro Celso Amorim, com quem assinará acordo para isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço. Na ocasião, serão debatidos temas da agenda bilateral e multilateral. O Ministro bósnia se encontrará também com o Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ivan Ramalho.

No Rio de Janeiro, o Ministro Alkalaj visitará a Câmara de Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro (CAERJ).

A visita ao Brasil do Ministro Sven Alkalaj visa intensificar o diálogo político e o comércio bilateral, bem como a cooperação entre os dois países, cujas relações diplomáticas foram estabelecidas em dezembro de 1995, três anos após a independência da Bósnia e Herzegovina.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
DA BÓSNIA E HERZEGÓVINA, SVEN
ALKALAJ - BRASÍLIA E RIO DE
JANEIRO, 22 A 25 DE JANEIRO DE 2009 -
DECLARAÇÃO CONJUNTA
23/01/2009

No dia 23 de janeiro de 2008, o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Celso Amorim, recebeu o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Bósnia e Herzegovina, Sven Alkalaj, configurando-se a ocasião na primeira visita oficial ao Brasil de uma alta autoridade bósnia.

Os dois Chanceleres afirmaram o interesse em conferir maior impulso ao diálogo político e às relações bilaterais entre os dois países, com base nos valores democráticos e no respeito às liberdades fundamentais que o Brasil e a Bósnia e Herzegovina compartilham e que orientam sua visão do futuro das relações internacionais.

Os Ministros Celso Amorim e Sven Alkalaj reafirmam o empenho do Brasil e da Bósnia e Herzegovina em prol do reforço do multilateralismo, saudando o início das negociações intergovernamentais sobre reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, que deverão ter início até 28 de fevereiro de 2009. Os dois Chanceleres acordaram na troca de votos para candidaturas de ambos países como membros eletivos do Conselho de Segurança para o mandato 2010-2011.

O Chanceler Celso Amorim reafirmou o empenho do Brasil em buscar uma conclusão equilibrada das negociações da Rodada de Doha e confirmou o apoio do Brasil à acessão da Bósnia e Herzegovina na Organização Mundial do Comércio.

Os dois Ministros confirmaram, ademais, a vontade de dinamizar o intercâmbio comercial e de investimentos entre os dois países, inclusive por meio de missões empresariais. Nesse contexto inserem-se os entendimentos mantidos entre o Ministro Sven Alkalaj e o Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ivan Ramalho, na tarde de 22 de janeiro, com o objetivo de intensificar o fluxo bilateral de comércio.

Os Ministros Celso Amorim e Sven Alkalaj firmaram Acordo para Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. Congratularam-se também pelo início das negociações de acordo para isenção de vistos para portadores de passaportes comuns, de modo a impulsionar o turismo e os negócios entre os dois países.

Os Chanceleres Celso Amorim e Sven Alkalaj registraram sua satisfação com os resultados positivos da visita e expressaram seu compromisso de dar continuidade ao diálogo bilateral com vistas ao fortalecimento dos laços de amizade e cooperação entre o Brasil e a Bósnia Herzegovina.

DOAÇÃO HUMANITÁRIA À PALESTINA

23/01/2009

O Escritório em Gaza da Agência das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos (UNRWA), responsável pela distribuição das doações enviadas pelo Brasil à população palestina, confirmou que as oito toneladas de alimentos e seis toneladas de medicamentos chegaram a Gaza em 16 de janeiro e já foram distribuídas. Os alimentos foram destinados a dois abrigos de emergência, ambos administrados pela ONU e ocupados por centenas de pessoas deslocadas. O carregamento de medicamentos, por sua vez,

foi enviado aos hospitais Al-Ahli e Shifa, este o maior da Faixa de Gaza.

O Governo brasileiro segue acompanhando com atenção a situação em Gaza. Considera fundamental a plena implementação da Resolução 1860 (2009) do Conselho de Segurança, como forma de se alcançar um cessar-fogo sólido e duradouro. De imediato, e dada a situação especialmente grave da população civil em Gaza, exorta o Governo de Israel a permitir, sem qualquer tipo de restrição, o fluxo de assistência humanitária.

O Brasil espera que a intensa movimentação diplomática promovida, entre outros, pelo Governo do Egito e pela União Européia resulte em rápida resposta às questões ainda pendentes para o estabelecimento de um ambiente que propicie a necessária retomada de negociações, com vistas a uma solução justa e definitiva para a questão palestina.

No mesmo espírito, o Governo brasileiro recebeu a designação do novo Enviado Especial norte-americano para a Paz no Oriente Médio, o experiente Senador George Mitchell, como um sinal positivo do engajamento dos EUA numa solução com base em amplo diálogo.

CHAMADA PARA CONSULTAS DO EMBAIXADOR DA ITÁLIA NO BRASIL

27/01/2009

O Brasil tomou conhecimento da decisão do Governo italiano de chamar para consultas o Embaixador da Itália no Brasil, em razão do “parecer expresso sobre o caso Battisti pelo Procurador-Geral da República”.

O Governo brasileiro considera que todos os procedimentos sobre a questão estão sendo seguidos de acordo com a legislação brasileira.

O Governo brasileiro reitera a confiança expressa pelo Presidente da República, em sua carta dirigida ao Presidente da Itália, de que os

laços históricos e culturais que unem o Brasil e a Itália continuarão a inspirar nossos esforços com vistas a aprofundar ainda mais as sólidas relações bilaterais nos mais diversos setores.

REUNIÃO ANUAL DO FÓRUM
ECONÔMICO MUNDIAL - DAVOS, 28 DE
JANEIRO A 1º DE FEVEREIRO DE 2009 -
PARTICIPAÇÃO DO
MINISTRO CELSO AMORIM
29/01/2009

O Ministro Celso Amorim participará do Fórum Econômico Mundial, em Davos, de 29 a 31 de janeiro.

Na noite do dia 29, o Ministro manterá encontros com o Ministro do Comércio da Índia, Kamal Nath, e com o Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, Pascal Lamy.

No dia 30, pela manhã, o Ministro Celso Amorim manterá reunião bilateral com o Ministro do Comércio da Austrália, Simon Crean. Em seguida, o Ministro será um dos debatedores do evento “Brazil, a new power broker”, promovido pelo Fórum Econômico Mundial, durante o qual discorrerá sobre o papel do Brasil como novo ator de peso no cenário internacional. À tarde, terá encontros com o ex-Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, com o Ministro do Comércio da Nova Zelândia, Tim Groser, e com a Ministra do Clima e Energia da Dinamarca, Connie Hedegaarde. À noite, o Ministro Celso Amorim participará de jantar com Ministros do Comércio, com o Diretor-Geral da OMC e com representantes de entidades empresariais.

No dia 31, pela manhã, o Ministro Celso Amorim se reunirá com os Ministros japoneses da Agricultura, Shigeru Ishiba, e da Economia,

Comércio e Indústria, Toshihiro Nikai. Participará de reunião informal de ministros sobre a Rodada Doha, convocada pelo Governo suíço, seguida de almoço oferecido pela Conselheira Federal do Departamento de Temas Econômicos da Suíça, Doris Leuthard. Na tarde do mesmo dia, o Ministro Celso Amorim manterá encontro bilateral com a Comissária Europeia de Comércio Exterior, Catherine Ashton, e proferirá palestra, em sessão plenária do Fórum Econômico Mundial, intitulada “O combate ao protecionismo”.

REUNIÃO ANUAL DO FÓRUM
ECONÔMICO MUNDIAL - ENCONTRO
DO MINISTRO CELSO AMORIM COM O
MINISTRO DO COMÉRCIO
DA ÍNDIA, KAMAL NATH - DAVOS,
30 DE JANEIRO DE 2009
30/01/2009

Os Ministros Celso Amorim e Kamal Nath mantiveram encontro bilateral em Davos, Suíça, à margem da Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial. Na ocasião, os Ministros Amorim e Nath trocaram impressões sobre a atual situação econômica internacional, inclusive com vistas a identificar possibilidades para a retomada das negociações comerciais multilaterais no âmbito da Rodada de Doha.

Os Ministros valeram-se da oportunidade para tratar do tema da recente retenção, por autoridades dos Países Baixos, de medicamentos genéricos fabricados na Índia e importados pelo Brasil, enquanto a carga se encontrava em trânsito em território neerlandês. Os Ministros Amorim e Nath coincidiram em sua grande preocupação com a decisão de se reter insumo estratégico para a saúde pública, comercializado entre países

em desenvolvimento em plena conformidade com as disciplinas internacionais vigentes. Tal decisão também assinala grave retrocesso para o princípio do acesso universal aos medicamentos e contraria, ademais, o espírito da Resolução 2002/31 da Comissão de Direitos Humanos sobre o direito ao padrão mais elevado possível de saúde física e mental. Os Ministros compartilharam igualmente a convicção de que medidas dessa natureza têm impacto sistêmico altamente negativo sobre o comércio legítimo de medicamentos genéricos, o comércio Sul-Sul e as políticas nacionais de saúde pública.

Os Ministros Amorim e Nath concordaram em que as delegações do Brasil e da Índia denunciem a retenção dos medicamentos genéricos pelas autoridades neerlandesas na próxima reunião do Conselho-Geral da OMC, prevista para o dia 3 de fevereiro próximo. Os Ministros acordaram, ainda, que os dois países deverão manter atuação estreitamente coordenada, tanto na OMC quanto em outros foros relevantes.

VIOLÊNCIA NA FAIXA DE GAZA

02/02/2009

O Governo brasileiro recebe com grande preocupação as notícias de agressões mútuas entre Israel e o Hamas na Faixa de Gaza. O Brasil conclama as partes envolvidas a exercer contenção e a evitar quaisquer atos que prejudiquem a consolidação do cessar-fogo anunciado em 17 de janeiro.

O Brasil considera que a violência dificulta o acesso da assistência humanitária internacional e prejudica os esforços em favor de uma solução negociada, pacífica e sustentável para o conflito. Nesse sentido, reitera a necessidade do pleno cumprimento

da Resolução 1860 (2009) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

SITUAÇÃO NO ZIMBÁBUE

02/02/2009

O Governo brasileiro recebeu com agrado a aceitação, pelo Governo e pelos principais líderes opositores zimbabuianos, dos termos e prazos propostos pela Cúpula Extraordinária dos Chefes de Estado da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) para a formação de um governo de coalizão nacional no Zimbábue.

O Brasil encoraja as forças políticas zimbabuianas a observarem os parâmetros estabelecidos pela SADC e expressa a confiança de que as lideranças partidárias do Zimbábue saberão colocar o bem coletivo e os interesses maiores do povo zimbabuiano acima de suas divergências políticas.

Da mesma maneira, o Brasil faz um chamado à comunidade internacional para que trabalhe construtivamente com o governo de coalizão nacional no Zimbábue e contribua para a criação de um ambiente de entendimento e de reconciliação nacional.

O Governo brasileiro reitera sua expectativa de que a mediação empreendida pela SADC logrará alcançar uma solução consensual para a crise no Zimbábue.

COMBATE A PRAGA NA LIBÉRIA

02/02/2009

Em resposta à emergência decretada pela Presidente da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf, em função de praga que vem destruindo plantações de cacau, café, banana e arroz naquele país, o Governo brasileiro,

por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação, enviará a Monróvia, no período de 3 a 11 de fevereiro, o responsável pela área de diagnóstico fitossanitário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A missão visará a elaborar projeto emergencial de combate à praga, que vem afetando a subsistência de milhares de pessoas na Libéria.

LIBERTAÇÃO DE REFÊNS EM
PODER DAS FARC
05/02/2009

A pedido do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e com a anuência do Governo da Colômbia, o Governo brasileiro prestou apoio logístico, por meio da cessão de helicópteros e tripulações militares, às operações de libertação, em território colombiano, de seis refêns que se encontravam sequestrados pelas FARC.

O Governo brasileiro transmite aos recém-libertados os mais calorosos cumprimentos, neste momento de reconquista da liberdade e de reencontro com seus familiares, e congratula-se com o Governo colombiano e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha pelas ações que possibilitaram o êxito da missão humanitária.

O Governo brasileiro manifesta a expectativa de que essa iniciativa bem-sucedida dê ensejo à libertação de todos os sequestrados que permanecem ainda distantes de seus familiares, e possibilite novas perspectivas para o processo de paz e reconciliação de todos os colombianos.

O Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Jaime Bermúdez, telefonou hoje ao Ministro Celso Amorim para agradecer, em nome do Governo colombiano, a ajuda prestada pelo Brasil nas operações de libertação dos refêns.

ASSINATURA DE AJUSTE
COMPLEMENTAR ENTRE A
AGÊNCIA BRASILEIRA DE
COOPERAÇÃO (ABC) E O INSTITUTO
INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO
EM AGRICULTURA (IICA)
06/02/2009

O Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Representante do Instituto Interamericano de Cooperação em Agricultura (IICA) no Brasil assinaram, em 5 de fevereiro de 2009, Ajuste Complementar ao Acordo Básico sobre Privilégios e Imunidades e Relações Institucionais entre o Brasil e aquele Instituto.

O Ajuste, que abrange, entre outros temas, a área de desenvolvimento rural sustentável, enquadra-se na estratégia brasileira de aprimorar os instrumentos para a cooperação Sul-Sul. O documento permitirá a execução de projetos em vários países em desenvolvimento, a começar pelo Haiti. Nesse país, o Ajuste assinado com o IICA facilitará a execução do Programa Estratégico de Cooperação Técnica nas áreas de Agricultura e Segurança Alimentar e Nutricional, celebrado entre o Brasil e o Haiti em dezembro de 2008.

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA A CUBA,
HAITI E HONDURAS
06/02/2009

Os Governos do Brasil e da Espanha prestarão, em atendimento à solicitação dos Governos de Cuba, Haiti e Honduras, assistência humanitária a esses países, cuja segurança alimentar foi seriamente comprometida pela devastação causada, em

2008, pelos furacões Ike, Gustav e Hannah.

O Governo brasileiro doará 44,4 mil toneladas de arroz (19,4 mil para Cuba; 15 mil para o Haiti; e 10 mil para Honduras) e 1.105 toneladas de leite em pó, bem como 4,5 toneladas de sementes de frutas, verduras e legumes, produzidos pela agricultura familiar.

O Governo espanhol assumirá os custos relativos ao transporte marítimo da doação até o seu destino e à sua conseqüente distribuição.

Os três países beneficiados serão responsáveis pelos trâmites alfandegários e contarão com o apoio do Programa Mundial de Alimentos.

Trata-se da primeira operação conjunta entre o Brasil e a Espanha no campo da assistência humanitária. Tal ação resulta de acordo celebrado pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e José Luis Rodríguez Zapatero durante a XVIII Cúpula Ibero-Americana, realizada em novembro de 2008 em El Salvador.

PACOTE DE ESTÍMULO ECONÔMICO
NORTE-AMERICANO - DISPOSITIVO
“BUY AMERICAN”

06/02/2009

O Governo brasileiro tem acompanhado com preocupação as notícias sobre a inclusão de dispositivos de natureza protecionista no pacote de estímulo econômico atualmente em discussão no Congresso dos Estados Unidos.

Independentemente de sua consistência ou não com as normas da OMC, que está sendo atentamente examinada, a intenção de reforçar os requisitos “Buy American” no pacote econômico norte-americano emite sinal negativo em relação às iniciativas de cooperação internacional para a busca de soluções para a crise.

O Ministério das Relações Exteriores está avaliando, em conjunto com outros órgãos do Governo e com o setor privado, os possíveis impactos da medida sobre as exportações brasileiras para os Estados Unidos, bem como, se for o caso, as ações necessárias para enfrentá-los.

O Brasil reafirma seu compromisso com a progressiva expansão do comércio internacional como a melhor forma de se enfrentar a crise econômica mundial e conclama seus parceiros a cooperarem na busca de soluções conjuntas.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA
NAMÍBIA, HIFIKEPUNYE POHAMBÁ - 9
A 12 DE FEVEREIRO DE 2009
10/02/2009

O Presidente da Namíbia, Hifikepune Pohamba, realizará visita oficial ao Brasil de 9 a 12 de fevereiro. Virá acompanhado do Ministro das Relações Exteriores, do Ministro da Defesa, do Ministro da Indústria e Comércio e de outras autoridades.

No dia 11, o Presidente Pohamba será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, e, em seguida, homenageado com almoço no Palácio Itamaraty. À tarde, fará visitas de cortesia aos Presidentes do Senado Federal, Senador José Sarney; da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer; e do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes.

No dia seguinte, no Rio de Janeiro, o Presidente namibiano deverá visitar a Petrobras e a Escola Naval, onde se reunirá com autoridades do Ministério da Defesa, em particular do Comando da Marinha, e encontrará os oficiais da Marinha da

Namíbia que vêm recebendo formação no Brasil, no âmbito do programa de cooperação entre as Marinhas dos dois países.

A visita do Presidente Pohamba é novo marco na recente intensificação de visitas de alto nível entre os dois países. O Presidente Lula visitou Windhoek em 2003; Sam Nujoma, então Presidente namibiano, esteve no Brasil em 2004; e o Vice-Presidente José Alencar chefiou delegação brasileira às cerimônias de posse do Presidente Hifikepunye Pohamba, em março de 2005.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DO URUGUAI, GONZALO
FERNÁNDEZ - BRASÍLIA, 12 DE
FEVEREIRO DE 2009
11/02/2009

O Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Gonzalo Fernández, visitará Brasília no dia 12 de fevereiro, para reunir-se com o Ministro Celso Amorim.

Os dois Chanceleres passarão em revista os temas bilaterais, a agenda do Mercosul, a situação política regional e a conjuntura econômica, tendo presente a necessidade de identificar oportunidades de cooperação que permitam enfrentar o impacto da crise internacional.

A visita do Ministro Gonzalo Fernández servirá também para a preparação da visita que o Presidente Tabaré Vázquez deverá realizar ao Brasil em março, a convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Durante sua passagem por Brasília, o Ministro uruguaio terá, ainda, encontro de trabalho com o Ministro de Minas e Energia,

Edison Lobão, e com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O Brasil é o principal parceiro comercial do Uruguai. Em 2008, o fluxo de comércio alcançou US\$ 2,66 bilhões, o que representa aumento de quase 30% em relação a 2007.

VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS DO CANADÁ,
LAWRENCE CANNON -15 A 18 DE
FEVEREIRO DE 2009
13/02/2009

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Lawrence Cannon, visitará o Brasil no período de 15 a 18 de fevereiro. Manterá encontros com autoridades políticas e com acadêmicos e empresários em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro.

O Ministro Cannon será recebido pelo Ministro Celso Amorim, no dia 16, para tratar de temas da agenda bilateral, regional e global.

Os dois Ministros examinarão as tendências do comércio bilateral - cujo volume total em 2008 cresceu 24,7% em relação a 2007 - e do fluxo de investimentos entre os dois países, bem como medidas para intensificá-los. Tratarão também da próxima Cúpula das Américas e da cooperação com o Governo haitiano e com a MINUSTAH.

Os Ministros examinarão, igualmente, possíveis medidas para superar a crise financeira internacional, no contexto da preparação da próxima reunião do G-20 financeiro. Discutirão também temas como a situação no Oriente Médio e a reforma das organizações internacionais, particularmente

das Nações Unidas e das instituições financeiras multilaterais.

A visita do Ministro Cannon dá continuidade às visitas do Chanceler Peter MacKay ao Brasil, em fevereiro de 2007, e do Ministro Celso Amorim ao Canadá, em maio de 2007.

POSSE DO NOVO GOVERNO DE UNIÃO NACIONAL NO ZIMBÁBUE

13/02/2009

O Governo brasileiro registra com satisfação a posse, no dia 13 de fevereiro, do novo Gabinete de União Nacional no Zimbábue e reitera seu reconhecimento pelo papel exercido pelos Presidentes Thabo Mbeki e Kgalema Motlanthe da África do Sul, em nome da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), para a consecução desse objetivo.

A solução encontrada pelas partes e apoiada pela SADC vai ao encontro da mensagem de incentivo ao diálogo e à moderação transmitida pessoalmente pelo Ministro Celso Amorim ao Presidente Robert Mugabe, ao Primeiro-Ministro Morgan Tsvangirai e ao Vice-Primeiro-Ministro Arthur Mutambara, em sua visita a Harare, em outubro de 2008.

O Brasil espera que este desdobramento inaugure nova etapa no país, com ampla reconciliação e com a criação de ambiente favorável para que o Zimbábue retome o caminho da normalidade política e do crescimento com paz e justiça social.

O Governo brasileiro renova sua disposição de cooperar com as novas autoridades zimbabuanas, num momento em

que a assistência construtiva da comunidade internacional se mostra essencial para a rápida recuperação do país, em especial no que diz respeito à situação humanitária.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA COLÔMBIA, ÁLVARO URIBE - 16 E 17 DE FEVEREIRO DE 2009

16/02/2009

O Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, fará visita de Estado ao Brasil no dia 17 de fevereiro, atendendo a convite feito pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante sua última visita à Colômbia, em julho de 2008. Virá acompanhado do Ministro das Relações Exteriores, do Ministro do Comércio Indústria e Turismo e de outras autoridades.

No dia 16 de fevereiro, o Presidente Uribe manterá encontros com empresários brasileiros em São Paulo e participará de mesa-redonda na sede da FIESP, onde serão examinadas oportunidades de ampliação do comércio e dos investimentos entre os dois países. Ainda em São Paulo, o Presidente colombiano terá encontro com o Governador José Serra.

No dia 17, o Presidente Uribe será recebido pelo Presidente Lula, no Palácio do Planalto, e, em seguida, homenageado com almoço no Palácio Itamaraty.

Os mandatários passarão em revista os principais temas da agenda multilateral, regional e bilateral. Examinarão, nesse contexto, estratégias e ações conjuntas que permitam mitigar os efeitos, na região, da crise econômica global. Os Presidentes tratarão, ainda, do comércio bilateral e de projetos de infra-estrutura.

Na tarde do dia 17, o Presidente Uribe fará visitas de cortesia ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney; da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer; e do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes.

Por ocasião da visita, Brasil e Colômbia assinarão os seguintes acordos:

- Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República da Colômbia para o Estabelecimento da

Comissão Bilateral Brasil-Colômbia

- Ajuste Complementar de Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais; e

- Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para Implementação do Projeto “Cooperação para o Fortalecimento do Sistema e do Processo de Proteção da Propriedade Industrial na Colômbia”.

Em 2008, as exportações brasileiras para a Colômbia somaram US\$ 2,3 bilhões, e as exportações colombianas para o Brasil totalizaram US\$ 830 milhões.

REUNIÃO MINISTERIAL
BRASIL-ARGENTINA -
17 DE FEVEREIRO DE 2009
17/02/2009

Os Ministros Celso Amorim, Guido Mantega e Miguel Jorge manterão reunião de trabalho, em 17 de fevereiro, com os Ministros argentinos das Relações Exteriores, Jorge Taiana, da Economia, Carlos Fernández, e da Produção, Débora Giorgi.

A reunião ministerial tem por objetivo

aprofundar o diálogo bilateral sobre as medidas tomadas pelos dois Governos no contexto da atual crise internacional.

Os Ministros examinarão propostas para preservar e ampliar o comércio bilateral e os investimentos recíprocos, de modo a fazer frente ao contexto atual de retração do crédito, redução da atividade econômica e recrudescimento de medidas protecionistas em algumas economias desenvolvidas.

VISITA DE ESTADO AO BRASIL DO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA
COLÔMBIA, ÁLVARO URIBE VÉLEZ -
BRASÍLIA 17 DE FEVEREIRO DE 2009
- COMUNICADO CONJUNTO - “BRASIL-
COLÔMBIA: FORTALECENDO UMA
RELAÇÃO ESPECIAL”
18/02/2009

Atendendo a convite formulado pelo Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez, fez Visita de Estado ao Brasil, no dia 17 de fevereiro de 2009.

No quadro de sua Visita, o Presidente Álvaro Uribe Vélez foi recebido pelo Presidente do Senado Federal, pelo Presidente da Câmara dos Deputados e pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva impôs a condecoração Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul ao Presidente Álvaro Uribe Vélez.

Ao longo de proveitoso diálogo, os Presidentes abordaram temas da agenda multilateral, regional e bilateral, constatando o excelente nível em que se encontra a relação entre ambos países.

1. Os dois Mandatários sublinharam a importância da coordenação entre os países da região para enfrentar os efeitos da crise do sistema econômico internacional. Ressaltaram a necessidade de levar a contribuição dos países em desenvolvimento à Cúpula do G-20, em Londres, de maneira a fortalecer os princípios de responsabilidade e transparência no funcionamento dos mercados financeiros internacionais. Nesse contexto, Brasil e Colômbia concordam com a necessidade de contar, à semelhança de outras regiões, com a participação de órgão representativo da América Latina e Caribe na Cúpula de Londres. O Brasil vê com simpatia o interesse da Colômbia em ter participação ativa nas negociações.

2. Os Presidentes ressaltaram a importância da 50ª Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que terá lugar de 27 a 31 de março em Medellín, Colômbia, na qual se abordarão temas financeiros estratégicos para a região e metas futuras, assim como a forma em que o Banco apoiará aos países membros para fazer frente à situação econômica internacional.

3. Os Presidentes ressaltaram a necessidade de enfrentar tendências protecionistas, que aprofundam os efeitos da crise, e reafirmaram a convicção que a integração regional e o fortalecimento dos fluxos de investimento são essenciais para o crescimento econômico e preservação dos êxitos sociais alcançados em seus países.

4. Os Presidentes reafirmaram que o acesso a mercados é fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Um sistema internacional de comércio mais justo e equitativo é essencial para a reversão da crise econômica, favorecendo a criação de empregos e a competitividade nas economias em desenvolvimento. Nesse contexto, a conclusão de um acordo equilibrado,

transparente e não discriminatório no âmbito da OMC deve ser vista por toda a comunidade internacional como componente essencial na recuperação da crise.

5. Os Presidentes convieram na importância do fortalecimento do multilateralismo e na necessidade urgente de proceder à reforma da Organização das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança, com o objetivo principal de torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz. Em relação ao Conselho de Segurança, os Presidentes insistiram na necessidade de uma reforma ampla. O Presidente Álvaro Uribe Vélez reconheceu a histórica aspiração do Brasil em ocupar assento permanente em um Conselho de Segurança reformado. Os Mandatários indicaram, ainda, a importância de que a Colômbia tenha voz presente no Conselho, questões que devem ser consideradas de maneira construtiva.

6. Os Presidentes destacaram também a necessidade de aprofundar a cooperação internacional, sob uma perspectiva de responsabilidade compartilhada, para combater a delinqüência organizada transnacional, o tráfico de armas e munições, o seqüestro e o tráfico de pessoas, e o problema mundial das drogas e seus delitos relacionados. Nesse contexto, manifestaram seu mais enérgico repúdio à violência resultante da ação dos grupos à margem da lei.

7. Os dois Mandatários saudaram a realização, na Costa do Sauípe, nos dias 16 e 17 de dezembro de 2008, da Cúpula da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), da Cúpula do Grupo do Rio e da Cúpula do Mercosul. Ressaltaram a prioridade que atribuem ao processo de integração e ao fortalecimento do diálogo político entre os países da região, e reafirmaram a necessidade

de articular iniciativas entre os mecanismos regionais de integração.

8. Os dois Chefes de Estado também congratularam-se pela criação do Conselho Sul-Americano de Defesa - órgão de consulta, cooperação e coordenação - e do Conselho de Saúde Sul-Americano, durante a Cúpula da UNASUL, em dezembro de 2008.

9. Os Presidentes expressaram satisfação com as atividades de seguimento da Cúpula América do Sul-Países Árabes e da Cúpula América do Sul-África, que constituem efetiva demonstração das possibilidades de cooperação e concertação política entre a América do Sul e as duas regiões, e se referiram à próxima Cúpula América do Sul-Países Árabes, que se realizará no Catar, em 31 de março, e à próxima Cúpula América do Sul-África, que também será realizada este ano, na Venezuela.

10. O Presidente da Colômbia, Alvaro Uribe, agradeceu ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o apoio de seu Governo aos trabalhos da missão humanitária que facilitou o retorno à liberdade, durante a primeira semana de fevereiro de 2009, dos cidadãos colombianos que estavam seqüestrados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Também exaltou o espírito de cooperação e amizade da missão brasileira, e destacou sua impecável atuação, marcada pela discrição e eficiência.

11. Com o objetivo de dinamizar a relação bilateral em todos os níveis, com apoio em mecanismo ágil de diálogo político e coordenação de iniciativas, os Presidentes decidiram a criação de Comissão Bilateral, a reunir-se anualmente no nível de Chanceleres. Com base no Memorando de Entendimento firmado nesta data, a Comissão Bilateral conduzirá, doravante, um amplo programa

de trabalho para o fortalecimento da relação especial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia. Nesse sentido, instruíram seus Ministros das Relações Exteriores a celebrar a I Reunião da Comissão Bilateral no primeiro semestre de 2009, na Colômbia.

12. Os Presidentes congratularam-se pelos resultados dos encontros com empresários brasileiros, realizados em São Paulo, no dia 16 de fevereiro, no contexto da visita presidencial. Exprimiram seu interesse de que o encontro estimule o comércio e os investimentos entre Brasil e Colômbia. Nesse sentido, manifestaram interesse no estabelecimento de um foro empresarial permanente para a promoção do comércio e dos investimentos entre Brasil e Colômbia.

13. Também instruíram as autoridades competentes a examinar a possibilidade de agilizar o lançamento do projeto piloto “Exportação por Envios Postais para Pequenas e Médias Empresas - Exporta Fácil”, no quadro do Memorando de Entendimento assinado sobre o tema, em dezembro de 2008.

14. Os Presidentes reconheceram o amplo potencial de cooperação econômico-comercial ainda a ser explorado entre os dois países. De forma a aprofundar as relações nesse campo e favorecer o encaminhamento de soluções para eventuais dificuldades pontuais no comércio bilateral, decidiram criar uma Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral, em nível de Vice-Ministros de Comércio, com a participação das respectivas Chancelarias, a reunir-se regularmente de forma alternada nos dois países. A primeira reunião da Comissão será realizada ainda no corrente semestre, em data a ser acordada.

15. Registraram, com satisfação, a decisão da Colômbia e do Mercosul de

dar início à negociação sobre serviços no âmbito do ACE-59.

16. Os Presidentes buscarão examinar a viabilidade de um mecanismo bilateral de pagamentos em moeda local. Para tanto, revisarão com suas autoridades econômicas e presidentes de Bancos Centrais a possibilidade de dar seguimento a essa iniciativa.

17. Os Chefes de Estado reafirmaram sua intenção de continuar promovendo projetos binacionais de infraestrutura. Nesse contexto, saudaram a continuidade dos estudos preparatórios para a construção da Ferrovia do Carare, investimento de amplo potencial para estimular as taxas de crescimento econômico e as complementaridades entre as economias dos dois países.

18. Considerando a importância da rede fluvial amazônica como via para a integração, a complementaridade econômica e o desenvolvimento regional, o Presidente Álvaro Uribe Vélez convidou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a que o Brasil participe dos estudos que se realizarão, no âmbito da Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), sobre a navegabilidade do Rio Putumayo, voltados à consolidação do corredor de transporte intermodal Tumaco-Puerto Asís-Belém do Pará.

19. Os Mandatários saudaram a continuidade das tratativas, entre EMBRAER, Força Aérea Brasileira e Força Aérea Colombiana, para desenvolvimento da aeronave KC-390, iniciativa que incrementará o nível tecnológico da indústria aeronáutica dos dois países.

20. Os Presidentes reiteraram o propósito de manter interação constante entre autoridades militares dos dois países, com o intercâmbio de informações, no marco dos acordos bilaterais existentes. Os Presidentes

tomaram nota, com satisfação, das visitas recíprocas entre Ministros da Defesa dos dois países. Este marco deve assegurar um mecanismo permanente de alto nível, para o aprofundamento da cooperação bilateral na área de defesa.

21. Registraram que a XII Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia, instância fundamental para o aprofundamento da relação entre os dois países, deverá realizar-se no segundo semestre de 2009.

22. Os Mandatários instruíram suas autoridades competentes a agilizar as negociações com vistas à assinatura, com a brevidade possível, do Acordo sobre Permissão de Residência, Estudo e Trabalho para os Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Colombianos.

23. Saudaram, igualmente, a realização, em março deste ano, da III Reunião do Grupo de Trabalho bilateral em Meio Ambiente e a importância do fortalecimento de mecanismos de ação em matéria de áreas protegidas.

24. Os Mandatários congratularam-se pela extensa gama e qualidade dos projetos de cooperação técnica bilateral levados a cabo pelos dois Governos, em áreas como agricultura, saúde, meio ambiente e educação. Nesse sentido, manifestaram a importância de que a Comissão Mista de Cooperação Técnica e a Comissão de Ciência e Tecnologia se reúnam no primeiro semestre de 2009.

25. Registraram a assinatura, nesta data, do Ajuste Complementar sobre Cooperação para o Fortalecimento do Sistema e do Processo de Proteção da Propriedade Industrial na Colômbia.

26. Os Presidentes manifestaram satisfação pela assinatura do Ajuste Complementar de Cooperação em Aplicações Pacíficas da Ciência e Tecnologia Espaciais, cujo objetivo

primordial é criar quadro de referência para a coordenação dos esforços mútuos no campo da tecnologia espacial.

27. No campo da cooperação cultural, tomaram nota, com satisfação, de que, ao amparo de acordos firmados em 2007, vem-se realizando proveitoso intercâmbio no setor de audiovisual e na promoção de atividades que valorizam a diversidade cultural da Colômbia e do Brasil. Manifestaram seu interesse em celebrar a IV Reunião da Comissão Mista Educacional-Cultural, no primeiro semestre de 2009, na qual se avançaria em projetos de interesse mútuo.

28. Os Presidentes aprovaram o crescimento do número de estudantes colombianos que realizam seus estudos de pós-graduação no Brasil. Notaram que, nos últimos cinco anos, 300 estudantes colombianos receberam bolsas de estudo do governo brasileiro. Tomaram nota, com satisfação, da realização, em 2008, pelo terceiro ano consecutivo, de Cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade Nacional da Colômbia.

29. Os Presidentes solicitaram às respectivas autoridades do setor elétrico acelerar os entendimentos com vistas a viabilizar a interconexão elétrica entre Bocas del Querari (Brasil) e Bocas del Querarí (Departamento del Vaupés - Colômbia); Bocas del Yauaraté (Brasil) e Yavaraté (Departamento del Vaupés - Colômbia); e Letícia-Tabatinga.

30. Os Presidentes reafirmaram que os biocombustíveis são alternativa energética social, ambiental e economicamente sustentáveis, especialmente para os países em desenvolvimento, e acordaram explorar e aprofundar modalidades de cooperação bilateral nesse setor. Ressaltaram, nesse contexto, a necessidade de reiterar em

diferentes cenários que a produção de biocombustíveis nos países em desenvolvimento não obra em detrimento da segurança alimentar a nível mundial.

31. Tendo presente a identidade de posições entre Brasil e Colômbia no desenvolvimento de políticas governamentais para os biocombustíveis, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressou a importância de se contar com a ativa participação da Colômbia na Global Bioenergy Partnership (GBEP), foro onde se discutem critérios e indicadores da sustentabilidade da produção e uso dos biocombustíveis.

32. O Presidente Álvaro Uribe Vélez manifestou, em seu nome e de sua delegação, seu agradecimento pela hospitalidade e atenção recebida por parte do povo e do Governo do Brasil.

SITUAÇÃO DA CIDADÃ BRASILEIRA

PAULA OLIVEIRA NA SUÍÇA

18/02/2009

O Governo brasileiro tomou conhecimento da decisão da Procuradoria-Geral do Distrito de Zurique de indiciar a cidadã brasileira Paula Ventura Oliveira em processo penal perante as autoridades suíças, sob a acusação de ter cometido delito de indução da Justiça em erro.

Segundo comunicado divulgado pela referida Procuradoria, a nacional brasileira deverá permanecer no país enquanto durarem as investigações, com seus documentos mantidos sob custódia da Justiça suíça.

O Consulado-Geral do Brasil em Zurique continuará a prestar à Senhora Paula Oliveira e à sua família a assistência necessária.

VISITA AO BRASIL DO VICE-PRIMEIRO-
MINISTRO DA LÍBIA, IMBAREK
ASHAMIKH - 16 A 20 DE FEVEREIRO
18/02/2009

O Vice-Primeiro-Ministro da Líbia, Imbarek Ashamikh, realiza visita oficial ao Brasil de 16 a 20 de fevereiro.

Em São Paulo, em 16 de fevereiro, o Vice-Primeiro-Ministro foi recebido pelo Governador José Serra, pelo Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, e pelo Presidente da Câmara Legislativa, Vaz de Lima. Foi também homenageado com jantar oferecido pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira. Visitou, ainda, em 17 de fevereiro, fazenda especializada em melhoramento genético de gado bovino, no interior de São Paulo, e usina de biocombustíveis, em Mato Grosso do Sul.

Em Brasília, o Vice-Primeiro-Ministro líbio será recebido, no dia 18 de fevereiro, pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes. No dia 19, será recebido pelo Ministro Celso Amorim, que oferecerá jantar em sua homenagem. Manterá, também, encontros com Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, e com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge.

No dia 20, em Salvador, a delegação líbia cumprirá programa organizado pela Construtora Norberto Odebrecht/CODEVERDE, e fará visita a projetos de irrigação no semi-árido baiano.

A visita do Vice-Primeiro-Ministro dá seqüência às conversações mantidas por ocasião das visitas à Líbia do Ministro Celso Amorim, em maio de 2008, e do Ministro Miguel Jorge, em janeiro de 2009.

O Brasil é o maior parceiro comercial da

Líbia na América Latina. O comércio bilateral superou US\$ 1,7 bilhão em 2008. Grandes empresas brasileiras, como a Petrobras, a Odebrecht e a Queiroz Galvão, atuam no mercado líbio.

VISITA DO VICE-PRESIDENTE DA
REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, XI
JINPING - BRASÍLIA E MANAUS, 18 A 20
DE FEVEREIRO DE 2009
18/02/2009

A convite do Governo brasileiro, o Vice-Presidente da República Popular da China, Xi Jinping, realizará visita ao Brasil, no período de 18 a 20 de fevereiro de 2009.

Em Brasília, no dia 19, o Vice-Presidente será recebido em audiência pelo Senhor Presidente da República, ocasião em que pretendem debater formas de dinamizar as relações bilaterais e intensificar a coordenação em torno dos grandes temas da agenda internacional.

Em seguida, o Vice-Presidente Xi Jinping manterá encontro de trabalho com o Ministro Celso Amorim, com vistas a avaliar o desenvolvimento das relações bilaterais e as propostas de trabalho futuro, bem como trocar impressões sobre os respectivos entornos regionais e a conjuntura internacional, em especial a crise financeira e a necessidade de reformas do sistema de governança mundial.

Na presença do Vice-Presidente chinês e do Ministro Celso Amorim, serão assinados os seguintes atos: Protocolo sobre Cooperação em Energia e Mineração (nos campos da mineração e processamento de minérios, eletricidade, combustíveis renováveis, gás natural e petróleo); Memorando de Entendimento entre a Petrobras e o Banco de Desenvolvimento da

China (promoção da cooperação em comércio de petróleo e financiamento); Memorando de Entendimento entre a Petrobras e a CNPC para compra e venda de petróleo; Acordo de compra e venda de petróleo entre a Petrobras e a SINOPEC; Memorando de Entendimento entre a Energia Sustentável do Brasil e a Donfang Energy (sobre o contrato para fornecimento de 18 turbinas para o Projeto Jirau, no Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira); Termos e condições para linha de financiamento entre o Banco Itaú-BBA e o Banco de Desenvolvimento da China (para projetos no Brasil); Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre a Huawei do Brasil e a Fundação Universidade de Brasília; e Memorando de Entendimento entre o BNDES e o Banco de Desenvolvimento da China sobre cooperação para linha de financiamento.

Além de visita oficial a Brasília, o Vice-Presidente Xi Jinping irá a Manaus, onde se avistará com o Governador Eduardo Braga.

Em 2008, o comércio entre os dois países atingiu o montante de US\$ 36 bilhões, e a China tornou-se o segundo maior parceiro individual do Brasil.

ATO ASSINADO POR OCASIÃO
DA VISITA AO BRASIL DO VICE-
PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR
DA CHINA, XI JINPING - 18 A 20 DE
FEVEREIRO DE 2009
19/02/2009

PROTOCOLO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E
O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR
DA CHINA SOBRE COOPERAÇÃO EM
ENERGIA E MINERAÇÃO

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo da República Popular

da China (doravante denominados “Partes”), Considerando o interesse mútuo na promoção e na diversificação futuras da cooperação entre os dois países nas áreas de energia e de mineração; Desejando aproveitar as oportunidades de cooperação concreta entre os dois países nas áreas de energia e de mineração, baseando-se nos princípios do benefício mútuo e da cooperação de longo prazo; Convencidos de que a confiança mútua e o entendimento entre instituições governamentais e os setores públicos e privados de ambos os países são de importância vital para promover a cooperação bilateral; e Tendo em mente o Memorando de Entendimento entre o Ministério das Minas e Energia da República Federativa do Brasil e a Comissão do Desenvolvimento Nacional e Reforma da República Popular da China sobre o Estabelecimento da Subcomissão de Energia e Recursos Minerais da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, assinado em Pequim, em 5 de junho de 2006, Acordam o seguinte: Artigo I 1. As Partes, em conformidade com suas respectivas legislações internas, fortalecerão a cooperação bilateral nas áreas de petróleo, gás natural, combustíveis renováveis, eletricidade, mineração e processamento de minérios, por meio do mecanismo de cooperação estabelecido no âmbito da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação. 2. As Partes identificarão e promoverão projetos de interesse mútuo. Os projetos de cooperação podem contemplar as seguintes áreas, entre outras que as Partes possam, de comum acordo, vir a incluir: a) intercâmbio de informações sobre leis e regulamentos, políticas públicas e de planejamento nas áreas de energia, mineração e processamento de minérios; b) intercâmbio de informações, pesquisas conjuntas e desenvolvimento de

tecnologias avançadas e eficientes de geração de energia, mineração e processamento de minérios; c) intercâmbio de informações sobre proteção do meio ambiente nas áreas de energia, de mineração e de processamento de minérios; d) incentivo ao desenvolvimento conjunto e das atividades de exploração aplicadas às áreas de petróleo e gás natural; e) incentivo ao desenvolvimento conjuntos de petróleo, de reservas de gás natural e outros recursos minerais em terceiros países; f) implementação da cooperação em engenharia e serviços técnicos aplicados aos setores de petróleo, gás natural e carvão; g) cooperação no refino de petróleo pesado; h) incentivo à cooperação no setor elétrico; i) Intercâmbio de informações sobre tecnologia para a geração de energias renováveis, tais como as hidrelétricas, os biocombustíveis e outras fontes de energia; j) extensão da cooperação e troca de experiências na produção e no uso do etanol combustível, promovendo, de forma conjunta, o desenvolvimento e a aplicação dos biocombustíveis; k) estímulo à formação de parcerias sino-brasileiras, incluindo associações, com o objetivo de intensificar o comércio bilateral de máquinas e equipamentos para a produção de biocombustíveis, entre outras áreas; l) aumento da cooperação na área de mineração, com ênfase no processamento conjunto de minerais tais como o ferro, o alumínio, o níquel, o cobre e o carvão, bem como no processo de agregação e fusão, agregando valor local aos produtos minerais. Artigo II As Partes farão esforços para transformar o etanol em uma commodity energética e promoverão o seu uso no âmbito internacional. Artigo III As Partes deverão apoiar-se na Subcomissão de Energia e Mineração da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação para facilitar a implementação de empreendimentos bilaterais públicos e

privados nos setores de energia e mineração. Artigo IV Cada Parte se esforçará para manter a outra Parte informada sobre a elaboração, o desenvolvimento e as regulamentações dos projetos bilaterais de cooperação, com vistas a solucionar, conjuntamente, as dificuldades e os obstáculos que possam surgir durante a sua implementação. Artigo V As Partes deverão estimular as empresas dos dois países a pesquisar novas oportunidades de negócios nos campos de exploração, desenvolvimento, produção e refino de petróleo, gás natural, mineração e processamento de minérios, na produção, no comércio e no uso de biocombustíveis, bem como na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluindo empreendimentos científicos, tecnológicos e industriais nos dois países. Artigo VI 1. De acordo com suas respectivas legislações nacionais e seus compromissos internacionais, as Partes adotarão as medidas apropriadas para proteger os direitos de propriedade intelectual que surgirem da implementação deste Protocolo. 2. Respeitando o disposto no parágrafo 1 deste Artigo, as entidades cooperantes acordarão previamente sobre os termos relativos aos direitos de propriedade intelectual desenvolvidos ou fornecidos no âmbito da implementação do Protocolo, no que se refere, entre outros, à aquisição da propriedade, manutenção, uso e exploração comercial desses direitos, bem como no que respeita à confidencialidade das informações cuja publicação ou divulgação possa prejudicar a aquisição dos direitos de propriedade intelectual. Artigo VII As Partes designam o Ministério das Minas e Energia e o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Comissão do Desenvolvimento Nacional e Reforma da República Popular da China para coordenarem a implementação deste Protocolo, com a participação adicional de

outros Ministérios e órgãos governamentais quando forem necessários. Artigo VIII Este Protocolo será implementado a partir da data de sua assinatura e terá aplicação de dez (10) anos, renovável automaticamente por iguais períodos. Artigo IX Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar a outra de sua intenção em retirar-se do presente Protocolo, por escrito e por via diplomática. A retirada surtirá efeito seis (6) meses após a data da notificação e não afetará a conclusão e a implementação de projetos em curso, salvo se acordado em contrário pelas Partes. Artigo X O presente Protocolo poderá ser modificado ou emendado a qualquer momento, por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática. Artigo XI Quaisquer controvérsias relativas à interpretação ou implementação do presente Protocolo serão resolvidas por meio de negociação direta entre as Partes, por via diplomática. Feito em Brasília, em 19 de fevereiro de 2009, em dois originais, nos idiomas português, chinês e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
AOS ESTADOS UNIDOS - 25 DE
FEVEREIRO DE 2009
20/02/2009

O Ministro Celso Amorim realizará visita a Washington no próximo dia 25 de fevereiro, para encontrar-se com a Secretária de Estado, Hillary Clinton.

Esta será a primeira reunião entre altas autoridades brasileiras e norte-americanas desde a posse do Presidente Barack Obama. A visita será oportunidade para examinar com a nova Secretária de Estado os caminhos para aprofundar as relações bilaterais, interesse

comum já manifestado pelos Presidentes Lula e Obama em conferência telefônica.

O Ministro Celso Amorim e a Secretária de Estado tratarão das principais iniciativas do relacionamento bilateral e discutirão temas regionais e globais. A preparação da viagem do Presidente Lula aos Estados Unidos também fará parte da agenda.

REUNIÃO DO PRESIDENTE LULA
COM EMBAIXADORES
BRASILEIROS NA ÁFRICA
20/02/2009

Os Embaixadores brasileiros em 19 países na África Ocidental e Central, e nos Países de Língua Oficial Portuguesa, além do Embaixador junto à União Africana, encerraram, hoje, 20 de fevereiro, uma série de reuniões com autoridades governamentais brasileiras, com o objetivo de fazer um balanço das relações do Brasil com aqueles países e de discutir formas de aprimorar as iniciativas brasileiras em matéria de diálogo político, intercâmbio cultural, cooperação técnica e promoção comercial.

O Presidente Lula recebeu o grupo de Embaixadores no dia 18 de fevereiro, acompanhado dos Ministros Celso Amorim, José Gomes Temporão, Miguel Jorge, Edson Lobão e Guilherme Cassel, dos Presidentes da FIOCRUZ e da APEX, de altos representantes dos Ministérios da Fazenda e da Defesa, da ABDI e da EMBRAPA.

A reunião no Palácio do Planalto, que durou cerca de quatro horas, procurou avaliar objetivamente os avanços já alcançados, bem como os principais entraves à expansão sustentada da presença brasileira na África, como a falta de conexões aéreas e marítimas, e a operação ainda incipiente dos instrumentos oficiais de crédito.

O Presidente Lula, em consequência, determinou a realização de nova reunião de coordenação ministerial para estabelecer maior correspondência à demanda que o Brasil recebe de países africanos, associada ao forte crescimento do interesse pelo intercâmbio de conhecimentos e de experiências com nosso país.

Os Embaixadores mantiveram, ainda, no período de 16 a 20 de fevereiro, reuniões com as diferentes áreas do Ministério das Relações Exteriores responsáveis pelas relações com a África. Reuniram-se, também, com amplo leque de órgãos de governo e outras entidades atuantes nos projetos de cooperação com países africanos, entre eles MDIC, MCT, MS, MDA, MDS, MAPA, Fundação Cultural Palmares, EMBRAPA e FIOCRUZ, além de representantes do setor privado com marcado interesse empresarial na África.

A África ocupa hoje lugar de destaque na política externa e no comércio exterior brasileiros. O Brasil mantém 34 embaixadas no continente africano, que foi visitado nove vezes pelo Presidente Lula desde 2003. A corrente de comércio do Brasil com a África aumentou mais de 400% desde o início do Governo, chegando a US\$ 26 bilhões em 2008.

INAUGURAÇÃO DE ARMAZÉM
HUMANITÁRIO DO GOVERNO
BRASILEIRO NO AEROPORTO
INTERNACIONAL ANTÔNIO CARLOS
JOBIM - 2 DE MARÇO DE 2009
25/02/2009

Será inaugurado, no próximo dia 2 de março, o Armazém Humanitário do Governo brasileiro no Terminal de Cargas do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim - Galeão, em cerimônia aberta à imprensa.

A instalação do Armazém tem o propósito

de dar maior celeridade à assistência humanitária internacional prestada pelo Brasil, de forma a tornar disponível estoque permanente de 14 toneladas de alimentos para doação a populações eventualmente atingidas por calamidades e desastres naturais.

A iniciativa atende a proposta do Ministro Celso Amorim, prontamente aceita pelos demais Ministros de Estado que integram o Grupo de Trabalho Interministerial de Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI).

Exemplos recentes da assistência humanitária brasileira, em resposta à solicitação de outros Governos, são o envio de 15 toneladas de medicamentos e alimentos à população afetada pelos conflitos na Faixa de Gaza e a doação de 45 mil toneladas de arroz a Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica.

VISITA DO MINISTRO
CELSO AMORIM À FRANÇA - 26 A 28
DE FEVEREIRO DE 2009
25/02/2009

O Ministro Celso Amorim realizará visita a Paris de 26 a 28 de fevereiro, ocasião em que será recebido pelo Presidente francês Nicolas Sarkozy e realizará reunião de trabalho com o Chanceler Bernard Kouchner.

O encontro em Paris ocorre logo após a visita oficial ao Brasil do Presidente Sarkozy, no dia 23 de dezembro de 2008, que constituiu oportunidade para impulsionar diversas iniciativas bilaterais e concretizar a Parceria Estratégica entre os dois países, mediante o lançamento do Plano de Ação da Parceria Estratégica. Além de discutir temas bilaterais em seguimento à visita, o Ministro Amorim e o Chanceler Kouchner tratarão de temas multilaterais, como a reforma das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança, a ampliação do G-8 e a crise

financeira internacional.

Ainda em Paris, o Ministro Amorim presidirá reunião, no dia 27, com dez Embaixadores brasileiros no Oriente Médio, com vistas a discutir a situação na região e as relações com o Brasil, além de preparar a participação brasileira na Conferência de Doadores para a Reconstrução de Gaza, a ocorrer no dia 2 de março próximo, em Sharm el-Sheik, Egito. Estarão presentes os Embaixadores brasileiros no Egito, Israel, Jordânia, Síria, Arábia Saudita, Catar, Turquia, Irã e Iraque, além da Chefe do Escritório de Representação na Palestina.

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-
MINISTRO DOS PAÍSES BAIXOS,
JAN PETER BALKENENDE - 2 A 4 DE
MARÇO DE 2009
27/02/2009

O Primeiro-Ministro dos Países Baixos, Jan Peter Balkenende, realizará visita ao Brasil, no período de 2 a 4 de março. Virá acompanhado do Ministro dos Transportes, Camiel Eurlings, e de expressiva missão empresarial, integrada por representantes de diversos setores: portuário, aéreo, eletrônico e petroquímico, entre outros.

O Primeiro-Ministro Balkenende será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sede da FIESP, no dia 2 de março, ocasião em que será passada em revista a agenda bilateral. Serão também tratados assuntos de interesse global, como a crise financeira internacional, a mudança do clima e a reforma das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança. Serão assinados protocolos de cooperação nos setores portuário e hidroviário.

O Primeiro-Ministro Balkenende e o Presidente Lula participarão de mesa-redonda com diretores de empresas neerlandesas com interesses no Brasil e do seminário empresarial intitulado “Brasil-Países Baixos: Fortalecendo os Laços entre os Dois Países”.

Em São Paulo, no dia 3 de março, o Primeiro-Ministro Balkenende manterá ainda encontro com o Governador, José Serra, e visitará a Embraer, em São José dos Campos, e a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, em Piracicaba. No Rio de Janeiro, no dia 4 de março, manterá encontro com o Presidente da Petrobras e com o Governador do Estado, Sérgio Cabral.

A visita do Primeiro-Ministro Balkenende objetiva a dinamização do relacionamento bilateral, na seqüência da visita que o Presidente Lula fez aos Países Baixos em abril de 2008.

Em 2008, os Países Baixos foram o terceiro maior investidor estrangeiro no Brasil. O fluxo de comércio bilateral apresentou crescimento de 20% no ano passado, tendo alcançado a cifra de US\$ 11,9 bilhões.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
AO EGITO - 2 A 4 DE MARÇO DE 2009
27/02/2009

O Ministro Celso Amorim visitará o Egito, de 2 a 4 de março, para participar de conferência internacional sobre Gaza e da reunião ministerial de países árabes e sul-americanos.

Em 2 de março, o Ministro participará, em Sharm el-Sheikh, da Conferência de Doadores em Apoio à Economia Palestina para a Reconstrução de Gaza. Trata-se do primeiro grande esforço coletivo da comunidade

internacional para a normalização da situação humanitária em Gaza após o conflito de janeiro. A conferência, que deverá ter a participação de mais de 70 países, terá como foco a obtenção de recursos para assistência humanitária; o financiamento para a reconstrução e o desenvolvimento da Faixa de Gaza; e o apoio ao processo de reconciliação política entre as facções palestinas. Na ocasião, o Ministro Celso Amorim anunciará contribuição brasileira.

No Cairo, no dia 4 de março, terá lugar a III Reunião dos Ministros das Relações Exteriores da Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA). O encontro servirá para preparar a II Cúpula de Chefes de Estado de países árabes e sul-americanos, que ocorrerá em Doha, no dia 31/3.

O fórum bi-regional foi criado em 2005, na I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, e é integrado por 34 países - 12 sul-americanos e 22 árabes. Tem como objetivo promover o diálogo e a cooperação econômico-comercial entre as duas regiões.

As trocas comerciais entre o Brasil e o mundo árabe cresceram aproximadamente 150% desde a realização da I Cúpula ASPA. Em 2008, o fluxo de comércio alcançou a soma de US\$ 20,2 bilhões.

ASSASSINATO DO PRESIDENTE JOÃO
BERNARDO NINO VIEIRA,
DA GUINÉ-BISSAU
02/03/2009

Foi com profunda consternação que o Governo brasileiro recebeu a notícia do atentado que vitimou o Presidente da República da Guiné-Bissau, João Bernardo

Nino Vieira. O atentado seguiu-se à explosão que tirou a vida do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas do país, General Tagmé Na Waié.

O Governo brasileiro manifesta seu mais forte repúdio a esses atos de violência, que atentam contra as instituições bissau-guineenses.

O Brasil está em coordenação estreita com os demais países-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a fim de proceder a uma análise conjunta da situação e de propiciar o apoio necessário para a normalização do quadro interno na Guiné-Bissau.

A Missão do Brasil junto à ONU, que preside os trabalhos da Comissão para a Construção da Paz das Nações Unidas (CCP) para a Guiné-Bissau, foi orientada a reunir-se com o Secretariado da ONU e com membros do Conselho de Segurança.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem sido informado da situação em Guiné-Bissau pelo Ministro Celso Amorim e, diretamente, pelo Embaixador do Brasil em Bissau, Jorge Kadri.

O Ministro Celso Amorim, que participa da Conferência de Apoio à Reconstrução de Gaza, em Sharm El-Sheikh, no Egito, manteve conversas sobre a situação na Guiné-Bissau com os Ministros das Relações Exteriores da França e de Portugal, entre outros.

O Embaixador do Brasil em Bissau tem acompanhado a situação dos brasileiros que se encontram na Guiné-Bissau e, em seus contatos com o Primeiro-Ministro e a Ministra das Relações Exteriores do país, tem manifestado a expectativa do Governo brasileiro de que as autoridades constituídas saibam propiciar um ambiente de serenidade e de diálogo pacífico, com pleno respeito à ordem constitucional.

CONTENCIOSO BRASIL-
ESTADOS UNIDOS SOBRE
SUBSÍDIOS AO ALGODÃO -
AUDIÊNCIA SOBRE A FORMA
E O MONTANTE DA RETALIAÇÃO
03/03/2009

Realiza-se em Genebra, de 2 a 4 de março corrente, audiência no âmbito do procedimento arbitral da Organização Mundial do Comércio que determinará a forma e o montante das medidas que o Brasil poderá adotar contra os Estados Unidos no contencioso sobre subsídios ao algodão.

O procedimento arbitral que visa a definir o valor e a forma das contramedidas foi retomado em agosto de 2008, após confirmação, pelo painel de implementação e pelo Órgão de Apelação, de que as medidas adotadas pelos Estados Unidos foram insuficientes para dar cumprimento às determinações do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.

Os Estados Unidos continuaram a realizar desembolsos de “Apoio à Comercialização” (“Marketing Loans - MLs”) e “Pagamentos Contra-Cíclicos” (Counter-Cyclical Payments - CCPs), os quais causam prejuízo grave ao Brasil devido ao impacto nos preços internacionais do algodão. No que tange aos subsídios à exportação, os Estados Unidos mantiveram as garantias de crédito oferecidas sob o programa GSM-102.

O Brasil ressalta que a observância das regras da OMC é fundamental para a credibilidade do sistema multilateral de comércio.

A documentação apresentada pelo Brasil no curso dos procedimentos de arbitragem solicita autorização de contramedidas da ordem de

2,5 bilhões de dólares e a possibilidade de aplicá-las ao comércio de bens, propriedade intelectual e serviços. Este valor reflete atualização dos pagamentos efetuados pelos EUA em períodos posteriores a 2005.

As conclusões dos árbitros estão previstas para divulgação no próximo dia 30 de abril.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DO URUGUAI, TABARÉ VÁZQUEZ -
BRASÍLIA, 10 DE MARÇO DE 2009
09/03/2009

O Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, realizará visita oficial ao Brasil no dia 10 de março, a convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os Presidentes farão balanço dos principais projetos e iniciativas bilaterais. Deverão examinar meios para impulsionar a integração da infraestrutura, como a nova ponte sobre o Rio Jaguarão; a linha de transmissão elétrica entre San Carlos, no Uruguai, e Candiota, no Rio Grande do Sul; e a Hidrovia da Lagoa Mirim. Também discutirão ações sociais conjuntas para maior integração das regiões de fronteira.

Os Presidentes tratarão, ainda, da crise econômica mundial, com ênfase nas medidas para mitigar seus efeitos. Examinarão a agenda de integração regional e do Mercosul, tendo presente o interesse mútuo em aperfeiçoar a União Aduaneira, com a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC), e em fortalecer mecanismos para superação das assimetrias entre os sócios do bloco, particularmente o Fundo Estrutural de Convergência do Mercosul (FOCEM).

Durante a visita, deverão ser assinados os seguintes documentos: a) Acordo de Serviços Aéreos; b) Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para implementação do projeto “Capacitação em Português como Língua Estrangeira Instrumental para Agentes do Governo Uruguaio”; e, c) Adendo ao Memorando de Entendimento de 5 de julho de 2006 entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Indústria, Energia e Mineração do Uruguai.

O Brasil é o principal parceiro comercial do Uruguai. Em 2008, as exportações brasileiras para o Uruguai totalizaram US\$ 1,6 bilhão (com crescimento de 27,6% em relação a 2007), e as exportações uruguaias para o Brasil alcançaram US\$ 1,018 bilhão (com crescimento de 29,5% em relação ao ano anterior).

VISITA AO BRASIL DO
SECRETÁRIO-GERAL DA OEA,
JOSÉ MIGUEL INSULZA - BRASÍLIA,
10 E 11 DE MARÇO
09/03/2009

O Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), José Miguel Insulza, realizará visita de trabalho a Brasília, nos dias 10 e 11 de março.

O Secretário-Geral da OEA será recebido pelo Ministro Celso Amorim, no dia 10, ocasião em que serão examinados o relacionamento do Brasil com a OEA e temas regionais, como a situação no Haiti, as relações entre o Equador e a Colômbia, e a Cúpula das Américas.

José Miguel Insulza será recebido também pelos Presidentes das Comissões de Relações

Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

VISITA AO BRASIL DO DIRETOR-
GERAL DA FAO, JACQUES DIOUF -
BRASÍLIA, 9 E 10 DE MARÇO DE 2009
09/03/2009

O Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Jacques Diouf, encontra-se em visita oficial ao Brasil.

O Diretor-Geral da FAO foi recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, hoje, 9 de março, e manteve encontros com os Ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias. Estão previstos, ainda, encontros com o Secretário Especial para Pesca, Altemir Gregolin, e com a Secretária-Executiva do Ministério do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Entre os temas que serão discutidos, incluem-se a realização da Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar, em Roma, em novembro próximo, e questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional, à reforma agrária, ao desenvolvimento rural (incluindo a agricultura familiar) e à reforma da FAO.

Foram assinados, em 9 de março, acordos da FAO com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na área de alimentação escolar, e com o SEBRAE, na área de empreendedorismo. No dia 10, será celebrado acordo com a EMATER-RS, na área de desenvolvimento rural.

O Diretor-Geral da FAO e o Embaixador do Brasil junto à FAO, José Antonio Marcondes

de Carvalho, darão entrevista coletiva no dia 10 de março, às 15h15, no Itamaraty.

ELEIÇÃO DO EMBAIXADOR JOÃO
CLEMENTE BAENA SOARES
PARA A COMISSÃO JURÍDICA
INTERAMERICANA
09/03/2009

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a eleição do Embaixador João Clemente Baena Soares para a Comissão Jurídica Interamericana (CJI), que ocorreu durante a reunião do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), no último dia 4 de março.

A Comissão Jurídica Interamericana serve de corpo consultivo da OEA para os assuntos jurídicos e visa a promover a codificação e o desenvolvimento progressivo do Direito Internacional na região.

Único brasileiro a ter exercido o cargo de Secretário-Geral da OEA, o Embaixador Baena Soares irá ocupar a vaga na CJI aberta pela saída do Professor Ricardo Seitenfus, recentemente nomeado Representante da Organização em Porto Príncipe, Haiti.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DO URUGUAI, TABARÉ VÁZQUEZ -
BRASÍLIA, 9 E 10 DE MARÇO DE 2009 -
DECLARAÇÃO CONJUNTA
10/03/2009

Em 10 de março de 2009, a convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República Oriental do Uruguai, Tabaré Vázquez, realizou visita oficial ao Brasil com o propósito de fortalecer os laços que unem os

dois países, oportunidade em que passaram em revista o amplo espectro da relação bilateral.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Tabaré Vázquez:

1. Destacaram as excelentes relações entre o Brasil e o Uruguai, que têm a marca da proximidade geográfica, da história comum, da identidade de valores e da ampla convergência de ideais e de interesses. Ressaltaram, ademais, a necessidade de manter o freqüente e fluido entendimento em nível presidencial e em todos os demais níveis de Governo.

2. Reiteraram o compromisso do Brasil e do Uruguai com a promoção da paz e da segurança internacional e com todos os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, em particular a igualdade soberana dos Estados, a solução pacífica de controvérsias e o respeito à integridade territorial dos Estados. Nesse sentido, expressaram sua convicção de que o respeito ao direito internacional é fundamental para alcançar soluções duradouras e definitivas para os conflitos entre Estados e para garantir o desenvolvimento e a prosperidade dos povos e nações.

3. Concordaram que o fortalecimento das organizações multilaterais constitui a melhor via para a construção de uma ordem internacional mais estável e justa, uma vez que as soluções de longo prazo para os problemas mundiais exigem diálogo amplo e a ação concertada que somente essas organizações podem propiciar. Reiteraram, portanto, a necessidade de se avançar em uma reforma da Organização das Nações Unidas que a dote dos instrumentos adequados para enfrentar os desafios atuais nos campos da paz e da segurança, do desenvolvimento, do meio ambiente e dos direitos humanos.

4. Reconheceram a urgência de que o processo negociador em torno da reforma do Conselho de Segurança das Nações

Unidas logre resultados concretos e leve à ampliação de assentos nas categorias de membros permanentes e não-permanentes, condição essencial para garantir maior representatividade, legitimidade e eficácia àquele órgão. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou a ocasião para agradecer novamente o reiterado apoio uruguaio à aspiração brasileira de ocupar assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

5. Recordaram que os direitos humanos, a democracia e o desenvolvimento são interdependentes e se reforçam mutuamente. Nesse contexto, ressaltaram a importância da promoção e da proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais em todo o mundo, em um espírito de concórdia e cooperação para superar os entraves à efetiva fruição desses direitos. Na qualidade de líderes de países formados por distintas culturas e etnias, manifestaram forte preocupação com casos de violência religiosa e de xenofobia no mundo e insistiram na necessidade de fortalecer o diálogo entre os povos, promover a tolerância e, no atual contexto de crise econômica, garantir a dignidade e os direitos humanos dos migrantes e de suas famílias.

6. Em virtude de atual conjuntura migratória em que se registra incremento de ações restritivas em diversos países, reafirmaram sua vontade de continuar o intercâmbio de experiências no tocante à política de vinculação que mantêm com seus nacionais no exterior.

7. Coincidiram em ressaltar a importância estratégica dos recursos hídricos, em particular os fronteiros, tais como as águas do Rio Quaraí, a Lagoa Mirim e o Aquífero Guarani, e sublinharam a vontade de ambos os países de fortalecer as auspiciosas instâncias de coordenação existentes e aprofundar as

políticas para o manejo sustentável desses recursos.

8. Reiteraram sua determinação em continuar executando políticas públicas de combate à fome e à pobreza, de modo a construir sociedades socialmente justas e economicamente prósperas. Expressaram a intenção de estreitar a cooperação bilateral com vistas a compartilhar experiências bem-sucedidas nas áreas da redução da desigualdade social, do acesso aos serviços básicos de saúde e educação e da capacitação para inserção no mercado de trabalho.

9. Reiteraram igualmente seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e sua decisão de contribuir para melhorar a resposta internacional diante da mudança climática, com base na Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, levando em conta as legítimas aspirações dos países em desenvolvimento. Reiteraram, ademais, a importância do princípio de responsabilidades compartilhadas, porém diferenciadas, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

10. Concordaram que a crescente escassez de energia no mundo e que a relação da questão energética com a mudança climática tornam urgentes os esforços bilaterais e regionais de integração dos sistemas energéticos. Concordaram igualmente que o desenvolvimento dos biocombustíveis constitui um importante vetor de desenvolvimento econômico e social, promoção tecnológica e geração de energia limpa, com efeitos positivos na redução das emissões de gases que contribuem para o aquecimento global. Nesse sentido, decidiram estreitar a cooperação bilateral e multilateral com vistas ao desenvolvimento de biocombustíveis.

11. Coincidiram na avaliação de que a atual crise econômica internacional, que

teve origem nos países desenvolvidos, demonstra a necessidade de se construir uma nova arquitetura financeira global, dotada de mecanismos transparentes de governança e regulação capazes de evitar os efeitos nocivos de ações especulativas desenfreadas. Assinalaram que as discussões para a criação desses mecanismos não podem permanecer restritas aos países desenvolvidos, mas requerem, ao contrário, ampla participação dos países em desenvolvimento, os quais, embora não tenham contribuído para desencadear a atual crise, devem ser parte necessária de sua solução. Nesse contexto, manifestaram forte preocupação com a tendência protecionista em alguns países desenvolvidos e com seu potencial efeito adverso sobre os fluxos comerciais, os investimentos e os níveis de emprego.

12. Concordaram que a crise econômica impõe aos Governos o desafio de buscar maneiras criativas para superar a escassez de crédito e expandir o comércio mundial. Reiteraram que a retomada da Rodada Doha e a remoção dos entraves ao comércio internacional são fundamentais para se atingir esse objetivo. No âmbito regional, observaram que será fundamental aprofundar o processo de integração no MERCOSUL e ampliar o uso de mecanismos inovadores e enfoques flexíveis com esse objetivo.

13. Reiteraram seu compromisso com o MERCOSUL - principal âmbito de integração regional para ambos os países - e salientaram a importância de eliminar a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) como um passo fundamental para a consolidação da união aduaneira.

14. Saudaram a plena implementação do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), instrumento de grande importância para a correção das assimetrias entre os Estados membros do bloco e concordaram que os procedimentos

de aprovação dos projetos devem ater-se a critérios estritamente técnicos para garantir sua plena operatividade.

15. Reiteraram o compromisso de operacionalizar um sistema de garantias como um primeiro passo no estabelecimento de um Fundo Mercosul de apoio às pequenas e médias empresas envolvidas em iniciativas de integração produtiva.

16. Manifestaram sua disposição de dar prosseguimento às negociações extra-regionais do MERCOSUL, seja pelo aprofundamento de relações no âmbito Sul-Sul, seja pela retomada do diálogo no plano do Acordo de Associação Inter-regional MERCOSUL - União Européia.

17. Reconheceram a importância da consolidação da UNASUL, que deve se transformar em fator de unidade e cooperação na América do Sul, criando sinergias positivas em áreas como o desenvolvimento da infraestrutura física regional, a potencialização de políticas sociais na região e a cooperação em matéria de defesa.

18. Saudaram a assinatura dos seguintes atos internacionais:

i) Adendo ao Memorando de Entendimento sobre Interconexão Elétrica de 5 de julho de 2006;

ii) Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e o Uruguai para Implementação do Projeto “Capacitação em Português como Língua Estrangeira Instrumental para Agentes do Governo Uruguaio - Polícia Rodoviária”; e

iii) Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai

19. Finalmente, o Presidente Tabaré Vázquez agradeceu, em seu nome e no de sua Comitativa, as gentilezas e manifestações de apreço e amizade recebidas do Governo e do povo brasileiros durante sua visita ao Brasil.

Com relação aos projetos e iniciativas da agenda bilateral e como demonstração de seu firme compromisso de avançar com celeridade na integração,

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Tabaré Vázquez:

1. Acordo na Área de Saúde

Saudaram os avanços na agenda de integração fronteiriça, de que é exemplo a celebração, em novembro passado, do “Ajuste Complementar ao Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, para Prestação de Serviços de Saúde”.

Instruíram suas autoridades de saúde a intensificar os contatos bilaterais e a tomar as providências necessárias com vistas à plena implementação do referido Acordo assim que forem cumpridos os requisitos legais para sua entrada em vigor.

2. Celebração dos 100 Anos do Tratado de Limites na Lagoa Mirim

Recordaram os 100 anos da assinatura do “Tratado Relativo às Fronteiras na Lagoa Mirim e o Rio Jaguarão e o Comércio e a Navegação nessas Paragens”, a completar-se em outubro do corrente ano.

Instruíram as respectivas Chancelarias a propor iniciativa que marque a passagem desse aniversário de grande importância histórica para a consolidação das relações de fraternidade e amizade entre o Brasil e o Uruguai.

3. Comissão Mista Brasil - Uruguai para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim

Notaram com satisfação a reativação dos trabalhos da Comissão Mista Brasil - Uruguai para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM).

Instruíram as Chancelarias, as áreas encarregadas de transporte e os demais órgãos com competência na matéria a implementar o projeto da “Hidrovia da Lagoa Mirim”, que

permitirá o aumento do intercâmbio de bens e de pessoas entre os dois países, oferecendo alternativa de baixo custo para o transporte multimodal na região de influência da Bacia da Lagoa Mirim.

Determinaram, ademais, que a CLM avance nos entendimentos relativos ao projeto Aceguá-Aceguá de saneamento, cuja execução poderá tornar-se modelo para o desenvolvimento integrado da infraestrutura de saneamento nos demais pontos da fronteira comum.

Instruíram também que a CLM desenvolva projeto de manejo sustentável dos recursos pesqueiros na área abrangida pela Bacia da Lagoa Mirim, em conformidade com as preocupações brasileiras e uruguaias quanto à preservação de ecossistemas locais e ao bem-estar das populações ribeirinhas.

4. Comissão da Bacia do Rio Quaraí

Determinaram que a Comissão da Bacia do Rio Quaraí seja reativada, a exemplo da Comissão da Lagoa Mirim, de forma a fomentar a coordenação bilateral no tratamento de temas sanitários, ambientais e de gestão dos recursos hídricos.

5. Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço

Decidiram dar continuidade às reuniões da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, de modo a promover o desenvolvimento integrado, em diversos temas, da faixa de fronteira. Nesse sentido, instruíram suas Chancelarias a convocar, para a segunda quinzena do mês de maio do corrente ano, a próxima reunião da nova Agenda, a realizar-se no Brasil.

Manifestaram satisfação pela aprovação do regimento interno do Foro de Intendentes e Prefeitos da Fronteira e pelos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Binacional Assessora de Saúde.

6. Integração Fronteiriça e Livre Circulação de Pessoas

Ressaltaram a importância dos entendimentos bilaterais para garantir melhores condições de vida às populações fronteiriças, atendendo suas necessidades diárias e oferecendo soluções para seus problemas, inclusive no que diz respeito às facilidades de trânsito de pessoas e mercadorias e garantia de acesso aos serviços básicos de saúde, educação e saneamento.

Para tanto, determinaram que as Chancelarias coordenem trabalho de avaliação sobre a implementação dos instrumentos jurídicos bilaterais ou no âmbito do Mercosul com impacto sobre a vida dos cidadãos fronteiriços, de modo a corrigir e melhorar procedimentos, identificar necessidade de complementação e atualização do quadro normativo existente e propor iniciativas para avançar rumo à livre circulação de pessoas.

7. Restauração da Ponte Mauá e construção de segunda ponte sobre o Rio Jaguarão

Saudaram os avanços nos processos de licitação relativos ao projeto executivo de restauração da Ponte Internacional Barão de Mauá; e à elaboração dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e do projeto executivo de engenharia de uma segunda ponte internacional sobre o Rio Jaguarão, entre os Municípios de Jaguarão (Brasil) e Río Branco (Uruguai).

Reiteraram a importância, para a integração dos dois países, da execução das obras de restauração da Ponte Mauá e de construção de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão no prazo mais breve possível. Nesse sentido, determinaram que as Chancelarias e as autoridades de transporte organizem reuniões bilaterais periódicas para acompanhamento e supervisão dos trabalhos a serem realizados pelas empresas vencedoras das referidas licitações.

8. Energia Elétrica

Notaram a exportação de energia elétrica interruptível do Brasil para o Uruguai, em caráter emergencial, como forma de ajudar a superar a situação de dificuldade provocada pela seca e a diminuição dos níveis dos reservatórios uruguaios. O Presidente Tabaré Vázquez agradeceu ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela cooperação brasileira nesse momento de necessidade.

Reconheceram a importância de se concretizar o projeto de integração binacional para a construção da linha de transmissão elétrica de grande porte entre San Carlos (Uruguai) e Candiota (Brasil), garantindo assim a plena interconexão elétrica entre os dois países. Nesse sentido, saudaram a assinatura, pelos Ministérios encarregados do tema de energia, de um Adendo ao Memorando de Entendimento de 5 de julho de 2006, que estabelece esforço conjunto para encontrar o desenho institucional que garanta as condições adequadas para viabilizar a construção e operação da linha de transmissão.

Instruíram as Chancelarias e as autoridades da área de energia de ambos os países que intensifiquem as reuniões técnicas previstas no referido Adendo com vistas a propor soluções no corrente ano para equacionar todas as questões envolvidas no projeto, inclusive as relacionadas a temas tributários, regulatórios, fontes de financiamento, as condições da exportação de energia interruptível, contrato firme de fornecimento de energia no longo prazo e avaliação da necessidade de celebração de eventual acordo bilateral sobre interconexão elétrica que garanta segurança jurídica ao empreendimento.

Instruíram as respectivas Chancelarias, ademais, a atuarem de maneira coordenada com vistas a obter a aprovação do financiamento

solicitado pelo Uruguai para o projeto da linha de transmissão por meio do Fundo Estrutural de Convergência do MERCOSUL (FOCEM).

9. PETROBRAS

Notaram a importância da presença da PETROBRAS no Uruguai e instaram a empresa a aumentar os seus investimentos no país e a participar na prospecção e exploração de hidrocarbonetos na plataforma continental uruguaia.

10. Cooperação Técnica

Notaram a execução de projetos de cooperação nas áreas de educação, legislação aduaneira, saúde, desenvolvimento social, vigilância sanitária, fortalecimento institucional na área de mineração e educação alimentar e nutricional, entre outros.

Coincidiram que devem ser mantidos os esforços com vistas à adoção de um marco específico de cooperação bilateral no campo da biotecnologia, assim como para aprofundar o intercâmbio de informação que facilite a realização de projetos conjuntos nas áreas de saúde e produção agropecuária.

Determinaram que as Chancelarias promovam avaliações regulares dos resultados dos inúmeros projetos de cooperação técnica entre Brasil e Uruguai com o intuito de superar eventuais dificuldades, aperfeiçoar os arranjos existentes e identificar novas demandas de cooperação.

11. Cultura

Ressaltaram a importância da promoção e difusão da cultura e concordaram em realizar a I Reunião da Comissão Mista Cultural e Educacional Brasileiro-Uruguaia, assim como a adoção de Programa Executivo Cultural e Educacional para o biênio 2009-2010 para a coordenação e posterior execução de ações bilaterais em ambas as áreas temáticas.

12. Investimentos e Integração Produtiva

Manifestaram sua satisfação com o aumento dos investimentos de empresas brasileiras no Uruguai, tanto no agronegócio quanto na indústria, por representarem novos aportes de capital e por contribuírem para a geração de renda e de empregos.

Saudaram a iminente abertura de representação do BNDES e de escritório do Banco do Brasil em Montevideu, por sua importância para o apoio a projetos de desenvolvimento.

Reiteraram o caráter estratégico da integração e da complementação produtivas, assim como o desenvolvimento da associatividade empresarial como forma de alcançar maior equilíbrio nas trocas comerciais e assinalaram a existência de grande potencial para cooperação nos setores naval, aeronáutico, farmacêutico, plásticos, informática e de autopeças. Os Presidentes receberam positivamente a intenção de elaboração, por parte da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e do Ministério da Indústria, Energia e Minas do Uruguai (MIEM), de uma proposta de agenda de trabalho para setores industriais identificados nas áreas de associatividade, integração produtiva e complementação técnica industrial.

Instaram seus respectivos Ministérios encarregados dos temas de indústria, em cooperação com o BNDES e instituições financeiras uruguaias, a organizar encontros empresariais e rodadas de negócios para a identificação de projetos estratégicos de integração produtiva que, por sua importância e potencial impacto positivo nos setores industriais de ambos os países, poderiam ser objeto de políticas oficiais de apoio e fomento.

13. Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral

Expressaram satisfação pelos avanços obtidos no âmbito da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral entre Brasil e Uruguai, que tem solucionado questões pontuais e removido entraves ao comércio entre os dois países.

Instaram as autoridades que integram a Comissão a fortalecer seu papel de instância de concertação e de promoção do diálogo com o setor privado, promovendo maior conhecimento mútuo das normas de ambos os países, a interação entre o setor privado e os órgãos de controle e a identificação de necessidades de harmonização dos critérios e das regras com incidência sobre o comércio exterior.

14. Sistema de Pagamento em Moeda Local (SML)

Manifestaram o interesse de ambos os países no estabelecimento de um diálogo sobre o sistema de pagamento em moeda local. Nesse sentido, solicitaram aos respectivos Bancos Centrais que realizem, no prazo mais curto possível, jornada de trabalho com vistas ao compartilhamento, com as autoridades monetárias uruguaias, da experiência brasileira na matéria, especialmente no tocante às medidas e providências tomadas nos campos regulatório e de adaptação dos sistemas informáticos relativos ao Sistema de Pagamento em Moeda Local.

15. Plataforma Continental

Concordaram em apresentar uma proposta convergente no que diz respeito à demarcação dos limites das plataformas continentais do Brasil e do Uruguai na Comissão de Limites da Plataforma Continental na Organização das Nações Unidas, em clara demonstração do compromisso com a concertação bilateral no plano multilateral.

Determinaram que as autoridades envolvidas no tema aprofundem o diálogo sobre os critérios técnicos necessários para alcançar convergência entre as propostas de ambos os países.

Assinada na cidade de Brasília, em 10 de março de 2009.

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-
MINISTRO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE,
RAFAEL BRANCO -
9 A 13 DE MARÇO DE 2009
10/03/2009

O Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe, Rafael Branco, realiza visita ao Brasil entre os dias 9 e 13 de março.

No dia 11, em Brasília, o Primeiro-Ministro será recebido pelo Presidente Lula e homenageado em almoço no Itamaraty pelo Ministro Celso Amorim, com quem assinará atos sobre cooperação em agricultura e formação profissional. A programação em Brasília inclui ainda reuniões nos Ministérios da Educação, Cultura, Minas e Energia e Previdência Social, no Tribunal Superior Eleitoral, na Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), na Caixa Econômica Federal e no SENAI, além de audiência com o Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda.

Nos dias 12 e 13, o Primeiro-Ministro estará em Salvador, onde será recebido pelo Governador Jacques Wagner, pelo Reitor da Universidade Federal da Bahia, e participará de seminário empresarial na Federação das Indústrias da Bahia (FIEB).

No dia 9, Rafael Branco esteve em São Paulo, onde manteve encontro com representantes da Câmara de Comércio Brasil-São Tomé e participou de evento empresarial

na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

VISITA AO BRASIL DO PRÍNCIPE DE GALES - 11 A 15 DE MARÇO DE 2009

10/03/2009

O Príncipe de Gales, Charles Philip Arthur George, realizará visita ao Brasil, no período de 11 a 15 de março de 2009, acompanhado por sua esposa, a Duquesa da Cornuália.

No dia 11, o Príncipe de Gales será recebido, em Brasília, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também terá encontros com os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, e será homenageado em jantar oferecido pelo Ministro Celso Amorim.

Durante sua viagem ao Brasil, o casal real conhecerá iniciativas brasileiras em favor da proteção do meio ambiente, como a criação de reservas ambientais e ações de combate à mudança do clima.

O Príncipe de Gales também visitará o Rio de Janeiro, Manaus e Santarém. No Rio de Janeiro, terá encontro com empresários e com especialistas em questões ambientais e sociais e participará, no Palácio Itamaraty, de seminário sobre meio ambiente, organizado pelo BNDES. O Príncipe visitará, ainda, a Escola Naval e o Jardim Botânico.

Em Manaus, no dia 13, o Príncipe de Gales se reunirá com os Governadores dos Estados amazônicos. Conhecerá os projetos da Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA) e visitará o Instituto de Permacultura da Amazônia, com a presença de representantes da Aliança dos Povos da Floresta. A Duquesa da Cornuália se encontrará com o Grupo de Apoio aos Portadores de Osteoporose, no Palácio Rio Negro. O casal real será recebido

à noite pelo Governador Eduardo Braga, no Teatro Amazonas, e assistirá à apresentação da Orquestra Amazonas Filarmônica.

No dia 14, a Duquesa da Cornuália visitará o Centro de Arte e Educação Municipal e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). O Príncipe de Gales visitará a Comunidade Maguary, que desenvolve projeto de preservação de água mediante reflorestamento, no município de Belterra, no Estado do Pará.

REVISÃO DA POLÍTICA COMERCIAL DO BRASIL NA OMC

11/03/2009

A Organização Mundial do Comércio (OMC) concluiu hoje (dia 11/3), em Genebra, o V Exame da Política Comercial do Brasil. O exercício ocorre a cada quatro anos para países em desenvolvimento e a cada dois anos para países desenvolvidos.

Vinte e sete países submeteram mais de 800 perguntas por escrito ao Brasil, um recorde para o País. Trata-se de acréscimo de 65% em relação à revisão anterior. Participaram do debate 40 delegações de países desenvolvidos e em desenvolvimento de todos os continentes. Esse amplo interesse traduz uma percepção positiva do papel do Brasil no sistema multilateral de comércio e do comportamento da economia brasileira no atual cenário de crise.

Durante os debates, os países reconheceram a posição relativamente favorável do país face à crise econômica internacional e elogiaram o empenho brasileiro para superá-la sem recorrer a medidas que contrariam as regras da OMC. Embora não constitua o foco do exercício, foram também mencionadas favoravelmente

as políticas sociais desenvolvidas pelo Brasil. Foi ressaltada ainda a diversificação do comércio bilateral brasileiro e sublinhado, pelos parceiros envolvidos, a ação brasileira de cooperação na área comercial, inclusive o programa conduzido com países africanos produtores de algodão.

Entre os pontos criticados, ressalta-se a elevação da média das tarifas de importação em relação ao exercício anterior, causada pelo aumento das tarifas para têxteis e calçados em 2007. A delegação brasileira recordou que a elevação tarifária se realizou nos limites autorizados pelos compromissos na OMC e que as importações desses setores cresceram cerca de 30% em 2008. Também foi criticada a manutenção no Brasil de um número alto de licenças à importação, a despeito da decisão de revogar medidas recentes nessa área. A delegação brasileira recordou que o elevado número se devia à integração dos procedimentos de autorização de diversos órgãos num único sistema informatizado, o SISCOMEX.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

O Mecanismo de Revisão de Políticas Comerciais foi criado na Rodada Uruguai de Negociações Comerciais e é conduzido pelo Órgão de Revisão de Políticas Comerciais da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em novembro último, delegação do Secretariado da OMC visitou Brasília e manteve contato com todas as áreas de Governo. Com base nas informações obtidas, o Secretariado elaborou relatório, sob sua responsabilidade, sobre a política comercial brasileira. O Governo brasileiro, por sua parte, preparou também documento de apresentação das políticas brasileiras. Ambos os documentos estão disponíveis ao público na página de internet da OMC.

Com base nesses relatórios, 27 países membros da OMC enviaram questionamentos,

a serem respondidos por escrito e comentados nas sessões plenárias do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais, realizadas nas manhãs dos dias 9 e 11 de março corrente. No dia 9 de março, os países apresentaram seus comentários com base nos documentos circulados e no dia 11 foram debatidas as respostas apresentadas pelo Brasil. A preparação das respostas envolveu a coordenação de diversos órgãos governamentais pela Secretaria-Executiva da CAMEX e pelo Itamaraty.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTOS DA BOLÍVIA, DAVID CHOQUEHUANCA - BRASÍLIA, 12 DE MARÇO DE 2009 11/03/2009

O Ministro das Relações Exteriores e Cultos da Bolívia, David Choquehuanca, realizará visita oficial ao Brasil em 12 e 13 de março.

Em 12 de março, será recebido pelo Ministro Celso Amorim, para reunião de trabalho, e será homenageado com almoço no Palácio Itamaraty. Os dois Ministros deverão avaliar a evolução do relacionamento bilateral, bem como tratar das questões de interesse comum no plano regional e internacional.

O Chanceler boliviano terá, ainda, encontros com as seguintes autoridades: o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Eduardo Azeredo; o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado Severiano Alves; o Presidente da Liga Parlamentar Brasil-Bolívia, Deputado Nilson Mourão; e o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Ayres Britto.

Em 2008, o intercâmbio comercial bilateral alcançou a cifra de US\$ 3,99 bilhões. As exportações brasileiras para a Bolívia

somaram US\$ 1,14 bilhão, e as exportações bolivianas para o Brasil totalizaram US\$ 2,85 bilhões.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES E CULTOS
DA BOLÍVIA, DAVID CHOQUEHUANCA
- BRASÍLIA, 12 DE MARÇO DE 2009 -

COMUNICADO CONJUNTO

12/03/2009

O Ministro de Relações Exteriores e Cultos da Bolívia, Embaixador David Choquehuanca Céspedes, realizou visita oficial a Brasília em 12 de março de 2009.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, recebeu seu homólogo no Palácio Itamaraty, onde mantiveram profícua reunião de trabalho.

No mesmo dia, o Chanceler Choquehuanca realizou visitas de cortesia aos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Eduardo Azeredo e Deputado Severiano Alves, e ao Presidente da Liga Parlamentar Brasil-Bolívia, Deputado Nilson Mourão.

No Palácio Itamaraty, o Chanceler Celso Amorim condecorou o Ministro Choquehuanca com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no Grau de Grã-Cruz. O Chanceler da Bolívia condecorou o Ministro Amorim com a Medalha da Legião de Honra Marechal Andres de Santa Cruz, no Grau de Grã-Cruz.

Durante a reunião, os Ministros passaram em revista a intensa e construtiva agenda bilateral e coincidiram com relação ao excelente estado do relacionamento entre os dois países e Governos. Assinalaram sua expectativa em relação ao próximo encontro de fronteira entre os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Evo Morales.

Os Ministros destacaram a assinatura do Memorando de Entendimento para Constituição do Mecanismo de Coordenação e Cooperação Brasil-Bolívia, que constitui peça fundamental para a construção da associação estratégica bilateral e que tem o objetivo de realizar, de forma semestral, um acompanhamento da evolução do relacionamento bilateral e informar as reuniões de Presidentes.

Os Ministros congratularam-se pela assinatura, nessa oportunidade, de dois Ajustes Complementares, na área de Saúde, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre os dois países. Os Ajustes permitirão, de um lado, estabelecer e implementar um banco de leite humano na Bolívia, que será referência no país, e, de outro, apoiar o fortalecimento institucional do Ministério de Saúde e Esportes da Bolívia em métodos de capacitação e formação em saúde pública e vigilância em saúde ambiental.

Da mesma forma, durante a visita, os Ministros ressaltaram a assinatura do “Acordo entre o Governo da República da Bolívia e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Exercício de Atividade Remunerada para Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico”.

Os Ministros congratularam-se, ainda, pela entrada em vigência do “Convênio de Crédito entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia” que permitirá a aquisição de máquinas agrícolas destinadas à mecanização da agricultura boliviana em um montante de US\$ 35 milhões.

Os Ministros saudaram os avanços alcançados entre autoridades dos dois países na operacionalização da Declaração bilateral a respeito da Cooperação no Combate ao Narcotráfico e ao Crime Organizado, emitida em 17 de dezembro de 2008, na Costa do Saúpe. Nesse sentido, foram discutidas as

ações em curso com vistas à facilitação, pelo Governo brasileiro, de helicópteros que possam apoiar os esforços bolivianos na luta contra o narcotráfico. Nesse contexto, acordaram trabalhar para a negociação de um acordo bilateral que regulamente as operações conjuntas das forças policiais dos dois países. Identificou-se, ainda, o interesse mútuo de avançar em iniciativas voltadas à elaboração de um Programa de Ação contra o narcotráfico de escopo mais amplo, em nível regional sul-americano.

Os Ministros acordaram convocar, ainda para o primeiro semestre de 2009, uma Reunião bilateral sobre Desenvolvimento Fronteiriço, com o objetivo de elaborar um Plano de Ação que oriente os trabalhos dos Comitês de Fronteira a partir do segundo semestre do corrente ano.

Os Ministros coincidiram em retomar os trabalhos da Comissão Mista Demarcadora de Limites. Nesse sentido, expressaram sua disposição para que a realização da próxima Conferência da Comissão Mista tenha lugar em Brasília, no segundo semestre de 2009.

Os Ministros indicaram a conveniência de acelerar a implementação do Instrumento Executivo entre os Governos do Brasil e da Bolívia e o Escritório Regional para o Cone Sul da Organização Internacional de Migrações.

Os Ministros concordaram em realizar esforços em cada um de seus países para facilitar a conclusão da regularização migratória de seus concidadãos, no marco dos acordos vigentes tanto bilaterais como do Mercosul. Nesse contexto, convocaram suas comunidades a aproveitar-se dos benefícios criados pelos referidos acordos, que garantem o exercício de seus direitos cidadãos e um processo real de integração e construção da identidade e cidadania sul-americanas.

Com relação a outro tema de similar importância para o processo de integração e

consolidação democrática regional, o Chanceler do Brasil destacou a importância das ações empreendidas pelo Estado boliviano para que seus cidadãos que residem no exterior possam exercer seu direito ao sufrágio, conforme estabelece a Constituição Política do Estado e os instrumentos universais de relevância em matéria de Direitos Humanos. A esse respeito, o Chanceler Celso Amorim informou que solicitará a cooperação das autoridades eleitorais brasileiras para compartilhar com o Governo boliviano seu conhecimento e experiência nessa área. O Ministro da Bolívia expressou seu reconhecimento por esse gesto de apoio.

Os Ministros instruíram sua Chancelarias, a estudar, em consulta com os demais órgãos responsáveis dos dois Governos, a possibilidade de elaborar um instrumento bilateral na área da previdência social.

Com referência à Declaração dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul sobre medidas de apoio e solidariedade com a Bolívia, adotada na Costa do Sauípe, no mês de dezembro passado, o Ministro de Relações Exteriores do Brasil expressou sua mais ampla disposição para que sejam acordadas, na V Reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral, a realizar-se no dia 23 de março de 2009, as medidas necessárias à imediata implementação daquela Declaração, aspecto de muita importância que reafirmará os laços de integração.

Os Ministros, conscientes da imensa riqueza em matéria de biodiversidade que possui a Amazônia, compartilhada por Brasil e Bolívia, reafirmaram o compromisso de coordenar e articular políticas, programas e projetos no âmbito de sua legislação constitucional e o compromisso regional de proteger os recursos naturais provenientes da biodiversidade amazônica e o meio ambiente e de promover a sua utilização de forma sustentável.

O Ministro Celso Amorim agradeceu a reiterada manifestação de apoio da Bolívia para que o Brasil se torne membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Ministro David Choquehuanca agradeceu o endosso brasileiro à candidatura da Bolívia para assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2017-2018.

Ao mesmo tempo, o Ministro David Choquehuanca agradeceu a seu homólogo brasileiro, em nome do Governo e do povo bolivianos, a cooperação outorgada pelo Brasil na luta contra a epidemia de dengue.

Ao término de sua visita, o Ministro de Relações Exteriores e Cultos da República da Bolívia, David Choquehuanca, agradeceu ao povo e ao Governo brasileiros pelas atenções de que foi objeto durante sua visita.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA AOS ESTADOS UNIDOS
- 14 A 16 DE MARÇO DE 2009
13/03/2009

O Presidente Luiz Inácio da Lula da Silva realizará visita de trabalho aos Estados Unidos, de 14 a 16 de março, atendendo a convite formulado pelo Presidente Barack Obama. Será o primeiro encontro entre os dois mandatários.

A reunião ocorrerá em Washington, no dia 14. Com relação à agenda global, os Presidentes deverão examinar, entre outros temas, a crise financeira mundial e formas de coordenar posições para a Cúpula do G-20, em Londres, no início de abril. Quanto aos temas regionais, os Presidentes deverão trocar impressões sobre a próxima Cúpula das Américas, em Trinidad e Tobago, sobre a cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos em terceiros países, como o Haiti, e sobre o contexto de transformações

econômicas, sociais e políticas por que passa a região. No que se refere à agenda bilateral, deverão ser examinadas formas de intensificar a cooperação na área econômico-comercial e em temas como os biocombustíveis.

No dia 16 de março, em Nova York, o Presidente Lula fará palestra em seminário sobre a economia brasileira e oportunidades de investimentos no País.

ENCONTRO DO PRIMEIRO-MINISTRO
DE TRINIDAD E TOBAGO, PATRICK
MANNING, COM O PRESIDENTE LUIZ
INÁCIO LULA DA SILVA - BRASÍLIA, 19
DE MARÇO DE 2009
18/03/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva receberá em audiência, no dia 19 de março, o Primeiro-Ministro de Trinidad e Tobago, Patrick Manning. O encontro servirá para troca de impressões sobre a próxima Cúpula das Américas, da qual o Primeiro-Ministro trinitário será o anfitrião, entre os dias 17 e 19 de abril.

VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTE DA
ARGENTINA, CRISTINA FERNÁNDEZ
DE KIRCHNER - SÃO PAULO, 20 DE
MARÇO DE 2009
19/03/2009

A Presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, visitará São Paulo, no dia 20 de março, para participar do encerramento da Semana da Argentina, organizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e pelo Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina.

A Presidente argentina manterá encontro de trabalho com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para tratarem de temas de interesse comum e explorarem soluções conjuntas para preservar e ampliar o comércio bilateral e os investimentos. Os Presidentes encerrarão o seminário empresarial “Oportunidades de Comércio, Negócios e Investimentos entre a Argentina e o Brasil” e participarão de almoço com empresários e Governadores de Províncias argentinas.

A Semana da Argentina em São Paulo envolve a realização de rodadas de negócios, seminários e mesas redondas, com o objetivo de intensificar as relações empresariais por meio da identificação de oportunidades de negócios e da formação de parcerias, inclusive para atuação em terceiros mercados. Está prevista a participação de cerca de 500 empresários argentinos, além da comitiva oficial.

VISITA DO MINISTRO
CELSO AMORIM À BÉLGICA, AOS
PAÍSES BAIXOS E A CABO VERDE -
21 A 25 DE MARÇO DE 2009
20/03/2009

O Ministro Celso Amorim realizará visita oficial à Bélgica, aos Países Baixos e a Cabo Verde no período de 21 a 25 de março.

Na Bélgica, o Ministro Celso Amorim terá, no dia 21, encontro com o Alto Representante para Políticas Comuns de Segurança e Relações Exteriores e Secretário-Geral do Conselho da União Européia (UE), Javier Solana, ocasião em que deverão passar em revista temas da agenda internacional. No mesmo dia, o Ministro Celso Amorim participa do “Brussels Forum 2009”, sobre governança econômica global, junto com o Presidente do Banco

Mundial, Robert Zoellick, com o Ministro de Estado do Reino Unido para África, Ásia e Nações Unidas, Mark Malloch-Brown, e com o Secretário-Geral da “Commonwealth”, Kamallesh Sharma.

No dia 23, o Ministro Celso Amorim será recebido pelo Presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso. Terá encontro também com a Comissária da UE para Relações Exteriores e Política Européia de Vizinhança, Benita Ferrero-Waldner, com quem tratará das relações entre o Brasil e a União Européia, com ênfase na implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-UE, adotado em dezembro de 2008.

Ainda no dia 23, o Ministro se reunirá com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, Karel De Gucht, para avaliarem o estado das relações bilaterais, bem como temas da agenda internacional.

No dia 24, o Ministro Celso Amorim realizará visita oficial aos Países Baixos. Terá encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Maxime Verhagen, com quem discutirá temas da agenda bilateral e global. Durante sua permanência na Haia, o Ministro Celso Amorim também manterá encontros na Corte Internacional de Justiça e no Tribunal Penal Internacional.

Na seqüência, o Ministro Celso Amorim participará, no dia 25, em Praia, Cabo Verde, de reunião ministerial extraordinária da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), sobre a situação em Guiné-Bissau. A CPLP tem procurado apoiar a manutenção da normalidade político-institucional e o desenvolvimento daquele país. O objetivo da reunião ministerial é reforçar a coordenação dos países lusófonos para a cooperação com o Governo de Guiné-Bissau e discutir formas de apoiar de maneira concreta as

eleições presidenciais a serem realizadas proximamente.

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DO REINO UNIDO, GORDON BROWN - BRASÍLIA E SÃO PAULO -
26 DE MARÇO DE 2009
24/03/2009

O Primeiro-Ministro do Reino Unido, Gordon Brown, realizará visita ao Brasil no dia 26 de março de 2009. O Primeiro-Ministro virá acompanhado de sua esposa, a Senhora Sarah Brown, e do Secretário de Estado para Negócios, Empreendimento e Reforma Regulatória, Peter Mandelson.

Na manhã do dia 26, em Brasília, o Primeiro-Ministro britânico será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocasião em que serão discutidos temas bilaterais e assuntos de interesse global, como a crise financeira internacional, a Rodada de Doha da OMC, a mudança do clima, o combate à pobreza, a reforma das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança, entre outros. Ao final do encontro, os mandatários darão entrevista coletiva à imprensa.

Na tarde do dia 26, em São Paulo, o Primeiro-Ministro visitará o Museu do Futebol. Serão apresentadas as atividades da entidade beneficente “Gol de Letra”, que desenvolve programa de educação integral para crianças e adolescentes, e do projeto “Inspiração Internacional”, iniciativa do Conselho Britânico que visa a promover o esporte como meio de inclusão social.

O Primeiro-Ministro proferirá, ainda, palestra na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) sobre a crise financeira e a Cúpula do G-20, que se realizará em Londres,

em 2 de abril de 2009. À noite, participará de recepção para empresários brasileiros e britânicos no Centro Britânico-Brasileiro, em São Paulo.

Em 2008, o fluxo de comércio bilateral apresentou crescimento de 20,7%, tendo alcançado a cifra de US\$ 6,3 bilhões. O Brasil é o maior receptor sul-americano de investimentos britânicos.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ,
MANOUCHEHR MOTTAKI
25/03/2009

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Islâmica do Irã, Manouchehr Mottaki, realiza visita oficial ao Brasil, nos dias 25 e 26 de março. A visita do Ministro Mottaki, a primeira de um Chanceler iraniano ao Brasil desde 1993, realiza-se em retribuição à visita do Ministro Celso Amorim a Teerã, em novembro de 2008.

Em Brasília, o Ministro Mottaki deverá manter encontros com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o Ministro Celso Amorim, com o Ministro de Minas e Energia, Édison Lobão, e com o Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Participará também da abertura de reunião entre a delegação iraniana e empresários e representantes de instituições públicas brasileiras.

A visita dará continuidade ao diálogo que o Brasil tem mantido com diferentes atores no Oriente Médio e na Ásia Central. No ano passado, o Irã absorveu cerca de 15% das exportações brasileiras para o Oriente Médio e consolidou-se como nosso terceiro maior mercado na região. No acumulado da década,

o Irã figura como um dos dez principais mercados para as exportações do agronegócio brasileiro.

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DO REINO UNIDO, GORDON BROWN - BRASÍLIA E SÃO PAULO - 26 DE MARÇO DE 2009 -
DECLARAÇÃO CONJUNTA
27/03/2009

1. A convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Primeiro-Ministro do Reino Unido, Gordon Brown, visitou o Brasil no dia 26 de março de 2009.

2. O Presidente e o Primeiro-Ministro congratularam-se pelos avanços verificados no desenvolvimento da parceria estratégica entre os dois países desde a Visita de Estado do Presidente Lula ao Reino Unido em 2006. A visita do Primeiro-Ministro ao Brasil constituiu oportunidade para elevar essa parceria a um novo patamar.

3. O Presidente e o Primeiro-Ministro reiteraram sua visão comum de um mundo sem fome e sem pobreza, no qual os benefícios da educação e da saúde sejam amplamente difundidos e no qual todos possam viver com dignidade e segurança. Sublinharam a importância central da democracia e do Estado de Direito, da promoção do crescimento econômico por meio do comércio inclusivo e de mercados abertos, bem como a necessidade de enfrentar com urgência a ameaça representada pela mudança do clima e de empreender a reforma de instituições internacionais, de modo a torná-las mais legítimas, efetivas e representativas.

A crise econômica e a Cúpula de Londres

4. Os dois Mandatários coincidiram

na avaliação de que a profundidade e a abrangência da atual crise econômica global têm afetado pessoas e empresas em todos os países do mundo e, de forma crescente, nos países em desenvolvimento, e de que a solução da crise escapa à capacidade de ação individual dos países.

5. O Presidente e o Primeiro-Ministro concordaram em que os países devem trabalhar de forma conjunta para estabilizar as economias; restaurar as condições para o crescimento, a normalidade dos mercados de crédito e dos fluxos financeiros; impedir o avanço do protecionismo; e preparar o caminho para uma recuperação econômica sustentável e de baixa emissão de carbono. Discutiram as ações do Brasil e do Reino Unido diante da crise e compartilharam as lições aprendidas. Concordaram em que políticas protecionistas apenas servirão para aprofundar a recessão global, e reiteraram seu compromisso com uma rápida e abrangente conclusão da Rodada de Doha, com base nos importantes resultados obtidos até agora. Concordaram em trabalhar de forma conjunta para assegurar que os países cumpram o compromisso assumido em Washington de não levantar novas barreiras ao comércio e aos investimentos. Os Mandatários conclamaram que esse compromisso seja reiterado e fortalecido na Cúpula de Londres.

6. O Presidente e o Primeiro-Ministro manifestaram a apreciação comum de que a Cúpula de Londres, a realizar-se em 2 de abril, com a presença dos líderes das maiores economias do mundo e dos representantes das principais organizações internacionais, constituirá oportunidade para a ação internacional com vistas a:

- restaurar a demanda global por meio de ação concertada e coordenada de política fiscal e monetária;

- ajudar na estabilização do sistema financeiro internacional e assegurar uma

recuperação econômica sustentável. Nesse sentido, concordaram que a reconstrução da confiança nas principais instituições financeiras dos mercados-chave é uma prioridade e que ações governamentais adequadas para esse fim, como o tratamento dos ativos depreciados, da recapitalização do setor bancário e do apoio à liquidez, poderão ser parte central da solução; concordaram também que a ação contínua do setor público nas áreas fiscal e monetária tem papel decisivo na promoção da demanda e do emprego;

- estabelecer reformas fundamentais para fortalecer a regulamentação do setor financeiro a fim de evitar futuras crises. Coincidiram em que todas as instituições financeiras, mercados e instrumentos devem estar sujeitos a regulamentação e supervisão apropriadas, o que requer forte cooperação internacional;

- apoiar países emergentes e em desenvolvimento para enfrentar e superar a repentina inversão de fluxos internacionais de capital. Concordaram que isso requererá urgente mobilização de recursos e liquidez de Instituições Financeiras Internacionais para financiar políticas e projetos anticíclicos em áreas como infra-estrutura, financiamento do comércio e programas sociais. O FMI e o Banco Mundial devem, inclusive, desenvolver um novo mecanismo preventivo de elevado acesso e rápido desembolso, com um enfoque novo e mais flexível no tocante a condicionalidades; e

- adotar medidas concretas para acelerar a reforma das instituições financeiras internacionais. Coincidiram em que as estruturas de governança devem refletir adequadamente a nova configuração de forças relativas na economia mundial e, portanto, conferir maior representatividade às economias emergentes e em desenvolvimento.

Fortalecimento do Sistema Internacional

7. O Presidente e o Primeiro-Ministro

sublinharam a importância que conferem a um sistema multilateral efetivo, bem como à reforma das instituições internacionais, de modo a torná-las mais legítimas, representativas e eficientes. Concordaram em trabalhar juntos durante e após a Cúpula de Londres para assegurar que o FMI e o Banco Mundial tenham os recursos e a capacidade para apoiar a economia global e dar assistência aos mais pobres durante a crise econômica. Da mesma forma, acordaram unir esforços para acelerar a reforma das estruturas de governança de modo a aumentar sua transparência e representatividade. Economias emergentes e em desenvolvimento devem ter maior voz e representação. Com esse objetivo, o próximo realinhamento das cotas do FMI deve estar concluído no máximo em janeiro de 2011 e a segunda fase da reforma de voz e representação do Banco Mundial deve ser completada durante as Reuniões de Primavera de 2010. Os dois Chefes de Governo concordaram igualmente que os próximos dirigentes do FMI e do Banco Mundial devem ser indicados por meio de processo de seleção aberto e baseado no mérito, sem considerar nacionalidades ou preferências geográficas.

8. O Primeiro-Ministro frisou que considera que o Brasil desempenha papel de importância crescente no cenário internacional. Reiterou o firme apoio do Reino Unido ao Brasil como Membro Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao seu papel no G20 e à institucionalização da cooperação entre o G8 e demais membros do G5. Esses grupamentos deverão constituir o caminho para a integração efetiva do Brasil e de outras potências emergentes às estruturas da governança global. Nesse contexto, o Presidente e o Primeiro-Ministro enfatizaram a urgência da reforma das Nações Unidas.

Combate à Pobreza e à Desigualdade

9. O Brasil e o Reino Unido reconhecem a

urgência de reduzir a pobreza e a desigualdade globais e de tomar medidas práticas para minimizar o impacto da crise financeira nos países em desenvolvimento. Expressaram satisfação com o andamento dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e os instaram a prover mais recursos, de modo mais rápido e aprimorado. Destacaram a necessidade de uma ação global imediata para a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio e a importância de que os líderes honrem seus compromissos de aumentar a assistência para o desenvolvimento a fim de proteger os mais pobres. Conclamaram a ONU a lançar um “Alerta de Vulnerabilidade” a fim de monitorar o impacto da crise sobre os mais pobres e apoiar Fundo de Resposta Social Rápida do Banco Mundial. Concordaram que ambos os mecanismos deveriam se beneficiar da experiência mundialmente reconhecida do Brasil em proteção social. Quanto ao Fundo de Resposta Social Rápida, ele se dará por meio da participação brasileira no “Painel de Assessoramento de Alto Nível”. O Reino Unido contribuiu com US\$ 250 milhões para o Fundo.

10. O Brasil e o Reino Unido concordaram em empreender uma nova fase de parceria para o desenvolvimento, especialmente beneficiando-se com a experiência positiva do Brasil em política social, incluindo o fortalecimento de sistemas abrangentes de proteção social na África e a promoção de segurança alimentar global. Os dois Chefes de Governo enfatizaram a importância dos Mecanismos Financeiros Inovadores para o desenvolvimento, tendo os dois países recentemente anunciado que contribuiriam para o Mecanismo Internacional de Financiamento sobre Imunizações (“IFFIm”), que tem o objetivo de salvar 10 milhões de vidas até 2015 por meio de vacinação, e também de apoiar a Força Tarefa de Alto Nível

em Financiamento Internacional Inovador para Sistemas de Saúde.

11. Os dois Mandatários manifestaram a intenção de realizar parcerias trilaterais em apoio à cooperação Sul-Sul, em benefício dos países em desenvolvimento. O Brasil e o Reino Unido estão dispostos a explorar novos mecanismos e a desenvolver iniciativas específicas para intensificar a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Trabalhando juntos, os dois Países poderão ampliar a utilização das experiências e inovações brasileiras.

12. Os Mandatários concordaram em trabalhar juntos para acelerar o progresso global em saúde materna, a menos avançada Meta de Desenvolvimento do Milênio. Ambos trabalharão com seus parceiros internacionais para mobilizar ajuda política e financeira com o objetivo de fortalecer sistemas de saúde e ajudar a salvar vidas de milhões de mães, de recém-nascidos e de crianças.

13. O Presidente e o Primeiro Ministro acordaram conceder seu apoio conjunto à Campanha Educação para Todos da Copa do Mundo da FIFA de 2010, no contexto das Metas do Desenvolvimento do Milênio.

África

14. O Presidente e o Primeiro Ministro reiteraram a prioridade que conferem aos esforços para apoiar o desenvolvimento africano por meio de canais bilaterais e multilaterais. Concordaram em cooperar em áreas-chave, incluindo:

- inovação agrícola (o Escritório da EMBRAPA em Gana estabelecerá contatos com parceiros africanos);
- capacitação de pessoal;
- setor eleitoral;
- apoio ao desenvolvimento de biocombustíveis sustentáveis na região;
- combate à pobreza (utilizando a especialização do Ministério brasileiro do

Desenvolvimento Social e o Combate à Fome em programas de transferência social condicionada);

- cooperação na Guiné-Bissau.

15. O Presidente e o Primeiro Ministro concordaram em intensificar a cooperação conjunta entre o Brasil e o Reino Unido e o diálogo com a África.

Comércio Internacional

16. O Presidente e o Primeiro-Ministro destacaram sua determinação de ver um resultado exitoso, ambicioso e equilibrado para a Rodada Doha de Desenvolvimento de negociações comerciais. Concordaram que essa é uma oportunidade crucial para promover a prosperidade global e tirar milhões de pessoas da pobreza. A crise econômica global e a dramática volatilidade dos preços das commodities tornaram a liberalização multilateral ainda mais importante, assim como a adoção de medidas para garantir que os países mais pobres tenham acesso aos benefícios dos mercados globais.

Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável

17. O Presidente e o Primeiro-Ministro concordaram em trabalhar juntos para combater os perigos da mudança do clima e proteger e usar de forma sustentável os recursos naturais. Os mais pobres têm sido os primeiros a sentir esses efeitos nocivos e são os menos preparados para se adaptar. Ambos os Chefes de Governo concordaram com a importância de buscar caminhos sustentáveis para tratar dos desafios interrelacionados do uso de energia, da mudança do clima e da gestão dos recursos naturais.

18. O Primeiro-Ministro saudou o firme comprometimento demonstrado pelo Brasil com as negociações no âmbito do Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a publicação, em dezembro de 2008, do Plano Nacional de Mudança do

Clima. O Presidente cumprimentou o Reino Unido pela Lei de Mudança do Clima. Ambos os países demonstraram firme compromisso de tratar da mudança do clima.

19. A realização da Conferência de Copenhague no âmbito da UNFCCC indica que 2009 é um ano crucial para adotar uma resposta global de combate à mudança do clima. O Presidente e o Primeiro-Ministro comprometeram-se pessoalmente em assegurar um arcabouço robusto para tratar da mudança do clima em Copenhague. Todos os países são chamados a agir, de uma maneira que reconheça as diferentes circunstâncias nacionais e respeite o princípio da UNFCCC de “responsabilidades comuns, porém, diferenciadas e respectivas capacidades”.

20. O Presidente e o Primeiro-Ministro sublinharam a necessidade de serem criados urgentemente novos mecanismos de financiamento que permitam aos países em desenvolvimento se adaptarem às mudanças do clima e empreenderem ações de mitigação, inclusive por meio da rápida mobilização e disseminação de tecnologias limpas. Os dois Mandatários saudaram a operacionalização, em Poznan, do Fundo de Adaptação.

21. O Presidente e o Primeiro-Ministro enfatizaram que a transição para uma economia com baixa emissão de carbono oferece reais e excelentes oportunidades de negócios. Os dois Chefes de Governo concordaram que o Diálogo bilateral de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável tem sido valioso no sentido de promover a colaboração e aprofundar os entendimentos entre os dois países e saudaram o acordo de estender por mais 3 (três) anos o Diálogo bilateral.

Energia

22. O Presidente e o Primeiro-Ministro concordaram que o mundo tem diante de si o desafio de assegurar a transição necessária para uma economia com baixa emissão de

carbono, garantindo que todos tenham acesso à energia segura a custos competitivos. Ambas são vitais para a prosperidade global e o desenvolvimento sustentável. Os Mandatários concordaram em trabalhar conjuntamente, por meio do Memorandum de Entendimento em Energia, com vistas a aperfeiçoar o mercado de petróleo, melhorar a eficiência energética e continuar a promover o uso de tecnologias de energia renovável e de baixa emissão de carbono. Os dois Mandatários manifestaram satisfação em anunciar um projeto de cooperação em Eficiência Energética.

23. O Primeiro-Ministro reconheceu a vasta experiência do Brasil na produção e no uso de biocombustíveis. Os biocombustíveis, produzidos de forma sustentável, desempenham papel central na promoção do aumento da segurança energética e da redução das emissões de carbono no setor de transportes, para que os países desenvolvidos alcancem suas metas de utilização de fontes renováveis. Da mesma forma, poderão contribuir para a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio nos países em desenvolvimento. Os Mandatários anunciaram que a rede Brasil-Reino Unido de cientistas estabelecerá um programa de pesquisa conjunto (custeado pela EMBRAPA e pelo “International Sustainable Development Fund” do Reino Unido) para apoiar e acelerar o desenvolvimento de biocombustíveis de segunda geração. Ambos concordaram em que o Brasil e o Reino Unido deverão cooperar em pesquisas para tratar das lacunas em relação aos efeitos diretos e indiretos da produção dos biocombustíveis e que continuarão a trabalhar juntos na Parceria Global para a Bioenergia (“Global Bioenergy Partnership-GBEP”) para desenvolver proposta de critérios e indicadores de sustentabilidade da bio-energia, incluindo biocombustíveis.

Segurança alimentar

24. Os dois Mandatários notaram com preocupação a volatilidade recente dos preços de alimentos em todo o mundo. Concordaram que o impacto da crise financeira no mundo, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, não deve enfraquecer o compromisso da luta global contra a fome. Concordaram, igualmente, com a necessidade de uma ação global concertada, no curto e no longo prazo, para erradicar a fome do mundo e lidar com a deterioração dos termos de troca das commodities agrícolas e com o impacto negativo de práticas distorcivas de comércio, que ameaçam milhões de pessoas entre as mais pobres do mundo. O Presidente e o Primeiro-Ministro ressaltaram o papel fundamental que o Brasil pode desempenhar enquanto grande produtor agrícola dotado de terra, água e tecnologia para expandir sua produção de modo sustentável. De igual modo, sublinharam o papel do Reino Unido enquanto um dos maiores consumidores e produtores de gêneros alimentícios. Comprometeram-se a trabalhar essas questões de modo conjunto, bilateralmente e no contexto das discussões do G8+5.

Florestas Tropicais

25. O Presidente e o Primeiro-Ministro concordaram que o mecanismo de Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação (REDD) oferece oportunidades para a mitigação da mudança climática e a adaptação de objetivos, bem como extensos co-benefícios ambientais e de desenvolvimento. Meios para alcançar o REDD podem variar de um país para outro. Atividades de demonstração foram úteis para mostrar o que funciona, em termos de oportunidades em países específicos para investimentos que conduzam a transformações, para alavancar investimentos do setor privado e possibilitar

a fundos nacionais como o Fundo Amazônia ter acesso a recursos na escala requerida. O Reino Unido ofereceu apoio ao BNDES para operacionalizar de forma efetiva o Fundo Amazônia.

26. Os dois Mandatários saudaram a disponibilização de US\$ 500 milhões para o Programa de Investimento Florestal de apoio às atividades de demonstração e notaram a oportunidade para o Fundo Amazônia. Ambos reconheceram a necessidade de financiamento antecipado, e concordaram em trabalhar estreitamente com esse objetivo.

Economia e Comércio

27. O Primeiro-Ministro congratulou o Presidente Lula pelo desenvolvimento econômico do Brasil. A economia brasileira mantém-se robusta durante a atual crise financeira internacional, demonstrando a eficácia das consistentes políticas macroeconômicas e monetárias adotadas.

28. Ambos os Mandatários reconheceram a importância da articulação entre estabilidade econômica e justiça social, e entre desenvolvimento continuado e investimentos dos setores público e privado. Saudaram o crescente diálogo entre o Brasil e o Reino Unido em temas de política econômica, incluindo a estreita cooperação durante as respectivas Presidências sucessivas do G20 e com vistas à Cúpula de Londres, em 2 de abril.

29. O Presidente e o Primeiro-Ministro saudaram o crescimento das relações comerciais e de investimentos entre os dois países e o progresso alcançado no âmbito do Comitê Econômico e Comercial Bilateral (JETCO). Registraram o extenso histórico de investimentos britânicos no Brasil e saudaram o recente anúncio de novos e expressivos investimentos. Os dois Chefes de Governo concordaram que o Brasil e o Reino Unido continuarão a trabalhar juntos para assegurar

que o mercado de negócios no Brasil continue a promover o comércio e o investimento, particularmente nos setores de alto valor agregado incluindo energia, infra-estrutura e saúde. Concordaram que esse trabalho deve propiciar progressos com vistas a um efetivo Acordo para Evitar a Dupla Tributação. Nesse contexto, os Mandatários observaram que acordos bilaterais nas áreas de troca de informações sobre tributação e de tributação de membros da tripulação de aeronaves estão para serem concluídos em breve.

Defesa

30. O Presidente e o Primeiro-Ministro congratularam-se pelos contatos recentes de alto nível sobre temas de defesa e segurança, e concordaram que contatos desse gênero devem ser desenvolvidos nas áreas de estratégia, política de defesa e operações conjuntas.

Operações de manutenção da paz e de construção da paz

31. O Presidente e o Primeiro-Ministro salientaram o crescente reconhecimento de que as operações de paz das Nações Unidas incluem reconstrução, estabilização e desenvolvimento. O Primeiro-Ministro congratulou o Brasil pelo papel de liderança desempenhado no Haiti. Ambos os Mandatários reconheceram o papel central que forças de paz regionais podem desempenhar, em particular as da União Africana, e concordaram em trabalhar em conjunto para desenvolver especialização para empregá-las de modo efetivo.

Desarmamento e Não-Proliferação

32. O Presidente e o Primeiro-Ministro sublinharam seu compromisso com o desarmamento, a não-proliferação de armas nucleares e o êxito da Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares de 2010. Congratularam-se pelo aumento da fluidez do diálogo bilateral sobre

temas de desarmamento e não-proliferação e concordaram em manter conversações de alto nível com frequência anual.

Parceria em Cooperação Bilateral

33. O Presidente e o Primeiro Ministro também saudaram o fortalecimento da cooperação entre o Brasil e o Reino Unido em uma ampla gama de questões de política interna. Os Mandatários concordaram que os dois países devem continuar a desenvolver sua parceria em áreas-chave de política interna, incluindo as abaixo assinaladas:

Política Econômica:

- Os dois Mandatários saudaram o corrente intercâmbio entre os Governos brasileiro e britânico sobre as principais questões políticas econômicas nacionais. Eles concordaram que trabalhar em áreas tais como gastos públicos, tributação e orçamento foi particularmente valioso no corrente contexto econômico e enfatizaram a importância de sua continuação. Nesse contexto, concordaram em continuar o intercâmbio de idéias e de pessoal entre os Ministérios da Fazenda e outros.

Esporte:

- O Presidente e o Primeiro Ministro notaram os crescentes laços no campo esportivo entre os dois países, particularmente aqueles associados com o uso do esporte para promover a inclusão social. O Brasil e o Reino Unido concordaram em continuar a trabalhar estreitamente seus vínculos desportivos à luz do fato de Londres ser anfitriã dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2012, da Copa do Mundo da FIFA no Brasil em 2014, da candidatura do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, e da candidatura inglesa para a Copa do Mundo de 2018. Os Mandatários saudaram o compromisso de criar um legado duradouro para as Olimpíadas 2012 e o lançamento do programa “Inspirações Internacionais”, pelo

“UK Sports Council”, o “British Council”, e a UNICEF, e apoiado pelo Comitê Olímpico Internacional e pela “FA Premier League”, que ajudaria a transformar a vida de milhões de jovens através do esporte. Os Mandatários saudaram o lançamento do programa no Brasil, no ano passado.

Educação:

- O Presidente e o Primeiro Ministro saudaram a expansão dos vínculos no campo da educação entre o Brasil e o Reino Unido. O Brasil e o Reino Unido têm trabalhado juntos na Educação por mais de uma década e diversos programas conjuntos foram desenvolvidos. Os Mandatários se comprometeram a assegurar que esta cooperação estreita continue através da implementação do existente Memorando de Entendimento sobre a Educação.

Ciência e Inovação:

- O Presidente e o Primeiro Ministro saudaram os excelentes resultados do Ano Brasil- Reino Unido de Ciência e Inovação, 2007 e 2008, que conduziu à elevação do patamar de cooperação científica entre os dois países. Aguardam com expectativa o lançamento, em 2011, do satélite brasileiro Amazônia-1 que conterà uma câmera britânica para monitoramento de desmatamento e colaboração mais profunda em ciências agrícolas, com a abertura de um laboratório de pesquisas brasileiro no Reino Unido. Enfatizaram a importância de continuar a promover colaboração científica para encontrar maneiras de abordar os desafios globais e a necessidade de apoiar empresas brasileiras e britânicas em seus esforços para comercializar os resultados de suas pesquisas inovadoras.

Saúde:

- Ambos os Mandatários saudaram o Ano de Cooperação Bilateral em Saúde 2008/2009 e manifestaram o desejo de reforçar a

cooperação em cuidados médicos primários, administração hospitalar, desigualdades no campo da saúde, questões de saúde global e de inovação, pesquisa e desenvolvimento.

Drogas:

- O Presidente e o Primeiro Ministro saudaram o aumento da cooperação entre os dois países na prevenção do uso de drogas e na luta contra o tráfico e crimes conexos. Ambos os Mandatários coincidiram em que, dada a natureza internacional do tráfico de drogas e crimes conexos, a cooperação internacional é essencial para seu efetivo combate. Concordaram em apoiar firmemente a continuidade da colaboração entre as agências de prevenção e repressão às drogas de Brasil e Reino Unido.

Contatos entre os povos

34. Finalmente, o Presidente e o Primeiro-Ministro congratularam-se pela abrangência crescente dos contatos entre os povos dos dois países, inclusive para negócios, turismo e educação. Concordaram que mais ações deveriam ser tomadas para ajudar os dois povos a se conhecerem melhor. Nesse contexto, o Presidente e o Primeiro-Ministro destacaram o “Global Fellowship Programme” do Reino Unido, no âmbito do qual jovens britânicos visitam o Brasil, a China e a Índia com o propósito de melhor compreender as potências emergentes e as habilidades necessárias aos estudantes em um mundo mais globalizado.

35. O Primeiro-Ministro salientou a contribuição da comunidade brasileira à vibrante sociedade multicultural do Reino Unido. Ambos os Mandatários comprometeram-se a garantir que o fluxo, nas duas direções, de estudantes, visitantes e executivos seja incentivado e que os procedimentos de imigração sejam transparentes e não-discriminatórios, com respeito à dignidade das pessoas; e a trabalhar

em conjunto para eliminar práticas ilegais, inclusive o tráfico de pessoas. Saudaram, igualmente, os recentes esforços coordenados dos dois países que permitiram a continuação da dispensa mútua de visto para turistas e executivos do Brasil e do Reino Unido.

36. O Primeiro-Ministro agradeceu calorosamente ao Presidente Lula por sua hospitalidade, e manifestou a expectativa de recebê-lo na Cúpula de Londres em 2 de abril.

Brasília, 26 de março de 2009.

II CÚPULA AMÉRICA DO SUL-PAÍSES

ÁRABES - DOHA, CATAR,

31 DE MARÇO DE 2009

28/03/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará da II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo América do Sul - Países Árabes (ASP), no dia 31 de março, em Doha, no Catar. Antes do encontro, nos dias 29 e 30 de março, terá lugar o II Foro Empresarial da ASP, do qual participarão empresários e representantes das Câmaras de Comércio de ambas as regiões, entre os quais cerca de 30 empresários brasileiros.

Durante a Cúpula, prevê-se a adoção da Declaração de Doha, sobre diversos temas de interesse comum dos 34 países, e de uma Declaração Mercosul-Conselho de Cooperação do Golfo, sobre a futura conclusão do Acordo de Livre Comércio entre os dois grupos.

O Fórum ASP, do qual o Brasil é o Coordenador Sul-Americano, foi criado em 2005, por ocasião da I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília. Integrado por 34 países (12 sul-americanos e 22 árabes, além da UNASUL e da Liga dos Estados Árabes), a ASP, além de

proporcionar diálogo político, atua em cinco grandes segmentos: econômico, cultural, científico-tecnológico, ambiental e social.

Ao longo dos últimos quatro anos, foram realizadas nove reuniões em nível ministerial, sobre Cultura, Recursos Hídricos, Economia, Meio Ambiente, Assuntos Sociais e Relações Exteriores. No campo da cooperação cultural, foi criada a Biblioteca ASPA e o Instituto de Pesquisa sobre a América do Sul, sediado no Marrocos.

Na área comercial, os resultados são significativos. Desde que a ASPA foi criada, o comércio entre as duas regiões cresceu de US\$ 11 bilhões, em 2004, para mais de US\$ 25 bilhões, em 2008. No caso do Brasil, o comércio com os países árabes cresceu 150% nos últimos quatro anos, tendo alcançado cerca de US\$ 20 bilhões no ano passado.

II CÚPULA AMÉRICA DO SUL-PAÍSES ÁRABES - DOHA, CATAR, 31 DE MARÇO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO MERCOSUL-CCG 28/03/2009

Comunicado Conjunto Mercosul - CCG

A partir das excelentes relações entre os Estados do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e os Estados Partes do MERCOSUL, nos planos econômico e político, bem como de seus vínculos culturais, e,

Com base no Acordo de Cooperação Econômica assinado em Brasília em maio de 2005 (durante a I Cúpula América do Sul - Países Árabes), que lançou as negociações de uma área de livre comércio (ALC) entre as duas regiões,

Mantiveram encontro Sua Excelência Alejandro Hamed Franco, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, no exercício da Presidência Pro Tempore do MERCOSUL,

e Sua Excelência Yousef bin Alawi bin Abdullah, Ministro Responsável por Relações Exteriores do Sultanato de Oman, no exercício da Presidência do Conselho de Ministros do CCG, com a participação de Sua Excelência Abdulrahman bin Hamad Al-`Attiyah, Secretário-Geral do CCG, em Doha, Catar, em 31 de março de 2009, por ocasião da II Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASP), quando os Chefes de Estado e de Governo do MERCOSUL e do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) reafirmaram o compromisso de criar uma Área de Livre Comércio MERCOSUL - CCG.

As duas partes saudaram a realização da II Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASP) em Doha sob a liderança de Sua Alteza Real Shaikh Hamad bin Khalifah Al Thani, Emir do Estado do Qatar, e expressaram sua confiança de que o resultado do encontro contribuirá significativamente para o fortalecimento dos vínculos entre o MERCOSUL e o CCG.

Os Líderes recordaram que a negociação MERCOSUL - CCG foi lançada no contexto da I Cúpula ASPA, realizada em Brasília em maio de 2005. Reiteraram que a iniciativa contribuirá não só para gerar oportunidades de negócios para os membros de ambos os blocos, mas também para incrementar as relações entre os países sul-americanos e árabes. Expressaram, também, sua satisfação com o aumento acelerado dos fluxos de comércio, desde a assinatura do Acordo de Cooperação Econômica em 2005, e com a expansão dos investimentos e parcerias no setor privado. Os Chefes de Estado e de Governo do MERCOSUL e do CCG saudaram o progresso substancial das negociações MERCOSUL - CCG e destacaram a necessidade de explorar soluções criativas para as questões que permanecem pendentes desde a rodada de negociações realizada no Rio de Janeiro, em janeiro de 2007. Nesse sentido, instruíram seus

Ministros e Agências competentes a acelerar o ritmo das reuniões, com o intuito de concluir as negociações o mais brevemente possível.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA A PARIS - 1º DE ABRIL
DE 2009
31/03/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita de trabalho à França, no dia 1º de abril de 2009. Manterá encontro de trabalho com o Presidente Nicolas Sarkozy, em preparação à Cúpula do G-20 Financeiro a realizar-se em Londres, no dia 2 de abril. Os dois Presidentes deverão, ainda, passar em revista os principais temas da agenda bilateral e mundial, com ênfase nas questões relativas à governança das instituições internacionais.

FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE DA
REPÚBLICA ARGENTINA,
RAÚL ALFONSÍN
01/04/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou, hoje, a seguinte mensagem de condolências à Presidenta Cristina Fernández de Kirchner:

“Senhora Presidenta,

Com a morte de Raúl Alfonsín não só a Argentina, mas toda a América do

Sul perderam um grande construtor da democracia.

Artesão da aliança Argentina-Brasil, Alfonsín deixa a lembrança de um

homem de diálogo com profundas concepções democráticas.

Tive nele um interlocutor e um amigo.

Quero expressar meu pesar, que é também do povo brasileiro, e envio a

seus familiares, ao Governo e ao povo argentinos minha solidariedade nesta hora triste.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”

Na mesma ocasião, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, enviou a seguinte mensagem de pêsames ao Chanceler Jorge Taiana:

“Senhor Ministro,

Foi com grande pesar que recebi a notícia do falecimento do Presidente Raúl Alfonsín.

Pude testemunhar a decisiva contribuição do Presidente Alfonsín para que Brasil e Argentina caminhassem rumo à construção de sua aliança estratégica. Sua visão de longo prazo em prol da integração e da democracia foi decisiva para a criação do Mercosul.

Peço-lhe a gentileza de transmitir minha solidariedade e minhas sinceras condolências à família do Presidente Raúl Alfonsín neste momento de perda.

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores”

CÚPULA DE LÍDERES DO G-20 SOBRE
ESTABILIDADE, CRESCIMENTO E
EMPREGO - LONDRES,
2 DE ABRIL DE 2009

01/04/2009

Será realizada, em 2 de abril próximo, em Londres, a Cúpula de Líderes do G-20 sobre Estabilidade, Crescimento e Emprego. A reunião corresponde ao seguimento da primeira Cúpula de Líderes do G-20, realizada em Washington, em 15 de novembro de 2008.

A Cúpula acontece em contexto de agravamento da crise econômico-financeira internacional, que atinge agora não apenas os países desenvolvidos, onde foi gestada,

mas também os países emergentes e em desenvolvimento, sobretudo pelos canais de comércio e de financiamento externo.

Na Cúpula de Londres serão discutidos a retomada do crescimento econômico, o combate ao protecionismo, a nova regulação do sistema financeiro, aportes de recursos para que instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, estejam habilitadas a auxiliar os países em desenvolvimento e a reforma da governança econômica global.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva chefiará a delegação brasileira, integrada também pelo Ministro Celso Amorim, pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e pelo Embaixador do Brasil no Reino Unido, Carlos Augusto Rego Santos Neves.

TRABALHADORES BRASILEIROS NO JAPÃO 01/04/2009

Realizou-se em Brasília, no dia 17 de março último, a III Reunião de Coordenação Consular Brasil-Japão, com a participação do Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Itamaraty, do Embaixador do Japão em Brasília e de altos funcionários governamentais de ambos os países.

Na ocasião, examinou-se em profundidade o conjunto de medidas recém-anunciadas pelo Governo do Japão para apoiar trabalhadores estrangeiros, sobretudo brasileiros (“decasséguis”), em face da atual conjuntura econômica e seus reflexos adversos para o mercado de trabalho. Representante do “Escritório de Promoção das Medidas de Apoio aos Residentes no Japão”, do Gabinete do Primeiro-Ministro japonês, deu esclarecimentos sobre as medidas de urgência e de longo prazo adotadas e em estudo

nas áreas de emprego, moradia, educação, informação e retorno.

A delegação brasileira manifestou satisfação com as medidas do Governo japonês e discorreu sobre as iniciativas que vêm sendo tomadas pelo Brasil no sentido de reforçar o trabalho de assistência a brasileiros por parte da Embaixada e dos três Consulados-Gerais no Japão. Tais iniciativas, assim como o apoio prestado por grande número de entidades assistenciais e redes de solidariedade, têm logrado atender algumas das necessidades mais prementes da comunidade brasileira em solo japonês.

Cabe assinalar que o Japão é o único país que vem implementando medidas do gênero para estrangeiros afetados pela crise.

Ambas as delegações concordaram em somar esforços e atuar em estreita coordenação na busca de soluções construtivas para enfrentar o problema do desemprego, da educação e da moradia dos brasileiros que vivem no Japão. Ficou decidida a realização de uma próxima reunião de coordenação consular, até o final de 2009, para avaliar a situação e o andamento das medidas adotadas.

VIAGEM DO MINISTRO CELSO AMORIM À GRÉCIA - 3 DE ABRIL DE 2009 02/04/2009

O Ministro Celso Amorim realizará visita oficial à Grécia no dia 3 de abril. Na oportunidade, manterá encontro de trabalho com a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Dora Bakoyanis, a fim de tratar de temas de interesse bilateral e da agenda internacional.

O Ministro Celso Amorim será recebido, ainda, pelo Presidente Karolos Papoulias e pelo Primeiro-Ministro Konstantinos Karamanlis.

Por ocasião da visita, serão assinados os

seguintes atos entre o Brasil e a Grécia:

(1) Memorando de Entendimento para Consultas Bilaterais Periódicas em nível de Ministro, Vice-Ministro ou de Subsecretários-Gerais;

(2) Memorando de Entendimento para Cooperação entre Academias Diplomáticas;

(3) Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Tecnológica;

(4) Acordo sobre Extradicação; e

(5) Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico.

Em 2008, a corrente de comércio bilateral alcançou cerca de US\$ 400 milhões, dos quais US\$ 332 milhões corresponderam a exportações brasileiras. Entre os produtos exportados pelo Brasil para a Grécia destacam-se aeronaves de uso civil e militar.

II FÓRUM MUNDIAL DA ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES - ISTAMBUL, 6 E 7 DE ABRIL DE 2009 03/04/2009

Será realizado, nos dias 6 e 7 de abril, em Istambul, na Turquia, o II Fórum Mundial da Aliança de Civilizações. A reunião ocorre em seguimento ao I Fórum, organizado pelo Governo espanhol, em Madri, em janeiro de 2008.

A iniciativa “Aliança de Civilizações” foi proposta pelo Presidente de Governo da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero, em 2004, com o objetivo de ajudar a opinião pública mundial a superar preconceitos e polarizações entre culturas e comunidades diferentes. Coordenada pelo Alto Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Aliança de Civilizações, Jorge Sampaio, ex-Presidente de Portugal,

a iniciativa conta com 100 membros, entre governos e organizações internacionais.

O Ministro Celso Amorim fará pronunciamento em nome do Presidente da República na sessão de abertura do II Fórum. O Brasil deverá, igualmente, anunciar o Plano de Ação Nacional para a Aliança de Civilizações, que inclui, entre outras, ações que estimulem o apreço à diversidade e a disseminação dos objetivos da Aliança de Civilizações.

A sessão de abertura contará ainda com a presença dos Chefes de Governo da Turquia e da Espanha, do Secretário-Geral das Nações Unidas e do Alto Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Aliança de Civilizações.

ACORDO DE COMÉRCIO PREFERENCIAL MERCOSUL-SACU 06/04/2009

Os países-membros da União Aduaneira da África Austral (SACU) assinaram, no dia 3 de abril, na capital do Lesoto, o Acordo de Comércio Preferencial (ACP) Mercosul-SACU. Os países do Mercosul já haviam assinado o acordo durante a última cúpula do bloco, na Costa do Sauípe (BA), em dezembro passado.

O ACP Mercosul-SACU é o terceiro acordo comercial extra-regional assinado pelo Mercosul, após o ACP Mercosul-Índia (2004-2005) e o ALC Mercosul-Israel (2007).

O acordo com a SACU tem como principal objetivo facilitar o acesso aos mercados dos dois grupos regionais, o que incrementará não somente o fluxo de mercadorias, mas também as oportunidades de investimentos para ambos os lados. O ACP constitui base, ademais, para futura negociação de acordo de livre comércio Mercosul-SACU.

Na negociação do ACP com a SACU, o

Mercosul atuou de forma coordenada com vistas a obter condições de acesso ainda mais vantajosas para as economias menores do agrupamento (Paraguai e Uruguai). Verifica-se, assim, que a agenda extra-regional do Mercosul é um dos instrumentos concretos para o tratamento da questão das assimetrias no bloco.

O ACP Mercosul-SACU segue agora para apreciação pelo Congresso Nacional. A entrada em vigor ocorrerá após a finalização dos trâmites internos de ratificação por todas as partes signatárias.

Juntamente com o ACP Mercosul-Índia, o ACP Mercosul-SACU dá seguimento a processo gradual de criação de bases para a futura negociação de entendimento comercial trilateral Mercosul-Índia-SACU.

TERREMOTO NA ITÁLIA

06/04/2009

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, da ocorrência, na noite de ontem, 5 de abril, de grave terremoto que abalou a região de Abruzzo, na Itália, e resultou na morte de mais de cem pessoas, com saldo de dezenas de milhares de desabrigados.

Ao solidarizar-se com as famílias das vítimas, o Governo brasileiro manifesta seu profundo sentimento de tristeza e de solidariedade ao Governo e ao povo italianos.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou, hoje, mensagem de condolências ao Chefe de Estado e ao Chefe de Governo da República Italiana. O Ministro Celso Amorim também enviou manifestação de pesar a seu homólogo italiano.

LANÇAMENTO DE FOGUETE PELA CORÉIA DO NORTE

07/04/2009

O Governo brasileiro acompanha com atenção a situação gerada pelo recente lançamento, pela República Popular Democrática da Coréia, do foguete Taepodong-2, que, segundo o Governo norte-coreano, transportava um satélite de comunicação. O Governo brasileiro tomou nota das reações de preocupação de diversos países, especialmente os da região.

O Governo brasileiro segue com interesse as discussões mantidas sobre o assunto no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas e reitera a importância que atribui às Negociações Hexapartites para o encaminhamento favorável da questão da segurança na Península Coreana.

NOVO COMANDANTE DA MISSÃO DE PAZ NO HAITI

08/04/2009

O General-de-Brigada Floriano Peixoto Vieira Neto assume hoje, 8 de abril, o Comando da Força Militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) em substituição ao General-de-Brigada Carlos Alberto dos Santos Cruz. O General Floriano Peixoto foi escolhido, no último dia 30 de março, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas por indicação do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon.

Desde 2004, o Brasil tem ajudado, juntamente com outros países, a consolidar um ambiente estável e de maior segurança no Haiti. O General Floriano Peixoto será o

quinto brasileiro a comandar a MINUSTAH, o que confirma o apreço das Nações Unidas pela contribuição que vem sendo dada pelos militares brasileiros à Missão.

O Brasil reitera seu compromisso de solidariedade com o povo haitiano e com a estabilização da segurança interna, objetivo essencial para a consolidação das instituições democráticas e para o pleno desenvolvimento econômico e social do Haiti.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE
CABO VERDE, JOSÉ BRITO - BRASÍLIA,
14 E 15 DE ABRIL DE 2009
13/04/2009

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de Cabo Verde, José Brito, visitará o Brasil nos dias 14 e 15 de abril. Será recebido, no dia 14, pelo Ministro Celso Amorim para reunião, seguida de almoço de trabalho. Este será o terceiro encontro entre chanceleres dos dois países nos últimos dez meses.

A programação do Chanceler cabo-verdiano no Brasil inclui ainda reuniões com o Secretário-Executivo do MDIC, Ivan Ramalho, com o Governador do Ceará, Cid Gomes, e com os embaixadores africanos em Brasília.

Além de temas bilaterais, serão discutidos aspectos relativos à situação em Guiné-Bissau, tratados inicialmente na Reunião Ministerial Extraordinária da CPLP, a que o Ministro Celso Amorim compareceu, em Praia, no último dia 25 de março.

Durante a visita, deverá ser assinado Memorando de Entendimento para a aplicação em Cabo Verde do Programa de

Incentivo à Formação Científica, iniciativa do MRE e da CAPES. O Programa possibilita a vinda, durante o período de férias letivas, de estudantes cabo-verdianos para cursos de curta duração e utilização de laboratórios de universidades brasileiras.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
REPÚBLICA DA SÉRVIA, VUK JEREMIC
15/04/2009

O Ministro Celso Amorim manterá encontro hoje, 15 de abril, no Rio de Janeiro, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Sérvia, Vuk Jeremic. Deverão ser tratados os principais temas da agenda bilateral, a situação regional de ambos os países e assuntos globais de interesse mútuo, tais como a reforma das Nações Unidas, as relações do Brasil e da Sérvia com a União Europeia e a situação do Kosovo. O encontro ocorrerá na sequência da visita oficial ao Brasil realizada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Sérvia, em 1º de abril de 2008, e de reunião dos dois Ministros à margem do debate geral da LXIII AGNU, em 25 de setembro de 2008.

LANÇAMENTO DE FOGUETE PELA
COREIA DO NORTE
15/04/2009

O Governo brasileiro tomou nota da Declaração do Conselho de Segurança das Nações Unidas, emitida em 13 de abril, que condena o lançamento de foguete pela República Popular Democrática da Coreia.

O Brasil recebeu com preocupação a reação do Governo norte-coreano à manifestação do Conselho de Segurança, no sentido de cessar a cooperação com a Agência Internacional de Energia Atômica, reativar instalações nucleares e abandonar as negociações hexapartites sobre a questão nuclear norte-coreana.

O Governo brasileiro conclama a RPDC a cumprir as decisões do Conselho de Segurança, a restabelecer a cooperação com a AIEA e a retomar o diálogo hexapartite, com vistas à manutenção da paz e da estabilidade na região.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DO PERU,
JOSÉ ANTONIO GARCÍA BELAÚNDE -
RIO DE JANEIRO, 16 DE ABRIL DE 2009
15/04/2009

A convite do Ministro Celso Amorim, o Ministro das Relações Exteriores do Peru, José Antonio García Belaunde, realizará visita oficial ao Brasil no dia 16 de abril.

Os Chanceleres manterão reunião de trabalho no Rio de Janeiro, para tratar de temas de interesse bilateral e regional, em especial a preparação do encontro entre os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Alan García, previsto para o dia 28 de abril, em Rio Branco.

No encontro, os Chanceleres buscarão identificar, ainda, oportunidades para a assinatura de novos acordos, com ênfase nas seguintes áreas: cooperação fronteiriça; integração física e energética; controle integrado de fronteira; comércio; cooperação em biocombustíveis; TV Digital; e cooperação em matéria de defesa.

Em 2008, o volume de comércio bilateral

atingiu US\$ 3,2 bilhões, com crescimento de 21,6% em relação ao ano anterior.

V CÚPULA DAS AMÉRICAS - TRINIDAD
E TOBAGO, 17 A 19 DE ABRIL DE 2009
16/04/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva chefiará a delegação brasileira à V Cúpula das Américas, a realizar-se entre 17 e 19 de abril de 2009, em Port of Spain, Trinidad e Tobago.

Os temas centrais da cúpula de Port of Spain são a promoção da prosperidade humana, segurança energética e sustentabilidade ambiental.

CONFERÊNCIA DE REVISÃO DE
DURBAN SOBRE RACISMO
21/04/2009

O Brasil atribui grande importância à Conferência de Revisão de Durban sobre Discriminação Racial, que ocorre em Genebra entre 20 e 24 de abril. Para alcançar os objetivos da Conferência, o engajamento de todos no diálogo internacional é crucial.

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com particular preocupação, do discurso do Presidente iraniano que, entre outros aspectos, diminui a importância de acontecimentos trágicos e historicamente comprovados, como o Holocausto. O Governo brasileiro considera que manifestações dessa natureza prejudicam o clima de diálogo e entendimento necessário ao tratamento internacional da questão da discriminação.

O Governo brasileiro aproveitará a visita do Presidente Ahmadinejad, prevista para o dia 6 de maio, para reiterar ao Governo iraniano suas opiniões sobre esses temas.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À ARGENTINA -
BUENOS AIRES, 23 DE ABRIL DE 2009
22/04/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará visita de trabalho a Buenos Aires, no dia 23 de abril de 2009, para participar da Terceira Reunião Presidencial do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil - Argentina (MICBA). O Mecanismo abrange, atualmente, mais de vinte projetos, dentre os quais o sistema de pagamentos em moedas locais, a cooperação BNDES - Banco de La Nación - Banco de Inversión y Comercio Exterior (BICE), o empreendimento hidrelétrico de Garabi e diversos projetos de cooperação nas áreas de defesa, nuclear, espacial, saúde, transportes, ciência e tecnologia.

As Reuniões do Mecanismo de Integração e Coordenação oferecem oportunidade para que os Chefes de Estado passem em revista temas prioritários na agenda bilateral. O envolvimento direto dos Presidentes confere maior impulso político à execução dos projetos de cooperação. Trata-se de mecanismo inovador que o Brasil mantém apenas com a Argentina e que reflete a densidade do relacionamento bilateral, bem como o firme propósito de continuar fortalecendo a parceria estratégica entre os dois países.

Ainda no plano bilateral, os Presidentes discutirão iniciativas que possam contribuir para superar a crise por meio do aprofundamento da integração e dos laços econômicos e comerciais.

O Presidente da República também deverá conversar com a Presidenta Cristina Kirchner sobre temas da agenda regional e mundial, inclusive as perspectivas da integração sul-americana, os resultados da Cúpula das

Américas, da Cúpula do G-20 em Londres e o impacto da crise na região.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À ARGENTINA -
BUENOS AIRES, 22 E 23 DE ABRIL DE
2009 - DECLARAÇÃO CONJUNTA
23/04/2009

Nos dias 22 e 23 de abril de 2009, a convite da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou visita de trabalho à Argentina. Na ocasião, ambos os Chefes de Estado passaram em revista o amplo espectro da relação bilateral e avaliaram o estado de implementação do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil - Argentina.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner:

1. Reafirmaram seu compromisso com o permanente aperfeiçoamento e fortalecimento da democracia representativa em seus países e com a necessidade de implementar modelos de desenvolvimento baseados na produção de valor agregado, na geração de riqueza e na criação de empregos como forma de superar as desigualdades sociais e regionais persistentes. Expressaram sua convicção de que a democracia, o pluralismo e o respeito aos direitos humanos e às liberdades individuais constituem fatores de progresso, prosperidade e paz social.

2. Expressaram sua firme convicção quanto à importância da promoção e da proteção dos direitos humanos e reiteraram o compromisso de seus Governos e de suas populações com a defesa dos princípios de universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, tanto dos direitos civis e

políticos quanto dos econômicos, sociais e culturais.

3. Reiteraram a determinação de continuar o trabalho conjunto em prol de uma forte agenda social e produtiva, com o objetivo de estabelecer ações concretas para combater a fome e a pobreza. Concordaram em continuar trabalhando em projetos nacionais de desenvolvimento convergente, fomentando a promoção da justiça, da inclusão social e do trabalho digno.

4. Manifestaram seu apoio ao sistema multilateral de comércio e à rodada Doha, a fim de alcançar uma maior integração dos países em desenvolvimento na economia internacional. Com este propósito, concordaram que é preciso assegurar que se avance na eliminação da discriminação que sofre a agricultura e na aplicação de flexibilidades adequadas para que os países em desenvolvimento, especialmente os de nossa região, possam levar adiante os objetivos de diversificação de suas estruturas produtivas.

5. Ressaltaram seu apoio aos princípios que guiam as negociações, em particular a reciprocidade menos que plena e o tratamento especial e mais favorável para os países em desenvolvimento.

6. Reiteraram a prioridade de defender e promover o emprego. Com esse propósito, destacaram as políticas nacionais que ambos os países estão conduzindo para gerar postos de trabalho e os esforços de coordenação macroeconômica internacional destinados a conter os efeitos da crise e a promover a recuperação econômica.

7. Reafirmaram a importância da capitalização e do aumento de empréstimos a taxas de juros reduzidas do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento para promover obras de infraestrutura econômica e social, que são importantes geradoras de emprego e que contribuem para a diminuição

das disparidades dentro de nossas sociedades.

8. Respaldaram a realização de programas de educação, capacitação e treinamento, assim como a ampliação das redes de seguridade social para aqueles que tenham perdido seus empregos e que encontram dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

9. Coincidiram em destacar que as causas que levaram à crise indicam a importância de maior regulação dos mercados financeiros e que os países desenvolvidos causadores da crise devem adotar todas as medidas necessárias para reaquecer suas economias.

10. Constataram que a crise econômica e financeira está dando lugar a uma forte retração de crédito, que afeta gravemente o financiamento ao comércio exterior. A consequência, além da restrição de crédito, é o aumento da taxa de juros nas economias em desenvolvimento, o que desestimula os investimentos e o consumo.

11. Por esse motivo, respaldaram a aplicação de medidas de capitalização e de aumento dos recursos das instituições financeiras internacionais e a emissão de novos Direitos Especiais de Saque do FMI recentemente acordadas durante Cúpula do G-20. Essas iniciativas devem estar ligadas à eliminação e à redução significativa das condicionalidades.

12. Paralelamente, apoiaram a reestruturação do FMI e do Banco Mundial, de modo a aumentar significativamente a participação dos países em desenvolvimento no capital e na tomada de decisões. Apoiaram, ademais, o monitoramento mais efetivo das economias dos países avançados por parte do FMI.

13. Apoiaram a regulação das agências de classificação de risco, assegurando sua neutralidade e independência das instituições financeiras e a eliminação dos paraísos fiscais, a fim de que todos os países se atenham a normas adequadas de transparência

internacional e de controle impositivo.

14. Destacaram que a reforma do setor bancário e das demais instituições financeiras deve assegurar que sejam cumpridos requisitos rígidos de solvência, de adequação de capital de cada instituição ao risco potencial, inclusive aquele derivado de mudanças no ciclo econômico, de transparência dos pacotes e instrumentos relativos a crédito e a bolsas de valores, e de controle e supervisão permanente por autoridades governamentais.

15. Congratularam-se pelas decisões adotadas na Cúpula do G-20 em Londres e enfatizaram a importância de que essas decisões sejam confirmadas por meio de políticas pertinentes em âmbito nacional.

16. Manifestaram seu mais firme respaldo ao multilateralismo e aos princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas, e enfatizaram que o respeito ao direito internacional é uma condição fundamental para assegurar a paz e a segurança internacionais.

17. Destacaram a necessidade de trabalhar pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a fim de torná-lo mais eficiente, democrático, transparente, representativo e responsável por suas ações perante a comunidade internacional.

18. Manifestaram seu interesse para que, no âmbito da Organização dos Estados Americanos, se avance na definição de um plano de trabalho para combater, sancionar e erradicar o tráfico de pessoas.

19. Reafirmaram seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e sua decisão de contribuir para melhorar a resposta internacional frente às mudanças climáticas. Ressaltaram a importância do princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

20. Concordaram que o aumento da demanda por energia para permitir o desenvolvimento

de nossos países torna urgentes os esforços bilaterais e regionais de integração dos sistemas energéticos. Concordaram, igualmente, que o desenvolvimento das fontes renováveis de energia, incluindo os biocombustíveis, a energia solar, a energia eólica, a biomassa, o hidrogênio, entre outras, constitui uma grande oportunidade para o desenvolvimento tecnológico, industrial, econômico e social, com efeitos positivos na redução das emissões de gases que contribuem para as mudanças climáticas.

21. Reafirmaram sua disposição em fortalecer a cooperação em matéria antártica e de celebrar consultas referentes às reuniões dos foros antárticos.

22. Convencidos da necessidade de harmonizar esforços, tanto no âmbito bilateral como no seio dos organismos internacionais, regionais e do MERCOSUL especializados na matéria, para enfrentar, com êxito, o problema mundial das drogas, manifestaram a firme decisão de seus Governos de aumentar a cooperação contra o tráfico de drogas e delitos relacionados, a prevenção contra seu uso indevido e a reabilitação de dependentes, no marco dos princípios de responsabilidade compartilhada, integralidade e respeito aos direitos humanos.

23. Coincidiram em que a consolidação do MERCOSUL como principal âmbito de integração política, social, econômica e comercial da região é um elemento chave para enfrentar a atual crise econômica internacional. Nesse sentido, ressaltaram a importância de coordenar ações no plano regional no marco da Política Comercial Comum e de aprofundar a integração comercial.

24. Saudaram a continuidade do processo de negociações externas do MERCOSUL, especialmente o progresso das negociações Sul-Sul. Ademais, reiteraram sua disposição em retomar as negociações do Acordo de Associação Birregional MERCOSUL -

União Europeia, com o objetivo de alcançar um resultado equilibrado e mutuamente satisfatório.

25. Reiteraram seu compromisso com o aprofundamento do MERCOSUL em sua dimensão política e social, em particular mediante a ativação do Instituto Social do MERCOSUL e da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL.

26. Nesse sentido, reafirmaram sua disposição em impulsionar os trabalhos relativos ao Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL, assim como em adotar programas e medidas específicas no âmbito social que atenuem os efeitos da atual conjuntura de crise financeira internacional na região.

27. Recordaram que os múltiplos acordos, normas e entendimentos já implementados entre os países do MERCOSUL - nas áreas política, econômica, social, cultural, educacional, migratória e de segurança - são ponto de partida fundamental de qualquer concertação política no âmbito subregional.

28. Reconheceram a importância da consolidação da UNASUL, que deve se transformar em um fator de unidade e de cooperação na América do Sul, criando sinergias positivas em áreas como o desenvolvimento da infraestrutura física regional, a potencialização de políticas sociais na região e a cooperação em matéria de defesa.

29. Manifestaram seu interesse frente ao problema do seqüestro e da restituição internacional de menores. Nesse sentido, ressaltaram a existência de acordos multilaterais, regionais e bilaterais sobre a matéria assumidos pelas Partes, e se comprometeram a estimular sua difusão e observância entre as autoridades de aplicação federais, estaduais e municipais de ambas as Partes.

30. Reafirmaram a importância de que a parceria estratégica entre Brasil e Argentina

continue produzindo resultados concretos e tangíveis, assim como benefícios mútuos, nas diversas áreas que compõem as relações bilaterais, a fim de que as altas aspirações de desenvolvimento e prosperidade de suas respectivas sociedades encontrem nesta parceria sua mais legítima expressão política e melhor tradução prática, em prol do crescimento e do desenvolvimento de suas populações.

31. Expressaram seu contentamento com os excelentes resultados obtidos durante a “Semana Argentina em São Paulo”, que ocorreu entre os dias 16 e 20 de março do corrente ano. A delegação empresarial e institucional argentina, composta por quase quinhentos membros, manteve um denso programa de entrevistas com suas contrapartes brasileiras, organizado conjuntamente pela Chancelaria argentina e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). O programa de atividades contemplou a realização do Seminário Econômico “Oportunidades de Comércio, Negócios e Investimentos entre Brasil e Argentina”, com a participação de ambos os Chefes de Estado e de grande número de altos funcionários e empresários dos dois países, como também outros eventos de caráter comercial e cultural de singular relevância.

32. Destacaram os avanços posteriores à reunião realizada em 13 de abril de 2009 em São José dos Campos, Estado de São Paulo, que mantiveram o Ministro de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços, o Secretário de Transporte, Embaixadores e outros funcionários com a empresa Embraer e Aerolíneas Argentinas, em que chegaram a um entendimento para a compra de vinte aviões Embraer 190 AR, que contará com linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

33. Acordaram realizar a Quarta Reunião Presidencial do Mecanismo de Integração e

Coordenação Bilateral Brasil - Argentina no dia 18 de novembro de 2009, em Brasília.

34. Com relação aos avanços dos projetos que compõem o Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil - Argentina e com o firme compromisso de avançar com celeridade na integração, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner adotaram as seguintes decisões:

A. SUBCOMISSÃO DE ECONOMIA, PRODUÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Projeto 1.a. Coordenação Macroeconômica

Ressaltar o acordo de trabalhar conjuntamente no acompanhamento das ações de curto prazo implementadas por ambos os países com o objetivo de neutralizar os efeitos da crise internacional.

Instruir que, no curto prazo, se aprofunde o trabalho de monitoramento conjunto do impacto da crise internacional por meio da formalização de um canal de comunicação bilateral para o acompanhamento das medidas a serem implementadas no atual contexto de crise, propiciando sua coordenação; e que, no médio prazo, se avance firmemente no caminho que levará à progressiva coordenação macroeconômica bilateral, fortalecendo os sistemas de informação mútua e o acompanhamento das políticas nacionais, envolvendo aspectos tais como questões tributárias, produção industrial, integração produtiva, regime de investimentos e financiamento.

Projeto 1.b. Consultas sobre comércio bilateral e integração

Manifestar sua satisfação pelos encontros mantidos pelo Grupo de Alto Nível, coordenados pelas Chancelarias, para analisar o impacto da crise econômica e financeira mundial nos fluxos de comércio e investimento bilaterais e regionais, em que se consideraram diversas iniciativas

para enfrentar coordenadamente os desafios trazidos pela crise mundial e minimizar seus impactos.

Instruir que as negociações entre os respectivos setores privados que constituem o comércio bilateral sejam impulsionadas, a fim de atender os interesses daqueles mais sensíveis, sem perder de vista a necessidade de aprofundar a integração produtiva e o comércio entre os dois países e no âmbito do MERCOSUL, incentivando as empresas a investir em inovação e em aumento de competitividade.

Projeto 1.c. Consultas sobre Temas da OMC

Ressaltar a necessidade de envidar os melhores esforços a fim de continuar colaborando conjuntamente no âmbito das negociações comerciais multilaterais que se levam a cabo na Organização Mundial do Comércio.

Projeto 2.a. Sistema de Pagamento do Comércio Bilateral em Moedas Locais (SML)

Destacar a entrada em vigor do Sistema de pagamento do comércio bilateral em moedas locais (SML), de 3 de outubro de 2008, e ressaltar que este sistema cumpre os objetivos de aprofundar a integração financeira e de estimular o comércio bilateral das pequenas e médias empresas.

Instruir os organismos com competência em comércio exterior dos respectivos Governos a tomarem as medidas necessárias para facilitar a utilização do SML no marco de suas respectivas competências, de modo a ajudar a incentivar o uso do mecanismo.

Instruir, ademais, que particularmente aqueles encarregados da promoção do comércio exterior adotem medidas para dar ampla difusão ao Sistema e estudar possíveis expansões do mesmo para outras operações.

Destacar que o Artigo 11 do Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas

e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços da República Argentina sobre Intercâmbio de Energia Elétrica, firmado em 30 de março de 2009, introduz o sistema bilateral de pagamentos em moedas locais para toda operação de transação econômica originada em seu âmbito.

Projeto 2.b. Projeto sobre Sistema Bilateral de Pagamento em Moeda Local de Benefícios Previdenciários

Instruir aos Bancos Centrais, à Administración Nacional de la Seguridad Social, da Argentina, e ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), do Brasil, que em um prazo de quatro meses alcancem um acordo de sistema bilateral de pagamento de benefícios previdenciários em moeda local. Este acordo terá por objetivo que seus beneficiários recebam suas aposentadorias e pensões sem pagar tarifas bancárias nem perder recursos pela conversão cambial de moedas (pesos/dólar/real e vice-versa).

Cronograma

Junho de 2009: reunião de análise de proposta do acordo.

Agosto de 2009: assinatura do Acordo de Sistema Bilateral de Pagamento em Moeda Local de Benefícios Previdenciários

Projeto 3. Cooperação BNDES - Banco de la Nación Argentina - BICE

Destacar os avanços dos Bancos no marco do Convênio de Cooperação entre o BNDES, o Banco de la Nación Argentina e o Banco de Inversión y Comercio Exterior (BICE) no que diz respeito à criação e à implementação de políticas creditícias para o desenvolvimento e a consolidação de cadeias de produção integradas bilateralmente, e pelo acordo das instituições em trabalhar na identificação de projetos de integração dentro das seguintes atividades: aeropartes, indústria naval, equipamentos para a produção de petróleo e

gás, produção de medicamentos e indústria alimentícia.

Instruir aos Bancos que cumpram com os prazos acordados pela Comissão da Quarta Cláusula do Acordo de Cooperação, e que se avance nos projetos que sejam considerados prioritários para ambos os países.

Instruir os Bancos a que, de maneira imediata, realizem as seguintes ações:

estudar junto aos respectivos Bancos Centrais a possibilidade de utilização de moedas que reduzam o risco cambial (Sistema de Moedas Locais);

colocar-se à disposição de suas respectivas Chancelarias, a fim de que os promotores dos projetos se ponham em contato com as entidades financeiras para avaliar a viabilidade do financiamento dos mesmos no âmbito do Acordo;

ênfatar as atividades de difusão no setor empresarial de seus respectivos países, com o objetivo de revelar eventuais iniciativas de integração bilateral de forma coordenada;

estudar a possibilidade de coordenar suas atividades com o Fundo de Garantias recentemente criado pelo MERCOSUL, com vistas a buscar algum tipo de sinergia com o mesmo.

Com o objetivo de identificar projetos relativos ao fornecimento de equipamento de petróleo e gás por parte das empresas argentinas à Petrobrás, convidar para a próxima reunião da Comissão o representante da ABDI responsável pela matéria no Brasil.

Cronograma

Reunião da Comissão dentro dos próximos 60 dias.

Projeto 4. Cooperação Espacial: Satélite Argentino-Brasileiro de Observação dos Oceanos

Confirmar a realização do projeto SABIA-Mar para a observação costeira e oceânica, que

terá impacto positivo em áreas como proteção do meio-ambiente, prevenção de desastres ambientais, manejo costeiro, recursos hídricos, oceanografia, uso sustentável dos recursos do mar, meteorologia e mudanças climáticas.

Convidar as indústrias de ambos os países que participem no marco do Programa de Cooperação para o desenvolvimento conjunto de tecnologias avançadas de aplicação espacial assinado entre AEB e CONAE, aplicando a cláusula de reciprocidade adotada nos acordos de cooperação espacial aprovados pelos Congressos de ambos os países.

Instruir que, durante 2009, seja estudado um programa de cooperação e inovação tecnológica espacial entre empresas de ambos os países.

Destacar o comum interesse em desenvolver de forma conjunta uma câmara de infravermelho térmico de nova tecnologia para a provisão dos instrumentos da carga útil da missão do satélite SABIA-Mar.

Reconhecer o satisfatório avanço nas atuais missões conjuntas do satélite: pelo lado argentino, o SAC-D/Aquarius para o estudo dos oceanos, que conta com a participação do Brasil; e, pelo lado brasileiro, a recepção argentina dos dados da missão do satélite CBERS.

Instruir que se dê fomento à ativa participação dos setores industriais e de investigação de ambos os países nos projetos comuns.

Ressaltar a urgente necessidade de identificar as fontes de financiamento para a efetiva materialização do projeto SABIA-Mar, cuja estimativa preliminar de custos será apresentada em maio de 2009.

Cronograma

Maio de 2009: conclusão da estimativa preliminar de custos do projeto SABIA-Mar.

Dezembro de 2009: conclusão dos estudos de um programa de cooperação e de inovação

tecnológica espacial entre empresas de ambos os países.

Projeto 5. Centro Binacional de Nanotecnologia (CBAN)

Destacar os importantes avanços alcançados pelo Centro Binacional de Nanotecnologia, pelo cumprimento, em sua totalidade, do plano de trabalho apresentado para 2008.

Ressaltar o lançamento da primeira convocatória para o financiamento de três projetos conjuntos no marco do acordo entre a Agência Nacional de Promoção Científica e Tecnológica (ANPCyT) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que serão lançados em 2009.

Estimular as atividades conjuntas no setor, com ênfase na formação de recursos humanos, no desenvolvimento científico e no avanço industrial, além da efetiva realização do plano de trabalho de 2009:

Cronograma 2009

Realização de oito escolas binacionais, quatro na Argentina e quatro no Brasil.

Análise de Convocatória de Projetos Laboratório-Empresa 2+2 (uma empresa e um laboratório argentino, um empresa e um laboratório brasileiro) nas áreas previamente acordadas.

2º semestre: workshop em Buenos Aires.

Cronograma 2010

Lançamento da segunda convocatória de projetos CNPq-ANPCyT no ano 2010 (segundo os termos do acordo CNPq-ANPCyT).

Projeto 6. Programa Bilateral de Energias Novas e Renováveis

Expressar sua satisfação pela definição de um Programa Bilateral de Energias Novas e Renováveis, que inclui a capacitação de recursos humanos em nível de pós-graduação, projetos de pesquisa, desenvolvimento, inovação e normas sobre: biocombustíveis, energia solar, energia eólica e de pequenos aproveitamentos

hidráulicos, assim como em novas tecnologias associadas à emergente economia do hidrogênio e do uso racional de energia.

Instruir aos Ministérios de Ciência e Tecnologia do Brasil e de Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva da Argentina que continuem com os esforços para estimular as ações de interesse comum definidas pelo Grupo de Coordenação Bilateral.

Projeto 7. TV Digital

Expressar sua satisfação pelos encontros mantidos pelos responsáveis de ambos os países, nos quais intercambiaram informações técnicas e institucionais, com o objetivo de avaliar os possíveis aspectos de cooperação no desenvolvimento e implementação da televisão terrestre digital.

Instruir, ademais, a que continuem nesse trabalho com o objetivo de explorar oportunidades de uma sociedade mutuamente vantajosa no que diz respeito a investimentos, produção de equipamentos, fortalecimento da integração produtiva, desenvolvimento técnico, fomento de pesquisas e cooperação no campo do desenvolvimento de “software”, contemplando, ademais, aplicações para a inclusão digital, entre outras possibilidades associadas à área de televisão terrestre digital.

Projeto 8. Indústria Naval

Estimular as conversações entre representantes dos setores público e privado visando a implementar o Acordo Marco de Reciprocidade, Cooperação e Complementariedade firmado em julho de 2008 pelo Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação Naval e Offshore (SINAVAL) e pela Federación de la Industria Naval Argentina (FINA). Por este Acordo, ambas as associações programaram uma agenda de visitas às instalações dos estaleiros de cada país, com o objetivo de avaliar as capacidades produtivas instaladas e de averiguar as

potencialidades de produção conjunta a longo prazo.

Instruir que se criem comissões de trabalho em nível governamental que, em consulta com o setor privado, deverão apresentar propostas concretas que permitam superar os obstáculos identificados pelas Partes.

Instruir os Pontos Focais a elaborarem, em um prazo de seis meses, um projeto de acordo bilateral entre ambos os Governos que permita implementar o Acordo Quadro de Reciprocidade, Cooperação e Complementariedade firmado pela FINA e pelo SINAVAL.

Cronograma

Julho de 2009: criação de comissões de trabalho em nível governamental.

Novembro de 2009: apresentação um projeto de acordo bilateral que permita implementar o Acordo Quadro de Reciprocidade, Cooperação e Complementariedade firmado pela FINA e pelo SINAVAL.

B. SUBCOMISSÃO DE ENERGIA, TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA

Projeto 9. Cooperação Nuclear

Manifestar satisfação pela elaboração dos detalhes de vinte e oito projetos de integração na área nuclear, sete dos quais correspondem a reatores nucleares e doze ao ciclo de combustível, e nesse sentido, determinar à COBEN que apresente relatório na próxima reunião do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral sobre o progresso na implementação desses projetos e sobre a dotação orçamentária final.

Tomar nota dos progressos substantivos registrados no Grupo de Trabalho sobre reatores e resíduos, em particular no que se refere ao projeto de criação de uma Empresa Binacional para o projeto, a engenharia, a construção e a ativação de Reatores Nucleares de potência.

Acolher a identificação, pela COBEN, de fontes de financiamento para a implementação

inicial dos projetos de integração e recordar a necessidade de pronta disponibilidade de recursos integrais para os mesmos.

Tomar nota da criação, no âmbito das conversações relativas à Empresa Binacional de Enriquecimento de Urânio (EBEN), do Grupo de Trabalho (GT-EBEN) como fórum para a identificação do modelo a ser seguido pela Empresa Binacional em suas vertentes técnica, jurídica e organizacional, e ressaltar a importância de que as discussões sobre o tema abordem, além do enriquecimento, as demais etapas do ciclo do combustível nuclear, assim como a área de reatores.

Tomar nota das iniciativas de harmonização das normas e da legislação vigente (oito projetos), assim como dos programas de educação e treinamento na área nuclear, que facilitarão o intercâmbio de profissionais, estudantes, produtos e serviços; apoiar as iniciativas e instruir as autoridades competentes no tema que tomem as medidas necessárias para a implementação das propostas acordadas.

Cronograma

Julho de 2009: reunião COBEN - Rio de Janeiro.

Agosto de 2009: informar sobre o progresso na implementação dos projetos citados e sobre a dotação orçamentária final.

Projeto 10. Construção da Hidrelétrica de Garabi e outros Empreendimentos Hidrelétricos

Destacar o chamado de licitação por parte da EBISA e da ELETROBRAS, a adjudicação dos estudos de inventário dos trechos limítrofes do Rio Uruguai e a assinatura do contrato, em 11 de março de 2009, com o consórcio adjudicatário argentino-brasileiro, ressaltando que estes serão realizados em um prazo total de dezesseis meses.

Instruir que nos próximos seis meses se elabore o edital de bases e condições para as

licitações de estudos de viabilidade e impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Garabi, a fim de que o chamado de licitação se realize um mês depois da entrega dos termos de referência, produto dos estudos de inventário em curso.

Destacar o acordo alcançado, em 31 de março passado, na V Reunião da CTM realizada em Buenos Aires, de efetuar com a maior simultaneidade possível os estudos de viabilidade de Garabi e os de um segundo aproveitamento hidrelétrico, mediante a celebração de um segundo convênio de cooperação entre EBISA e ELETROBRAS.

Destacar a configuração de um Grupo de Trabalho Ambiental com vistas a orientar os estudos e as solicitações de habilitações ambientais de acordo com as normas ambientais de ambos os países.

Instruir que se dê continuidade, no âmbito da Comissão Técnica Mista, aos estudos de desenvolvimento das redes de transmissão de energia na região, e aos de integração e intercâmbio de energia dos aproveitamentos no longo prazo. Ademais, prosseguir com a análise dos comunicados das respectivas centrais, sua comercialização e adaptação às modalidades dos sistemas elétricos de ambos os países.

Determinar que a CTM, por meio do seu Grupo de Trabalho sobre Marco Regulatório e Institucional, continue com a análise do modelo institucional e das necessidades de complementação do marco jurídico do Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente, o Rio Peperi-Guaçu, firmado em 17 de maio de 1980.

Cronograma

Julho/Agosto de 2009: finalização do relatório de estudos de inventário da Central Hidrelétrica de Garabi e chamado de licitação para estudos de viabilidade e impacto ambiental.

Projeto 11. Interconexão Elétrica Brasil - Argentina

Destacar a assinatura, entre o Ministro do Planejamento e do Investimento Público da República Argentina e do Ministro de Minas e Energia da República Federativa do Brasil, em 30 de março de 2009, em Brasília, do Memorando de Entendimento que responde a um mecanismo de compra e intercâmbio de energia entre Brasil e Argentina, já utilizado em anos anteriores:

a) modalidade sem devolução interruptível: a Argentina adquirirá energia gerada por usinas térmicas cuja produção não seja necessária à provisão do mercado brasileiro e/ou energia hidrelétrica vertida. Este fornecimento será realizado durante os meses de março a dezembro.

b) modalidade com devolução interruptível: a Argentina receberá energia de origem hidráulica, durante o período de maio a agosto de 2009, não utilizada no mercado elétrico brasileiro, devendo devolvê-la ao Brasil durante o período de setembro a novembro.

Destacar que o Memorando alcançado introduz em seu Artigo 11, para toda operação de transação econômica originada em seu âmbito, o sistema de pagamentos do comércio bilateral em moedas locais, implementado por meio do “Convênio de Sistema de Pagamentos em Moeda Local”, assinado entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil em 8 de setembro de 2008.

Ressaltar o compromisso das partes de estudar, ao longo de 2009, a viabilidade da inclusão da modalidade “Energia de Acumulação”, avaliando possíveis impactos e aspectos regulatórios com o objetivo de adotar essa alternativa nos próximos Memorandos de Entendimento, que prevê que todas essas operações sejam realizadas através das conversoras de Garabi e de Uruguaiana.

Destacar o acordo de constituir um grupo de trabalho bilateral no qual deverão participar

CAMMESA e ONS, com vistas a elaborar um acordo plurianual que introduza claramente a modalidade “de acumulação”.

Cronograma

Dezembro de 2009: apresentação de estudos de viabilidade de inclusão da modalidade “Energia de Acumulação”.

Projeto 12. Novas Pontes sobre o Rio Uruguai

Tomar nota que ambas as delegações fixaram como prazo do chamado de licitação do estudo de viabilidade para otimizar a conectividade entre os dois países o dia 27 de maio de 2009.

Instruir que esse prazo seja respeitado, e que se proceda com celeridade no processo de licitação para que, a partir da adjudicação dos estudos e, por conseguinte, de um prazo de oito meses para a execução dos mesmos, se obtenha um relatório final.

Cronograma

27 de maio de 2009: chamado de licitação dos estudos.

Projeto 13. Ponte Uruguaiana - Paso de Los Libres

Destacar a realização dos estudos subaquáticos e de ensaio de cargas realizados pela Argentina, que servirão de base para a elaboração, por parte do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), do Brasil, do projeto e de especificações técnicas para a recuperação e reforço da Ponte, o que será realizado em coordenação com a Dirección Nacional de Vialidad, da Argentina.

Instruir às delegações que confeccionem, durante 2009, os respectivos editais de licitação para a execução das obras de recuperação da Ponte.

Tomar nota de que será postergada a finalização do Controle Terminal de Cargas Paso de Los Libres (COTECAR) para o final deste ano, devido ao fato de que o mesmo

sofreu novas modificações arquitetônicas, e de que, no Brasil, se encontram em execução as obras de melhorias na BR-290/RS.

Instruir aos organismos de controle, com atenção à deficiência de pessoal destes e de outros postos de fronteira, que em um prazo de três meses apresentem suas necessidades de pessoal para garantir um nível ótimo de serviços, e para que continuem os contatos bilaterais com vistas ao aperfeiçoamento do controle integrado.

Cronograma

Julho de 2009: apresentação das necessidades de pessoal para garantir um nível ótimo de serviços.

Setembro de 2009: finalização do projeto e especificações técnicas para a recuperação e reforço da Ponte.

Outubro de 2009: licitação das obras.

Projeto 14. Ponte sobre o Rio Peperi-Guaçu
Destacar o Convênio entre a Dirección Nacional de Vialidad da Argentina e a Dirección de Vialidad Provincial da Província de Misiones para a realização de um projeto de traçado desde a localidade de San Pedro até a Ponte pela estrada provincial de número 27. Por este convênio, a Dirección Nacional de Vialidad financiará a pavimentação dos 45 km desse trecho e a execução de duas pontes sobre os rios Garibaldi e Yabotí.

Destacar as obras de pavimentação realizadas pelo Brasil na rodovia BR-282/SC até a localidade de Paraíso.

Instruir a Dirección Nacional de Vialidad e o DNIT que coordenem uma visita conjunta à Ponte com o objetivo de avaliar seu estado e que apresentem opções de eventuais medidas ou obras necessárias para a efetiva habilitação internacional da Ponte e do passo fronteiro.

Cronograma

Mai de 2009: conclusão da pavimentação na rodovia BR-282/SC até a localidade de Paraíso.

Agosto de 2009: visita conjunta à Ponte.

Outubro de 2009: entrega de avaliação do estado geral da Ponte e das obras realizadas em ambos os lados da mesma.

Projeto 15. Integração Ferroviária

Ressaltar os avanços realizados na reunião sobre Integração Ferroviária realizada em Assunção em 10 de dezembro de 2008, no desenvolvimento do corredor ferroviário Atlântico - Pacífico através de Chile, Argentina, Paraguai e Brasil.

Instruir que se faça uma proposta de corredor ferroviário de bitola métrica e um levantamento físico da infraestrutura ferroviária ao longo do mencionado corredor, e que se proceda à designação dos representantes técnicos de ambos os países conforme o acordado na reunião de 10 de dezembro de 2008.

Cronograma

Julho de 2009: IV Reunião de Integração Ferroviária entre Paraguai, Argentina, Brasil e Chile, no Rio de Janeiro.

Projeto 16. Transporte Ferroviário de Passageiros entre Uruguiana e Paso de los Libres

Instruir que as autoridades competentes na matéria realizem uma visita ao local durante o primeiro semestre do ano corrente, e elaborem um relatório pormenorizado das condições de infraestrutura em ambos os países e sobre a possibilidade de implementar os serviços ferroviários de passageiros entre as localidades de Uruguiana e Paso de Los Libres, assim como uma proposta de plano de trabalho.

Cronograma

1º semestre de 2009: visita à área de fronteira.

2º semestre de 2009: elaboração conjunta de um relatório pormenorizado das condições de infraestrutura e proposta de plano de trabalho.

C. SUBCOMISSÃO DE DEFESA E SEGURANÇA

Projeto 17. Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa

Cooperação Industrial Aeronáutica

Destacar a cooperação entre a indústria aeronáutica brasileira, a fábrica de aviões de Córdoba e o Ministério da Defesa argentino, a saber:

a) a visita de 26 de setembro de 2008 de uma equipe de engenheiros brasileiros à fábrica de aviões de Córdoba, de que surgiu um plano e um cronograma de atividades para a preparação da unidade industrial argentina para a fabricação de aeropartes, adequação de processos, instalações, equipamento e capacitação necessária para o pessoal;

b) a assinatura do acordo de confidencialidade entre as Partes argentina e brasileira para a transmissão de normas técnicas por parte da indústria aeronáutica brasileira à fábrica de aviões de Córdoba, cujo conhecimento é necessário para a fabricação de peças e componentes identificados como objetos potenciais de cooperação industrial.

Instruir aos representantes de ambos os Governos ante os organismos do MERCOSUL que avancem rumo a um Regime Comum de Importação de Bens Destinados à Indústria Aeronáutica que facilite a importação de insumos para a fabricação de peças aeronáuticas e que ajude a superar os problemas de competitividade.

Tomar nota das reuniões do Grupo de Trabalho Conjunto em Matéria de Defesa (GTC), em 6 e 7 de novembro de 2008, em Buenos Aires, e em 13 de abril de 2009, no Rio de Janeiro, quando foram revisados o andamento dos projetos conjuntos supervisionados pelos Subgrupos Naval, Aéreo e Terrestre e da criação da Subcomissão de Defesa que coordenará projetos que sejam do interesse de mais de uma Força.

Ratificar a decisão do GTC de que as Subcomissões lhe elevem apenas os problemas que não tenham possibilidade de solucionar no nível técnico/operacional.

Registrar a isenção do pagamento de direitos de importação e exportação e a autorização para a livre circulação dos insumos e produtos envolvidos no projeto “Gaúcho”, concedida pela República Argentina.

Ressaltar a conclusão, pelo Exército Argentino, de novo protótipo do veículo leve aerotransportado “Gaúcho” e o início das provas do protótipo pelo Exército Brasileiro.

Instruir a ambas as Forças a desenvolver mecanismo que possibilite a compensação mútua dos desembolsos efetuados para que os custos de pesquisa e desenvolvimentos dos projetos sejam divididos.

Destacar a decisão de utilização do Sistema de Pagamentos em Moeda Local para as compensações financeiras necessárias.

Instar os Ministérios de Defesa a manter o ritmo dos trabalhos e a continuar a identificar áreas de cooperação que permitam a integração do desenvolvimento de insumos, componentes e equipamentos de defesa.

D. SUBCOMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURA E CIRCULAÇÃO DE PESSOAS

Projeto 18. Acordo sobre Igualdade de Direitos Cíveis e Políticos e Grupo de Alto Nível para a Livre Circulação de Pessoas

A) Projeto de Acordo sobre Igualdade de Direitos Cíveis e Políticos

Tomar nota de que a legislação argentina outorga aos estrangeiros residentes no país igualdade de direitos cíveis e o direito a votar e a ser eleito em várias jurisdições municipais e provinciais.

Tomar nota que, no Brasil, se encontra em andamento uma proposta de modificação à Constituição Federal que outorgaria igualdade de direitos cíveis e políticos aos cidadãos do MERCOSUL.

Instruir que a contraparte seja informada dos avanços nesse sentido e que, aprovada a

emenda mencionada, se apresente um projeto de acordo bilateral para sua análise.

B) Controle Integrado Fronteiriço

Instruir que se assine um Acordo Operativo de implementação do Sistema de Controle Migratório Integrado com Registros Compartilhados, a ser aplicado inicialmente nos postos de fronteira Uruguaiana - Paso de Los Libres; Foz do Iguaçu - Puerto Iguazú.

Instruir os órgãos intervenientes que reforcem o pessoal de controle que trabalha nesses postos de fronteira e que se realizem as obras de infraestrutura e de recondicionamento, conforme as necessidades observadas pelo Grupo de Alto Nível.

C) Mecanismo de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal

Instruir que, com relação à ordem conjunta de captura, se continue avançando no âmbito bilateral, com vistas à aproximação de posições e à superação dos diferentes marcos normativos em ambos os países.

Instruir, quanto à criação de equipes conjuntas de investigação, que se avance sobre a proposta argentina de trabalho bilateral para o acordo quadro e formulários que contemplem os sistemas de informática, com a finalidade de agilizar a cooperação jurídica na matéria.

Projeto 19. Cooperação em Insumos Estratégicos para a Saúde

Instruir os Ministros de Saúde de ambos os países a avancarem na definição da possibilidade de constituir uma entidade binacional em matéria de insumos estratégicos e explorem toda possibilidade de cooperação direta entre empresas públicas e privadas dos dois países para a produção e desenvolvimento de produtos de interesse comum.

Projeto 20. Fortalecimento das Farmacopeias Brasileira e Argentina

Destacar a harmonização alcançada pela ANVISA e pela ANMAT sobre os seguintes aspectos técnicos para a implementação do

projeto de desenvolvimento de Substâncias Químicas de Referência (SQRs) de ingredientes ativos farmacêuticos sintetizados na região: Protocolo de Desenvolvimento de SQRs, Modelos de Certificação, Monitoramento para estabelecer o período de vida útil dos SQRs e Modelo de Informação Técnica.

Instruir que, como resultado desses acordos, se efetue a operatividade do desenvolvimento de SQRs, conforme o seguinte cronograma:

- a) no primeiro semestre de 2009, serão desenvolvidas SQRs de interesse sanitário: a Didanosina por parte da ANVISA (Brasil) e o Triconazol por parte da ANMAT (Argentina);
- b) no segundo semestre de 2009, serão definidas, no mínimo, outras quatro novas SQRs.

Ressaltar a decisão de ambos os organismos de reconhecer as SQRs desenvolvidas por estes, de maneira que os dois países contariam com aproximadamente cento e vinte SQRs disponíveis para venda.

Cronograma

1º semestre de 2009: desenvolvimento de SQRs de interesse sanitário: a Didanosina por parte da ANVISA (Brasil) e o Triconazol por parte da ANMAT (Argentina).

2º semestre de 2009: definição de outras novas SQRs.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu, em nome próprio e de sua comitiva, as atenções e manifestações de apreço e de amizade recebidas do Governo e do Povo argentino durante sua visita à República Argentina.

Assinada na Cidade de Buenos Aires, em 23 de abril de 2009.

ADOÇÃO PELA REPÚBLICA DO PERU
DO SISTEMA DE TV DIGITAL ISDB-T
23/04/2009

O Governo brasileiro recebeu, com satisfação, o anúncio, feito pelo Ministro

dos Transportes e Comunicações da República do Peru, Enrique Cornejo, de que aquele país adotará o sistema de TV Digital ISDB-T (International System for Digital Broadcasting), utilizado no Brasil. A medida peruana foi tomada após recomendação da Comissão Multissetorial encarregada de avaliar diversos sistemas de televisão digital terrestre, entre os quais, ademais do ISDB-T, o norte-americano ATSC e o europeu DVB.

Desde 2006, o Brasil promove, na América do Sul, em conjunto com o Japão, a divulgação do referido sistema, com inovações brasileiras.

VISITA DO MINISTRO
CELSO AMORIM À VENEZUELA
25/04/2009

O Ministro Celso Amorim encontra-se em Caracas, Venezuela, onde se reunirá com o Presidente Hugo Chávez e com o Ministro das Relações Exteriores, Nicolás Maduro. Entre os temas a serem discutidos destacam-se a entrada da Venezuela no Mercosul e a preparação da próxima visita do Presidente Chávez ao Brasil.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO
PERU, ALAN GARCÍA - RIO BRANCO,
28 DE ABRIL DE 2009
27/04/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente do Peru, Alan García, manterão encontro de trabalho em 28 de abril, em Rio Branco, no Acre.

Os Presidentes examinarão temas da agenda bilateral, dentre os quais desenvolvimento fronteiriço, comércio, integração física e energética. Discutirão, ainda, assuntos regionais e internacionais, como UNASUL, Cúpula da América Latina e do Caribe

(CALC), resultados da Cúpula das Américas e da Cúpula do G-20 em Londres e o impacto da crise financeira internacional na América do Sul. Participarão, também, da cerimônia de encerramento do Foro Empresarial Brasil-Peru, que deverá contar com a presença de cerca de 200 empresários dos dois países.

O Presidente Alan García estará acompanhado dos Presidentes Regionais (Governadores) de Arequipa, Cusco, Madre de Diós, Tacna, Moquegua e Ucayali, e dos Ministros das Relações Exteriores, da Produção, da Agricultura, de Minas e Energia, de Transportes e Comunicações e de Habitação, Construção e Saneamento.

Está prevista a assinatura de acordos nas áreas de apoio a micro e pequenas empresas, saúde pública, ensino técnico e profissionalizante, pesquisa agropecuária e interconexão elétrica.

Em 2008, Brasil e Peru registraram intercâmbio comercial no valor de US\$ 3,2 bilhões.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL “A
PROPRIEDADE INTELECTUAL
COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA
INDUSTRIAL” - BRASÍLIA,
29 E 30 DE ABRIL DE 2009
27/04/2009

No contexto do bicentenário da primeira de lei de propriedade intelectual promulgada no Brasil, o Ministério das Relações Exteriores realizará o seminário internacional intitulado “A Propriedade Intelectual como Instrumento de Política Industrial: Lições e Desafios”. O seminário terá lugar em Brasília, no Auditório Wladimir Murinho do Palácio Itamaraty, nos dias 29 e 30 de abril de 2009.

Dados adicionais sobre o evento podem ser obtidos na página eletrônica www.dipi.mre.gov.br.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO
CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS
DAS NAÇÕES UNIDAS - 27 A 29 DE
ABRIL DE 2009
28/04/2009

O Presidente do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, Embaixador Martin Ihoeghian Uhomoihi, realiza visita ao Brasil de 27 a 29 de abril. A programação inclui passagens por Manaus, Brasília, Rio de Janeiro e Salvador.

Em Manaus, no dia 27, o Embaixador Uhomoihi foi recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem agradeceu o papel do Brasil na promoção dos direitos humanos e a atuação do país no Conselho. Salientou, ainda, a importância da experiência brasileira no combate à fome e à pobreza, no tratamento da AIDS e no estímulo à cooperação Sul-Sul na área de direitos humanos.

Em Brasília, na manhã do dia 28, o Embaixador Uhomoihi proferiu palestra aos alunos do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco.

No Rio de Janeiro, na tarde do dia 28, estão previstos encontro com o Governador Sérgio Cabral e visita a projetos sociais da organização Viva Rio, na Favela da Maré.

Em Salvador, no dia 29, o Embaixador Uhomoihi manterá encontro com o Governador Jaques Wagner e visitará a Casa da Nigéria e a Casa do Olodum, no Pelourinho.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO
PERU, ALAN GARCÍA - RIO BRANCO,
28 DE ABRIL DE 2009 -
COMUNICADO CONJUNTO
28/04/2009

COMPROMISSO DE RIO BRANCO
Motivados pelo objetivo de estreitar as

relações bilaterais e aprofundar a Aliança Estratégica entre Brasil e Peru, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da República do Peru, Alan García Pérez, reuniram-se nesta data, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

2. Os Chefes de Estado destacaram a importância histórica do encontro, do qual participaram também os Presidentes das Regiões do Sul do Peru, os Governadores dos Estados brasileiros da região fronteira e mais de duzentos representantes do setor privado dos dois países. Ressaltaram que a iniciativa demonstra o interesse e a esperança com a nova dinâmica da relação fronteira - associada à Rodovia Interoceânica Sul - a qual se comprometeram impulsionar, no curto prazo, por meio da adoção das decisões consignadas no presente Compromisso.

TELEVISÃO DIGITAL

3. Ao iniciar a reunião, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressou seu agradecimento e sua satisfação pela decisão do Peru de adotar o padrão ISDB-T de Televisão Digital Terrestre (TDT). Ressaltaram que a decisão fortalece a integração, contribui para a cooperação tecnológica e estimula novos investimentos.

INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA

4. Reconheceram que o acesso a fontes confiáveis e diversificadas de energia contribui, de maneira decisiva, para a segurança energética, condição básica para o progresso material dos países e bem-estar de seus povos.

5. Coincidiram na necessidade de estabelecer as condições para promover o interesse comum da integração energética entre seus territórios. Para tanto, ressaltaram a importância de estimular investimentos, de conformidade com suas respectivas legislações.

6. Reafirmaram a prioridade do aumento progressivo da participação de fontes de energia renováveis na matriz energética dos dois países.

Nesse contexto, instruíram as autoridades competentes a examinar as oportunidades de cooperação no âmbito da produção e do consumo sustentáveis de biocombustíveis.

7. Ratificaram o interesse na integração energética entre os dois países e, para tanto, felicitaram o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Energia e Minas do Peru pelos avanços alcançados no marco do Grupo de Trabalho Ad Hoc de Integração Energética, criado com o objetivo de elaborar proposta de convênio bilateral sobre o potencial da integração energética. Nesse sentido, instruíram os Ministérios competentes no sentido de que o Grupo de Trabalho Ad Hoc (B) elabore instrumento bilateral que estabeleça as condições necessárias para a integração elétrica.

8. Da mesma maneira, sublinharam a importância de promover a interconexão elétrica entre as localidades da fronteira comum, no espírito de fortalecer os vínculos entre as populações de fronteira e melhorar sua qualidade de vida.

9. Felicitaram-se pela assinatura, entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Energia e Minas do Peru, do “Memorando de Entendimento para o Apoio a Estudos de Interconexão Elétrica entre Peru e Brasil”.

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E COMERCIAL NA ZONA DE FRONTEIRA

10. Convencidos da necessidade de fortalecer os laços de integração econômica regional como uma das formas de superar os efeitos da crise financeira internacional, expressaram sua satisfação pelo significativo incremento do intercâmbio comercial entre os dois países, que, nos últimos quatro anos, aumentou de US\$ 1.4 bilhão para US\$ 3.2 bilhões. Comprometeram-se a continuar realizando esforços para alcançar maior equilíbrio no comércio bilateral.

11. Constataram, entretanto, que a

participação das regiões fronteiriças nesse intercâmbio continua reduzida. Dessa forma, determinaram a adoção de medidas destinadas a superar os obstáculos ao comércio bilateral e, assim, promover o incremento dos fluxos comerciais e econômicos entre os Estados e as Regiões da zona de fronteira.

12. Instruíram suas autoridades competentes a realizar esforços conjuntos com vistas a permitir operações financeiras em suas respectivas moedas nacionais. Exortaram o pronto estabelecimento de serviços oficiais de câmbio de moeda na área de fronteira, com o propósito de facilitar o comércio de bens e serviços entre os países.

13. Determinaram às autoridades competentes que adotem medidas para o intercâmbio de informações sobre critérios de controle sanitário e fitossanitário praticados nos dois países e para a harmonização, no que for possível, das normas e práticas vigentes sobre a matéria, com vistas a superar obstáculos ao comércio bilateral, especialmente nas regiões de fronteira.

14. Destacaram a realização de atividades conjuntas para a promoção de oportunidades de negócio existentes na região de fronteira. Congratularam o Governo do Acre pela iniciativa de organizar, nesta data, o Foro Empresarial Brasil-Peru, evento que muito contribuirá para estimular o intercâmbio comercial e os investimentos na região fronteiriça.

15. Saudaram a realização, em maio próximo, da “Semana da Amazônia em Cusco”, que tem como objetivo promover a região amazônica como destino turístico, bem como destacar seu potencial econômico. Do mesmo modo, congratularam o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Federação de Indústrias do Estado do Acre (FIEAC) pela proposta de organizar um encontro empresarial fronteiriço no segundo semestre de 2009.

16. Destacaram a necessidade de incrementar a oferta de serviços relacionados ao comércio e ao turismo, especialmente na região de fronteira. Sobre esse particular, concordaram com a importância de estimular o estabelecimento de um maior número de empresas de transporte - de passageiros e de carga -, de despachantes aduaneiros, assim como a criação de rotas aéreas transfronteiriças. Felicitaram o Governo do Acre por sua decisão de implementar um Porto Seco em Rio Branco.

17. Reconheceram o importante papel das pequenas e médias empresas para o maior desenvolvimento das regiões fronteiriças. Receberam com satisfação o anúncio da assinatura de três Memorandos de Entendimento entre o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Ministério da Produção do Peru; o SEBRAE e a Corporação Financeira de Desenvolvimento (COFIDE); e o SEBRAE e a Associação de Exportadores do Peru (ADEX). Tais instrumentos estabelecem, respectivamente, os termos da cooperação entre as referidas instituições no que se refere à relação entre as micro e pequenas empresas; à realização de projetos conjuntos para o desenvolvimento da zona de fronteira; bem como à coordenação de projetos de pesquisa, estudos técnicos, atividades de assistência técnica, seminários e reuniões.

18. Os Presidentes tomaram nota, com satisfação, dos avanços em matéria de promoção do comércio, dos investimentos e do turismo, que estão sendo realizados no marco do Grupo Executivo de Trabalho (GET), cuja V Reunião será realizada na cidade peruana de Piura, no segundo semestre do ano corrente.

INTERCONEXÃO FÍSICA

19. Reiteraram a importância de que sejam concluídas, até 2010, as obras da Rodovia Intercoceânica Sul, que promoverá significativo incremento do comércio e do

turismo entre os dois países, com resultados positivos para a região fronteiriça. Da mesma forma, assinalaram a necessidade de redução dos entraves ao crescimento do fluxo de passageiros e de carga.

20. Tomaram nota do interesse de empresas privadas peruanas em investir para desenvolver uma interconexão ferroviária na região fronteiriça.

21. Reconheceram a importância de facilitar a navegação nos rios da zona de fronteira, para o que instruíram as autoridades competentes a celebrarem acordo de cooperação técnica com o objetivo de facilitar a permanente navegabilidade nas hidrovias peruanas.

FACILITAÇÃO DO TRÂNSITO NOS PASSOS DE FRONTEIRA

22. Os Chefes de Estado destacaram a importância da simplificação dos procedimentos de controle fronteiriço e instruíram suas respectivas Chancelarias a acelerarem a negociação de um Acordo Marco sobre Controle Integrado, que permita facilitar o movimento de pessoas, o comércio bilateral e o crescente fluxo de turismo nos passos de fronteira habilitados.

23. Enfatizaram a necessidade de criar as condições para implementar um sistema de controle integrado no passo de fronteira Assis Brasil-Iñapari. Instruíram as autoridades competentes para que os postos de controle fronteiriço existentes contem com a presença, em número adequado, de funcionários e instituições correspondentes, assim como estendam o horário de atendimento a passageiros e transportadores de carga, com o propósito de facilitar o trânsito fronteiriço.

24. Tomaram nota, com satisfação, da criação do Grupo de Trabalho de Controle Fronteiriço Binacional, cuja primeira reunião se realizará no Estado do Acre, no mês de setembro de 2009, ocasião em que se levará a cabo um seminário Brasil-Peru sobre

normas e práticas de controle fronteiriço. Em preparação para essa reunião, o Peru propôs a realização de um encontro entre autoridades fitossanitárias de ambos os países, em julho de 2009, em Lima, com o propósito de estabelecer uma dinâmica de trabalho mais estreita, que permitirá alcançar, de forma mais célere, os objetivos comuns.

25. Registraram a assinatura do “Convênio para Suprimir o Uso e a Apresentação do Carnê Internacional de Tripulante Terrestre”, para fins de transporte internacional de carga e de passageiros, com o objetivo de fomentar o trânsito, o turismo e o comércio.

INICIATIVAS CONJUNTAS PARA O DESENVOLVIMENTO FRONTEIRIÇO

26. Reafirmaram o compromisso de ambos os Governos em priorizar a cooperação e o desenvolvimento fronteiriços, por meio dos empreendimentos e programas de integração do Grupo de Trabalho Binacional Brasil-Peru sobre Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço (GTB). Saudaram as iniciativas em curso no marco desse Grupo para o desenvolvimento fronteiriço, e instruíram suas Chancelarias e setores nacionais pertinentes a redobrar esforços com vistas a acelerar sua execução.

27. Sublinharam a importância da participação da população nos processos de integração fronteiriça binacional. Nesse sentido, saudaram o Acordo para reativar o Comissão de Fronteira Assis Brasil-Iñapari.

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

28. Os Presidentes coincidiram em destacar o alto grau de convergência na identificação de objetivos e ações a serem adotadas na implementação da agenda ambiental comum, especialmente na zona de fronteira.

29. Tomaram nota da realização, nos dias 27 e 28 de maio, da próxima reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Peru sobre

Cooperação Ambiental Fronteiriça (GCAF), na qual deverão ser tratados assuntos relativos à luta contra os ilícitos ambientais e ao uso sustentável dos recursos naturais do bioma Amazônico. Entre esses temas, destacaram a importância da cooperação bilateral em matéria de zoneamento territorial integrado. Da mesma forma, tomaram nota, com satisfação, da realização, em junho próximo, na cidade de Iquitos, de um Seminário Brasil-Peru sobre Meio Ambiente

30. Manifestaram sua satisfação com a cooperação que vem sendo levada a cabo em matéria de vigilância e proteção da Amazônia, no âmbito dos respectivos Grupos de Trabalho Binacionais. Reiteraram seu pleno compromisso com a conservação e o desenvolvimento sustentável da Amazônia, bem como com a exploração racional de seus recursos naturais.

31. Reiteraram seu apoio ao papel desempenhado pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) como foro de concertação política dos países amazônicos, com vistas ao desenvolvimento sustentável e à defesa soberana da Amazônia. Saudaram, igualmente, a recente eleição do Embaixador Manuel Picasso Botto como Secretário-Geral da Organização.

SAÚDE

32. Congratularam-se pela assinatura do Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica e Científica para a Implementação do Projeto “Fortalecimento dos Sistemas de Saúde do Brasil e do Peru”, que apoiará os esforços peruanos de reformar seu sistema de saúde pública.

33. Do mesmo modo, expressaram sua satisfação com a realização, no segundo semestre de 2009, de seminário sobre o Sistema Único de Saúde do Brasil, que constituirá passo importante para o aprofundamento da cooperação em matéria de saúde pública.

34. Saudaram igualmente a convocação, para agosto de 2009, da reunião do Grupo de Trabalho sobre Saúde Fronteiriça, durante a qual se definirá um Programa de Trabalho sobre Cooperação Fronteiriça em Saúde, com atividades previstas em temas de vigilância epidemiológica, saúde ambiental e assistência de saúde na fronteira.

35. Anunciaram a realização da Primeira Jornada Cívico-Nacional no ano de 2010, em benefício das populações residentes na zona fronteiriça do Rio Javari.

36. O Presidente Alan García agradeceu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela generosa e solidária doação de medicamentos antiretrovirais para o programa peruano de luta contra o HIV/AIDS, de conformidade com os princípios de cooperação e amizade que regem a relação entre os dois países.

EDUCAÇÃO E CULTURA

37. Congratularam-se pela assinatura do Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnico Científica para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Qualidade Educacional nas Áreas Prioritárias da Formação Técnica e Profissional do Peru”, que contribuirá para o incremento da qualidade da formação profissional no Peru.

38. Da mesma forma, instruíram as autoridades competentes a tomar as medidas necessárias para a realização, no segundo semestre de 2009, de reunião da Comissão Mista Brasil-Peru para Assuntos Culturais, durante a qual deverá ser examinado o estabelecimento de cooperação em matéria de educação fronteiriça, bem como avaliadas as condições para o estabelecimento de um liceu peruano-brasileiro em Lima.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

39. Os Mandatários concordaram celebrar uma Conferência Bilateral sobre Políticas Sociais, em Junho de 2009, na qual seriam tratados temas como educação, saúde,

habitação, acesso a energia elétrica e segurança alimentar, entre outros. A Conferência, que se realizará no Acre, buscará estimular um maior intercâmbio de experiências entre os dois lados.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva aceitou, com satisfação, o convite do Peru para realizar, no segundo semestre de 2009, a “Expo-Brasil 2009”, da qual participará em companhia de missão empresarial brasileira. A exemplo da Expo-Peru, realizada em São Paulo, em setembro de 2008, o evento terá por objetivo estimular o comércio e os investimentos de lado a lado, ademais de apresentar aspectos culturais, turísticos e gastronômicos.

Os Presidentes agradeceram a hospitalidade oferecida pelo Estado do Acre e pela generosa acolhida de seu Governador, Arnóbio Marques. O Presidente Alan García expressou seu especial reconhecimento ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Governador do Acre, estendendo-lhes cordial convite para visitar oficialmente o Peru, bem como levar a cabo nova Cúpula Fronteiriça, no ano de 2010.

REUNIÃO DO GRUPO DIRETOR DO
PLANO DE AÇÃO BRASIL-EUA PARA
A ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO
ÉTNICA E RACIAL E PROMOÇÃO DA
IGUALDADE - WASHINGTON, EUA, 29 E
30 DE ABRIL
29/04/2009

Realiza-se, nos dias 29 e 30 de abril, em Washington, a segunda reunião do Grupo Diretor do Plano de Ação Conjunta Brasil-EUA para a Eliminação da Discriminação Étnica e Racial e Promoção da Igualdade. Participam do encontro o Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção

da Igualdade Racial, Edson Santos, e o Secretário de Estado Adjunto para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Thomas Shannon, além de outros representantes de governo, da sociedade civil e do setor privado.

O Plano de Ação Conjunta Brasil-EUA, assinado em março de 2008, prevê medidas de cooperação nas áreas de educação, cultura, trabalho e emprego, moradia, saúde e acesso à justiça, entre outras.

Na reunião dos dias 29 e 30, o Grupo Diretor deverá discutir os seguintes temas: Intercâmbio Museológico e Cultural; Papel da Imprensa no Combate à Discriminação Racial; Acesso ao Sistema Judicial; Melhores Práticas no Campo da Educação Multicultural e das Estratégias de Ensino; e Melhores Práticas no Campo da Diversidade e da Responsabilidade Social Corporativa.

REELEIÇÃO DE PASCAL LAMY
AO CARGO DE DIRETOR-GERAL
DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO
COMÉRCIO (OMC)
30/04/2009

Os membros da Organização Mundial do Comércio elegeram hoje, 30 de abril, Pascal Lamy para novo mandato de quatro anos como Diretor-Geral daquela Organização. O Governo brasileiro saúda a eleição do Senhor Lamy e toma nota com satisfação da prioridade por ele atribuída à Rodada de Doha.

O Brasil está firmemente comprometido com a valorização da OMC como órgão central do sistema multilateral de comércio e considera que a conclusão da Rodada com base no esforço negociador realizado ao longo dos últimos oito anos constituirá contribuição valiosa para a superação da crise econômica internacional.

VISITA AO BRASIL DO CHANCELER DO
NEPAL, UPENDRA YADAV -
4 A 6 DE MAIO DE 2009
30/04/2009

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Nepal, Upendra Yadav, realizará visita ao Brasil de 4 a 6 de maio.

No dia 4, o Chanceler Yadav será recebido em Brasília pelo Ministro Celso Amorim para reunião de trabalho e assinatura de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica entre os dois países. No mesmo dia, visitará o Ministério das Minas e Energia e, no dia 5, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Eduardo Azeredo. A programação do Chanceler do Nepal incluirá, ainda, visita às instalações da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu.

VISITA AO BRASIL DO EX-PRESIDENTE
DOS ESTADOS UNIDOS, JIMMY
CARTER - 3 A 5 DE MAIO DE 2009
30/04/2009

O ex-Presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, realizará visita ao Brasil no período de 3 a 5 de maio.

No dia 3, estará em São Paulo, onde manterá encontros com o Governador de São Paulo, José Serra, e com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em Brasília, no dia 4, o ex-Presidente norte-americano será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro da Saúde, José Gomes Temporão. No mesmo dia, o Ministro Celso Amorim oferecerá ao ex-Presidente Carter almoço de trabalho no Palácio Itamaraty.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DO CHILE,
MARIANO FERNÁNDEZ - BRASÍLIA, 4
DE MAIO DE 2009
02/05/2009

A convite do Ministro Celso Amorim, o Ministro das Relações Exteriores do Chile, Mariano Fernández, realizará visita oficial ao Brasil em 4 de maio.

Os dois Chanceleres deverão examinar temas da agenda bilateral, entre os quais cooperação, comércio, investimentos e integração física. Discutirão, ainda, assuntos regionais e internacionais, como UNASUL, integração latino-americana e caribenha, resultados da Cúpula das Américas e da Cúpula do G-20 em Londres, bem como o impacto da crise financeira internacional na América do Sul.

Durante sua estada em Brasília, o Chanceler Mariano Fernández proferirá palestra no Instituto Rio Branco.

Em 2008, o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Chile foi de US\$ 8,9 bilhões (16% superior ao de 2007). No primeiro trimestre de 2009, a corrente de comércio bilateral ultrapassou US\$ 1 bilhão.

ADIAMENTO DA VISITA DO
PRESIDENTE DO IRÃ AO BRASIL
04/05/2009

Em mensagem dirigida ao Presidente Lula, o Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, solicitou o adiamento da visita que faria ao Brasil. Na comunicação, o Presidente Ahmadinejad manifesta apreço pelo convite brasileiro e pede que a visita, que incluiria outros países da América do Sul, seja

realizada depois das eleições presidenciais iranianas, marcadas para o próximo dia 12 de junho.

A programação empresarial, prevista para realizar-se em paralelo à visita, será mantida. Empresários brasileiros e iranianos terão, nos dias 5 e 6 de maio, encontros em São Paulo e Brasília. A reunião em São Paulo terá como foco os setores de comércio; indústria e mineração; petróleo e gás; e energia elétrica.

Nova data para a visita presidencial iraniana será definida pelas duas Chancelarias.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE
BOTSUANA, PHANDU SKELEMANI - 4
A 7 DE MAIO DE 2009
04/05/2009

O Ministro das Relações Exteriores de Botsuana, Phandu Skelemani, realiza visita oficial ao Brasil de 4 a 7 de maio.

No dia 5, será recebido pelo Ministro Celso Amorim, para conversar sobre temas da agenda bilateral e regional. Os dois Ministros discutirão também perspectivas de cooperação técnica em biocombustíveis, esportes, educação e DST/AIDS, bem como iniciativas para promover o comércio bilateral. Tratarão, igualmente, da abertura de Embaixada residente de Botsuana no Brasil, a primeira do país na América Latina, prevista para este ano.

Durante a visita, deverão ser assinados atos bilaterais sobre o estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente de Cooperação; a Implementação do Projeto “Fortalecendo o Quadro Estratégico Nacional para HIV-/AIDS”; e o exercício de atividade remunerada por dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico.

No dia 6 de maio, o Ministro botsuanês deverá visitar a FIESP, em São Paulo.

ACORDO PARA PUBLICAÇÃO DA SÉRIE “COMO EXPORTAR”

05/05/2009

O Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty e a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), assinaram hoje, 5 de maio de 2009, acordo de cooperação pelo qual se prevê a retomada da publicação da série “Como Exportar”. Lançada em 1978, a série de manuais tem sido utilizada sobretudo pelas pequenas e médias empresas que buscam mercados para seus produtos no exterior.

A publicação dos manuais, em versão impressa e eletrônica, representa o cumprimento de nova etapa do programa de trabalho conjunto do Itamaraty e do MDIC, com a participação da APEX, na coordenação de esforços em favor da abertura de novos acordos, da consolidação dos mercados tradicionais e da habilitação de número crescente de empresas brasileiras para melhor competir no plano internacional.

VISITA DE ESTADO AO BRASIL DO PRESIDENTE DO PARAGUAI, FERNANDO ARMINDO LUGO MÉNDEZ

- 7 E 8 DE MAIO DE 2009

06/05/2009

O Presidente do Paraguai, Fernando Armindo Lugo Méndez, realizará visita de Estado ao Brasil nos dias 7 e 8 de maio de 2009.

No dia 7, em Brasília, manterá reunião de trabalho com o Presidente Luiz Inácio Lula

da Silva e será homenageado com jantar no Palácio da Alvorada. Os mandatários deverão examinar os temas da agenda bilateral, entre os quais cooperação na área social, fomento da infraestrutura, comércio, Itaipu e assuntos migratórios. Os Presidentes tratarão, ainda, de questões regionais, como Mercosul e Unasul.

Ainda em Brasília, o Presidente Lugo será recebido também pelo Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, e pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes.

No dia 8, os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Lugo irão ao Mato Grosso do Sul, para participar da viagem inaugural do “Trem do Pantanal”.

Em 2008, o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Paraguai foi de US\$ 3,2 bilhões, com exportações brasileiras de US\$ 2,5 bilhões e importações de US\$ 700 milhões.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA CORÉIA DO NORTE -

10 E 11 DE MAIO DE 2009

08/05/2009

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte), Pak Ui-chun, realizará visita ao Brasil de 10 a 11 de maio. No dia 11, será recebido pelo Ministro Celso Amorim.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Coreia do Norte foram estabelecidas em março de 2001. A Embaixada residente da Coreia do Norte em Brasília foi instalada em janeiro de 2005. Criada pelo Decreto 6.587, de 20 de setembro de 2008, a Embaixada residente do Brasil em Pyongyang está em fase final de instalação.

Em 2008, o comércio bilateral atingiu US\$ 381,1 milhões.

VISITA AO BRASIL DA MINISTRA
DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE
HONDURAS, PATRÍCIA ISABEL RODAS
- 11 A 13 MAIO DE 2009
08/05/2009

A Ministra das Relações Exteriores de Honduras, Patrícia Isabel Rodas, realizará visita ao Brasil de 11 a 13 de maio.

No dia 11, em Brasília, a Ministra hondurenha será recebida pelo Ministro Celso Amorim para reunião de trabalho. Na oportunidade, os Chanceleres deverão examinar temas da agenda bilateral, tais como cooperação técnica, infra-estrutura, ajuda humanitária e a visita que o Presidente de Honduras, José Manuel Zelaya, deverá fazer ao Brasil no segundo semestre. Os Ministros deverão, ainda, trocar impressões sobre as perspectivas para a XXXIX Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), a ser realizada na cidade de São Pedro Sula, Honduras, nos dias 2 e 3 de junho de 2009.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À ARÁBIA SAUDITA -
RIADE, 16 E 17 DE MAIO DE 2009
15/05/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitará a Arábia Saudita nos dias 16 e 17 de maio. Trata-se da primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro àquele país.

Estará acompanhado da Primeira Dama, do Ministro Celso Amorim e do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, além de delegação empresarial de cerca de setenta pessoas.

No dia 16, em Riade, o Presidente Lula será recebido pelo Rei Abdullah Bin Abdulaziz al Saud, presenciará cerimônia de assinatura de atos e será homenageado com jantar pelo Rei. Receberá ainda o Secretário-Geral do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), grupo regional com o qual o Mercosul negocia acordo de livre comércio.

No dia 17, o Presidente Lula participará de café da manhã com empresários sauditas, organizado pela Autoridade Saudita de Investimentos (SAGIA), e presidirá almoço oferecido pela Câmara de Comércio e Indústria de Riade, com a presença de empresários. Visitará, ainda, o Museu Nacional e a Cidade Saudita da Ciência e Tecnologia.

A Arábia Saudita foi, em 2008, o maior parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio. O intercâmbio comercial entre os dois países mais que quadruplicou desde 2002. No ano passado, chegou a US\$ 5,47 bilhões (exportações brasileiras de US\$ 2,56 bilhões e importações de US\$ 2,91 bilhões).

Por ocasião da visita, deverão ser assinados acordos nas áreas de cooperação cultural, educacional, entre academias diplomáticas e um Memorando para o estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À CHINA - PEQUIM, 18
A 20 DE MAIO DE 2009
17/05/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará, no período de 18 a 20 de maio, visita de Estado à República Popular da China (RPC).

As relações entre o Brasil e a RPC têm-se caracterizado pelo aumento expressivo das trocas comerciais e pela frequência das visitas bilaterais de alto nível. Neste ano, já visitaram

o Brasil o Vice-Presidente, Xi Jinping, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da RPC, Yang Jiechi.

A visita do Presidente Lula à China conta com ampla programação empresarial. Em Pequim, será realizado seminário com a participação do Presidente Lula, no qual serão apresentados os resultados obtidos nas reuniões empresariais setoriais de Shenzhen, sobre bens de capital e agronegócio, e de Xangai, sobre serviços financeiros, investimentos e turismo.

O Presidente Lula inaugurará o Centro de Estudos Brasileiros na Academia de Ciências Sociais da China e visitará as instalações da Academia Chinesa de Tecnologia Espacial, onde são desenvolvidos os projetos do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS), o mais bem sucedido projeto de cooperação Sul-Sul em matéria de alta tecnologia.

A visita do Presidente Lula será ainda oportunidade para dar perspectiva de longo prazo às relações bilaterais, por meio do anúncio da elaboração de Plano de Ação para o período 2010 a 2014, a ser aprovado no segundo semestre deste ano, durante a II Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Coordenação.

CONCESSÃO DO PRÊMIO MUNDIAL DE TELECOMUNICAÇÕES E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO AO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

18/05/2009

A União Internacional de Telecomunicações (UIT) anunciou hoje, 18 de maio, sua decisão de agradecer o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o Prêmio Mundial de Telecomunicações e Sociedade da Informação (“World Telecommunication and Information Society Award”). Instituído pela UIT em 2006 para premiar personalidades eminentes

que tenham contribuído para democratizar o acesso às tecnologias da informação, o Prêmio já foi concedido, entre outras personalidades, ao Prêmio Nobel da Paz Muhammad Yunus, criador do conceito de microcrédito, e ao Presidente do Senegal, Abdoulaye Wade.

A concessão do Prêmio ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é um reconhecimento às políticas brasileiras na área de inclusão digital e, em particular, à destacada atuação do Governo brasileiro no combate à pornografia infantil na Internet. Foram relevantes na decisão da UIT, entre outras iniciativas, a decisão do Presidente Lula de sancionar, em novembro do ano passado, a Lei n.º 11.829 contra a exploração sexual de crianças na Internet e a criação do serviço de denúncias contra a pornografia infantil implementado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos.

A UIT é uma organização do sistema das Nações Unidas voltada a questões afetas ao uso internacional de espectros de radiocomunicação e a temas relativos à sociedade da informação, tais como infraestrutura e acesso às tecnologias da informação e das comunicações, inclusão digital, segurança dos sistemas de comunicação, prevenção do crime cibernético, entre outros. Com 144 anos de existência, a UIT constitui uma das mais antigas organizações internacionais.

MENSAGEM DE CONGRATULAÇÕES DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO PRIMEIRO-MINISTRO DA ÍNDIA, MANMOHAN SINGH

18/05/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou hoje, 18 de maio, a seguinte mensagem de congratulações ao Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh:

“Senhor Primeiro-Ministro, caro amigo,

É com grande satisfação que cumprimento Vossa Excelência pela realização de mais um pleito democrático na Índia, efetuado de forma transparente, com plena participação da cidadania.

Congratulo-me também pela expedita e eficaz apuração dos votos, que tornou clara a vitória da coligação liderada pelo Partido do Congresso.

Estou certo de que sob sua sábia liderança, a Índia continuará a trilhar o caminho de sucessos que vem alcançando nos planos interno e internacional e que a sólida parceria com o Brasil será aprofundada, intensificando o denso diálogo político que logramos consolidar nos últimos anos.

Tenho o particular orgulho de que essa parceria se estenda a temas relevantes da agenda internacional, como revelam os êxitos alcançados com o Fórum-Índia-Brasil-África do Sul e nossa aliança em favor da reforma da governança global.

Receba meus melhores votos de felicidade pessoal e de continuada prosperidade para o povo indiano.

Mais alta consideração,

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ
INÁCIO LULA DA SILVA À TURQUIA -
ISTAMBUL E ANCARA,
20 A 22 DE MAIO DE 2009
19/05/2009

A convite do Presidente da Turquia, Abdullah Gül, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, realizará visita à Turquia de 20 a 22 de maio, acompanhado de comitiva de cerca

de trinta empresários brasileiros dos setores de energia, turismo, infra-estrutura, defesa, aviação, alimentos, máquinas e equipamentos, entre outros. Trata-se da primeira visita de um Presidente brasileiro à Turquia.

Em Istambul, o Presidente Lula manterá encontro com o Primeiro-Ministro Recep Erdogan e participará de seminário empresarial. Em Ancara, será recebido pelo Presidente Abdullah Gül. Os Chefes de Estado e de Governo analisarão as relações bilaterais, avaliarão questões regionais e discutirão temas da agenda internacional.

A visita presidencial insere-se no contexto de intensificação das relações bilaterais nas áreas política, comercial e consular. Exemplos disso são a dinamização do fluxo de comércio e investimentos e o fomento ao turismo favorecido pela abertura da linha aérea entre São Paulo e Istambul pela “Turkish Airlines”.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Turquia mais que dobrou de 2003 a 2008, evoluindo de US\$ 395,2 milhões para US\$ 1,15 bilhão, o que representou incremento de mais de 190%. A Petrobras vem realizando importantes investimentos na Turquia, atuando na prospecção de petróleo e gás natural no Mar Negro, em parceria com sua congênere turca, a TPAO.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À CHINA - PEQUIM, 18
A 20 DE MAIO DE 2009 -
DECLARAÇÃO CONJUNTA
19/05/2009

COMUNICADO CONJUNTO ENTRE A
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA
SOBRE O CONTÍNUO FORTALECIMENTO
DA PARCERIA ESTRATÉGICA

1. Por ocasião dos 35 anos do

estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a China, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da República Federativa do Brasil, a convite do Presidente Hu Jintao, da República Popular da China, realizou Visita de Estado à República Popular da China, no período de 18 a 20 de maio de 2009.

2. Na ocasião, as conversas mantidas pelos Presidentes Lula e Hu Jintao transcorreram em clima cordial e amistoso. Os dois líderes passaram em revista as relações bilaterais, trocaram impressões sobre as questões regionais e internacionais de interesse mútuo e chegaram a importantes consensos. Consideraram muito positivamente os resultados alcançados com a visita, cujo sucesso contribuirá para dar maior impulso ao desenvolvimento da Parceria Estratégica sino-brasileira.

3. Foram assinados instrumentos de cooperação nas áreas política, jurídica, do comércio de produtos agropecuários, científica e tecnológica, espacial, financeira, de energia e de cooperação portuária, que aproximarão ainda mais os povos brasileiro e chinês.

4. Os dois Presidentes coincidiram na avaliação de que, ao longo dos 35 anos de relações diplomáticas, a cooperação bilateral foi produtiva e amistosa, proporcionando benefícios mútuos. A criação da Parceria Estratégica, em 1993, a troca de visitas presidenciais, em 2004, a realização da Primeira Sessão da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), em 2006, a implementação do Diálogo Estratégico, em 2007, e os três encontros bilaterais entre os mandatários dos dois países, em 2008, demonstram o estreitamento do diálogo e do relacionamento bilaterais. Neste ano, já ocorreram importantes encontros de alto nível, por ocasião da Cúpula do G-20, em Londres, e com a viagem do Vice-Presidente Xi Jinping, da República Popular da China, ao Brasil. Ao reafirmarem o ainda

maior significado do contínuo adensamento da Parceria Estratégica, na atual conjuntura internacional de grande complexidade, ambos os líderes reiteraram seu compromisso de conduzir o relacionamento bilateral a partir de perspectiva estratégica e de longo alcance. Reafirmaram o desejo de aprofundar ainda mais a confiança mútua e de intensificar e elevar o nível da cooperação, com base nos princípios de respeito mútuo, igualdade e benefício recíproco.

5. O Presidente Lula reiterou a posição tradicional do Brasil de reconhecimento de uma só China, de que o Governo da República Popular da China é o único governo legal que representa toda a China e de que Taiwan é parte da China. O Presidente Hu Jintao manifestou seu alto apreço pela posição brasileira nesse sentido.

6. As partes destacaram o importante papel da COSBAN na orientação e coordenação das inúmeras vertentes do relacionamento bilateral. Manifestaram a intenção de ampliar o planejamento estratégico das relações Brasil-China, por meio de frequentes encontros de alto nível, que permitam intercambiar visões, não apenas sobre temas da agenda bilateral, mas também sobre as grandes questões internacionais e regionais de interesse comum. Mencionaram que essa interação deve ser complementada com o Diálogo Estratégico e as Consultas Políticas, bem como enriquecida por meio do Mecanismo Regular de Intercâmbio entre a Câmara dos Deputados do Brasil e a Assembléia Popular Nacional da China e de outros mecanismos bilaterais e contatos nas áreas de defesa e de assuntos jurídicos. As partes manifestaram a disposição de fortalecer ainda mais o mecanismo do Diálogo Estratégico e realizar sua segunda reunião em data oportuna no segundo semestre do corrente ano.

7. Ambos os líderes decidiram que será elaborado um Plano de Ação Conjunta entre

os dois Governos, a ser implementado no período 2010-2014, que contemple, de forma abrangente, todas as áreas de cooperação bilateral existentes. Para tanto, instruíram os diversos órgãos e instituições integrantes da COSBAN a elaborar, em suas respectivas áreas de atuação, no mais breve prazo possível, o conteúdo do Plano de Ação Conjunta. Decidiram, ainda, que a próxima Reunião da COSBAN se realizará em Brasília, em data oportuna do segundo semestre de 2009, para aprovar o Plano de Ação Conjunta.

8. Os dois Presidentes expressaram sua satisfação com a contínua expansão do intercâmbio econômico-comercial bilateral e se comprometeram a envidar esforços para promover ainda mais a diversificação das pautas e o incremento dos fluxos comerciais. Reiteraram sua determinação de, no contexto da crise econômica internacional, preservar o crescimento da economia de seus países, e salientaram a importância das relações comerciais bilaterais nesses esforços. Acordaram, ainda neste âmbito, intensificar a cooperação em matéria aduaneira e fortalecer a cooperação sanitária e fitossanitária, buscando eliminar os entraves que persistem nesses campos, com vistas a facilitar e oferecer maior segurança ao comércio bilateral. Assentiram em incentivar e apoiar ativamente os diversos órgãos e empresas dos dois países na realização de investimentos recíprocos nas áreas de infraestrutura, energia, mineração, agricultura, indústria e, em especial, na indústria de alta tecnologia, assim como em estudar e promover positivamente os investimentos recíprocos e a cooperação na área de biocombustíveis. Avaliaram positivamente a iniciativa “Agenda China”, lançada pelo Brasil, em julho de 2008, e ressaltaram seu interesse em elaborar estudos para identificar prioridades de cooperação em matéria de comércio e investimento.

9. As partes saudaram a assinatura do Protocolo sobre Cooperação em Energia e Mineração, com abrangência sobre os campos de extração, processamento de minérios, eletricidade, energias renováveis, gás natural e petróleo, assim como as assinaturas dos Memorandos de Entendimento entre a Petrobras, a Sinopec e o Banco de Desenvolvimento da China (BDC) sobre Promoção para a Cooperação em Matéria de Comércio de Petróleo e de Financiamento, e entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o BDC sobre financiamento e cooperação, entre outros atos de cooperação. Expressaram, a respeito desses atos, o firme propósito de promover ativamente sua implementação.

10. No âmbito do mecanismo do Diálogo Financeiro Brasil-China, manifestaram a disposição de intensificar o diálogo sobre as respectivas políticas macroeconômicas e de aprofundar a cooperação sobre temas financeiros internacionais, regionais e nacionais de interesse comum. As partes promoverão ainda mais a cooperação financeira entre os Bancos Centrais dos dois países, com vistas a intensificar o intercâmbio e o diálogo sobre assuntos tais como política monetária, cooperação monetária, estabilidade financeira e reforma do sistema financeiro internacional. Ao mesmo tempo, as duas partes fortalecerão contatos entre os órgãos financeiros dos dois países com base na confiança mútua e benefício recíproco a fim de ampliar as áreas de cooperação.

11. Ambos os Presidentes reconheceram o papel estratégico da ciência e da tecnologia para as políticas de desenvolvimento e competitividade das economias de seus países. Assinalaram, ademais, que a cooperação bilateral é um instrumento-chave para a consecução desses objetivos. Dessa forma, expressaram sua grande satisfação com a

assinatura do Plano de Trabalho em Ciência, Tecnologia e Inovação, para os próximos cinco anos, nas seguintes áreas de interesse prioritário: ciências agrárias, agroenergia, energias renováveis, biotecnologia e nanotecnologia. Nesse sentido, saudaram a instalação, em 2010, inicialmente em Pequim, de Laboratório no Exterior (LABEX), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em parceria com a Academia de Ciências Agrárias da China (CAAS). Celebraram ainda a proposta de criação do Centro Brasil-China de Pesquisa em Nanotecnologia, com pesquisas sobre materiais, metrologia e farmacologia, assim como a recente decisão sobre a criação do Centro Brasil-China de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras, parceria entre a COPPE-Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade de Tsinghua.

12. Os dois Presidentes realçaram, igualmente, o objetivo de continuar a fortalecer a cooperação espacial. Coincidiram na avaliação de que o Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres (CBERS) é um dos exemplos mais bem-sucedidos de cooperação tecnológica entre países em desenvolvimento e, a propósito, expressaram o desejo de ampliar e diversificar seu alcance. Congratularam-se pela assinatura de instrumentos de cooperação que garantem a continuidade, a expansão e as aplicações do Programa CBERS. Os dois Presidentes expressaram sua satisfação com a aplicação das informações geradas pelos satélites CBERS nos países em desenvolvimento, sobretudo no continente africano. A experiência exitosa na área espacial deve inspirar novas iniciativas no campo da ciência e tecnologia.

13. Os dois líderes reiteraram o desejo de estreitar a cooperação em educação, cultura, imprensa, turismo e esporte. Para esse fim, acordaram estimular o conhecimento

recíproco entre os dois povos e fortalecer sua base de amizade por meio de contatos entre segmentos acadêmicos, culturais, de imprensa e esportivos dos dois países. Coincidiram em ampliar a promoção do ensino dos idiomas português e chinês e em fomentar a atividade turística. Saudaram a abertura de novos leitorados de língua portuguesa na China e a inauguração de Institutos Confúcio no Brasil. Ao reconhecerem a importância dos contatos pessoais para o intercâmbio bilateral em todos os setores, as partes se dispuseram a fortalecer a cooperação bilateral em matéria consular, considerar de maneira positiva a abertura de novas repartições consulares e facilitar os procedimentos para obtenção de vistos. A parte chinesa saudou a abertura, proximamente, do Consulado-Geral do Brasil em Cantão, na Província de Guangdong. O Presidente Lula formulou seus melhores votos de pleno êxito à Expo Mundial de Xangai, em 2010, na qual o Brasil se fará representar.

14. As partes coincidiram em que a cooperação em assuntos multilaterais é parte importante da Parceria Estratégica. Ao reforçar o diálogo e a cooperação bilateral, Brasil e China, como grandes nações em desenvolvimento, contribuem para o encaminhamento de soluções para as importantes questões que desafiam a comunidade internacional. Para atingir esse objetivo, Brasil e China dispõem-se a manter estreita comunicação em mecanismos como o G-5 e o BRIC. Paralelamente, buscarão intensificar a coordenação e o intercâmbio com outros países em desenvolvimento, estimulando a cooperação regional e transregional, com vistas a propiciar maior participação e voz aos países em desenvolvimento nos grandes temas internacionais.

15. Os dois líderes consideraram que tanto o Brasil quanto a China vêm adotando

medidas importantes em resposta à crise econômica internacional, com o objetivo de assegurar o crescimento econômico no plano nacional e contribuir positivamente para a recuperação da economia global. Ambos os mandatários defenderam o aprofundamento da reforma em curso do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, de modo a permitir maior representação e voz aos países em desenvolvimento. Defenderam a oferta de mais recursos por parte das instituições financeiras internacionais, em auxílio aos países em desenvolvimento afetados pela crise. Coincidiram sobre a necessidade de ampliar a representação dos países em desenvolvimento no Comitê Internacional de Padrões Contábeis (IASC Foundation) e em outras organizações. Lançaram também apelo aos países desenvolvidos para que adotem medidas positivas para a superação da crise, sem, contudo, prejudicar os interesses dos países em desenvolvimento.

16. As partes atribuíram grande importância à Cúpula Financeira do G-20, realizada em Londres, e a seu apelo à comunidade internacional para o enfrentamento conjunto da crise financeira. Expressaram o desejo de que sejam implementados os resultados da Cúpula de Londres por todos os países envolvidos e de que seja levada a cabo a reforma do sistema financeiro internacional. Tais desdobramentos contribuiriam positivamente para fazer a arquitetura financeira internacional evoluir em direção mais justa, equitativa, inclusiva e ordenada.

17. Os dois líderes condenaram o aumento do protecionismo no comércio em reação à crise econômica internacional. Declararam a intenção de intensificar a coordenação e a cooperação na OMC, especialmente no âmbito do G-20, com vistas a combater em conjunto todas as formas de protecionismo e a concluir prontamente a Rodada de Doha,

de acordo com o mandato que a instituiu, assegurando os avanços já obtidos e garantindo resultados abrangentes e equilibrados. Para tanto, desejam preservar a base de avanços já alcançados, de modo a concretizar a meta da Rodada do Desenvolvimento e a ajudar a comunidade internacional, sobretudo os países em desenvolvimento, a superar a crise.

18. O Presidente Lula agradeceu a calorosa acolhida e a grande hospitalidade recebida durante sua visita à China e convidou o Presidente Hu Jintao a visitar novamente o Brasil, em data oportuna. O Presidente Hu Jintao agradeceu e aceitou o convite, com satisfação.

SUBSÍDIOS À PRODUÇÃO DE LICOR NEGRO NOS EUA

21/05/2009

O Embaixador do Brasil em Washington, Antonio Patriota, conjuntamente com os Embaixadores do Canadá, Chile e das Comunidades Europeias nos EUA, encaminhou hoje, 21 de maio, carta ao Congresso norte-americano pela qual exortam os parlamentares a eliminarem a concessão de subsídios a empresas produtoras de papel e celulose em função da utilização de mistura de óleo diesel com o combustível “licor negro”, um subproduto gerado pelo processo de produção de celulose.

Estima-se que o subsídio à produção de licor negro, no valor de US\$ 0,50 por galão, deverá totalizar US\$ 8 bilhões em 2009. O procedimento distorce as condições do comércio internacional no setor de papel e celulose e afeta de modo particular as exportações brasileiras. O Brasil é o quarto maior produtor de celulose, com vendas externas que totalizaram US\$ 3,9 bilhões em 2008. Desse total, 20% foi destinado ao mercado dos EUA.

O subsídio ao licor negro também gera preocupação por seus efeitos deletérios ao meio ambiente. A concessão do subsídio à indústria do papel e celulose é viabilizada, em termos legais, mediante artifício pelo qual se mistura um combustível fóssil (diesel) ao licor negro. A mistura não é necessária para o aproveitamento do licor negro no processo produtivo da celulose e não era realizada pela indústria antes da existência do subsídio. Trata-se, portanto, do aproveitamento de uma brecha legal que subverte o objetivo ambientalista da legislação que instituiu o subsídio, a qual visa a fomentar a produção de combustíveis alternativos mediante sua adição a combustíveis fósseis.

A carta ressalta ainda que, do ponto de vista jurídico, está claro tratar-se de subsídio passível de questionamento na OMC ou de imposição de medidas compensatórias em investigações de defesa comercial pelas autoridades nacionais.

DECLARAÇÃO CONJUNTA - VISITA
OFICIAL DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À REPÚBLICA DA
TURQUIA - 21 A 22 DE MAIO DE 2009
22/05/2009

A convite de Sua Excelência o Presidente Abdullah Gül, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou Visita Oficial à República da Turquia, nos dias 21 e 22 de maio de 2009, a primeira no mais alto nível de um Chefe de Estado brasileiro. A visita insere-se no contexto da determinação dos dois Chefes de Estado de intensificar e aprofundar os históricos laços de amizade e de cooperação entre o Brasil e a Turquia.

2. Os dois Presidentes reafirmaram os valores que o Brasil e a Turquia compartilham quanto ao respeito ao direito internacional, aos

princípios democráticos, à garantia da paz e da segurança internacionais, à defesa dos direitos humanos e à promoção do desenvolvimento com justiça social.

3. Durante a visita, os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Abdullah Gül discutiram formas de aprofundar o relacionamento bilateral em distintas áreas e passaram em revista os principais temas de interesse comum da agenda global.

4. Os dois Chefes de Estado enfatizaram sua determinação de alçar a cooperação bilateral ao mais elevado patamar. Neste sentido, destacaram a importância dos trabalhos da Comissão Conjunta de Alto Nível, estabelecida em 2006, sob a co-presidência dos Ministros das Relações Exteriores dos dois países, como mecanismo de coordenação e de promoção das relações bilaterais, tanto na esfera do aprofundamento do diálogo político, quanto na dinamização do relacionamento no setores econômico, comercial, financeiro, científico e tecnológico, cultural, bem como nas áreas de defesa e turismo.

5. Durante as conversas, foi concedida atenção especial ao comércio e à cooperação econômica. Os dois Presidentes registraram com satisfação o contínuo aumento da corrente comercial bilateral e decidiram envidar esforços para que o relacionamento se desenvolva de forma a refletir as dimensões e o dinamismo das economias do Brasil e da Turquia, dois membros do G-20.

6. Os dois Presidentes encorajaram suas respectivas instituições a intensificar o trabalho relativo ao incremento do comércio e investimentos, particularmente nos setores automotivo, de energia e da indústria de defesa. Nesse sentido, destacaram a necessidade de a Comissão Econômica Conjunta e o Conselho Empresarial bilateral funcionarem ativamente.

7. Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Abdullah Gül saudaram a realização, em

Istambul, no contexto da visita, do Seminário Econômico Brasil-Turquia, com expressiva participação de empresários de diversos setores dos dois países. Em seu pronunciamento no referido Seminário, o Presidente Lula destacou o interesse em dinamizar os investimentos mútuos e o comércio bilateral.

8. Os dois Chefes de Estado expressaram seu agrado quanto à cooperação já existente entre os dois países na área de energia. Expressaram sua satisfação com a parceria entre a Turkish Petroleum Company (TPAO) e a Petrobrás, consolidada com a assinatura, no contexto da visita, de novos contratos entre as duas empresas, relativos à prospecção de petróleo na zona econômica turca no Mar Negro. Durante a visita do Presidente Lula, também foram discutidas energias renováveis, área prioritária para os governos de ambos os países.

9. Os dois Presidentes acolheram com satisfação a inauguração, em abril de 2009, de vôos regulares da companhia aérea Turkish Airlines, no eixo Istambul-São Paulo e reafirmaram sua importância para estimular os fluxos de comércio e turismo entre os dois países. Nesse contexto, o Presidente Lula saudou a decisão da Turquia de abrir um Consulado-Geral em São Paulo e comunicou a disposição de reciprocidade mediante a instalação de um Consulado-Geral em Istambul.

10. Os dois Presidentes reiteraram também o compromisso de estimular as relações nas áreas de ciência e cultura entre o Brasil e a Turquia. Com esse espírito, saudaram a inauguração do Centro de Estudos Latino-Americanos estabelecido na Universidade de Âncara. Os dois Chefes de Estado discutiram ainda a possibilidade de organizar reciprocamente Semanas do Brasil na Turquia e da Turquia no Brasil, de forma a promover uma maior visibilidade mútua e propiciar maior interação cultural entre os povos do Brasil e da Turquia.

11. Os dois líderes também abordaram as relações entre a Turquia e o Mercosul e reiteraram seu apoio à conclusão exitosa das negociações do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Turquia. O Presidente Gül expressou a expectativa de apoio do Brasil ao estabelecimento de um Mecanismo de Diálogo Político entre a Turquia e o Mercosul.

12. O Presidente Lula cumprimentou o Presidente Abdullah Gül pela exitosa organização pela Turquia, do Segundo Fórum da Aliança das Civilizações, realizado em Istambul, nos dias 6 e 7 de abril de 2009. Ao sublinhar a importância do trabalho da Aliança das Civilizações, os dois Presidentes destacaram o significado das conclusões do Fórum de Istambul e expressaram sua convicção de que a terceira edição do Fórum, a realizar-se no Brasil, em 2010, constituirá passo significativo para a consecução dos objetivos da Aliança, assim como para sua expansão em sentido universalizante.

13. Os dois líderes também compartilharam opiniões sobre os grandes desafios internacionais. Ao discutir a necessidade de resposta global à atual crise econômica, enfatizaram a importância do fortalecimento do G-20 como uma plataforma altamente representativa que inclui importantes países desenvolvidos e economias emergentes. Expressaram acolher, com satisfação, as decisões e iniciativas adotadas na Cúpula do G-20, realizada em Londres, em abril último, e reiteraram o compromisso de trabalhar conjuntamente com outros líderes do G-20 para recuperar a estabilidade econômica e financeira internacional.

14. Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Abdullah Gül reafirmaram também o empenho de seus Governos em prol do fortalecimento do multilateralismo. Sublinharam, nesse contexto, a necessidade de avançar no processo de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas,

de forma a torná-lo mais eficaz e representativo. Recordaram a necessidade de que o Conselho reflita mais acuradamente as realidades internacionais contemporâneas, em particular por meio de mais ampla representação de países em desenvolvimento. Os dois Presidentes reiteraram também seu compromisso com a conclusão exitosa da Rodada de Doha.

15. Os dois líderes analisaram com especial interesse a situação no Oriente Médio, no quadro do engajamento mútuo na promoção da paz, da estabilidade e do desenvolvimento na região. Sublinharam a necessidade de avanço no processo negociador do conflito israelo-palestino que conduza à criação de um Estado palestino, convivendo em harmonia e segurança com o Estado de Israel.

16. Os Presidentes Lula e Gül, ao discutirem os efeitos da mudança do clima, convergiram quanto à necessidade de ampla cooperação em âmbito global, com base na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Quioto, reconhecendo as respectivas capacidades dos países e reafirmando os princípios consagrados na UNFCCC, inclusive o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, dos Estados.

17. Os dois Presidentes expressaram especial satisfação com os entendimentos alcançados durante a visita e reiteraram o empenho de aprofundar e diversificar os laços de amizade entre os Governos e os povos do Brasil e da Turquia.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO
SENEGAL, ABDOULAYE WADE -
24 A 27 DE MAIO DE 2009
22/05/2009

O Presidente do Senegal, Abdoulaye Wade, realizará sua terceira visita ao Brasil entre os

dias 24 e 27 de maio de 2009.

No dia 25, em Cachoeira, na Bahia, participará, ao lado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da inauguração da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Em Salvador, os dois Presidentes farão o lançamento oficial, no Brasil, do III Festival Mundial de Artes Negras (FESMAN), que se realizará em Dacar, Senegal, de 1º a 14 de dezembro de 2009, e terá o Brasil como convidado de honra.

No encontro bilateral, os dois Presidentes tratarão, entre outras questões, da promoção do comércio bilateral, da cooperação técnica prestada pelo Brasil nas áreas de saúde e agricultura, e da situação da África Ocidental, em particular em Guiné-Bissau.

As solenidades do dia 25 farão parte das comemorações alusivas ao Dia da África.

No dia 26, em São Paulo, o Presidente senegalês participará de encontro empresarial na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e visitará o Museu Afro-Brasil, no Parque do Ibirapuera.

Em 2008, o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Senegal atingiu US\$ 184,2 milhões, com exportações brasileiras de US\$ 174,9 milhões e importações de US\$ 9,3 milhões.

TESTE NUCLEAR NORTE-COREANO
25/05/2009

O Governo brasileiro condena veementemente o teste nuclear realizado pela República Democrática e Popular da Coreia (RPDC), hoje, 25 de maio. O teste viola a Resolução 1718, adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 14 de outubro de 2006.

O Brasil expressa a expectativa de que a RPDC se reintegre, o mais rapidamente possível e como país não nuclearmente armado, ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

Da mesma forma, o Governo brasileiro conclama a RPDC a assinar, no mais breve prazo, o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) e a observar estritamente a moratória de testes nucleares.

O Brasil espera, ainda, que a RPDC retorne, com espírito construtivo, às Negociações Hexapartites, visando à desnuclearização da Península Coreana, e apela a todas as partes para que se abstenham de atos que possam agravar as tensões nos contextos regional e global.

ÓRGÃO DE APELAÇÃO DA OMC -
DECISÃO DO COMITÊ DE SELEÇÃO
25/05/2009

O Comitê de Seleção da Organização Mundial do Comércio (OMC) divulgou hoje, 25 de maio, a decisão de indicar o mexicano Ricardo Ramírez e o belga Peter van den Bossche para substituírem os professores Luiz Olavo Baptista, do Brasil, e Giorgio Sacerdoti, da Itália, no Órgão de Apelação da Organização, processo em que também concorria a Ministra Ellen Gracie Northfleet, do Supremo Tribunal Federal. Os escolhidos deverão ser formalmente confirmados pelo Órgão de Solução de Controvérsias em reunião agendada para o próximo dia 19 de junho de 2009.

A candidatura da Ministra Ellen Gracie, ademais de reunir os atributos de saber jurídico e experiência profissional requeridos para ocupar a função de membro do Órgão de Apelação, desfrutou de ampla acolhida e apoio dos Estados-Membros da OMC.

Tendo em vista as altas qualificações da Ministra Ellen Gracie e o empenho do Brasil no fortalecimento do sistema multilateral de comércio, o Ministro Celso Amorim telefonou para o Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, para manifestar a decepção do Brasil com os resultados do processo de seleção.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Ministra Ellen Gracie foram informados da recomendação do Comitê pelo Ministro Celso Amorim.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ -
SALVADOR, 26 DE MAIO DE 2009
25/05/2009

O Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, visitará Salvador no dia 26 de maio para reunião com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no quadro do mecanismo de encontros presidenciais trimestrais, iniciado em 2007.

Os Presidentes deverão examinar os desenvolvimentos recentes na agenda bilateral, com ênfase na cooperação na área industrial, agrícola, de desenvolvimento habitacional e de prestação de serviços bancários à população de baixa renda. Os Presidentes deverão analisar, também, a evolução do comércio bilateral, iniciativas na área de energia e os projetos destinados a impulsionar a integração e o desenvolvimento fronteiriços. Os dois Chefes de Estado tratarão, ainda, de temas regionais - como a UNASUL e o MERCOSUL - e internacionais, inclusive ações voltadas a reduzir os efeitos da crise financeira internacional.

Em 2008, o comércio entre o Brasil e a Venezuela atingiu US\$ 5,6 bilhões, com exportações brasileiras de US\$ 5,1 bilhões.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ
- SALVADOR, 26 DE MAIO DE 2009 -
COMUNICADO CONJUNTO
26/05/2009

No marco do Mecanismo de Encontros Presidenciais Trimestrais iniciado em 2007, os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez Frías reuniram-se na cidade de Salvador, Bahia, em 26 de maio de 2009.

Na ocasião, revisaram o conjunto de temas que integra a agenda bilateral, aprovaram Acordos voltados à execução da cooperação nas mais variadas áreas, e examinaram a implementação das decisões tomadas desde o início dos encontros presidenciais trimestrais.

Também trataram de questões relacionadas ao cenário regional e internacional. Ao final da reunião, os Presidentes:

Saudaram o fato de que as ações conjuntas, nos mais diferentes campos, têm gerado resultados positivos, concretos e visíveis a curto prazo em matéria de desenvolvimento industrial endógeno, integração de cadeias produtivas, produção de alimentos, intercâmbio comercial, cooperação energética e diversas iniciativas na área social.

Agradeceram a hospitalidade do Governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner, e ressaltaram as iniciativas promovidas pelo Estado da Bahia com o Governo venezuelano e com o Governo do Estado Aragua, que resultaram na assinatura de Memorando de Entendimento entre o Estado da Bahia e o Estado Aragua para o desenvolvimento de ações de integração econômica, comercial, turística, cultural, educativa e de saúde.

1. MERCOSUL E PROGRAMA DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL

Reafirmaram seu compromisso inequívoco

com a integração regional e enfatizaram a importância da adesão da Venezuela para o fortalecimento do MERCOSUL nas suas dimensões política, econômica e cultural.

Registraram com satisfação a decisão de convocar o Grupo de Trabalho ad hoc criado pela Decisão CMC 12/07 com vistas a tratar dos temas remanescentes relativos a: Acervo Normativo, Nomenclatura Comum do MERCOSUL e Tarifa Externa Comum. Nesse contexto, Brasil e Venezuela proporão um regime de adequação para a Venezuela entre 2014 e 2018.

Congratularam-se pela conclusão das negociações sobre o Programa de Liberalização Comercial no contexto do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL, na reunião realizada em Brasília, nos dias 19 e 20, e em Salvador, em 25 de maio corrente.

Determinaram a realização, nas próximas semanas, em Caracas, de reunião para concluir os termos de um Mecanismo de Fortalecimento Produtivo.

2. COOPERAÇÃO INDUSTRIAL

Recordaram que a instalação, em Caracas, de escritório da ABDI e da ABIMAQ estimulará o desenvolvimento industrial venezuelano, e impulsionará as trocas comerciais entre os dois países, no quadro de sua integração econômica e produtiva.

Saudaram, nesse contexto, a entrega, pela ABDI, do resultado do processo de cadastramento dos fornecedores brasileiros de bens e serviços que poderiam participar dos sete setores industriais prioritários para o desenvolvimento industrial venezuelano do “Plano 200 Fábricas Socialistas”.

Manifestaram satisfação com a assinatura do Programa de Trabalho para Cooperação Científica, Tecnológica e Industrial que dará prosseguimento aos objetivos estabelecidos no Programa de Cooperação Industrial assinado em dezembro de 2007.

3. AGRICULTURA E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Declararam sua intenção de dar continuidade às ações necessárias para o desenvolvimento da atividade agropecuária na Venezuela, de maneira a trabalhar para a construção da segurança alimentar na região.

Saudaram a conclusão da primeira etapa do projeto SOJA, no Estado Anzoátegui, com participação da Embrapa, que busca contribuir para a auto-suficiência da Venezuela nessa cultura.

Nesse contexto, saudaram a continuidade dos projetos de cooperação bilateral nas áreas pecuária e agroindustrial, no marco do Acordo assinado em janeiro de 2009, em Maracaibo.

Expressaram satisfação com o andamento, conduzido pela EMBRAPA e pelo INIA, das iniciativas voltadas à produção, no quadro da agricultura familiar, de cítricos, mandioca e café.

Ressaltaram a relevância de implementar iniciativas conjuntas destinadas à produção de insumos para a indústria alimentar.

Nesse quadro, congratularam a PEQUIVEN-BRASKEN pelo projeto de construção, na Venezuela, de fábrica de amônia e uréia, cujo estudo de viabilidade técnica foi concluído.

Saudaram o estabelecimento de estação experimental, com gestão binacional em território venezuelano, das unidades da Embrapa/Roraima e do INIA/Bolívar, destinadas à promoção do intercâmbio de tecnologias agropecuárias para problemas comuns na região da fronteira.

Expressaram satisfação com a assinatura do Programa de Trabalho entre o Ministério de Desenvolvimento Agrário da República Federativa do Brasil e os Ministérios do Poder Popular, para a Agricultura e Terras, e para a Alimentação, da República Bolivariana da Venezuela, que promoverá o intercâmbio para o desenvolvimento do Plano Estratégico

Nacional para a agricultura familiar.

4. COOPERAÇÃO ENERGÉTICA

Registraram sua satisfação com o aprofundamento da relação bilateral no setor energético.

Nesse contexto, congratularam-se pela assinatura da Extensão do Contrato de Associação PETROBRAS e PDVSA na Refinaria Abreu e Lima. Manifestaram sua satisfação pelos trabalhos que vêm realizando com o fim de conformar a empresa mista para a construção da refinaria Abreu e Lima.

Reiteraram sua intenção de estimular projetos comuns no setor de energia, aproveitando a complementaridade entre Brasil e Venezuela para construir ambiente regional de crescente segurança energética.

Felicitaram-se pela assinatura do Memorando de Entendimento entre Pequiven e Braskem para a implementação de instalações no Pólo Petroquímico de Camaçari, no Estado da Bahia, bem como a assinatura do Adendo à Carta de Intenções assinada entre ambas as empresas em janeiro de 2009.

Da mesma forma, congratularam-se pela assinatura da Carta de Intenção entre a empresa Queiroz Galvão e a Corporación Eléctrica Nacional (CORPOELEC) para a construção da Represa de Las Cuevas, Central Las Coloradas, correspondente ao Segundo Desenvolvimento do Complexo Hidrelétrico Uribante Caparo.

Expressaram, ainda, sua alegria pela assinatura do Memorando de Entendimento entre Construtora Norberto Odebrecht e PDVSA para a constituição de uma aliança estratégica destinada à criação de empresas prestadoras de serviços de engenharia e construção. Manifestaram sua satisfação pelos avanços obtidos no fornecimento de coque e de nafta da Venezuela para o Brasil e pela cooperação que PDVSA Industrial e ABIMAQ têm desenvolvido.

Destacaram, também, a potencialidade de outros setores energéticos para o desenvolvimento e o aprofundamento das relações bilaterais, entre os quais, a interconexão elétrica e a cooperação na produção de biocombustíveis.

5. TV DIGITAL

Tomaram nota da realização, no dia 26 de maio de 2009, de reunião técnica destinada a apresentar, às autoridades venezuelanas, o padrão ISDB-T (“Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial”) de TV Digital com inovações brasileiras.

O Presidente Lula agradeceu ao Presidente Hugo Chávez e à sua equipe, integrada pelo Ministro de Ciência e Tecnologia e Indústrias Intermediárias da Venezuela, Jesse Chacón, pela oportunidade de mostrar de forma detalhada as vantagens do sistema ISDB-T com inovações brasileiras, em especial, no que se refere ao acesso das populações de baixa renda a serviços de telecomunicações, eficientes e de baixo custo.

O Presidente Lula esclareceu que o Brasil abrirá mão, caso a Venezuela adote o ISDB-T com inovações brasileiras, dos direitos autorais de uso do software de interatividade “Ginga”, desenvolvido com tecnologia nacional, a fim de reduzir os custos de adoção do sistema em outros países da região.

Lembraram, nesse contexto, a importância do desenvolvimento de tecnologias e produções audiovisuais em toda a América do Sul com base em um padrão de TV digital comum.

6. COMÉRCIO REGIONAL E BILATERAL

Reiteraram a importância do comércio regional, e, particularmente, do comércio bilateral, para manter os níveis de crescimento atuais, face à expectativa de redução de demanda nas economias desenvolvidas.

Recomendaram convocar, proximamente, Reunião da Comissão de Monitoramento do

Comércio Bilateral, instrumento fundamental para avaliar a fluidez do intercâmbio.

7. COOPERAÇÃO BANCÁRIA E HABITACIONAL

Reiteraram a importância de que a cooperação bilateral em matéria habitacional se pautar por visão ampla do processo de urbanização de favelas, não se limitando à construção de moradias, mas promovendo também o dinamismo econômico das comunidades afetadas, a inclusão social e o fortalecimento da cidadania de seus moradores.

Celebraram a assinatura dos Acordos de Cooperação nas áreas de moradia e habitação e universalização de serviços bancários, que permitirá às populações que atualmente se encontram fora do sistema bancário, beneficiar-se do acesso ao crédito e à bancarização.

Expressaram seu contentamento com a assinatura de Carta de Intenção que consolida os avanços na negociação de dois projetos de urbanização de setores da região metropolitana de Caracas, a serem desenvolvidos conjuntamente pela Caixa Econômica Federal e pelo Ministério do Poder Popular para Obras Públicas e Habitação.

Manifestaram, também, sua satisfação com a abertura de Escritório de Representação da CAIXA em Caracas e de ponto de atendimento da CAIXA em Pacaraima, no Estado brasileiro de Roraima, que devem contribuir, respectivamente, para o fortalecimento da cooperação institucional entre Brasil e Venezuela e para amparar as comunidades localizadas na fronteira binacional.

Os Presidentes saudaram a assinatura de Memorando de Entendimento destinado à cooperação bilateral para a universalização dos serviços bancários, permitindo que as populações hoje fora do sistema possam beneficiar-se do acesso ao crédito e à bancarização.

8. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INDÚSTRIAS

Recomendaram às autoridades competentes que avancem no estabelecimento de programas de trabalho conjuntos, em biotecnologia, telemedicina e teleeducação, com o objetivo de levar às populações tradicionalmente excluídas novas tecnologias e conhecimentos.

Acordaram a realização, durante a primeira quinzena de junho de 2009, de encontro sobre cooperação industrial entre as delegações dos dois países.

Concordaram com a importância de avaliar projetos conjuntos na área de indústrias de transformação para o desenvolvimento da região Sul da Venezuela e Norte do Brasil.

9. INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA

Saudaram o dinamismo das iniciativas voltadas à integração fronteiriça, primeiro passo da integração bilateral.

Lembraram, nesse contexto, da contribuição VIII Reunião em Matéria de Transporte Terrestre (São Paulo, fevereiro de 2009), da IX Reunião do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço - GTDF (Caracas, março de 2009) e o Subgrupo de Saúde na Fronteira (Santa Elena de Uairén, maio de 2009).

Os trabalhos desenvolvidos no GTDF beneficiam as populações das localidades fronteiriças de Santa Elena de Uairén e Pacaraima, pela execução de projetos baseados em um modelo de integração que leva em consideração a conservação do meio ambiente e o respeito às comunidades indígenas de ambos os países. Os mandatários reiteraram, nesse sentido, o compromisso de celebrar no Brasil, em setembro de 2009, a X Reunião do GTDF.

Como resultado prático da integração fronteiriça, destacaram: a entrada em funcionamento do projeto de escolas de fronteira, e a interconexão de fibra ótica entre Roraima e Bolívar.

A Venezuela reiterou os compromissos

acordados por ocasião do Encontro Presidencial celebrado em Caracas, em junho de 2008, relacionados com a reativação da Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN).

10. INFRAESTRUTURA

Os Presidentes saudaram os entendimentos havidos entre o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil, Luciano Coutinho, e o Ministro de Economia e Finanças da Venezuela, Alí Rodríguez, com vistas a expandir as linhas de financiamento e os limites das garantias de novos projetos de investimento em infraestrutura na Venezuela com investimentos e tecnologia brasileiros.

11. CULTURA

Demonstraram sua satisfação com a realização da Exposição sobre a Obra e a Vida de Oscar Niemeyer, no Museu de Arte Contemporânea de Caracas, em 21 de maio, cidadão das Américas e idealizador, através de sua obra, de um mundo em que a arte possa atingir o cidadão de todas as classes sociais.

Igualmente, se felicitaram pela realização da Feira Cultural Venezuelana na Biblioteca Pública de Salvador da Bahia, que aproxima as tradições venezuelanas e, especialmente, do Estado Aragua ao povo bahiano.

12. TEMAS REGIONAIS

Os Presidentes avaliaram muito positivamente o novo espírito de diálogo e cooperação que se verificou na Cúpula das Américas, realizada em Trinidad e Tobago em abril de 2009. Manifestaram a expectativa de que os contatos políticos havidos na ocasião marquem o início de momento de maior aproximação bilateral, com base no respeito mútuo e na disposição à cooperação mutuamente benéfica, e conduzam à construção de uma nova agenda positiva entre os países das Américas, que inclua o desenvolvimento social e econômico como prioridades políticas.

13. CRISE FINANCEIRA

Saudaram a resistência das economias em desenvolvimento aos efeitos negativos da crise financeira.

Lembraram, nesse contexto, a necessidade de tomar medidas para ampliar a atividade econômica interna e os fluxos de comércio e investimento regionais.

Concordaram a relevância, nesse quadro, da Conferência de Altos Funcionários da CALC sobre Crise Financeira (Santiago, 13/jun).

14. BANCO DO SUL

Saudaram a conclusão das negociações para a criação do Banco do Sul, realizadas em Buenos Aires, que permitirão, proximamente, a assinatura do Convênio Constitutivo.

O Banco do Sul representará um ponto de virada na forma de atuação das instituições financeiras regionais, em que a preocupação de financiar ações voltadas para o bem-estar das sociedades tenha mais importância do que o lucro das operações financeiras.

15. CÚPULA AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA

Manifestaram suas elevadas expectativas para a II Cúpula América do Sul - África, que envolve 65 Estados e que será sediada em Caracas em 18 e 19 de setembro próximo.

Observaram o orgulho do Brasil e da Venezuela pela contribuição africana à formação de suas identidades nacionais. Frisaram as visões convergentes de ambos os continentes, com destaque para a busca de um comércio internacional voltado para o desenvolvimento, a criação da paz e segurança por meios pacíficos, o combate à fome e à pobreza, a reforma dos organismos multilaterais para fortalecer a voz do Sul e a cooperação energética.

Os Presidentes acordaram realizar a

próxima reunião bilateral na Venezuela, em setembro de 2009.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO UZBEQUISTÃO, ISLAM

KARIMOV - 27 A 29 DE MAIO DE 2009

27/05/2009

O Presidente da República do Uzbequistão, Islam Karimov, realiza visita oficial ao Brasil de 27 a 29 de maio. Trata-se da primeira visita de um Chefe de Estado uzbeque à América Latina. O Presidente Karimov virá acompanhado de delegação de políticos e empresários de seu país.

No dia 28, será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, em seguida, homenageado com almoço no Palácio Itamaraty. À tarde, fará visitas de cortesia aos Presidentes do Senado Federal, Senador José Sarney; da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer; e do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes.

A visita foi antecedida de fórum empresarial bilateral, realizado na FIESP, em São Paulo, no dia 26 de maio. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento entre a FIESP e a Câmara de Comércio e Indústria do Uzbequistão, nas áreas de processamento de alimentos, de couros e calçados, petroquímica, química e têxtil.

TRATADO SOBRE EXCEÇÕES E LIMITAÇÕES A DIREITOS DE AUTOR PARA DEFICIENTES VISUAIS

27/05/2009

O Brasil apresentou hoje, na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), proposta de tratado sobre exceções e

limitações a direitos de autor para deficientes visuais. O objetivo da iniciativa é o de ampliar o acesso dos deficientes visuais a obras literárias e artísticas. A proposta brasileira visa a estabelecer critérios internacionalmente aceitos para que os deficientes visuais possam beneficiar-se de isenção do pagamento de direitos autorais. Existem mais de 300 milhões de deficientes visuais no mundo, 87% dos quais vivem nos países em desenvolvimento.

A iniciativa pretende realizar objetivos da Agenda para o Desenvolvimento da OMPI, proposta pelo Brasil e pela Argentina em 2004, com a incorporação das principais reivindicações dos países em desenvolvimento.

A OMPI, com sede em Genebra, é agência especializada das Nações Unidas desde 1974 e constitui o principal foro internacional para as negociações multilaterais sobre o direito de propriedade industrial e intelectual.

ATENTADO NO PAQUISTÃO

27/05/2009

O Governo brasileiro recebeu com pesar e consternação a notícia do atentado que causou hoje, em Lahore, no Paquistão, a morte de dezenas de pessoas e deixou centenas de feridos.

Ao transmitir suas condolências aos familiares das vítimas, o Governo brasileiro reitera sua mais enérgica condenação à prática de violência indiscriminada e reafirma sua veemente oposição a quaisquer atos de terrorismo.

O Governo brasileiro renova seu apoio ao Governo paquistanês na defesa da ordem pública e do pleno funcionamento das instituições democráticas e faz votos de que o Paquistão possa trilhar o caminho da paz e da estabilidade.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO UZBEQUISTÃO, ISLAM KARIMOV - BRASÍLIA, 28 DE MAIO DE 2009 - DECLARAÇÃO CONJUNTA

28/05/2009

A República Federativa do Brasil
e

A República do Uzbequistão
(doravante denominadas “Partes”),

Orientadas pela Carta das Nações Unidas e pelos princípios consagrados no Direito Internacional;

Desejando desenvolver a cooperação tanto em nível bilateral quanto no âmbito dos fóruns multilaterais dos quais ambas participem;

Acordam o seguinte:

1. As relações entre as Partes serão baseadas nos princípios de igualdade soberana entre as nações, bem como de cooperação e de confiança mútua.

2. As Partes incentivarão a cooperação entre suas instituições legislativas e judiciárias.

3. As Partes comprometem-se a aprofundar a cooperação nas áreas de cultura, ciência e tecnologia, energia, educação, arte, turismo, esporte e saúde, dentre outras. Será incentivado o contato direto entre universidades, centros científicos e culturais, museus e bibliotecas, bem como entre organizações que tratem de ciência, cultura e arte.

4. As Partes concordam em fomentar o intercâmbio de conhecimentos e informações nos campos da ciência, tecnologia e sistemas de inovação com vistas a avaliar áreas potenciais para cooperação. Para isso, a Academia de Ciência da República do Uzbequistão em conjunto com instituições federais brasileiras de ciência, tecnologia e inovação promoverão diálogo, por meio de canais diplomáticos, para sugerir áreas de atuação e propor formas de cooperação

bilateral a ser posteriormente desenvolvidas.

5. As Partes apoiarão o desenvolvimento dos laços entre seus nacionais. Ambas tomarão medidas, com base em acordos mútuos, para simplificar os procedimentos de concessão de vistos aos nacionais da outra Parte

6. As Partes criarão condições favoráveis para as relações econômicas, comerciais e financeiras, assim como para investimentos nos dois países.

7. As Partes cooperarão, nos níveis bilateral e multilateral, para promover o desarmamento e a não-proliferação de armas nucleares.

8. As Partes se empenharão para ampliar o papel e a eficiência da Organização das Nações Unidas como mecanismo universal para manter a paz e a segurança internacionais.

9. As Partes enfatizam a importância de reformar as instâncias decisórias internacionais a fim de torná-las mais legítimas, representativas e eficazes, por meio da maior participação dos países em desenvolvimento no sistema multilateral.

10. As Partes Reafirmam, nesse sentido, a necessidade de expandir o Conselho de Segurança nas categorias de membros permanentes e não-permanentes. Nesse sentido, a República do Uzbequistão declara apoio à aspiração do Brasil de ocupar um assento permanente em um Conselho de Segurança reformado.

11. As Partes comprometem-se a cooperar para a consolidação do primado do direito, da democracia, do pluralismo político e do respeito aos direitos humanos, fazendo uso de mecanismos regionais, bem como de mecanismos previstos pela Carta e pelas Convenções das Nações Unidas.

12. As Partes resolverão questões relacionadas à interpretação e à aplicação da presente Declaração por meio de consultas e negociações. Emendas à esta Declaração deverão ser acordadas mutuamente.

Feita em Brasília, em 28 de maio de 2009, em dois originais, nos idiomas português, uzbeque e inglês.

Em caso de divergência quanto à interpretação, o texto em inglês deve prevalecer.

NOVO PROCESSO JUDICIAL CONTRA A
SENHORA AUNG SAN SUU KYI,
EM MIANMAR

29/05/2009

O Governo brasileiro vem acompanhando com preocupação as informações a respeito do novo processo judicial contra a Senhora Aung San Suu Kyi, em Mianmar.

O Governo brasileiro manifesta seu apoio à Declaração emitida pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o assunto, no dia 22 de maio, segundo a qual o Conselho “reitera a necessidade de que o Governo de Mianmar crie as condições necessárias para um genuíno diálogo com a Senhora Aung San Suu Kyi e todas as partes e grupos étnicos envolvidos, a fim de que se alcance uma reconciliação nacional abrangente com o apoio das Nações Unidas.”

RETOMADA DOS TRABALHOS DA
CONFERÊNCIA DO DESARMAMENTO

29/05/2009

O Governo brasileiro acolheu, com satisfação, a aprovação, na tarde de hoje, em Genebra, de programa de trabalho pela Conferência do Desarmamento que permitirá a retomada das atividades da Conferência, paralisadas desde 1996.

O Brasil acredita que a proposta de agenda de trabalho, que prevê o início imediato de negociações e consultas em temas variados atinentes ao desarmamento nuclear, reflete os

esforços empreendidos nos últimos treze anos em favor da revitalização da Conferência, aos quais o Brasil esteve firmemente associado, inclusive quando lhe coube presidir o órgão.

O Brasil tem a confiança de que a retomada das atividades substantivas no âmbito da Conferência do Desarmamento contribuirá para fortalecer a busca do objetivo de um desarmamento amplo, com vistas à eliminação total das armas nucleares.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA A EL SALVADOR - SÃO
SALVADOR, 1º DE JUNHO DE 2009
29/05/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva comparecerá às cerimônias de posse do Presidente-eleito de El Salvador, Mauricio Funes, a se realizarem em 1º de junho de 2009, em São Salvador.

A presença do Presidente Lula na posse do novo Presidente salvadorenho inscreve-se no contexto de aprofundamento e diversificação das relações do Brasil com a América Central.

Em 2008, o fluxo de comércio entre o Brasil e El Salvador atingiu US\$ 252,5 milhões, dos quais US\$ 249 milhões corresponderam a exportações brasileiras.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À GUATEMALA -
CIDADE DA GUATEMALA,
1º E 2 DE JUNHO DE 2009
29/05/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita oficial à Guatemala em 1º e 2 de junho de 2009.

O Presidente Lula manterá encontro de trabalho com o Presidente Álvaro Colom,

oportunidade em que serão tratados temas da agenda bilateral e regional, tais como cooperação técnica, biocombustíveis, conversações entre o MERCOSUL e o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), entre outros.

A Guatemala mantém uma série de programas sociais inspirados na experiência brasileira, dentre os quais se destacam o “Mi Familia Progresá”, o “Escuelas Abiertas” e os “Comedores Solidarios”, alguns dos quais serão visitados pelo Presidente Lula.

Durante a visita presidencial, serão assinados acordos para a instalação de centro de formação profissional na Guatemala, baseado na experiência do SENAI, e para a implementação do projeto “Cozinha Brasil-Guatemala”, que tem por objetivo a transferência de metodologia brasileira de execução de cursos de educação alimentar.

O Presidente Lula receberá as chaves da Cidade da Guatemala em cerimônia conduzida pelo Prefeito Álvaro Enrique Arzú Yrigoyen.

Em 2008, a corrente de comércio bilateral alcançou US\$ 268 milhões, dos quais US\$ 244 milhões corresponderam a exportações brasileiras.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À COSTA RICA - SÃO
JOSÉ, 2 E 3 DE JUNHO DE 2009
29/05/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita oficial à Costa Rica em 2 e 3 de junho de 2009.

O Presidente Lula manterá com o Presidente Oscar Arias encontro de trabalho em que repassarão os temas mais importantes da pauta bilateral e regional.

A cooperação técnica entre o Brasil e a Costa Rica é intensa, abrangendo desde cooperação em matéria de direitos humanos,

até projetos para a implantação de bancos de leite materno e para a produção de biocombustíveis. Durante a visita, deverá ser assinado acordo de cooperação em matéria de tratamento de águas.

A visita busca ainda promover maior aproximação entre o MERCOSUL e o Sistema da Integração Latino-Americana (SICA), cuja Presidência “Pro Tempore” caberá à Costa Rica a partir do dia 1º de julho de 2009.

O comércio entre o Brasil e a Costa Rica tem crescido de modo significativo em anos recentes. Passou de US\$ 260,8 milhões, em 2003, para US\$ 814,35 milhões, em 2008.

XXXIX ASSEMBLÉIA-GERAL DA
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS
AMERICANOS - SÃO PEDRO SULA, 2 E
3 DE JUNHO DE 2009
29/05/2009

O Ministro Celso Amorim chefiará a delegação do Brasil à XXXIX Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), a realizar-se em São Pedro Sula, Honduras, em 2 e 3 de junho de 2009.

O tema escolhido para a reunião é “Para uma Cultura da Não-Violência”, objeto da Declaração de São Pedro Sula.

Na agenda da Assembléia-Geral da OEA está prevista, ainda, a discussão de outros temas de grande relevância para a região, entre os quais mudança do clima, promoção da democracia e combate aos ilícitos transnacionais.

ACORDO DE COMÉRCIO
PREFERENCIAL MERCOSUL – ÍNDIA
01/06/2009

O Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a República da Índia,

celebrado em Nova Délhi, em 25 de janeiro de 2004, entrou em vigor hoje, dia 1º de junho. Trata-se do primeiro acordo comercial extra-regional assinado pelo Mercosul a entrar em vigor.

Com a publicação dos Decretos 6.864 e 6.865, complementaram-se as formalidades legais necessárias à incorporação do acordo ao ordenamento jurídico brasileiro.

Este acordo tem como principal objetivo facilitar o acesso aos mercados do Mercosul e da Índia, o que incrementará não somente o fluxo de mercadorias, mas também as oportunidades de investimentos para ambas as partes. O Mercosul ofereceu preferências em 452 linhas tarifárias, e a Índia, em 450 linhas.

O ACP constitui o primeiro passo para a criação de uma área de livre comércio Mercosul-Índia.

Juntamente com o ACP Mercosul-SACU (União Aduaneira da África Austral), cujo processo de assinaturas foi concluído em 3 de abril passado, o ACP Mercosul-Índia dá seguimento a processo gradual de criação das bases para a futura negociação de entendimento comercial trilateral Mercosul-Índia-SACU.

REUNIÃO DE MINISTROS DA
AGRICULTURA DA CPLP
02/06/2009

Serão realizados em Brasília, de 2 a 4 de junho, o II Simpósio sobre Segurança Alimentar e Nutricional e a IV Reunião de Ministros da Área de Agricultura e Segurança Alimentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. A CPLP reúne Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. As reuniões

serão coordenadas pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e das Relações Exteriores.

Nos dias 2 e 3, o II Simpósio reunirá, no Palácio Itamaraty, delegações técnicas dos Estados-membros da CPLP para compartilhamento de experiências de cooperação nas áreas de agricultura e segurança alimentar. Serão apresentadas as políticas públicas brasileiras nas matérias, e discutido um Plano de Ação para nortear a cooperação técnica futura da Comunidade naquelas áreas.

No dia 4, também no Palácio Itamaraty, a IV Reunião dos Ministros da Área de Agricultura e Segurança Alimentar da CPLP debaterá as oportunidades de cooperação entre os países lusófonos e adotará, além do Plano de Ação emanado do Simpósio, a Declaração sobre Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP. Os documentos aprovados em Brasília serão enviados à consideração do Conselho de Ministros da CPLP, que se reunirá nos dias 19 e 20 de julho, em Praia, Cabo Verde.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À GUATEMALA -
CIDADE DA GUATEMALA, 1º E 2 DE
JUNHO DE 2009 -
DECLARAÇÃO CONJUNTA
02/06/2009

Atendendo a convite feito por Sua Excelência o Senhor Álvaro Colom Caballeros, Presidente da República da Guatemala, o Excelentíssimo Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, realizou uma Visita de Estado à Guatemala no

dias 1º e 2 de junho de 2009, acompanhado de Delegação de alto nível.

Os Presidentes, em diálogo cordial e em ambiente de entendimento mútuo, abordaram diversos temas da realidade política, econômica e social de seus países e intercambiaram pontos de vista sobre a agenda bilateral, regional e internacional, em virtude do que acordaram a seguinte

DECLARAÇÃO CONJUNTA

1. Os Presidentes manifestaram sua satisfação pelo excelente estado das relações bilaterais, produto das magníficas relações de amizade e cooperação, o que se reflete no fluido diálogo político que ambas as nações mantém. Da mesma forma, reiteraram sua vontade de continuar fortalecendo os vínculos que os unem em todas as áreas.

2. Os Chefes de Estado manifestaram seu compromisso com o pleno respeito aos direitos humanos, às liberdades fundamentais, à justiça social e à solidariedade, elementos indispensáveis para fortalecer a governabilidade, assegurar o bem-estar e o desenvolvimento sócio-econômico de seus povos, tendo por base a construção de sociedades mais prósperas e igualitárias.

3. O Presidente da Guatemala expressou ao Presidente e ao Povo do Brasil suas condolências pelo acidente aéreo da empresa “Air France”, que partiu na noite de domingo, 31 de maio, do Rio de Janeiro com destino a Paris, no qual perderam a vida 228 pessoas, entre as quais grande número de brasileiros.

4. O Presidente Lula manifestou seu apoio ao Governo constitucional do Presidente Álvaro Colom, ante as acusações de que tem sido objeto, e expressou sua confiança de que prevaleça a governabilidade, a cordura e a harmonia e o respaldou em seu dever de preservar a institucionalidade democrática e a vigência do Estado de Direito.

5. O Mandatário brasileiro reiterou os

termos contidos na Resolução do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), do dia 13 de maio do ano corrente e, como membro observador do Sistema da Integração Centro-americana (SICA), somou-se ao manifestado pelos Chefes de Estado e de Governo dos países membros desse Organismo, na Declaração Especial sobre a Guatemala assinada durante a Reunião Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo do SICA, em Manágua, Nicarágua, no dia 20 de maio de 2009, por meio da qual respaldaram o Governo Constitucional da Guatemala com base no princípio de solidariedade regional.

6. Por outro lado, os Mandatários afirmaram que a redução da pobreza e a luta contra a exclusão social são objetivos comuns de seus Governos e constituem a essência de suas linhas de trabalho na busca do desenvolvimento econômico e social de seus povos.

7. Os Presidentes do Brasil e da Guatemala manifestaram seu compromisso de continuar realizando esforços para combater e prevenir a propagação da epidemia de gripe AH1N1, ameaça que demanda a prevenção internacional de modo a assegurar a saúde de toda a população mundial.

8. O Presidente da Guatemala agradeceu de modo especial a cooperação técnica que o Brasil proporcionou para o planejamento e execução de distintos programas sociais, inspirados nos exitosos programas brasileiros, que hoje funcionam na Guatemala e são coordenados pelo Conselho de Coesão Social.

9. Nesse sentido, o Presidente Lula da Silva felicitou o Presidente Colom pelo trabalho que realiza em benefício dos mais despossuídos através de distintos programas de Coesão Social e que, como em seu país, tiveram importante êxito na Guatemala. Da mesma forma, mostrou sua satisfação pela forma como

funcionam na Guatemala os programas de “Escuelas Abiertas”, “Comedores Solidarios” e, particularmente, “Mi Familia Progresá”, e reiterou o apoio de seu Governo às ações desenvolvidas pelo Governo do Presidente Colom em favor desses programas, que trazem novas oportunidades para os guatemaltecos.

10. Em matéria de cooperação, o Presidente Colom reconheceu o valioso aporte que representa para a Guatemala o trabalho desenvolvido pela Agência Brasileira de Cooperação - ABC - e ambos os Presidentes se congratularam pela assinatura, em fins de outubro de 2008, do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Guatemala para a implementação do Projeto “Assessoria à Gestão Operacional dos Programas Sociais do Governo da Guatemala”, o qual se encontra atualmente em sua primeira fase de implementação e que beneficiará de maneira direta o programa nacional “Mi Familia Progresá.”

11. Do mesmo modo, ambos os Mandatários reconheceram a importância da assinatura, no início do ano de 2009, dos quatro Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para a implementação dos Projetos “Escolas Abertas na Guatemala”, “Formação de Técnicos em Alfabetização de Jovens e Adultos”, “Plano de Eletrificação Rural Vinculado ao Desenvolvimento Local” e “Capacitação em Sistemas de Produção de Frutas Temperadas na Guatemala”, os quais já beneficiam o funcionamento direto de programas sociais guatemaltecos, como os dois primeiros.

12. O Presidente Colom reiterou ao Presidente Lula o convite para que empresas brasileiras participem das próximas licitações de novas áreas para a exploração e comercialização de

petróleo e gás, na terra e no mar.

13. Do mesmo modo, o Presidente Colom reiterou seu interesse, junto ao Presidente Lula, em que empresas brasileiras participem, com o apoio do Governo do Brasil, nos projetos hidroelétricos que se criem com a mudança da matriz energética da Guatemala, incluindo a possibilidade de financiamento. O Presidente Lula confirmou seu interesse em que empresas de seu país participem em tais projetos.

14. Ambos os Mandatários se congratularam pela inclusão da Guatemala como país beneficiário em matéria de biocombustíveis, no âmbito do Memorando de Entendimento entre os Estados Unidos e o Brasil.

15. Os Presidentes se congratularam pelo avanço da negociação para a aquisição de aeronaves brasileiras “Supertucanos”, com o respectivo suporte técnico, que permitirão à Guatemala um melhor controle de seu espaço aéreo para combater o narcotráfico, o crime organizado e outras ameaças, como catástrofes naturais.

16. Ao mesmo tempo, o Presidente Colom ficou satisfeito por ter tido a oportunidade de mostrar ao Presidente Lula, durante sua visita, a implementação na Guatemala dos programas “Escuelas Abiertas”, “Bolsas Solidarias” e “Comedores Solidarios”.

17. Ambos os Mandatários manifestaram satisfação pela assinatura, durante a presente Visita de Estado, do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala para a Implementação do Projeto “Centro de Formação Profissional Brasil-Guatemala em Huehuetenango”, cuja finalidade é transferir para o Governo guatemalteco o modelo de implantação dos centros de formação profissional desenvolvidos pelo Serviço Nacional de

Aprendizagem Industrial (SENAI), assim como capacitar instrutores e gestores que atuarão naquele centro.

18. Do mesmo modo, os Presidentes se congratularam pela assinatura, durante a presente Visita de Estado, do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala para a Implementação do Projeto “Cozinha Brasil-Guatemala”, cuja finalidade é transferir metodologia de execução de cursos de educação alimentar, com vistas ao incremento do conteúdo nutricional dos alimentos consumidos na Guatemala, com ênfase nas populações de baixa renda.

19. Os Chefes de Estado concordaram que os esforços de cooperação devem ser realizados de acordo com as agendas e prioridades dos países receptores, com os quais se deverá coordenar as iniciativas, a fim de simplificar os procedimentos e tornar mais acessíveis os recursos disponíveis.

20. O Presidente Lula da Silva ressaltou o grande atrativo da Guatemala como aliado comercial e estratégico na região. Nesse sentido, o Presidente Colom manifestou seu desejo de trabalhar conjuntamente com o Brasil para fortalecer os laços comerciais em benefício de ambos os países.

21. Os Presidentes reiteraram seu apoio ao processo de integração latino-americana e caribenha e coincidiram sobre a importância das negociações SICA-MERCOSUL, para o aprofundamento das relações econômico-comerciais e a intensificação dos fluxos de investimento entre os Estados Partes do MERCOSUL e os países do SICA. Nesse sentido, o Presidente Álvaro Colom manifestou seu desejo de intensificar as gestões junto a seus homólogos do SICA,

com vistas ao lançamento das negociações de um instrumento entre ambas regiões.

22. O Presidente Colom recordou e felicitou o Presidente Lula pela celebração da Cúpula América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, no final do ano passado, e respaldou a iniciativa de seu homólogo brasileiro para o processo de integração latino-americana e caribenha.

23. Nos temas multilaterais, os Presidentes expressaram sua vontade em continuar contribuindo para o processo de reforma e fortalecimento dos Organismos Internacionais dos quais fazem parte ambos os Estados, especialmente na Organização das Nações Unidas. Nesse sentido, o Presidente Colom reiterou o apoio do Governo da Guatemala para que o Brasil passe a integrar, como membro permanente, o Conselho de Segurança ampliado. Os Mandatários também intercambiaram seus pontos de vista e expectativas sobre os fóruns a se realizarem proximamente.

24. O Presidente Lula reiterou o apoio do Brasil à candidatura da Guatemala como Membro Não-Permanente do Conselho de Segurança, período 2012 - 2013, em reciprocidade ao apoio outorgado pela Guatemala para igual candidatura para o período 2010 - 2011.

25. Os Mandatários manifestaram sua preocupação com os efeitos causados pela crise financeira internacional na região e que, ao implicar uma queda no Produto Interno Bruto (PIB) das economias mais desenvolvidas do mundo, diminui a cooperação e o comércio bilateral, os quais, longe de diminuir, devem ser incrementados.

26. Os Presidentes destacaram a importância de que a comunidade internacional, em especial os países responsáveis pela geração da crise, adotem medidas de mitigação para com os países de economias menos desenvolvidas,

entre elas a facilitação dos fluxos comerciais, o trabalho para migrantes e a outorga de créditos em condições favoráveis, que fortaleçam as instituições financeiras subregionais.

27. Após revisar os principais temas de interesse comum, os Presidentes se mostraram satisfeitos com os resultados alcançados durante a presente Visita de Estado e se comprometeram a manter uma estreita comunicação que permita tornar mais ágil e efetiva a excelente relação entre ambos os países. O Presidente Lula da Silva agradeceu pelo programa organizado, que incluiu visitas aos programas “Escuelas Abiertas”, “Bolsas Solidarias” e “Comedores Solidarios”, assim como a entrega das Chaves da Cidade da Guatemala pelas mãos do Prefeito da capital.

28. O Presidente Lula da Silva expressou, em seu nome e de sua Delegação, seu mais sincero agradecimento ao povo e ao Governo da Guatemala, particularmente ao Senhor Presidente Álvaro Colom, por sua hospitalidade durante sua estada no país.

ATENTADO EM ZAHEDAN, IRÃ

03/06/2009

O Governo brasileiro recebeu com profunda consternação a notícia do atentado à mesquita da cidade iraniana de Zahedan, no último dia 28 de maio, que vitimou fatalmente 25 pessoas e deixou dezenas de feridos.

Ao lamentar o episódio, que atenta contra o direito universalmente reconhecido à liberdade de credo, o Brasil reitera seu total repúdio a todas as formas de atos terroristas, independentemente de sua motivação.

O Governo brasileiro manifesta plena solidariedade ao Governo e ao povo do Irã e apresenta suas condolências aos familiares das vítimas desse injustificado ato de violência.

SITUAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

05/06/2009

O Governo brasileiro tomou conhecimento com preocupação dos acontecimentos da madrugada desta sexta-feira em Guiné-Bissau, que resultaram nas mortes do candidato à Presidência da República Baciro Dabó, do ex-Ministro da Defesa Hélder Proença e de dois assessores deste.

O Governo brasileiro exorta a sociedade bissau-guineense a manter a serenidade e a atuar com moderação, de forma a preservar o quadro político-institucional e os avanços logrados no processo de estabilização e de reformas internas.

O Brasil também faz um apelo às autoridades bissau-guineenses e à comunidade internacional para que contribuam para a manutenção de um ambiente pacífico que favoreça a organização das próximas eleições, etapa fundamental para a consolidação democrática do país e para a retomada de seu projeto nacional.

O Governo brasileiro seguirá acompanhando os desdobramentos da situação em Guiné-Bissau, em coordenação com os demais membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

EVENTOS DE PROMOÇÃO COMERCIAL E DE COOPERAÇÃO NA ÁFRICA

05/06/2009

De 9 a 12 de junho, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-BRASIL) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) realizarão, na África, os seguintes eventos, com vistas a identificar

oportunidades de cooperação e de negócios com os países da região:

- “Fórum Brasil-África Subsaariana: Empreendedorismo para o Desenvolvimento” (Dacar, 9 de junho). Coordenado pelo MRE, o evento contará com a presença de autoridades de governo e empresários dos países da região e terá como objetivo identificar oportunidades de cooperação e de negócios nos setores de agronegócio, biocombustíveis e tecnologia da informação/inclusão digital. Haverá reuniões de negócios (“matchmakings”) após o Fórum, na tarde do dia 9/6.

- “Exposição Brasil Agri-Solutions” (Dacar, 9 e 10 de junho), organizada pela APEX, na mesma ocasião e local do Fórum, trata-se de feira exclusivamente brasileira dos setores de máquinas e implementos agrícolas, máquinas e equipamentos para biocombustíveis, alimentos industrializados e tecnologia da informação. Na ocasião, os empresários brasileiros manterão agenda de encontros de negócios com empresários africanos.

- “Missão Empresarial a quatro países da África Subsaariana”. Coordenada pelo MDIC, a missão será liderada pelo Ministro Miguel Jorge e visitará Senegal, Nigéria, Guiné-Equatorial e Gana, no período de 7 a 12 de junho, tendo por objetivo a promoção do comércio e dos investimentos brasileiros na região, bem como a exploração de possibilidades de cooperação entre os setores produtivos brasileiros e africanos.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À COLÔMBIA - CARTAGENA E BOGOTÁ, 7 E 8 DE JUNHO DE 2009

05/06/2009

A convite do Chanceler da Colômbia, Jaime Bermúdez, o Ministro Celso Amorim

realizará visita oficial à Colômbia a fim de co-presidir, em 8 de junho de 2009, em Cartagena, a I Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia. A Comissão foi criada pelos Presidentes do Brasil e da Colômbia em 17 de fevereiro de 2009, na visita de Estado ao Brasil do Presidente Álvaro Uribe.

Os Ministros manterão encontros de trabalho nos dias 7 e 8 de junho, ocasião em que repassarão temas da agenda bilateral e regional. Aos Ministros Amorim e Bermúdez serão apresentados os relatos dos resultados alcançados nas seguintes reuniões: VI Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Colômbia, IV Comissão Mista Cultural, Educativa e Esportiva e III Reunião do Grupo Executivo de Trabalho Brasil-Colômbia, foro em que se vêm discutindo, entre outros assuntos, as atividades no contexto do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI).

No dia 8 de junho, o Ministro Celso Amorim será recebido em audiência pelo Presidente Álvaro Uribe, em Bogotá.

Brasil e Colômbia identificaram energia, desenvolvimento sustentável da Amazônia e infra-estrutura como as áreas estratégicas prioritárias, neste momento, para o exame de ações conjuntas no quadro da Comissão Bilateral.

No âmbito do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica, foram assinados, em 5 de junho, projetos de cooperação na área de proteção à propriedade intelectual, destinação de lixo e processamento de madeira. Na área cultural, firmou-se Programa Executivo do Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e a Colômbia para os anos 2009-2011.

Em 2008, o intercâmbio comercial bilateral atingiu US\$ 3,1 bilhões, dos quais

as exportações brasileiras corresponderam a US\$ 2,29 bilhões.

VISITA AO BRASIL DO VICE-PRIMEIRO-MINISTRO E CHANCELER DA JAMAICA, KENNETH BAUGH - BRASÍLIA, 8 A 11 DE JUNHO DE 2009

08/06/2009

O Vice-Primeiro-Ministro e Chanceler da Jamaica, Kenneth Baugh, realizará visita de trabalho ao Brasil de 8 a 11 de junho, acompanhado da Embaixadora Gail Mathurin, Secretária-Geral da Chancelaria jamaicana e Embaixadora para o Brasil, residente em Kingston, e do Senhor Robert Gregory, Presidente da “Jamaican Trade and Investment - JTI”.

O Chanceler jamaicano será recebido, no dia 9 de junho, pelo Ministro Celso Amorim para reunião de trabalho sobre temas da agenda bilateral e regional, em particular sobre as perspectivas da reunião ministerial de seguimento da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), a ser sediada pela Jamaica no final de 2009.

O Ministro Baugh cumprirá, ainda, programa de encontros com autoridades dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Educação; e da APEX, além de visitas ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Eduardo Azeredo, e ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado Severiano Alves.

Em 2008, o fluxo comercial entre Brasil e Jamaica alcançou US\$ 301 milhões.

PORTAL “BRASILEIROS NO MUNDO”

09/06/2009

O Ministério das Relações Exteriores lançou, no endereço <http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br>, página eletrônica para assuntos relacionados com as comunidades brasileiras no exterior.

O conteúdo disponível inclui compilação de informações sobre tais comunidades, incluindo listas de associações e organizações que agregam ou apoiam brasileiros, meios de comunicação a eles destinados, estimativas populacionais, referências bibliográficas e registros audiovisuais sobre brasileiros no exterior. O portal visa também à divulgação e preservação de informações e documentos sobre o sistema de conferências “Brasileiros no Mundo”, tais como artigos, propostas e contribuições diversas dos participantes.

O novo portal do MRE será utilizado como instrumento para ampliar o diálogo entre o Itamaraty e as comunidades brasileiras no exterior e destas entre si, bem como para a preparação da II Conferência “Brasileiros no Mundo”, a ser realizada em agosto próximo no Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro.

ATENTADOS NO PAQUISTÃO

09/06/2009

O Governo brasileiro recebeu, com profundo pesar e consternação, a notícia dos atentados terroristas ocorridos no Paquistão nos últimos quatro dias - em 5 de junho, no Distrito do Dir do Norte; no dia 6 de junho, em Malakaand-Swat e em Islamabade; e hoje, dia 9 de junho, no Pearl Continental Hotel, em Peshawar.

Ao condenar de forma veemente a violência de atos dessa natureza, independentemente dos

motivos alegados, o Governo brasileiro reitera seu repúdio a todas as formas de terrorismo e transmite as mais sinceras condolências aos familiares dos mortos e feridos nesses atentados.

O Governo brasileiro expressa sua solidariedade e renova os votos de paz e estabilidade ao Governo e ao povo paquistanês.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM

À FRANÇA - PARIS,

11 E 12 DE JUNHO DE 2009

10/06/2009

O Ministro Celso Amorim realizará visita oficial a Paris, nos dias 11 e 12 de junho. No dia 11, manterá reunião de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Bernard Kouchner, em seguimento ao diálogo ocorrido no Rio de Janeiro, em 4 de junho, por ocasião da cerimônia em homenagem às vítimas do acidente com o vôo 447 da Air France.

Os dois Ministros discutirão a implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica, bem como temas de interesse comum da agenda internacional, tais como a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e das instituições financeiras internacionais.

No dia 12, o Ministro Celso Amorim participará, na qualidade de convidado de honra, do seminário “Europe-South America Post-Crisis Relationship: Together or Apart?”, comemorativo da Cátedra Mercosul do Instituto de Ciências Políticas, Science Po. Manterá, também, encontro com o Conselheiro Diplomático do Presidente Nicolas Sarkozy, Jean-David Levitte.

No ano passado, o fluxo comercial entre o Brasil e a França alcançou US\$ 8,8 bilhões, 26% a mais do que em 2007. Os investimentos

franceses no Brasil alcançaram US\$ 2,2 bilhões em 2008.

CÚPULA DOS CHEFES DE ESTADO
E DE GOVERNO DOS BRICS -
ECATERIMBURGO,
16 DE JUNHO DE 2009
15/06/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará, no dia 16 de junho, na cidade russa de Ecaterimburgo, da I Reunião de Cúpula do Grupo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), juntamente com o Presidente da China, Hu Jintao, com o Presidente da Rússia, Dmitri Medvedev, e com o Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh.

Os Chefes de Estado e de Governo dos BRICs deverão passar em revista temas relativos à crise econômico-financeira e à conjuntura política internacional. A reunião servirá, ainda, para discutir a institucionalização do grupo.

Entre 2003 e 2007, o crescimento dos países do Grupo BRIC representou 65% da expansão do PIB mundial. Em 2003, os BRICs correspondiam a 9% do PIB global. Já em 2008, as economias dos quatro países responderam, em conjunto, por 15% da economia mundial, com o PIB totalizando US\$ 8,9 trilhões. Considerado pela paridade de poder de compra, esse índice supera US\$ 15 trilhões, o que representa 21% do total.

O comércio entre os quatro países desenvolveu-se significativamente e com grande complementaridade, no período de 2003 a 2008. O comércio Brasil-Rússia cresceu de US\$ 2 bilhões, em 2003, para US\$ 8 bilhões, em 2008; o comércio Brasil-Índia, de US\$ 1 bilhão para US\$ 4,7 bilhões; e o comércio Brasil-China, de US\$ 6,7 bilhões para US\$ 36,4 bilhões. No conjunto, o comércio do Brasil com os demais países do Grupo cresceu

de US\$ 9,8 bilhões, em 2003, para US\$ 49 bilhões, em 2008 - aumento de 500%.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA AO CAZAQUISTÃO -
ASTANA, 17 DE JUNHO DE 2009
15/06/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita à República do Cazaquistão no dia 17 de junho, em retribuição à visita do Presidente cazaque, Nursultan Nazarbayev, ao Brasil, em 2007. Em Astana, o Presidente Lula terá encontro com o Presidente Nazarbayev e com o Primeiro-Ministro, Karim Massimov.

Trata-se da primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao país. O Presidente viaja acompanhado do Ministro Celso Amorim e do Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão.

Com o objetivo de reforçar os vínculos comerciais, também acompanhará o Presidente Lula ao Cazaquistão delegação empresarial integrada por representantes dos setores de construção civil, mineração, alimentação, aviação civil, bancário e esportivo. O comércio entre os dois países, embora ainda modesto, alcançou, em 2008, US\$ 57,8 milhões.

CÚPULA DOS CHEFES DE ESTADO
E DE GOVERNO DOS BRICS -
ECATERIMBURGO, 16 DE JUNHO DE
2009 - DECLARAÇÃO CONJUNTA
17/06/2009

(tradução para o português)

Declaração Conjunta dos Líderes dos Países do BRIC

Nós, os líderes da República Federativa do Brasil, da Federação Russa, da República da Índia e da República Popular da China, discutimos a

atual situação da economia mundial e outros assuntos candentes para desenvolvimento global, e também as perspectivas para o maior aprofundamento da colaboração no âmbito do BRIC, em nossa reunião em Ecaterimburgo, em 16 de junho de 2009.

Chegamos às seguintes conclusões:

1. Enfatizamos o papel central das Cúpulas do G-20 para a solução da crise financeira. Elas têm encorajado a cooperação, a coordenação de políticas e o diálogo político em relação a assuntos econômicos e financeiros de âmbito internacional.

2. Exortamos todas as nações e organismos internacionais relevantes a agirem com vigor para implementar as decisões tomadas pela Cúpula do G-20 em Londres, em 2 de abril de 2009. Comprometemo-nos a cooperar estreitamente entre nós e com outros parceiros para assegurar maior progresso da ação coletiva na próxima Cúpula do G-20, que será realizada em Pittsburgh (EUA), em setembro de 2009. Esperamos que a Conferência das Nações Unidas sobre a Crise Financeira e Econômica Mundial e seus Impactos sobre o Desenvolvimento, a ser realizada em Nova Iorque, de 24 a 26 de junho de 2009, alcance resultados positivos.

3. Estamos comprometidos com o avanço da reforma das instituições financeiras internacionais, de forma a refletir as transformações da economia mundial. As economias emergentes e em desenvolvimento devem ter maior peso e representação nas instituições financeiras internacionais, cujos diretores e executivos devem ser indicados por intermédio de processo aberto, transparente e com base no mérito. Acreditamos, também, na necessidade de um sistema monetário estável, confiável e mais diversificado.

4. Estamos convencidos de que a reforma da arquitetura financeira e econômica deve basear-se, *inter alia*, nos seguintes princípios:

- processo decisório e de implementação democrático e transparente no âmbito das organizações financeiras internacionais;

- sólida base legal;

- compatibilidade entre as ações de instituições regulatórias nacionais eficazes e de organismos internacionais de regulamentação;

- fortalecimento do gerenciamento de risco e das práticas de supervisionamento.

5. Reconhecemos a importância do comércio internacional e dos investimentos estrangeiros diretos para a recuperação econômica mundial. Instamos todas as partes a trabalhar em conjunto para incrementar o ambiente de comércio e de investimento internacional. Conclamamos a comunidade internacional a resguardar a estabilidade do sistema multilateral de comércio, restringir o protecionismo comercial e pressionar por resultados abrangentes e equilibrados para a Agenda de Desenvolvimento de Doha da OMC.

6. Os países mais pobres foram atingidos de maneira mais severa pela crise financeira. A comunidade internacional necessita incrementar os esforços para providenciar recursos financeiros líquidos para esses países. A comunidade internacional também deve empenhar-se para minimizar o impacto da crise sobre o desenvolvimento e para garantir que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio sejam atingidos. Os países desenvolvidos devem cumprir o compromisso de destinar 0,7% do Produto Interno Bruto à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento e envidar maiores esforços para incrementar a assistência, o alívio das dívidas, o acesso a mercados e a transferência de tecnologia para países em desenvolvimento.

7. A implementação do conceito de desenvolvimento sustentável, que abrange, entre outros, a Declaração do Rio, a Agenda para o Século XXI e os acordos multilaterais sobre meio-ambiente, deve ser um importante

vetor na mudança do paradigma do desenvolvimento econômico.

8. Defendemos o fortalecimento da coordenação e da cooperação entre os Estados no campo da energia, inclusive entre produtores e consumidores de energia e Estados de trânsito, com vistas a diminuir a incerteza e a garantir a estabilidade e a sustentabilidade. Apoiamos a diversificação dos recursos e fontes de energia, incluindo energia renovável, a segurança das rotas de trânsito de energia, e a criação de novos investimentos e infra-estrutura nesta área.

9. Apoiamos a cooperação internacional no campo da eficiência energética. Estamos prontos para promover um diálogo construtivo sobre as formas de lidar com as mudanças climáticas com base no princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas, tendo em conta a necessidade de combinar medidas para a proteção do clima com ações para realizar nossas metas de desenvolvimento socioeconômico.

10. Reafirmamos o compromisso de aumentar a cooperação entre nossos países em áreas de interesse social e de fortalecer os esforços para prestar assistência humanitária internacional e reduzir os riscos de desastres naturais. Tomamos nota da declaração sobre segurança alimentar global lançada hoje como uma grande contribuição dos países do BRIC aos esforços multilaterais para criar as condições sustentáveis para este objetivo.

11. Afirmamos o compromisso de avançar com a cooperação entre nossos países no campo da ciência e da educação com o objetivo, inter alia, de realizar a pesquisa fundamental e de desenvolver tecnologias avançadas.

12. Destacamos nosso apoio a uma ordem mundial multipolar mais democrática e justa, baseada no império do direito internacional, na igualdade, no respeito mútuo, na cooperação, nas ações coordenadas e no processo decisório

coletivo de todos os Estados. Reiteramos nosso apoio aos esforços políticos e diplomáticos para resolver pacificamente os contenciosos nas relações internacionais.

13. Condenamos com veemência o terrorismo em todas suas formas e manifestações e reiteramos que não pode existir justificativa para quaisquer atos de terrorismo, em qualquer lugar e por qualquer motivo. Observamos que a versão preliminar da Convenção Abrangente contra o Terrorismo Internacional está atualmente sob exame da Assembléia Geral da ONU e conclamamos sua adoção imediata.

14. Expressamos nosso sério compromisso com a diplomacia multilateral, na qual as Nações Unidas desempenham o papel central no tratamento dos desafios e ameaças globais. Neste sentido, reafirmamos a necessidade de uma reforma abrangente da ONU, com vistas a torná-la mais eficiente, de modo que ela possa lidar com os desafios globais de maneira mais eficaz. Reiteramos a importância concedida ao status da Índia e do Brasil nas relações internacionais, e compreendemos e apoiamos suas aspirações a desempenhar papel mais relevante no âmbito das Nações Unidas.

15. Acordamos os passos para promover o diálogo e a cooperação entre nossos países de forma crescente, proativa, pragmática, aberta e transparente. O diálogo e a cooperação entre os países do BRIC é proveitoso não apenas para os interesses comuns das economias de mercados emergentes e dos países em desenvolvimento, mas, também, para a construção de um mundo harmonioso de paz duradoura e prosperidade comum.

16. Rússia, Índia e China receberam com satisfação o cordial convite para a próxima Cúpula do BRIC, que o Brasil sediará em 2010.

* * *

Declaração Conjunta do BRIC sobre Segurança Alimentar Global

As flutuações dos preços globais dos alimentos, combinadas com a crise financeira mundial, estão ameaçando a segurança alimentar mundial. Por consequência, o número de pessoas sofrendo de fome e de subnutrição aumenta e o avanço em direção ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio pode ser revertido. Este desafio deve ser enfrentado sem demora, de forma abrangente, por meio de ações firmes por parte de todos os governos e das agências internacionais relevantes.

Os países desenvolvidos e em desenvolvimento devem tratar da questão da segurança alimentar de acordo com o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas. Os países desenvolvidos devem dar apoio tecnológico e financeiro aos países em desenvolvimento na área de capacidade de produção de alimentos. Os países do BRIC acolhem com satisfação diversas iniciativas nesta área por parte da ONU e de suas agências especializadas. Os países do BRIC renovam o seu compromisso de contribuir com os esforços para superar a crise global de alimentos.

É impossível conter a crise global de alimentos de forma eficaz sem um entendimento claro e completo das suas causas. Tentar explicar a alta nos preços de alimentos pelo aumento do consumo em países em desenvolvimento oculta as causas reais, que são de natureza complexa e multifacetada.

A mudança global do clima e os desastres naturais têm implicação direta na segurança alimentar por acarretar alterações nas condições agro-ecológicas. A atual crise econômica e financeira mundial também tem impacto negativo na segurança alimentar por retrair os recursos financeiros disponíveis para o setor agrícola. Acesso restrito a mercados e subsídios que distorcem o comércio em países desenvolvidos também têm dificultado o

desenvolvimento da capacidade de produção de alimentos em países em desenvolvimento nos últimos trinta anos. Além disso, as condições do mercado global não criaram incentivos adequados à expansão da produção agrícola nos países menos desenvolvidos e em desenvolvimento, que se tornaram os principais importadores de gêneros alimentícios.

Também é importante avaliar os desafios e oportunidades apresentados pela produção e uso dos biocombustíveis, tendo em vista não apenas a segurança alimentar mundial, mas, também, as necessidades da segurança energética e de desenvolvimento sustentável. Um mecanismo de cooperação internacional precisa ser estabelecido para reavaliar as implicações de longo prazo no desenvolvimento da energia de biomassa e de políticas adequadas.

Desta forma, os países do BRIC recebem com satisfação a troca de experiências em tecnologias, normas e regulamentos de biocombustíveis, para assegurar que a produção e o uso de biocombustíveis seja sustentável, de acordo com os três pilares do desenvolvimento sustentável - o social, o econômico e o ambiental - e que essa produção leve em conta a necessidade de atingir e manter a segurança alimentar global. Biocombustíveis sustentáveis podem constituir uma força motriz para a inclusão social e a distribuição de renda, principalmente em áreas rurais empobrecidas de países pouco desenvolvidos e em desenvolvimento, onde a maior parte dos problemas de fome do mundo estão localizados.

Lidar com a crise de alimentos de forma eficaz exige uma resposta internacional totalmente coordenada e deve incluir medidas tanto de curto quanto de longo prazo. A comunidade internacional precisa elaborar e implementar, de forma consistente, uma estratégia abrangente para resolver este

problema global. A esse respeito, os países do BRIC recebem com satisfação os resultados de fóruns internacionais relevantes, incluindo a Conferência de Alto Nível sobre Segurança Alimentar Mundial da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em Roma.

Os países do BRIC também recebem com satisfação os resultados do Fórum Mundial de Grãos, realizado em São Petersburgo, e exortam todas as Organizações Internacionais e Estados interessados a tomar as medidas necessárias para implementar as medidas acordadas no Fórum.

Para garantir a segurança alimentar é necessário um mercado mundial e um sistema de comércio para alimentos e agricultura que funcione bem, com base nos princípios da imparcialidade e da não-discriminação. A esse respeito, é de extrema importância acelerar a Rodada Doha de Negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), com o objetivo de encontrar soluções conciliatórias para reduções radicais de subsídios multibilionários no setor agrícola, que distorcem os termos de comércio e impedem os países em desenvolvimento de aumentar a sua produção agrícola. Estamos comprometidos a nos opor ao protecionismo, estabelecendo um regime de comércio justo para produtos agrícolas, e a dar aos fazendeiros dos países em desenvolvimento incentivos para que eles se dediquem à produção agrícola.

Os países do BRIC apóiam a adoção de uma série de medidas de médio a longo prazo, com o objetivo de solucionar a questão da segurança alimentar. Tais medidas podem incluir:

a) oferecer assistência e recursos adicionais ao setor agrícola, por meio dos respectivos canais orçamentários nacionais e de instituições internacionais para o desenvolvimento, principalmente para a agricultura doméstica, que é a principal fonte

da produção de alimentos;

b) inovações tecnológicas e cooperação internacional conjuntas para introduzir tecnologias avançadas no setor agrícola de países em desenvolvimento e aumentar significativamente a produtividade agrícola. Direitos de propriedade intelectual no domínio agrícola devem atingir um equilíbrio entre o bem comum da humanidade e incentivos à inovação;

c) melhorar a infra-estrutura agrícola, incluindo sistemas de irrigação, transporte, fornecimento, armazenamento e distribuição, e promover políticas de assistência técnica, acesso a crédito e seguro rural. Neste contexto, parcerias público-privadas podem desempenhar um papel significativo;

d) melhorar a troca de conhecimentos e a comercialização de biocombustíveis sustentáveis;

e) garantir maior acesso a alimentos em níveis nacional e internacional, por meio de políticas apropriadas e do bom funcionamento de sistemas de distribuição, principalmente para os pobres e para as pessoas mais vulneráveis em países em desenvolvimento;

f) compartilhar as melhores práticas na operação de programas públicos de distribuição bem-sucedidos; e

g) prover os países em desenvolvimento com meios financeiros e tecnológicos para implementar por completo medidas de adaptação para minimizar os impactos adversos da mudança do clima na segurança alimentar.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA AO CAZAQUISTÃO
- ASTANA, 17 DE JUNHO DE 2009 -
DECLARAÇÃO CONJUNTA
17/06/2009

Em 17 de junho de 2009, a convite do Presidente Nursultan Nazarbayev, o

Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, realizou visita oficial ao Cazaquistão.

Durante reunião, os Chefes de Estado passaram em revista o amplo leque de questões de interesse mútuo e compartilharam suas visões sobre as perspectivas de cooperação entre a República do Cazaquistão e a República Federativa do Brasil.

Com base na aspiração comum de ampliar a parceria entre os dois países, mediante o desenvolvimento de ampla cooperação, os Chefes de Estado:

1. Enfatizaram a dinâmica positiva do desenvolvimento das relações bilaterais, as coincidências de posições quanto à solução de questões de segurança regional e global, bem como às questões contemporâneas da política internacional.

2. Mencionaram o crescimento do papel político e econômico de ambos os países no marco das organizações regionais e internacionais, e reiteraram o compromisso de aperfeiçoar suas atividades. Neste contexto, os Chefes de Estado confirmaram suas posições no sentido de reformar o Conselho de Segurança das Nações Unidas, a fim de assegurar maior participação dos países em desenvolvimento como membros permanentes e não permanentes e a permitir que o órgão se torne mais legítimo e eficaz. O Brasil agradeceu, mais uma vez, o apoio do Cazaquistão à aspiração brasileira a um assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas ampliado.

3. Reafirmaram a importância de iniciativas internacionais nos campos do desarmamento, não proliferação e de resolução pacífica de controvérsias. Concordaram que os avanços em direção à não proliferação de armas de destruição em massa devem ser acompanhados de passos consistentes em direção ao desarmamento, sobretudo o nuclear. O Brasil congratulou, mais uma vez, o Cazaquistão pela assinatura,

com a República Quirguiz, o Tadjiquistão, o Turcomenistão e o Uzbequistão, do Acordo que cria a “Zona Livre de Armas Nucleares na Ásia Central”, em vigor desde março passado.

4. Apoiaram o fortalecimento do sistema multilateral de comércio, no entendimento de que a garantia de um comércio livre e equilibrado é essencial para o desenvolvimento e para o combate à pobreza.

5. Discutiram a agenda bilateral, demonstraram satisfação com os avanços recentes e reconheceram a importância da pronta conclusão das negociações em curso de atos bilaterais.

6. Manifestaram intenção de criar condições favoráveis para maior desenvolvimento das relações entre os meios empresariais de ambos os países, aumentar a cooperação econômica e comercial e os investimentos. Neste contexto, sublinharam a importância das missões da EMBRAPA e da Agência Brasileira de Cooperação ao Cazaquistão.

7. Expressaram satisfação com a recente evolução das negociações entre a EMBRAER e o Ministério dos Transportes e Comunicações cazaque, e saudaram a próxima visita de delegação brasileira, composta de representantes dos setores de mineração, companhias de aviação civil, bancos e da indústria alimentar, ao Cazaquistão, em setembro deste ano.

8. Manifestaram satisfação pelo frutífero diálogo e instruíram seus governos a estabelecer, este ano, Comissão Intergovernamental sobre Comércio e Cooperação Econômica, e a manter contatos que favoreçam o crescente adensamento das relações entre os dois países.

9. Mencionaram a necessidade de desenvolver a cooperação nas esferas cultural, científica, educacional e desportiva, expressaram satisfação com a experiência bem sucedida na formação de jovens atletas

do Cazaquistão no Brasil e reconheceram a importância de finalizar o projeto do Centro Cultural em Astana elaborado pelo famoso arquiteto Oscar Niemeyer.

10. Sublinharam a importância do aprofundamento das relações entre Brasil e Cazaquistão, e de prosseguir o diálogo no mais alto nível, bem como as consultas entre os Ministérios de Relações Exteriores, outros órgãos estatais e organizações públicas.

Feito em Astana, 17 de junho de 2009.

ELEIÇÃO PARA O CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO DA OIT
19/06/2009

A Representante Permanente do Brasil junto à ONU em Genebra, Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo, foi eleita hoje, 19 de junho, Presidente do Conselho de Administração da Organização Internacional de Trabalho (OIT), para o período 2009-2010. Ao longo dos 90 anos de história da OIT, trata-se da terceira mulher a presidir o órgão. Antes da Embaixadora Farani Azevêdo, três outros brasileiros ocuparam a Presidência do Conselho: Julio A. Barboza Carneiro (1958-1959), Mozart Victor Russomano (1987-1988) e o Ministro Celso Amorim (2000-2001).

O Conselho de Administração é o órgão executivo da OIT, responsável, entre outros temas, pela definição das políticas da Organização, pela elaboração da agenda da Conferência Internacional do Trabalho e pela discussão e adoção do orçamento da OIT.

Em seu discurso de posse, a Representante Permanente do Brasil recordou a recente participação do Presidente Lula na Cúpula sobre a Crise Global de Empregos e a importância do papel da OIT no combate ao

preconceito contra trabalhadores migrantes, na luta contra o trabalho forçado e na busca da eliminação do trabalho infantil. Sublinhou, ainda, o fato de que os efeitos da atual crise são sentidos de forma mais intensa no mundo em desenvolvimento e a centralidade da promoção do emprego digno e decente nas discussões sobre a retomada do crescimento.

VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTE
DAS FILIPINAS, GLORIA MACAPAGAL
ARROYO, 22 A 25 DE JUNHO DE 2009
23/06/2009

A Presidente das Filipinas, Gloria Macapagal Arroyo, realiza, de 22 a 25 de junho, visita de Estado ao Brasil, acompanhada dos Ministros de Relações Exteriores, Agricultura, Comércio, Energia, Desenvolvimento Social e Imprensa, além da Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado daquele país.

No dia 24, em Brasília, a Presidente Gloria Macapagal Arroyo será recebida pelo Presidente Lula e pelos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal. Manterá encontro com o Ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social, que lhe exporá as políticas brasileiras de inclusão social, e com a direção da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), que lhe apresentará a experiência brasileira na utilização do etanol.

Durante a visita da Presidente filipina, serão firmados diversos atos bilaterais, com destaque para as áreas de cooperação agrícola, de bioenergia, de pesquisa agropecuária e de cooperação comercial.

A programação da Presidente Gloria Arroyo inclui passagem pelo Recife, ocorrida no dia 22, quando foi recebida pelo Governador Eduardo Campos, e pelo Rio de Janeiro, onde,

no dia 25, será homenageada com almoço pelo Governador Sérgio Cabral e pelo Prefeito Eduardo Paes.

A corrente de comércio entre o Brasil e as Filipinas superou, em 2008, a cifra de um bilhão de dólares. A empresa filipina TECON opera terminal no Porto de Suape e a Vale conta com sucursal em Manila.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
A PARIS E NOVA YORK,
23 A 26 DE JUNHO DE 2009
23/06/2009

O Ministro Celso Amorim viajará a Paris entre os dias 23 e 25 de junho corrente para participar da Reunião Ministerial do Conselho da OCDE e de encontros relacionados às negociações da Rodada Doha, da OMC.

No dia 24, participará como convidado de honra do café-da-manhã oferecido pelo Instituto Francês de Relações Internacionais (IFRI) sobre o tema “O Brasil e a Nova Ordem Mundial”. Em seguida, manterá encontros com o Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), Ron Kirk; com a Comissária Europeia para o Comércio, Catherine Ashton; e com o Ministro do Comércio da África do Sul, Rob Davies, entre outros.

No dia 25, o Ministro Celso Amorim manterá encontros com os ministros do Comércio da Índia, da África do Sul e da China. Em seguida, participará da sessão sobre comércio internacional da Reunião Ministerial do Conselho da OCDE, intitulada “Keeping Markets Open for Trade and Investment”.

Na tarde desse mesmo dia, terá encontro com o Ministro do Comércio da Austrália, Simon Crean, e participará de reunião informal de Ministros de Comércio, convocada pela Austrália, para discutir a Rodada Doha.

No dia 26, em Nova York, o Ministro

Celso Amorim participará da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Crise Econômica e Financeira Mundial e seus Impactos sobre o Desenvolvimento.

VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTE
DAS FILIPINAS, GLORIA MACAPAGAL-
ARROYO - BRASÍLIA, 24 DE JUNHO DE
2009 - DECLARAÇÃO CONJUNTA
24/06/2009

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Presidente da República das Filipinas, Gloria Macapagal-Arroyo, realizou visita de Estado à República Federativa do Brasil, de 22 a 25 de junho de 2009. Integraram sua comitiva o Ministro das Relações Exteriores, Alberto G. Romulo; o Ministro da Energia, Angelo T. Reyes; o Ministro da Agricultura, Arthur C. Yap; o Ministro do Comércio e Indústria, Peter B. Favila; a Ministra do Bem-Estar Social e Desenvolvimento, Esperanza Cabral; o Secretário de Imprensa da Presidência da República, Cerge M. Remonde; e a Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Senadora Miriam Defensor Santiago. Durante sua estada em Brasília, foi recebida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que a homenageou com almoço; pelo Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney; pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer; e pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes. A programação estendeu-se às cidades de Recife e Rio de Janeiro.

2. Durante a Visita de Estado, foram assinados os seguintes atos: Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Agricultura; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Bioenergia; Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Reforma Agrária; Acordo sobre

o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico; Memorando de Entendimento entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a “Philippine Agricultural Development and Commercial Corporation - PADCC”; Memorando de Entendimento entre a Confederação Nacional de Indústrias (CNI) e a “Philippine Chamber of Commerce and Industry - PCCI”, e “Comunicado Conjunto entre a Associação Brasileira de Criadores de Gado Girolando e o Ministério da Agricultura filipino, para a doação amostras de sêmen bovino da raça girolando às Filipinas.

3. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva externou sua grande satisfação com a visita da Presidente Gloria Macapagal-Arroyo, a primeira, em nível presidencial, na história das relações bilaterais.

4. Os dois Líderes compartilharam a expectativa otimista de que seja intensificada a troca de visitas entre altas autoridades e entre representantes de setores influentes das sociedades dos dois países. Nesse sentido, acordaram realizar, em 2010, a primeira reunião do mecanismo bilateral de Consultas e iniciar negociações em torno de instrumentos bilaterais de cooperação técnica e na área cultural.

5. Manifestaram a intenção de aumentar o comércio bilateral Brasil-Filipinas, que ultrapassou, em 2008, a marca de US\$ 1 bilhão. Assumiram, também, o compromisso de evitar, no campo comercial, o recurso a medidas protecionistas, tarifárias ou não tarifárias, assim como a subsídios. Concordaram em tomar medidas no sentido de facilitar o comércio bilateral em bens e serviços, particularmente em produtos e áreas de interesse de ambos os países.

6. Os dois Presidentes ressaltaram a importância que atribuem à superação das desigualdades sociais e recordaram a relevância das políticas de transferência de renda dos dois países, como parte de programa mais amplo de proteção social e de desenvolvimento. Expressaram apoio à cooperação entre instituições nacionais relevantes, no sentido de aumentar a eficácia das políticas públicas adotadas por ambos os países nesse domínio.

7. Dada a importância que o tema de inclusão social assumiu na cooperação internacional para o desenvolvimento, os Líderes reiteraram o compromisso com as Metas do Desenvolvimento do Milênio. Recordaram a decisão de apoiar a criação de uma instância no campo da reforma agrária, no âmbito da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), com o objetivo de contribuir para o fortalecimento dos pequenos produtores e agricultores.

8. Os Presidentes comprometeram-se a envidar os esforços necessários para a implementação do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Agricultura e do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Bioenergia, firmados durante a visita. Sublinharam os diversos benefícios mútuos que esses instrumentos podem produzir sobre áreas prioritárias da agenda bilateral, incluindo a facilitação do comércio bilateral de produtos agrícolas. Nesse contexto, registraram com satisfação o estabelecimento das instâncias de implementação previstas nos referidos instrumentos, assim como a doação, pela Associação Brasileira dos Criadores de Gado Girolando, de material genético, em apoio ao desenvolvimento da pecuária filipina.

9. Os dois Líderes reconheceram os papéis relevantes desempenhados pelo MERCOSUL e pela ASEAN, em favor da estabilidade e prosperidade de seus respectivos entornos regionais. Saudaram o processo de aproximação em nível ministerial entre os dois grupamentos, iniciado em Brasília, em novembro de 2008, que terá sequência na reunião de altos funcionários de Kuala Lumpur, prevista para agosto deste ano, e na reunião ministerial que terá lugar à margem da Assembléia Geral da ONU, em setembro vindouro.

10. Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Gloria Macapagal-Arroyo reafirmaram sua confiança no multilateralismo como meio de alcançar soluções efetivas, duradouras e legítimas para a crise que atualmente atinge o sistema financeiro global. Não obstante apreciarem os primeiros sinais de recuperação da economia mundial, os Líderes reforçaram os papéis fundamentais da ONU e de outros mecanismos multilaterais de cooperação para a reforma dos regimes regulatórios e institucionais do sistema financeiro global, que se faz necessária para fortalecer a regulação do setor financeiro e evitar os efeitos negativos da crise financeira sobre os países em desenvolvimento.

11. Acentuaram a importância que teria, para a recuperação da economia global, a conclusão, de forma equilibrada, da Rodada de Desenvolvimento de Doha de negociações comerciais da Organização Mundial do Comércio. Chamaram a atenção para a contribuição que os países em desenvolvimento podem prestar para o reordenamento da economia mundial. Enfatizaram, nesse sentido, a crescente relevância assumida pela cooperação Sul-Sul, em complemento à cooperação Sul-Norte. Também acentuaram

a necessidade da adoção de medidas para implementar os acordos alcançados na reunião do G-20 em Londres, em abril passado.

12. Coincidiram na necessidade de que os países em desenvolvimento mantenham posição coordenada na defesa dos avanços alcançados nas negociações relacionadas a saúde pública no âmbito do Acordo sobre Questões Comerciais Associadas aos Direitos de Propriedade Intelectual, na Organização Mundial do Comércio. Em particular, expressaram preocupação diante de certas restrições ao comércio de medicamentos genéricos.

13. Os Presidentes comprometeram-se a observar o princípio do desenvolvimento sustentável, o qual abrange as dimensões econômica, social e ambiental, em suas políticas nacionais de desenvolvimento. Demonstraram, também, a disposição de participar ativamente do esforço global de enfrentamento à mudança do clima, levando em consideração o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, bem como de promover o desenvolvimento sustentável das florestas e a conservação dos oceanos e áreas costeiras. Coincidiram em que ambos os países trabalhem juntos em favor de resultados positivos para as negociações em curso, na ONU, no âmbito da Convenção-Quadro sobre a Mudança do Clima.

14. Os Líderes concordaram em acelerar os esforços de ambos os Governos para desenvolver fontes alternativas de energia a partir de vários recursos disponíveis e renováveis, na promoção do desenvolvimento sustentável. Expressaram interesse em trocar experiências e conhecimentos em energias renováveis, tais como a hidrelétrica, biocombustíveis, geotérmica e solar, entre outras.

15. Expressaram seu compromisso com a promoção e a proteção dos direitos humanos em seus respectivos países, assim como na arena internacional. Ambos mencionaram que o Brasil e as Filipinas foram dois dos primeiros países que aproveitaram a oportunidade de submeter-se ao processo de Revisão Periódica Universal no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 2008. Reafirmaram a contínua defesa, por seus países, dos direitos humanos e do fortalecimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU, como o fórum mais importante para a discussão de questões relativas aos direitos humanos.

16. Reafirmaram o compromisso dos dois Governos com o processo de renovação da ONU, de forma a permitir o desenvolvimento de um multilateralismo mais eficiente e legítimo. Enfatizaram a necessidade de reforma do Conselho de Segurança, incluindo aumento da participação dos países em desenvolvimento nesse órgão.

17. A Presidente Gloria Macapagal-Arroyo manifestou o apoio das Filipinas à aspiração do Brasil em ocupar assento permanente em um Conselho de Segurança reformado. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressou seu profundo reconhecimento à Presidente Gloria Macapagal-Arroyo e também a agradeceu pelo filipino às candidaturas brasileiras a um assento não-permanente no Conselho de Segurança da ONU, no período de 2010-2011, e à Comissão do Serviço Público Internacional, as quais serão consideradas durante a 64ª Assembléia-Geral da ONU.

18. Os dois Presidentes acordaram o apoio recíproco à candidatura filipina ao Conselho Econômico e Social da ONU, no período 2010-2012, e à candidatura brasileira, para o período 2012-2014.

19. Manifestaram, também, o propósito de cooperar ativamente para o êxito da VIII Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação - TNP, em 2010, a ser presidida pelo Embaixador Libran N. Cabactulan, das Filipinas.

20. Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Gloria Macapagal-Arroyo concluíram a visita enaltecendo o contínuo avanço das relações Brasil-Filipinas sob suas Administrações e expressando a certeza de que a visita de Estado significou um passo histórico no sentido do desenvolvimento de uma relação moderna e progressivamente mais intensa entre os dois países.

REUNIÃO MINISTERIAL INFORMAL DO
IBAS - PARIS, 25 DE JUNHO DE 2009 -
DECLARAÇÃO CONJUNTA
25/06/2009

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Sua Excelência Celso Amorim, o Ministro do Comércio e da Indústria da Índia, Sua Excelência Anand Sharma, e o Ministro do Comércio e Indústria da África do Sul, Sua Excelência Rob Davies, encontraram-se hoje, 25 de junho de 2009, em Paris, à margem da Reunião Ministerial da OCDE.

Os Ministros do IBAS reafirmaram que as necessidades e aspirações dos países em desenvolvimento devem permanecer em primeiro plano na Agenda Doha para o Desenvolvimento. Nesse contexto, reiteraram seu comprometimento em alcançar um resultado ambicioso e equilibrado, que cumpra as promessas de desenvolvimento da Rodada.

Os Ministros observaram com preocupação que a OMC está prevendo para este ano a maior contração no comércio internacional desde a

Segunda Guerra Mundial. Enfatizaram que uma conclusão da Rodada de Doha que efetive o seu mandato desenvolvimentista poderia dar maior estímulo à recuperação econômica, principalmente nos países mais pobres.

Tornam-se imperativos a eliminação de todas as barreiras e um maior engajamento econômico global por meio do estabelecimento de um regime multilateral de comércio baseado em regras que seja justo, imparcial e que responda às aspirações legítimas dos países em desenvolvimento.

Reiteraram que a conclusão das negociações de modalidades com base nos textos de dezembro de 2008 continua sendo um objetivo importante e imediato. Reafirmaram que estão dispostos a intensificar o diálogo com todos os membros da OMC com vistas a encontrar soluções específicas para problemas pendentes.

Estas soluções devem respeitar o balanço geral invocado na Declaração de Doha e na Declaração Ministerial de Hong Kong. Neste estágio final das negociações, em meio ao pior panorama econômico desde a Grande Depressão da década de 1930, seria irracional e irreal supor que maiores concessões unilaterais venham a ser feitas por parte dos países em desenvolvimento, principalmente no contexto da corrente crise econômica. Mencionaram que a contribuição dos países em desenvolvimento à Agenda para o Desenvolvimento de Doha não encontra equivalente na história do sistema multilateral de comércio, até mesmo por parte dos países desenvolvidos.

Os Ministros do IBAS também destacaram que o diálogo renovado entre os Membros deve acontecer em um contexto multilateral inclusivo e transparente, já que compromissos individuais

afetam os interesses de todos os membros.

Os Ministros expressaram sua satisfação com os resultados concretos já alcançados por Índia, Brasil e África do Sul nos seis anos que se passaram desde a criação do Fórum de Diálogo IBAS. Receberam com satisfação a recente ratificação do Acordo de Comércio Mercosul-Índia e a assinatura do Acordo Mercosul-SACU. Observaram que as negociações SACU-Índia estão correndo satisfatoriamente.

Os Ministros estão convencidos de que a Quarta Cúpula do IBAS, a ser realizada em outubro de 2009, em Brasília, dará impulso adicional à sua cooperação trilateral. Eles também afirmaram o seu comprometimento em avaliar outras formas de fortalecer os laços econômicos Sul-Sul.

SITUAÇÃO EM HONDURAS

28/06/2009

O Governo brasileiro condena de forma veemente a ação militar que resultou na retirada do Presidente de Honduras, José Manuel Zelaya, do Palácio Presidencial em Tegucigalpa no dia de hoje e sua condução para fora do país.

Ações militares desse tipo configuram atentado à democracia e não condizem com o desenvolvimento político da região. Eventuais questões de ordem constitucional devem ser resolvidas de forma pacífica, pelo diálogo e no marco da institucionalidade democrática.

O Governo brasileiro solidariza-se com o povo hondurenho e conclama a que o Presidente Zelaya seja imediata e incondicionalmente reposto em suas funções.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva segue acompanhando a situação por meio

de contatos com outros Chefes de Estado e através de informações repassadas pelo Ministro Celso Amorim.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À LÍBIA PARA
PARTICIPAR DA CÚPULA DA UNIÃO
AFRICANA - SIRTE,
1º DE JULHO DE 2009
29/06/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva viajará à Líbia, em 1º de julho, para participar, como convidado de honra, da abertura da XIII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da União Africana (UA), a realizar-se na cidade de Sirte. O convite reflete o reconhecimento de que as relações entre o Brasil e a África se fortaleceram e se intensificaram no Governo do Presidente Lula.

Durante a visita, prevê-se a assinatura de três ajustes complementares ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a União Africana. O primeiro tem por objetivo estender a outros países da UA a experiência bem-sucedida da fazenda-modelo montada pelo Brasil no Mali, que já beneficia países como Benim, Burkina Faso, Chade e Mali. O segundo instrumento versa sobre desenvolvimento social, enquanto o terceiro trata de cooperação agrícola em áreas como capacitação de pequenos agricultores e técnicas de comercialização e acesso a mercados.

Com sede em Adis Abeba, capital da Etiópia, a União Africana foi criada em 2002, em substituição à antiga Organização da Unidade Africana (OUA). Sua presidência, rotativa, tem duração de um ano e é, atualmente,

exercida pela Líbia. A Comissão da União Africana, que funciona como o Secretariado da UA, é presidida por Jean Ping, do Gabão. A Cúpula da União Africana se reúne a cada semestre, alternadamente, em Adis Abeba e na capital de outro país africano.

Desde 2002, o comércio do Brasil com a África cresceu cinco vezes, tendo alcançado US\$ 26 bilhões no ano passado. Grandes empresas brasileiras, sobretudo do setor de construção civil e de energia, também estão presentes no continente. O Brasil conta, hoje, com 34 Embaixadas e dois Consulados-Gerais na África. Atualmente, estão sendo desenvolvidas na África algumas das principais iniciativas de cooperação Sul-Sul prestadas pelo Brasil, como o Escritório da Embrapa em Gana, o Escritório da Fiocruz e a fábrica de medicamentos anti-retrovirais em Moçambique, os Centros de Formação Profissional nos países de língua portuguesa e a fazenda-modelo de produção de algodão no Mali.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS
NA GUINÉ-BISSAU
29/06/2009

O Governo brasileiro saúda a realização, em 28 de junho, das eleições presidenciais na Guiné-Bissau, que transcorreram de forma pacífica e ordeira, conforme testemunho de observadores internacionais, entre os quais três representantes brasileiros integrantes de Missão de Observação Eleitoral da CPLP.

Em atenção a pedido formulado pelas autoridades bissauenses, encontra-se, desde 15 de junho, naquele país, missão técnica da Justiça Eleitoral brasileira para auxiliar no pleito.

A realização das eleições presidenciais antecipadas, conforme estabelecido pela Constituição da Guiné-Bissau, é etapa importante no processo de retomada da normalidade institucional do país, após o assassinato, em março deste ano, do Presidente João Bernardo Nino Vieira.

O Governo brasileiro tem a confiança de que a apuração continuará a ocorrer dentro da normalidade e de que as eleições contribuirão para o fortalecimento das instituições democráticas, a consolidação da paz e o processo de reconstrução nacional na Guiné-Bissau.

ARTIGOS

ARTIGO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, PUBLICADO NA EDIÇÃO ESPECIAL 527-A DA REVISTA “CARTA CAPITAL”, INTITULADO “INVESTINDO NO B DO BRIC”. 03/01/2009

Quando tomei posse no primeiro mandato em 2003, prometi acabar com a fome em meu país. Sob a bandeira do Fome Zero, coloquei a erradicação da Pobreza e a redução da desigualdade em primeiro plano na ação do governo. Estava convencido de que, sem lidar diretamente com estes dois males, seria impossível superar séculos de atraso econômico e agitação política.

Após quase seis anos, muito progresso foi feito. O número dos muito pobres no Brasil se reduziu à metade. A classe média está agora em maioria, 52% da população. Não há motivo para complacência. Muitos brasileiros ainda são incapazes de se sustentar com dignidade. Contudo, a resposta da sociedade brasileira para eliminar a privação social e econômica é uma indicação das profundas mudanças pelas quais o País está passando.

O Brasil nunca esteve em melhor posição para enfrentar os desafios adiante e está totalmente ciente de suas crescentes responsabilidades globais.

Os programas de etanol e biodiesel do Brasil são um marco de referência para as fontes de combustíveis alternativos e renováveis. As parcerias estabelecidas com países em desenvolvimento buscam reproduzir as

conquistas do Brasil, especialmente a redução de 675 milhões de toneladas na emissão de gases de efeito estufa, o 1 milhão de novos empregos criados e a drástica redução na dependência de combustíveis fósseis importados, procedentes de um número perigosamente pequeno de países produtores.

Tudo isso se consumou sem comprometer a segurança alimentar, que, ao contrário, foi beneficiada com a crescente produção agrícola. A escassez de alimentos ameaça prejudicar nossas conquistas na redução da pobreza mundial. O Brasil está expandindo a produção agrícola e reforça a posição como o segundo maior exportador de alimentos do mundo. Ao mesmo tempo, o ritmo de desmatamento na Amazônia se reduziu à metade, uma indicação de que a agroindústria moderna do Brasil não representa ameaça à floresta tropical

A reprodução na América Latina e na África de muitas iniciativas sociais brasileiras, incluindo o Fome Zero e os programas para HIV-Aids, é uma prova de que as Metas de Desenvolvimento do Milênio são alcançáveis a um custo relativamente baixo.

Para lidar com a mudança climática, a ação coletiva é o único caminho a ser tomado. O ponto de interrogação sobre a relevância

do G-8 e do Conselho de Segurança não reformado - sem mencionar as instituições de Bretton Woods - destaca que não é mais possível excluir as grandes economias emergentes do debate de questões de suprema importância para a agenda global.

Mais democracia nas tomadas de decisão internacionais é essencial se queremos encontrar respostas verdadeiramente eficazes para os desafios globais. A magnitude da atual crise financeira, por exemplo, exige uma resposta vigorosa das instituições multilaterais.

O Brasil permanece comprometido com a conclusão bem-sucedida da Rodada de Doha. Desejamos eliminar todas as barreiras ao comércio internacional que estrangulam o potencial produtivo de incontáveis países na Ásia, África e América Latina. Estive em contato direto com líderes de alguns dos principais países e acredito que ainda temos uma chance real de avançar nas questões relativamente menores que ainda estão em aberto.

O mundo industrializado deve tomar a liderança na redução da emissão de gases de efeito estufa e dar apoio para as nações em desenvolvimento fazer o mesmo, mas sem que precisem comprometer o crescimento doméstico. Similarmente, a

proteção da propriedade intelectual não pode ter prioridade sobre o imperativo ético de assegurar que as populações pobres tenham acesso a drogas que salvam vidas.

Implementar essa agenda exige um novo sistema internacional, mais regulamentado e transparente. Para esse fim, o Brasil uniuse à Índia e à África do Sul para formar a Ibsa, uma associação das três maiores democracias do sul do globo, com foco nos temas de cooperação e desenvolvimento. Também nos juntamos aos nossos vizinhos na formação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), que tem por objetivo fortalecer a integração regional e assegurar uma presença internacional mais forte para o nosso bloco. A Unasul está estruturando um plano de energia, um conselho de segurança e um banco de desenvolvimento.

Com essas iniciativas, vamos fortalecer o diálogo e melhorar os mecanismos exigidos para revigorar o multilateralismo. Mais que tudo, vamos fortalecer nossa capacidade de unir as mãos na construção de um futuro mais próspero, justo e pacífico para todos.

Obs.: Artigo publicado originalmente na edição especial *The World in 2009* da revista britânica *The Economist*

ARTIGO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM,
E DO MINISTRO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, SERGIO REZENDE,
INTITULADO “A COOPERAÇÃO BRASIL-CHINA NA ÁREA ESPACIAL”,
PUBLICADO NO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO”. 19/02/2009

Desde o restabelecimento das relações diplomáticas, em 1974, o Brasil e a China têm passado por um processo contínuo de aproximação, que ganhou nos últimos anos uma escala sem precedentes, em especial nas áreas de comércio e de ciência e tecnologia.

A troca de visitas de alto nível tem sido, ao mesmo tempo, um reflexo e um fator dessa intensificação das relações bilaterais. Receberemos no Brasil nesta semana o vice-presidente chinês, Xi Jinping. Em maio próximo, o presidente Lula deverá voltar à China, na sequência de uma série de visitas recíprocas realizadas por ele e pelo presidente Hu Jintao.

Foi nesse contexto de maior proximidade política que o comércio bilateral cresceu a um ritmo impressionante nos últimos anos. A corrente de comércio entre os dois países passou de US\$ 6,6 bilhões, em 2003, para US\$ 36,5 bilhões, em 2008, com um crescimento de mais de 550%, quando a expectativa dos dois governos era atingir o valor de US\$ 30 bilhões apenas em 2010. A China já é a segunda maior parceira individual do Brasil na área de comércio, depois dos EUA.

Os resultados também são expressivos em outros setores e, em particular, em ciência e tecnologia, área crucial para o desenvolvimento dos dois países. Na sequência de uma visita do então ministro Renato Archer a Pequim, em

1986, o Brasil e a China estabeleceram, dois anos depois, uma parceria para a construção, o lançamento e a operação dos satélites CBERS (sigla, em inglês, de Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres), que, ainda hoje, representa o maior projeto de cooperação conjunta na área de ciência e tecnologia entre países em desenvolvimento.

Ao romper com o padrão de propriedade individual de satélites de sensoriamento remoto, o programa CBERS permitiu aos dois países produzir dados e imagens de seus territórios a custo reduzido. O programa insere-se na estratégia de utilizar a tecnologia espacial como instrumento a serviço do desenvolvimento sustentável, pois é fonte de dados para a formulação de políticas públicas em áreas como monitoramento ambiental, desenvolvimento agrícola e planejamento urbano.

O CBERS é reconhecido como um dos principais programas de sensoriamento remoto do mundo. Brasil e China já lançaram os satélites CBERS-1, em 1999; CBERS-2, em 2003; CBERS-2B, em 2007; e devem lançar o CBERS-3, em 2011, e o CBERS-4, em 2014. Isso promove a inovação na indústria espacial brasileira e gera empregos em setor estratégico. O Brasil tem fornecido a estrutura mecânica dos satélites, o sistema de geração de energia e o sistema de coleta de dados e telecomunicações.

No último dia 15 de janeiro, após operar por mais de cinco anos (mais de duas vezes e meia o tempo inicialmente previsto), o satélite CBERS-2 encerrou os seus trabalhos. Nesse período, superou as expectativas ao gerar mais de 175 mil imagens que serviram para monitorar o ambiente e controlar desmatamentos, bem como avaliar o estado de áreas agrícolas e a ocupação de centros urbanos.

Sempre dispostos a compartilhar os benefícios sociais do sensoriamento remoto com o mundo em desenvolvimento, o Brasil e a China estenderam o acesso das imagens e dos dados aos seus parceiros. Com o CBERS-2, o Brasil tornou-se o maior distribuidor de imagens de satélite do mundo, fornecendo gratuitamente, pela internet, desde junho de 2004, mais de meio milhão de imagens para cerca de 20 mil usuários. A China também adota política similar e já distribuiu mais de 200 mil imagens.

Os países da América do Sul ao alcance das antenas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, em Cuiabá, são os mais beneficiados por essa política. Em 2007, o Brasil e a China decidiram fornecer as imagens do CBERS também aos países da África. Dessa forma, os governos e as organizações do continente africano podem monitorar desastres naturais, desmatamentos, ameaças à produção agrícola e riscos à saúde pública.

É essencial a manutenção de um programa espacial ágil e eficaz, voltado para o desenvolvimento do país e para a melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros. Os 20 anos bem vividos do CBERS, que celebramos desde 2008, e a sua continuidade com os próximos satélites são a certeza de que teremos mais avanços e benefícios para o Brasil, a China e os demais países em desenvolvimento nos próximos 20 anos.

ARTIGO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, PARA
O JORNAL “LE MONDE”, INTITULADO “A CRISE VISTA DO SUL”. 30/03/2009

Diferentemente das crises dos últimos 15 anos - a asiática, a mexicana ou a russa - a atual tempestade que se abateu sobre o planeta teve sua origem no centro da economia mundial, nos Estados Unidos.

Depois de contagiar a Europa e o Japão, a crise se espalhou, ameaçando os países “emergentes”, que vinham experimentando extraordinário crescimento e saudável equilíbrio macro-econômico.

Na América do Sul, os últimos dez anos foram marcados por forte processo de crescimento, com sensível melhoria social, sustentabilidade macro-econômica e redução da vulnerabilidade externa. Esse processo deu-se em um quadro de expansão e aprofundamento da democracia.

As aventuras de um capital financeiro descolado da produção, somadas à irresponsável desregulamentação dos mercados, conduziu o mundo a um impasse que nem mesmo seus causadores são hoje capazes de avaliar a profundidade.

A crise expôs os profundos equívocos de políticas econômicas apresentadas como infalíveis e a fragilidade dos organismos multilaterais de Bretton Woods. Mostrou a obsolescência dos instrumentos de governança global.

A elevação do G20 financeiro, antes um organismo técnico, à condição de instância de chefes de governo das principais economias

do mundo, é positiva. É importante, no entanto, que ele possa produzir soluções capazes de reverter os efeitos devastadores da crise e apontar no médio e longo prazos para uma profunda reformulação da economia internacional.

As expectativas em relação à reunião do G20 em Londres não podem ser frustradas. São necessárias respostas que criem condições para o relançamento da economia.

No rol dos problemas emergenciais vejo o restabelecimento do crédito e o combate ao protecionismo como temas centrais. A queda do comércio mundial e dos investimentos está ligada à escassez de liquidez no mundo. Ela penaliza os países emergentes. Cabe, assim, ao FMI irrigar a economia internacional, sobretudo os emergentes, para reverter, antes que seja tarde, a atual tendência recessiva.

Sei que não será fácil concluir a Rodada de Doha, que esteve prestes a ser concluída no ano passado. Em momentos de crise cresce o protecionismo, que eu tenho comparado a uma droga. Propicia euforia provisória, mas, nos médio e longo prazos, acaba por produzir profunda depressão, com sinistras conseqüências sociais e políticas, como nos mostra a história do século XX.

Precisamos democratizar o FMI e o Banco Mundial. Essas instituições, no passado pródigas em dar lições aos países pobres e em desenvolvimento, foram incapazes de

prever e controlar a desordem financeira que se anunciava.

Outro tema central é o fim dos paraísos fiscais, essa eficiente retaguarda do narcotráfico, da corrupção, do crime organizado ou do terrorismo.

Desde quando os efeitos da crise se intensificaram, tenho mantido contatos com governantes de todo o mundo na busca de alternativas. Dessas conversas espero que sairá um conjunto de propostas capazes de dar uma resposta consistente à crise no G20 em Londres.

O Brasil fez nos últimos anos um enorme esforço de reconstrução econômica.

Adotamos políticas contra-cíclicas que nos tornaram menos vulneráveis à crise.

Nossos programas de transferência de renda, que beneficiam mais de 40 milhões de pessoas, se articulam com uma política de reforma agrária, salarial e de crédito que favorece os mais pobres e produziu uma considerável expansão do mercado interno.

O Plano de Aceleração do Crescimento investirá, até 2010, 270 bilhões de dólares na economia, revolucionando a infra-estrutura física, energética, e social do país.

Também contribuíram para o bom estado da economia brasileira nossas reservas cambiais, superiores a 200 bilhões de dólares. Somos internacionalmente credores líquidos. Nossa dívida pública representa 36% do PIB.

Nosso sistema bancário é sólido. Os bancos estatais, responsáveis por mais de 40% do crédito, asseguram ao Estado condições de regulação da economia e de indução do desenvolvimento.

Não me canso de repetir que é chegada a hora da política e de restabelecer o papel do Estado. Os governantes têm de assumir as responsabilidades que lhes conferiu a sociedade. É importante salvar bancos ou seguradoras, para proteger depósitos e a previdência social. Mas é mais importante proteger empregos e estimular a produção.

Mais do que uma grave crise econômica, estamos diante de uma crise de civilização. Ela exigirá novos paradigmas, novos padrões de consumo e novas formas de organização da produção. Precisamos de uma sociedade onde homens e mulheres sejam sujeitos de sua história e não vítimas da irracionalidade que imperou nos últimos anos.

ARTIGO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, INTITULADO “O BRASIL E A OIT”, PUBLICADO NO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO”. 14/06/2009

A ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho (OIT) é a primeira organização do que viria a ser conhecido como sistema ONU. Fundada em 1919, anterior, portanto, às Nações Unidas, a OIT também se diferencia por sua estrutura de representação tripartite. Ao contrário do que acontece na grande maioria das organizações internacionais, estão representados na OIT não somente os Estados nacionais, mas também os trabalhadores e os empregadores.

O governo do presidente Lula acredita que a ordem internacional deve ser regida por normas e que essas normas são legítimas quando construídas no âmbito multilateral.

No que se refere à regulamentação de padrões trabalhistas globais e à proteção do trabalho, a OIT é o fórum mais legítimo e adequado. O Brasil reconheceu, desde sua criação, o importante papel que a organização poderia desempenhar. Foi um de seus fundadores e é um dos membros permanentes de seu Conselho de Administração -instância executiva da OIT.

Nosso comprometimento com a adoção de padrões mínimos de trabalho se reflete no fato de que o Brasil é um dos membros que mais ratificaram normas criadas pela OIT. Das 188 convenções aprovadas, 80 foram ratificadas pelo país. Das 8 consideradas fundamentais, o Brasil já ratificou 7.

Uma das primeiras visitas ao exterior do presidente Lula foi à 91ª Conferência Internacional do Trabalho, em junho de 2003. Foi o primeiro discurso do mandatário brasileiro perante um órgão das Nações Unidas depois de assumir a Presidência da República. Como o próprio presidente Lula afirmou à ocasião, a agenda da organização se confunde com a sua agenda pessoal e política.

Por ocasião do 90º aniversário da Organização Internacional do Trabalho, no próximo dia 15, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estará presente na Conferência Internacional do Trabalho. A visita não será carente de simbolismo: o primeiro operário eleito presidente da República do Brasil prestigiará os 90 anos da organização que se dedica a melhorar a vida dos trabalhadores.

O regresso será também ocasião de especial significado para mim, uma vez que tive a oportunidade, entre 2000 e 2001, quando era representante permanente do Brasil em Genebra, de presidir o Conselho de Administração da entidade.

Além disso, assinei dois importantes acordos com a OIT em nome do governo brasileiro.

O primeiro deles, que visa a implementar o Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil, possibilitou ao Brasil ser não somente país receptor, mas também

doador de recursos para projetos no âmbito da cooperação Sul-Sul em países africanos de língua portuguesa e no Haiti.

Em março último, assinei ajuste complementar para estender a cooperação técnica a nossos vizinhos latino-americanos e caribenhos e a outros países do continente africano para a promoção do trabalho decente.

O conceito de trabalho decente é o principal eixo de atuação da OIT. Por trabalho decente, entende-se a modalidade de trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem dele.

O Brasil assumiu compromisso com a promoção do conceito a partir de junho de 2003, com a assinatura do memorando de entendimento que permitiu o lançamento da Agenda Nacional de Trabalho Decente. Há visível interseção entre os valores que

orientam a ação da OIT e aqueles defendidos pela política externa do presidente Lula.

A crise financeira pela qual estamos passando demonstrou o fracasso do modelo em que a atividade especulativa se sobrepõe às atividades produtivas. A OIT já vem desempenhando papel fundamental na proteção do trabalho no atual cenário de contração econômica e de redução do nível de empregos. Com a possibilidade de perda de 50 milhões de empregos e do aumento de 200 milhões de trabalhadores pobres no mundo, a OIT terá um papel essencial a desempenhar.

Faz parte das prioridades da diplomacia brasileira do governo do presidente Lula a luta pela promoção do crescimento econômico com justiça social também no plano internacional. A visita do presidente da República à conferência nos próximos dias é um exemplo desse comprometimento do Brasil e do próprio presidente Lula com a Agenda Global de Trabalho Decente.

ARTIGO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM,
INTITULADO “EM ECATERIMBURGO, OS BRIC ATINGEM SUA MAIORIDADE”,
PUBLICADO NO DIÁRIO “VALOR ECONÔMICO”. 16/06/2009

Grupo se destaca porque as quatro economias mostram crescimento robusto

Nós nos destacamos nos últimos anos porque nossas quatro economias têm mostrado crescimento robusto

A cidade de Ecaterimburgo, na Rússia, recebe hoje os líderes de Brasil, Rússia, Índia e China - os chamados Bric -, que realizam seu primeiro encontro.

Essa reunião celebra mais que apenas a primeira cúpula dos Bric. Ela marca uma profunda mudança na maneira pela qual nossos países se engajam em um mundo que experimenta profundas mudanças.

Em Ecaterimburgo, selaremos um compromisso que objetiva trazer novas respostas a velhos problemas e oferecer uma liderança corajosa para enfrentarmos a inércia e a indecisão.

Afinal, o mundo enfrenta hoje desafios de grande complexidade, mas que exigem respostas urgentes. Estamos diante de ameaças que nos afetam a todos - para as quais alguns muito contribuíram, enquanto outros se veem na posição de vítimas inocentes de suas consequências.

Mas vivemos entre paradigmas superados e instituições multilaterais desacreditadas. A atual crise econômica apenas aumenta um sentimento crescente de perplexidade e impotência diante da mudança do clima e do risco de escassez mundial de alimentos e

energia. Claramente, a sociedade moderna precisa repensar um sistema que, de forma acintosa, fomenta o desperdício dos recursos naturais e finitos da Terra, ao mesmo tempo que condena bilhões de pessoas à pobreza e ao desespero.

Essa é a razão pela qual, na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2008, eu afirmei que “é a hora da política”. Chegou a hora de fazermos escolhas difíceis e de enfrentarmos responsabilidades coletivas.

Estarão os países ricos dispostos a aceitar supervisão supranacional e o controle do sistema financeiro internacional, de maneira a evitar o risco de outra crise econômica?

Estarão dispostos a ceder seu controle sobre as tomadas de decisão no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional (FMI)?

Concordarão em cobrir os custos da adaptação tecnológica para que as pessoas nos países em desenvolvimento possam se beneficiar dos progressos científicos sem ameaçar o meio ambiente global?

Eliminarão os subsídios protecionistas que tornam inviável a agricultura moderna em muitos países em desenvolvimento, ao deixar agricultores pobres à mercê de especuladores e doadores generosos?

Essas são as questões que os Bric querem ver respondidas.

É por isso que cobramos, durante a recente reunião do G-20, em Londres, que

os países desenvolvidos comprometam-se com a reforma do sistema de votação e de cotas das instituições do sistema de Bretton Woods. Apenas assim a voz dos países em desenvolvimento será ouvida. Obtivemos também um compromisso de que será estabelecido um fundo que proverá apoio financeiro eficiente e rápido - livre de dogmas neoliberais - a países afetados por uma repentina queda em suas exportações ou pelo encolhimento do crédito.

Esse é apenas o primeiro passo de uma revisão nos fundamentos das políticas que gostaríamos de ver avançar na próxima reunião do G-20. Faremos todos os esforços para levar a Rodada de Desenvolvimento de Doha a uma conclusão rápida e equilibrada.

É igualmente urgente renovar as Nações Unidas, se queremos que as instituições multilaterais recuperem relevância. Postergar reformas, especialmente a do Conselho de Segurança, apenas servirá para erodir ainda mais a autoridade das instituições internacionais.

Em 2004, patrocinei o Plano de Ação contra a Fome da ONU. Fiquei contente ao saber que a segurança alimentar estará na agenda de Ecaterimburgo.

Essas iniciativas demonstram que os Bric são mais que um grupo de países

grandes, unidos apenas pelo tamanho de suas economias, vastidão de seus recursos naturais e vontade de projetar seus valores e interesses.

Nós nos destacamos nos últimos anos porque nossas quatro economias têm mostrado crescimento robusto. O comércio entre nós cresceu 500% desde 2003. Isso ajuda a explicar porque hoje geramos 65% do crescimento global, o que faz dos Bric a principal esperança para uma rápida recuperação da recessão global.

Isso gera redobradas expectativas sobre os nossos quatro países, para que exerçam liderança responsável com o objetivo de reconstruir a governança global e o crescimento sustentado para todos. Trata-se de um desafio que, tenho certeza, todos aceitaremos. Digo isso porque, ao longo de minha carreira política, e em função de minha experiência como sindicalista, aprendi uma lição básica: para ser efetivo, não é suficiente estar certo ou ter a justiça a seu lado. Ninguém falará pelos fracos e vulneráveis a não ser que eles próprios se unam. Para ter sua voz realmente ouvida, mas de uma posição de imperturbável convicção respaldada por nosso peso político. Essa é uma tarefa e um compromisso que espero sejam assumidos pelos Bric em Ecaterimburgo.

ENTREVISTAS

ENTREVISTA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, À REVISTA “CAROS AMIGOS” - EDIÇÃO DE FEVEREIRO/2009. 01/02/2009

Entrevistadores: Beto Almeida, Carlos Setti, Mylton Severiano

O chanceler Celso Amorim recebeu Caros Amigos em seu gabinete, no primeiro andar do Palácio do Itamaraty. Há sete anos ele comanda a política exterior que pôs o Brasil em evidência no cenário mundial, mérito que ele diplomaticamente divide com “o aprofundamento da democracia, da estabilidade, do crescimento”. De forma igualmente diplomática, renovou a condenação a Israel pela agressão a Gaza e defendeu a posição de Lula em sua “opção preferencial pelos pobres”.

“Solidariedade é a melhor forma de defender o interesse nacional”

MYLTON SEVERIANO: Ministro, as oposições carimbam o governo como continuação do que vinha, ou principalmente como a mesma coisa. Na sua área, qual a diferença entre o que vinha e o atual governo?

AMORIM: Bem, vamos começar pelos resultados. Basta olhar a presença que o Brasil tem hoje no mundo pra ver as diferenças. Claro que se deve a um aprofundamento da

democracia, à estabilidade, ao crescimento, mas também à ação diplomática. E essa ação se caracterizou primeiro por não ficar sempre olhando num único eixo, Estados Unidos ou União Européia, que são importantes, continuamos a trabalhar - aliás, nesse governo é que se fez a parceria estratégica entre Brasil e União Européia. Mas passamos a ter visão mais ampla. A dar ênfase não apenas no discurso, mas nas ações, à América Latina. A reabrir diálogo com a África, os países árabes, alguns outros grandes em desenvolvimento, como Índia e China. E isso teve resultados. Cerca de 57% de nossas exportações vão para países em desenvolvimento, quando era quase o contrário. Até pior. E fizemos isso com comércio crescente. Então temos uma inserção internacional que até nos credencia mais no diálogo com os países também ricos. Até neste momento, em que o presidente Obama toma posse, e em que obviamente a relação com os Estados Unidos volta ao centro das discussões, vejo o interesse já demonstrado por várias declarações, sinais ao Brasil. E creio que isso tem muito a ver com nossa política independente, não-confrontacionista, ao mesmo tempo sem pedir licença para fazer as coisas.

Muitas coisas que o Brasil fez acabaram sendo seguidas. O presidente esteve na Síria e na Líbia. Foi criticado, sobretudo pela mídia brasileira. Aliás, unicamente pela mídia brasileira. Até como se fosse uma heresia por causa da Líbia - uns quatro meses depois foi o Aznar, depois foi o Tony Blair. A própria secretária de Estado americana nunca chegou a ir, mas me lembro de uma conversa que tive com ela. Nós estávamos na Granja do Torto. Falei: “Vou te contar uma história de um lugar aonde você provavelmente não vai, a tenda do Khadafi.” “Ah, posso ir lá antes do que você pensa.” Na realidade não foi, mas isso mostra a distensão da relação entre eles. E a Síria, sempre achamos que, além do interesse do Brasil, há os laços humanos, sempre achamos que a Síria era um interlocutor importante no Oriente Médio.

MYLTON SEVERIANO: Nunca tínhamos ido lá?

AMORIM: Creio que não, o presidente não. Mas digo, criticaram a Síria e a Líbia. E a Síria agora você vê: todos estão indo, porque sabem que não precisa concordar com o outro lado para ter um diálogo. Claro que a América do Sul sempre fez parte das nossas prioridades. A questão é da ênfase, da determinação. Então, o presidente Lula recebeu todos os presidentes da América do Sul no primeiro ano de mandato, e visitou todos os países, pelo menos uma vez e em alguns mais de uma vez, em dois anos de mandato. Além das iniciativas para reforçar o Mercosul, criar o Fundo de Compensação, para a iniciativa que resultou na Unasul. Isso é politicamente importante, reconhecido por todos, e também comercialmente, esses países compram do Brasil, e compram manufaturas, e tem muitos investimentos brasileiros lá. Então já estou apontando uma grande diferença, que muitas vezes não é apenas no discurso...

MYLTON SEVERIANO: Na atitude.

AMORIM: Atitude. Tivemos excelente relação com os Estados Unidos, mas não deixamos de criticar, com veemência inclusive, a invasão do Iraque. Não ficamos pedindo licença, também, quando o presidente foi à Síria na primeira vez e depois eu fui. Pro Irã, nós não ficamos pedindo licença a ninguém pra fazer...

MYLTON SEVERIANO: Mas existia antes uma espécie de pedido de licença?

AMORIM: Pedido, não: as pessoas procuram ler os sinais. Muitas vezes a autocensura é pior do que a censura.

BETO ALMEIDA: Um sinal é quando um chanceler tira o sapato ao entrar na alfândega americana.

AMORIM: Não vou comentar meu antecessor. Tenho intelectualmente respeito por ele, embora discordemos sobre muitas coisas.

CARLOS SETTI: Essas mudanças apontadas são em função apenas de uma política de governo, ou porque o Brasil passou a ser um ator importante no cenário internacional?

AMORIM: As duas coisas. Consolidação da democracia, estabilidade, crescimento, programas sociais do presidente Lula, tudo isso nos valoriza.

CARLOS SETTI: E são além-fronteiras.

AMORIM: Na Venezuela, na Bolívia, a China tem interesse em colaborar. Mas diria que além dessa consolidação você tem que ter uma atitude mais desassombrada. Fui ministro antes, do governo Itamar, fizemos uma política

externa correta. O comentário que se fazia (o governo Itamar durou dois anos e meio e só fiquei um ano e meio como ministro), não sobre aquele governo, mas em geral sobre o Brasil: que o Brasil não está jogando na liga dele, joga numa liga abaixo. Por quê? Porque tínhamos sido tímidos. Veja, agora mesmo fui ao Oriente Médio, e todos os ex-ministros se dedicaram a criticar como se estivesse indo além dos tamancos. Quando a maneira como o ministro das Relações Exteriores do Brasil foi recebido demonstra que, ao contrário, todos têm o maior interesse. Inclusive enquanto eu estava no Oriente Médio, ministros de outros países me ligaram, por interesse, entre outros o responsável pelas relações exteriores da Europa, Javier Solana. Estive em cinco países, todas as pessoas que eu quis ver eu vi, e algumas que eu não havia nem pedido, e não são pessoas fáceis, como o presidente Mubarak, do Egito. E todos eles dão enorme valor a isso. Isso mostra uma visão acanhada do Brasil nas críticas.

MYLTON SEVERIANO: As críticas em si?

AMORIM: As críticas. Uma visão de quem não acredita na nossa capacidade. No fundo, não quero falar especificamente dos ministros, respeito que estejam fazendo isso com independência de pensamento, mas essa visão, mesmo inconscientemente, acaba servindo aos interesses da dependência.

CARLOS SETTI: A manutenção da dependência.

AMORIM: Muitas vezes me perguntei: vou voltar ao Oriente Médio, gente, todo o mundo está ganhando, estamos aumentando o comércio com a África, América Latina, com os árabes e a Ásia. Também estamos aumentando com os Estados Unidos e a

Europa. Está todo o mundo ganhando. Por que criticam? É porque há interesses investidos na dependência do Brasil. Não querem a diversificação, preferem a dependência, porque ganham com essa dependência. Não é o exportador desse ou daquele produto que ganha com a dependência, mas há um grupo de intermediários (isso é uma coisa sociologicamente importante) que ganha com a dependência.

CARLOS SETTI: E a crise no Oriente Médio?

AMORIM: Eu diria o seguinte. Todas as pessoas com quem falei, não houve uma que não me ligasse de volta. Acabei de receber o telefonema do ministro britânico, David Milliband. Teve papel importante na aprovação do cessar-fogo, “olha, foi muito importante você ter ido”. O Brasil tem possibilidades de falar com vários atores, de maneira que outros não têm. Falei da Síria, porque acho um exemplo importante no contexto do Oriente Médio. Acho, sinceramente, que o presidente da Síria pode falar alguma coisa ao Brasil porque tem confiança, talvez não falaria para um ministro ocidental. Por quê? Porque o Brasil não tem um passado colonial. O Brasil é exemplo de convívio interno entre judeus e árabes. Temos boas relações com Israel também. Não ficamos marcados pelos conflitos da Guerra Fria. Então há uma disposição. E eu senti isso, tanto nos países árabes quanto em Israel. Quando o Brasil fez aqui aquela cúpula, dois ou três meses depois fui recebido em Israel pelo ministro Sharon. Terminamos a entrevista, ficamos mostrando fotografias de netos e coisas do gênero. Então, não vejo dificuldade, e o Brasil se credencia como interlocutor. Claro que não é o Brasil sozinho que vai dar uma solução, mas o somatório tem importância. Tive a chance de

dizer coisas à chanceler de Israel que acho que se somam a outras, e dizer num espírito de amizade.

CARLOS SETTI: O quê?

AMORIM: Disse várias coisas. Israel pode achar que está destruindo o Hamas, mas na realidade está minando a própria credibilidade da Autoridade Palestina. Está tornando mais difícil a vida dos líderes considerados moderados. E transmite também a ela a dificuldade, mesmo para países que têm boa relação com Israel, de defender. A gente defende Israel, mas chega um ponto... Defendemos dois Estados, vivendo lado a lado em segurança, mas Israel tem que nos ajudar pra que as posições radicais não prevaleçam. E ela própria disse uma coisa interessante: “Eu sei que nós temos que ajudar os nossos amigos a nos ajudar.” Mas o Brasil se tornou um ponto de confluência diplomático. As pessoas vêm ao Brasil, procuram o Brasil.

CARLOS SETTI: O senhor esteve no Irã, essas relações, sobretudo na questão nuclear, é possível ver pela imprensa posições dos organismos internacionais levantando algum tipo de intenção de tutela sobre o programa nuclear brasileiro.

AMORIM: Vamos distinguir. Sobre o programa nuclear brasileiro não pode pairar nenhuma dúvida. O próprio porta-voz da Casa Branca disse há uns dois anos, quando alguém fez essa comparação: “A diferença é a confiança.” Então no caso do Brasil não pode haver nenhuma dúvida. Vez por outra sempre surge alguém precisando de uma causa pra defender, como quando falam que precisa internacionalizar a Amazônia.

CARLOS SETTI: E a Defesa lançou uma nota recentemente, comentando...

AMORIM: Mas não creio que haja um movimento internacional que nos ameace, é claríssimo que nosso programa nuclear é de finalidade pacífica. Agora, o Irã. É um país sobre o qual o Brasil não pode ficar indiferente. Primeiro porque é um grande mercado. Esse ano caiu um pouco. No ano passado comprou quase dois bilhões de dólares do Brasil e não vendeu, praticamente nada, o petróleo que produzem não é exatamente o que a gente compra.

MYLTON SEVERIANO: O quê eles compram?

AMORIM: Tudo. Dois bilhões de dólares é muita coisa. Mas frangos, carnes, é um item forte. Temos que manter relações. Concordamos com tudo que os líderes iranianos dizem ou fazem? Não. É um país importante, setenta milhões de habitantes, uma cultura milenar. Eu fui lá. Muitos Estados que gozam das bênçãos das grandes potências não têm o dinamismo interno do Irã. Eu vi a irritação quando o segurança queria tirar o cidadão do lugar pra fazer passar um ministro estrangeiro. Eu vi muitas mulheres, ao contrário de outros países, dirigindo automóveis. Não vou dizer que lá é perfeito. Liberdade religiosa, temos feito algumas críticas. Agora, não chegamos ao ponto de condenar o Irã. Tem que ter o diálogo. Voltando à questão da não-proliferação. O Brasil é contra a proliferação. Agora, é preciso distinguir a questão da não-proliferação nuclear da questão do direito ao desenvolvimento da tecnologia nuclear para fins pacíficos. Como se chega a uma normalização? Por exemplo: o Conselho de

Segurança adotou sanções contra o Irã, e nós não somos favoráveis, mas uma vez que o Conselho de Segurança adotou, nós seguimos. Agora, nós não seguimos sanções unilaterais.

CARLOS SETTI: É inevitável falar de Barack Obama, representa uma mudança. O que o senhor acha que isso representa para o Brasil e para o mundo?

AMORIM: É um grande sinal de mudança, de que os Estados Unidos são um país aberto à mudança, aliás, é uma semelhança com o Brasil. Pra minha geração, que já era adulta quando da morte do Martin Luther King, é até espetacular. Acaba se refletindo nas relações com o Brasil, eu vejo no Obama, até no discurso, eu salientaria dois aspectos positivos. Primeiro, a ênfase no multilateralismo. Ele disse que os Estados Unidos têm muito poder, mas isso não quer dizer que estejam no direito de fazer o que querem. Muito interessante essa compreensão.

MYLTON SEVERIANO: Dizendo explicitamente.

AMORIM: No discurso de posse, importante. Segundo, acho interessante e tem uma afinidade com o pensamento do presidente Lula, ele diz que nós, que temos prosperidade (ainda que outros tenham prosperidade relativa), não podemos nos fechar aos mais pobres. Esse pensamento é o que o presidente Lula exprime, exprimiou em relação à América do Sul, quando estive na Bolívia, e tem expressado também em relação à África.

MYLTON SEVERIANO: O ponto de convergência também quando ele diz que a esperança venceu o medo.

AMORIM: Pois é, a mesma frase.

MYLTON SEVERIANO: Li o artigo de um brasileiro, fazendo uma crítica pela esquerda, de que o Brasil está assumindo um papel subimperialista na América do Sul, citando casos como da Bolívia, da Odebrecht no Equador, do Paraguai.

AMORIM: Mas subimperialista por quê? Até se fosse imperialista eu não concordaria, dava para entender, mas nós estamos defendendo interesses brasileiros. Nossa atitude é aberta. E veja, os próprios bolivianos disseram que nunca tiveram relação tão boa com o Brasil. Agora, não quer dizer que você vá fazer tudo que eles querem. Nem tudo que o Paraguai quer. Nem pode permitir, como no caso do Equador, que uma decisão tão delicada - não vou nem questionar o mérito último, mas questiono tenha sido tomada de maneira tão abrupta. E sem nunca ter havido uma conversa, anuncia como vitória que vai levar para a corte, cessar os pagamentos. O Equador, a posição básica não mudou, continua na corte, mas os pagamentos continuam sendo feitos. Então, vamos levando, são águas passadas.

BETO ALMEIDA: Como vai ficar a questão de Itaipu?

AMORIM: Temos que discutir, entender que esses países têm reivindicações que muitas vezes se dirigem contra as elites econômicas desses países e isso acaba se refletindo no Brasil, com tratados assinados em outras épocas. Temos que levar isso em conta, preservando o interesse fundamental do Brasil. Agora, tendo um pouco de compreensão. Porque aí sim, nós adotaríamos uma posição imperialista. Seria um tiro no pé. Com relação

à posição do Brasil no mundo, essas pessoas todas que são críticas olham muito pelo lado comercial. Tudo bem, acho importante. Mas acho que há vida além do comércio.

BETO ALMEIDA: Foi necessário um presidente que não lê espanhol para que o Brasil tornasse obrigatório o ensino do idioma, como é que isso se inscreve à margem da discussão comercial?

AMORIM: O Lula é um homem muito inteligente. Tem uma enorme percepção para a importância dos valores culturais. Valoriza a parte intelectual dos intercâmbios culturais, científicos. O número de universidades que ele tem patrocinado, a criação de escolas. Sempre, até durante a campanha, vai aos intelectuais.

CARLOS SETTI: A crítica à esquerda preocupa?

AMORIM: Não. Ela apenas ilustra que nossa política é baseada no interesse brasileiro, certa vi-são também de princípios como solidariedade, mas não pautada por visões ideológicas rígidas. O próprio presidente é um homem que tem o coração aberto para o povo, para os pobres. O Obama, por uma vivência mais próxima da pobreza mesmo. Interessante, ele não só é um negro, como passou parte da infância num país em desenvolvimento, a Indonésia, que também dará a ele uma percepção importante das relações internacionais. O presidente Lula é aberto para isso, como a Igreja dizia, opção preferencial pelos pobres, mas ao mesmo tempo é pragmático. Uma vez perguntaram a ele se era marxista-leninista, ele disse “eu sou torneiro mecânico”. A historinha faz muito sucesso entre meus interlocutores internacionais.

MYLTON SEVERIANO: No caso da agressão de Israel a Gaza, claro que não íamos fazer como Chávez e o Evo, que expulsaram os embaixadores israelenses, mas nossa posição não poderia ter sido um pouco mais firme na condenação?

AMORIM: Nossas notas são muito claras, inclusive seguem uma evolução. Na primeira, começaram os ataques, nós criticamos. Também havíamos criticado os ataques do Hamas, mas a partir do segundo episódio, quando começaram aquelas mortes mais evidentes, notas muito claras. Inclusive quando houve o bombardeio que atingiu um prédio da ONU nós convocamos o embaixador aqui para dizer que era inaceitável. Mas o Brasil não quer perder a interlocução. Se você der vazão a todas as emoções, você se incapacita para o exercício da diplomacia.

BETO ALMEIDA: E a questão do etanol, agora, com o Obama?

AMORIM: No próprio telefonema com o presidente Lula ele disse que o Brasil era um modelo de campo energético limpo. É uma área em que temos que fazer muitos acordos.

MYLTON SEVERIANO: E Cuba diante do novo presidente americano?

AMORIM: É a oportunidade para os EUA mostrar que têm uma política nova. Ouvimos o Raul Castro dizer, aqui no Brasil, que estaria disposto a conversar com o presidente Obama, onde quer que seja. Até comentei “acho que o Brasil seria um bom lugar”. Logicamente que não acontece da noite para o dia, e às vezes é até bom.

MYLTON SEVERIANO: Ministro, qual foi seu momento mais difícil e qual o de maior gratificação de sete anos para cá?

AMORIM: Olha, é difícil escolher um só. Por exemplo, quando assinamos aqui o tratado da Unasul, tínhamos a consciência que estávamos fazendo uma coisa histórica. Aquilo dependeu de passos anteriores, acordo de livre comércio entre a comunidade andina, Mercosul, muitas coisas. Foi uma coisa muito importante. Agora, houve outros momentos. A cúpula de Sauípe no final do ano [2008], reunindo pela primeira vez em 200 anos de vida independente todos os países da América Latina e do Caribe. Uma coisa extraordinária!

CARLOS SETTI: Convocação brasileira.

AMORIM: Convite brasileiro. Acho excelente a participação de Cuba, ajudou na confecção de documentos, uma voz moderada em alguns momentos. O México teve participação muito positiva, está começando também a perceber que, claro, ter boas relações com os EUA é ótimo. Mas tem que ter um equilíbrio. Não só político, mas também econômico. Então acho que estamos em bom caminho. Agora, sem um Mercosul consolidado e sem uma Unasul, você não teria tudo isso.

O momento mais difícil foi em julho, nas negociações da OMC, não foram adiante. Deixamos de concluir uma rodada por coisas muito pequenas. Faltou ousadia.

MYLTON SEVERIANO: De quem?

AMORIM: Ah, de vários, mas a maior potência do mundo deveria dar o exemplo. Mas tive outros momentos que, já que vocês

são da mídia, me incomodaram pessoalmente. Um deles foi quando teve aquele brasileiro no Iraque que, infelizmente, estava morto, recuperamos o corpo [havia sido sequestrado]. Vim para cá para tratar, sábado e domingo, e eu vi a mídia querendo aproveitar um episódio de profunda dor humana para querer criticar a política externa, o governo, eu falei “puxa vida, isso não é legal”.

MYLTON SEVERIANO: Mas qual o viés?

AMORIM: Era para criticar, “não estão dando proteção”, ou “está protegendo a empresa”. Senti quase que, digamos, o urubu procurando carniça. Aquilo realmente me incomodou. Deveríamos estar todos juntos para resolver. Nós fizemos tudo que era possível, a família reconheceu, sobretudo o pai. Eu menciono como um momento que não era político, e você fica meio constrangido com a alma humana.

CARLOS SETTI: O senhor é um dos poucos ministros que estão desde o primeiro dia. Não é uma gratificação?

AMORIM: Eu fico muito feliz. É uma grande honra. Quando o presidente Lula me convidou, do ponto de vista emocional, é o momento mais importante da minha vida.

CARLOS SETTI: Quando o senhor diz que prefere ser atacado pela direita, está dizendo que não há uma afinidade ideológica...

AMORIM: Eu nunca fui membro do PT, mas as lutas do PT, por um Brasil mais democrático, no aprofundamento da reforma social, a possibilidade de uma política externa ativa e ativa, é algo extremamente importante. E o convívio com o presidente Lula é enriquecedor,

gratificante, um homem que além de tudo tem uma grande compreensão humana.

CARLOS SETTI: Se os outros crescerem, nós...

AMORIM: Não é que se crescer, a gente vai vender, mas se amanhã você tiver que abrir mão de uma coisinha, para poder permitir que um país vizinho, irmão, olhe o Brasil como irmão, muitas coisas são responsáveis pelo novo papel do Brasil no exterior. No mundo, vamos dizer. Para o crescimento, aprofundamento da democracia, o governo Lula, o social, o combate à fome e etc. Tudo isso é admirado no mundo inteiro. Mas você ter uma região pacífica e contribuir para que ela continue pacífica, isso também nos ajudou muito.

CARLOS SETTI: A pretensão do Brasil de fazer parte permanente do conselho de segurança da ONU continua sendo uma prioridade?

AMORIM: Diria que não é um objetivo exclusivo, ou que deva se sobrepor a outros. Mas acho que a reforma no conselho de segurança, honestamente, é uma necessidade do próprio sistema internacional. Cadê a

credibilidade desse conselho? Tem que ter legitimidade internacional. A presença de um país como o Brasil, como a Índia, países africanos, ajuda essa legitimidade.

MYLTON SEVERIANO: Nós não falamos do Chávez. Parece que o Lula tinha uma grande aproximação com ele...

AMORIM: Mas continua tendo, encontra a cada três meses, oficialmente. O comércio com a Venezuela flui de forma espetacular, ao mesmo tempo o Brasil ajuda no desenvolvimento da Venezuela com a instalação da Embrapa, com o escritório da ABDI (agência de desenvolvimento industrial). Nunca ninguém pensou em ajudar a Venezuela. Era um país que ganhava o dinheiro do petróleo, ficava com uma elite, e o povo passando fome, nunca criava um desenvolvimento autônomo. A Venezuela tem que ter seu próprio desenvolvimento, não pode depender só do petróleo.

As pessoas acham erradamente que solidariedade e defesa do interesse nacional são contraditórios. Não são. A solidariedade é a melhor forma de você defender o interesse nacional no longo prazo. De maneira saudável. É isso que tem regido a política externa brasileira.

ENTREVISTA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO
PROGRAMA DE RÁDIO “CAFÉ COM O PRESIDENTE”. 06/4/2009

Luciano Seixas: Olá, você em todo o Brasil. Eu sou Luciano Seixas e começa agora o “Café com o Presidente”, o programa de rádio do Presidente Lula. Olá, Presidente, como vai, tudo bem?

Presidente: Tudo bem, Luciano.

Luciano Seixas: Presidente, os líderes das maiores economias do mundo se reuniram durante o G-20 para discutir saídas para a crise internacional. Que saídas são essas? Houve consenso para adotar medidas que atenuem os efeitos da crise no mundo?

Presidente: Houve consenso e, pela primeira vez, desde que eu sou Presidente da República, participo de uma reunião em que todos os Presidentes demonstraram muita maturidade para lidar com o problema da crise. Teve uma hora em que eu disse que os países emergentes não estavam precisando apenas de ajuda dos países ricos. O que nós queríamos era que os países ricos resolvessem as suas próprias crises para que a gente pudesse voltar à normalidade, porque este é o dado concreto. Você tem uma crise americana de grande profundidade, você tem uma crise europeia de grande profundidade, você tem uma crise asiática, e como esses países são os mais ricos, são os que têm mais crédito e são os maiores consumidores, na medida em

que a economia deles para, para a economia mundial. Há uma vontade política, há uma disposição extraordinária de todos para tentar resolver esse problema. Pela primeira vez eu vi os Presidentes todos preocupados em encontrar uma saída e o documento foi aprovado por consenso. Eu penso que foi um passo extremamente importante para que a gente possa começar, que os países que estão em piores situações possam voltar a crescer em 2010. A prioridade agora é estancar a crise. Estancando a crise você pode ter a possibilidade de fazer com que a economia dos países volte a crescer definitivamente.

Luciano Seixas: Presidente, qual a sua avaliação sobre o resultado desse encontro do G-20? Essas medidas vão, realmente, trazer resultados práticos, principalmente para os países mais atingidos pela crise?

Presidente: Eu acredito que sim. Primeiro, porque nós tomamos uma decisão de fortalecer as instituições multilaterais de financiamento, tipo FMI e Banco Mundial, para que essas instituições possam financiar os países emergentes. Os países mais pobres irão receber financiamento sem as condicionalidades que existiam na década de 80. Esse é um passo extremamente importante. Todo mundo também está convencido de que o crédito precisa voltar

a funcionar. Primeiro, internamente, em cada país; e depois externamente, para facilitar o fluxo da balança comercial dos países. Em terceiro lugar, todo mundo estava preocupado com o problema do desemprego, ou seja, todo mundo está entendendo que é preciso fazer com que a economia volte a gerar empregos.

Daí porque o Brasil está totalmente correto quando nós tomamos medidas anticíclicas e fazemos investimentos no PAC. Não vamos paralisar nenhuma obra, como já afirmamos no começo do ano. Anunciamos um programa habitacional, anunciamos um novo programa de redução de impostos para carros, para a construção civil. Se todos os países fizerem isso, nós temos uma grande possibilidade de ver o emprego voltar a acontecer na vida das pessoas. Uma coisa extremamente importante que aconteceu foi que se acertou que os líderes políticos vão começar a discutir a Rodada de Doha outra vez, que tinha parado no final do ano passado, porque todo mundo percebeu que se nós chegarmos a um acordo na Rodada de Doha, um acordo comercial, a gente vai poder possibilitar uma ajuda muito grande aos países mais pobres do mundo.

Luciano Seixas: Você está ouvindo o “Café com o Presidente”, o programa de rádio do Presidente Lula. Presidente, o senhor esteve em Doha, no Catar, na abertura da Segunda Cúpula América do Sul e Países Árabes. Qual foi a importância desse encontro?

Presidente: Esse tipo de reunião, Luciano, é muito importante porque, primeiro, é um estreitamento das relações entre dois blocos, dois continentes, ou seja, uma parte

do Oriente Médio e uma parte da América Latina se reunindo. Isso foi importante porque veja o que acontece quando você estabelece uma relação e começa a ter uma certa harmonia entre os Estados e entre os Chefes de Estado. Em 2004, nós tínhamos uma balança comercial com o mundo árabe de US\$ 8 bilhões. Hoje são US\$ 20 bilhões, só o Brasil. Se você pegar a América Latina, nós saímos de US\$ 11 para quase US\$ 30 bilhões, numa demonstração de que essas reuniões terminam sendo muito produtivas para as relações comerciais entre os países, além da afinidade política que você vai criando entre os Estados, entre os blocos. É muito importante.

Em agosto nós vamos ter uma reunião entre os países africanos e os países da América do Sul, em Caracas, para que a gente também possa aproximar esse continente africano com o continente sul-americano e fazer com que o comércio flua com maior rapidez entre os dois blocos, e isso faz com que todos nós nos tornemos menos dependentes dos blocos ricos. Por isso, eu fiquei muito satisfeito com a presença dos principais líderes dos países árabes, dos principais líderes da América do Sul. Foi um sinal extremamente importante de que nós estamos criando maturidade política para ampliar as relações comerciais, as relações políticas e as relações culturais da América do Sul, do Brasil, da América Latina com outros continentes.

Luciano Seixas: Muito obrigado, Presidente Lula. Até a próxima semana.

Presidente: Obrigado a você, Luciano, e até a próxima semana.

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL,
EMBAIXADOR CELSO AMORIM, AO JORNAL “CORREIO BRAZILIENSE”. 03/05/2009

Silvio Queiroz

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, não esconde muito o entusiasmo que sente pela facilidade com que se estabeleceu a química pessoal entre os presidentes Lula e Barack Obama - o chanceler só lamenta, discretamente, que reste apenas um ano e meio de mandato ao governo brasileiro. A intimidade maior com a nova administração americana fica evidente pela frequência com que Amorim se referiu, em entrevista para o Correio, às conversas recorrentes entre Washington e Brasília nesses 100 dias de Obama na Casa Branca. Foi em um desses encontros com a colega Hillary Clinton que o ministro se surpreendeu ao ouvir a secretária de Estado confessar que está, sim, interessada em ouvir conselhos do Brasil. “Você não ouvia isso antes”, comentou.

Essa nova atitude da diplomacia americana impressionou o chanceler, especialmente durante a Cúpula das Américas, realizada no mês passado em Trinidad e Tobago e dominada pelo tema da reintegração de Cuba ao sistema interamericano. Graças às boas relações que mantém com as duas partes - “dois países, à sua maneira, muito orgulhosos” -, o Brasil se colocou como pivô de um processo de distensão com alcance histórico. E esse não é o único imbróglio internacional em que o país passou a ser um ator observado com

atenção e interesse, inclusive por praticar uma política externa “desassombrada”. Ela estará novamente na vitrine nesta quarta, quando Brasília receberá a visita do polêmico presidente iraniano, Mahmud Ahmadinejad, sob pressões e queixas de Israel, que chegou a convocar o embaixador brasileiro no país para comunicar seu “desconforto”.

Amorim manobra em campos minados também internamente: ainda na última quinta-feira, foi ao Senado convencer a Comissão de Relações Exteriores a avançar com a tramitação do protocolo de ingresso da Venezuela no Mercosul, uma ampliação na qual está em jogo também o prestígio regional do governo Lula.

“Agora, os EUA nos pedem conselhos”

Chanceler brasileiro fala sobre as boas relações com o governo Obama, o papel do país na aproximação com Cuba e a determinação de dialogar de perto com o Irã

Jornal: A discussão no Congresso sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul é mais comercial ou política?

Amorim: Há as duas. Tem gente que diz que é preciso que eles sigam as regras do Mercosul, que haja um cronograma de desgravação, que se chegue a uma tarifa externa comum.

Agora, há uma compreensão de que nós precisamos avançar, e isso ficou claro no encontro que tive com o presidente Chávez (na semana passada). Na parte política, temos que levar em conta que estamos tratando com um país que pode não ter tudo do jeito que a gente gostaria, mas tem feito eleições frequentemente, todas com acompanhamento internacional, tem uma imprensa livre... Eu abri jornal lá e não tinha uma página que não fosse crítica ao governo Chávez. Agora, mesmo supondo que haja imperfeições, ou que haja riscos - vamos frisar o “supondo” - a proximidade é muito melhor que o isolamento. Essa Cúpula das Américas deixou isso claro. O presidente Lula tocou no assunto nas várias vezes em que estive com o presidente Obama, eu falei com a Hillary Clinton também sobre a importância do diálogo. Claro que não foi isso que resolveu, tem a atitude do presidente Obama, o jeito dele de ser, e a boa disposição que o Chávez revelou. Sei que eles se cumprimentaram cordialmente. E no discurso que o Chávez fez na plenária, ele terminou dizendo: “Quiero ser su amigo. I wanna be your friend”. Lembrei dos Beatles...

Jornal: Isso de que é melhor conversar vale também para Cuba?

Amorim: O Brasil tem uma relação boa com Cuba desde o governo Sarney, quando foram restabelecidas as relações. Elas se aprofundaram agora no governo do presidente Lula, com um comércio muito maior, presença de empresas brasileiras lá. Uma vez que eu fui lá, eu fiz um comentário de que o Brasil não quer ser o sócio número 2 nem número 3, quer ser o número 1. Agora, se os Estados Unidos abrirem rápido, vai ser difícil a gente ser o número 1. Mas, enfim, há um interesse nosso em participar desse processo de evolução natural, positiva, que eu acho

que Cuba está tendo na parte econômica. Essa também é a mensagem que nós transmitimos para os Estados Unidos. Mas são dois países adultos, ambos muito orgulhosos, não são países que necessariamente estejam pedindo intermediários. Quando a gente pode dar uma boa palavra, a gente dá. Como se faz entre amigos, mas sem dizer que nós somos intermediários, porque nem Cuba aceitaria, nem os Estados Unidos. E nem o Brasil faria.

Jornal: O Brasil está no centro desse processo de distensão que é uma história de 50 anos, tem participado de outros processos. O que significa estar conversando com Hillary, Obama, Raúl Castro?

Amorim: Isso quer dizer que o Brasil tem aumentado o seu peso nas relações internacionais. As pessoas aqui, principalmente a mídia - não é só a brasileira, já reparei que toda mídia faz isso com o próprio país -, sempre procuram diminuir, criticar. Quando eu fui ao Oriente Médio, diziam: “Ah, o Brasil quer o Oriente Médio porque quer uma vaga no Conselho de Segurança (das Nações Unidas)”. Meu Deus, não é assim. Quem primeiro nos pediu para aumentar a presença no Oriente Médio foram os palestinos. E nós sentimos essa receptividade, esse desejo. Eu me lembro aqui, conversando com a Condoleezza Rice - posso dizer isso, porque não é mais segredo. Na época, eles não tinham praticamente diálogo com a Síria, e nós dissemos: “Vocês não podem querer resolver o problema do Oriente Médio se não tiverem diálogo com um ator fundamental”. Agora, com o Brasil macroeconomicamente estável, tratando da sua maior mazela, que é a má distribuição de renda - não está perfeita, mas melhorou muito -, com crescimento econômico e com uma política externa que também é, eu diria, desassombrada... No governo Itamar Franco,

nós tivemos a ideia de fazer uma área de livre comércio sul-americana - hoje ela existe, na prática - e muita gente dizia: “Olha, vocês estão cutucando a onça com vara curta”. Eu sei que hoje o próprio Obama chama a Unasul para dialogar com ele. Quer dizer, tem gente que fica vendo assombração em toda parte, aí não dialoga, não sai de casa. Nós nunca defendemos políticas de confrontação, mas tivemos que criticar os Estados Unidos na invasão do Iraque, criticamos. Tivemos que ter uma negociação dura na Alca e na OMC, tivemos. Isso levou a algum rompimento? Nenhum.

Jornal: Essa ideia da assombração se aplica ao Irã, com a visita do presidente Ahmadinejad?

Amorim: Você tem que dialogar. Se você passar entre os 15, 20 países do mundo, o Irã tem que estar entre eles, como a Turquia, a Arábia Saudita, que o presidente também vai visitar agora - uns pela riqueza econômica, outros pela população, pela história. O Irã certamente tem história, população e riqueza econômica, temos que dialogar. Aliás, não é só o Brasil: o presidente Obama também quer dialogar. Agora, isso não nos impede de manifestar opinião. O Itamaraty emitiu uma nota, vocês todos publicaram, com a nossa opinião (censurando as declarações de Ahmadinejad sobre o Holocausto). Isso não vai nos impedir de cooperar nem de dizer o que pensamos.

Jornal: Foi coincidência que a visita só tenha desencantado agora que mudou o governo nos EUA?

Amorim: Coincidência... não sei dizer. Tinha uma vidente americana que dizia: “Eu não acredito em coincidências”, falava isso do Reagan. Não sei se é coincidência ou não, uma

coisa pode interferir na outra, mas a minha visita a Teerã foi antes do resultado da eleição nos Estados Unidos, e já era preparação para a visita do presidente, então não tem uma relação direta.

Jornal: Ficou evidente que a relação com o Obama ficou muito mais fácil até no nível pessoal com o presidente Lula. Dá pena de ter só mais um ano e meio com ele?

Amorim: Dá sempre pena de ter só mais um ano e meio... (risos) Mas dá para lançar as bases de um relacionamento, e tenho certeza de que o próximo governo vai continuar levando. O Lula tem naturalmente uma grande chance, com o carisma dele - não são só as posições, tem o carisma do presidente, a capacidade de comunicação. Ele é um homem de posições firmes. Eu sempre senti apoio dele em coisas como a Alca, quando criamos o G-20 e parecia que o mundo ia cair na nossa cabeça por não termos permitido a conclusão da Rodada de Doha. Mas ao mesmo tempo ele é um homem de conciliação e diálogo. Tudo isso que eu falei do Brasil ele simboliza, e não é à toa que a Newsweek faz uma matéria de capa dizendo que o Brasil é a potência engenhosa, habilidosa, que sabe fazer as coisas sem ter bomba atômica. Então, o presidente Lula tem uma boa chance pelo bom diálogo que ele criou com o Obama, até porque eles têm uma trajetória parecida, cada um com a sua característica, mas os dois vêm de setores da população oprimidos, por uma razão ou por outra, e ascenderam - no caso do Obama de maneira muito rápida. Mas tem uma diferença de idade e de experiência no cargo, então é até natural que o presidente Obama procure conversar com o presidente Lula, pedir opiniões. Eu tive uma conversa com a Hillary sobre uma determinada coisa e dei uma sugestão, aí eu mesmo percebi e

falei: “Mas eu não quero aqui dar conselho aos Estados Unidos”. Aí, ela disse: “Não, não, mas eu estou querendo conselhos!” Isso é uma coisa que você não ouvia. Todo mundo sabe que os Estados Unidos têm um poder muito maior que o Brasil, mas, enfim, nós temos talvez um *savoir faire* que também é parte da nossa força em potencial.

Jornal: Enquanto as negociações comerciais continuam travadas, o nosso futuro está no Ibas e na articulação dos Brics?

Amorim: Eu acho que, sem dúvida alguma, em grande parte. Os Brics começaram como uma coisa política, e agora os ministros da Fazenda se coordenam, levaram posições comuns ao FMI. Nós temos que encontrar mecanismos de cooperação para trabalharmos mais em conjunto, mas já temos. No caso do Ibas temos até uma estrutura montada, e eu acho que o Ibas é muito importante manter

como está, porque tem uma característica muito especial de serem três grandes democracias, cada uma em um continente, multiétnicas, multiculturais, por coincidência dois (Índia e África do Sul) estão tendo eleições agora.

Jornal: E o terceiro ano que vem...

Amorim: É, o terceiro no ano que vem. São países que estão num processo constante, são democracias vibrantes do mundo em desenvolvimento. E os Brics são as maiores economias emergentes, que têm também muitos interesses comuns. Não sou só eu que digo... eu pego as análises dos economistas, muitos dos quais nos criticaram veementemente porque não demos prioridade aos acordos com os EUA, com a União Europeia, e dizem agora que o Brasil sofreu menos com a crise econômica porque o comércio está diversificado.

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, À REVISTA “ISTO É DINHEIRO”. 04/05/2009

“Eu sou o assessor do cara”

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, comemora o momento histórico da política externa e diz que Lula e o Brasil serão ainda mais influentes no cenário global

Denize Bacoccina e Gustavo Gantois

Os comprimidos de omeprazol foram trocados pelo chá de camomila. Mas o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ainda mantém o hábito de dormir sempre que pode e comer pouco. É dessa forma que ele aguenta uma rotina pesada de viagens e missões nas quais representa não apenas o governo brasileiro, mas, muitas vezes, também, as posições de outros países em desenvolvimento. Desde o início de sua gestão, Amorim já visitou 167 países - vários mais de uma vez - totalizando 468 dias fora do Brasil. E isso sem contar as mais de 80 viagens nas quais acompanhou o presidente Lula.

Ele estima que tenha se ausentado de Brasília quase dois terços do tempo em que comanda o Itamaraty. Tamanho esforço, segundo ele, tem o seguinte saldo: hoje o Brasil participa como protagonista das principais discussões globais,

sejam políticas ou econômicas. “Quem diria, há seis anos, que os principais negociadores comerciais seriam Estados Unidos, União Europeia, Índia, China e Brasil?”, disse à dinheiro. “As oportunidades aparecem, mas se você ficar o dia inteiro trancado no quarto, nem as vê. E muito menos as aproveita.” Amorim tem plena consciência do que fala. Hoje, o Brasil integra o Mercosul, a Unasul, o G5, o G20 financeiro e o da OMC, que ajudou a criar; participa das reuniões do G8, além de integrar o Bric e o Ibas. As siglas diversas pouco importam no momento. Significam que o Brasil conseguiu um lugar ao sol na cena política internacional. “Mais que convidado, hoje, o Brasil é demandado”, diz Amorim.

Se no cenário interno o ministro ainda se irrita com algumas críticas, como as que apontam que o Brasil estaria se ligando demais aos países em desenvolvimento ou que há uma obsessiva ambição em pertencer ao conselho de segurança da ONU, ele se vinga no plano internacional. Nos últimos trinta dias, o Brasil foi tema de duas capas da edição internacional da Newsweek. Ambas exaltam a forma como o país conseguiu se destacar no tabuleiro mundial, citando o bom estado da economia, o diálogo franco travado entre o presidente Lula

e outros líderes e, claro, a força da diplomacia nacional. “Acho que nem se eu escrevesse seria tão favorável”, brinca Amorim. O fato é que o Itamaraty tem conseguido, com uma boa dose de paciência, atrair os vizinhos sul-americanos para a sua órbita. Sem contar as visitas junto ao presidente, Amorim viajou 51 vezes para os países da região. Algumas vezes para apagar incêndios, como é o caso mais comum com a Argentina, mas a grande maioria foi para manter o contato estreito iniciado na gestão Lula.

A intensidade e a diversidade das relações brasileiras ficam evidentes no calendário de visitas. Nesta quarta-feira 6, o presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad estará no Brasil. No dia seguinte, é a vez do presidente do Paraguai, Fernando Lugo. Às vezes, são várias no mesmo dia, como se pode ver nas bandeiras hasteadas em frente ao Itamaraty. “Outro dia tinha a bandeira do Irã ao lado da do Reino Unido”, conta Amorim. Ele já mandou instalar mais dois mastros desde o início do governo. O ritmo imposto à política externa, no entanto, não teria sobrevivido se não contasse com o engajamento pessoal do presidente Lula. “Somos pessoas com histórias de vida diferentes, mas temos uma afinidade de pensamento”, explica Amorim. Uma afinidade que é criticada por parte da diplomacia, que considera a política atual muito “de esquerda”. Nos corredores do palácio ouvem-se críticas à atenção excessiva a países em desenvolvimento, com abertura de embaixadas na África e no Oriente Médio.

Amorim não se importa. Diz que a crise mostrou que a diversificação está sendo boa para o Brasil, hoje menos dependente dos mercados centrais. A relação com os Estados Unidos, se já era boa no governo George W. Bush, ficou mais respeitosa com Barack

Obama. “Sem os Estados Unidos, é difícil fazer uma coisa global, mas eles perceberam que sozinhos também não fazem nada. Por isso, quando eles pedem sugestões acho que estão sendo sinceros”, afirma o chanceler. Na reunião do G 20, Obama chegou a referir-se ao presidente Lula como “o cara”. Se ele assim o é, quem será Celso Amorim? “sou o assessor do cara”, brinca. “Eu não sou o cara, mas o Brasil é o país. Não há conversa sem o Brasil.”

“A crise provou que nossa política externa foi bem-feita”

O ministro Celso Amorim analisou as relações do Brasil com os países do continente e com outros emergentes. Confira, a seguir, trechos de sua entrevista exclusiva à DINHEIRO:

Revista: O Brasil tem aparecido bastante no cenário internacional. O que mudou para que o País tivesse esse reconhecimento?

Amorim: Mudou o Brasil, pra começar. Mudou com a democracia, com a estabilização da economia e com a política externa. O presidente Lula teve uma disposição muito grande. Nos primeiros dois anos de governo ele visitou e recebeu todos os presidentes sul americanos. Quando criamos a Unasul, falavam que estávamos cutucando a onça com vara curta. Agora o presidente Barack Obama pediu uma reunião com o grupo. O presidente visitou 21 países da África. Agora, ele vai à China, Turquia e Arábia Saudita. É importante do ponto de vista econômico e comercial. E é curioso porque agora você lê conselhos que é o que já praticávamos ontem. Esse alinhamento sul-sul, alianças com países em desenvolvimento...

Revista: A crise, centrada nos países desenvolvidos, avalizou essa política?

Amorim: Nós preferíamos que não tivesse crise. Mas ela foi uma comprovação irrefutável de que essa política de diversificação foi bem-feita. Se tivéssemos feito os acordos de livre comércio na pressa, como muita gente queria que fizéssemos com os Estados Unidos e a União Europeia, teríamos problemas. Todos os países que fecharam acordos de livre comércio com eles tiveram seus déficits aumentados. Num momento de crise como esse, nossa vulnerabilidade externa seria bem maior.

Revista: A China é hoje o principal parceiro comercial. Ela será a salvação do Brasil?

Amorim: A China foi no mês passado, não sei se isso continua até o fim do ano. A salvação do Brasil é o Brasil. Temos um bom mercado interno. A distribuição de renda contribuiu para isso, as obras do PAC também. Agora, é claro que a recuperação da economia chinesa vai ajudar muito. Com a ênfase deles para o mercado interno, poderá até haver uma abertura maior para nossos produtos industriais.

Revista: O senhor fala que os próprios chineses reconhecem que o comércio está desequilibrado. É um discurso parecido com o nosso em relação à Argentina...

Amorim: A vida é assim, né? O comércio internacional não é um jogo de dois parceiros, mas de múltiplos parceiros. Então você não pode esperar que todos os intercâmbios sejam absolutamente equilibrados. Nem a Argentina pode esperar isso de nós e nem nós da China.

Revista: A relação dos Estados Unidos com o restante da América Latina mudou na Cúpula das Américas?

Amorim: Acho que os Estados Unidos entenderam que a América Latina não é um todo homogêneo. A palavra mais usada foi diversidade. Há um respeito mútuo. É claro que sempre há conflitos. Mas não há mais aquela postura “eu tenho razão e eu vou impô-la ao mundo”.

Revista: Nesta nova relação dos Estados Unidos com a região, como fica a posição do Brasil como intermediário?

Amorim: O Brasil sempre terá um peso importante na relação internacional. E parte do peso que tem é sua boa relação na região. Sua capacidade de enfrentar pacificamente, sem grandes conflitos, na região. Isso é parte do nosso poder.

Revista: Quais são os próximos passos da diplomacia brasileira?

Amorim: Não podemos escolher uma única linha de ação internacional. A América do Sul sempre será a prioridade número um. Mas o País tem feito muito com a África e vai continuar fazendo. Tem feito com os Brics e vai aprofundar. Vamos continuar trabalhando em outras ações com países em desenvolvimento. O Ibas (Índia, Brasil e África do Sul) tem cada vez mais prestígio. Tem muita coisa pra trabalhar, mas de repente surge um tema novo.

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, À REVISTA “CARTA CAPITAL”. 11/05/2009

Cynara Menezes

O chanceler Celso Amorim fala do atual protagonismo externo do Brasil

“Esquerdopatia”, “retórica inútil”, “antiamericanismo tosco”, “complexo de inferioridade vertido em arrogância”, “força de barra”, “acúmulo de fracassos”, “beira o ridículo”. Esses foram alguns dos torpedos lançados sobre as ações de Celso Amorim à frente do Ministério das Relações Exteriores.

Seis anos depois, Amorim ri por último. “Estamos entre os primeiros dos primeiros”, festeja, sobre a atual onda de elogios internacionais às políticas interna e externa do governo Lula. “Pena que tenha sido necessário vir do Obama e da Newsweek, antes de vir dos próprios brasileiros.”

Quanto às críticas, feitas principalmente por seus antecessores no cargo, preferiu; sem citar nomes, ironizar. “Essas pessoas têm complexo de inferioridade. O problema para eles é fazer psicanálise, não é nem questão de oposição. Eu acho graça”, afirmou o chanceler, em entrevista à CartaCapital. Na pauta da conversa, a entrada da Venezuela no Mercosul, os negócios com o Irã e o fim do embargo dos EUA a Cuba.

CartaCapital: O fato de a política externa ter dado certo até agora comprova que o presidente não precisava ser poliglota para alcançar resultados internacionais?

Celso Amorim: O presidente precisa, acima de tudo, acreditar no Brasil. É muito mais importante do que falar em várias línguas.

CC: O senhor diria que realmente mudou a visão mundial em relação ao Brasil?

CA: Não tenho a menor dúvida e não posso atribuir isso somente ao governo Lula, vem ocorrendo desde que o Brasil firmou a democracia, acertou a economia. Hoje somos percebidos como um interlocutor necessário para a grande maioria dos temas internacionais.

CC: Virou um país sério?

CA: Não gosto dessas comparações. Elas revelam o complexo de vira-latas de que falava Nelson Rodrigues, pelo qual só se é capaz de ver pelos olhos do outro. Precisamos sempre de uma legitimação de fora. Todo mundo estava criticando muito a política externa, mas quando veio a capa da Newsweek, o abraço do presidente Barack Obama, aí as pessoas começaram a ver de outra maneira. Acho

bom, mas é pena que tenha sido necessário vir do Obama e da Newsweek antes de vir dos próprios brasileiros ou pelo menos de uma parte deles.

CC: Uma das prioridades da política externa do governo Lula foram as relações com a África. Em que se modificaram?

CA: Mudaram de perfil totalmente. Não só pelo número de viagens que a gente fez, até já perdi a conta. Somos o país da América Latina que tem o maior número de embaixadas na África, antes era Cuba. Houve um número razoável antigamente, mas foram diminuindo por medida de economia ou falta de prioridade. Reabrimos todas que existiram e abrimos várias outras. Passaram de 20 para 35.

CC: Em termos práticos, o que isso significa?

CA: Nosso comércio com a África é hoje de mais de 20 bilhões de dólares, o que não é pouco. Temos muito mais relações culturais, comerciais, com os governos estaduais, inclusive. Há mais interesse dos empresários. Agora, por exemplo, um grupo de São Paulo do ramo de transporte está com um interesse grande em São Tomé e Príncipe. É um país pequeno em população e área, nem tínhamos embaixada lá, mas, como é uma ilha no golfo da Guiné, dali você vai para Nigéria, Angola, Gana, Gabão ... Ou seja, não foi uma coisa que eu inventei e o empresário comprou. Dada a aproximação feita pelo governo Lula, os empresários estão descobrindo, criou-se uma dinâmica.

CC: Quais seriam as vantagens da entrada da Venezuela no Mercosul?

CA: O Brasil tem o maior saldo comercial com a Venezuela. É mais do que com qualquer

outro país do mundo, de mais de 4 bilhões de dólares ao ano. Do ponto de vista mais amplo, geoestratégico, a entrada da Venezuela vai dar uma vértebra ao Mercosul. Deixa de ser, no imaginário das pessoas, o mercado comum do Cone Sul para ser o mercado da América do Sul, de uma grande parte dela. Passamos a ser 80% do PIB, 72% da área e 70% da população. Politicamente também é importante ter a Venezuela perto. É nosso vizinho e tem tradições culturais, apesar da língua espanhola, muito parecidas com as nossas, muita mistura, um componente negro mais forte que outros países da América do Sul. Temos de confiar na nossa capacidade de exercer uma influência positiva. Não uma intromissão, mas o contato conosco só pode fazer bem à Venezuela.

CC: Os argumentos contrários são sempre em relação à política, ao chavismo ...

CA: Não fazemos os outros países à nossa imagem e semelhança, lidamos com eles como existem. Claro que, se fosse uma ditadura feroz, com tortura ... Nunca ouvi falar de tortura na Venezuela. É um país onde você pega o jornal e em todas as páginas, exceto a de esportes, há artigos críticos ao presidente. Pode não ser do jeito que gostaríamos que eles fizessem, mas talvez nós também não façamos as coisas do jeito que eles gostariam. O Brasil não pôde vender (aviões) Tucanos para eles por uma imposição dos EUA, que é quem cede parte da tecnologia à Embraer. Provavelmente eles também não gostem desse tipo de condicionante.

CC: Anda-se perseguindo opositores por lá.

CA: Cada caso é um caso, não posso julgar. Prefiro ficar no mais geral: entrando no Mercosul, a Venezuela será membro de todas

as declarações, convenções, inclusive as que têm a ver com a democracia. Temos de fortalecer a integração da América do Sul, e foi a Venezuela quem se interessou. Se fosse a Colômbia, também seria muito bem-vinda.

CC: O senhor acha que o Senado vai aprovar?

CA: Sim.

CC: É verdade que Chávez ficou encantado com Obama, ao conhecê-lo na Cúpula das Américas?

CA: Eles tiveram um bom diálogo, não sei se encantado seria a palavra. Mas tenho a impressão de que gostou, foi muito caloroso. O presidente Obama tem algumas coisas muito positivas. O fato de ser negro, nos Estados Unidos, já é extraordinário. É uma pessoa que veio de um grupo oprimido, a verdade é essa, e que chegou ao poder. E passou uma parte da infância e adolescência na Indonésia, então viu como é um país em desenvolvimento. Tem uma compreensão maior, espero.

CC: Houve participação do Brasil para facilitar o contato?

CA: Uma boa palavra aqui, uma boa palavra ali, do presidente Lula, principalmente, ajuda e predispõe ao diálogo. Mas não houve intermediação propriamente.

CC: Em que essa aproximação pode dar?

CA: Em maior tranquilidade, inclusive dentro da Venezuela. As pessoas costumam criticar o presidente Chávez, mas se esquecem como age a oposição lá dentro. Lembro de ter visto um anúncio de colchão que dizia assim: “Se você está cansado do “presidente Chávez, use o colchão tal ...” É uma coisa muito

desrespeitosa com um chefe de Estado que foi eleito e reeleito. E, obviamente, uma parte da oposição esteve vinculada ao golpe. Então, um bom relacionamento com os EUA também vai dissipar ilusões golpistas de alguns setores.

CC: Pessoalmente, o que o senhor achou de Obama?

CA: É uma pessoa que ouve com atenção. Outra coisa que diria, que vejo semelhante no presidente Lula, é que dá a impressão de refletir no momento. Pensa na hora e dá uma resposta. Os outros presidentes vinham com as respostinhas prontas.

CC: O senhor acha que, com Obama, as tarifas ao etanol brasileiro vão cair?

CA: O término da Rodada de Doha seria o caminho mais expedito. Os próprios americanos estão vendo as dificuldades, o custo excessivo do etanol de milho, e isso vai acabar ocorrendo. Mas se resolverá mais rápido com o fim de Doha.

CC: A crise aumentou os protecionismos?

CA: Sim, mas não como na década de 30, aquele movimento avassalador. Há uma consciência muito grande de que o protecionismo não é a solução, que agrava mais os problemas. Entre a consciência e a ação se interpõe o instinto, e ele é protecionista. Mas a razão não é protecionista e acabará se impondo.

CC: O Brasil terá um papel importante no fim do embargo a Cuba?

CA: Eles não precisam de intermediários. O que defendemos é que tenham um diálogo direto, e já começou. Isso não exclui uma ajuda, como disse, com uma boa palavra aqui,

outra ali. Li umas declarações da secretária de Estado . (Hillary Clinton) em que ela percebeu nitidamente, e certamente o presidente Obama também, o fato de todos os países da América Latina e Caribe desejarem o fim do embargo. Isso não é uma coisa de um país que é mais de esquerda, é geral. Agora, qual será a evolução de Cuba com o fim do embargo, isso já é outra coisa, o futuro dirá. Se começar a fazer exigências, não funciona. Foi o que se tentou durante 50 anos, de maneira totalmente inócua. Não creio que os EUA vão cair nesse erro de novo.

CC: Quando o presidente Lula fala que Obama e Raúl Castro vão fazer as pazes em Ipanema, é só brincadeira?

CA: Ipanema é um ótimo lugar para qualquer tipo de encontro. Mas não se pode controlar a forma como essas coisas vão se passar. O fato de o presidente Raúl, na primeira viagem ao exterior, ter passado pelo Brasil é muito significativo do desejo de nos ter como um parceiro especial, privilegiado. Temos uma ótima relação com os EUA, já era boa, vai ser melhor agora, pelas afinidades. Ou seja, pode ocorrer. Se vai ser em Ipanema, no Leblon ou na Bahia, não sei.

CC: O Irã pode tornar-se um parceiro importante?

CA: Sim, já é. Em 2007 vendemos 2 bilhões de dólares para o Irã, não é nada desprezível. Em 2008 caiu um pouco, mas podemos retomar.

CC: Esta aproximação é um símbolo do pragmatismo comercial que vocês têm praticado, de não se importar com as questões políticas dos países?

CA: Não é não nos importarmos. Não deixamos de criticar, como foi criticada a declaração sobre o Holocausto do líder iraniano, mas é não nos recusarmos ao diálogo. É pelo diálogo que se pode ter influência sobre os países. Queiram ou não as pessoas, o Irã é um interlocutor importante para a questão do Oriente Médio. É um país poderoso, de 70 milhões de habitantes, não adianta tentar ignorá-lo. O presidente Lula não deixará de dar a opinião dele, do Brasil, ao presidente Ahmadinejad, ou a quem quer que ganhe a eleição em junho. Agora, se você só vai convidar e dialogar com as pessoas com as quais concorda, vai ter muito pouca gente.

CC: Por que houve o adiamento da visita?

CA: Se há um problema eleitoral lá, e se a visita pode ser mais produtiva depois da eleição, compreendemos e achamos natural.

CC: Quando o senhor viajou ao Oriente Médio, chegaram a falar que as pretensões do Brasil de ajudar na resolução do conflito Israel-Palestina beiravam o ridículo ...

CA: É complexo de inferioridade. O problema para algumas pessoas é fazer psicanálise, não é nem questão de oposição. Estive em cinco países, em todos os casos fui recebido por chefe de Estado, menos em Israel, porque não quis, preferi visitar a ministra do Exterior, que poderia ser a primeira-ministra após a eleição. É claro que não íamos para lá resolver o problema dessa fronteira, uma coisa que se está discutindo há 1 milhão de anos, com dezenas de mediadores. Mas o Brasil é um país de influência na ONU, no Conselho de Direitos Humanos, nos órgãos internacionais. E pode participar de um processo mais amplo. Para falar a verdade, acho

um pouco de graça quando leio essas coisas e não me preocupam a mínima.

CC: Também se criticou muito o fato de o Brasil ter almejado postos em organizações internacionais e não conseguir. O senhor acha que, ao final do governo Lula, poderemos chegar a ter a tão sonhada cadeira no Conselho de Segurança da ONU?

CA: Não posso dizer, é uma coisa muito complexa. O governo Lula perseguiu esse objetivo, talvez com mais determinação, mas, em tempos recentes, quem relançou essa proposta foi o presidente José Sarney, em 1989. Durante o governo Itamar, quando fui chanceler, continuamos a acompanhar esse processo, e no governo FHC, em que era embaixador nas Nações Unidas, nunca fui contraditado. As oportunidades surgem de uma hora para outra. Quem poderia dizer há dois anos que o principal fórum de discussão de temas financeiros e econômicos e internacionais deixaria de ser o G-7 ou G-8 para ser o G-20? Ninguém. O mesmo pode acontecer com o Conselho de Segurança. Se será no governo Lula ou não, não estamos preocupados.

CC: Quando Collor assumiu a Presidência, houve uma inflexão no Itamaraty de que era preferível ser o primeiro dos últimos a último dos primeiros. Como o senhor definiria hoje?

CA: Queremos, não, estamos entre os primeiros dos primeiros. Mas sem desprezar os mais pobres, porque podemos ajudá-los e também porque o fato de termos boas relações com eles é parte da nossa força.

CC: O Brasil não tem cedido demais aos vizinhos?

CA: Essa é uma visão muito jornalística e simplificada da política internacional. As coisas não são bem assim, você procura encontrar interesses comuns. No caso da Bolívia, é verdade que queremos ajudá-los a se desenvolver, não nos interessa ter um país em permanente convulsão como era. Mas, diria também, em termos estratégicos, econômicos, que não faltou uma molécula de gás para o Brasil num momento em que em outras partes do mundo isso ocorreu. Agimos com calma, paciência, não deixamos de negociar o tempo todo, e a Petrobras não teria ficado lá se não fosse razoável.

CC: O acordo de Itaipu com o Paraguai foi feito na época da ditadura. É necessário revê-lo?

CA: Rever o acordo é algo complicado. O fato de ter sido feito durante o governo militar é uma circunstância. Há reivindicações justas e realistas e outras que não têm viabilidade. Vamos trabalhar da maneira mais positiva possível. Não é o caso de se procurar fazer uma liberalidade, mas ao mesmo tempo tem de compreender que Itaipu é importante para o Brasil, mas para o Paraguai é quase uma das únicas fontes de receita.

CC: Uma das acusações mais pesadas ao Itamaraty é de que teria sido “aparelhado” durante o governo Lula. Como o senhor responde?

CA: É uma tolice. Não sei nem em quem votou o pessoal do meu gabinete, nunca perguntei a ninguém. Quero que as pessoas cumpram com seu dever. Algum dia, procure ver onde estão as pessoas que trabalhavam com meus antecessores e veja se foram perseguidos. O

que acontece é que as pessoas eram contra o presidente Lula, preferiam uma política externa mais dependente de um ou dois centros de poder no mundo, achavam que o caminho melhor era outro. Vi diplomatas de alta categoria dizer que o Brasil deveria seguir o exemplo do México. Hoje, com a crise, os economistas, inclusive os conservadores, avaliam que o Brasil foi menos afetado porque tem uma relação comercial mais diversificada.

CC: Quando Obama diz que Lula “é o cara”, é mérito do presidente ou da diplomacia brasileira?

CA: Ah, do presidente. A diplomacia não pode é atrapalhar. O presidente tem uma projeção internacional muito grande. Creio que a diplomacia brasileira não decepcionou ao atuar em sua linha. Como ele sempre diz, primeiro, revelando autoestima. Depois, diversificando as parcerias, fortalecendo a integração com os países da América do Sul, tendo uma política africana ativa, buscando uma relação nova com os países árabes, com a Ásia. Algumas dessas iniciativas foram ideias do próprio presidente, outras, do quadro do Itamaraty. A linha geral quem deu foi ele.

ENTREVISTA EXCLUSIVA CONCEDIDA POR ESCRITO PELO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, À
AGÊNCIA DE NOTÍCIAS XINHUA, DA CHINA. 16/05/2009

Jornalista: O senhor Presidente vai realizar sua segunda visita oficial à China nessa semana. Qual é o propósito e objetivos da visita?

Presidente: Esta será a minha terceira visita à China, num reflexo da importância da parceria entre nossos dois países. Essa parceria se centra em três principais pilares, que minha visita pretende reforçar e consolidar. No âmbito comercial, a China é hoje o primeiro parceiro do Brasil. Precisamos agora diversificar mais nossas trocas, sobretudo de forma a agregar maior valor às exportações brasileiras. Para isso, desejamos estimular mais investimentos chineses no Brasil, trazendo tecnologia e promovendo ganhos de produtividade. No âmbito tecnológico, vamos aprofundar a parceria em alta tecnologia, reforçando o Programa CBERS de lançamento de satélites de sensoriamento, e iniciar outros projetos conjuntos de biocombustíveis e biotecnologia. Por fim, nossas duas grandes economias emergentes devem continuar a reforçar a coordenação que mostramos durante a Cúpula do G-20 financeiro, em Washington e Londres, para acelerar a reforma das instituições financeiras internacionais. No atual momento de quebra de paradigmas econômicos clássicos, a força de nossas economias nos habilita a contribuir de forma decisiva para

a construção de um sistema de governança global mais equitativo e sustentável.

Jornalista: Em 2009 se comemoram os 35 anos de relações diplomáticas China e Brasil, que por outra parte estabeleceram uma Associação Estratégica em 1993. Como o Presidente avalia o estado atual da relação bilateral?

Presidente: Todos os campos de cooperação que mencionei apontam para a natureza estratégica da parceria entre nossos dois países e seu potencial de alavancar alianças mais amplas com outros países emergentes. Nossa associação no campo tecnológico e em favor da reforma das instituições de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), em particular, aponta para o papel que a parceria Brasil-China pode jogar na conformação de uma nova geografia econômica, tecnológica e comercial no século XXI.

Jornalista: Segundo dados do governo brasileiro, a China é hoje o principal sócio comercial do Brasil, e pode se tornar também uma importante fonte de investimentos para seu país. De que maneira poderão ser fortalecidas e desenvolvidas as relações nas áreas de comércio e investimentos?

Presidente: Como adiantei, o Brasil acredita que mais espaço para a exportação de produtos brasileiros de maior valor agregado traria maior equilíbrio e sustentabilidade ao comércio bilateral. Por outro lado, queremos que a China compita no mercado brasileiro com base na qualidade e na agregação de valor tecnológico - e não simplesmente com base em preço baixo. Para isto, muito contribuiria a realização de investimentos no Brasil para a produção de bens de alta tecnologia. Este é o caso de muitos dos investimentos brasileiros na China, como, por exemplo, a fábrica da Embraer em Harbin.

Jornalista: O Brasil tem iniciado uma experiência com alguns dos seus principais sócios, como a Argentina, de comércio em moedas locais. Essa modalidade poderia vir a ser aplicada também ao comércio com a China?

Presidente: A experiência iniciada com os países latino-americanos decorre de condições específicas, relativas à integração do continente. Estamos dispostos a estudar com o governo chinês formas de facilitar e consolidar nossas relações comerciais também nessa área.

Jornalista: Qual é sua avaliação da situação atual da economia mundial? Que medidas deveriam ainda ser tomadas e que papel podem desempenhar a China e o Brasil para ajudar a superar a crise financeira internacional?

Presidente: A economia mundial ainda vive um momento de grande retração, especialmente no comércio. Notamos que as regiões do mundo sofreram impactos desiguais, com os fluxos de capitais desequilibrados. Ainda

que a crise financeira norte-americana pareça ter se estabilizado, persiste a necessidade de medidas a serem tomadas, implementadas e monitoradas pelos governos nacionais de modo a regular as finanças e, principalmente, sustentar a demanda, de modo a impedir que esta retração permaneça. O prioritário é procurar a manutenção dos fluxos comerciais, apoiando financeiramente os parceiros e utilizando o FMI como instrumento de apoio aos países deficitários. Isto requer preservar a demanda doméstica e coordenar internacionalmente a regulação financeira, de modo a impedir novo agravamento da crise. Brasil e China têm expandido muito sua parceria comercial nos últimos anos. Da mesma forma, seu papel no cenário mundial tem se destacado, para o que muito contribuiu o manejo apropriado da crise internacional na esfera nacional, em particular a preservação de bancos sólidos. No caso específico do Brasil, investimentos maciços na consolidação da rede de proteção social foram medidas fundamentais para proteger a demanda e atingir objetivos de justiça social no longo prazo.

Jornalista: Como o senhor Presidente recebeu a proposta do Banco Central da China de estabelecer uma moeda de reserva internacional alternativa ao dólar estadunidense? Poderia o Brasil endossar essa proposta?

Presidente: O Brasil acredita que a proposta de uma moeda de reserva internacional alternativa pode ajudar a melhoria da liquidez dos mercados, diminuindo a volatilidade futura dos mercados assim como a dependência em relação ao dólar. Faz-se necessária, contudo, uma maior coordenação internacional no tocante às taxas de câmbio.

Jornalista: Depois da ruptura das negociações em julho de 2008 no âmbito da Rodada de Doha da OMC, o Brasil fez contatos com vários governos na tentativa de retomar tais negociações. Em sua opinião, quando a Rodada poderá ser reiniciada e quais as perspectivas de que seja concluída com sucesso?

Presidente: O Brasil continua a atribuir grande prioridade a esse tema, fundamental para que muitos países mais vulneráveis, sobretudo africanos, possam fazer do comércio internacional uma alavanca para o desenvolvimento. Por essa razão, temos urgência. Temos motivos para um otimismo prudente. As distâncias são pequenas e temos indicações da nova administração dos Estados Unidos, um dos principais eixos de resistência, de que poderão estar prontos a retomar as tratativas num prazo relativamente curto.

Jornalista: Na recente Cúpula das Américas foi proclamado um “novo começo” nas relações entre Estados Unidos e América Latina. Como o senhor Presidente enxerga o futuro dessas relações?

Presidente: Efetivamente, a postura franca e flexível do Presidente Obama em Trinidad e Tobago trouxe a esperança de que se possa lançar um verdadeiro diálogo. A disposição que demonstrou de alargar o horizonte da agenda de coordenação para além dos temas tradicionais - comércio, drogas e segurança - é motivo de otimismo. O Presidente Obama deixou claro que essas legítimas preocupações dos Estados Unidos só podem ser efetivamente atendidas no contexto do atendimento das conhecidas reivindicações da América Latina como a questão do protecionismo, e do acesso a financiamento para o desenvolvimento.

O entendimento para ampliar os recursos à disposição do Banco Interamericano de Desenvolvimento é um sinal positivo nessa direção.

Jornalista: O Brasil tem promovido sempre a integração regional. Poderia comentar o significado desta integração, e o rumo possível do desenvolvimento da União das Nações Sul-americanas (UNASUL)? Poderá a China ter um papel no fortalecimento desse projeto?

Presidente: De fato, a integração regional é um pilar da política externa de meu Governo. Estou convencido de que os países latino-americanos só poderão integrar-se competitivamente nessa economia, cada vez mais globalizada, se unirem suas forças. Para isso, precisamos criar um espaço econômico comum através de maior integração nas áreas de transportes, energia e comunicações. A UNASUL fornece o guarda-chuva institucional para avançarmos de forma fluida nesses vários campos. Ressalto que a criação dos Conselhos Sul-Americanos de Defesa e de Combate às Drogas são passos igualmente fundamentais para consolidar a identidade regional em temas cruciais para a estabilidade política e institucional da região.

Conquanto não haja previsão de países extra-hemisféricos virem a integrar a organização, a forte presença econômica e comercial da China na região já constitui fator de aceleração da integração do continente na economia mundial. Por outro lado, a experiência que a China já detém em esforços de integração e coordenação regional e subregional no sudoeste asiático certamente poderá aportar valiosas lições para o exercício em curso na América do Sul.

ENTREVISTA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO
PROGRAMA DE RÁDIO “CAFÉ COM O PRESIDENTE”. 25/5/2009

Luciano Seixas: Olá, você, em todo o Brasil. Eu sou Luciano Seixas e começa agora o “Café com o Presidente”, o programa de rádio do Presidente Lula. Olá, Presidente. Como vai, tudo bem?

Presidente: Tudo bem, Luciano.

Luciano Seixas: Presidente, o senhor acabou de chegar de uma viagem à Arábia Saudita, China e Turquia. Vamos começar pela Arábia Saudita. Como é que foi a viagem a este país?

Presidente: Olhe, há muito tempo eu vinha defendendo que nós deveríamos fazer uma visita à Arábia Saudita por algumas razões. Primeira, porque a Arábia Saudita é o nosso maior parceiro comercial dos países árabes, ou seja, nós temos um fluxo de balança comercial de US\$ 5,5 bilhões. Mas, ao mesmo tempo, a Arábia Saudita representa 60% do PIB dos países do Conselho de Cooperação do Golfo. Portanto, é o país mais importante da região e um país que tem um potencial extraordinário nas trocas comerciais com o Brasil.

A Arábia Saudita está em um grande processo de desenvolvimento, [com] muito investimento. Eles estão pensando em construir três cidades novas - cidade tecnológica, cidade industrial, cidade de turismo - e o Brasil pode ser um

grande parceiro exportador de serviços, exportador de engenharia. Portanto, o encontro foi extraordinário. Tivemos uma conversa de mais de duas horas com o rei Abdullah, e eu acho que vai render para o Brasil. Era o último país grande que nós precisaríamos visitar no mundo árabe, visitamos, e eu penso que a perspectiva de troca de comércio entre Brasil e Arábia Saudita vai aumentar, e vai aumentar muito, sobretudo, na área de serviço.

Luciano Seixas: E na China, Presidente? Foram fechados novos acordos? Que novidades o senhor trouxe de lá?

Presidente: Foi uma viagem, eu diria, de todas as que eu fiz, a melhor. Nós fechamos acordo na questão do frango, também temos perspectivas boas de fechar acordo na questão da carne. Mas foi importante porque teve acordo do BNDES com o Banco de Desenvolvimento da China, teve acordo do Banco do Brasil, teve acordo do banco Itaú. E o que era mais importante, que nós fomos atrás, era que finalmente o Banco de Desenvolvimento da China emprestou os US\$ 10 bilhões que a Petrobras precisava para explorar o pré-sal. A China tem muito interesse em estabelecer investimentos no Brasil em projetos que também interessam à China, sobretudo na área de petróleo, na área de commodities.

Nós vamos trabalhar isso de forma muito intensa e nós queremos ainda, nas próximas reuniões, ir convencendo os chineses a comprar os aviões da Embraer, porque nós temos um contrato de 45 aviões, mas, até agora - e eu acredito que por conta da crise - eles não deram sequência à compra dos aviões. Mas, certamente, a China vai comprar os aviões. É apenas uma questão de tempo. Nós temos que ter paciência porque tanto o Brasil quanto a China, ou o Brasil e outro país, na hora de fechar um acordo, a gente pensa muito. A gente tem que discutir com todos os segmentos envolvidos para fazer um acordo em que todos ganhem e que ninguém perca.

A minha conversa com o Hun Jintao era para que a gente sentasse em torno de uma mesa, negociasse o que fosse possível negociar, fizessemos acordo sobre tudo, sempre levando em conta que cada país tende a proteger um pouco determinados setores que podem ser mais frágeis no mundo econômico, no mundo industrial. Aquela tese nossa de que era preciso mudar a geografia comercial do mundo, não ficar dependendo apenas dos Estados Unidos ou da União Europeia, deu certo, porque o Brasil hoje tem uma relação comercial diversificada, muito ampla, e a tendência é a gente crescer ainda mais.

Luciano Seixas: Você está ouvindo o “Café com o Presidente”, o programa de rádio do Presidente Lula. Presidente, o senhor esteve pela primeira vez na Turquia. Aliás, o senhor foi o primeiro mandatário do Brasil, depois de Dom Pedro II, a visitar aquele país. Como é que foi essa visita?

Presidente: Olha, a Turquia é um país de quase 80 milhões de habitantes. A Turquia é um país grande, é um país que tem metade do país europeu, metade do país está no

mundo asiático. Portanto, negociando com a Turquia, nós estaremos negociando com dois continentes ao mesmo tempo. Mas, sobretudo, a possibilidade de crescimento das exportações e das importações brasileiras é infinita, porque nós temos hoje apenas US\$ 1,5 bilhão da balança comercial, o que é pequeno para dois países que, juntos, somam mais de 260 milhões de habitantes.

Foi extraordinária a reunião que nós fizemos com empresários da Turquia. A comissão que nós criamos, especial, para discutir negócios, coordenada pelo companheiro Celso Amorim, vai se reunir este ano. Já tem a vinda de ministros da Turquia ao Brasil com delegações empresariais. Eu convidei o Primeiro-Ministro para voltar ao Brasil ainda este ano, e em agosto, possivelmente, ele já venha, e o Presidente talvez venha no ano que vem. Se eles continuarem vindo para cá com delegações empresariais, e nós voltarmos para lá com mais delegações empresariais, a tendência natural é o nosso fluxo na balança comercial crescer, e é o que importa para a Turquia, é o que importa para o Brasil.

Eu acho que esse é o papel mais ousado que nós temos que fazer agora, ou seja, garimpar mais. Nós temos que garimpar todos esses países. É lá que nós poderemos vender os nossos produtos. Não é na Alemanha, não é na Suécia, não é nos Estados Unidos. É nesses países que têm similaridade com o Brasil. Por isso eu vou continuar viajando, porque neste mundo globalizado, a gente não pode ficar esperando que o comprador bata à nossa porta. Os vendedores como nós, que queremos vender, é que temos que sair, bater à porta dos outros e dizer que nós existimos, e que temos produtos sofisticados, além das commodities. Eu acho que essa coisa, Luciano, vai permitindo que o Brasil ganhe um espaço extraordinário no

mundo econômico, no mundo financeiro e, sobretudo, no mundo industrial.

Luciano Seixas: Muito obrigado, Presidente Lula, e até a semana que vem.

Presidente: Obrigado a você, Luciano, e até a próxima semana.

Luciano Seixas: O programa “Café com o Presidente” volta na próxima segunda-feira. Até lá.

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DO BRASIL, CELSO AMORIM, AO JORNAL “O GLOBO” - “POLÍTICA
INTERNACIONAL É JOGO DE GENTE GRANDE”. 05/06/2009

BRASÍLIA. Alvo de críticas por causa das últimas investidas do Brasil na política externa, como a derrota da ministra do Supremo Tribunal de Federal (STF), Ellen Gracie, a uma vaga na Organização Mundial do Comércio (OMC), e o apoio declarado ao egípcio tido como antissemita Farouk Hosni, na disputa pela direção-geral da Unesco, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, diz que está acostumado com isso. “Tenho lombo grosso. Vivi isso quando era presidente da Embrafilme”, disse, após entrevista ao GLOBO, na sexta-feira. Amorim se defendeu das acusações de ter preterido dois candidatos brasileiros à Unesco - o senador Cristovam Buarque e o diretor-adjunto do organismo, Márcio Barbosa -, afirmando que eram “candidatos de si próprios”. Disse que política externa é um “jogo de gente grande” e criticou o processo de seleção na OMC por ter pouca transparência.

Eliane Oliveira e Ilimar Franco

O GLOBO: Como o senhor interpreta as críticas que o governo vem recebendo na condução da política externa brasileira?

CELSO AMORIM: Política internacional é um jogo de gente grande. É nós não estávamos

acostumados a isso. Estamos acostumados a pensar pequeno, no interesse do fulaninho, do primo do sicrano, do sobrinho do sicrano, se ele vai ser ou não candidato. No jogo de gente grande, temos que tomar decisões de política global, sem desprezarmos os candidatos brasileiros, ou os pré-candidatos brasileiros, até porque o Brasil tem candidato bom para qualquer cargo internacional.

O GLOBO: Essa aproximação política com o mundo árabe já traz resultado? Na OMC, como os árabes se comportaram em relação à ministra Ellen Gracie?

AMORIM: Por acaso, o Egito apoiou a Ellen Gracie, mas não foi uma troca.

O GLOBO: O que o senhor achou do resultado na OMC?

AMORIM: Fui parte desse mesmo comitê que indicou Luiz Olavo Baptista, que ocupava a vaga disputada pela ministra há quase oito anos. Sei perfeitamente como se passam essas coisas. Não é uma votação. Não quero dizer que houve manipulação, mas, no sentido físico da palavra, a OMC é um órgão muito pouco transparente, pouco translúcido, você não vê o que está do outro lado.

O GLOBO: O aumento da projeção do Brasil no exterior incomoda outros atores internacionais?

AMORIM: Deve incomodar muito. É como aqui no Itamaraty. Tem um negócio que se chama votação horizontal, que os colegas votam. Você sempre procura votar naquele sujeito bonzinho, mas que não se projeta muito, senão te incomoda. A possibilidade de ele passar na sua frente é menor. Em qualquer lugar no mundo é assim.

O GLOBO: Na sua opinião, o saldo é de derrotas ou de vitórias?

AMORIM: É como em uma Copa do Mundo. Tem time que ganha do começo ao fim, que é o ideal. Mas na política internacional é muito difícil. Tem times que vão perdendo, empatando e, no fim, são campeões. É o que está acontecendo com o Brasil. Mas, de derrota em derrota, o presidente Lula, nos próximos três ou quatro meses, vai participar de três cúpulas muito importantes. A primeira cúpula dos Brics (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China), do G-8 mais 5 (países mais ricos do mundo, mais Brasil, México, África do Sul, China e Índia) e do G-20 financeiro (as 20 maiores economias). Não vejo de maneira alguma a política externa sendo colocada em xeque.

O GLOBO: O esforço do governo para incluir a Venezuela no Mercosul provocou uma cruzada ideológica no Congresso, devido à personalidade do presidente Chávez. O senhor concorda com isso?

AMORIM: Se não fosse isso, seria outra coisa. Vocês viram quanta tinta se derramou em torno da Unesco? Havia candidatos respeitados,

mas candidatos de si próprios, em busca de um apoio governamental. O Brasil tomou uma opção geopolítica ao apoiar o egípcio, assim como os Estados Unidos e Israel estão tirando o time de campo em matéria de fazer obstrução, porque viram que há interesses mais altos. Os cruzados estão sempre em busca de uma bandeira.

O GLOBO: O Brasil resolveu nomear um embaixador (Arnaldo Carrilho) na Coreia do Norte.

AMORIM: Agora estamos sendo criticados por causa da embaixada na Coreia do Norte. Mas, se não tivéssemos embaixada, não teria tido tanto destaque na mídia internacional a decisão do governo brasileiro de suspender a ida do embaixador para lá. Isso equivale a um pedido de consultas. Se ainda assim quiserem criticar, é bom lembrar que a abertura de uma embaixada é um ato meramente administrativo. Quem tomou a decisão política de restabelecer relações diplomáticas com aquele país foi o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O GLOBO: No ano que vem haverá eleição no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Brasil apresentará candidato?

AMORIM: Hoje em dia, o Brasil, que tem uma posição muito forte, tem que ser, até certo ponto, econômico em suas candidaturas. É o contrário do que era antes, de certa maneira. Se você for olhar os EUA, ou mesmo a China, eles não têm tantos funcionários em cargos tão altos em organismos e agências internacionais. O peso deles é evidente. Mas não excluo que a gente possa vir a apresentar um candidato, ou apoiar algum.

O GLOBO: O senhor vê alguma chance de entendimento na Rodada de Doha da OMC?

AMORIM: É até possível, mas tenho a impressão de que, no dia em que for assinado o acordo final, já não será manchete. O mundo vai evoluindo, outras coisas vão acontecendo e atualmente a crise financeira é mais importante. Concluir a Rodada na OMC significa disciplinar os subsídios, para evitar ações que contrariam as normas gerais, que consolidam o comércio multilateral. No entanto, o foco está colocado em temas como derivativos e paraísos fiscais.

O GLOBO: Dizem que o Brasil dá passos maiores do que deveria...

AMORIM: Hoje em dia, tratamos num grande tabuleiro da política internacional. Eu fico espantado que muitas pessoas não conseguem ver isso e acham que o Brasil joga sempre em coisas pequenininhas. Acham que devemos ser duros com os nossos vizinhos, sobretudo com os mais frágeis, e não nos metermos em nada fora da região, porque temos que ter consciência dos nossos limites. Esses limites não passam de círculos de giz.

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, AO JORNAL O “GLOBO” - “OLD KIDS ON THE BLOCK”. 16/06/2009

“Brasil, Rússia, China e Índia são os New Kids on the Block”

EKATERINBURGO, Rússia. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, destacou a importância dos Brics no cenário global e os chamou de New Kids on the Block, em referência ao grupo musical americano que fez sucesso nos anos 80 e 90. Segundo ele, o uso de moeda comum para o comércio e a criação de um banco de fomento estão na pauta do grupo.

OGLOBO: Pode-se falar na institucionalização dos Brics?

CELSO AMORIM: Assinar um tratado e dizer que vai formar grupo não é imediato. Mas haverá reuniões periódicas. Na busca de respostas à crise, os Brics podem dar uma grande contribuição. Uma opção é o comércio em moeda comum, como fazemos com a Argentina.

O GLOBO: Quando (o presidente russo Dmitri) Medvedev se encontrou com o presidente Lula em novembro, o comércio da Rússia com o Brasil caiu brutalmente por razões externas. Os ministros dos quatro países podem tratar deste assunto nos próximos

encontros. A ideia da criação de um banco de fomento continua na pauta?

AMORIM: Podemos desenvolver um banco de fomento entre os quatro países. Evidentemente, outras coisas mais urgentes tomaram a frente na agenda. Mas os Brics podem, sim, ter um papel importante nesta área. Vê-se pelo aporte de US\$ 10 bilhões que o Brasil fez no FMI, outros US\$ 10 bilhões da Rússia, US\$ 50 bilhões da China. Isso só confirma que eles podem atuar juntos.

O GLOBO: Os Brics tendem a tomar lugar de outros grupos?

AMORIM: Os Brics são importantes, mas não vieram para substituir outras alianças especiais que já temos constituídas, como o Ibas (Índia, Brasil e África do Sul), a aproximação dos países latino-americanos, a parceria estratégica que temos com a União Europeia ou as excelentes relações com os EUA. São relevantes pelo seu peso na economia mundial. São os New Kids on the Block.

O GLOBO: Qual o papel do G-8?

AMORIM: O G-8 (que reúne os sete países mais ricos do mundo e a Rússia) não tem mais

sentido como diretório para tratar os destinos do mundo, nem econômico nem político. Se decidirem algo, e os Brics não estiverem com eles, terá valor reduzido. O G-20 (grupo com as 20 maiores economias do mundo) vai existir como a formação mais importante. O mundo está mudando. E não dá para ter sete países ditando as regras.

O GLOBO: Os quatro países são muito diferentes. Especialistas dizem que China pode não assumir compromissos profundos para preservar, por exemplo, seu relacionamento com os EUA.

AMORIM: A China está destinada a ser a maior economia do mundo. Mas o fato de se tornar a maior economia do mundo não vai acontecer como foi com os EUA. A China tem carências energéticas e alimentares. A relação dela com os Brics ou países como o Brasil vai ter que ser muito importante. Prova do interesse dos chineses pelo Brasil é o empréstimo para a Petrobras. Querem também abrir um banco de desenvolvimento no Brasil. A relação entre a China e os EUA é boa. As reservas internacionais chinesas ajudam a sustentar o Tesouro americano. Não acho que vá haver desengajamento por parte dos chineses nas decisões dos Brics.

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO CELSO AMORIM
À REVISTA “RUSSKI NEWSWEEK” - “NENHUM DE NÓS QUER
ENFRAQUECER O DÓLAR” - ECATERIMBURGO , 22/06/2009

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, explicou ao analista da Newsweek Leonid Ragozin que os BRICs não podem ser classificados como aliança política, já que não têm inimigo, e duvidou da suposta fraude nas eleições iranianas.

NW: A concepção dos BRICs surgiu a partir da hipótese de que, até o final do século, esses quatro países passem a controlar a maior parte da economia mundial. Para que existe a organização política dos BRICs? Para dominar o mundo?

CA: Para dominar o mundo, não. Vamos dizer que isso se faz para gerir o mundo de uma forma mais democrática e diversificada. A história conhece muitos casos em que grupos de países se apresentaram como uma espécie de aristocratas de política mundial. Não considero útil a reprodução dessa prática.

Porém, se um maior número de países tiver maior importância, teremos uma ordem mundial melhor.

NW: A respeito da democracia: pelo menos, dois países membros dos BRICs têm problemas nesse aspecto. Como se sente nessa companhia?

CA: Respeitamos os processos que se desenvolvem em cada país. Com certeza, somos uma sociedade muito aberta e democrática. Mas isso não se fez de um dia para outro. Apenas há 20 ou 25 anos estávamos com junta militar. Não só passamos a ser um país democrático, mas também estamos solucionando problemas sociais extremamente complexos que se iam acumulando ao longo dos séculos. Penso que um diálogo entre os países favorece a um diálogo dentro desses países. Que traz resultados positivos. Ou seja, sentimo-nos em boa companhia.

NW: Muitos dizem que os BRICs representam uma maneira de diminuir o papel dos Estados Unidos no mundo. Está de acordo?

CA: Estamos vivendo num mundo em mudança constante. Fazemos parte de outras reuniões de países, por exemplo, IBAS, que inclui a Índia, o Brasil e a África do Sul. São também três países em desenvolvimento e três grandes democracias, cada em seu continente. Além disso, estamos envolvidos em processo de integração no continente Sulamericano. E, evidentemente, temos uma parceria estratégica com a União Européia. Tudo isso é necessário para a criação de uma ordem mundial mais diversificada. Ao mesmo tempo

nossas relações com os Estados Unidos são simplesmente excelentes. Após a queda do Muro de Berlim houve receios de que poderia surgir um mundo monopolar sujeito à vontade dos Estados Unidos, mas esses receios não se concretizaram. O mundo está se tornando cada vez mais diversificado e os BRICs são parte desse processo, mas não a parte única.

NW: Como serão os BRICs em 2050? Estão caminhando na direção de aliança política?

CA: É muito cedo falar de aliança. Uma aliança pressupõe existência de um inimigo. Nós não temos inimigo. Simplesmente queremos construir um mundo melhor e mais multifacetado.

NW: Qual foi a agenda brasileira em Ecatemburgo?

CA: Discutimos a coordenação de ações [dos BRICs] nas Nações Unidas e, o que é mais importante, no quadro do G-20. Embora os BRICs tenham sido inventados por economistas da Goldman Sachs, quando começamos a encontrar-nos nesse formato em nível de chefes de chancelarias e ministros de economia nem podíamos prever essa crise. E aí os BRICs serviram de grande instrumento para a coordenação de posições das maiores economias em desenvolvimento do mundo, que têm papel-chave para tirar o mundo da crise.

NW: No âmbito dos BRICs, discute-se a questão de nova moeda de reserva mundial?

CA: Essa questão tem surgido periodicamente. Não penso que isso possa acontecer imediatamente e duvido que alguém de nós queira enfraquecer o dólar, simplesmente porque muitos de nós têm reservas em dólares. Mas penso que pouco a pouco vamos

passar para soluções de pagamento mais internacionais. Será um longo processo que não queremos que seja doloroso. Se o fizermos instantaneamente haverá crise.

NW: Qual a probabilidade de que os BRICs tenham mais votos no FMI? Trabalham sobre esse tema como um time?

CA: Com certeza, nossos ministros de economia trabalham conjuntamente sobre esse tema. Quando estava lendo o Financial Times, chamou minha atenção o fato de que à reunião de ministros dos BRICs foi dedicado quase o mesmo espaço que à reunião de ministros do G-20. Por isso, com certeza, estamos agindo conjuntamente e queremos reformar a estrutura do FMI e do Banco Mundial, de modo a melhor refletir a estrutura do mundo real.

NW: Qual a posição brasileira diante dos acontecimentos no Irã? Considera legítima a vitória de Ahmadinejad nas eleições?

CA: É preciso ainda ver isso com mais atenção. Eu próprio não posso dar avaliações. Nossa embaixada comunica que lá houve protestos. Mas seria muito difícil supor que tal vantagem - 62 % [Ahmadinejad] e 33 % [Musavi] - se explique com falsificações. Outra coisa é que há vários métodos de influência sobre os eleitores. Mas é positivo o próprio fato de que as eleições se tenham realizado e tenha havido discussão aberta.

NW: É possível o encontro entre o Presidente Lula e o Presidente Ahmadinejad em Ecatemburgo? (o encontro acabou não se realizando. - Newsweek)

CA: Não sei se suas agendas vão convergir. Mas não acho que ele tenha objeções se tal encontro fosse possível.”

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 43, 44, 54, 62, 69, 70, 81, 97, 100, 101, 104, 105, 109, 113, 118, 130, 132, 133, 153, 177, 181, 184, 190, 191, 204, 208, 212, 213, 215, 221, 249, 256, 262, 266, 271, 281, 284, 285, 286, 289, 290, 292, 299, 301, 303, 312, 314, 315, 318, 332, 335, 337

Arábia Saudita 78, 111, 112, 113, 114, 154, 192, 247, 311, 314, 327

Argentina 35, 50, 51, 69, 78, 95, 96, 97, 98, 101, 117, 154, 182, 207, 208, 219, 225, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 263, 314, 315, 324, 335

B

Bélgica 208

BRIC 69, 104, 108, 122, 147, 252, 274, 275, 276, 277, 278, 289, 297, 298, 312, 313, 315, 332, 335, 336, 337, 338

Bósnia e Herzegovina 151, 174, 175

Bolívia 33, 35, 68, 153, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 204, 205, 206, 207, 300, 303, 321

Botsuana 154, 245

C

Cabo Verde 154, 208, 223, 266, 267

Canadá 70, 180, 181, 253

Cazaquistão 139, 140, 274, 279, 280

Chile 32, 68, 73, 77, 159, 163, 164, 235, 245, 253

China 35, 69, 97, 98, 100, 101, 108, 109, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 130, 152, 154, 164, 170, 171, 187, 188, 189, 217, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 274, 276, 281, 291, 292, 297, 299, 300, 313, 314, 323, 324, 325, 327, 328, 332, 335, 336

Chipre 171

Civilizações 79, 81, 125, 126, 140, 221, 255

Colômbia 47, 48, 49, 50, 51, 52, 83, 88, 117, 152, 178, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 195, 272, 319

Coréia do Norte 223, 246, 332

Costa Rica 156, 159, 265, 266

CPLP 156, 159, 265, 266

Cuba 32, 35, 66, 95, 154, 169, 178, 191, 304, 309, 310, 317, 318, 319, 320

D

Desarmamento 82, 140, 215, 216, 264, 265, 279

Desenvolvimento 35, 36, 40, 44, 47, 48, 50, 53, 54, 56, 61, 62, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 93, 94, 95, 104, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 121, 122, 123, 126, 130, 131, 135, 136, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 149, 154, 155, 156, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 181, 193, 185, 186, 187, 188, 189, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 206, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 220, 223, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 241, 242, 243, 246, 247, 250, 252, 253, 254, 256, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 267, 268, 270, 271, 272, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 297, 298, 299, 302, 304, 306, 312, 314, 315, 319, 325, 327, 332, 336, 337, 338

Desenvolvimento Econômico 88, 110, 130, 140, 183, 197, 215, 223, 228, 251, 261, 268, 276

Direitos Humanos 28, 39, 81, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 142, 159, 161, 177, 196, 206, 225, 227, 248, 254, 264, 267, 284, 320

Dólar 50, 51, 86, 88, 98, 112, 114, 142, 163, 194, 230, 281, 294, 302, 318, 320, 324, 337, 338

Durban 129, 131, 224

E

Egito 53, 77, 158, 175, 192, 193, 301, 331

El Salvador 65, 74, 179, 265

Estados Unidos 33, 35, 36, 40, 50, 51, 59, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 84, 88, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 108, 113, 114, 158, 171, 172, 173, 179, 190, 194, 207, 244, 269, 281, 293, 299, 300, 301, 303, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 319, 325, 328, 332, 337, 338

Equador 158, 195, 303

F

Faixa de Gaza 27, 28, 157, 158, 159, 164, 169, 170, 175, 177, 191, 193

FAO 152, 195, 278, 282

Filipinas 141, 142, 143, 156, 280, 281, 282, 284

Fórum Econômico 83, 176

França 84, 117, 158, 164, 193, 219, 273

G

G-20 50, 56, 64, 65, 69, 74, 75, 78, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 91, 94, 97, 101, 104, 109, 118, 122, 132, 143, 147, 180, 183, 207, 209, 219, 225, 226, 227, 238, 245, 250, 253, 254, 255, 275, 283, 297, 298, 307, 311, 321, 323, 332, 336, 338

Guatemala 74, 151, 152, 156, 265, 267, 268, 269, 270

Guiné-Bissau 69, 193, 208, 213, 223, 256, 271, 286, 287

H

Haiti 35, 68, 69, 94, 104, 130, 140, 178, 179, 191, 195, 196, 207, 215, 222, 223, 296

Holocausto 39, 40, 41, 224, 311, 320

Honduras 178, 179, 191, 247, 266, 285

I

IBAS 54, 69, 71, 81, 97, 100, 101, 104, 109, 118, 130, 172, 176, 177, 217, 221, 222, 248, 249, 266, 274, 281, 284, 285, 290, 297, 299, 306, 312, 313, 315, 332, 335, 337

Igualdade 65, 130, 131, 196, 236, 243, 244, 250, 263, 276

Índia 54, 69, 71, 81, 97, 100, 101, 104, 109, 118, 130, 172, 176, 177, 217, 221, 222, 248, 249, 266, 274, 276, 281, 284, 285, 290, 297, 299, 306, 312, 313, 315, 332, 335, 337

Indústria Farmacêutica 113, 172

Irã 192, 209, 210, 245, 270, 300, 302, 303, 311, 314, 320, 338

Itália 69, 118, 175, 176, 222, 238, 293

J

Jamaica 191, 272

Japão 33, 71, 84, 91, 97, 117, 220, 238, 293

L

Libéria 177, 178

Libia 152, 187, 300

M

Mercosul 44, 56, 67, 68, 77, 85, 94, 96, 100, 112, 140, 143, 161, 163, 167, 171, 180, 183, 184, 194, 198, 200, 201, 206, 217, 218, 219, 221, 222, 227, 228, 229, 230, 236, 238, 246, 247, 255, 257, 258, 265, 266, 269, 275, 283, 285, 300, 305, 309, 313, 317, 318, 332

Mianmar 264

N

Namíbia 43, 44, 45, 179, 180

Nepal 244

Nova Economia 59

O

OEА 68, 195, 196, 247, 266, 268

OIT 142, 145, 153, 156, 280, 295, 296

OMC 44, 63, 70, 104, 109, 112, 126, 143, 173, 176, 177, 179, 183, 194, 203, 204, 209, 229, 244, 253, 254, 257, 275, 278, 281, 284, 285, 305, 311, 313, 325, 331, 333

ONU 27, 28, 39, 44, 51, 52, 65, 68, 71, 81, 88, 97, 104, 122, 129, 130, 132, 136, 142, 149, 157, 158, 171, 175, 176, 193, 212, 222, 276, 277, 280, 283, 284, 295, 298, 304, 306, 313, 320, 321

Oriente Médio 40, 79, 111, 112, 113, 126, 130, 158, 171, 175, 180, 192, 209, 247, 256, 300, 301, 308, 310, 314, 320

P

Países Árabes 69, 77, 78, 81, 104, 109, 111, 112, 113, 126, 130, 158, 171, 175, 180, 192, 209, 299, 301, 308, 322, 327

Países Baixos 176, 192, 208

Palestina 28, 40, 41, 53, 69, 81, 111, 130, 157, 158, 160, 165, 169, 170, 175, 192, 193, 302, 320

Paquistão 263, 273

Peru 68, 224, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243

Política Industrial 238

Príncipe de Gales 203

Propriedade Intelectual 172, 173, 189, 194, 238, 262, 272, 278, 283, 290

R

Racismo 40, 81, 131, 224

Reino Unido 97, 107, 153, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 314

S

São Tomé e Príncipe 151, 152, 153, 170, 202, 266, 318

Senegal 155, 248, 256, 271

Sérvia 223

Suíça 62, 129, 135, 137, 158, 176, 186

T

Telecomunicações 135, 136, 156, 168, 248, 260, 291

Trinidad e Tobago 66, 91, 93, 207, 224, 261, 309, 325

Turquia 81, 125, 126, 127, 158, 164, 192, 221, 249, 254, 255, 256, 311, 314, 327, 328

TV Digital 224, 232, 238, 260

U

Uruguai 55, 56, 68, 152, 155, 180, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 222, 233, 234

Uzbequistão 155, 262, 263, 264, 279

V

Venezuela 31, 32, 33, 34, 35, 36, 117, 151, 155, 160, 165, 166, 167, 168, 169, 184, 238, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 300, 306, 309, 317, 318, 319, 332

Z

Zimbábue 177, 181

Capa e Projeto Gráfico

Karina Barreira
Vivian Fernandes

Diagramação

Mariana Rausch Chuquer

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Papel

Supremo 250 g/m²,
plastificação fosca (capa)
e 75g/m² (miolo)

Número de páginas

344

Tiragem

500

Endereço para correspondência

Coordenação-Geral de Documentação
Diplomática (CDO)

Ministério das Relações Exteriores,
Anexo II, 1ºsubsolo, Sala 10
CEP 70170-900, Brasília, DF

Telefones: (61) 3411-9279 / 9037

Fax: (61) 3411-6591

Impresso pela Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação